Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite

(Portugal, séculos XV-XVII)

Vol. I

Alice João Palma Borges Gago

Tese de Doutoramento em História

(área de especialização: Arquivística Histórica)

Julho, 2019

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite

(Portugal, séculos XV-XVII)

Alice João Palma Borges Gago

Tese de Doutoramento em História

(Área de Especialização: Arquivística Histórica)

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História, área de especialização em Arquivística Histórica, realizada sob a orientação científica de Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa

Esta tese foi realizada com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia através de uma Bolsa de Doutoramento (SFRH/BD/101022/2014).

[DECLARAÇÕES]

Declaro que esta tese de doutoramento é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, 29 de Julho de 2019

Declaro que esta tese de doutoramento se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),

Lisboa, 29 de Julho de 2019

AGRADECIMENTOS

Quando, em 2014, me propus estudar arquivos de família, foi-me sugerido pela Professora Maria de Lurdes Rosa um arquivo – o Almada e Lencastre Bastos, depositado na Biblioteca Nacional. O arquivo, apesar de utilizado por alguns investigadores, não tinha instrumento de descrição documental, apenas umas listas, muito genéricas, elaboradas nos anos 50 do século XX, o que fazia com que, prática e efetivamente, se desconhecesse o seu conteúdo. Posteriores a estas listas, apenas o inventário do conteúdo de seis caixas do acervo que Pedro Pinto publicou em 2012, em apêndice, a um pequeno estudo sobre a história custodial do arquivo, nas atas do colóquio *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, organizado por Maria de Lurdes Rosa em 2010.

Esse trabalho indiciava que o acervo seria adequado para estudar a produção documental das famílias portuguesas pré-modernas, à semelhança de outros que estavam a ser trabalhados no âmbito do doutoramento em História, especialidade em Arquivística Histórica.

E foi desta forma que, praticamente às escuras sobre o conteúdo do acervo, iniciei o longo trabalho de inventariação, folha a folha, descobrindo famílias, pessoas, casas, cartórios. Reconhecendo nomes, estabelecendo ligações familiares. Centenas, milhares.

Chegada ao termo deste estudo, quero nestas linhas expressar o meu profundo agradecimento a todos aqueles que contribuíram para que esta dissertação chegasse a bom termo.

Em primeiro lugar, agradecer à minha orientadora, a Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa, cuja orientação rigorosa, minuciosa e sempre presente, constituiu o meu fio condutor, me guiou pelas teorias da nova arquivística e me afastou dos desvios que um acervo de tal monta proporcionaria.

Ao Instituto de Estudos Medievais, na pessoa da sua atual diretora, Professora Doutora Maria João Branco, agradeço o acolhimento no desenrolar dos trabalhos inerentes à prossecução desta tese, mas também em todos os seminários que organizámos ou participámos e ainda a possibilidade de apresentar o meu trabalho em congressos internacionais.

Á Biblioteca Nacional de Portugal, à sua diretora Doutora Maria Inês Cordeiro, mas também às Dr.as Helena Patrício, Lígia Martins, Ana Cristina Santana Silva, Margarida Pinto, Paula Gonçalves, sem esquecer a paciência e disponibilidade inesgotáveis (durante largos meses/anos) das técnicas Natália e Florbela, agradeço penhoradamente a consulta, incondicional, de todas as caixas do arquivo Almada Lencastre Bastos.

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que me permitiu auferir a bolsa de doutoramento, sem a qual não teria sido possível dispor de tempo, de dedicação exclusiva à investigação e à inventariação da documentação.

Ao Professor Doutor Bernardo Vasconcelos e Sousa, pela sua disponibilidade. Ao João Luís Fontes, colega de 25 anos, pela sua amizade e incentivo. À Professora Doutora Iria Gonçalves pela sua amizade, disponibilidade, incentivo e confiança.

Agradeço ainda a toda a equipa dos Arquivos de Família que inclui os meus colegas – Margarida Leme, Maria João da Câmara Andrade e Sousa, Rita Nóvoa, Filipa Lopes, Judith Gutierrez de Armas, Patrícia Marques e às recém-chegadas Margarida Lobato e Joana Beato. Ao grupo de arquivistas/historiadores da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, não posso deixar de mencionar a Joana Peres, a Sónia Henrique, o Bruno Cordovil.

A todos os outros colegas de outros doutoramentos em curso que partilharam comigo informações e bibliografia: à Leonor Garcia, a quem procurei informações sobre oficiais do Santo Ofício, à Marta Marecos Duarte, ao Miguel Aguiar.

À Joana Pinho, Patrícia Monteiro, Madalena Costa Lima, João Cambado agradeço as respostas às minhas dúvidas relativas à História da Arte e Estudos Clássicos.

E em especial ao Pedro Pinto, que iniciou o inventário do arquivo e que me deu as primeiras indicações sobre os Viscondes de Souto del Rei e o Conde da Feira.

Ao Ricardo Naito agradeço as sugestões nos esquemas genealógicos. Ao João Pedro e Ana Teresa a quem ensinei as primeiras lides informáticas e agora são eles que me as ensinam a mim.

Por fim, à minha família – pais, irmã, cunhado, sobrinhos (meninos, vão mencionados duas vezes), primos. Aos amigos e amigas.

Lisboa, julho de 2019

Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite

(Portugal, séculos XV-XVII)

Alice João Palma Borges Gago

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: elites, séculos XV-XVII, arquivos de família, arquivística histórica.

Esta dissertação analisa a produção, usos institucionais e conservação de arquivos por seis famílias de elite do Portugal da baixa Idade Média/ primeira Época Moderna. Os conjuntos documentais estão presentes no fundo conhecido como «Arquivo Almada e Lencastre Bastos», composto por alguns milhares documentos produzidos, recebidos e preservados por diversos grupos familiares entre os séculos XV e XX. A investigação teve em conta as seguintes linhas de abordagem: uma primeira, orientada para a história social, visou analisar os percursos dos vários núcleos familiares, as suas estratégias, os cargos que ocuparam e o papel que desempenharam no espaço social em que se inseriam, as relações que estabeleceram com a Coroa e/ou outras entidades, o património alcançado, enfim, os trâmites da sucessão de gerações; uma segunda, orientada para as atitudes face à constituição e gestão dos arquivos familiares, procurou caracterizar o papel estruturante dos arquivos no percurso das famílias, os significados e usos que lhes foram atribuídos no funcionamento da Casa e na construção e solidificação de uma memória e identidade partilhadas; por fim, quis-se demonstrar e explorar o interesse e o contributo que o estudo deste tipo de arquivos pode trazer para a escrita da história das elites pré-modernas. A união destas linhas de investigação almeja consolidar o diálogo entre a História e Arquivística, incorporando na investigação suportes teóricos, conceptuais e metodológicos oferecidos pelos dois campos de investigação. No que se refere ao campo arquivístico, refira-se que foi privilegiado o modelo sistémico e a organização por gerações, tendo a documentação sido descrita numa plataforma AtoM.

Elite families' archives and archival practices

(Portugal, 15th-17th centuries)

Alice João Palma Borges Gago

ABSTRACT

KEYWORDS: elites, 15th-17th centuries, family archives, archival science.

This thesis studies the production, institutional uses and conservation of archives by six elite families of late medieval/ early Modern Portugal. The documentary sets are included in the *fonds* known as «Almada and Lencastre Bastos Archives», which is composed of thousands of documents produced, received and preserved by several family groups between the 15th and 20th centuries. The research has taken into account the following lines: firstly, the social history approach, describing the familial groups, their strategies and their roles in the society, the relationships they established with the Crown and other entities, their patrimony and the dynamics of inheritance. Secondly, the attitudes towards constitution and management of family archives, the study of the structuring role of archives in the families' histories, the meanings and uses attributed to them in Houses' management and in the construction/ solidification of memory and identity. A last specific goal has been to demonstrate and to explore the interest and the contribution of such archives to the history of the Portuguese premodern elites. The joint use of these research lines intends to reinforce the dialogue between History and Archival Science, by incorporating theoretical, conceptual and methodological proposals emanating from both disciplines. In what regards archival treatment, the present thesis has followed the systemic model of generations' arrangement, and the documents were described in an AtoM platform.

ÍNDICE

Vol. I

Vol. II - Anexos

Lista de Abreviaturas

ALB – Almada e Lencastre Bastos

ant. – antes/anterior

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

c. – cerca de

cap. – capítulo

c.c. – casado com

cf. – conforme

cit. – citado

coord./coords. – coordenador/ coordenadores

cx. – caixa

doc. – documento

doc. n. n. – documento não numerado

ead. – *eadem*

ed. /eds. – editor/ editores

Enc. – Encarnação

fl. – fólio

flor. – *floruit*

id. - *idem*

ibid. – *ibidem*

liv. – livro/livros

m. – morte

mç. – maço

n. – nascimento

n.a. – não aplicável

org./orgs. – organizador/ organizadores

p. – página

Roma – Avenida de Roma

s. d. – sem data

s. l. – sem local

Introdução

Uma das consequências do fim do Antigo Regime foi a extinção dos privilégios e vínculos dos bens do clero e da nobreza. Esse processo fez com que, no que diz respeito às ordens religiosas, propriedades, bens móveis, assim como as suas bibliotecas e cartórios fossem arrolados como bens nacionais. Desta forma, os cartórios onde se conservavam os títulos de posse e a documentação indispensável à administração das propriedades, então confiscadas, deixaram de ter utilidade e foram transferidos para os arquivos do estado – nacional ou distritais. Contrariamente ao que sucedeu com as ordens religiosas, este arrolamento não incluiu os arquivos das famílias/casas vinculares. Nestas, a extinção dos vínculos teve, no entanto, outras consequências. Em primeiro lugar a divisão e transmissão igualitária da propriedade por vários elementos da família, permitida pelas alterações jurídicas na sucessão e transmissão da propriedade, fez com que esta deixasse de estar vinculada a um único herdeiro, o morgado, geralmente o varão primogénito. Em segundo lugar essa mudança na transmissão implicou, na maior parte das vezes, a dispersão da documentação relacionada com a propriedade, entregue a este ou aquele membro em partilhas e, como tal, retirada do cartório. Em terceiro lugar, também por essa época, devido a dificuldades financeiras contraídas por muitas famílias por ocasião do registo vincular de 1862, fez com que algumas propriedades acabassem por serem vendidas, o que também originou alguma dispersão dos documentos. Por fim, o desmantelamento de muitos arquivos familiares também se deu devido à falta de capacidade de acondicionamento dos cartórios – os seus proprietários passaram a viver em casas mais pequenas, sem possibilidade de manter em boas condições uma enorme massa documental. Essa condicionante levou muitos proprietários a entregar ou a vender parte ou a totalidade da documentação familiar que se acumulou ao longo de várias gerações.

Como temos vindo a verificar nos vários estudos sobre arquivos familiares que tem sido feitos em Portugal, a abolição dos vínculos não condicionou a entrega de arquivos das famílias detentoras de bens vinculados nos arquivos distritais ou nacionais, pelo que muitos ainda se encontram na posse dos seus proprietários, se não em toda, pelo menos em parte. Eles próprios mantém uma dupla relação com os mesmos: por um lado utilizam-nos, ainda, para verificação de posse de propriedade, de dimensão e confrontações de terreno, de acesso e direitos a pontos de água, por outro lado, têm para

com estes acervos herdados de gerações passadas uma relação de afeto, guardando-os e preservando-os no ambiente que os acolheu ao longo de séculos.

Outros, porém, como referimos acima, por virtude de falta de local para os acondicionar ou por morte dos elementos da família, entregaram-nos em instituições públicas ou privadas. É o caso do acervo que apresentamos nesta tese, o arquivo Almada e Lencastre Bastos, que foi vendido à Biblioteca Nacional de Portugal em 1974 pelos seus últimos proprietários, dos quais não houve descendência direta. Conscientes do valor do acervo, um dos seus últimos proprietários iniciou os trâmites da sua venda em 1958, contemplando a "totalidade" do acervo, que mesmo a partilha por sua morte não deixou de ser cumprida pelos seus familiares, como veremos.

O acervo Almada e Lencastre Bastos (ALB) é constituído por duzentas e noventa e uma unidades de instalação que contêm documentação datada entre o século XIV e o século XX. Perante tal dimensão era-nos de todo impossível estudá-lo na totalidade durante o período de tempo disponível para esta dissertação. Foi necessário, por essa razão, fazer escolhas. Após a longa inventariação do arquivo que efetuámos entre Novembro de 2015 e Fevereiro de 2017, restringimos a nossa análise à produção documental de um conjunto de famílias que apresentavam características comuns de estratificação social, zona de implantação – o Entre-Douro-e-Minho, instituição de vínculos até meados do século XVI e com maior volume de documentação e cujos núcleos documentais a elas associados ofereciam exemplos mais ricos e diversos no que ao estudo da produção, gestão e usos dos arquivos de família das elites dizia respeito.

Selecionados os produtores e sua documentação procurámos responder às seguintes questões: por que razão, de que forma, e em que circunstâncias foram produzidos e conservados os documentos? Como e com que finalidade os utilizavam? Quem foram os seus produtores? Que estatuto social tinham? Em que medida as suas práticas arquivísticas foram fundamentais para a estruturação e a consolidação das famílias pré-modernas portuguesas? Esta prática é comum a outras sociedades europeias?

Para responder a estas questões estruturámos o nosso trabalho em cinco capítulos.

O primeiro incide sobre os conceitos e as problemáticas em torno da Arquivística Histórica e dos arquivos de família e nele serão apresentados os pressupostos teóricos e métodos arquivísticos que nos permitirão estabelecer o quadro de classificação adotado para a proposta de organização do ALB. O capítulo está

dividido em três partes: a primeira aborda a Arquivística Histórica enquanto conceito interdisciplinar que reúne e articula conceitos da História e da Arquivística, concebida esta como uma Ciência da Informação. São apresentadas as novas perspetivas de estudo sobre os arquivos, considerando estes como objeto de estudo em si mesmo.

Em seguida faz-se o estado da arte no que diz respeito à História, referindo os principais e mais recentes trabalhos sobre as elites, refletindo ainda, no que diz respeito à Arquivística, sobre os pressupostos teóricos e os métodos arquivísticos aplicados aos arquivos de família. A abordagem interdisciplinar proporcionada pela Arquivística Histórica permitiu-nos reconhecer e estabelecer as relações que existiram entre produtores e os documentos produzidos, assim como compreender mais completa e aproximadamente os contextos de produção e de conservação documental e, consequentemente, um conhecimento mais aprofundado do arquivo e dos seus produtores. O que vem em linha de continuidade com os vários trabalhos que tem vindo a ser feitos sobre arquivos de família, nomeadamente na Universidade Nova de Lisboa, mas também na Universidade do Porto.

Apresentado o estado da arte e os pressupostos científicos que estão da base do presente estudo, importa no segundo capítulo apresentar o corpus documental do arquivo. Para tal foi fundamental procedermos à reconstituição da sua história custodial elaborada a partir dos elementos que pudemos apurar quer no arquivo quer em bibliografia acessória, e que nos permite afirmar que o ALB, para além de ter sido um arquivo privado, pertencente à família que o produziu e conservou, foi também um arquivo "aberto", na medida em que foi consultado por várias pessoas externas à família, que o utilizaram para diversos fins. Num segundo ponto deste capítulo apresentamos o processo de incorporação na Biblioteca Nacional de Portugal e como se procedeu a sua disponibilização ao público, apresentando um mapeamento do seu acervo.

Na terceira parte da dissertação propõe-se a reorganização e classificação do acervo, delimitando a investigação, no vasto corpus documental, a um conjunto de famílias da Baixa Idade Média/primeira Época Moderna e onde são definidas, justificadas e apresentadas as propostas de reconstituições orgânicas dos subsistemas de informação, por gerações de produtores, assim como os quadros de classificação do acervo, seguidos da apresentação das famílias estudadas.

Na quarta parte será abordada a história social do arquivo e nele serão estudadas quer a produção quer os usos documentais e institucionais da informação e como eles

contribuíram para a estruturação e consolidação das famílias pré-modernas. Nesta parte é analisada a produção documental de secção produtora, acompanhada de gráficos representativos das tipologias documentais associadas. No que se refere à conservação e recuperação, apresentam-se exemplos de práticas de conservação documental em cartório, dos quais restaram alguns inventários de várias épocas e dos vários subsistemas de informação presentes no ALB. Ainda neste capítulo recuperamos alguns personagens fundamentais na conservação e recuperação do acervo – cartorários e todos aqueles que conseguimos identificar como estando ao serviço dos cartórios e que neles desempenharam um papel decisivo para que este se tivesse conservado até aos nossos dias.

Após o trabalho desenvolvido na descrição das famílias/sistemas de informação na terceira parte de tese, chegamos à disponibilização ao utilizador dos documentos produzidos e/ou acumulados por cada um desses sistemas. Baseados na proposta de quadro de classificação orgânico, este será disponibilizado publicamente através de uma aplicação informática AtoM (acrónimo de "Access to Memory"), alojada no servidor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, a qual foi desenvolvida de acordo com as normas de descrição arquivística[1] preconizadas pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA). A base de dados contempla não só os registos de autoridade dos produtores mas também a produção documental associada de cada elemento das famílias estudadas na dissertação. É explicada a sua produção e utilização.

Por fim, a necessária conclusão e bibliografia de apoio desta dissertação, que encerram o primeiro volume. No segundo volume são apresentados os seus dois anexos. O primeiro é constituído pelos ficheiros biográficos/ficheiros de autoridade de cada um dos produtores da informação documental e que seguem esquematicamente a apresentação do quadro de classificação definido. O segundo anexo é o inventário que realizamos do ALB, ao qual juntamos, não só para integridade do mesmo, mas porque procedemos a algumas correções, o inventário das seis primeiras caixas da cota ANTT, publicadas por Pedro Pinto em 2012. Essas retificações foram identificadas com notas nossas. O inventário constituiu um instrumento de trabalho e não está livre de ser completado, melhorado e corrigido. Fica à disposição de todos quantos o queiram utilizar e melhorar.

[1] *ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDIAH e ISDF*.

Capítulo I – A História, a Arquivística e os arquivos de família

O presente capítulo da dissertação incide sobre os conceitos e as problemáticas em torno da Arquivística Histórica e dos arquivos de família e nele são apresentados os pressupostos teóricos e métodos arquivísticos que nos permitirão estabelecer o quadro de classificação adotado para a proposta de organização do ALB. O capítulo está dividido em três partes: a primeira aborda a Arquivística Histórica enquanto área interdisciplinar que reúne e articula conceitos da História e da Arquivística, concebida esta em sinergia com a Ciência da Informação. São apresentadas as novas perspetivas de estudo sobre os arquivos, considerando estes como objeto de estudo em si mesmo.

Em seguida faz-se o estado da arte historiográfico, referindo os principais e mais recentes trabalhos sobre as elites, refletindo ainda, no que diz respeito à Arquivística, sobre os pressupostos teóricos e os métodos arquivísticos aplicados aos arquivos de família. A abordagem interdisciplinar proporcionada pela Arquivística Histórica permite-nos reconhecer e estabelecer as relações existentes entre produtores e os documentos produzidos, assim como compreender mais completa e aproximadamente os contextos de produção e de conservação documental e, consequentemente, alicerça um conhecimento mais aprofundado do arquivo e dos seus produtores. Esta investigação vem em linha de continuidade com os vários trabalhos que tem vindo a ser feitos sobre arquivos de família, nomeadamente na Universidade Nova de Lisboa, mas também na Universidade do Porto.

1. A Arquivística Histórica: um conceito interdisciplinar

Maria de Lurdes Rosa definiu recentemente num artigo[2] toda a conceptualização teórica e metodológica que está na base da Arquivística Histórica, baseada num conjunto de perspetivas oriundas de vários campos disciplinares como a Ciência da Informação, a Antropologia e a História. Nesse trabalho, a autora propôs um percurso de investigação a aplicar às fontes pré-modernas, numa "perspetiva de história documental das instituições e de aprofundamento da relação entre os recursos

[2] ROSA, Maria de Lurdes – "Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas recentes e proposta de percurso de investigação". *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. XXX (2017), p. 547.

heurísticos e a escrita da História"[3]. Esta reflexão, alicerçada nos trabalhos de diversos autores francófonos como Joseph Morsel[4], Christine Nougaret[5], Étienne Anheim[6], dos italianos Paolo Cammarosano[7], Filippo de Vivo[8], e ainda nos de Patrick Geary[9], Ludolf Kuchenbuch[10], Ann Laura Stoler[11], assim como nas contribuições dadas por Eric Ketelaar[12], Terry Cook[13] e Theo Thomassen[14], ligados à revista *Archival Science*,

---

[3] *Ibid*., p. 549.

[4] MORSEL, Joseph – "Les sources sont-elles "le pain de l'historien"?" *Hypothèses*, 1:7, (2004), p. 271-286; id. – "Le médiéviste, le lignage et l'effet de réel. La construction du Geschlecht par l'archive en Haute-Allemagne à partir de la fin du Moyen Âge". *Revue de Synthèse*, 125 (2004), p. 83-110 (texto onde articula conceitos ligados ao parentesco, linhagem e produção documental); id. – "Du texte aux archives: le problème de la source". *Bulletin du centre d'etudes médiévales d'Auxerre – BUCEMA*. hors-série 2 (2008) [em linha] [Cons. 3 mar. 2019] Disponível em: <https://journals.openedition.org/cem/4132>; id. – "Traces? Quelles traces? Réflexions pour une histoire non passéiste". *Revue Historique*, 680 (2016), p. 813-868.

[5] No artigo a autora explicita o que entende por arquivos e o trabalho do arquivista. NOUGARET, Christine – "Les sources archivistiques: Production organique ou invention de l'archiviste?" *Hypothèses*. 1 (2004) p. 331-339.

[6] ANHEIM, Étienne – "Ouvrir les sources au questionnment". In GATTINARA, Enrico Castelli; ANHEIM, Étienne – *Dimensioni e problemi della ricerca storica*, 2 (2007), p. 20-28, em que o autor reflete sobre as fontes enquanto objeto do discurso sobre a história no século XX; id. – "L'historien au pays des merveilles? Histoire et anthropologie au début du XXI^{e} siècle". *L'homme*. 203-204 (2012-2013) p. 399-427.

[7] CAMMAROSANO, Paolo – *Italia medievale. Struttura e geografia delle fonti scritte*. Urbino: NIS, 1992.

[8] DE VIVO, Filippo – "Ordering the archive in Early Modern Venice (1400–1650)". *Archival Science*, 10 (2010), p. 231-248; id.; GUIDI, Andrea; SILVESTRI, Alessandro – "Archival transformations in Early Modern European History". *European History Quarterly*, 46:3 (2016), p. 421-434.

[9] GEARY, Patrick – "Medieval archivists as authors: social memory and archival memory". In BLOUIN, Francis X. Jr.; ROSENBERG, William G. (eds.) - *Archives, documentation and institutions of social memory. Essays from the Sawyer Seminar*. Michigan: Michigan University Press, 2007, p. 106-113, id. – *Phantoms of remembrance. Memory and oblivion at the end of the first millennium*. Princeton: Princeton Univeristy Press, 1996.

[10] Onde o autor faz uma análise da evolução do significado do termo fonte historiográfica e como foram apropriadas e usadas pelas diferentes correntes historiográficas. KUCHENBUCH, Ludolf – "Sources ou documents? Contribution à l'histoire d'une évidence méthodologique". *Hypothèses*, 7 (1/2004), p. 287-315.

[11] STOLER, Ann Laura – "Colonial archives and the arts of governance". *Archival Science*. 2 (2002), p. 87-109.

[12] KETELAAR, Eric – "L'archivistique dans le monde actuel". *Arhivelor = Archives review*. 84 (2007), p. 9-20. [Em linha]. [Consult. 11 jan. 2018]. Disponível em WWW: <URL: <https://docplayer.fr/33139782-L-archivistique-dans-le-monde-actuel.html> onde o autor faz uma história da evolução da ciência arquivística e dos seus princípios; id. – "Ten years of archival science". *Archival Science*. 10:4 (2010), p. 345-352; id. – "Archival turn and returns. Studies of the archive". In GILLILAND, Anne (et al.) (eds.) – *Research in the Archival Multiverse*. Melbourne: Monash University Publishing, 2017, p. 228-268.

[13] COOK, Terry – "Archival Science and Postmodernism: new formulations for old concepts". *Archival Science*, 1 (2001), p. 3-24; id. – "The archive(s) is a foreign country: historians, archivists and the changing archival landscape". *The Canadian Historical Review*. 90:3 (2009), p. 497-534; id. – "What is past is prologue: A history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift". *Archivaria*. 43 (1997), p. 17-63; id. – "Evidence, memory, identity and community: four shifting archival paradigms". *Archival Science*. 13 (2013), p. 95-120.

[14] Onde o autor apresenta e explica os conceitos chave da *archival science*. THOMASSEN, Theo – "A first introduction to Archival Science". *Archival Science*. 1 (2001), p. 373-385.

perspetivou não só a arquivística como uma ciência autónoma[15] mas também a história dos arquivos, das práticas da escrita e da sua constituição em instituições de memória social. Aspetos como a criação de arquivos, a sua preservação, como foram alterados ou falsificados, quem os criou, utilizou, organizou, assim como a materialidade dos objetos e espaços, entre outros, chamaram a atenção destes e de outros investigadores[16].

O tema das práticas arquivísticas que tem vindo a ser estudado nas historiografias europeias, com contributos de várias áreas e de outros tantos investigadores, desenvolveu-se a partir da obra de Michael Clanchy[17]. Este autor focou o seu trabalho sobre a transição da sociedade marcada pela oralidade para uma sociedade de literacia (mesmo que parcial), durante o período pré-moderno, bem como estudou a evolução da produção escrita enquanto instrumento de controlo social. A publicação dessa obra marcou uma série de autores, como Pierre Chastang, que tem trabalhado sobre as práticas sociais da escrita e os cartulários[18], linha também seguida por Olivier Guyotjeannin[19]. Na historiografia italiana o interesse sobre as fontes escritas e as relações destas com o poder são centrais nos estudos de Paolo Cammarosano[20], Filippo de Vivo, que analisou os arquivos italianos nos séculos XV a XVIII[21] e ainda de Elio Lodolini, defensor do chamado "*metodo storico*", que aliou conceitos da história e da arquivística[22]. Na mesma linha se encontram os estudos produzidos por Diego Navarro Bonilla sobre o papel e imagem do arquivo na administração e gestão do poder

---

[15] KETELAAR, Eric – "Archival turn and returns", cit., p. 232.

[16] WALSHAM, Alexandra – "The social history of the archive: record-keeping in Early Modern Europe". *Past and Present*, supl. 11 (2016), p. 46.

[17] CLANCHY, M. T. – *From memory to written record. England 1066-1307*. Third edition. S. l.: Wiley-Blackwell Publishing, 2013; id. – ""Tenacious Letters": Archives and Memory in the Middle Ages". *Archivaria*. 11 (1980/1981), p. 115-125.

[18] CHASTANG, Pierre – "Cartulaires, cartularisation et scripturalité médiévale: la structuration d'un nouveau champ de recherche". *Cahiers de civilisation médiévale*, 49e année, 193 (2006), p. 21-31; id. – "Introduction". *Tabularia* [Em linha], (2009), p. 27-42 [consul. 2 fev. 2019] Disponível em: <http://journals.openedition.org/tabularia/464>; id. – "L'archéologie du texte medieval". *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre-BUCEMA* [Em linha], Hors-série 2 (2008), p. 1-15 [Consult. 8 de fevereiro 2019. Disponível em <http://cem.revues.org/8702>]; id. – *Lire, écrire, transcrire. Le travail des rédacteurs de cartulaires en Bas-Languedoc (XIe – XIIIe siècles)*. Paris: CTHS, 2001.

[19] FOSSIER, Lucie; GUYOTJEANNIN, Olivier – "Cartulaires français laïques: seigneuries et particuliers". In GUYOTJEANNIN, Olivier; MORELLE, Laurent; PARISSE, Michel (eds.) – *Les Cartulaires*. Actes de la table ronde organisée par l'école nationale des chartes et le GDR 121 du CNRS (Paris, 5-7 décembre 1991). Paris: École des Chartes, 1993, p. 379-410.

[20] CAMMAROSANO, Paolo – *Italia medievale. Struttura e geografia delle fonti scritte, passim*.

[21] Objeto de um projeto de investigação financiado pelo European Research Council – *ARCHIves, A Comparative History of Archives in Late Medieval and Early Modern Italy*. DE VIVO, Filippo; GUIDI, Andrea; SILVESTRI, Alessandro – "Archival Transformations in Early Modern European History", cit., p. 427. O primeiro autor já havia iniciado o estudo dos arquivos venezianos em DE VIVO, Filippo – "Ordering the archive in early modern Venice (1400–1650)", cit., p. 231-248.

[22] LODOLINI, Elio – *Archivistica: princípios y problemas*. Madrid: ANABAD, 1993, p. 162-200; id. – *Storia dell'archivistica italiana. Dal mondo antico alla metà del secolo XX*. Milano: Franco Angeli, 2010.

na sociedade espanhola nos séculos XV e XVII e como construção historiográfica ao serviço das elites de poder[23].

Pretende-se com esta definição do campo de estudo da Arquivística Histórica, por um lado, ultrapassar o que Francis Blouin e William Rosenberg apelidam de "*archival divide*"[24] – o distanciamento entre historiadores e arquivistas no que se refere ao papel de ambos na produção de conhecimento histórico – e por outro, estabelecer pontos comuns entre estes e, ainda:

> "estudar a produção informacional das instituições e a sua transformação em documentos e arquivos, na História, tendo em conta a produção de informação social em contexto, a sua "documentalização", as múltiplas faces que os "arquivos" podiam ter (usando por exemplo o conceito de "práticas arquivísticas"); não apenas com os arquivos existentes, mas complementando estes com informações reunidas em fontes diversas sobre aqueles aspetos; caracterizando historicamente as instituições e construindo modelos de cariz orgânico para o tratamento da documentação existente; analisando a forma como arquivavam e usavam a informação arquivada, e conferindo-lhe importância social; contextualizando estas práticas e interpretando o seu significado; seguindo todo o percurso da informação e compreendo as mutações a que o tempo a sujeitou; enfim, respondendo a questões historiográficas mais amplas"[25].

Não menos importante, a história social do arquivo é uma temática que tem sido explorada recentemente por Filippo de Vivo e Alexandra Walsham[26] e objeto de publicações ou números temáticos de revistas[27], assim como nos trabalhos que, desde 2009[28], Maria de Lurdes Rosa tem desenvolvido em Portugal, ao organizar, em 2010,

---

[23] NAVARRO BONILLA, Diego – *La imagen del archivo. Representación y funciones en España (siglos XVI y XVII)*. Gijón: Trea, 2003; id. - *Escritura, poder y archivo. La organización documental de la Diputación del Reino de Aragón (siglos XV-XVIII)*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004.

[24] BLOUIN, Francis X., ROSENBERG, William G. – *Processing the Past. Contesting authority in History and the archives*. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 208-215; KETELAAR, Eric – "Archival turn and returns", cit., p. 230.

[25] ROSA, Maria de Lurdes – "Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna", cit., p. 550-551.

[26] DE VIVO, Filippo; GUIDI, Andrea; SILVESTRI, Alessandro – "Archival Transformations in Early Modern European History", cit., p. 425; WALSHAM, Alexandra – "The social history of the archive: record-keeping in Early Modern Europe", cit., p. 9-48.

[27] CORENS, Liesbeth; PETERS, Kate; WALSHAM, Alexandra (ed.) – "The social history of the archive: record-keeping in Early Modern Europe". *Past and Present*, supl. 11 (2016).

[28] ROSA, Maria de Lurdes – "Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas Medieval e Moderna)". *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 9 (2009), p. 20 e seguintes; ead. – "Arquivos de Família: o que são, para que servem, como preservá-los e

um colóquio que congregou não apenas investigadores – historiadores e arquivistas – mas também proprietários de arquivos familiares, ainda hoje detentores dos mesmos. As atas que se publicaram no volume *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* [29] constituíram um ponto de viragem no estudo dos arquivos de família em Portugal. Decorrente da enorme adesão de participantes, investigadores, proprietários e público interessado nestas matérias, o colóquio suscitou o posterior aparecimento de diversos trabalhos, muitos dos quais decorrentes da criação da especialidade de Arquivística Histórica no doutoramento em História, criado pela mesma na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, de que esta dissertação é mais um fruto[30].

Na sequência da criação de tal especialidade no curso de doutoramento, ocorreram ainda outros projetos de investigação, um deles desenvolvido em parceria entre o IEM – Instituto de Estudos Medievais, o CHAM-Centro de Humanidades, o IICT – Instituto de Investigação Científica e Tropical e a Université de Pau et des Pays de l'Adour, sob orientação de Maria de Lurdes Rosa e Véronique Lamazou-Duplan e com o financiamento pela FCT e Casa de Velázquez, intitulado *InventARQ – Inventários de arquivos de família, séculos XV-XIX: da gestão e prova a memórias perdidas. Repensando o arquivo pré-moderno*. O projeto procurou caracterizar a produção e uso de inventários de arquivos de família de Antigo Regime, na Europa pré-Moderna, sob vários prismas: quem os produziu, com que intuito, tornando-os, eles próprios, objeto de estudo e investigação.

Entre 2013 e 2015 este projeto permitiu ainda que se organizassem vários encontros com especialistas internacionais, em Portugal e no estrangeiro, um atelier doutoral, uma exposição e consequente catálogo sobre os vários tipos de inventários que as famílias portuguesas produziram para gestão e organização dos seus arquivos ao longo dos séculos XV a XIX[31]. A exposição reuniu, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cerca de trinta e seis inventários de arquivos de família que se encontram à guarda de instituições públicas, privadas e dos seus proprietários.

---

estudá-los". *Casa Nobre – Um Património para o Futuro*. Actas do 3º Congresso Internacional. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2013, p. 315-323.

[29] ROSA, Maria de Lurdes (org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar, Caminhos Romanos, 2012.

[30] NÓVOA, Rita Sampaio da; ROSA, Maria de Lurdes – "O estudo dos arquivos de família de Antigo Regime em Portugal: percursos e temas de investigação". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 38:78 (2018), p. 75-95.

[31] ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.) – *Rethinking the archive in Pre-Modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015.

Paralelamente a equipa coordenada por Maria de Lurdes Rosa integrou um projeto de investigação designado por *ARCHIFAM – Arquivos de Família na Península Ibérica (finais do século XIII – início do século XVIII)*, coordenado por Véronique Lamazou-Duplan que se propôs estudar o processo de constituição dos documentos em arquivo, nomeadamente os relativos à história, aos direitos e à memória das famílias das elites ou mesmo camponesas[32]. O projeto permitiu a realização de seminários, ateliers doutorais e jornadas de estudo realizadas em Portugal, Espanha e França, abordando temas como a génese dos arquivos de família; os arquivos das coroas entendidos como arquivos de família ou como arquivos dos reinos; os grupos sociais e a construção da memória; as lógicas de produção e conservação de arquivos; os inventários e a convergência do património e a documentação, entre outros[33].

Em 2017 realizou-se ainda o seminário *Arquivos e História*, que reuniu investigadores das épocas medieval, moderna e contemporânea, onde se apresentaram reflexões sobre a interdisciplinaridade entre a Arquivística e a História, do qual resultou um livro a publicar em 2019[34].

Interdisciplinaridade entre saberes. No que se refere à História, ressalta-se o interesse da historiografia portuguesa pelos estudos sobre as elites em Portugal, e em primeiro lugar sobre a nobreza, os quais receberam um forte impulso a partir da publicação, em 1980, de uma obra de José Mattoso que reuniu um conjunto de textos que o autor vinha publicando desde finais dos anos 60 sobre a nobreza portuguesa[35]. A obra, na linha do que a historiografia francesa vinha produzindo, propulsionou uma linha de investigação sobre a temática, onde foram fixadas as abordagens e metodologias que marcaram toda uma série de estudos até aos nossos dias, não apenas dedicados à nobreza medieval, mas também à de outras épocas. São disso exemplos os

---

[32] No atelier doutoral ocorrido em Madrid na Casa Velázquez em março de 2015, Lluís TO FIGUERAS apresentou uma comunicação acerca dos arquivos familiares e patrimoniais catalães, onde se incluíam arquivos de camponeses catalães na no século XIV. Veja-se conferência sobre o mesmo assunto em: https://ehutb.ehu.es/video/58c66c79f82b2b35678b4587. [Consult. 24 mar. 2019]

[33] NÓVOA, Rita Sampaio da; ROSA, Maria de Lurdes – "O estudo dos arquivos de família de Antigo Regime em Portugal: percursos e temas de investigação", cit., p. 75-95.

[34] ROSA, Maria de Lurdes; NÓVOA, Rita Sampaio da (dir.); GAGO, Alice Borges; CÂMARA, Maria João da (coord.) – *Recovered voices, newfound questions. Family archives and historical research*, no prelo.

[35] MATTOSO, José – *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*. 4.ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1994; id. – "Medieval Studies in Portugal: an overview." In MATTOSO, José (dir.); ROSA, Maria de Lurdes; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e BRANCO, Maria João (ed.) – *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*. Lisboa: IEM, 2012, p. 11-23.

trabalhos de autores como Luís Krus[36] sobre a conceção nobiliárquica do espaço ibérico baseado nas narrativas e discursos dos livros de linhagens portugueses, outros sobre as linhagens medievais portuguesas[37], a nobreza de corte no reinado de Afonso III[38], de D. Duarte[39] ou sobre a evolução da corte e a complexificação do seu funcionamento, a alteração do espaço social e os que nela se movimentavam no final da Idade Média[40]. Ou, ainda, estudos de caso sobre algumas famílias, como os Pimentéis[41], a Casa de Bragança[42], os Coutinho[43], os Briteiros[44], a nobreza portuguesa de finais do século XVIII-inícios do século XIX[45], só para citar alguns exemplos.

O grande incremento de investigações sobre nobreza medieval baseadas na linha programática proposta por Mattoso[46], a qual concebia este grupo como uma categoria social cujo estudo ultrapassava as áreas da história institucional e jurídica para passar a absorver também as ferramentas disponibilizadas pelo diálogo entre a História e a Sociologia – a história social. Os trabalhos focaram-se ainda sobre as fontes de poder, o exercício dos direitos senhoriais e das "prerrogativas de classe", na análise dos recursos económicos, nas relações políticas com o rei e outras forças sociais, nos suportes militares, nos processos mentais ou no estatuto jurídico; ou na estrutura interna da nobreza, tocando questões como as hierarquias, a distribuição regional, o parentesco ou

---

[36] KRUS, Luís – *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. Geografia dos Livros de Linhagens medievais portugueses (1280-1380)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian-Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994; id. - *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*. Redondo: Patrimonia, 1994.
[37] PIZARRO, José Augusto – *Linhagens medievais portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna,1999.
[38] VENTURA, Leontina – *A nobreza de corte de Afonso III*. Coimbra: 1992. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
[39] FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de – *A Burocracia do "Eloquente" (1433-1438). Os textos, as normas, as gentes*. Cascais: Patrimonia, 1996.
[40] GOMES, Rita Costa – *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.
[41] SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
[42] CUNHA, Mafalda Soares da – *Linhagem, parentesco e poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990; ead. – *A Casa de Bragança 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Ed. Estampa, 2000.
[43] OLIVEIRA, Luís Filipe – *A Casa dos Coutinhos. Linhagem, espaço e poder (1360-1452)*. Cascais: Patrimonia, 1999; id. – *A coroa, os mestres e os comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*. Faro: Universidade do Algarve, 2009.
[44] VENTURA, Leontina; OLIVEIRA, António Resende de – "Os Briteiros (séculos XII-XIV). Estratégias familiares e património". *Revista Portuguesa de História*. XXXI: 2 (1996), p. 65-102.
[45] MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *O crepúsculo dos grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. 2.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.
[46] Como o próprio constatou num artigo em que fez o ponto de situação relativamente aos trabalhos que foram desenvolvidos entre 1980 e 1997. MATTOSO, José – "Perspetivas actuais sobre a nobreza medieval portuguesa". *Revista de História das Ideias*. 19 (1997-1998), p. 7-37.

as relações "artificiais de dependência" [47]. No que se refere ao âmbito temporal, os estudos incidiram inicialmente em cronologias de investigação que se centravam nos séculos XII a XIV[48] e, posteriormente, em função desta dinâmica mas também do desenvolvimento dos estudos dos modernistas sobre a aristocracia, em Portugal e no Império, em textos sobre as elites portuguesas nos séculos XIV a XVIII. Neste âmbito cronológico da época tardo-medieval e Idade Moderna[49] destacam-se os trabalhos realizados por Maria de Lurdes Rosa[50], Pedro de Brito[51], José Damião Rodrigues[52], Alexandra Pelúcia[53], António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos[54], Rute Dias Gregório[55], Nuno Silva Campos[56], João Silva de Sousa[57], André Madruga Coelho[58] e

[47] MATTOSO, José – "Introdução ao estudo da nobreza medieval portuguesa". *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*. 4.ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 13-34.
[48] São disso exemplo os vários trabalhos elaborados por MARTINS, Miguel Gomes – "A Família Palhavã (1253-1357). Elementos para o estudo das elites dirigentes de Lisboa Medieval". *Revista Portuguesa de História.* XXXII (1997-1998), p. 35-93; id. – "Os Alvernazes. Um percurso familiar e institucional entre finais de Duzentos e inícios de Quatrocentos". *Cadernos do Arquivo Municipal.* 6 (2002), p. 8-41; id. – "O concelho de Lisboa durante a Idade Média. Homens e organização municipal (1179-1383)". *Cadernos do Arquivo Municipal.* 7 (2004), p. 64-110; CUMBRE, José Pavia – *Os Melo. Origens, trajectórias familiares e percursos políticos (séculos XII-XV).* Lisboa: Tribuna da História, 2007; SERRA, Joaquim António Felisberto Bastos – *Governar a cidade e servir o rei. A oligarquia concelhia de Évora em tempos medievais (1367-1433).* Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Évora, 2015.
[49] Um dos pioneiros foi o de RAU, Virgínia – "Os Brandões do Porto: uma fortuna do século XV". *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. XXII: 3-4 (1959), p. 654-684.
[50] ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal. Séculos XIV e XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995; ead. – "Em torno de Álvaro Vaz, cavaleiro de Santiago (m. 1513): um estudo das formas de estruturação das elites sociais "intermédias"". In FERNANDES, Isabel (coord.) – *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares (15 a 18 de Fevereiro de 2006). Palmela: Câmara Municipal-GEsOS, 2009, p. 187-245; ead. – *As almas herdeiras. Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal 1400-1521).* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.
[51] BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes do Porto (1500-1580).* Porto: Câmara Municipal, 1997.
[52] RODRIGUES, José Damião – *Poder municipal e oligarquias urbanas: Ponta Delgada no século XVII*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994; id. - *São Miguel no século XVIII: casa, elites e poder*. 2 vols. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003.
[53] PELÚCIA, Alexandra Maria Pinheiro – *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: trajectórias de uma elite no império de D. João III e de D. Sebastião*. Lisboa: CHAM, 2009.
[54] VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – *Nobreza e Ordens Militares. Relações sociais e de Poder (séculos XIV a XVI).* 2 vols. Porto: 2008. Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
[55] GREGÓRIO, Rute Dias – *Pero Anes do Canto: um homem e um património (1473-1556).* Ponta Delgada: Instituto Cultural, 2001.
[56] CAMPOS, Nuno Silva – *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437).* S. l.: Colibri-CIDEHUS/UÉ, 2004.
[57] SOUSA, João Silva de – *A casa senhorial do Infante D. Henrique*. Lisboa: Horizonte, 1991; id. – "A casa senhorial em Portugal na Idade Média". *Revista Portuguesa de História*. XXXVI:1 (2002-2003), p. 267-284.
[58] COELHO, André Madruga – *Poder e estatuto em Portugal no final da Idade Media – Os Lobo entre a cavalaria e a baronia.* Lisboa: Colibri-CIDEHUS, 2017.

João Paulo Oliveira e Costa[59]. Sobre a temática das elites foram ainda realizadas ainda algumas teses de mestrado, que se centraram nas várias abordagens e perspetivas de investigação sobre o patriciado urbano, a nobreza titulada e/ou casas senhoriais e respetivas redes clientelares e de poder ou sobre o sistema de vinculação de bens[60].

O próprio conceito de elites e também o de oligarquias tem vindo a ser objeto de reflexão por diversos autores nestas últimas duas décadas[61], de onde se conclui que as mesmas apresentam características e comportamentos semelhantes, embora provenientes de lugares tão díspares como Lisboa, Évora ou Porto. Nesta última cidade foram estudadas por Adelaide Millán da Costa[62] com recurso ao método prosopográfico e de análise relacional aplicado à sociedade para definir categorias que não estavam, como habitualmente, "definidas com base na separação mas na vinculação"[63]. A autora considerou que para além dos corpos sociais tradicionais, as pessoas se agrupavam, ainda, em função de referenciais "como família, parentesco, linhagem, clã, amizade, vizinhança, senhorio e clientela"[64], daí a necessidade de os estudar.

---

[59] COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.) – *A nobreza e a expansão. Estudos biográficos*. Cascais: Patrimonia, 2000.

[60] De entre as várias existentes podemos referir GAGO, Alice João Palma Borges – *A casa senhorial de Diogo Soares de Albergaria*. Lisboa: 2000. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à FCSH-UNL; CRUZ, Abel dos Santos – *A nobreza portuguesa em Marrocos (1415-1464)*. Porto: 1995. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto; MOUTA, Fernando Jorge Cruz – *João Martins Ferreira, Mercador-cavaleiro*. Porto: 2017. Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O mesmo mercador já havia sido objeto de uma exposição do seu arquivo, organizada pelo Arquivo Histórico Municipal do Porto. *Um mercador e autarca dos séculos XV-XVI. O arquivo de João Martins Ferreira*. Roteiro da exposição. Porto: Arquivo Histórico Municipal, 1996.

[61] Para um balanço da questão em Portugal veja-se COELHO, Maria Helena da Cruz – "O Poder Concelhio em tempos medievais – o "deve" e "haver" historiográfico". *Revista da Faculdade de Letras – História*, III Série, 7 (2006), p. 19-34; ead. - "Municipal Power". In MATTOSO, José (dir.); ROSA, Maria de Lurdes; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e BRANCO, Maria João (ed.) - *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*. Lisboa: IEM, 2012, p. 209-230; COSTA, Adelaide Millán da – "Elites and oligarchies in the late medieval Portuguese urban world". *Imago Temporis. Medium Aevum,* 3 (2009), p. 67-82; DUARTE, Luís Miguel – "Os melhores da terra (um questionário para o caso português)". *Elites e redes clientelares na Idade Média: problemas metodológicos*. coord. por Filipe Themudo Barata. Lisboa: Colibri-CIDEHUS/UÉ, 2001, p. 91-106; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – "Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime". *Análise Social*. XXXII: 141 (1997), p. 335-339.

[62] Veja-se o trabalho de síntese em COSTA, Adelaide Millán da – "Elites and oligarchies in the late medieval Portuguese urban world", cit., p. 67-82 e o trabalho pioneiro ead. - *"Vereação" e "Vereadores". O governo do Porto em finais do século XV*. Porto: Câmara Municipal, 1993.

[63] COSTA, Adelaide Millán da – "Prosopografia das elites concelhias e análise racional: a intersecção de duas abordagens". *Elites e redes clientelares na Idade Média: problemas metodológicos*. coord. por Filipe Themudo Barata. Lisboa: Colibri-CIDEHUS/UÉ, 2001, p. 69. Disponível em: https://books.openedition.org/cidehus/5118 .

[64] COSTA, Adelaide Millán da – "Prosopografia das elites concelhias e análise racional", cit., p. 69.

Ainda no que diz respeito às elites, estas foram analisadas, no caso do Porto, por Pedro de Brito[65] e Francisco Ribeiro da Silva[66]; em Lisboa, embora para um período cronológico um pouco anterior, por Miguel Gomes Martins[67] e por Mário Farelo[68] e ainda em Évora por Joaquim Serra[69], Rute Pardal[70], Hermínia Vasconcelos Vilar[71], Filipa Roldão[72] e André Madruga Coelho[73]. Os trabalhos foram, de certa forma, ampliados a todo o país, como em Trás-os-Montes[74] ou sobre as elites da Guarda[75], de Guimarães[76], Portalegre[77] ou, ainda, Coimbra, embora para um período cronológico posterior[78].

---

[65] BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes do Porto (1500-1580), passim*.

[66] SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu termo (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder*. 2 vols. Porto: Arquivo Histórico, 1988; id. - *As elites portuenses no século XVII: caracterização social e vias de mobilidade*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2001.

[67] MARTINS, Miguel Gomes – "A Família Palhavã (1253-1357)", cit., p. 35-93; id. – "Os Alvernazes", cit., p. 8-41; id. – "O concelho de Lisboa durante a Idade Média", cit., p. 64-110; id. – "Estêvão Cibrães e João Esteves: A família "Pão" e "Água" em Lisboa (1269-1342)". *Arqueologia e História.* 53 (2001), p. 67-74; id. – "Estêvão Vasques Filipe: O percurso de um guerreiro em finais de Trezentos". *Cadernos do Arquivo Municipal.* 5 (2001), p. 10-47; id. – *A alcaidaria e os alcaides de Lisboa durante a Idade Média (1147-1433)*. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, 2006.

[68] FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433).* Lisboa: 2008. Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; id. – "Ao serviço da Coroa no século XIV. O percurso de uma família de Lisboa, os "Nogueiras"". In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (eds.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 145-168; id – "*Les pouvoirs du parvis.* Pour une comparaison des elites ecclesiastique et municipale a Lisbonne (1325-1377)". In VILAR, Hermínia Vasconcelos; FARRICA, Fátima (coord.) – *Centros periféricos de poder na Europa do Sul (séculos XII-XVIII)*. Lisboa: Colibri-CIDEHUS/UÉ, 2013, p. 119-145.

[69] SERRA, Joaquim António Felisberto Bastos - *Governar a cidade e servir o rei…*, p. 1-37, 360-364; id. – "Os Façanha. Uma família da oligarquia eborense nos finais de Trezentos". In VILAR, Hermínia Vasconcelos; BARROS, Maria Filomena Lopes de (ed.) – *Categorias sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média. Entre o Islão e a Cristandade*. Lisboa: Colibri-CIDEHUS/UÉ, 2012, p. 163-186.

[70] PARDAL, Rute – *As elites de Évora ao tempo da dominação filipina: estratégias de controlo do poder local (1580-1640)*. Lisboa: Colibri-CIDEHUS/UE, 20007.

[71] VILAR, Hermínia Vasconcelos – "Da vilania à nobreza: trajectórias de ascensão e de consolidação no sul de Portugal (seculos XIV -XV)", *Categorias sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média. Entre o Islão e a Cristandade*. ed. por Hermínia Vasconcelos Vilar, Maria Filomena Lopes de Barros. Lisboa: Colibri-CIDEHUS/UE, 2012, p. 156.

[72] ROLDÃO, Filipa – *A memória da cidade: escrita e poder em Évora (1415-1536)*. Lisboa: Colibri-CIDEHUS/UE, 2017.

[73] COELHO, André Madruga – *Poder e estatuto em Portugal no final da Idade Media. Os Lobo entre a cavalaria e a baronia*, *passim*.

[74] MORENO, Humberto Baquero – "Os Sampaios, fidalgos transmontanos de ascendência galega". *Revista Portuguesa de História*. XXXI: 1 (1996), p. 275-296.

[75] GOMES, Rita Costa – "As elites urbanas no final da Idade Média. Três pequenas cidades do interior". In *Estudos e Ensaios de Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1988, p. 229-237.

[76] FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376-1520).* Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães-Sociedade Martins Sarmento, 1989; ead. – "Elementos para um estudo sociotopográfico de Guimarães na baixa Idade Média: um espaço residencial de elite". *Cadernos do Noroeste*. II:2-3 (1989), p. 179-216; MORENO, Humberto Baquero – "Uma família vimaranense do século XV: os Lagartos". Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*. XXIII (1973), p. 319-322.

Em Portugal o tema deu ainda origem a um projeto da Universidade de Évora, cujas conclusões foram apresentadas num colóquio em 2000 e posteriormente publicadas no volume *Elites e redes clientelares na Idade Média*[79]. Neste podemos encontrar, entre outros, uma síntese de Luís Miguel Duarte relativa aos estudos acerca das elites e oligarquias, que remontam aos finais dos anos 80 do século XX e que se focaram na análise dos estratos dominantes da sociedade, "na compreensão das relações sociais, do exercício do poder, da ideologia do *bem comum*"[80], sobretudo após o abandono por parte dos historiadores de uma história mais centrada nos concelhos. Na mesma linha programática, o tema deu ainda origem, em 2002, a um encontro internacional, na sequência do projeto de investigação *Optima Pars II – As elites na sociedade portuguesa do Antigo Regime*. A publicação das atas do encontro foi coordenada por Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha e nela se apresentaram os resultados mais interessantes do referido projeto[81].

O tema das elites e oligarquias tem sido objeto de estudo não só em Portugal assim como em Espanha[82] e França[83], onde deu origem a encontros e publicações. Foram ainda publicados números temáticos em revistas especializadas, como o da *Revista d'Història Medieval* da Universidade de Valência dedicado às "Oligarquías políticas y elites económicas en las ciudades bajomedievales (siglos XIV-XVI)"[84] ou a revista *Studies in European Urban History*, que também dedicou um volume à

[77] ROSA, Maria de Lurdes – "Quadros de organização de poder nobre na Baixa Idade Média. Estrutura familiar, património e percursos linhagísticos de quatro famílias de Portalegre". *A cidade. Revista cultural de Portalegre*. Nova série 6 (1991), p. 47-65.
[78] RIBEIRO, Ana Isabel Sacramento Sampaio – *Nobrezas e Governança. Identidades e perfis sociais (Coimbra, 1777-1820)*. 2 vol. Coimbra: 2012. Dissertação de doutoramento em História, especialidade de História Moderna, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
[79] BARATA, Filipe Themudo (coord.) – *Elites e redes clientelares na Idade Média: problemas metodológicos*. Lisboa: Colibri-CIDEHUS/UÉ, 2001.
[80] DUARTE, Luís Miguel – "Os melhores da terra (um questionário para o caso português)", cit., p. 91-106.
[81] MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da (org.) – *Optima Pars. Elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005.
[82] MARTÍN CEA, Juan Carlos; BONACHÍA, Juan Antonio – "Oligarquías y poderes concejiles en la Castilla Bajomedieval: balance y perspectivas". *Revista d'Història Medieval*. 9 (1998), p. 17-40; MARTÍNEZ MILLÁN, José (coord.) - *Instituciones y élites de poder en la monarquía hispana durante el siglo XVI*. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 1992; *La nobleza peninsular en la Edad Media. VI Congreso de Estudios Medievales.* Avila: Fundación Sánchez Albornoz, 1999.
[83] *Les elites urbaines au Moyen Âge.* Actes du XXVII^e Congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public (Rome, mai 1996). Rome: École française de Rome, 1997.
[84] NARBONA, Rafael (coord.) – "Oligarquías políticas y elites económicas en las ciudades bajomedievales (siglos XIV-XVI)". *Revista d'Història Medieval*, 9 (1998). [em linha] [Cons. 3 mar. 2019] Disponível em WWW: <URL: https://www.uv.es/uvweb/departament-historia-medieval-ciencies-historiografiques/ca/recursos/revista-historia-medieval/9-1285969180450.html >.

temática[85]. Por sua vez em Espanha, como já referimos, elites e oligarquias também têm vindo a ser estudadas por múltiplos autores e sido objeto de congressos e publicações[86] desde a década de 90 do século XX, nomeadamente por Maria Isabel del Val Valdivieso, que definiu elites urbanas como um grupo social enriquecido, integrado na classe dominante das grandes cidades e constituído pela elite dos vizinhos e por comerciantes de grosso trato, por vezes com ligações à nobreza local, constituindo a oligarquia urbana[87]. Este grupo social foi considerado pela autora como o elemento dinamizador das relações sociais nas cidades de finais da Idade Média, e que, não sendo privilegiado e com poucas possibilidades de ascensão social, se destacou da restante sociedade pela sua riqueza e pelos cargos que desempenhou na cidade.

---

[85] ASENJO GONZÁLEZ, Maria (dir.) – "Oligarchy and Patronage in Late Medieval Spanish Urban Society". *Studies in European Urban History*, 19 (2009).

[86] Sem pretensões de exaustividade vejam-se o trabalho de síntese de ASENJO GONZÁLEZ, María – "Las ciudades medievales castellanas. Balance y perspectivas de su desarrollo historiográfico (1990-2004)". *En la España Medieval.* 28 (2005), p. 415-453; ead. – "Oligarquías urbanas en Castilla en la segunda mitad del siglo XV". *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época.* Vol. IV – *Sociedade, cultura e mentalidades na época do* Cancioneiro Geral. Porto: Universidade do Porto-Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, p. 413-436; ainda da mesma autora o número por si coordenado titulado "Oligarchy and Patronage in Late Medieval Spanish Urban Society" na revista *Studies in European Urban History*, 19 (2009); os trabalhos publicados no número temático da *Revista d'Història Medieval*: *Oligarquias políticas y elites económicas en las ciudades bajomedievales (siglos XIV-XVI), Revista d'Història Medieval,* 9 (1998) e ainda PEINADO SANTAELLA, Rafael G. – "Las élites de poder en las ciudades de la Andalucía Bética". In LÓPEZ DE COCA CASTAÑAR, José E.; GALÁN SÁNCHEZ Ángel (coord.) – *Las ciudades andaluzas (siglos XIII-XVI). Actas del VI Coloquio Internacional de Historia Medieval de Andalucía.* Málaga: Universidad de Málaga, 1991, p. 337-356; QUINTANILLA RASO, M. Concepción; ASENJO GONZÁLEZ, María – "Los Hidalgos en la Sociedad Andaluza a fines de la Edad Media", *ibid.*, p. 419-433; RUIZ POVEDANO, José María – "Las élites de poder en las ciudades del reino de Granada", *ibid.*, p. 357-415; SÁNCHEZ BENITO, José María – "El poder en una pequeña ciudad castellana: el ejemplo de Huete en el siglo XV". *En la España Medieval,* 25 (2002), p. 177-212; VAL VALDIVIESO, M.ª Isabel del – "Ascenso social y lucha por el poder en las ciudades castellanas del siglo XV". *En la España Medieval,* 17 (1994), p. 157-184; ÁLVAREZ ÁLVAREZ, César – "Linajes nobiliarios y oligarquías urbanas en León". *La nobleza peninsular en la Edad Media. VI Congreso de Estudios Medievales.* Avila: Fundación Sánchez Albornoz, 1999, p. 33-65; SABATÉ I CURULL, Flocel – "Ejes vertebradores de la oligarquía urbana en Cataluña". *Revista d'Història Medieval.* 9 (1998), p. 127-149; LÓPEZ DÍAZ, María – "Familia, relaciones sociales y estrategias familiares de las elites urbanas gallegas (XVI -XVIII)". In SANTOS, Carlota (coord.) – *Família, espaço e património*. Porto: CITCEM, 2011, p. 385-399; GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio – *La edad de la nobleza: la identidade nobiliaria en Castilla y Portugal, 1556-1621*. Madrid, Polifemo, 2012; id. – "La nobleza como objeto de estudio en la historiografía española: una propuesta de análisis". In *II Encuentro de Jóvenes Investigadores en Historia Moderna. Líneas recientes de investigación en Historia Moderna*. Madrid: Ed. Cinca, 2015, p. 49-68; LABRADOR ARROYO; Félix – *La casa real portuguesa de Felipe II y Felipe III: la articulación del reino a través de la integración de las elites de poder (1580-1621).* Madrid: s. l., 2006. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia y Letras da Universidad Autónoma de Madrid; SORIA MESA, Enrique – *La nobleza en la España moderna. Cambio y continuidad*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2007.

[87] VAL VALDIVIESO, Mª Isabel del – "Elites urbanas en la Castilla del siglo XV (oligarquía y común)". *Elites e redes clientelares na Idade Média: problemas metodológicos*. coord. por Filipe Themudo Barata. Lisboa: Colibri-CIDEHUS/UÉ, 2001, p. 71-89. Disponível em: https://books.openedition.org/cidehus/5124.

Decorrente deste recentrar dos estudos sobre as elites verificou-se ainda em Portugal, sobretudo no Porto, um interesse sobre o exercício do poder concelhio e os homens que o exerceram. Maria de Fátima Machado foi uma das primeiras a analisar a vereação portuense entre os reinados de D. Manuel e D. João III, no período entre 1518 e 1530, sob vários aspetos, nomeadamente quanto aos oficiais, sua nomeação e desempenho, como e onde se procediam as sessões camarárias, que símbolos estavam associados ao poder, assim como se processavam as relações entre o poder local e o poder central[88]. Ainda no que diz respeito ao poder local, investigou o abastecimento da cidade, como era regulado e como eram regulamentadas as atividades económicas exercidas pelos diferentes mesteres. Por fim as finanças municipais – quais as receitas provenientes do pagamento de impostos e como se gastavam, quer em obras efetuadas, em cerimónias, em assistência, na remuneração de serviços, na segurança da cidade.

Paralelamente a este trabalho surgiram, nessa mesma década, um conjunto de teses de mestrado que tiveram por base os livros de vereação da edilidade portuense do século XVI[89]. De uma maneira geral todas elas analisam a organização e o funcionamento da câmara e vereação, como se relacionavam com o poder central (a corte), quando se realizavam eleições, identificam os oficiais da vereação num determinado ano ou conjunto de anos, a frequência com que se efetuavam as reuniões camarárias e sobre o que deliberavam, como atuavam em períodos de escassez económica, como lançavam e cobravam impostos. Estudaram ainda como as atividades económicas eram regulamentadas, que propriedades tinham e como as conservavam, que medidas tomavam no que dizia respeito à segurança e à saúde da população. A

[88] MACHADO, Maria de Fátima – *O central e o local. A vereação do Porto de D. Manuel a D. João III.* Porto: Ed. Afrontamento, 2003.

[89] FIGUEIREDO, Maria Amélia da Silva Alves dos Santos – *A administração municipal do Porto entre 1488 e 1498 segundo o livro 6 de Vereações*. Porto: 1996. Dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto; FERREIRA, Cristina Isabel de Oliveira Gomes – *A vereação da cidade do Porto (1512/1514)*. Porto: 1997. Dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto; RAMOS, Carla Susana Barbas dos – *A administração municipal e as vereações do Porto de 1500 a 1504*. Porto: 1997. Dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto; MATIAS, Ana Luísa Bellino Pereira Mendes – *O Porto em 1533 – actas de vereação da cidade*. Porto: 1999. Dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto; ARAÚJO, Jorge Filipe Pereira de – *A administração municipal do Porto (1508-1511)*. Porto: 2001. Dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto; SOARES, Edite Rute dos Santos Bentos – *O concelho portuense em 1551*. Porto: 2001. Dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto; PINTO, Maria Helena Barbosa – *A vereação municipal do Porto em 1545*. Porto: 2001. Dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto; VASCONCELOS, Emília Albertina Sá Pereira de – *Vereações na câmara do Porto no ano de 1548*. Porto: 2001. Dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

leitura destas teses revelou-se um importante instrumento de trabalho para a elaboração das fichas biográficas relativas aos indivíduos das famílias representadas no ALB.

Por outro lado, e no que se refere à Arquivística, as mudanças trazidas pelo desenvolvimento das novas tecnologias e pelo surgimento e aumento exponencial dos documentos nados-digitais, deu origem a uma profunda reflexão sobre o tema[90]. Eric Ketelaar afirma mesmo que esta se traduziu numa nova abordagem de perspetivar o arquivar dos documentos como um processo e um produto de formação arquivística – que cria, gere, disponibiliza, usa a documentação num contexto sempre em mudança[91].

De uma maneira geral, em praticamente todos os estudos sobre as elites atrás mencionados, as fontes utilizadas pelos autores foram recolhidas em arquivos centrais e/ou municipais, e quase inexistentes as provenientes dos designados "arquivos de família", isto é, os documentos produzidos, recebidos e conservados pelas famílias e por elas transformados em arquivos passíveis de serem transmitidos ao longo de várias gerações[92]. A explicação desta ausência deve-se em parte ao relativo desinteresse dos historiadores em relação a esta tipologia de arquivos, sendo que uma das principais razões por detrás da ténue presença destes acervos na historiografia, não só em Portugal, mas também em vários outros países europeus, diz respeito aos entraves que se erguem no acesso à documentação[93]. Estes últimos remontam ao ambiente positivista e nacionalista do século XIX, quando a tradição arquivística foi levada a acentuar a estreita ligação entre os arquivos (instituições) e os Estados-nação, concebendo os primeiros como instrumentos ao serviço dos segundos[94]. De carácter centralizador, os arquivos criados neste período foram considerados como repositórios do passado

---

[90] GREGÓRIO, Rute Dias – *O arquivo da Misericórdia de Ponta Delgada: estudo para a implementação de um modelo de organização integrada da informação*. Ponta Delgada: CHAM, 2015, p. 22.

[91] KETELAAR, Eric – "Archival turn and returns", cit., p. 237.

[92] Como o refere LAFUENTE ÚRIEN, Aránzazu – "Archivos Nobiliarios". In GARCÍA ASER, Rosario; LAFUENTE ÚRIEN, Aránzazu – *Archivos Nobiliarios, cuadro de clasificación. Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2000, p. 16; MORSEL, Joseph – "Histoire ou passé? L'archivage comme problème pour l'intelligence historique de la société médiévale". *Archifam - Les archives de famille. Formes, histoires et sens d'une genèse (XIVe-XVIIe siècle).* S. l: s. n., 2013, p. 6. [em linha] [cons. 10 fev. 2019] Disponível em: <https://www.casadevelazquez.org/fileadmin/fichiers/investigacion/Epoque_antique_medievale/2013-2014/Morsel_texteHistoire_ou_pass%C3%A9_4mars2013.pdf>.

[93] *Archives et nations dans l'Europe du XIX*[e] *siècle*. Études réunis par Bruno Delmas et Christine Nougaret. Paris: École des chartes, 2004; COOK, Terry – "Arquivos Pessoais e arquivos institucionais: Para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno". *Revista de Estudos Históricos.* 11, 21 (1998), p. 133-134.

[94] BERGER, Stefan – "The role of national archives in constructing national master narratives in Europe". *Archival Science*. 13: 1 (2013), p. 1-22; COOK, Terry – "Evidence, memory, identity and community", cit., p. 106-107.

nacional[95], onde se encontravam depositados os documentos do Estado e dos seus órgãos de soberania, e serviram para legitimar os estados recém-criados, ou unificados[96]. Nessa época, os arquivistas privilegiaram, sobretudo, a aquisição e conservação de registos emanados de organismos estatais e oficiais, secundarizando, desta forma, a preservação de documentos gerados por entidades não-públicas (famílias, pessoas, sociedades)[97]. Os acervos pessoais e familiares ficaram, assim, arredados desta incorporação custodialista nos arquivos centrais, permanecendo muitos deles na posse dos seus proprietários até, em alguns dos casos, aos nossos dias.

Perante esta realidade e pela riqueza que os arquivos pessoais e familiares encerram, a historiografia e a própria arquivística começaram, como já fizemos menção, a valorizar a documentação escrita enquanto objeto de estudo em si mesma[98], num movimento que é conhecido na Europa por "viragem documentarista" (*tournant documentaire*), sendo um dos seus principais autores Joseph Morsel[99], que perspetivou o arquivo enquanto construção racional e não natural – a chamada "criação do real". Tal como Étienne Anheim[100], os investigadores recentraram a questão quando passaram a estudar as fontes de informação com maior profundidade e como objeto de estudo[101]. Por outro lado, Joseph Morsel chamou também a atenção para questões relacionadas com a sociogénese dos arquivos familiares, considerando esta – a família – como um grupo onde se incluíam não só os elementos da unidade familiar (*stricto senso*) tal como hoje a entendemos, mas também a parentela, e ainda para o carácter funcional que

---

[95] BERGER, Stefan – *ibid*., p. 9; KETELAAR, Eric – "Muniments and monuments: the dawn of archives as cultural patrimony". *Archival Science*. 7, 4 (2007), p. 352.

[96] BERGER, Stefan – *ibid*., p. 13; CARASSI, Marco – "Les archives italiennes et l'unification nationale". *Archives et nations dans l'Europe du XIX^e siècle*. Études réunis par Bruno Delmas et Christine Nougaret. Paris: École des chartes, 2004, p. 81-82.

[97] COOK, Terry – "Arquivos pessoais e arquivos institucionais...", p. 133-134.

[98] Como o provam os estudos de ANHEIM, Étienne – "Ouvrir les sources au questionnment", cit., p. 20-28; KUCHENBUCH, Ludolf – "Sources ou documents?", cit., p. 287-315; MORSEL, Joseph – "Du texte aux archives: le problème de la source", *passim*; WALSHAM, Alexandra – "The social history of the archive: record-keeping in Early Modern Europe", cit., p. 10, assim como encontros científicos sobre a temática, cujos resultados podemos encontrar, por exemplo, em: BLOUIN, Francis X. Jr.; ROSENBERG, William G. (eds.) – *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*. Michigan: Michigan University Press, 2007.

[99] MORSEL, Joseph – "Du texte aux archives: le problème de la source", *passim*; id. – "Histoire ou passé? L'archivage comme problème pour l'intelligence historique de la société médiévale", *passim*.

[100] ANHEIM, Étienne – "Ouvrir les sources au questionnment", cit., p. 20-28.

[101] E não reduzindo o seu estudo ao conteúdo do texto, o que o autor chamou de "fetichismo do texto". MORSEL, Joseph – "Les sources sont-elles "le pain de l'historien"?", p. 286; id. – "Du texte aux archives: le problème de la source", p. 3.

desempenharam ao permitirem assegurar a reprodução legítima do poder de determinados grupos sociais[102].

Esta nova perspetiva de olhar os arquivos e as fontes tem sido aplicada, entre outras, pelas historiografias francesa, quer na produção de monografias[103], artigos[104] ou encontros[105]; italiana[106] e espanhola[107], que têm produzido, neste último caso, variados

---

[102] MORSEL, Joseph – "Histoire ou passé? L'archivage comme problème pour l'intelligence historique de la société médiévale", cit., p. 8; id. – "Sociogenèse d'un patriciat: La culture de l'écrit et la construction du social à Nuremberg vers 1500". *Histoire Urbaine*. 35 (Décembre 2012), p. 98, 105-106.

[103] NOUGARET, Christine; ÉVEN, Pascal (dir.) – *Les archives privées: manuel pratique et juridique*. Paris: DAF, 2008; VON KAENEL, Viviane – *Histoire patrimoniale et mémoire familiale. L'inventaire des archives de la famille Bouvier (1445)*. Lausanne: Université de Lausanne, 2003; LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (dir.) – *Signé Fébus comte de Foix, Prince de Béarn. Marques personelles, écrits et pouvoir au tour de Gaston Fébus*. Paris-Pau: Somogy- Université de Pau et des Pays de l'Adour, 2014; ead.; RAMÍREZ VAQUERO, Eloisa – *Les cartulaires médiévaux. Écrire et conserver la mémoire du pouvoir, le pouvoir de la mémoire=Los cartularios medievales. Escribir y conservar la memoria del poder, el poder de la memoria*. Pau: PUPPA, 2013; GÉRARDOT, Anne – *Fonds des Cars (1247-an I): répertoire numérique détaillé du fonds de la famille de Pérusse des Cars*. Limoges: Conseil général de la Haute-Vienne, 2012.

[104] NOUGARET, Christine – "Les archives privées en France: deux siècles d'expérience de l'administration des archives". In ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa: IEM-CHAM-Caminhos Romanos, 2012, p. 687-696; GUYARD, Patricia – "La gestion de l'écrit dans une famille de serviteurs du roi: le cartulaire et le chartrier des Mignon (XIVe-XVe siècles)". *Bibliothèque de l'école des chartes*, 157:2 (1999), p. 523-563.

[105] CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.) – *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartriers seigneuriaux XIIIe–XXIe siècle.* Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006). Paris: Société de l'Histoire de France, 2010; GUYOTJEANNIN, Olivier – "Les chartriers seigneuriaux au miroir de leurs inventaires (France, XVe-XVIIIe siècle)". In CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.) – *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartriers seigneuriaux XIIIe–XXIe siècle.* Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006). Paris: Société de l'Histoire de France, 2010, p. 35-50; id.; MORELLE, Laurent; PARISSE, Michel (reun.) – *Les cartulaires*. Actes de la table ronde organisée par l'École nationale des chartes et le GDR 121 du CNRS (Paris 5-7 décembre 1991). Paris: École des Chartes, 1993; FAVIER, René (ed.) – *Archives familiales et noblesse provinciale. Hommage à Yves Soulingeas*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2006.

[106] CASELLA, Laura; NAVARRINI, Roberto (ed.) – *Archivi nobiliari e domestici: conservazione, metodologie di riordino e prospettive di ricerca storica*, (acti del convegno di studi. Udine, 14-15 maggio 1998). Udine: Forum Ed., 2000; TASCINI, Irma Paola (curat.) – *Il futuro della memoria*. Atti del convegno internazionale di studi sugli archivi di famiglie e di persone (Capri, 9-13 settembre 1991). 2 vols. Roma: Ministero per i beni culturali e ambientali Ufficio centrale per i beni archivistici, 1997.

[107] Sem elencar todos os estudos que têm vindo a ser feitos nesta área, destacamos as sínteses de BLASCO MARTÍNEZ, Rosa M.ª – "Los archivos familiares. Planteamiento general y cuestiones para el debate". In SÁEZ SÁNCHEZ, Carlos; CASTILLO GÓMEZ, Antonio (eds.) – *Actas del 6 Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita*. Vol. II – *Libros y Documentos en la Alta Edad Media. Los Libros de Derecho. Los Archivos Familiares*. Madrid: Calambur, 2002, p. 391-403; MAS GONZÁLEZ, Carlos - "Cuadros de clasificación de archivos nobiliarios. La iniciativa de la Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional". *Ibid*., p. 493-500; GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. – "Archivos nobiliarios españoles: pasado, presente y ¿futuro? Tipología documental e investigación modernista". In ANDÚZAR CASTILLO, F.; DÍAZ LÓPEZ, J.P. (coord.) – *Los señoríos en la Andalucía Moderna. El Marquesado de los Vélez*. Almeria: Instituto de Estudios Almerienses, 2007, p. 129-210 e ainda os trabalhos de SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Antonio – "El Archivo General de la Casa Ducal de Medinaceli: un modelo de aportacion de los Archivos Nobiliarios Españoles a la ciencia Archivistica". In TASCINI, Irma Paola (org.) – *Il futuro della memoria:* Atti del convegno internazionale di studi sugli archivi di famiglie e di persone, vol. 1, Capri: Ministero per i beno culturali e ambientali - Ufficio centrale per i beni Archivisitici, 1997, p. 347-367; CASAUS BALLESTER, M.ª José – "La Casa de Híjar (Teruel) y el uso de algunos archivos". *Boletín de la Sociedad Española de Ciencias y Técnicas Historiográficas*. 2 (2004), p. 103-122. [em linha] [Cons. 12 mar. 2019] Disponível em: < http://www.archivoducaldehijar-

estudos sobre a temática dos arquivos familiares. Sem pretensões de exaustividade, salientamos os trabalhos de Borja de Aguinagalde[108] e de Olga Gallego[109], os primeiros a teorizar sobre a importância destes acervos e a definir os pressupostos para o seu estudo, e ainda, posteriormente, os de Aránzazu Lafuente Urién[110], Miguel Gómez Vozmediano[111] sobre o *Archivo de Nobleza*, assim como de Juan Ramón Núñez Pestaño[112], autor que tem desenvolvido investigação desde 2009, recenseado e trabalhado os arquivos de família nas ilhas Canárias.

Esta perspetiva também tem sido aplicada, em certa medida, pela historiografia portuguesa[113], com o objetivo de perceber as contínuas metamorfoses operadas nos arquivos pelos grupos familiares que os criaram e geriram, e tentar percecionar os seus usos, funções, valores, significados e representações para o grupo familiar e para a história das famílias, o que vem na linha de investigação proposta por Eric Ketelaar

---

archivoabierto.com/articulos/ad020.pdf>; ARCAY BARRAL, Angel – "Os arquivos de família: o caso galego-português". *Atas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História*. Porto: Universidade do Porto, 2014, p. 217-231, id. – "Debates e clasificación sobre os arquivos familiares: o arquivo dos Malvar". *Casa Nobre – Um património para o futuro*. Actas do 4.º Congresso Internacional. t. I – *Memória histórica e documentação familiar*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2017, p. 623-639; id. – *Os arquivos de familia en Galiza e Portugal: o caso da familia Malvar*. Porto: 2014. Dissertação de Mestrado em História e Património – Ramo de Arquivos Históricos. [em linha] [Cons. 19 mar. 2019] Disponível em: http://hdl.handle.net/10216/77233, onde o autor compara a proposta de Olga Gallego com a de Armando Malheiro da Silva no que diz respeito ao método de organização e quadro de classificação de arquivos familiares.

108 BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco – "Algunas reflexiones sobre la naturaleza y la evolucion historica de los archivos de familia". In TASCINI, Irma Paola (curat.) – *Il futuro della memoria*. Atti del convegno internazionale di studi sugli archivi di famiglie e di persone (Capri, 9-13 settembre 1991), vol. 1. Roma: Ministero per i beni culturali e ambientali Ufficio centrale per i beni archivistici, 1997, p. 264-273; id. – *Archivos de Familia y Archivos domésticos. Treinta años de experiencias.* s. l., Edição de autor, 2013; AGUINAGALDE OLAIZOLA, Francisco de Borja – "El Archivo de la Casa de Zavala. Método de organización e historia de la formación del Archivo". In *Inventario del Archivo de la Casa de Zavala*. Vol. I. *Introducción*. San Sebastián: [s.n.], 2000, p. 17-146 [Em linha] [Cons. 14 mar. 2019] Disponível em: <www.snae.org/pdf/zavala.pdf>.

109 GALLEGO DOMINGUEZ, Olga – *Manual de archivos familiares*. Madrid: ANABAD, 1993.

110 GARCÍA ASER, Rosario; Aránzazu LAFUENTE URIÉN – *Archivos Nobiliarios, cuadro de clasificación. Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2000; LAFUENTE URIÉN, Aránzazu – "Los archivos nobiliarios: formación y conservación. La Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional". In SARASA, Esteban; SERRANO, Eliseo (eds.) – *Estudios sobre señorío y feudalismo: homenaje a Julio Valdeón*. Zaragoza: Institución "Fernando el Católico" (CSIC), 2010, p. 27-75.

111 GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. – "Archivos nobiliarios españoles: pasado, presente y ¿futuro? Tipología documental e investigación modernista", cit., p. 129-210.

112 NÚÑEZ PESTANO, Juan Ramón; Grupo ARCHICAN – "Archivos familiares y personales de Canarias (siglos XVI-XX)". *Cartas Diferentes: Revista Canaria de Patrimonio Documental*. 13 (2017), p. 153-178; GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit; NÚÑEZ PESTANO, Juan Ramón – "Los archivos de familia en Canarias: de "fuentes" a "objetos de estudio" para la investigación histórica". *Estudios Canarios: Anuario del Instituto de Estudios Canarios*, 61 (2017), p. 173-191.

113 ROSA, Maria de Lurdes – "Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas medieval e moderna)", cit., p. 9-42; SILVA, Armando Malheiro da – "Arquivos de Família e Pessoais. Bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica". *Arquivos de Família e Pessoais: Seminário*. Vila Real: APBAD, 1997, p. 51-106.

sobre a forma como a consciência patrimonial afetou a relação da sociedade com os arquivos[114].

Paralelamente, a Arquivística beneficiou também de um repensar dos seus pressupostos teóricos e conceptuais, conseguido através do diálogo entre a chamada "nova arquivística" com as outras áreas das ciências sociais e humanas, diálogo que pela sua interdisciplinaridade promoveu um movimento designado por "viragem arquivística" (*archival turn*[115]). Nesta nova perspetiva, desenvolvida sobretudo nos Estados Unidos da América e no Canadá a partir dos anos 90, os arquivistas tomam plena consciência que o seu trabalho afeta significativamente não só o tipo e quantidade de informação, mas ainda a qualidade com que é disponibilizada ao investigador[116]. Alguns autores chegam mesmo a referir-se aos arquivistas como mediadores[117], não neutros[118] mas dependentes dos contextos sociais, políticos[119] e culturais e arquivísticos vigentes[120], e ainda como percursores no processo de construção da história do arquivo e, por inerência, da História[121], o que vem na linha de pensamento, por um lado dos estudos pós-coloniais[122] e por outro da consciencialização de que nos arquivos devem

---

[114] KETELAAR, Eric – "Archivistics research saving the profession". *The American Archivist*. 63:2 (2000), p. 322-340; id. – "Tacit narratives: the meanings of archives". *Archival Science*. 1:2 (2001), p. 131-141; id. – "Muniments and monuments", *passim*; id. – "The genealogical gaze: family identities and family archives in the 14th to 17th centuries". *Libraries and the cultural record*. 44:1 (2009), p. 9-28.

[115] KETELAAR, Eric – "Archival turn and returns", cit., p. 228-268.

[116] Tem sido vários os estudos realizados pelos arquivos de forma a tentar percecionar como os utilizadores, e entre estes os historiadores, pesquisam e recuperam informação. Veja-se o trabalho de DUFF, Wendy; CRAIG, Barbara; CHERRY, Joan – "Historians' use of archival sources: promises and pitfalls of the digital age". *The Public Historian*. 26:2 (2004), p. 7-22; DUFF, Wendy M.; JOHNSON, Catherine A. – "Accidentally found on purpose: information-seeking behavior of historians in archives". *The Library Quarterly: Information, community, policy*. 72:4 (2002), p. 472-496; VILAR, Polona; SAUPERL, Alenka – "Archives, *Quo Vadis et Cum Quibus*?: Archivists' self-perceptions and perceptions of users of contemporary archives". *International Journal of Information Management*. 35:5 (2015), p. 551-560.

[117] COOK, Terry - "The archive(s) is a foreign country…", cit., p. 533; id. – "Evidence, memory, identity and community…", cit., p. 109-112; ANHEIM, Étienne e PONCET, Olivier – "Fabrique des archives, fabrique de l'histoire", *Revue de Synthèse*. 125 (2004), p. 3; GEARY, Patrick – "Medieval archivists as authors: social memory and archival memory", cit., p. 106; DE VIVO, Filippo; GUIDI, Andrea; SILVESTRI, Alessandro – "Archival transformations in Early Modern European History", cit., p. 423.

[118] DE VIVO, Filippo; GUIDI, Andrea; SILVESTRI, Alessandro – "Archival transformations in Early Modern European History", cit., p. 423.

[119] Com implicações ao nível da avaliação documental, do que deve ou não ser eliminado. Sobre o assunto veja-se WIMMER, Mario – "The presente as future past. Anonymous history of historical times". *Storia della storiografia*. 68: 2 (2015), p. 182.

[120] COOK, Terry - "Arquivos pessoais e arquivos institucionais...", cit., p. 135, 142; id. – "The archive(s) is a foreign country…", cit., p. 497-534.

[121] Id. – "Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts", cit., p. 3-24; id. – "Fashionable nonsense or professional rebirth: postmodernism and the practice of archives". *Archivaria*. 51 (Spring 2001), p. 14-35; id. – "Evidence, memory, identity and community…", cit., p. 113-116.

[122] Veja-se JIMERSON, Randall – "Archives for all: professional responsibility and social justice". *The American Archivist*, 70:2 (2007), p. 252-281; STOLER, Ann Laura – *Along the archival grain. Epistemic anxieties and colonial common sense*. Princeton: University Press, 2009; ead. - "Colonial archives and the

estar representados todos os sectores de uma sociedade ou comunidades[123] e, como tal, ser locais de memória[124]. A par do que se vem fazendo noutros países[125] como no Reino Unido[126], Portugal iniciou também alguns projetos nesta área[127].

2. Pressupostos teóricos e métodos arquivísticos

A partir da década de 80 do século XX, a Arquivística passou a reclamar o estatuto de ciência da informação social, cujo objetivo é estudar os arquivos ou sistemas de informação (semi) fechados, quer na sua estruturação interna e dinâmica própria, quer na interação com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente[128].

Foi, no entanto, e no que se refere a Portugal, com a publicação do trabalho de Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos e Manuel Luís Real – *Arquivística, teoria e prática de uma Ciência da Informação*[129] – que foram enunciadas teoria e metodologia que conceptualizam a arquivística como um ramo de aplicação

---

arts of governance: on the content in the form". In BLOUIN, Francis X. Jr.; ROSENBERG, William G. (ed.) – *Archives, documentation and institutions of social memory. Essays from the Sawyer Seminar*. Michigan: Michigan University Press, 2010, p. 267-279. Nesta mesma coletânea veja-se a introdução à parte IV "Archives, memory, and political culture (Canada, the Caribbean, Western Europe, Africa, and European Colonial Archives)", p. 253-256.

[123] Como relembra HICKERSON, H. Thomas – "Ten challenges for the archival profession". *The American Archivist*. 64:1 (2001), p. 12-13. Veja-se ainda CARTER, Rodney G. S. – "Of things said and unsaid: power, archival silences, and power in silence". *Archivaria*, 61 (2006), p. 215-233; KETELAAR, Eric – "Truths, memories, and histories in the archives of the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia". In VAN DER WILT, H. G. [et al.] (eds). – *The Genocide Convention. The Legacy of 60 Years*. Leiden-Boston: Martinus Nijhoff Pub., 2012, p. 201-221; FLINN, Andrew; STEVENS, Mary; SHEPHERD, Elizabeth – "Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy and the mainstream". *Archival Science*, 9 (2009), p. 71-86; BASTIAN, Jeanette; ALEXANDER, Ben (eds.) – *Community Archives: the shaping of memory*. London: Facet Publishing, 2009; COOK, Terry – "Evidence, memory, identity and community: four shifting archival paradigms", cit., p. 99.

[124] COOK, Terry – "What is past is prologue…", cit, p. 18.

[125] São vários os exemplos de arquivos organizados por comunidades – bairros, etnias, corporações, minorias. Veja-se o projeto Topotek, desenvolvida por Daniel Jeller – Disponível em: <https://icar-us.eu/>. [Consult. 24 mar. 2019].

[126] COMMUNITY ARCHIVES. – Sítio Web. [Consult. 24 mar. 2019] Disponível em WWW: <URL:https://www.communityarchives.org.uk/>.

[127] Como o projeto *Memória para todos*, desenvolvido pelo Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <https://memoriaparatodos.pt/> [Consult. 24 mar. 2019], que recolhe memórias visuais, escritas, orais de moradores ou utilizadores de variados espaços sociais, ou ainda o *Traça*, que promove a recolha de filmes produzidos em contexto familiar: Disponível em: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/eventos/traca-madragoa/?fbclid=IwAR09VFWczlbzTorhVg1bKyUKQuWyz-v8wa1sIt92JraXFRIfhCNarfiJ-w4 [Consult. 24 mar. 2019].

[128] SILVA, Armando Malheiro da *et al.* – *Arquivística, teoria e prática de uma ciência da informação*. 3.ª ed. Porto: Afrontamento, 2009, p. 214.

[129] SILVA, Armando Malheiro da *et al.* – *Arquivística, teoria e prática de uma ciência da informação*, *passim*.

teórico-prática no quadro epistemológico da Ciência da Informação, que estuda, explora e procura compreender, resolver e aprofundar problemas relacionados com a informação. Esta é, aliás, segundo Armando Malheiro da Silva, definida como um "conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (…) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidireccionada"[130].

Nesta linha de pensamento, os arquivos passaram a ser vistos como sistemas de informação que, enquanto entidades, usam procedimentos organizados de recolha, processamento, transmissão e disseminação de dados, que representam informação para o utilizador, e que são entendidos, à luz de uma perspetiva sistémica, como: "um sistema semifechado de informação social materializado em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores"[131].

Quanto à sua estrutura, o autor considera que os sistemas de informação se dividem em unicelulares ou pluricelulares, dependendo da sua dimensão e complexidade sectoriais. Relativamente ao eixo função/uso, podem ser classificados como centralizados, os que operam a partir de um único centro e descentralizados, os que contam com vários sectores orgânico-funcionais, com autonomia no controlo da informação[132]. Por último, quanto ao fator memória, os sistemas de informação podem ser ativos, por terem um regular funcionamento da entidade produtora ou inativos, quando pertencem a uma entidade que já não se encontra em funcionamento.

Esta nova perspetiva, apelidada de científico-informacional pelos seus criadores[133], implicou uma mudança profunda do objeto de estudo e de trabalho da arquivística/Ciência da Informação, que do "documento" passou para a "informação"[134] e convocou metodologias de investigação adequadas ao seu estudo, semelhantes às

---

[130] SILVA, Armando Malheiro da – "Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo". *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e técnicas de Património*. I s., III, (2004), p. 56.

[131] *Ibid.*.

[132] SILVA, Armando Malheiro da – "Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo", cit., p. 68-69; VENTURA, Maria Isabel de Almeida – *O Arquivo Paço de Calheiros: uma abordagem sistémica*. Porto: 2011. Tese de mestrado apresentada à Universidade do Porto, p. 37.

[133] RIBEIRO, Fernanda – "Da arquivística técnica a arquivística científica: a mudança de paradigma". *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e técnicas de Património*. I s., vol. I (2002), p. 97.

[134] Os autores apresentam e definem o conceito em SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "ciências" documentais à ciência da informação. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Afrontamento, 2002, p. 37.

usadas pelas Ciências Sociais em geral. De entre as várias existentes a mais promissora é, no entender de vários especialistas, a teoria sistémica, a qual teve origem nos estudos de Ludwig von Bertalanffy[135] e na sua teoria geral dos sistemas, ao congregar uma visão globalizante que se ajusta bem ao complexo universo da informação. Este conceito, segundo a teoria, surge com um significado mais amplo, num contexto de interação com o exterior, e tem por objetivo criar uma teoria geral dos saberes que termina com o enclausuramento das disciplinas e com a falta de comunicação entre si. Os sistemas de informação devem representar o ambiente e as diversas inter-relações num determinado contexto[136].

No que diz respeito à eficácia do método de investigação, Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro defendem que esta depende do aprofundamento da base teórica deste paradigma científico e que nos remete "para uma concepção do método ajustada à especificidade das ciências sociais e humanas, no âmbito das quais se tem difundido e discutido a denominada investigação qualitativa"[137], análise inspirada num modelo geral de compreensão da metodologia da investigação elaborado por Paul de Bruyne, Jacques Herman e Marc de Schoutheete em 1974, designado por método quadripolar[138].

Este método constitui-se como um dispositivo de investigação complexo, pela necessidade de um conhecimento pluridimensional que abarca a informação cognoscível. Segundo este modelo, a investigação científica não pode ser restringida a uma visão meramente tecnológica ou instrumental (de ordenar, descrever a forma e o conteúdo dos documentos, arrumá-los e cotá-los), devendo ser perspetivada de forma a promover o intercâmbio interdisciplinar, que se cumpre em cada projeto e que se reinicia, prolonga, corrige e supera no seguinte, implicando sempre a interação e a abertura de quatro polos: o polo epistemológico (instância superior, inserida no campo teórico e institucional onde se opera a permanente construção do objeto científico e a delimitação da problemática da investigação) e o polo teórico, onde se formulam os conceitos operatórios, hipóteses e teorias e subsequente verificação ou refutação do

---

[135] Karl Ludwig von Bertalanffy (1901-1972): biólogo austríaco e criador da teoria geral dos sistemas. SILVA, Armando Malheiro da *et al.* - *Arquivística, teoria e prática de uma ciência da informação*, p. 37.
[136] VENTURA, Maria Isabel de Almeida - *O Arquivo Paço de Calheiros: uma abordagem sistémica*, p. 26-27.
[137] O termo qualitativo significa, quer o tipo de dados que uma investigação produz, quer os modos de atuação ou postulados que lhe são correlativos. SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "ciências" documentais à ciência da informação*, p. 86.
[138] *Ibid.*, p. 86; SILVA, Armando Malheiro da *et al.* – *Arquivística, teoria e prática de uma ciência da informação*, p. 220-226.

"contexto teórico" elaborado. Neste polo, ajustado à investigação arquivística, surge a racionalidade indutiva e possui um vasto "material" acumulado empiricamente que pode ser convertido em "contexto teórico" disponível para os projetos de investigação presentes e futuros. Armando Malheiro da Silva refere-se ao conhecimento de vários pressupostos na análise de um sistema de informação: como foi fundado formal ou informalmente, se por iniciativa individual ou coletiva, que relação estabelece com outros sistemas a ele ligados, se é unicelular ou pluricelular, como disponibiliza a sua informação[139]. Para além dos polos já mencionados, existem ainda o polo técnico (onde o investigador toma contacto, por via instrumental, com a realidade objetiva, onde realiza procedimentos e aplica técnicas de observação direta e indireta de casos ou de variáveis, de análise e avaliação retrospetiva e prospetiva) e por fim o polo morfológico onde, mais até do que no teórico, se reflete a eficácia destas operações. Aqui assume-se, por inteiro, a análise e avaliação dos dados recolhidos e parte-se não apenas para a configuração do objeto científico, mas também para a exposição de todo o processo que permitiu a sua construção. Verifica-se a organização e apresentação dos dados, devidamente criticados no polo teórico e harmonizados no polo epistemológico, o que ilustra o pendor interativo da investigação quadripolar[140].

O método quadripolar surge, assim, pela sua vertente qualitativa, como o mais apropriado a aplicar à Ciência da Informação tal como ela é conceptualizada pela "Escola do Porto"[141]. A dinâmica por ele incutida resulta da interação dos seus quatro polos num contexto de análise sistémica da informação.

No que se refere ao estado da arte sobre a investigação em arquivos familiares em Portugal, e após uma primeira abordagem ao tema no 2.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas por Olga Gallego[142], os primeiros

---

[139] SILVA, Armando Malheiro da *et al.* – *Arquivística, teoria e prática de uma ciência da informação*, p. 222.

[140] SILVA, Armando Malheiro da *et al.* – *Arquivística, teoria e prática de uma ciência da informação*, p. 223-224; id.; RIBEIRO, Fernanda – *Das "ciências" documentais à ciência da informação. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*, p. 89-90; FERREIRA, Helena Margarida da Silveira Lopes – *Estudo sistémico do Arquivo da Câmara Municipal de Penela*. Coimbra: 2012. Relatório de Estágio do Segundo Ciclo de Estudos em Política Cultural Autárquica. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, p. 5-8.

[141] SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "ciências" documentais à ciência da informação. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*, *passim*.

[142] Na sua comunicação, a autora alertou a comunidade arquivística portuguesa para a necessidade de incluir os arquivos de família na sua agenda de trabalho, ao mesmo tempo que propôs metodologias para a sua incorporação, tratamento e divulgação. RODRIGUES, Abel – "Os arquivos pessoais e familiares em Portugal: uma reflexão crítica dos últimos vinte anos". *Arquivos privados de persoas e familias. Unha*

trabalhos sobre a temática foram de Pedro Peixoto[143], primeiro no extinto Instituto Português de Arquivos, em seguida no Grupo de Trabalho de Arquivos Pessoais e Familiares e Espólios" na Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD) e, posteriormente, no Arquivo Distrital de Vila Real que, a exemplo de outras instituições, adotou o modelo temático-funcional[144] de descrição arquivística para descrever estes fundos documentais. Este autor teve o mérito não só de chamar a atenção para a importância destes acervos, pelos contributos que podiam trazer à compreensão da história e das sociedades de Antigo Regime, mas também pelos trabalhos pioneiros de reflexão sobre a aplicação das normas internacionais de descrição arquivística, como a ISAD(G)[145], aos arquivos de família[146]. Refere-se ainda que, no caso português, até ás últimas décadas do século XX, era prática comum dos profissionais de arquivo, organizar e descrever a documentação dos arquivos de família à sua guarda de acordo com uma classificação temático-funcional que, embora tentasse respeitar alguns conceitos arquivísticos, como a manutenção da ordem original dos documentos[147] estabelecida pelo criador do fundo ou o princípio da proveniência[148], não

---

ollada á Fundación Penzol. Actas do I Encontro da Fundación Olga Gallego (Vigo, 27 de outubro de 2017). S. l.: Fundación Olga Gallego, 2018, p. 32.

143 Datam de 1991 as orientações que o autor elaborou para colmatar "a falta em Portugal de instrumentos de trabalho que cobrissem a área da organização e descrição dos fundos de arquivos de família", assumindo-se como um "ponto de partida para uma reflexão sistematizada sobre as tarefas que urge levar a cabo" nessa mesma área. PEIXOTO, Pedro de Abreu – *Arquivos de família. Orientações para a organização e descrição dos Fundos dos Arquivos de Família*. Lisboa: Instituto Português de Arquivos, 1991, p. 4.

144 PEIXOTO, Pedro de Abreu – "Perspectivas para o futuro dos arquivos de família em Portugal". *Cadernos BAD*. (2002), p. 76-90; GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita e PEIXOTO, Pedro Abreu – *Arquivos de Família: organização e descrição*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1996.

145 CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – *ISAD (G). Norma internacional de descrição arquivística*. 2.ª edição. Lisboa: Ministério da Cultura, Torre do Tombo, 2002.

146 Neste artigo o autor procurou refletir sobre a exigência ou não de formulações específicas da norma para serem aplicadas a este tipo de arquivos, abrindo o debate a todos quantos se interessassem sobre o assunto. PEIXOTO, Pedro de Abreu – "A aplicação das ISAD(G) aos arquivos de família". *Páginas a&b*. 4 (2002), p. 55-70.

147 Sobre o assunto veja-se EDWARDS, Robert – ""With respect to original order": changing values in Archival Arrangement". *AABC Newsletter*. 11:1 (2001); HORSMAN, Peter – "The last dance of the phoenix, or the de-discovery of the Archival Fonds". *Archivaria*. 54 (2002), p. 1-23; HORSMAN, Peter; KETELAAR, Eric; THOMASSEN, Theo – "New respect for the old order: the context of the Dutch Manual". *The American Archivist*. 66 (2003), p. 249-270; NOUGARET, Christine – "Les sources archivistiques: Production organique ou invention de l'archiviste?", cit., p. 331-339; MACNEIL, Heather – "Archivalterity: rethinking original order". *Archivaria*. 66 (2008), p. 20-24; MEEHAN, Jennifer – "Rethinking original order and personal records". *Archivaria*. 70 (2010), p. 27-44; LEME, Margarida – "Compreender o seu arquivo de família". In ROSA, Maria de Lurdes; NÓVOA, Rita Sampaio da (coord.) – *Arquivos de Família: Memórias Habitadas. Guia para salvaguarda e estudo de um património em risco*. Lisboa: IEM, 2014, p. 20.

148 Veja-se a síntese de SWEENEY, Shelley – "The ambiguous origins of the archival principle of "provenance"". *Libraries & Cultural Record*. 43:2 (2008), p. 193-213; LODOLINI, Elio – "Respect des fonds et principe de provenance". *Gazette des archives*. 168 (1995), p. 11-63; YEO, Geoffrey –

se dedicava à "investigação institucional e informacional" dos fundos[149]. Por essa razão, foi escassa a constituição de quadros de classificação orgânicos e dotados de "espessura histórica"[150] que reconstituíssem a produção, funcionamento, transmissão e conservação dos sistemas de informação.

No entanto, e como já foi referido, esta prática profissional começou a alterar-se a partir de meados da década de 90 devido ao crescente interesse da ciência arquivística, enquanto ciência independente, sobre o tema dos arquivos de família, o que levou à elaboração de vários estudos que tentavam responder a questões como: em que condições as famílias produziram, transmitiram e conservaram a informação em sociedades de Antigo Regime, que importância e poder económico, jurídico, social e cultural poderia advir da posse de um arquivo, que uso faziam da escrita e da leitura[151]. Estes temas de investigação também foram o culminar de outros fatores, tais como do crescente interesse dos historiadores pela história da família e sua organização na sociedade e ainda pela valorização do património arquivístico nas mãos dos privados.

Foi nessa linha de investigação que foram lançadas novas abordagens aos arquivos de família e pessoais, nomeadamente com a teorização proposta por Armando Malheiro da Silva[152], e seguida por alguns arquivistas, que optaram pela reorganização dos arquivos familiares e pessoais segundo de um modelo orgânico baseado na genealogia, o qual é perfeitamente compatível com as normas de descrição multinível previstas pela ISAD (G) e ISAAR (CPF)[153]. Este princípio de organicidade obriga, dessa forma, a que se conheça pormenorizadamente não só a história das entidades produtoras e acumuladoras, mas também a história dos arquivos e a circulação dos documentos. A representação e o tratamento da informação incidem, assim, simultaneamente sobre os produtos documentais e sobre a estrutura que os criou e acumulou, oferecendo uma visão mais global dos contextos e dos resultados da produção e conservação documental.

"Custodial history, provenance, and the description of personal records". *Libraries & Cultural Record*. 44: 1 (2009), p. 50-64. COOK, Terry – "What is past is prologue…", cit., p. 31-32, 35

[149] ROSA, Maria de Lurdes – "Problemáticas históricas e arquivísticas actuais", *ob. cit.*, p. 18-19.

[150] *Ibid.*.

[151] KETELAAR, Eric – "The genealogical gaze", *passim*; id. –"Muniments and monuments", p. 343-357; *Archives & Nations dans l'Europe du XIX*^e^ *siècle*, *passim*.

[152] SILVA, Armando Malheiro da – "Arquivos de Família e Pessoais. Bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica", cit., p. 51-106; id. – "Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo", cit., p. 55-84.

[153] CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAAR (CPF). Norma internacional de registo de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias*. 2.ª edição. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2004.

O modelo tem demonstrado ser apto na descrição de arquivos institucionais, como o da Câmara Municipal de Penela[154], arquivo histórico da Câmara Municipal de Santarém[155], os das Misericórdias de Ponta Delgada[156] e de Barcelos[157], da Presidência da República[158], ou de concelhos já extintos, como o de Albergaria de Penela[159], só para citar alguns exemplos. Paralelamente tem sido também aplicado na descrição de arquivos de família portugueses, dos quais destacamos, por ter sido um dos primeiros a ter utilizado este método, o da Casa de Mateus[160], e ainda o da família Araújo de Azevedo[161] e da Casa do Avelar[162].

Outros acervos têm sido estudados no âmbito das teses de mestrado e doutoramento que têm vindo a ser produzidas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, quer no mestrado de Ciência da Informação, quer no Mestrado em História e

[154] FERREIRA, Helena Margarida da Silveira Lopes – *Estudo sistémico do Arquivo da Câmara Municipal de Penela*, *passim*.
[155] SANTOS, Isabel Maria Gonçalves Claudino – *Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Santarém. Estudo histórico e orgânico-funcional para a contextualização e inventariação da informação acumulada: 1506-1820*. Lisboa: 2018. Dissertação de mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
[156] Apenas parcelarmente. Veja-se o estudo de GREGÓRIO, Rute Dias – *O arquivo da Misericórdia de Ponta Delgada*, *passim*.
[157] CORREIA, Edite Mafalda Gama – *O Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos: estudo e tratamento arquivístico – modelo sistémico*. Porto: 2013. Relatório de estágio realizado no âmbito do mestrado em História e Património – Ramo Arquivos Históricos da Universidade do Porto.
[158] RODRIGUES, Susana – *O sistema de informação Presidência da República Portuguesa*. Lisboa: Colibri, 2017.
[159] GOMES, Ana Catarina Lima Noering – *O sistema de informação do extinto concelho de Albergaria de Penela (integrado no concelho de Ponte de Lima)*. Porto: 2016. Relatório de estágio realizado no âmbito do mestrado em História e Património – Ramo Arquivos Históricos da Universidade do Porto.
[160] *Casa de Mateus. Catálogo do Arquivo*. Vila Real: Fundação Casa de Mateus, 2005; SILVA, Armando Malheiro da – "Da memória ao acesso à informação na Casa de Mateus: as bases e objectivos de um projecto sistémico". *Revista de Letras do Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro*, II, 6 (2007), p. 305-317.
[161] RODRIGUES, Abel – *Entre o público e privado. A génese do Arquivo do Conde da Barca (1754-1817)*. Braga: 2007. Dissertação de Mestrado em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea apresentada à Universidade do Minho. [em linha] [Cons. 3 mar. 2019] Disponível em: <https://up-pt.academia.edu/AbelRodrigues>; id. – "O Gabinete do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1804-1808): análise da produção informacional". *Revista da Faculdade de Letras: História*. III série, 10 (2009), p. 71-90; id. – "Sistema de informação Família Araújo de Azevedo: estudo orgânico-funcional aplicado ao Cartório da Casa de Sá". *Casa Nobre – um património para o futuro.* Actas do 1º Congresso Internacional. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2007, p. 85-133; id. – "Os arquivos pessoais e familiares do Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho. Uma abordagem sistémica". *Casa Nobre – um património para o futuro.* Actas do 2.º Congresso Internacional. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2011, p. 223-273; id. – "O arquivo da família Melo (séc. XIV-XIX): do "arranjamento" iluminista à integração no sistema de informação Casa de Mateus". *Casa Nobre – um património para o futuro.* Actas do 3.º Congresso Internacional. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2013, p. 478-497.
[162] Arquivo Distrital de Braga – *Arquivo da Casa do Avelar. Estudo Orgânico e Catálogo*. Braga: Universidade do Minho, 2010.

Património, na comummente designada "Escola do Porto" [163], a qual promove numa nova abordagem da Arquivística, enquanto ramo teórico-prático da Ciência da Informação[164]. As teses produzidas pelos alunos nos dois mestrados da instituição incidiram sobre os arquivos da família Calheiros[165], Casa do Porto[166], Casa dos Barros[167], Casa das Mouras[168], Vasconcelos[169], Azevedo Aguiar Brandão[170], Condes de Azevedo[171].

Também na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, nos mestrados de Ciências da Informação e Documentação e no doutoramento em História, especialidade de Arquivística Histórica o tema tem vindo a ser escolhido por alguns alunos, tendo já sido concluídas as teses sobre os arquivos das famílias Castro/Nova Goa[172], Condes de Belmonte[173], famílias Gama Lobo Salema[174] e Costa[175],

---

[163] SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "ciências" documentais à ciência da informação, passim*.

[164] SILVA, Armando Malheiro da *et al.* – *Arquivística, teoria e prática de uma ciência da informação, passim*.

[165] VENTURA, Maria Isabel de Almeida – *O Arquivo Paço de Calheiros: uma abordagem sistémica, passim*.

[166] MOREIRA, Carla de Jesus Torres – *O Arquivo da Casa do Porto: o seu estudo e a sua representação - o modelo sistémico*. Porto: 2012. Trabalho final do 2.º Ciclo de Estudos em História e Património – ramo Arquivos Históricos apresentado à Universidade do Porto.

[167] MAIO, Vânia de Jesus Dinis – *Arquivo da Casa dos Barros (1753-1955) - Reconstituição da Memória*. Porto: 2009. Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património – Ramo de Arquivos Históricos.

[168] CARDOSO, Vilma Joana Correia Paiva de Freitas – *O Arquivo da Casa das Mouras: estudo orgânico e sua representação através do modelo sistémico*. Porto: 2013. Trabalho final do 2.º Ciclo de Estudos em História e Património – ramo Arquivos Históricos apresentado à Universidade do Porto.

[169] MAIA, Sara Raquel Maciel da Silva – *Os Vasconcelos de Vila do Conde - Arquivo familiar*. Porto: 2016. Relatório de projeto e estágio realizada no âmbito do Mestrado em História e Património – Ramo Arquivos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

[170] CORREIA, Telma Marília Assunção – *A Família Azevedo Aguiar Brandão e a Indústria do Papel (Séculos XIX e XX)*. Porto: 2009. Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património – Ramo de Arquivos Históricos. [em linha] [Cons. 19 mar. 2019] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/20283 >

[171] MENDES, Ana Filipa Almeida – *Para a construção de uma memória: organização sistémica do Arquivo dos Condes de Azevedo*. Porto: 2015. Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património – Ramo de Arquivos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

[172] MARQUES, Patrícia Cardoso – *O Arquivo Castro/Nova Goa: construção de catálogo. A aplicação do modelo sistémico*. Lisboa: 2013. Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação - Arquivística apresentada à FCSH-UNL.

[173] SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – "O Arquivo da Casa de Belmonte: o que o tempo (ainda) não apagou". *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, 2012, p. 491-506; ead. – *O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV-XIX: Identidade, gestão e poder*. Lisboa: 2017. Dissertação de Doutoramento em História – especialização em Arquivística Histórica apresentada à FCSH-UNL.

[174] NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – "O Arquivo Gama Lobo Salema: perspectivas de estudo". *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, 2012, p. 507-521; ead. – *O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos Arquivos de Família nobre nos séculos XV-XVI*. Lisboa: 2016. Tese de Doutoramento em História, especialidade em Arquivística Histórica

Almada e Lencastre Bastos que agora apresentamos e outras ainda em elaboração, como a dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira e a dos Viscondes de Vila Nova de Portimão.

Em suma, são vários os sistemas de informação familiares que têm vindo a ser trabalhados segundo esta metodologia, como nos dá conta Abel Rodrigues numa reflexão crítica dos cerca de vinte anos de debate entre teoria e prática arquivística aplicadas a este tipo de arquivos[176].

3. O modelo sistémico aplicado aos arquivos de família

Como referimos acima, a par das alterações verificadas na arquivística, foi também em finais do século XX que se manifestou um significativo interesse pela investigação da história e formas de organização dos arquivos de família, o qual adquiriu maior visibilidade com a publicação de diversos estudos e com a realização de alguns encontros sobre a temática. Um dos primeiros foi organizado, em 1997, pela BAD em Vila Real e contou com a participação de historiadores e arquivistas[177] e, nele foram apresentadas várias propostas de estudo versando estes acervos. Uma delas foi defendida por Armando Malheiro da Silva, que veio posteriormente, já na primeira década do século XXI, a desenvolver o modelo sistémico. O modelo assenta numa perspetiva científica que define a Arquivística como um ramo teórico-prático de uma Ciência da Informação que permite ao investigador investigar "as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo informacional e os meios de processamento de informação para a optimização do acesso e uso" e que estão relacionadas "com um corpo de conhecimento que abrange origem, colecta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transformação e utilização da informação"[178].

---

apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa e à Université Paris I Panthéon-Sorbonne – École Doctorale d'Histoire.

[175] LEME, Margarida – "O Arquivo Costa no Arquivo Óbidos-Palma-Sabugal". *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, 2012, p. 479-490; ead. – *Costas com Dom: família e arquivo (séculos XV-XVII)*. Lisboa: 2018. Dissertação de Doutoramento em História - especialização em Arquivística Histórica apresentada à FCSH-UNL.

[176] RODRIGUES, Abel – "Os arquivos pessoais e familiares em Portugal: uma reflexão crítica dos últimos vinte anos", cit., p. 31-50.

[177] *Arquivos de Família e Pessoais: Seminário*. Vila Real: APBAD, 1997.

[178] SILVA, Armando Malheiro da – "Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo", cit., p. 23.

Considerando os pressupostos enunciados por este autor, conclui-se que um arquivo, seja familiar, pessoal ou institucional, constitui um sistema de informação organizado ou operatório, cujo ponto estruturante e dinamizador é, no caso dos arquivos familiares, uma família ou pessoa, dotada de estrutura própria e ação fixada sempre por objetivos diversos, uns fixos outros em mudança[179]. Especificado o conceito de arquivo/sistema de informação, clarificica-se um outro conceito, o de família, entendida como a estrutura orgânica que pressupõe a união física e afetiva de duas pessoas, unidas por casamentos ou outras ligações; as uniões que se estabelecem ao longo das gerações; a continuidade da linhagem através da descendência ou ainda as ações que foram desenvolvidas por determinados membros para garantirem a sobrevivência coletiva e o seu poder socioeconómico, político e simbólico. Os arquivos serviram estas famílias que os geraram e construíram, e por elas foram percecionados como locais de memória[180]. Armando Malheiro chama a atenção para a indiscutível importância da genealogia familiar para a contextualização orgânica da informação[181] e refere que esta estrutura se vai refletir no quadro orgânico funcional que toma forma no âmbito deste modelo.

O modelo sistémico pode, assim, ser aplicado aos sistemas de informação do tipo familiar e pessoal, independentemente da sua variedade tipológica e volume documental, e especialmente das condições físicas e socioinstitucionais[182] em que for encontrado e estudado, recorrendo aos organogramas e fluxogramas para alcançar essa compreensibilidade, descrevendo a informação em vários níveis, de forma a permitir uma aproximação ao seu contexto de produção[183], "ao tempo e ao espaço originais […]

---

[179] *Ibid.*, p. 68.

[180] MORSEL, Joseph – "En guise d'introduction: les chartriers entre 'retour aux sources' et déconstruction des objets historiens". In CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.) – *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartriers seigneuriaux XIII^{e} - XXI^{e} siècle*. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006). Paris: Société de l'Histoire de France, 2010, p. 17; ROSA, Maria de Lurdes – "Arquivos de Família: para um roteiro de temas e problemas". In ROSA, Maria de Lurdes (org.) - *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, 2012, p. 18.

[181] SILVA, Armando Malheiro da – "Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo", cit., p. 70.

[182] Se o sistema de informação se encontra em casa dos proprietários ou de uma biblioteca pública. *Ibid.*, p. 68.

[183] Terry Cook realçou a importância do papel da arquivística australiana ao inovarem a prática da descrição arquivística estática para um sistema de inter-relacionamentos dinâmicos com o objetivo de enfatizarem o princípio da proveniência, e como tal, enriquecendo a compreensão do complexo contexto da criação de documentos. COOK, Terry – "Arquivos pessoais e arquivos institucionais...", cit., p. 135.

que só um modelo sistémico e integrado […] pode assegurar e proporcionar a utilizadores internos e externos”[184].

A reconstituição de um quadro orgânico-funcional de um sistema de informação, que procura chegar à ordem original da documentação, não é, no entanto, isento de algumas críticas. Maria de Lurdes Rosa alerta para esse facto quando refere que a “busca pela matriz orgânica” é de alguma forma “fixista, estática, inconscientemente contagiada pelo fascínio do ‘organigrama’ claro e estável das organizações ‘fortes’ e ‘racionais’” e que se poderá “cair numa ‘ilusão de real’ a partir [...] de uma construção, que é a genealogia, sobrepondo-a à vida real, ao facto conhecido de que provavelmente nunca houve ‘ordens originais’ *strictu sensu*”[185]. Ora essas ordens constituiriam, na opinião da autora, mais umas “desordens”. Os documentos da família eram conservados em função dos objetivos a que serviam (probatório e administrativo), e a ordem “natural” não seria produzida pela posição dos membros da família no conjunto, mas sim uma ordem “construída” ou selecionada pelas práticas de controlo documental, em que se construíam conjuntos documentais referentes à instituição e posse de determinados bens, como por exemplo, um morgadio.

À luz de todos estes pressupostos teóricos, o sistema de informação familiar ALB, como veremos adiante no capítulo III, foi organizado mediante o modelo de classificação baseado na organicidade familiar o qual revelou um quadro orgânico que distribui a documentação pelos seus produtores e acumuladores, em que cada geração produtora de documentação (a fundadora e as subsequentes) constitui uma secção arquivística, reservando-se as subsecções para inserir primeiro o casal administrador/representante da linhagem, depois o varão/esposo desse casal (destinando-se a englobar toda a documentação até ao momento do casamento), depois a esposa (com as mesmas características), e depois os irmãos e cunhados por ordem cronológica de idades. Todas estas subsecções foram identificadas pelos nomes completos dos produtores informacionais e pelas suas datas de nascimento e óbito, de modo a produzir registos de autoridade unívocos, sobretudo em casos de homonímia, que constituíram pontos de acesso normalizados. Em cada registo de autoridade constam, necessariamente e respeitando as normas da ISAAR (CPF), os elementos biográficos e genealógicos de cada um dos elementos, cargos públicos ocupados, atividades desenvolvidas. Para diferenciar a produção documental pessoal da familiar,

---

[184] *Casa de Mateus. Catálogo do Arquivo*, cit., p. 27-28.
[185] ROSA, Maria de Lurdes – “Arquivos de Família: para um roteiro de temas e problemas”, cit., p. 29.

assim como a documentação produzida no exercício de determinado cargo ou função, foi necessário recorrer à organicidade pessoal que constitui cada fase de vida do indivíduo, como a infância, adolescência/juventude e adulto/velhice[186], as quais foram representadas como subdivisões da subsecção indivíduo. Delineadas as secções e subsecções, a estas são associados os documentos, que podem estar ligados diretamente na subsecção correspondente ou, em alternativa, optou-se pela constituição de séries/subséries (por tipologia documental, por exemplo), que permitiram compreender melhor a distribuição cronológica e contextual dos documentos que se encontram descritos. A documentação, por sua vez, foi descrita ao nível do documento composto e do documento simples, respeitando a ISAD (G).

No que diz respeito à aplicação do modelo sistémico a cada uma das pessoas enquanto participantes do sistema de informação, deve ter-se em consideração os elementos biográficos e genealógicos de cada uma delas, descritos de forma mais detalhada possível respeitando as normas da ISAAR (CPF), originando Registos de Autoridade Arquivística, que permitem melhor compreender a distribuição cronológica e contextual dos documentos que se encontram descritos na base de dados, segundo a sua ordem e organização.

O modelo sistémico contempla, para além do esquema geracional linear que representa, no fundo, o sistema de informação da família, a existência de subsistemas de informação com dinâmicas e orgânicas próprias, que poderão ser familiares ou individuais/profissionais. Estes subsistemas familiares estão relacionados com os ramos familiares colaterais que chegam ao ramo principal por via de casamentos, doações, heranças, etc. A realização de alianças matrimoniais é frequentemente a causa da incorporação de dotes no património da família recetora e a sua posse validada pela documentação que acompanha esse capital económico e simbólico. Também as doações de propriedades por elementos exteriores ao ramo principal da família são legitimadas por instrumentos jurídicos como escrituras de doação, testamentos, etc. Consequentemente estes subsistemas familiares devem entrar no sistema na secção responsável (seja secção ou subsecção) pela aquisição das mesmas, e que eles próprios podem ainda conter secções e subsecções e, inclusive, contemplar outros subsistemas,

[186] *Ibid.*, p. 78.

confirmando, assim, a afirmação de alguns autores quando referem que o arquivo de família é um "arquivo de arquivos"[187].

O modelo sistémico aplica-se independentemente do volume da documentação e do local onde esta fica acondicionada e disponível para consulta. No caso do arquivo de família que tratámos para a elaboração deste trabalho, a documentação, como veremos no capítulo seguinte, encontra-se depositada na Biblioteca Nacional de Portugal. Desse trabalho de inventariação das caixas que o compõem resultou não só um plano de classificação mas também um instrumento de descrição documental (IDD) sob a forma de um inventário, onde foi feita a descrição ao nível do documento, para a totalidade do arquivo, uma vez que o seu conteúdo era praticamente desconhecido[188] e que apresentamos em anexo[189].

---

[187] MARQUES, Patrícia Cardoso – *O Arquivo Castro/Nova Goa: construção de catálogo. A aplicação do modelo sistémico*, p. 6; LAFUENTE URIÉN, Aránzazu – "Los archivos nobiliarios en España: el Archivo de la Nobleza". In ROSA, Maria de Lurdes Rosa (org.) - *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, 2012, p. 667.

[188] O acervo foi utilizado por alguns investigadores para publicação de fontes documentais ou para estudos. CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro – "Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII". *Anais de História de Além Mar*. XIII (2012), p. 221-332; GOMES, Saul António – "D. Fernão de Sousa, alcaide-mor de Leiria: apenas (mais) algumas notas documentais". *Cadernos de Estudos Leirienses*. 5 (set. 2015), p. 175-184; PÁSCOA, Marta – *O códice 702. Um cartulário de D. Jaime de Bragança*. S. l.: Fundação Casa de Bragança, 2015; PINTO, Pedro – "O Arquivo da Família Almada Lencastre Basto (Casa de Souto de El-Rei e Casa da Feira) na Biblioteca Nacional: propostas de exploração no âmbito da elaboração de um catálogo". In ROSA, Maria de Lurdes (org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, 2012, p. 307-341; ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal*, p. 227-231; ead. – *As almas herdeiras. Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal 1400-1521), passim*; *Valdevez Medieval. Documentos*. II – *Arquivos de Lisboa. 1300-1479*. Coord. de Amélia Aguiar Andrade e Luís Krus, transcrições de Filipa Silva e João Luís Fontes. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 2001, p. 77-79; 182-183; 274-275; MARTINS, Ana Canas Delgado – *Governação e arquivos: D. João VI no Brasil*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, [2007]; FUENTE, Francisco A. de la – *D. Miguel Pereira Forjaz. Conde da Feira, 1769-1827. O organizador da luta contra Napoleão*. Lisboa: Tribuna da História, 2011.

[189] Veja-se vol. II – Anexos, Anexo 2, desta dissertação.

Capítulo II - O Sistema de Informação Almada e Lencastre Bastos – história custodial e arquivística

Em 2012, nas atas do colóquio *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, organizado por Maria de Lurdes Rosa em 2010, Pedro Pinto[190] publicou uma proposta exploratória do arquivo Almada e Lencastre Bastos (ALB), do qual apresentou o inventário das primeiras seis caixas[191]. O estudo, que pretendia divulgar o arquivo e seu conteúdo, incluía uma pequena história custodial do acervo e das famílias detentoras: a dos Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei e a do Conde da Feira, da segunda titulatura, Miguel Pereira Forjaz Coutinho[192] assim como de algumas famílias e indivíduos nelas englobadas, como D. António de Lencastre[193] ou Duarte Pacheco Pereira[194]. Segundo o autor, o ALB era constituído por mais de trezentas unidades de instalação[195], não havia catálogo nem inventário (apenas as guias de remessa) "dos maços e pacotes, que foram descritos por tipologia de documentação, âmbito cronológico e toponímico, contendo diversas lacunas e imprecisões"[196] que o autor intentava suprir, iniciando o trabalho de catalogação, ao nível do documento simples, e que pretendia disponibilizar no sítio internet do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. Ainda nesse estudo chamava o autor a atenção para um outro núcleo do arquivo pertencente à Casa de Souto del Rei, adquirido em leilão[197] pela Torre do Tombo em 2005 e depositado no Arquivo Distrital de Viseu (ADV) em 2007, e que se encontra sumariamente descrito no Digitarq, constituído por dezasseis livros, cujas datas extremas vão de 1571 a 1950. Tendo-nos dirigido ao Arquivo Distrital de Viseu para consulta deste último, verificámos que não se tratavam de documentos do ALB, mas sim de um outro acervo[198].

---

[190] PINTO, Pedro – "O Arquivo da Família Almada Lencastre Basto…", cit., p. 307-341.

[191] Da cota ANTT. O ALB encontra-se dividido em três séries, tantas quantos os locais de recolha da documentação, como veremos mais adiante.

[192] Veja-se FUENTE, Francisco A. de la – *D. Miguel Pereira Forjaz. Conde da Feira, 1769-1827. O organizador da luta contra Napoleão*, p. 17, 261.

[193] PINTO, Pedro – "O Arquivo da Família Almada Lencastre Basto...", cit., p. 311-312.

[194] PINTO, Pedro – "O Arquivo da Família Almada Lencastre Basto...", cit., p. 312-313. Sobre Duarte Pacheco Pereira, o autor publicou a documentação existente no ALB em CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro - "Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar", cit., p. 221-332.

[195] O autor refere 370 unidades de instalação, na contagem final verificou-se serem 291 unidades de instalação.

[196] PINTO, Pedro – "O Arquivo da Família Almada Lencastre Basto...", cit., p. 307-308.

[197] Por informação da Torre do Tombo, soubemos que a documentação foi comprada a um antiquário de Lisboa, o qual por sua vez a tinha comprado a um outro de Lamego.

[198] O que pela descrição indicava serem documentos do arquivo da Casa de Souto del Rei, veio a verificar-se ser um conjunto de códices factícios pertencentes ao arquivo da família Fonseca Vieira e

Em 2016, no âmbito de realização da presente tese de doutoramento em História, especialidade de Arquivística Histórica na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, retomámos o trabalho de inventariação ao nível do documento simples que fora iniciado pelo citado autor, o qual terminámos em fevereiro de 2017.

O ALB é, por conseguinte, constituído pelas caixas depositadas na Biblioteca Nacional de Portugal após compra realizada por esta instituição em janeiro de 1974 aos seus últimos possuidores. Não afastamos, no entanto, a hipótese de existirem peças que tenham sido retiradas do acervo antes da venda àquela instituição, como recentemente pudemos verificar[199].

1. Cartórios privados, cartórios públicos

Como foi referido acima, o denominado "Arquivo Almada e Lencastre Bastos" é constituído por dois grandes arquivos de família: o dos Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei (família Almada Lencastre Melo Velho) e o da família Pereira Forjaz Coutinho, reunido em 1827 no arquivo de Miguel Pereira Forjaz Coutinho, titulado Conde da Feira em 1820.

Do primeiro fazem parte os documentos produzidos, recebidos e acumulados entre os séculos XV e XX pelas famílias Almada, de Lisboa; Melo; Lopes de Carvalho, de Lisboa[200]; Lencastre, de Lisboa; Barbosa de Lima e Cunha Velho, de Monção; Lobo, de Montemor-o-Novo; Faria, alcaides de Palmela no século XVI; Albuquerque, senhores da Quinta de Souto del Rei, que deu origem ao título.

Ao segundo pertencem os documentos referentes à família Pereira Forjaz Coutinho, de Lisboa, a qual incorporou os arquivos das famílias Magalhães de Meneses, senhores da Barca, e que se fixaram, já no século XIX, em Ponte de Lima; Valadares Carneiro, do Porto; Machucho, do Porto; Ferraz, do Porto e sua ligação à família Nunes

---

Silva, senhores de Arneirós. Relacionado com a família Almada e Melo apenas um volume que contém uma cópia do tombo da Quinta de Souto del Rei, de 1776, devido ao facto de João Pereira da Fonseca e sua mulher, Antónia Angélica da Silva Vieira, moradores em Lisboa, serem foreiros de uma parcela da quinta. Outros livros pertencem à Irmandade do Bom Jesus de Vila Nova de Souto do Rei ou são livros do inventário dos fundos e alfaias da igreja paroquial da Vila de Souto do Rei para o ano de 1879, só para citar alguns exemplos. ADV, *Casa de Souto del Rei*, liv. 1, 2 e 16.

[199] AMARAL, Luís Carlos; SILVA, Maria João Oliveira e (org.) - *Pergaminhos de uma colecção particular*. Porto: CITCEM-Afrontamento, 2016, p. 49-52.

[200] Com origem em Guimarães, onde administravam dois morgadios - o de Vasco Lourenço e o instituído por Diogo Lopes de Carvalho, já no início do século XVI.

Barreto, originária de Aveiro, instituidores do morgadio de Freiriz; Resende, de Coimbra; Pacheco e Furtado de Mendonça; Dantas, da Galiza; Ribeiro, morgados do Canidelo; Ferreira de Távora, do Porto e Tavares do Amaral, só para citar as que têm maior ligação familiar à família Pereira Forjaz Coutinho assim como expressividade numérica a nível documental.

Todas estas famílias se encontram ligadas por laços de parentesco por via de casamentos[201] e linhas sucessórias ou, não havendo esses laços, por terem sido nomeadas testamenteiras ou administradoras de algum vínculo instituído por um elemento exterior ao núcleo familiar [202].

Das famílias acima referidas, alguma documentação, sobretudo testamentária, faz referência à existência de cartórios ou escritórios, mais ou menos organizados, a arcas e bolsas com documentos, como veremos mais pormenorizadamente adiante no capítulo IV. Assim o relata o testamento, datado de 1532, de Diogo Lopes de Carvalho, desembargador do paço no reinado de D. João III, em Lisboa: "um [tombo das propriedades do morgadio que institui] para ficar na arca das escrituras das heranças do morgado, que estava na casa onde vivem os morgados", em Guimarães[203], ou mais tardiamente André Velho de Azevedo II, em 1638 tinha um escritório[204] onde guardava o testamento de Paio Rodrigues de Araújo, primeiro administrador da capela instituída por Pedro Vaz da Praça, em Monção, em 1500; ou, por fim, Francisco de Figueiroa, mercador do Porto, cujo testamento de 1547 refere uma "arca de cartório"[205].

Para o século XVIII sabemos que o cartório da família Almada e Melo foi organizado cerca de 1774, na sequência da legislação pombalina acerca dos morgadios[206] e em data coincidente com a atribuição de título de Visconde de Vila Nova de Souto del Rei a Francisco de Almada e Mendonça[207]. A organização foi realizada por

---

[201] No caso das famílias Almada, Melo, Lopes de Carvalho, Lencastre, Barbosa de Lima, Cunha Velho, Lobo, Faria, Albuquerque, Pereira Forjaz Coutinho, Magalhães de Meneses, Valadares Carneiro, Machucho, Ferraz, Nunes Barreto, Resende, Furtado de Mendonça; Dantas, Ribeiro, Tavares do Amaral.

[202] É o caso dos Ferreira de Távora, e mais precisamente de Pantaleão Ferreira de Távora, instituidor de capela na Igreja de S. Pedro do Sul, que nomeia por seu testamenteiro Álvaro Pereira em 1642. BNP, ALB, *Roma*, pac. 99, cx. 99, cap. 1.

[203] BNP, ALB, *Enc*., cx. 10, cap. 1, cota antiga: 580.

[204] BNP, ALB, *Enc*., cx. 32, pasta 2

[205] BNP, ALB, *Enc*., cx. 39, liv. 13.

[206] PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – *Collecçaõ das leis, decretos, e alvarás, que comprehende o feliz reinado delrey fidelissimo D. José o I. Nosso Senhor...* t. III. Lisboa: na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1801, fl. [177-182v]. Sobre o assunto veja-se ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal*, p. 25 e ss.

[207] BNP, ALB, *Roma*, pac. 74, cx. 74, cap. 3. Primo direito de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal. Veja-se SILVA, José Martins da - "Vila Nova de Souto de El Rey (Francisco de Almada e Mendonça, Visconde de)". *Revista de Ex-Libris Portugueses*. 10 (1917), p. 146-152; SERRÃO,

ordem de João de Almada e Melo, irmão do titular, tendo os documentos sido colocados "em maços numerados, com distinção dos Morgados e separação do que pertence à Alcaidaria mor e mercês feitas à casa"[208]. Para cada um destes maços foi feita uma "caixa de bezerro, fechada a modo de livro para melhor resguardo e conservação dos títulos"[209], e para cada um dos morgadios um "índex em que se relata resumidamente o que contem cada hum dos títulos, seguindo a ordem cronologicamente desde a primeira instituição do morgado até o ultimo estado, com as suas anexações e sobrerogações, que tem havido nos ditos morgados" [210]. O mesmo se fez para os títulos da alcaidaria mor de Palmela, de que João de Almada e Melo fora nomeado em 1769[211] e para as mercês que foram concedidas à mesma casa. Efetivamente, existem ainda no arquivo alguns exemplares desses inventários individuais dos morgadios, como o de Catarina Lopes[212] e do apelidado "Morgado de Monção"[213] ou de Pero Vaz da Praça, que entrou na família Almada por via do casamento, realizado no final do século XVII, de António José de Almada e Melo com Maria Josefa de Lima da Cunha Velho[214], pais do referido João de Almada e Melo.

Tal como os documentos do cartório de João de Almada e Melo estavam colocados em caixas de "bezerro fechada a modo de livro", arrumados, presumivelmente, em estante, e outros em gavetas[215], a mesma arrumação em gavetas

---

Joaquim Veríssimo - *O Marquês de Pombal. O homem, o diplomata e o estadista*. 2.ª ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1987.

208 Refere-se à alcaidaria mor de Palmela. BNP, ALB, *Roma*, pac. 77, caixa 77A. Prática semelhante foi também detetada em Espanha por GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. - "Archivos nobiliarios españoles: pasado, presente y ¿futuro?", cit., p. 139.

209 BNP, ALB, *Roma*, pac. 74, cx. 74, cap. 3 – *Lembranças para o sr. Caetano Diogo [Parreiras e Silva] expor a S. Ex.ª (João Almada e Melo) na forma que viu e presenciou. [1774]*, fl. 1.

210 BNP, ALB, *Roma*, pac. 74, cx. 74, cap. 3 – *Lembranças para o sr. Caetano Diogo [Parreiras e Silva] expor a S. Ex.ª (João Almada e Melo) na forma que viu e presenciou. [1774]*, fl. 1.

211 BNP, ALB, *Roma*, pac. 109, cx. 109, cap. 2.

212 BNP, ALB, *Roma*, cx. 106, n.º 164, cap. 1, cota antiga: 1318; cx. 114 I, n.º 187, cap. 3, cota antiga: 508.

213 BNP, ALB, *Enc.*, cx. 26, cap. 1. *Index de todos os títulos pertencentes ao Morgado de Monção de que é administrador João de Almada e Melo, como também das mais propriedades que por virtude das sub-rogações que o dito senhor fez ficaram livres do referido vínculo*. Cota antiga: 967 folha solta: Pasta 6.ª contém desde os n. 400 ate 499. Descreve os documentos dos 10 maços. [17--] 61 fls.

214 Maria Josefa de Lima da Cunha Velho era filha de Francisco da Cunha Velho, governador da praça de Monção em 1669 e de Engrácia Catarina Barbosa de Lima. BNP, ALB, *Roma*, cx. 106A, cap. 7, cota antiga: 1179. Veja-se adiante o capítulo III.5 – **V – SUBSISTEMA CUNHA**.

215 BNP, ALB, *Enc.*, cx. 10 A, *Razões porque mostra Antão de Faria da Silva como sua alteza deve ser servido mandado encartar na alcaidaria mor de Palmela pela mercê feita pelo rei D. João IV. Nota: todos os mais papéis tocantes a esta matéria estão na gaveta debaixo do cofre dourado*. [16--] 14 fls. Cota antiga: 442.

foi utilizada na casa de Tadeu Luís António Lopes de Carvalho e Camões[216], avô materno da segunda viscondessa de Vila Nova de Souto del Rei, a exemplo de outras casas nobres, como a dos morgados de Mateus, Povolide e Casa de Belmonte[217].

Já em pleno século XIX os documentos do cartório dos Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei passaram a estar arrumados em maços, segundo descrição dos seus inventários, de 1835 e 1836, os quais serão analisados no capítulo IV.

Quanto ao cartório da família Pereira Forjaz Coutinho, no princípio do século XIX estava situado no Palácio da Cruz da Pedra, em Lisboa, residência de Miguel Pereira Forjaz[218]. O cartório reunia os documentos pertencentes à família Pereira Forjaz Coutinho[219], ao qual se foi acrescentando os documentos detidos por Tristão de Meneses[220], tio de Miguel Pereira Forjaz Coutinho, relativos aos bens e dote de João Luís de Meneses à prima Luísa Teresa de Meneses; os documentos recebidos pelas partilhas dos bens de D. João Manuel de Meneses, primo de João Luís e avô de Miguel

---

[216] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 10, mç. 121, cap. 2: *Rol dos papéis pertencentes a casa de meu neto Tadeu Luís António Lopes de Carvalho e Camões que estão vistos e arrimados cada uns nas suas gavetas para melhor se buscarem quando forem necessários*. Refere 13 gavetas. [17--] 7 fls.

[217] RODRIGUES, Abel; SILVA, Armando Malheiro da - "A criação das Gavetas na Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação". In ROSA, Maria de Lurdes (org.) - *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, 2012, p. 597-650; SOUSA, Maria João d'Orey da Figueiredo Cabral da Câmara Andrade e - *O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV-XIX: Identidade, gestão e poder*, p. 243-244. Veja-se ainda HEAD, Randolph C. – "Spaces in the archive, spaces of the archive. Material, topographical and indexical articulations of space in Early Modern Chancery collections." In FRIEDRICH, K. (ed.) – *Die Erschließung des Raumes: Konstruktion, imagination und Darstellung von Räumen und Grenzen im Barockzeitalter*, Wiesbaden: 2014, II, p. 505-519.

[218] BNP, ALB, *Roma*, pac. 94, cx. 94A, cap. 2, doc. 28.

[219] No prólogo do inventário, de 1825, do cartório (BNP, ALB, *Enc.*, pac. 27, cx. 27I, liv. h) vol. 1) refere-se que parte dos documentos pertencentes à família Pereira Forjaz Coutinho provinham de D. Álvaro Pereira Coutinho e diziam respeito à sua pretensão à representação do título de Conde da Feira, cuja primeira titularidade havia terminado com o falecimento, em 1700, sem descendência, de Fernando Forjaz Pereira Pimentel de Meneses e Silva. A tentativa de recuperação do título pelos seus parentes deu início a um longo processo, que incluiu, entre outras diligências, a forja de vários documentos, numa tentativa de justificar a pretensão ao título e que se encontram publicados por Pedro da Conceição em 1714 e 1720, e aos quais Anselmo Braancamp Freire fez menção. A este conjunto de documentos parece pertencer um inventário incompleto do cartório da Casa de Bragança, que segundo Marta Páscoa, não abarca toda a extensão do mesmo. PÁSCOA, Marta - *O códice 702. Um cartulário de D. Jaime de Bragança*, p. 53; PINTO, Pedro - "O Arquivo da Família Almada Lencastre Basto…", cit., p. 310-311; CONCEIÇÃO, Pedro da - *Allegaçam practica, & juridica sobre a posse, e successam do titulo, e Casa da Feira, contra os senhores procuradores da coroa, & infantado, a favor de D. Alvaro Pereyra Forjaz Coutinho*. Lisboa Occidental: na Officina de Mathias Pereyra da Sylva & Joam Antunes Pedrozo, 1720; FREIRE, Anselmo Braancamp - *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. I. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, p. 322-327; FREIRE, Anselmo Braancamp - "Condados de Moncorvo e da Feira: ousada falsificação de documentos". *Boletim da Segunda Classe*. 12 (1917-1918), p. 754-760.

[220] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 17, doc. 987 – Inventário de alguns papéis que se acharam no cartório de Ex.mo sr. D. Tristão de Meneses, e parece pertencerem ao Ex.mo D. Diogo Pereira Forjaz depois da primeira entrega que se fez ao mesmo senhor e outros muitos. (refere 31 documentos e é assinado por Diogo Pereira Forjaz Coutinho em como recebeu o rol). 30 de abril de 1768.

Pereira Forjaz, entrados em 1815[221] e por fim os documento respeitantes aos bens vinculados[222] herdados por morte de seu primo João Manuel de Meneses, filho de Tristão, ocorrida em 15 de agosto de 1819[223]. No entanto nem todos os documentos foram entregues pela viúva deste, Ana Eldelinda Xavier de Meneses pois, em 1852 (data em que se fez um mapa dos títulos que pertenciam a Maria Joana do Monte Forjaz, Viscondessa de Vila Nova de Souto del Rei e que não se encontravam no seu cartório) foram detetadas algumas faltas. O mapa refere que alguns documentos ainda se encontravam dentro de um baú na posse de outros herdeiros do primo[224]. Ana Eldelinda, a viúva, entretanto falecida a 1 de abril de 1824, mantivera no cartório do marido alguns documentos, como pôde constatar o Padre Jerónimo José Álvares em 1819[225].

Desta enorme massa documental destacamos a entrada no cartório de Miguel Forjaz de seis códices factícios produzidos por ordem de Tristão de Meneses, seu tio, vedor da Casa da Rainha, que contêm os documentos pertencentes à sua família e à de sua mulher, Mariana Luísa de Meneses. Nestes códices foram reunidos a produção documental pertencente às famílias Magalhães, senhores da Barca, à qual se vão ligar os Meneses; os Ferreira, morgados de Argemil; os Delgado do Porto; Amaral; Ribeiros e os Furtado de Mendonça; os Valadares, do Porto, relacionados por via de casamento com os Carneiro e os Machucho[226]. Estes seis códices, produzidos em 1772, estão organizados tematicamente por: mercês[227], testamentos[228], partilhas[229], dotes[230], inventários[231] e um deles dedicado às quintas de Tonce e Lordelo, como é explicado no

---

[221] BNP, ALB, *Enc.*, pac. 3, cx. 3, cap. 1, cota antiga: M L N 1.
[222] A viúva Ana Eldelinda Xavier de Meneses herdou os bens livres e de prazo. BNP, ALB, *Enc.*, cx. 9 B, mç. 118, cap. 4, doc. n. n..
[223] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 54 B, cap. 2, doc. n. n.
[224] BNP, ALB, *Enc.*, pac. 88, cx. 88A.
[225] BNP, ALB, *Enc.*, pac. 23, cx. 23A, cap. 4. "Fomos a Campo de Ourique a casa do sr. João Manuel de Meneses e ahi achamos sua senhora na maior consternação de pena e miséria, a meu ver. Falou-se de varias coisas que nos pareceu responder com sinceridade e pelo que pertence a testamento até à data da nossa retirada ignora-se se o havia mas que ia ver uma gaveta onde seu marido tinha alguns papeis e ahi veria se existia e sendo assim o remetia pelo seu confessor de seu marido a V. Ex.ª e que pelo que pertencia ao cartório ela o tinha debaixo da maior cautela e arrecadação (…). Lisboa, 16, às 3 da noite de Agosto de 1819".
[226] Sobre as famílias veja-se o estudo de BRITO, Pedro – *Patriciado urbano quinhentista*, *passim*; GAGO, Alice Borges – "Sinais multiformes de identidade: os arquivos familiares de elites urbanas medievais". In ANDRADE, Amélia; TENTE, Catarina; SILVA, Gonçalo Melo da; PRATA, Sara (eds.) - *Espaços e poderes na Europa Urbana Medieval*. Lisboa: IEM, 2018, p. 101-128.
[227] BNP, ALB, *Roma*, cx. 58.
[228] BNP, ALB, *Roma*, cx. 58A.
[229] BNP, ALB, *Roma*, cx. 59.
[230] BNP, ALB, *Roma*, cx. 60.
[231] BNP, ALB, *Roma*, cx. 60A.

seu prólogo[232]. As encadernações são semelhantes entre si e no início de cada volume são sumariados os documentos que se encontram encadernados a seguir. Sendo a grande maioria originais, surgem por vezes algumas cópias setecentistas, em papel, que remetem para o documento original, por vezes pergaminho, os quais se encontravam arrumados em pastas. A cota destes é indicada no índice, geralmente descrita por P (número) N (número). A estes códices juntam-se milhares de outros documentos, não encadernados, que constituiriam o acervo dessas mesmas famílias, contendo inúmeros contratos de compra e venda de propriedade, escambo e emprazamento de propriedades rurais e urbanas, distribuídas um pouco por todo o país, segundo os locais de origem ou de implantação das famílias quer de atividade económica, de desempenho de cargo político ou militar, quer ainda de instituição de morgadio.

Para além da grande massa documental com origem neste ramo familiar, uma outra ingressou no primeiro quartel do século XIX, proveniente do segundo casamento de Miguel Pereira Forjaz com a Condessa do Vimieiro, Joana Eulália Freire de Andrade, viúva de D. João de Faro e Sousa. Com efeito, pelo matrimónio ocorrido em 1803, a referida senhora trouxe consigo vasta documentação pessoal e de família, de que faziam parte os documentos relativos a capelas em Borba, Mora e Moura que herdou de seu falecido marido e que transmitiu a Miguel Forjaz e em cujo arquivo permaneceu após a morte desta em 1823[233]. Estava constituída em arquivo próprio, do

---

[232] BNP, ALB, *Roma*, cx. 58B. "A quinta de Tonce é situada na freguesia de Loureiro, concelho de Figueiredo. Foi de Lourenço Reimodes, seus filhos e netos, e de Estêvão Pires de Tonce, que como os seus antecessores a possuiu sempre por honra como consta das inquirições de D. Dinis, de que se passou certidão no tempo de D. Manuel a Lopo Rodrigues, que a tinha comprado a Fernão de Sousa no ano de 1508. No reinado de D. Manuel foi demarcada e no ano de 1583 a vendeu a Beatriz Lopes, viúva de Gomes de Paiva a Fernão Nunes Barreto, cuja filha era D. Isabel Henriques, que a houve em dote quando casou com D. Fradique de Meneses, filho 2.º da Casa de Cantanhede, a quem sucedeu seu filho D. Afonso de Meneses, Mestre Sala e adjudicando-se na legítima do Dr. D. António Luís de Meneses, filho deste, dispôs dela o mesmo D. António no testamento que fez antes de entrar na Congregação de Santa Cruz de Coimbra a favor de seu irmão D. Fradique António de Magalhães e Meneses, com obrigação de satisfazer a torna, que nela tinha seu irmão D. João Manuel de Meneses, com quem se compôs o mesmo D. Fradique no ano de 1673 e no de 1688 a sub-rogou com outras propriedades pelo juro de 200. 000 rs que pertencia ao morgado de seus avós no Almoxarifado de Barcelos.
A quinta de Lordelo no concelho de Cambra foi dos senhores de Freiriz, e passando por morte de Fernão Nunes Barreto último do nome a sua filha D. Joana Barreto de Sá Resende a vendeu a mesma senhora com seu marido D. Álvaro Pereira a seu cunhado D. Fradique António de Magalhães e Meneses pelo preço de 600.000 rs o qual a uniu ao morgado de seus avós com os mais bens da sua 3.ª na forma constante de seu testamento e do de seu filho D. João Luís de Meneses.
Foram tombadas ambas estas quintas no ano de 1714 a requerimento de D. Afonso de Magalhães e Meneses então administrador do morgado a que elas pertencem e hoje as trás de arrendamento o capitão António Tavares de Resende da freguesia de Avanca pelo preço de 210.000 rs livres e décimas e outros encargos.".

[233] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 17, doc. 926.

qual existe inventário intitulado *Índices do cartório da Senhora Condessa*[234]. Por fim, a documentação de carácter funcional: a decorrente do cargo de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra – diários de ordens expedidas[235], cartas de e para William Beresford e Wellington[236], documentação apreendida a Junot e a outros oficiais franceses[237], ofícios com embaixadores[238], denúncias e correspondência apreendida a suspeitos de ligações ao inimigo francês[239], processos com a Intendência da Polícia[240] e com o Colégio Militar[241], panfletos e "cartazes" apreendidos contra o rei e a Constituição[242], listas de entrada e saída de correspondência de vários organismos estatais[243], incluindo ainda oito aguarelas de outros tantos fortins das linhas de Torres[244], só para citar alguns exemplos. Tal volume documental estaria distribuído por vários locais: o já citado palácio da Cruz da Pedra, em Lisboa, e possivelmente no seu

[234] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 27II, i), *Índices do cartório da Senhora Condessa.* O índice elenca dezoito subdivisões (por capela ou vínculo, sem indicar maços) com os resumos dos documentos numerados.

[235] "Diário das ordens expedidas pela secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra desde o dia 19 de Setembro até ao fim de Dezembro de 1808", BNP, ALB, *Roma*, pac. 111, n.º 179, cx. 111 A**;** Diário dos avisos e mais ordens que se expediram pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra no ano de 1812. BNP, ALB, *Enc*., cx. 37A, liv. 43; "Diário de ordens expedidas pela Secretaria de Estado de Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos" de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 1809. BNP, ALB, *Roma*, cx. 115, liv. 1.

[236] A correspondência encontra-se dispersa por diversas caixas do ALB, a título de exemplo para Wellington ver BNP, ALB, *Roma*, cx. 107 A, cap. 2; *Roma*, cx. 116, cap. 4; para Beresford, em maior quantidade, veja-se BNP, ALB, *Roma*, cx. 66 II, III, IV, V; *Roma*, cx. 74, cap. 11.

[237] Como o livro de correspondência do Corregedor Mor da Estremadura com as autoridades francesas 1808-1809 e correspondência com o Secretário de Estado da Guerra e Marinha começado a 3 de maio de 1808; Secretário de Estado do Interior e das Finanças; com o Duque de Abrantes (BNP, ALB, *Roma*, cx. 115 A, liv. 2); Copiador do corregedor mor Belisle com as autoridades portuguesas, de 26 de abril a 16 de agosto de 1808. (*ibid*., liv. 3) e os copiadores de correspondência oficial de Junot (BNP, ALB, *Roma*, cx. 112 e *Roma*, cx. 115 A, liv. 1) a que já António Ferrão tinha feito menção: "Que êles fôssem parar às mãos de D. Miguel Forjaz, também nada de mais natural e lógico, visto o alto cargo que êste desempenhava nos negócios militares, quer êsses papéis fossem aprendidos quando as avançadas da cavalaria de Bernardim Freire tomaram, perto do Cercal, os carros da secretaria de Junot, quer fôssem apanhados em Lisboa, no quartel general ou na casa ocupada por aquele general. O certo é que a descoberta de tais papéis e, agora, a sua publicação veem preencher uma importante lacuna, dada a falta de manuscritos de importância histórica, dêsse período, nos nossos arquivos públicos". (FERRÃO, António - *A I.ª Invasão Francesa. A Invasão de Junot vista através dos documentos da Intendencia Geral da Policia, 1807-1808. Estudo Político e social*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1923, p. XI-XII).

[238] Entre outras vejam-se as caixas BNP, ALB, *Roma*, cx. 107 A (Charles Stuart, J. C. Villiers, George Canning); BNP, ALB, *Roma*, cx. 78.

[239] BNP, ALB, *Roma*, cx. 107 B, cap. 1: 29 Cartas de militares portugueses e de outras entidades no estrangeiro e apreendidas pela Intendência da Polícia ou Ministério da Guerra. 1814-1820. A última carta ainda se encontra por abrir e é dirigida a Monsieur Araújo Secretaire General du Commerce de Lisbonne.

[240] BNP, ALB, *Roma*, cx. 105.

[241] BNP, ALB, *Roma*, cx. 96 A.

[242] BNP, ALB, *Roma*, cx. 110 A, cap. 4 e cap. 9.

[243] Junta da Fazenda do Arsenal do Exército: BNP, ALB, *Enc*., cx. 24, liv. 3; Alfândegas, Casa da Índia e Terreiro Público, (*ibid*., liv. 6), só para citar alguns exemplos.

[244] BNP, ALB, *Roma*, cx. 98: Desenhos a aguarela do Fortim n.º 9 – S. Sebastião; n.º 13 – Caneira; n.º 10 – Carvalha; n.º 11 – Moinho do Sego; n.º 16 – sem nome; n.º 17 – sem nome; sem n.º- Forte Novo; sem n.º - Patameira, da autoria do José Maria Neves Costa, pasta essa que inclui correspondência do mesmo engenheiro com Miguel Pereira Forjaz.

gabinete na Secretaria. Para além destes, e por cartas de João Jerónimo do Couto de Castro e Sousa, juiz do tombo do morgadio de Freiriz e Penegate, sabemos que os documentos deste morgadio (e que se encontravam na sua posse), foram entregues nas "freirinhas da Conceição da Vila do Prado"[245], por fuga do mesmo em 1828, devido a perseguição, durante as lutas liberais, tendo sido recuperados alguns meses depois[246].

Em 1821, João Jerónimo do Couto Castro e Sousa referia ainda outros dados importantes relacionados com o arquivo do morgadio de Freiriz, como estava dividido em mais de quarenta e seis maços, para além de que detetara faltas, que atribuiu a extravios e à consulta de abades, rendeiros ou outros[247].

Os documentos saíam com relativa frequência dos cartórios para resolver qualquer pendência relacionada com determinada propriedade, podendo demorar anos até ao seu regresso, tal como foi registado pelo mesmo, decorria o referido ano de 1821[248].

---

[245] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 27-I, pasta 3 a), *Extracto das cartas de João Jerónimo do Couto de Castro e Sousa*, fl. 17v. GAGO, Alice Borges – "Serving the Counts of Feira in the 19th's: João Jerónimo do Couto de Castro e Sousa, archivist and judge". In ROSA, Maria de Lurdes, HEAD, Randolph C. (eds.) – *Rethinking the archive in pre-Modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century.* Lisboa: IEM, 2015, p. 83-88.

[246] *Idem*. Carta de João Jerónimo do Couto de Castro e Sousa à Viscondessa de Vila Nova de Souto de Rei: 1828, junho, 7

"Ex.ma Sr.ª

Que depois de tantas angustias e aflições, e tantos incómodos e trabalhos quantos tem penalizado e sofreu e sempre vagabundo por entre montanhas desde o dia 23 de Junho com 22 pessoas de família e por milagre escapando as garras dos traidores inimigos agora se acha salvo e vivo etc etc.

Com um grande capitulo de carta conta todos os maus sucessos que houve naquela provincia até que o inimigo foi para a raia de Galiza etc são enormes etc.

Tenciona até ao dia 9 recolher-se, não só para observar a maior delapidação da sua casa, mas para enviar a S. Ex.ª as escrituras dos arrendamentos – assim como de promover a remessa dos quarteis vencidos no S. João etc.

Anuncia que o Arquivo de Freiriz se ressalvou, nas Freirinhas da Conceição na Vila do Prado, e salvando todos os documentos e papeis do Sacro Colégio Patriarcal – e sobre de ser preso e sequestrado etc etc.

Que as quintas de S. Ex.ª não sofreram prejuízo por ficarem para além do Cávado etc."

[247] "... que nos antigos tempos se considerasse tão numerozo (...) por mais de 46 Maços então dividido, não só abrangia imensas escripturas e multiplicados títulos, porem muitas, e muitas sentenças e autos, ou quantos ditos títulos mais constam pelos antiquíssimos Tombos" se encontrar falho de documentos, alguns extraviados devido em parte pela administação "dos Senhores da Barca, tempo, em que não havendo filhos, se considerarão com direito a todos os bens livres, ocultando por isso todas as escripturas e Titulos Censoarios, porque não aparecem, nem existem no Archivo; ou porque também no tempo do Ex.mo Senhor Dom Diogo (segundo me consta, se não foi no tempo de S. Ex.ª), então se mandaram reconduzir ao Seu Cartório de Lisboa; Ou porque finalmente ainda mais se extraviaram achando-se sempre franco semelhante Archivo, o de Freyriz, na mão dos Abbades, dos Rendeiros, ou de quem vezitar o queria". BNP, ALB, *Roma*, pac. 111, cx. 111, n.º 176.

[248] "... he induvitavel, que desde o anno de 1812 se não extraviou um só Titulo, ou Escriptura, e so muito escassamente a de Figueira Alvar, que no Março de 1814 então remetida a Pedro Fernandes, para ser prezente a S. Ex.ª, ainda não voltou; portanto faço este protesto para evitar qualquer calumnia, ou ainda para desempenho da maior fidelidade, que devo a S. Ex.ª". BNP, ALB, *Roma*, pac. 111, cx. 111, n.º 176.

De referir também que a "consulta pública" do arquivo seria, a exemplo de outras menções encontradas no ALB, uma prática corrente[249]. Uma anotação num livro de registo dos bens e direitos do morgadio instituído por D. Fradique de Meneses, refere que o tombo de Freiriz, assim como o livro do celeiro haviam sido levados por empréstimo pelo Visconde da Horta[250]. Não encontramos o mencionado livro do celeiro no âmbito do trabalho de inventário a que procedemos do ALB, pelo que não pudemos confirmar de facto a sua devolução.

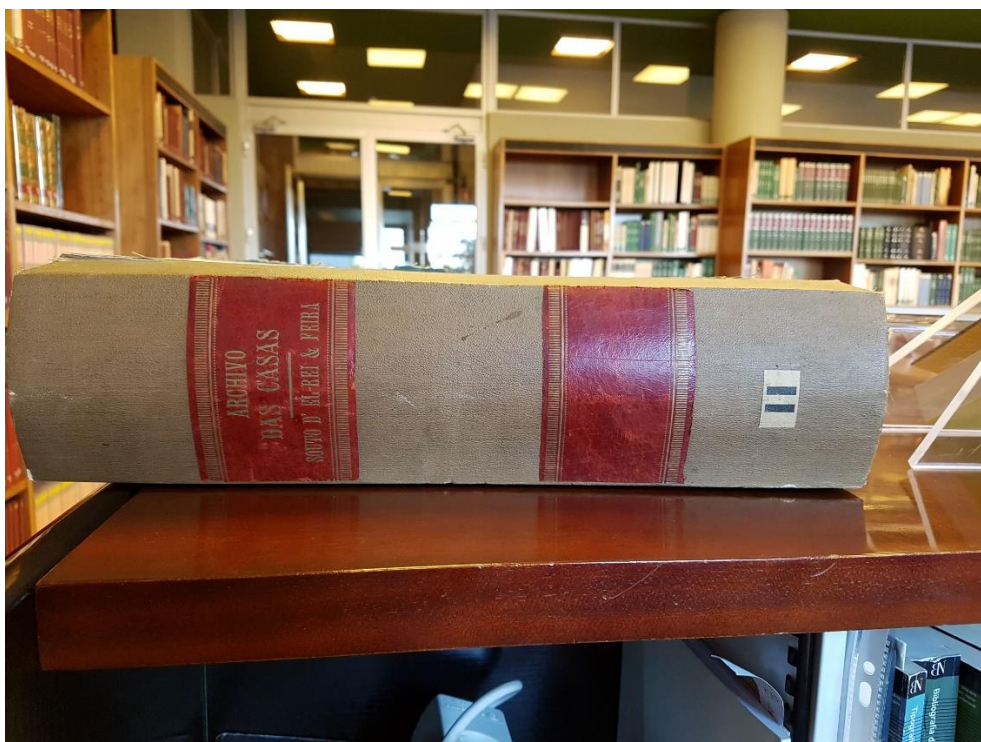



Imagem 1 – Exemplo de caixa de arquivo dos séculos XIX-XX

(foto da autora)

As informações acima foram recolhidas numa das várias cartas do referido juiz enviadas à Viscondessa de Vila Nova de Souto del Rei, D. Maria Joana do Monte Forjaz Pereira Coutinho, irmã e herdeira de D. Miguel Pereira Forjaz, falecido em 1827,

---

249 BNP, ALB, *Enc.*, pac. 3, cx. 3, cap. 1, doc. n. n. - Relação dos títulos pertencentes ao cartório da Viscondessa de Vila Nova de Souto del Rei que se acham fora dos maços e paragens aonde foram remetidos por autorização da mesma senhora, assim como nota dos que faltam nos maços, sem paragem conhecida. Junho de 1850. 8 fls.

250 BNP, ALB, *Enc.*, pac. 39, cx. 39A, liv. 14, fl. 113. Em 1862 o Visconde da Horta era Bento José Klingelhoefer (BNP, ALB, *Roma*, cx. 75, cap. 1, doc. 12), que foi o fiador de múltiplas despesas efetuadas pelos últimos Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei, o que nos leva a concluir que terá ficado com algumas propriedades para pagamento de dívidas (BNP, ALB, *ANTT*, cx. 3, doc. 628).

a qual, após o falecimento deste sem filhos, assume não só a gestão das propriedades herdadas como também o arquivo da casa, que será transmitido aos seus filhos, sendo o primogénito António de Almada e Lencastre, titulado 4.º Visconde de Vila Nova de Souto del Rei após a morte de seu pai. Pela morte do último visconde, em 1863, os dois arquivos – Souto del Rei e Pereira Forjaz Coutinho – foram herdados pelos filhos, sendo o primogénito Nuno José de Almada e Lencastre Melo Velho Castro e Camões, casado com Maria Ana Ximenes de Azevedo e Silva, filha do Visconde do Pinheiro, Miguel Ximenes de Sandoval[251] e de Maria José de Azevedo Silva. Serão datadas desta altura ou, eventualmente, já do século XX, as caixas de cartão verde, com fecho metálico de gancho e com etiqueta de lombada em pele "Archivo das Casas de Souto d'el Rei e Feira", que remanescem no ALB, algumas funcionando ainda como unidade de instalação e outras dentro das novas caixas de cartão *acid-free*[252].

Já em pleno século XX, e após o falecimento de Nuno José de Almada e Lencastre, o arquivo encontrava-se na posse e casa dos seus filhos mais velhos, António Almada e Lencastre e José de Almada e Lencastre, onde foi consultado por António Ferrão. Este autor regozijava-se no livro *A I.ª Invasão Francesa. A Invasão de Junot vista através dos documentos da Intendencia Geral da Policia* de ter consultado o arquivo outrora pertencente a Miguel Pereira Forjaz, onde encontrou documentação do Intendente Geral da Polícia, Pedro Lagarde, que se julgava queimada[253]. O mesmo refere ainda que os relatórios e boletins de Lagarde para Junot e a correspondência da Intendência se encontravam "convenientemente coleccionados, e estão atualmente na posse dos senhores D. José e D. António de Almada e Lencastre que gentilmente puseram tais manuscritos ao nosso dispôr para o conveniente estudo e publicação.

[251] Parte do arquivo deste último será então incorporado no arquivo, por via do casamento de sua filha com um elemento da família descendente dos Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei.
[252] Remanescem as caixas BNP, ALB, *Enc*., cx. 25A - Caixa original: Archivo das Casas de Souto d'el Rei e Feira cx. 5; *Enc*., cx. 47 - Caixa original: 9; *Roma*, cx. 73 Caixa original: 30; *Roma*, cx. 100 - Caixa original: Archivo das Casas de Souto del Rei e Feira, cx. I; *Roma*, cx. 100 A - Caixa original: Archivo das Casas de Souto del Rei e Feira, cx. 8; *Roma*, cx. 103 A - Caixa antiga: Archivo das casas Souto del Rei e Feira 27; *Roma*, cx. 104 B - Caixa original: 11; *Roma*, cx. 107 B - Caixa original: 2; *Roma*, cx. 109 - Caixa original: 12.
[253] "Há tempos, fazendo nós investigações no pequeno mas valioso arquivo particular dos srs. D. António e D. Manuel de Almada e Lencastre fomos ali encontrar um interessante núcleo de correspondência oficial do Intendente Pedro Lagarde a Junot (...). Escusado será dizer quão agradável nos foi a surpresa de encontrar tais manuscritos em casa daqueles senhores que são descendentes do famoso Conde da Feira, D. Miguel Pereira Forjaz, governador do Reino, nos negócios da Guerra, depois da saída de Junot.". FERRÃO, António - *A I.ª Invasão Francesa. A Invasão de Junot vista através dos documentos da Intendencia Geral da Policia*, p. XI. Os documentos estão publicados a p. 301-474.

Daqui agradecemos a êsses senhores tão grande amabilidade, que, incontestávelmente, representa um excelente serviço prestado à nossa historiografia”[254].

Na posse de José e António mas também na do irmão Manuel de Almada e Lencastre, o qual, entre os anos de 1909 e 1936, anotou profusamente alguns documentos do acervo, com comentários ou informes acerca da relação de determinado documento com outro ou dos graus de parentesco de alguma pessoa mencionada[255]. É também deste proprietário que nos chegam os documentos mais recentes temporalmente do ALB: uma carta sua enviada a António de Oliveira Salazar acerca de uma questão com o abastecimento de leite à cidade de Lisboa, em 1934 e uma carta remetida por Joaquim Fernandes de Gouveia em 1936[256].

Pensamos ser ainda deste proprietário a organização temática e toponímica que os maços hoje em dia apresentam – no topo um cartão, reaproveitado do cartório da família Pereira Coutinho, onde figuram as divisões, maços e números dos documentos em que estavam organizados e onde foi colado um letreiro branco com nova numeração, assim como o conteúdo e âmbito cronológico do “novo” maço.

---

[254] *Ibid*., p. XIV, nota 1.

[255] Como no “Contrato de casamento de António José de Almada e Lencastre com Maria José Infante de Lacerda Castelo Branco. 20 de Julho de 1853” em que anota: “escritura antenupcial dos Viscondes V. N. Souto d’ el-Rei meus avós D. António José d’Almada etc etc e D. Maria José Infante D. Manuel Almada. 1918.”. BNP, ALB, *Roma*, pac. 47, cx. 47 A, cap. 1.

[256] BNP, ALB, *Roma*, pac. 116, n.º 191, cx. 116, cap. 1 e 2, respetivamente.

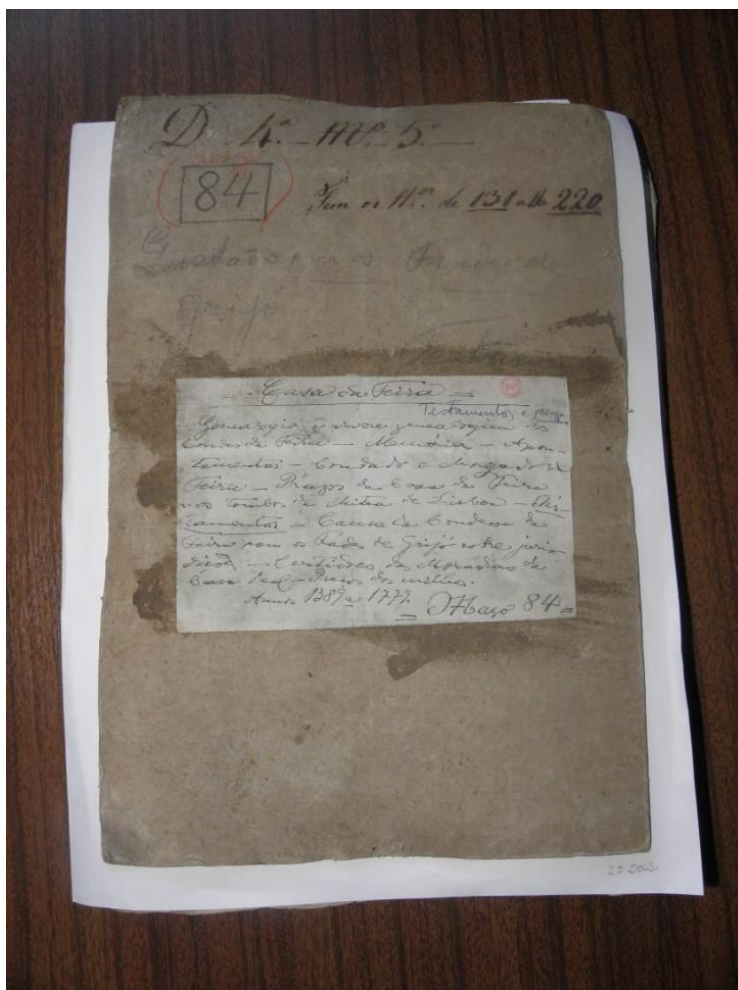



Imagem 2 – Reaproveitamento dos cartões dos maços pertencentes ao cartório da família Pereira Forjaz Coutinho

(foto da autora)

Após a morte de António Almada e Lencastre, em 1924, e posteriormente do irmão Manuel Almada e Lencastre, em 1936, ambos sem filhos, a documentação foi herdada pelo sobrinho de ambos, João Almada e Lencastre Bastos[257].

2. A entrada dos documentos no "serviço de arquivo público"

Em 1957 Luís Silveira, Inspetor Superior das Bibliotecas e Arquivos, ao tomar conhecimento que João Almada de Lencastre Bastos pretendia vender o arquivo de que era proprietário[258], contactou o Diretor Geral do Ensino Superior e das Belas Artes,

[257] CANEDO, Fernando de Castro da Silva – *A descendência portuguesa de el-rei D. João II*. Lisboa: Ed. Gama, 2006, vol. I, p. 568.
[258]ANTT, *Instituto Superior das Bibliotecas e Arquivos*, cx. 329, proc. 274, Aquisição do arquivo Lencastre Bastos.

alertando-o para a importância do acervo constituído por "valiosa documentação resultante da fusão de vários arquivos familiares da antiga nobreza do norte de Portugal"[259]. Em anexo enviou uma lista preliminar do seu conteúdo, onde referia que seria da maior importância a aquisição do mesmo para que este pudesse entrar nos arquivos do Estado. O ofício revela ainda que João Almada e Lencastre Bastos facultaria a visita e o manuseamento de pergaminhos e papéis e que havia já contactado algumas instituições[260], no país e estrangeiro, para a sua venda. Nesse mesmo ofício refere que o proprietário tinha concordado com a constituição de uma comissão de avaliação, composta por três pessoas[261], que se deslocaria a sua casa para efetuar um relatório sobre a importância do acervo e propor um valor de venda.

A resposta do Diretor-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, com a concordância do Ministério da Educação Nacional, foi comunicada a Luís Silveira ainda em novembro desse ano, com carácter de urgência[262] e no mesmo mês comunicada ao proprietário[263]. No início de dezembro de 1957, Luís Silveira enviou novo ofício ao Diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, relatando não só as circunstâncias em que tinha tido conhecimento do arquivo, mas também as diligências que tinha feito para identificar o seu detentor e a avaliação prévia que havia feito aos documentos. Referia ainda a necessidade de se fazer uma profunda avaliação da documentação, através da criação de uma comissão presidida pelo referido diretor e pelos licenciados acima referidos[264]. Anexo à carta enviou uma listagem do que considerava serem os documentos mais importantes do acervo, como podemos ver na imagem seguinte.

[259] ANTT, *Instituto Superior das Bibliotecas e Arquivos*, cx. 329, proc. 274, ofício 2606.
[260] Pelo relatório da comissão constituída para avaliação do mesmo, sabemos que uma das instituições foi a Fundação Calouste Gulbenkian. ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91.
[261] Luís Silveira propunha que a comissão fosse constituída pelo Diretor do Arquivo Nacional, acompanhado dos licenciados Durval Pires de Lima e Alcino da Silva, a quem caberia a parte executiva. ANTT, *Instituto Superior das Bibliotecas e Arquivos*, cx. 329, proc. 274, ofício 2606.
[262] ANTT, *Instituto Superior das Bibliotecas e Arquivos*, cx. 329, proc. 274, ofício 5-G/719.
[263] ANTT, *Instituto Superior das Bibliotecas e Arquivos*, cx. 329, proc. 274, ofício 2670.
[264] ANTT, *Instituto Superior das Bibliotecas e Arquivos*, cx. 329, proc. 274, ofício 2714.

RELAÇÃO DE ALGUNS DOCUMENTOS DOS ARQUIVOS QUE TENHO

- Cartas de todos os Reis de Portugal desde D. João II ano de 1488, até D. Pedro IV a várias individualidades, entre as quais são notáveis as do Rei D. Manuel I para Duarte Pacheco Pereira, o célebre capitão invencível.
- Ordens, Portarias, etc. assinadas por todos os Reis de Portugal desde D. Manuel I.
- Testamentos antigos, como o do 1º. Conde de Marialva, em pergaminho Século XIV e muitos outros do Século XV em diante.
- Inventários e partilhas, Século XV em diante.
- Pergaminhos de escrituras, instituição de morgados, capelas, etc. Séculos XIV, XV e XVI.
- Dotes e escrituras de casamento, Século XV em diante.
- Escrituras de compras e vendas de propriedades, Século XV em diante.
- Processos jurídicos, Século XV em diante.
- Geneologia, manuscritos muito antigos referentes a várias famílias, Almadas, Lobos, Lencastres, Silvas, Cogominhos, Ximenes, Menezes, Resendes, Forjas, Pereiras, etc.
- História, manuscritos muito antigos, sendo um deles a crónica dos Reis de Portugal desde D. Afonso Henriques a D. João II.
- Pergaminhos de tenças, padrões de juro, etc. assinados por todos os Reis desde D. Sebastião até D. João VI.
- Bulas e Breves, algumas com o selo em cobre com o nome do Papa, sendo uma dada a D. Sebastião, Século XVI e XVII.
- Recibos, letras, etc. do Século XV em diante.
- Declarações de serviços prestados a Portugal por várias pessoas das famílias Menezes, Resendes, etc. e assinados por individualidades ilustres dos séculos XVI e XVII.
- ARQUIVO de Francisco de Almada e Mendonça que foi Ministro Plenipotenciário em Roma, nos reinados de D. José e princípio do de D. Maria I e consta de muita documentação oficial referente à expulsão dos Jesuitas e muitas cartas de entidades nacionais e estrangeiras - Cardiais, Bispos, Ministros, Titulares, etc.
- ARQUIVO de D. António de Lencastre que foi Governador de Angola nos reinados de D. José e D. Maria I e consta de originais de ofícios assinados por D.José D. Maria, Marquês de Pombal, etc.
- Correspondência do Ministro de D. José e D. Maria; José Seabra da Silva para o mesmo Governador, durante a época em que esteve preso em Angola, no presidio das Pedras Negras.

Imagem 3 – Listagem elaborada por João Almada e Lencastre Bastos onde elenca alguns dos documentos que considerou mais importantes no ALB

(fonte: ANTT, *Instituto Superior das Bibliotecas e Arquivos*, cx. 329, proc. 274)

Os trabalhos estiveram para ser iniciados em meados de janeiro de 1958[265]. Por ofício[266] de João Martins da Silva Marques, Diretor da Torre do Tombo a Luís Silveira, sabemos que a 1 de março de 58 a comissão se deslocou a casa de João de Almada e Lencastre Bastos para dar cumprimento à avaliação, encontrando a "documentação, que constitui o arquivo a reconhecer e estudar, estava baralhada e já não correspondia à ordem dos apontamentos que acompanhavam o primeiro dos citados ofícios de V. Ex.ª, porquanto lhe haviam mudado de lugar, embora na mesma casa; e que estava assim inutilizado o trabalho dos mesmos apontamentos, e havia que refazer tudo de

[265] Mais precisamente a 20 de janeiro de 1957. Carta de João de Almada e Lencastre Bastos. Lisboa, 16 de dezembro de 1957. ANTT, *Instituto Superior das Bibliotecas e Arquivos*, cx. 329, proc. 274, doc. 26; Carta de Luís Silveira ao Diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 27 de dezembro de 1957. *Ib*, ofício 2904.
[266] ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91, Aquisição do Arquivo Lencastre Bastos - ofício de 19 de março de 1958.

princípio”[267]. No mesmo ofício advertia-se Luís Silveira que, após esta primeira reunião, os trabalhos foram interrompidos a pedido do proprietário alegando que necessitava de se ausentar de Lisboa por algum tempo e que comunicaria o dia e hora em que poderiam retomar a avaliação.

Em agosto do mesmo ano, em carta de Luís Silveira ao Diretor da Torre do Tombo, pedia-se informação do andamento dos trabalhos referentes à aquisição do arquivo[268], ao que este responde que a comissão ainda não tinha retomado os trabalhos em virtude de doença “grave e prolongada, que o impede de acompanhar os mencionados trabalhos”[269] de João de Almada e Lencastre Bastos. A 8 de novembro Luís Silveira escreve ao Diretor da Torre do Tombo informando que João de Almada e Lencastre Bastos faleceu a 22 de setembro[270] e que a sua viúva, Maria de Lourdes dos Santos Bastos, solicitava que se continuasse com a avaliação do acervo. Em anexo ao mesmo ofício referia que a prima, Maria José de Almada e Lencastre Teles da Silva, era herdeira de um quarto do mesmo[271].

Os trabalhos terão prosseguido à responsabilidade da comissão constituída até julho de 1959, data em que Luís Silveira solicitou novamente informação ao Diretor da Torre do Tombo sobre o seu andamento[272].

A 20 de julho de 1959 o relator e elementos da comissão entregaram o relatório preliminar de avaliação da documentação ao Diretor da Torre do Tombo e à Direção das Bibliotecas e Arquivos, referindo que aquela se encontrava dispersa por três locais: Avenida de Roma[273] (cento e noventa maços, entre caixas e livros), Encarnação[274] (dez maços com dezanove pacotes e livros) e Palacete de Santo Amaro[275] (onze caixotes, duzentos e trinta maços, caixas, pastas e livros). Alertavam para o facto de ser “difícil realizar um mapa sistemático das espécies, por estarem confundidas por pastas e maços”, pelo que se “pôs de parte tal idéa”[276]. Contabilizaram-se 430 maços, com

---

[267] ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91, ofício de 19 de março de 1958.
[268] ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91, ofício de 20 de agosto de 1958.
[269] ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91, ofício de 22 de agosto de 1958.
[270] ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91, ofício 3479.
[271] ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91, ofício 3479.
[272] ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91, ofício 1520, 13 de julho de 1959.
[273] Casa de João de Almada e Lencastre Bastos, deu origem à série “Avenida de Roma”, nesta dissertação designada por *Roma*.
[274] Recolhimento da Encarnação, onde residia Maria José de Almada e Lencastre de Sousa Teles, prima de João de Almada e Lencastre Bastos, deu origem à série *ANTT*.
[275] Residência de Isabel Teresa de Jesus e Melo, tia de João de Almada e Lencastre Bastos. Por falecimento desta, em 1970, a documentação deu entrada no Retiro da Encarnação, de onde foi recolhida em 1974, pelo que deu origem à série “Encarnação”, nesta dissertação designada por *Enc*.
[276] ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91, relatório de 20 de julho de 1959.

algumas dezenas de milhar de documentos, de papel e pergaminho, do século XIV ao século XIX, dos quais destacaram alguns núcleos e concluíam que tinham valor "inestimável que se não deve perder nem desbaratar"[277]. Por fim, o relator referiu a dificuldade de atribuir um valor monetário de peças únicas, apresentando alguns valores de espécies vendidas naquele ano em Paris[278], em Munique[279] e em Portugal[280], pelo que sugeriu o valor de 2.800.000 a 3.000.000 de escudos, recordando que a Fundação Gulbenkian continuava interessada na compra.

Entre julho e dezembro desse ano de 1959 a comissão prosseguiu a "inventariação" da documentação, concluindo que:

- o arquivo estava na posse dos seus herdeiros;
- o sumário sucinto existente no relatório de Durval Pires de Lima era "mais que suficiente para permitir formar uma ideia exacta da composição, importância e valor do referido arquivo"[281];
- o inventário não era, nem podia ser, "exaustivo e completo, isto é, descrevendo, peça por peça, toda a documentação, quer avulsa, quer livros, processos, etc. porque, para o elaborar não bastariam os meses de trabalho dos dois segundos signatários do presente relatório mas seria tarefa para um corpo de arquivistas durante vários anos, porquanto o arquivo em causa se compões de muitas dezenas de milhares de documentos de toda a espécie"[282];
- as peças documentais apontadas revelavam um "arquivo particular aliás já notável e rico, mas de um verdadeiro arquivo público, incomparavelmente mais notável, mais rico e mais valioso. As espécies que ficam apontadas, aliás como simples exemplos, são todas não apenas únicas e originais e, portanto, preciosas e podemos dizer insuspeitadas, de uma tal novidade e tão palpitante interesse que não será temerária a

[277] ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91, relatório de 20 de julho de 1959.
[278] Entre os vários exemplos cita-se "Uma carta do almirante Ganteaume, sobre o projecto de invasão da Inglaterra em 1799, por 72 mil francos; uma patente de oficial, da mesma época, original perfeito, por 81 mil francos; dois desenhos aguarelados de assunto militar, do período napoleónico, por 1 milhão e 160 mil francos...". ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91, relatório de 20 de julho de 1959.
[279] "Duas cartas, uma de Maria Luisa para o filho e outra deste para a Imperatriz, 2 milhões e 670 mil francos". ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91, relatório de 20 de julho de 1959.
[280] "A livraria do falecido Duarte Sousa foi adquirida para o SNI por 1.500.000$00". ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91, relatório de 20 de julho de 1959.
[281] ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91, ofício de 22 de dezembro de 1959.
[282] ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91, ofício de 22 de dezembro de 1959.

afirmação de que, certamente, toda a história sobre esta matéria tem de ser revista"[283];

- reafirma-se a importância da aquisição por parte do Estado do núcleo arquivístico, referindo a necessidade premente para defesa do património histórico-documental e cultural da Nação, e o único garante da sua boa conservação, guarda e integridade, alertando que nenhum particular poderia oferecer as mesmas garantias, considerando ainda que seria "de todo inadmissível que elas (as espécies), continuando em poder de particulares, viessem amanhã, por mero interesse privado, a ser despersadas [*sic*], vendidas avulsamente, etc[284]";
- considerava que só a aquisição pelo Estado poderia permitir a sua consulta por estudiosos e mantê-lo na posse dos proprietários seria "consentir no seu desvirtuamento para a cultura, deixar ficar ignorado e desaproveitado um importantíssimo manancial de elementos para a história política, social e económica da Nação, em quase 5 séculos"[285];
- dá o parecer final favorável à compra por dois milhões de escudos, aceitando os valores atribuídos em aditamento anexo ao relatório[286].

O Diretor da Torre do Tombo, em ofício a Luís Silveira[287], reiterou as condições em que se realizou a sua avaliação: justificou a demora da realização do trabalho devido à doença prolongada e posterior falecimento do proprietário do arquivo, a consequente partilha judicial entre os seus herdeiros, a transferência das espécies que o compunham para lugares separados e distantes; ao que se juntaram as licenças não simultâneas dos

---

[283] ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91, ofício de 22 de dezembro de 1959.
[284] ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91, ofício de 22 de dezembro de 1959.
[285] ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91, ofício de 22 de dezembro de 1959.
[286] Foram diferenciadas e destacadas as seguintes peças: 1 - documentos de carácter histórico-oficial: núcleo correspondente à 1.ª Invasão francesa e ao período que se lhe seguiu, até à paz geral, com 20 volumosos maços - 350.000$00; o grupo de 10 volumosos maços referentes ao período de 1817 a 1820 - 150.000$00; a coleção formada por perto de 200 livros de registo de correspondência do governo do Reino, de diversas secretarias e Tribunais do Estado, desde as Invasões francesas ao advento do regime constitucional - 150.000$00; o corpo constituído pela correspondência do Encarregado de negócios de Portugal em Roma, durante a administração pombalina - 150.000$00; a coleção com centenas de documentos régios e instrumentos pontifícios, rica em espécies dos seculos XVI e XVII - 50.000$00; o grupo de notícias e cartas políticas do século XVIII - 25.000$00; 2 - Documentos de natureza histórica, embora sem carácter político e administrativo: número incalculável, de interesse económico, corográfico, genealógico e biográfico, tombos de propriedades, testamentos, instrumentos de compra, venda e partilhas, do século XIV ao século XIX, de pergaminho e papel - 1.200.000$00. ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91, ofício n.º 374, de 22 de dezembro de 1959.
[287] ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91, ofício 348/59, de 23 de dezembro de 1959.

elementos da comissão. Refere-se ainda que o trabalho de inventariação coordenado por si foi da autoria de Durval Rui Pires de Lima e Alcino Manuel da Silva, os quais deram provas de grande competência, dedicação e assiduidade no trabalho que foi realizado fora das horas de serviço mas sem prejuízo deste, em lugares distantes, muitas vezes de noite e em condições incomodas e adversas[288].

Imagem 4 – Maria José de Almada e Lencastre de Sousa Teles

(fonte: https://geneall.net)

Dois anos mais tarde, em 1961, Maria José de Almada e Lencastre de Sousa Teles solicitou a Luís Silveira que comunicasse à Torre do Tombo que pretendia depositar naquela instituição a sua parte da documentação, alegando que se ausentava frequentemente da sua residência e que tinha receio pela sua integridade. No despacho ministerial, concedido a 31 de janeiro de 1961, afirma-se que a entrega dos documentos devia ser acompanhada por Durval Pires de Lima, que havia feito parte da comissão avaliadora[289]. Os documentos deram entrada na Torre do Tombo no dia 25 de março de 1961, acompanhados de declaração da depositante e um inventário de 5 páginas, cuja folha de rosto foi assinada por José Gaspar de Almeida e onde se refere que os documentos não foram conferidos com o inventário, por estarem emaçados e lacrados com o sinete da depositante[290]. Na Torre do Tombo foram encaminhados para a Casa Forte, estante 4, prateleira 8[291].

[288] ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91, ofício 348/59, de 23 de dezembro de 1959.
[289] ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91, ofício 214, de 9 de fevereiro de 1961.
[290] ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91, doc. 155, 25 de março de 1961.
[291] Nota marginal da declaração de entrega da documentação. ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91, doc. 155, 25 de março de 1961.

A 26 de Setembro de 1961 o Diretor da Torre do Tombo enviou a Luís Silveira o inventário, de 48 páginas dactilografadas, da parte do arquivo pertencente a Isabel Teresa de Jesus e Melo, após falecimento do sobrinho João de Almada e Lencastre Bastos, o qual podemos encontrar hoje no processo de aquisição do ALB existente na Torre do Tombo[292].

Só voltamos a ter conhecimento de novos desenvolvimentos no ano de 1974. Em janeiro, por ofício do Diretor Geral dos Assuntos Culturais ao Diretor da Torre do Tombo, é referido que, por despacho de 27 de dezembro de 1973, o Secretário de Estado da Instrução e Cultura autorizou a Biblioteca Nacional e o seu então diretor, Dr. Manuel Estevens, a adquirir o arquivo Almada Lencastre Bastos. Informava ainda o mesmo ofício que os serviços da Biblioteca estavam a proceder à conferência do acervo, pelo que solicitavam que a parte pertencente a Maria José de Almada Teles[293] que se encontrava depositada na Torre do Tombo, deveria ser conferida e selada pelos funcionários da Biblioteca, portadores de autorização da proprietária e que, concluída a aquisição, os documentos pudessem ser levantados como pedia a proprietária em carta enviada ao diretor da Torre do Tombo, onde anunciava a venda e pedia a entrega das espécies[294].

A 21 de janeiro de 1974, os dez maços depositados na Torre do Tombo foram verificados e lacrados por Isabel Maria Vilares Teixeira Cepeda, na presença do então 2.º Conservador do Arquivo Nacional, Alcino Manuel da Silva[295], tendo-se realizado o auto de entrega a Maria Valentina Amaral Sul Mendes, à época 1.ª Bibliotecária da Biblioteca Nacional de Lisboa. Quanto à parte de Isabel Teresa de Jesus, tia de João de Almada e Lencastre Bastos, foi levantada do Retiro da Encarnação, onde esteve entre 1970 e 1974, como se pode confirmar pelo auto de entrega[296]. A parte de João de

---

[292] O inventário da parte vendida por Maria de Lourdes Bastos, viúva do proponente, só existe no processo da BNP.

[293] A própria envia carta ao Director autorizando a conferência dos seus documentos depositados na Torre do Tombo, em virtude de se encontrar em negociações com a Biblioteca Nacional. Carta de 10 de janeiro de 1974.

[294] ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91, doc. 593, 12 de janeiro de 1974 e carta de Maria José Almada Teles, de 17 de janeiro de 1974.

[295] BNP, *Processo compra Almada Lencastre Bastos*, Relatório da conferência do Cartório Almada e Lencastre Bastos: “A conferência foi feita na manhã do dia 15 de janeiro de 1974. Os maços constantes do inventário dactilografado encontravam-se lacrados. Estes foram abertos e verificou-se que o seu conteúdo correspondia exactamente à descrição do inventário citado. Os maços foram novamente atados e lacrados. Foi aposto um letreiro em cada maço com a sua identificação.”

[296] O quinhão pertencente a Isabel Teresa de Jesus, falecida em 1970, foi recolhido pelas técnicas da BNP do Retiro da Encarnação e não de Santo Amaro. Pensamos que por morte de Isabel Teresa de Jesus, sem descendentes diretos (filhos), a documentação tenha sido herdada pela sua sobrinha Maria José de Almada e Lencastre Teles, falecida em 1992, que a vendeu com a outra parte que já possuía, uma vez que

Almada e Lencastre Bastos foi vendida pela sua viúva e levantada de sua casa na Avenida de Roma[297].

Entre janeiro e julho de 1974, o arquivo esteve no "Serviço de Compras" da Biblioteca Nacional, tendo sido recebido nos Reservados, onde hoje se encontra, pela então Chefe da Divisão de Reservados, Maria Valentina Mendes, a 16 de julho desse mesmo ano[298].

3. Um arquivo, três cotas

Entre o ano de 1974 e o de 2015, ano em que iniciámos a nossa investigação, o arquivo foi objeto de poucas intervenções no que se refere à sua arrumação: os pacotes e maços de 1974 foram instalados em caixas de cartão *acid-free* nos anos de 2010-2016. Os seus "índices de descrição documental" são constituídos pelas listagens muito genéricas dos maços pertencentes a Maria José de Almada Teles, a Isabel de Melo[299], a João de Almada e Lencastre Bastos[300] e um catálogo prévio, elaborado e publicado por Pedro Pinto[301], como já foi referido.

Devido a contingência de recursos[302], o trabalho que foi realizado na segunda década do novo milénio consistiu apenas no desempacotamento dos maços originais e

---

João de Almada e Lencastre Bastos também não teve filhos. Esta hipótese carece de confirmação, uma vez que a pasta do processo de aquisição do ALB não informa como terão começado os trâmites de compra do mesmo, e não nos foi possível consultar, no arquivo da BNP, eventuais trocas de correspondência anteriores ao processo de compra. BNP, *Processo compra Almada Lencastre Basto*, doc. n. n. No relatório da conferência do Cartório Almada e Lencastre Bastos consta a seguinte informação: "A conferência efectuou-se nas tardes dos dias 7 e 8 de janeiro de 1974. As espécies encontravam-se em caixotes, conforme a descrição do Inventário dactilografado. O seu estado de conservação deve ter piorado nos últimos tempos devido ao ambiente húmido em que se acham: assim, quase todos os livros e maços têm manchas de bolor recente. Foram conferidas as espécies inventariadas. Fizeram-se pacotes com numeração seguida. Colou-se por fora uma ficha branca com o número do pacote e o conteúdo do mesmo. Os pacotes foram lacrados".

[297] BNP, *Processo compra Almada Lencastre Bastos*, Relatório da conferência do Cartório Almada e Lencastre Bastos: "Efectuou-se nos dias 10 e 11 de janeiro de 1974. As espécies encontravam-se em bom estado de conservação, e conforme o inventário dactilografado. Foram conferidas as espécies inventariadas. Fizeram-se pacotes. Colou-se por fora uma ficha branca com o conteúdo do mesmo. Os pacotes foram lacrados".

[298] BNP, *Processo compra Almada Lencastre Bastos*, Relatório da conferência do Cartório Almada e Lencastre Bastos.

[299] ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91 - Aquisição do Arquivo Lencastre Bastos.

[300] Apenas existente na Biblioteca Nacional. BNP, *Processo compra Almada Lencastre Bastos*, doc. n. n.

[301] PINTO, Pedro - "O Arquivo da Família Almada Lencastre Basto...", cit., p. 307-341.

[302] MARTINS, Lígia de Azevedo; SILVA, Ana Cristina de Santana; FERREIRA, Teresa Duarte - "O Arquivo Pombal no âmbito dos arquivos de família da Biblioteca Nacional de Portugal: modelo arquivístico para o conhecimento de uma grande Casa nobiliárquica", *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, org. Maria de Lurdes Rosa, Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, 2012, p. 526. As autoras referem o desinvestimento na descrição documental de que foram alvo os arquivos de família.

colocação em capilhas e caixas novas, atribuição de nova cota aos maços que estão descritos nas listas elaboradas pela Comissão de Avaliação atrás referida, pelo que se mantiveram as cotas de “proveniência”: Avenida de Roma, ANTT e Encarnação. Pelo que pudemos verificar, a documentação permanecia misturada, pelo que não podemos afirmar que há possibilidade de encontrar mais documentos de uma ou outra família, de uma ou outra pessoa, nesta ou naquela cota.

A cota **ANTT** tem no total 20 unidades de instalação (caixas), numeradas de 1 a 19, a caixa 7 (antiga pasta 41) foi desdobrada em 7A. Os documentos estão individualmente dentro de capilhas ou, em alguns casos adiante referidos, com outros, e estão numerados/marcados sequencialmente por uma mecha de papel. Tem no total 1252 documentos. Os documentos 4 e 5 e os 12 a 14 estão juntos na mesma capilha, como indicam as mechas. Os documentos começaram a ser marcados no papel, a lápis, mas essa marcação abrangeu apenas as primeiras espécies (ver doc. 1 e seguintes, na caixa 19). Algumas capilhas possuem mais do que um documento, mas a mecha é única.

A inventariação das primeiras seis caixas foi feita e publicada por Pedro Pinto[303], a qual foi revista e continuada por nós a partir da caixa 7 até ao final. Segue-se uma tabela com a sua distribuição:

Cota atual	**Dimensão e suporte**	**Datas**
ALB/ANTT/PASTA29/CX.01	Doc. numerados de 1131 a 1252	1516-1862
ALB/ANTT/PASTA32/CX.02	Doc. numerados de 718 a 728	Séc. XV-1772
ALB/ANTT/PASTA34/CX.03	Doc. numerados de 626 a 673	1567-1847
ALB/ANTT/PASTA35/CX.04	Doc. numerados de 674 a 717	1428-1822
ALB/ANTT/PASTA39/CX.05	Doc. numerados de 782 a 878	1614-1839
ALB/ANTT/Livro 1 (é o doc. 624)	Parafrase De todos os Direitos Regalias, e Propriedades pertencentes ao Ex. mo Morgado de Freyriz e Penegate D. O. C. Ao Ill.mo Senhor D. Miguel Pereira Forjaz, Couttinho Barreto de Sá, e Rezende; Senhor Donatario dos Coutos de	1816-06-24

303 PINTO, Pedro - “O Arquivo da Família Almada Lencastre Basto...”, cit., p. 307-341.

	Freyriz, e Penegate; (...) Pelo Juiz do Tombo, e Cauzas do Mesmo Ex.mo Morgado João Jeronymo do Coutto de Castro, e Souza	
ALB/ANTT/PASTA40/CX.06	Doc. numerados de 594 a 625	1373-1875
ALB/ANTT/PASTA41/CX.07	Doc. numerados de 177 a 315	1762-1839
ALB/ANTT/PASTA41/CX.07 A	Doc. numerados de 316 a 448	(ver cx. 07)
ALB/ANTT/PASTA42/CX.08	Doc. numerados de 449 a 509	1499-1824
ALB/ANTT/PASTA43/CX.09	Doc. numerados de 729 a 781	1485-1791
ALB/ANTT/PASTA57/CX.10	Doc. numerados de 979 a 1066	1587-1828
ALB/ANTT/PASTA58/CX.11	Doc. numerados de 541 a 593	1500-1838
ALB/ANTT/PASTA65/CX.12	Doc. numerados de 510 a 540	1688-1845
ALB/ANTT/PASTA66/CX.13	Doc. numerados de 1067 a 1130	1435-1840
ALB/ANTT/PASTA78/CX.14	Doc. numerados de 124 a 176	1452-1726
ALB/ANTT/PASTA88/CX.15	Doc. numerados de 54 a 123	1402-1823
ALB/ANTT/PASTA97/CX.16	Doc. numerados de 879 a 918	1753-1859
ALB/ANTT/PASTA104/CX.17	Doc. numerados de 919 a 978	1555-1825
ALB/ANTT/PASTA126/CX.18	Doc. numerados de 39 a 53	1813-1816
ALB/ANTT/PASTA148/CX.19	Doc. numerados de 1 a 38	1528-1822

Tabela 1 – Distribuição dos documentos da cota ANTT pelas caixas atuais na BNP

Nesta cota foram encontradas algumas incongruências (para além da evidente não sequência da numeração dos documentos e caixas) como falhas de documentos[304], trocas de numeração ou numeração duplicada[305]. Uma outra questão prende-se com a

[304] Falta o doc. 1169 na cx. 1, não sabemos se saltaram uma mecha ou se falta mesmo; falta o doc. 685 na cx. 4, tem uma mecha a dizer que se encontra numa pasta à parte, mas não foi encontrado. O doc. 624 da cx. 6 da lista de Pedro Pinto é o doc. 625, que não existia nem estava referido como em falta.

[305] O doc. 712 da cx. 4 que faltava na lista de Pedro Pinto está na caixa, não existe nessa caixa o 718 referido por Pedro Pinto na mesma lista (que afinal é o doc. 712). Os números duplicados 718 deixaram de existir. O verdadeiro doc. 624 é o BNP, ALB, *ANTT*, liv. 1 e está na cx. 5, quando deveria estar na cx. 6. Nº de documento repetido: 720.

dispersão da documentação, ou seja, um documento pode estar contido em duas ou mais capilhas[306].

A cota **Encarnação** tem 143 unidades de instalação, das quais são 137 caixas e 8 livros. A numeração das caixas começa no número 1 e vai até ao 57, algumas foram desdobradas em A e B, até C[307], com a exceção da caixa 27 que foi dividida em I e II.

As divisões das caixas obedeceram à antiga arrumação por pacote, sendo que este poderia conter mais do que um maço (numeração antiga e não sequencial). Essa destrinça ficou mapeada na cota. Exemplo:

Pacote 55 **Maço 164**	ALB/ENCAR/PAC55/MÇ164/CX55
Pacote 55 **Maço 165**	ALB/ENCAR/PAC55/MÇ165/CX55 A
Pacote 55 **Maço 167**	ALB/ENCAR/PAC55/MÇ167/CX55 A

Tabela 2 – Exemplo de distribuição de maços não sequencial

Os vários milhares de documentos não estão numerados e, presentemente, encontram-se dentro das caixas, separados por capilhas *acid free* para facilitar o seu manuseamento. De igual modo estão colocados em capilhas os documentos que se encontram em mau estado.

A cota **Av. de Roma** tem 126 unidades de instalação, das quais são 125 caixas e um livro (de grande formato). A numeração começa na caixa 58 (não foi iniciada do número 1, mas sim continuada do número 57, que é o último número da série *Encarnação*) e termina na caixa 116.

Algumas caixas[308] que foram desdobradas em A e B, com a exceção da caixa 66, que foi desdobrada com numeração romana de I a V; acontecendo o mesmo com as caixas 82 e 83 (de I a III) e da 114, de I a II.

[306] Como o caso do doc. 1056 – Foros das casas na cidade do Porto. 1 fl. s. d. incompleto, que continua no doc. 1066 – Refere que D. Tristão de Meneses fez um inventário e que tem de ser visto à luz das novas determinações régias. Inclui 2 folhas de propriedades e respetivas rendas, mas está incompleto (começa no n.º 5). (1818). 1+2 fls. O mesmo acontece nas restantes cotas, Encarnação e Av. de Roma.
[307] Com exceção das caixas número 30-32, 36, 40, 56 e 57, que não foram desdobradas.
[308] Com exceção das caixas 61, 65, 75, 85, 98, 99, 105, 112 e 116 que não foram desdobradas.

Tal como acontece na cota *Encarnação*, também estes documentos não estão, na sua grande maioria, numerados. Verificámos, no entanto, que na caixa BNP, ALB, *Roma*, pac. 58, n.º 001, cx. 58, constituída por um códice factício, os documentos, apesar de encadernados, estão numerados de 1253 a 1615, o que denota que foi continuada a numeração atribuída aos documentos com a cota ANTT (cujo último documento é o 1252). O mesmo se passou na BNP, ALB, *Roma*, pac. 77, n.º 076, cx. 77, com os documentos numerados de 1619 a 1711. Colocámos a hipótese de as caixas terem sido sequenciais numa cota antiga, mas pela consulta da tabela de transferência de maço para caixa, elaborada pelas técnicas da BNP, nada o indica, a caixa 58 era uma caixa antiga 1, a caixa 77 era um pacote 77. Terão sido "organizadas" uma a seguir a outra em algum momento, mesmo não seguindo a ordem numérica das caixas e por isso continuaram a numeração? Não o conseguimos apurar. De qualquer das formas a numeração não voltou a ser retomada em qualquer outra caixa.

Tanto nas cotas *Encarnação* como na *Av. de Roma*, para além da colocação das capilhas em papel *acid free* nos documentos e nos documentos em mau estado, como já foi atrás referido, as técnicas profissionais da Biblioteca Nacional iniciaram, em 2016, a marcação do número de caixa e documento, mas sem acompanhamento da técnica superior.

Quanto a falhas na documentação, verificámos que faltava um documento numa caixa da BNP, ALB, *Roma*, pac. 108, n.º 169, cx. 108 [antigo maço 5][309].

Relativamente ao estado de conservação dos documentos salienta-se o facto de algumas caixas ainda serem as antigas[310], o que, se por um lado, nos informa como eram guardados os documentos antes de terem entrado na BNP; por outro são desadequadas ao seu conteúdo: pequenas, o que leva a que as pontas dos documentos se dobrem, demasiado cheias e de difícil manuseamento e outras com graves problemas de humidade e fungos[311]. Algumas destas caixas estão dentro das caixas *acid free*, o que acaba por ser contraproducente.

Alguns documentos encontram-se em avançado estado de degradação, por motivos de acidez do papel e tinta ferrogálica ou por fungos e bolores. Quanto a parasitas, apenas em duas ou três caixas verificámos a presença de lepismas, situação

---

[309] Em setembro de 2016, verifiquei que na caixa em questão aparecia uma mecha com o seguinte texto: "Em carta de sua majestade de vinte e cinco de Junho de 1604…. retirado Dr.ª Teresa". Não temos conhecimento até ao momento do que aconteceu ao documento em falta.
[310] Algumas caixas antigas foram reaproveitadas, o conteúdo não corresponde à etiqueta da lombada.
[311] Sugerimos que sejam reacondicionadas para memória futura, em ambiente controlado e isoladas.

que foi comunicada aos responsáveis, e que levou ao reforço de instalação no depósito de armadilhas nos locais adequados.

Para o IDD que realizámos no âmbito da tese e que apresentamos em anexo[312] não seguimos esta nova numeração dada aos documentos em 2016-2017 por termos verificado incongruências de marcação e sobretudo por esta se ter efetuado já depois de termos iniciado o nosso trabalho de inventariação. Seguimos as listas pertencentes a cada uma das cotas, partindo da descrição de cada caixa, o que nos permitiu verificar que houve rearrumação das caixas já depois da lista ter sido elaborada e que houve mudança ou supressão de documentação dentro das caixas/maços iniciais. Essas anotações fazem parte do cabeçalho da descrição da caixa no IDD, encontrando-se entre parêntesis retos, com anotações nossas[313].

Seguimos ainda a numeração das caixas e capilhas e dentro destas a sequência física dos documentos. Devido, sobretudo, ao tempo que tínhamos disponível para a investigação e elaboração da tese e à necessidade de proceder o mais rapidamente possível à inventariação dos documentos inseridos nas 291 caixas, por vezes foi-nos necessário recorrer à seriação de documentos, para os séculos XVIII e XIX, contabilizando os relacionados com apontamentos de contabilidade, cartas de embaixadores, recibos de missa, recibos de obras, correspondência com procuradores, entre outros. Nestes casos registámos datas extremas e número de documentos.

Como a documentação não estava marcada e havia necessidade de a podermos referenciar no nosso trabalho, optámos por manter a referência às cotas antigas dos cartórios dos Vila Nova de Souto del Rei ou da família Forjaz Coutinho.

Assim, nas várias notas de rodapé que acompanham esta dissertação, identificámos a documentação por essa cota – por exemplo: BNP, ALB, *Roma*, cx. 106, n.º 164, cap. 1, **cota antiga: 1318** – tratando-se de um documento proveniente do cartório dos Vila Nova de Souto del Rei ou – BNP, ALB, *Enc.*, cx. 1, cap. 4, **cota antiga: M 5 N 6**, para um documento proveniente do cartório dos Forjaz Coutinho. Não havendo essa cota referenciamos o documento como n. n. (não numerado). No caso dos documentos pertencerem à cota ANTT, relembramos que os documentos foram numerados com as mechas e é com essa numeração que os referimos.

---

[312] Veja-se no vol. II – Anexos o Anexo 2.

[313] A título de exemplo, pudemos verificar que houve supressão da caixa 1B da cota Encarnação e ainda que o documento "um livro de capa de pergaminho com o título "Cartas de D. João IV a D. Francisco Pereira (Feira)"", que vem mencionado nas listas como fazendo parte da caixa Roma, cx. 71, encontra-se presentemente em Roma, cx. 106A, capilha 3.

Por fim ressalvamos, tal como afirmámos na introdução desta dissertação, que o IDD que apresentamos em anexo constituiu um documento de trabalho, que não está totalmente isento de erros e como tal necessita de ser melhorado.

Capítulo III – Proposta de reorganização e classificação: famílias e sistemas de informação, séculos XIV-XVII

1. A delimitação de um universo coerente de produtores de arquivos

Como referido na Introdução, a dimensão do ALB impôs escolhas tanto para o tratamento aprofundado de problemas no âmbito da arquivística histórica, área central desta tese, como para a descrição documental completa. Se apresentamos, como complemento à tese, um inventário global do acervo, não seria de todo exequível realizar a correta classificação, descrição e estudo de todo o conjunto documental. De resto, como registámos, interessava-nos antes de mais delimitar problemáticas no âmbito assinalado, em especial na linha da História Social dos Arquivos[314]. A constatação, em fase de trabalho preliminar de separação de grupos de produtores, de que existiam núcleos documentais fortes provenientes de famílias com algumas características sociológicas comuns, foi investigada, à luz da hipótese que poderiam ser estas mesmas características que as levavam a produzir documentos (gerir, reproduzir-se pelo escrito) e conservar arquivos. Nas linhas que se seguem, começaremos por apresentar as famílias, de forma a agilizarmos a explicação seguinte, ou seja, quais as características que as agruparam, e como no seu conjunto, de que forma elas contribuíram para o fortalecimento do grupo e para uma notória ascensão social. Partindo de uma perspetiva de História Social do Arquivo, esta dissertação apresenta aqui um contributo para o estudo das elites locais, por vezes algo lacunar para uma, ainda grande, percentagem dos núcleos urbanos[315] e acrescenta novos dados sobre algumas famílias já identificadas por alguns historiadores do patriciado urbano portuense (que oportunamente iremos referindo), em especial no que diz respeito à sua produção, gestão e preservação documental.

O *corpus* documental constitui-se pela documentação produzida e conservada pelas seis famílias que passamos a apresentar. A primeira é a família Valadares, do

---

[314] HEAD, Randolph – “Preface: Historical research on archives and knowledge cultures: an interdisciplinary wave”. *Archival Science*. 10:3 (2010), p. 191-194; WALSHAM, Alexandra – “The social history of the archive: record-keeping in Early Modern Europe”, cit., p. 9-48; NÓVOA, Rita Sampaio da; ROSA, Maria de Lurdes – “O estudo dos arquivos de família de Antigo Regime em Portugal: percursos e temas de investigação”, cit., p. 75-95.

[315] Para um balanço da questão, veja-se COELHO, Maria Helena da Cruz – “O Poder Concelhio em tempos medievais – o “deve” e “haver” historiográfico”, cit., p. 19-34; ead. – “Municipal Power”, cit., p. 209-230; COSTA, Adelaide Millán da – “Elites and oligarchies in the late medieval Portuguese urban world”, cit., p. 67-82.

Porto, com vários elementos pertencentes à governança da cidade (vereadores, alcaide pequeno), a qual se vai interligar por laços matrimoniais com as famílias Carneiro e Machucho, por sua vez também ligadas por via de casamentos. Neste conjunto de famílias encontram-se claros exemplos de ascensão e promoção social – primeiras gerações com ligações não apenas à governança da cidade, mas também ao clero, e aos órgãos superiores da magistratura da Coroa, tendo chegado um dos elementos – António Machucho – a desempenhar funções no Desembargo do Paço; e casamentos dentro do mesmo nível social ou superior, com famílias também elas ligadas à vereação da cidade[316].

A segunda família é a Ribeiro, morgados do Canidelo por instituição e nomeação de Inês Vasques, que se uniu por via matrimonial a duas famílias da elite portuense – em primeiro lugar com Álvaro Afonso Dinis e em segundo com Gonçalo de Sá. A instituidora nomeou um sobrinho – João Álvares Ribeiro, escudeiro da rainha D. Isabel, consorte de D. Afonso V. O morgadio segue na família por via masculina até ser doado em dote a Antónia de Sousa, por casamento com Francisco Furtado de Mendonça[317].

A terceira família estudada, os Magalhães, merece uma diferenciação em relação às anteriores em função do seu estatuto social, pois pertencia à nobreza senhorial, uma vez que os seus chefes foram senhores da Barca, onde tinham poder jurisdicional. Esta distinção social relativamente às outras famílias não a faz afastar-se das mesmas, a nível das características da produção documental e sua preservação. De resto, as restantes famílias estudadas rapidamente alcançam um patamar social semelhante e irão verificar-se alianças entre os dois grupos: irão entroncar nela os Valadares e os Ribeiro do Porto no século XVII e os Barreto no século XVIII, como veremos adiante[318].

A quarta família são os Carvalho, para a qual seguimos as linhas genealógicas de Lopo Sanches de Sotomaior, mercador de Guimarães, de seus filhos Diogo Lopes de Carvalho, desembargador régio nos reinados de D. Manuel e D. João III, e Beatriz Lopes de Carvalho, e dos descendentes desta: Gaspar de Carvalho, António e Luís Lopes de Carvalho. A família foi administradora da capela fundada por Vasco Lourenço, mercador em Guimarães, à qual foi associado o morgadio instituído pelo seu

[316] Veja-se adiante em III.5 – **I – SUBSISTEMA VALADARES**.
[317] Veja-se adiante em III.5 – **II – SUBSISTEMA RIBEIRO**.
[318] Veja-se adiante em III.5 – **III – SUBSISTEMA MAGALHÃES**.

sobrinho Diogo Lopes de Carvalho, que seguiu na família até à extinção dos vínculos e capelas em meados do século XIX[319].

A quinta família são os Cunha, administradores da capela instituída por Pedro Vaz da Praça, escudeiro do rei em Monção, em 1500, o qual nomeou o seu sobrinho Paio Rodrigues de Araújo na administração da mesma e este, posteriormente, em seu neto Jorge da Cunha[320].

Temos por fim os Barreto[321], com origem em João Nunes, mercador de Aveiro, instituidor dos morgadios do Gafanhão e de Freiriz e Penegate, cujos descendentes se vão ligar por via matrimonial com os Ferraz do Porto, e posteriormente com os Magalhães. Durante o século XVI desempenharam cargos quer na edilidade camarária, quer na Misericórdia portuense.

Quais, então, as características que as constituem como grupo socialmente homogéneo, mesmo se existem diferenças internas? Em primeiro lugar, a pertença às elites urbanas ou senhoriais da região do Entre-Douro-e-Minho, tendo apresentado claros percursos de ascensão social; depois, uma muito frequente, por vezes cerrada, prática de instituição de vínculos até ao terceiro quartel do século XVI; por fim, a existência de comportamentos oligárquicos, afins aos de outros grupos de poder urbanos um pouco por todo o reino de Portugal e pelo conjunto da Península Ibérica. Cremos que foi em função destes três parâmetros que as famílias em estudo produziram um muito significativo volume de documentos, e que os núcleos documentais a elas associados oferecem exemplos muito ricos e diversos no que ao estudo da produção, gestão e usos dos arquivos de família respeita. A comprovação dos primeiros aspetos será efetuada de seguida, enquanto o último será objeto de descrição extensiva nos pontos subsequentes deste capítulo, de acordo com metodologias mais propriamente arquivísticas.

Em termos de enquadramento historiográfico e sociológico, o conceito de elite social é aqui fundamental. Como vimos no primeiro capítulo, o mesmo tem vindo a ser discutido e debatido desde há cerca de duas décadas por vários investigadores portugueses e estrangeiros, podendo apresentar várias perspetivas, consoante o local, época ou grupo a que se refere. Os elementos constitutivos da elite social variam – por

[319] Veja-se adiante em III.5 – **IV – SUBSISTEMA CARVALHO**.
[320] Veja-se adiante em III.5 – **V – SUBSISTEMA CUNHA**.
[321] Veja-se adiante em III.5 – **VI – SUBSISTEMA BARRETO**.

vezes são considerados, como referiu Luís Miguel Duarte, como os "melhores da terra"[322]; ou, como defendeu Jacques Le Goff, os elementos de uma sociedade que tinham mais prestígio, riqueza, capacidade militar e cultura (jurídica, económica)[323]; ainda, na perspectiva de Juan Carlos Martín Cea e Juan Antonio Bonachía, aqueles que possuíam "residencia principal en una casa-fuerte o palacio dentro del recinto urbano, posesión de importantes propiedades agropecuarias, alejamiento de la participación directa en las actividades productivas, imitación de las pautas de comportamiento nobiliar y gusto por la ostentación, acusado sentido de diferenciación de los sectores del común, tendencia de monopolización del poder político concejil, adopción de actitudes mentales proprias de la aristocracia, organización en linajes que tienden a imitar los usos familiares nobiliarios"[324]. Mais recentemente José María Monsalvo Antón caraterizou o patriciado urbano como "nobreza urbana"[325] e François Menant e Jean-Pierre Jessenne definiram-na como "todos aqueles que gozam de uma posição social elevada, o que passa não só pela detenção de uma fortuna, de poder ou de saber, mas também pelo reconhecimento dos outros"[326].

Já numa aplicação directa do conceito ao universo de famílias em que se inserem as que estudamos, temos ainda a considerar o trabalho fundamental de Pedro de Brito sobre as elites – patriciado – portuense(s) do século XVI. Tal como nós, também o autor teve alguma dificuldade em caracterizá-las como famílias nobres[327]. Se em algumas delas os elementos se designavam por cidadãos do Porto[328], cidade que tinha, aliás, privilégio de não autorizar a permanência e pernoita em mais de três dias de fidalgos

---

[322] DUARTE, Luís Miguel – "Os melhores da terra (um questionário para o caso português)", cit., p. 91-106.

[323] LE GOFF, Jacques – "Tentative de conclusions". In *Les élites urbaines au Moyen Âge*. XXVII^e^ Congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public (Rome, mai 1996). Paris: Publications de la Sorbonne-École Française de Rome, 1997, p. 443-456.

[324] MARTÍN CEA, Juan Carlos; BONACHÍA, Juan Antonio – "Oligarquías y poderes concejiles en la Castilla Bajomedieval: balance y perspectivas", cit., p. 23.

[325] MONSALVO ANTÓN, José María – "Esferas de poder nobiliario y relaciones com el poder regio en la Salamanca medieval: de la caballería consejil al duque de Alba". In COSTA, Adelaide Millán da; JARA FUENTE, José Antonio (eds.) – *Conflicto político: lucha y cooperación. Ciudad y nobleza en Portugal y Castilla en la Baja Edad Media*. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2016, p. 140-141 e nota 4.

[326] MENANT, François e JESSENNE, Jean-Pierre – "Introduction". In MENANT, François e JESSENNE, Jean-Pierre – *Les élites rurales dans l'Europe médiévale et moderne*. Actes des XXVII^e^ Journées Internationales d'Histoire de l'Abbaye de Flaran (9-11 septembre 2005). Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2007, p. 8.

[327] SILVA, Francisco Ribeiro da – *As elites portuenses no século XVII: caracterização social e vias de mobilidade*, p. 5-11.

[328] *Ibid*., p. 11-16, 18-20; DUARTE, Luís Miguel – "Os melhores da terra (um questionário para o caso português)", cit., p. 96; SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos. Os doadores da Misericórdia do Porto e a expansão oceânica (séculos XVI-XVII)*. Lisboa: ICS: 2018, p. 39.

dentro das suas portas[329], outros haviam que se designavam por fidalgos da casa real, tendo alguns inclusive, carta de armas[330]. Por esta razão, Pedro de Brito enunciou alguns critérios para caracterização das famílias da "nobreza" portuense: possuírem carta de brasão, carta de cavaleiro ou escudeiro e estarem incluídos na lista de moradias da casa real e por fim intitularem-se de fidalgos em documentos públicos[331]. Segundo o autor, o facto de ser cavaleiro ou escudeiro da casa real não tinha necessariamente correspondência com a condição de nobre[332], dado que é corroborado por Nuno Gonçalo Monteiro[333]. Tal como Ana Cláudia Silveira[334] fez notar, entre os mecanismos impulsionadores de processos de ascensão social das elites encontravam-se o "serviço militar[335], a acumulação de riqueza obtida em atividades como o comércio de cereais ou a produção de sal; o investimento fundiário ou a participação em atividades comerciais ou em operações financeiras[336]; o saber técnico, assumindo-se a cidade como um espaço

---

[329] Prerrogativa que vinha do tempo em que a cidade era domínio senhorial do Bispo do Porto e que se manteve até pelo menos 1549. Veja-se BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista…*, p. 414-415; id. – "Declínio do papel das mulheres do patriciado portuense no século XVI". *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica*, 8 (2013), p. 4; MACHADO, Maria de Fátima – *O central e o local…*, p. 85-87; SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos…*, p. 37; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – "Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime", cit., p. 357-358.

[330] Como Gonçalo Nunes Barreto, ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 41, fl. 13v-14 e João Álvares Ribeiro II, SANCHES DE BAENA, Visconde de – *Archivo Heraldico Genealogico…*. Lisboa: Typographia Universal, 1872, p. 321.

[331] BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista…*, p. 382.

[332] O mesmo notou SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos…*, p. 39.

[333] MONTEIRO, Nuno Gonçalo – "Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime", cit., p. 358.

[334] SILVEIRA, Ana Cláudia – "Oficialato senhorial, elites urbanas e processos de mobilidade social numa vila portuária do domínio espatário: Setúbal no século XV". In COSTA, Adelaide Millán da; JARA FUENTE, José Antonio (eds.) – *Conflicto político: lucha y cooperación. Ciudad y nobleza en Portugal y Castilla en la Baja Edad Media*. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2016, p. 281-303.

[335] SOUSA, Armindo de – "A socialidade (estruturas, grupos e motivações)". In MATTOSO, José (coord.) - *História de Portugal*. vol. 2. – *A Monarquia Feudal* (*1096-1480*). coord. pelo mesmo. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 448-449. Em Portugal, foi evidente ao longo do século XV o impacto do serviço militar desempenhado na conquista de praças no Norte de África na ascensão social de determinados indivíduos e grupos familiares. Sobre o assunto veja-se CUNHA, Mafalda Soares da – "Nobreza, alianças matrimoniais e reprodução social. Análise comparada dos grupos familiares dos Meneses e Cunha (séc. XV-1640)". In BARATA, Maria do Rosário Themudo; KRUS, Luís (dir.) – *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, p. 742-744.

[336] BOONE, Marc – "Stratégies fiscales et financières des élites urbaines et de l'État bourguignon naissant dans l'ancien comté de Flandre (XIVe-XVIe siècle)". In *L'argent au Moyen Âge*. XXVIIIe Congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public (Clermont Ferrand, 30 mai – 1er juin 1997). Paris: Publications de la Sorbonne, 1998, p. 241; CROUZET-PAVAN, Elisabeth – "Les élites urbaines: aperçus problématiques (France, Angleterre, Italie)". In *Les élites urbaines au Moyen Âge*. XXVIIe Congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public (Rome, mai 1996). Paris: Publications de la Sorbonne-École Française de Rome, 1997, p. 15 e 27; JANSEN, Philippe – "Élites urbaines, service de la commune et processus d'aristocratisation: le cas de Macerata aux XIVe-XVe siècles". *Ibid.*, p. 207-209; HOCQUET, Jean-Claude – "Solidarités familiales et solidarités marchandes à Venise au XIVe siècle". *Ibid.*, p. 240-253; PÉGEOT, Pierre; FRAY, Jean-Luc – "Les élites sociales du grand Est français". *Ibid.*, p. 344-345; DUTOUR, Thierry – "Les nobles et la ville à la fin du Moyen Âge dans l'espace francophone vus par les historiens médiévistes". *Cahiers de Recherches Médiévales et Humanistes.* 13 (2006), p. 153-154; JARA FUENTE, José Antonio – "Elites y

propício à obtenção de experiência técnica e de títulos académicos[337], e ainda o acesso a redes de sociabilidade próprias das elites. A mobilidade social foi ainda impulsionada pela visibilidade social adquirida no exercício de cargos públicos, designadamente nas instituições de poder urbano conferindo especial notoriedade a associação a cerimoniais urbanos, a intervenção em pleitos judiciais ou na regulação de atividades comerciais[338], constituindo a integração nas instituições governativas uma das estratégias implementadas por algumas famílias”[339].

Efetivamente, na documentação existente no ALB, muitos elementos de várias famílias são referidos e intitulam-se como cavaleiros e fidalgos da casa real, como os Carneiros, sem, no entanto, fazerem menção ao direito de usar brasão de armas. No entanto, indivíduos há que mesmo desempenhando funções na corte, nomeadamente no Desembargo do Paço, como Gaspar de Carvalho, receberam autorização para as filhas serem tratadas por “donas”, o que demonstra, a nosso ver, que a condição nobre não era inerente à função desempenhada e transmissível à família. Outros havia que eram apelidados de fidalgos e tinham carta de armas e delas podiam fazer e fizeram uso como, por exemplo, na sua sepultura[340] ou nas capelas que mandaram fundar[341]. Já no que se refere ao assentamento de moradias da casa real, não as encontrámos registadas para estas famílias do Porto. Tenha-se em mente a este respeito a observação de Francisco Ribeiro da Silva de que também havia fidalgos feitos pela Casa de Bragança, mesmo antes desta se ter tornado casa reinante, o que explica, em certa medida, a utilização do termo na documentação estudada[342], uma vez que alguns dos elementos destas famílias se apresentavam como pertencentes a esta casa.

---

grupos financieros en las ciudades castellanas de la Baja Edad Media”. *En la España Medieval.* 27 (2004), p. 105-130; SABATÉ I CURULL, Flocel – “Ejes vertebradores de la oligarquia urbana en Cataluña”, cit., p. 130-133.

[337] FARELO, Mário – “Les pouvoirs du parvis: pour une comparaison des elites ecclesiastique et municipale à Lisbonne (1325-1377)”, cit., p. 125.

[338] *Ibid*., p. 120-124.

[339] SILVEIRA, Ana Cláudia – “Oficialato senhorial, elites urbanas e processos de mobilidade social numa vila portuária do domínio espatário: Setúbal no século XV”, cit., p. 284.

[340] Como veremos adiante nas famílias Carvalho, Barreto e Valadares.

[341] Como veremos adiante nas famílias Carvalho, Barreto e Valadares.

[342] SILVA, Francisco Ribeiro da *–As elites portuenses no século XVII…,* p. 5. Segundo Mafalda Soares da CUNHA (“Estratégias de distinção e poder social: A Casa de Bragança (1496-1640)”. *Revista de História das Ideias*. 19 (1997-1998), p. 324) a Casa de Bragança conseguiu impor critérios de consideração social de prestígio associado ao seu serviço, aproximando-se, assim, do serviço na Casa Real. Um dos mais significativos efeitos desse fenómeno foi o reforço da capacidade de atrair clientelas e de consolidar honradamente essas mesmas dependências pessoais, o que fez com que as possibilidades de nobilitação, de acrescentamento de foro nobiliárquico e, sobretudo, o relevo social conferido aos serviços de âmbito doméstico lhe permitiram manter uma "família" onde se incluíam membros de importantes linhagens fidalgas do Reino.

Um segundo eixo fundamental de análise é o facto de todas estas famílias terem sido instituidoras de vínculos até ao final do século XVI[343], e estes terem sido muito relevantes na sua ascensão social. Tal faz delas um paradigma da adoção daquilo a que Nuno Gonçalo Monteiro chamou "o modelo de reprodução vincular"[344], que de resto começou por teorizar ao estudar a trajetória de famílias das elites municipais do Porto que investiram nas filhas[345], dotando-as para o casamento e mantiveram as perspetivas de heranças dos secundogénitos, pelo menos na primeira metade do século XVI, cenário que se vai alterar posteriormente[346], com a vinculação de bens a favor do primogénito varão[347]. Com efeito, como poderemos ver adiante na apresentação das fichas prosopográficas dos vários elementos familiares, no caso da família Carneiro, a dotação das filhas com propriedades e valores em dinheiro e a atribuição de parte da herança paterna aos filhos segundos permitiu, ainda em meados do século XVI, que estes constituíssem, por sua vez, "casa" ou pudessem também elas instituir morgadio, como sucedeu a Maria Carneiro.

O que pudemos também verificar no decorrer deste estudo é que na administração do morgadio, um dos cernes da preservação documental destas famílias, tal como o que aconteceu com outros arquivos familiares, nomeadamente no da Casa de Belmonte[348], a quebra de varonia nem sempre foi impeditiva de continuidade administrativa. O sistema vincular convivia naturalmente com a sucessão feminina, dada a natureza variável do sistema demográfico de Antigo Regime; tinha vários modos de lidar com ela, em geral colocando-a como etapa intermédia numa sucessão que voltaria a ser masculina quando possível, e/ou arranjando forma de obviar à perda de elementos como o apelido, etc. No ALB pudemos comprovar que, pelo menos em dois casos – subsistemas Cunha e Ribeiro – os morgadios foram, por um lado, no caso dos Ribeiro, alvo de dote – em 1565 Antónia Ribeiro recebeu o morgadio do Canidelo em

---

[343] Ver adiante tabela 3.

[344] MONTEIRO, Nuno Gonçalo – "Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime", cit., p. 364; id. – "Trajectórias sociais e formas familiares: o modelo de sucessão vincular". In CHÁCON JIMÉNEZ, Francisco; HERNANDEZ FRANCO, Juan (eds.) – *Familia, poderosos y oligarquías.* Murcia: Universidad de Murcia, 2001, p. 19, 33.

[345] MONTEIRO, Nuno Gonçalo – "Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime", cit., p. 364.

[346] MONTEIRO, Nuno Gonçalo – "Trajectórias sociais e formas familiares: o modelo de sucessão vincular", cit., p. 19, 33.

[347] MONTEIRO, Nuno Gonçalo – "Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime", cit., p. 365.

[348] SOUSA, Maria João d'Orey de Figueiredo Cabral da Câmara Andrade e – *O arquivo da Casa de Belmonte…*, p. 111-112.

dote pelo seu casamento com Francisco Furtado de Mendonça[349] e por outro – no caso dos Cunha, administrado por uma mulher, Ana da Cunha. Neste último exemplo o morgadio, instituído por Pedro Vaz da Praça em 1500, foi passado de geração em geração por nomeação de administrador, o que permitiu que Ana da Cunha, filha de Jorge da Cunha, o pudesse administrar e transmitir a quem julgou ser o seu melhor sucessor, no caso, o primo André Velho de Azevedo II[350].

Família	Instituidor	Vínculo	Data	Local de implantação
Valadares	Ana de Azeredo[351] Antónia Carneiro[352] Álvaro de Valadares[353] Beatriz de Azeredo[354]	Capela Capela Capela Capela	1575 1587 1592 1616	Porto
Ribeiro	Inês Vasques[355]	Morgadio	1458	Canidelo, Porto
Magalhães	Manuel de Magalhães[356] António de Magalhães[357]	Capela Capela	1560 1576	Barca
Carvalho	Vasco Lourenço[358] Diogo Lopes de Carvalho[359]	Capela Morgadio	1454 1532	Guimarães
Cunha	Pedro Vaz da Praça,[360] André Velho de Azevedo II[361]	Capela Capela	1500 1638	Monção
Barreto	João Nunes do Gafanhão[362] Isabel Ferraz[363] Fernão Nunes Barreto II[364]	Morgadio Capela Capela	1498 1532 1586	Freiriz e Penegate Porto

Tabela 3 – Fundação de vínculos nas famílias estudadas

Em complemento à vinculação, outros elementos foram relevantes para a ascensão social do grupo de famílias em estudo – o serviço à família real ou a importantes casas senhoriais, como a Casa de Bragança, casa à qual estiveram ligadas as

---

[349] Veja-se o vol. II, Anexo 1: **II – SUBSISTEMA RIBEIRO**.
[350] Veja-se o vol. II, Anexo 1: **V – SUBSISTEMA CUNHA**.
[351] BNP, ALB, *Roma*, cx. 83III, cap. 2, doc. n. n..
[352] BNP, ALB, *Roma*, cx. 58A, fl. 288-289.
[353] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 1, cap. 4, cota antiga: M 5 N 6.
[354] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 26, n.º 9, cap. 9, doc. n. n..
[355] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 4, doc. 678.
[356] BNP, ALB, *Roma*, cx. 81, n.º 92, cap. 1, doc. 1.
[357] BNP, ALB, *Roma*, cx. 91A, n.º 122, cap. 1, cota antiga: M 38 N 57.
[358] BNP, ALB, *Roma*, cx. 59A, cap. 1, cota antiga: 692.
[359] BNP, ALB, *Roma*, cx. 100, cap. 3, cota antiga: 374.
[360] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 11, doc. 554.
[361] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 32, pasta 2, testamento de André Velho de Azevedo.
[362] BNP, ALB, *Roma*, cx. 85, cap. 3, cota antiga: M 3 N 1.
[363] BNP, ALB, *Roma*, cx. 53, cap. 1, cota antiga: D 4 M 15 N 1.
[364] BNP, ALB, *Roma*, cx. 104B, cap. 3, cota antiga: M 3 N 10.

famílias Valadares e Carvalho; o serviço militar (por exemplo na família Magalhães); finalmente, o serviço administrativo ou burocrático no Reino[365] e territórios ultramarinos[366]. Assim, vemos as primeiras gerações, desde o início do século XV, por um lado a servir na casa do rei (casos de Pedro Vaz da Praça ou da família Magalhães) como escudeiros ou cavaleiros e, em alguns casos, já com a responsabilidade de outros ofícios militares ou administrativos; por outro, durante o mesmo século e todo o seguinte, constatamos a progressiva ascensão dos grupos mais diretamente constituídos por mercadores ou ligados à vereação da cidade do Porto, em cujos cargos vão alternando.

Porém, se nas primeiras gerações das várias famílias estudadas, podemos verificar que a fortuna se deveu a atividades relacionadas com o comércio (no caso dos Barreto e Carvalho), nas gerações seguintes registamos que os seus elementos se encontram já a desempenhar cargos de relevo na corte, como a família Carvalho[367]. Neste último exemplo, como indica Hermínia Vilar, a "invocação da ligação ao rei ou o usufruto de cargos de representação régia passa a contar enquanto elemento de identificação e de distinção social"[368]. Esta cronologia concorda com o já observado em âmbitos mais vastos, por Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro, que referem que as oportunidades de ascensão social através da política foram maiores na viragem do século XV para o XVI[369]. De facto, assistimos ao progressivo afastamento da participação direta no comércio e ao investimento dos seus rendimentos na aquisição de património fundiário, quase sempre nas imediações dos seus locais de residência ou de implantação vincular e registamos, por fim, a realização de casamentos com famílias da mesma área geográfica e com um estatuto social semelhante, os quais

---

[365] DUARTE, Luís Miguel – "Os melhores da terra (um questionário para o caso português)", cit., p. 93; MARTÍN CEA, Juan Carlos; BONACHÍA, Juan Antonio – "Oligarquías y poderes concejiles en la Castilla Bajomedieval: balance y perspectivas", cit., p. 18.

[366] Estratégia que também foi detetada por CUNHA, Mafalda Soares da – "Nobreza, alianças matrimoniais e reprodução social. Análise comparada dos grupos familiares dos Meneses e Cunha (séc. XV – 1640)", cit., p. 753.

[367] O mesmo notou VILAR, Hermínia Vasconcelos – "Da vilania à nobreza: trajectórias de ascensão e de consolidação no sul de Portugal (seculos XIV -XV)", cit., p. 157, para a família Lobo.

[368] VILAR, Hermínia Vasconcelos – "Da vilania à nobreza: trajectórias de ascensão e de consolidação no sul de Portugal (seculos XIV -XV)", cit., p. 157.

[369] CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – "Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII". In HERNÁNDEZ FRANCO, Juan; CUNHA, Mafalda Soares da (org.) – *Sociedade, família e poder na Península Ibérica. Elementos para uma História comparativa*. Lisboa-Madrid: Colibri-CIDEHUS/UÉ-Universidade de Murcia, 2010, p. 64.

proporcionaram a manutenção e/ou ascensão de estatuto social e ofereceram importantes acrescentos aos bens de raiz, engrossando a riqueza familiar[370].

Considerando agora, por fim, o terceiro parâmetro acima referido, ou seja, o comportamento oligárquico, é quanto a nós claro que as famílias da elite portuense, em geral, e as que estudamos em particular, constituíram um grupo restrito e fechado de homens, com uma organização social influente que, para além de desempenharem atividades comerciais[371], ocuparam, todas elas, variados cargos camarários – juízes, vereadores, procuradores, tesoureiros, alcaide pequeno[372] –, tendo constituído uma oligarquia que foi alternando e consolidando posições no poder[373], reforçadas pelas alianças matrimoniais que estabeleceram entre si[374], numa clara endogamia de grupo ou mesmo familiar[375]. Relacionamento que se proporcionava, em parte, pela própria vizinhança[376] no que diz respeito ao local onde residiam na cidade[377], sobretudo a partir de 1521.

---

370 Característica também apontada por SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos…*, p. 39-40; BRITO, Pedro de – "As elites locais e suas famílias no Portugal Moderno". In HERNÁNDEZ FRANCO, Juan; CUNHA, Mafalda Soares da (org.) – *Sociedade, família e poder na Península Ibérica. Elementos para uma História comparativa*. Lisboa-Madrid: Colibri-CIDEHUS/UÉ-Universidade de Murcia, 2010, p. 209-210 e como também encontrou para as elites de Burgos GUERRERO NAVARRETE, Yolanda – "Redes clientelares en las estratégias de poder urbanas. Burgos, siglo XV". In VILAR, Hermínia Vasconcelos; CUNHA, Mafalda Soares da; FARRICA, Fátima (coord.) – *Centros periféricos de poder na Europa do Sul (séculos XII-XVIII)*. Lisboa: Colibri-CIDEHUS/UE, 2013, p. 147-148.

371 De um modo geral, os principais cargos camarários não eram retribuídos, pelo que os seus ocupantes teriam de ter disponibilidade de tempo para participar nas reuniões concelhias, para além de disponibilidade financeira. Por vezes poderiam faltar alegando deslocações necessárias para negociar fazendas ou visitar as suas quintas, ou por doença, por vezes advinda da muita idade de alguns elementos. MACHADO, Maria de Fátima – *O central e o local…*, p. 38-39 e bibliografia citada.

372 Sobre as funções atribuídas as cada um veja-se MACHADO, Maria de Fátima – *O central e o local…*, p. 33-45, 214-215.

373 VAL VALDIVIESO, Mª Isabel del – "Elites urbanas en la Castilla del siglo XV (oligarquía y Común)", cit., p. 56; DUARTE, Luís Miguel – "Os melhores da terra (um questionário para o caso português)", cit., p. 94, 96.

374 Algumas de carácter endogâmico. Veja-se BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista…*, p. 417-418; id. – "As elites locais e suas famílias no Portugal Moderno…", cit., p. 205; COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millán da – *"Vereação" e "Vereadores"…*, p. 99-100; CASAUS BALLESTER, M.ª José – "La Casa de Híjar (Teruel) y el uso de algunos archivos", cit., p. 3.

375 No caso das famílias Machucho, Carneiro e Valadares. Veja-se as biografias de Antónia Carneiro, Álvaro de Valadares, Luís de Valadares Carneiro e Vitória Carneiro no vol. II, Anexo 1.

376 GUERRERO NAVARRETE, Yolanda – "Redes clientelares en las estratégias de poder urbanas. Burgos, siglo XV", cit., p. 147-172; MATTOSO, José – "Perspetivas actuais sobre a nobreza medieval portuguesa", cit., p. 24, 26.

377 Geralmente em grandes casas nas principais ruas, como notou Juan Carlos Martín Cea e Juan Antonio Bonachía em Castela – "Oligarquías y poderes concejiles en la Castilla Bajomedieval: balance y perspectivas", cit., p. 18; DUARTE, Luís Miguel – "Os melhores da terra (um questionário para o caso português)", cit., p. 93, 104, chama a atenção que não são como os das mais ricas famílias italianas, no entanto são bons paços que se distinguem pela altura, morfologia, localização e progressivo requinte do interior.

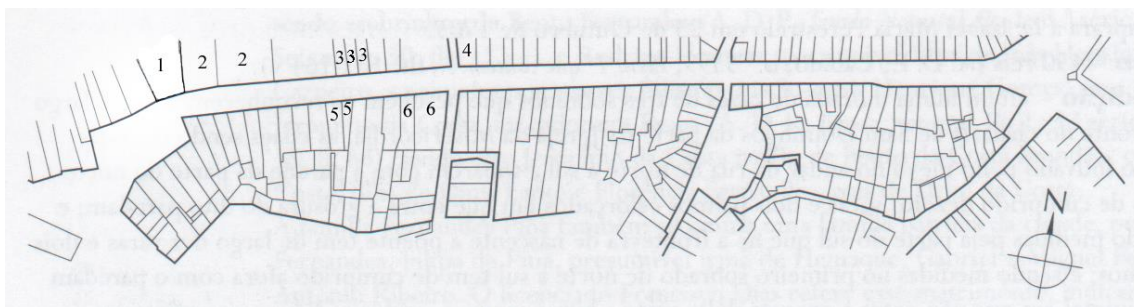



Imagem 5 – Rua das Flores cerca de 1540[378]

Legenda 1 – Gaspar Nunes Barreto; 2 – Misericórdia do Porto; 3 – João de Valadares; 4 – Gaspar Ferraz; 5 – Baltasar Delgado; 6 – Diogo Brandão Sanches

Cruzando a informação utilizada por José Ferrão Afonso para o trabalho sobre a propriedade da Mitra e do Cabido da Sé do Porto na Rua de Santa Catarina das Flores[379] ou mais comummente denominada Rua das Flores, verificamos que muitas destas famílias eram efetivamente vizinhas, como ilustra o mapa que acompanha estas linhas. As casas que traziam emprazadas de um ou outro proprietário, cerca de 1540, ou eram contíguas, ou eram fronteiras, o que explica, também em parte, a possibilidade e facilidade de haver casamentos entre as várias famílias[380], como temos vindo a exemplificar. Podemos assim falar de uma comunidade com comportamentos oligárquicos, análogos aos que têm vindo a ser detetados e estudados em diversas outras localidades portuguesas, como Lisboa[381], Évora[382], Montemor-o-Novo[383], Guarda[384],

---

[378] Adaptado de AFONSO, José Ferrão – *A rua das Flores no século XVI. Elementos para a história urbana do Porto Quinhentista*. Porto: FAUP, 2000, p. 260-262, 267, 273, 342, 348.

[379] AFONSO, José Ferrão – *A rua das Flores no século XVI…*, p. 91.

[380] O mesmo foi notado por AFONSO, José Ferrão – *A rua das Flores no século XVI…*, p. 119-120.

[381] No caso de Lisboa vejam-se os trabalhos de MARTINS, Miguel Gomes – "A Família Palhavã (1253-1357)", cit., p. 35-93; id. – "Os Alvernazes", cit., p. 10-43; id. - "O concelho de Lisboa durante a Idade Média", cit., p. 64-110; id. – "Estêvão Cibrães e João Esteves: A família "Pão" e "Água" em Lisboa (1269-1342)", cit., p. 67-74; id. – "Estêvão Vasques Filipe: O percurso de um guerreiro em finais de Trezentos", cit., p. 10-47; id. – *A alcaidaria e os alcaides de Lisboa durante a Idade Média*, *passim*; FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433), passim*; id. – "Ao serviço da Coroa no século XIV. O percurso de uma família de Lisboa, os "Nogueiras"", cit., p. 145-168; id. – "*Les pouvoirs du parvis*", cit., p. 119-145.

[382] SERRA, Joaquim António Felisberto Bastos – *Governar a cidade e servir o rei…*, p. 1-37, 360-364; id. – "Os Façanha. Uma família da oligarquia eborense nos finais de Trezentos", cit., p. 163-186; VILAR, Hermínia Vasconcelos – "Da vilania à nobreza: trajectórias de ascensão e de consolidação no sul de Portugal (seculos XIV -XV)", cit., p. 156; PARDAL, Rute – *As elites de Évora ao tempo da dominação filipina, passim*; ROLDÃO, Filipa – *A memória da cidade: escrita e poder em Évora (1415-1536), passim*; COELHO, André Madruga – *Poder e estatuto em Portugal no final da Idade Media. Os Lobo entre a cavalaria e a baronia, passim*.

[383] DOMINGUES, Maria Monteiro – *Uma elite concelhia no Alentejo quatrocentista: a administração municipal de Montemor-o-Novo*. Porto: 2008. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras

Guimarães[385] ou o Porto, neste último, sobretudo, por Adelaide Millán da Costa[386], Pedro de Brito[387] e Francisco Ribeiro da Silva[388]. O padrão semelhante foi detetado para a mesma época em várias localidades espanholas como San Sebástian[389], Valência[390], Santander[391], Burgos[392], enfim, um pouco por toda a Espanha, como tivemos ocasião de destacar no estado da arte com que abrimos esta dissertação[393].

2. Representação por sistemas familiares e por geração

Como já foi referido no primeiro capítulo deste trabalho, dos vários modelos possíveis de organização e descrição da informação produzida por cada família, consideramos que o que melhor de adapta à organização da informação produzida por esta é o modelo sistémico que tem vindo a ser aplicado ao estudo de arquivos de família[394].

---

da Universidade do Porto; SANTOS, Cláudia Valle – *Os homens e o poder: a elite da governança e a articulação de poderes em Montemor-o-Novo (século XVI)*. Lisboa: 2001. Tese de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

[384] GOMES, Rita Costa – "As elites urbanas no final da Idade Média. Três pequenas cidades do interior", cit., p. 229-237.

[385] FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376-1520), passim*; ead. – "Elementos para um estudo sociotopográfico de Guimarães na baixa Idade Média: um espaço residencial de elite", cit., p. 179-216.

[386] Veja-se o trabalho de síntese em COSTA, Adelaide Millán da – "Elites and oligarchies in the late medieval Portuguese urban world", cit., p. 67-82 e o trabalho pioneiro ead. – *"Vereação" e "Vereadores", passim*.

[387] BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista…, passim*; id. – "As elites locais e suas famílias no Portugal Moderno", cit., p. 193-206, onde o autor especifica a evolução do conceito de homem bom e cidadão.

[388] SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu termo…, passim*.

[389] MONSALVO ANTÓN, José M.ª – "Gobierno municipal, poderes urbanos y toma de decisiones en los concejos castellanos bajomedievales (consideraciones a partir de concejos salmantinos y abulenses)". *Las sociedades urbanas en la España Medieval*. Actas de la XXIX semana de Estudios medievales de Estella. 15 al 19 de julio de 2002), Pamplona: Gobierno de Navarra, 2003, p. 419.

[390] BARRIO BARRIO, Juan Antonio – "La gestión pública, el bien común y la creación de redes sociales en los municípios medievales del reino de Valencia, ss. XIII-XV". In VILAR, Hermínia Vasconcelos; CUNHA, Mafalda Soares da; FARRICA, Fátima (coord.) – *Centros periféricos de poder na Europa do Sul (séculos XII-XVIII)*. Lisboa: Colibri-CIDEHUS/UE, 2013, p. 97.

[391] SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel – *Santander en la Edad Media: patrimonio, parentesco y poder*. Santander: Servicio de publicaciones de la Universidad de Cantabria-Ayuntamiento de Torrelavega, 2002.

[392] GUERRERO NAVARRETE, Yolanda – "Redes clientelares en las estratégias de poder urbanas. Burgos, siglo XV", cit., p. 147-148, 172.

[393] Veja-se atrás no capítulo I a nota 86 e ainda MOLINA PUCHE, Sebastián – "Familia y elite local en la Castilla Moderna: conceptualización y balance historiográfico". In HERNÁNDEZ FRANCO, Juan; CUNHA, Mafalda Soares da (org.) – *Sociedade, família e poder na Península Ibérica. Elementos para uma História comparativa*. Lisboa-Madrid: Colibri-CIDEHUS/UÉ-Universidade de Murcia, 2010, p. 228.

[394] Nomeadamente por LEME, Margarida Maria de Carvalho Ortigão Ramos Paes – *Costas com Dom: Família e Arquivo. Reconstituição e estudo do arquivo desaparecido (século XVI)*; *passim*; NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O Arquivo Gama Lobo Salema..., passim*; SOUSA, Maria João d'Orey de Figueiredo Cabral da Câmara Andrade e – *O arquivo da Casa de Belmonte…, passim*, só para citar os mais recentes.

O modelo, tal como propõe Armando Malheiro da Silva[395], assenta num quadro orgânico-funcional decorrente da identificação de um sistema de informação com um *corpo* e como tal dotado de organicidade, decorrente precisamente da noção de *corpo* ou unidade familiar de Antigo Regime[396] e que é conferida pelas gerações, articuladas na sucessão. Adiante teremos ocasião de explicitar melhor o modelo, a partir do caso concreto em estudo.

Apresentadas brevemente as famílias estudadas, passa-se a explicar como se organizou a informação a elas relativa, que por vezes atingiu uma dimensão muito vasta. A família produtora/acumuladora foi identificada como sendo um sistema de informação, as várias gerações da mesma foram identificadas com as secções desse sistema ou, como no arquivo Gama Lobo Salema, com os subsistemas de informação que o constituem[397].

No caso do ALB o sistema de informação foi nomeado pela Biblioteca Nacional de Portugal como Almada e Lencastre Bastos, designação decorrente do nome de família do último proprietário e proponente da sua venda ao Estado português – João de Almada e Lencastre Bastos.

No entanto, e como referimos no capítulo II, dedicado à história custodial deste sistema de informação, o chamado arquivo Almada e Lencastre Bastos resultou da junção física no mesmo local, a partir de 1827, de dois fundos documentais distintos – o cartório dos Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei (Almada e Melo[398]) e o cartório do Conde da Feira (Forjaz Pereira Coutinho) com, como pudemos demonstrar, sistemas de cotação e descrição (inventário) totalmente distintos um do outro.

Tendo em consideração este pressuposto e após análise, uma vez mais, da história custodial, concluímos que o fundo documental que prevaleceu até à extinção dos morgadios em 1863[399] foi o Almada e Lencastre Melo Velho[400], ou dos Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei, uma vez que proveio por via masculina e de

---

[395] SILVA, Armando Malheiro da – "Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo", cit., p. 55-84; id. – "Da memória ao acesso à informação na Casa de Mateus: as bases e objectivos de um projecto sistémico", cit., p. 305-317.
[396] Veja-se a este respeito HESPANHA, António Manuel – *Como os juristas viam o mundo. 1550-1750. Direitos, estados, pessoas, coisas, contratos, ações e regimes*. Lisboa: ed. do autor, 2015, p. 278, 282-284.
[397] NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O Arquivo Gama Lobo Salema*..., p. 301-302.
[398] O sobrenome Bastos deve-se, como já mencionado acima e no capítulo II, ao apelido do seu último proprietário, João Almada e Lencastre Bastos, que lhe adveio por linha paterna.
[399] E para além desta, tendo-nos chegado documentação dos seus elementos até princípios do século XX. BNP, ALB, *Roma*, cx. 116, n.º 191, cap. 1, doc. n. n. – Cópia de carta de Manuel de Almada a António de Oliveira Salazar, sobre a questão leiteira em Lisboa. Lisboa, abril de 1934. 6 fls. dactilografadas.
[400] Como podemos ver no esquema 1 – **Sistema Almada e Lencastre Bastos**.

primogenitura – condição maioritariamente consignada ao longo dos séculos para a sucessão hereditária e também morganática[401] – em detrimento do fundo documental relativo ao subsistema Pereira Forjaz Coutinho, que entrou por via de herança de Maria Joana Pereira Forjaz Coutinho, terceira Viscondessa de Vila Nova de Souto del Rei, irmã do último Conde da Feira, por falecimento deste sem sucessão geracional, como temos vindo a referir. Como também já dissemos, os dois fundos documentais foram transmitidos ao quarto Visconde de Vila Nova de Souto del Rei sem este os ter refundido num só, mantendo sistemas de arrumação e cotação diferentes. É sintomático que a análise do nome deste último titular, António José de Almada Melo Velho e Lencastre Carvalho Fonseca Castro e Camões Pereira Forjaz Coutinho Barreto de Sá Resende Magalhães, permita identificar, pelos apelidos, a totalidade dos morgadios que administrou até à data da sua morte, ocorrida em fevereiro de 1863, poucos meses antes da promulgação da lei que os veio a extinguir.

Identificado o sistema, passemos aos subsistemas. No que se refere a estes, identificámos e selecionámos para o presente estudo seis subsistemas aos quais se agregaram – por via de ramos familiares, de casamentos, por sucessões por primogenitura e masculinidade ou por nomeação – mais alguns subsistemas, constituindo subsistemas destes ou, como sugere Rita Nóvoa, subsubsistemas[402].

Os subsistemas são os Valadares, Ribeiro, Magalhães, Carvalho, Cunha e Barreto, tendo associados a eles outros subsubsistemas e a estes subsubsubsistemas pelas razões acima mencionadas.

Para cada uma destas famílias e para cada um dos seus elementos foi elaborada uma ficha prosopográfica obedecendo aos seguintes elementos: data de existência (física ou atividade); dados biográficos e genealógicos, relações estabelecidas, documentação produzida. Estas fichas obedecem, no limite, aos campos de descrição de ficheiros de um registo de autoridade arquivística preconizados pelo Conselho Internacional de Arquivos e que são disponibilizados na base de dados final do trabalho[403]. A estas fichas prosopográficas/ficheiros de autoridade, foram associados os

---

[401] HESPANHA, António Manuel – *Como os juristas viam o mundo…*, p. 445-447; ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal…*, p. 102-107.
[402] NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O Arquivo Gama Lobo Salema...*, p. 301.
[403] Utilizando o software AtoM, como descrito no capítulo V desta dissertação e disponibilizada no servidor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/.

documentos por si produzidos enquanto casal, ou no desempenho de alguma atividade social ou profissional e bibliografia, como verificaremos adiante no capítulo V.

Para melhor distinção entre uns subsistemas e outros, até porque havia remissivas de um subsistema para outro[404], os subsistemas foram numerados de I a VI sendo os seus subsubsistemas, por sua vez, ordenados alfabeticamente e numerados de 01 a "n", como por exemplo: Subsistema II – Ribeiro; subsubsistema II.01 – Dinis; subsubsistema II.02 – Pinto; subsubsistema II.03 – Sá e sucessivamente, como podemos ver no ponto seguinte da presente dissertação.

Quando foi necessário recorremos ao numeral romano para distinguir dois subsubsistemas com nomes semelhantes – exemplo: subsistema Magalhães I e Magalhães II.

Como já referimos acima, no que diz respeito aos subsubsistemas, foram introduzidos em cada subsistema, em função de acontecimentos específicos que causaram a entrada de novos grupos parentais e sua documentação. Exemplos claros deste procedimento encontram-se na estruturação feita aos subsistemas Valadares e Magalhães, os mais complexos deste estudo, para a qual foi necessária essa introdução.

Desde logo, pela constituição e formação das próprias famílias envolvidas. A constituição dos subsubsistemas deveu-se maioritariamente pela incorporação da documentação associada ao elemento, geralmente feminino, de uma determinada geração. Pelo casamento dos sujeitos A e B, o elemento B trouxe, na maioria das vezes, documentação produzida pela sua família – pais e irmãos, e que foi conservada pelo casal e gerações posteriores. Esta foi a via mais comum de incorporação de documentação, presente em todos os subsistemas, tendo em consideração o enquadramento social e jurídico – a tutela do marido sobre a mulher, no que diz respeito à administração dos bens do casal e, consequentemente, dos que a mulher trouxe em dote. Apenas após o falecimento do marido ou por incapacidade deste as mulheres geriam o património familiar e tomavam decisões, como pudemos observar no caso do subsistema Barreto.

Depois, uma outra forma de entrada de documentação foi causada pela nomeação, geralmente por via testamentária, de um dos elementos do casal como administrador de um vínculo instituído por parente mais ou menos afastado ou mesmo por um elemento externo à família. Por fim, uma terceira forma de entrada de

---

[404] Como por exemplo entre os Magalhães (III) com os Barreto (VI).

documentação nos sistemas de informação deu-se pela aquisição (onerosa ou não) de determinada propriedade, tendo entrado não só o documento dessa aquisição e ainda documentos antigos relacionados com o bem. Uma das vantagens deste modelo orgânico é o facto de permitir que se abram tantos subsistemas quantos necessários sem ter de reformular todo o trabalho já efetuado.

Cada um deles, subsistemas e subsubsistemas, foi dividido em secções arquivísticas, equivalendo a gerações, e cada secção em subsecções tantas quantos os produtores de informação, seguindo uma ordem cronológica[405]. Cada secção é, portanto, constituída por elementos de uma geração, a qual se inicia com a união de um homem e uma mulher, união que na sociedade de Antigo Regime significava casamento, e que por ela passavam a constituir um só corpo (familiar) ao qual se agregam os filhos[406]. Tal como na família, em que as gerações se sucedem até ao fim da mesma, assim no sistema ou subsistema de informação onde se sucedem as secções, tantas quantos os produtores de informação.

A primeira subsecção de cada secção é constituída pelos nomes do casal fundador de cada geração: quase sempre em primeiro lugar figura o nome masculino do casal e só depois o nome feminino, um ou mais, consoante os matrimónios realizados. O nome ou título pelo qual é designada é o que deriva da associação do último nome do elemento masculino ao último nome do elemento feminino, seguido da data de início da relação – a data do casamento ou pelo menos a menção da data em que seguramente se encontravam casados.

No entanto a ordem da disposição dos nomes da primeira subsecção pode ser subvertida – no caso de Inês Vasques (fundadora de um morgadio, designado por morgadio do Canidelo e administrado pela família Ribeiro) o seu nome surge em primeiro lugar por ter sido ela não só a fundadora do mesmo, como também pelo facto de ter sido ela a nomear um elemento da sua família, João Álvares Ribeiro, como seu sucessor na administração do morgadio fundado.

A segunda subsecção é constituída pelo nome do primeiro elemento da primeira subsecção e, no caso de haver um segundo matrimónio, a terceira subsecção tem o nome do segundo cônjuge. Não o existindo, a terceira subsecção e as seguintes serão designadas pelos nomes de irmãos do primeiro elemento da primeira subsecção que não

---

[405] SILVA, Armando Malheiro da – "Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo", cit., p. 70.
[406] HESPANHA, António Manuel – *Como os juristas viam o mundo…*, p. 264, 283.

tenham casado e que, nesse caso, constituíram um subsubsistema familiar, associado ao subsistema.

Tendo o subsistema de informação iniciado na primeira secção com o casal fundador da família, considerado o primeiro produtor de documentação, a segunda secção será constituída pelo filho ou filha desse casal que garantiu a continuidade da família e da produção informacional da mesma. De igual modo a terceira secção será constituída pela geração seguinte, filha da anterior e assim sucessivamente, seguindo a lógica cronológica e designada pelos nomes dos constituintes.

Para diferenciar a produção documental pessoal da familiar, assim como a documentação produzida no exercício de determinado cargo ou função, foi necessário recorrer à organicidade pessoal que constitui cada fase de vida do indivíduo, como a infância, adolescência/juventude e adulto/velhice[407], que foram representadas como subdivisões da subsecção indivíduo. Desta forma, em cada subsecção foram associados os documentos produzidos pelo casal, no caso da primeira, na segunda subsecção e seguintes os produzidos apenas por um dos elementos do casal, seguindo-se depois os documentos produzidos pelos filhos solteiros, no caso da família terminar. Havendo uma segunda secção, os documentos dos filhos solteiros serão aí colocados, após os do irmão/irmã.

Associados aos nomes completos dos produtores estão as datas em que viveram, precedidas de *floruit* (flor.), na impossibilidade de apurar datas de nascimento e morte concretas, de modo a produzir registos de autoridade unívocos, sobretudo em casos de homonímia e de forma a que possam constituir, com vista no preenchimento dos campos de identificação da base de dados associada[408], pontos de acesso normalizados. Em cada registo de autoridade constam, necessariamente e respeitando as normas da ISAAR (CPF), os elementos biográficos e genealógicos de cada um dos elementos, cargos públicos ocupados, atividades desenvolvidas.

Explique-se por fim o âmbito cronológico dos subsistemas. Considerámos como data inicial do subsistema a data grafada no primeiro documento, relacionada com o elemento da primeira secção, a fundadora, do subsistema de informação. Por limite cronológico, os critérios estabelecidos foram os seguintes: no subsistema Valadares, levámos o limite cronológico até à secção de João de Valadares Carneiro, falecido cerca

---

[407] ROSA, Maria de Lurdes – "Arquivos de Família: para um roteiro de temas e problemas", cit., p. 78.
[408] UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – *Arquivística Histórica* [Em linha]. Lisboa: FCSH, 2015- [Consult. 20 jul. 2019]. Disponível na WWW: <URL: http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/>.

de 1639, herdeiro e administrador de vários morgadios nomeados por parentas solteiras e com obrigatoriedade de nome (Carneiro), por herança e sucessão da família paterna (Valadares) ou administrados por esta (Machucho), embora estes últimos ainda aparentados.

No caso do subsistema Ribeiro o limite cronológico estabelecido foi a "saída" da administração do morgadio do Canidelo da família Ribeiro como dote de Antónia de Sousa pelo casamento desta com Francisco Furtado de Mendonça em 1565.

Para o subsistema Magalhães o limite cronológico foi a secção de António de Magalhães de Meneses, nomeado sucessor e depois destituído na sucessão da administração do morgadio instituído pelos seus pais, interdição devida ao desrespeito de uma das cláusulas de sucessão no mesmo, o que demonstra que a instituição e respeito pelas regras sucessórias pelos instituidores eram, efetivamente, lei a cumprir[409].

Para o subsistema Carvalho determinámos como limite cronológico a secção de Luís Lopes de Carvalho, para analisar o comportamento da família marcada por várias quebras na varonia e como se comportou nessas ocasiões – o morgadio foi sendo sucessivamente transmitido de tio para sobrinho, desde a sua instituição. O mesmo podemos dizer no que se refere ao subsistema Cunha, como já atrás fizemos menção, cujo limite cronológico foi precisamente a secção de André Velho de Azevedo II.

Por fim no caso do subsistema Barreto, o mais homogéneo no que se refere à sucessão e o mais volumoso respeitante à conservação da documentação, definimos o seu limite cronológico até à secção de Fernão Nunes Barreto II, o maior produtor documental presente no ALB até ao final do século XVII.

Para a elaboração dos gráficos que representam a produção informacional do sistema e cada subsistema, assim como das secções e subsecções identificadas, estabelecemos também alguns critérios.

Em primeiro lugar o período cronológico assentou na identificação do documento mais antigo existente em todos os subsistemas analisados. Assim, foram criadas as divisões cronológicas de produção documental: anterior a 1400, 1400-1450, 1451-1500, 1501-1550, 1551-1600, 1601-1650.

No que se refere às variáveis, o eixo da variável "número de documentos" teve por mínimo o valor 0 e por máximo a unidade 100, para permitir alguma visibilidade

[409] HESPANHA, António Manuel – *Como os juristas viam o mundo…*, p. 444.

das quantidades de documentos produzidos pelos subsistemas, o que serviu para todos os subsistemas documentais, com exceção do subsistema Barreto, que ultrapassou largamente esse valor – mais de quinhentos documentos produzidos. Para as secções o mesmo eixo teve como valor máximo 20, tendo servido para a maior parte das secções e subsecções, pelo mesmo motivo de visibilidade, com as exceções nos casos de João de Valadares, João de Valadares Carneiro, Diogo Lopes de Carvalho, António de Magalhães de Meneses, todos com pouco mais de vinte documentos produzidos numa determinada tipologia documental. Apenas nos casos de Gaspar Nunes Barreto e do seu filho Fernão Nunes Barreto II esse valor foi claramente insuficiente pelo que, no último, nos levou a criar um gráfico cujo valor do referido eixo foi de 300 documentos produzidos.

Quanto ao eixo da variável "tipologias documentais", tendo em conta tanto a sua frequência como a sua importância, considerámos as seguintes: (documentos de) compra, venda e posse de propriedade; escambo; emprazamento; doação; mercê, nomeação; testamento, partilhas, inventários (de bens); acordos, vedorias, composição; quitação, renúncias; dote, casamento; procurações; tombos, demarcações de propriedade; livros de registo, listas; instituição de morgadio (que não testamento); sentenças; justificações, certidões; confirmações, autorizações; cartas missivas. De todas as elencadas a tipologia a que mais registámos foi, em todos os subsistemas e secções, a de contratos de compra de propriedade.

Nos quadros genealógicos das famílias elencadas representámos apenas os produtores documentais, tendo marcado a cinzento alguns elementos familiares necessários para a construção e explicitação das ligações de parentesco. Essa identificação cinzenta deve-se ao facto de não termos documentação por si produzida, atribuída ou identificada no ALB. A caracteres normais estão representados os produtores e a negrito marcámos aqueles que instituíram ou foram administradores de vínculo.

3. Quadros de classificação dos subsistemas de informação

I - SUBSISTEMA VALADARES (1480-1653)		
SECÇÕES	**NOMES GERAÇÕES**	**SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS**
01	**VALADARES FRANÇA**	**SS I.03 - MACHUCHO I**
02	**VALADARES AZEREDO**	**SS I.04 - MACHUCHO II**
03	**VALADARES CARNEIRO**	**SS I.01 - CARNEIRO I** **SS I.05 - VALADARES CARNEIRO**
04	**VALADARES CARNEIRO SOARES PEREIRA**	**SS I.02 - COSTA SOARES**

I.01 - SUBSUBSISTEMA CARNEIRO I (1448-1585)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	**CARNEIRO MACHUCHO**	**SS I.03 - MACHUCHO I**
02	**CARNEIRO VIEIRA**	**SSSS I.01.09 - VIEIRA**
		SSSS I. 01.01 - CARNEIRO II
03	**CARNEIRO MOREIRA**	**SSSS I.01.03 - CARNEIRO FIGUEIROA**
		SSSS I.01.05 - CARNEIRO PAMPLONA
		SSSS I.01.07 - CARNEIRO SOARES
		SSSS I.01.04 - CARNEIRO GARCÊZ
		SSSS I.01.02 - CARNEIRO FAJOA
		SSSS I.01.06 - CARNEIRO RISCADO
		SSSS I.01.08 - MOREIRA PIRES
04	**CARNEIRO VALADARES**	**SS I - VALADARES**

I.01.01 - SUBSUBSUBSISTEMA CARNEIRO II (1519)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	**CARNEIRO**	**SSS I.01 - CARNEIRO I**

I.01.02 - SUBSUBSUBSISTEMA CARNEIRO FAJOA (1488-1538)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	CARNEIRO FAJOA	SSS I.01 - CARNEIRO I

I.01.03 - SUBSUBSUBSISTEMA CARNEIRO FIGUEIROA (1503-1592)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	CARNEIRO FIGUEIROA	SSS I.01 - CARNEIRO I
02	CARNEIRO	

I.01.04 - SUBSUBSUBSISTEMA CARNEIRO GARCÊZ (1515-1554)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	CARNEIRO GARCÊZ	SSSI.01 - CARNEIRO I

I.01.05 - SUBSUBSUBSISTEMA CARNEIRO PAMPLONA (1515-1576)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	CARNEIRO PAMPLONA	SSS I.01 - CARNEIRO I
02	PAMPLONA SOUSA	

I.01.06 - SUBSUBSUBSISTEMA CARNEIRO RISCADO (1515-1538)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	CARNEIRO RISCADO	SSS I.01 - CARNEIRO I

I.01.07 - SUBSUBSUBSISTEMA CARNEIRO SOARES (1515-1560)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	CARNEIRO SOARES	SSS I.01 - CARNEIRO I
02	CARNEIRO CORREIA	

I.01.08 - SUBSUBSUBSISTEMA MOREIRA PIRES (1498-1534)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	MOREIRA PIRES	
02	MOREIRA	SSS I.01 - CARNEIRO I

I.019 - SUBSISTEMA VIEIRA (1455-1503)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	VIEIRA ÁLVARES	SSS I.01 - CARNEIRO I

I.02 - SUBSUBSISTEMA COSTA SOARES (1585-1596)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	COSTA	
02	SOARES	SS I - VALADARES

I.03 - SUBSUBSISTEMA MACHUCHO I (1401-1496)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	GERALDES VASQUES	
02	MACHUCHO FRANÇA	SSS I.01 - CARNEIRO I SSSS I.03.03 - MACHUCHO GONÇALVES SSSS I.03.01 - BARROS
03	MACHUCHO I	SS I - VALADARES SSSS I.03.02 - FRANÇA GRAMAXO

I.03.01 - SUBSUBSUBSISTEMA BARROS (1500-1571)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	BARROS	SSS I.03 – MACHUCHO I

I.03.02 - SUBSUBSUBSISTEMA FRANÇA GRAMAXO (ant. 1514-1540)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	FRANÇA	SSS I.03 – MACHUCHO I
02	NUNES GRAMAXO	

I.014 - SUBSUBSUBSISTEMA MACHUCHO GONÇALVES (1452-1453)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	MACHUCHO GONÇALVES	SSS I.03 – MACHUCHO I

I.04 - SUBSUBSUBSISTEMA MACHUCHO II (1504-1539)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	MACHUCHO I	SS I - VALADARES

I.05 - SUBSUBSUBSISTEMA VALADARES CARNEIRO (1549-1622)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	VALADARES CARNEIRO	SS I - VALADARES SSSS I.05.01 - CARNEIRO III
02	CARNEIRO ALMEIDA	

I.05.01 - SUBSUBSUBSISTEMA CARNEIRO III (1474-1532)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	CARNEIRO FIGUEIROA	SSS VI.01 - FERRAZ I
02	CARNEIRO RUA	SSS I.05 - VALADARES CARNEIRO

II - SUBSISTEMA RIBEIRO (1411-1596)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	**VASQUES**	**SSS II.01 - DINIS** **SSS II.03 - SÁ**
02	**RIBEIRO PINTO**	
03	**RIBEIRO SOUSA**	
04	**RIBEIRO PAIS**	
05	**SOUSA PINTO**	**SSS II.02 - PINTO**
06	**SOUSA MENDONÇA**	**SSS II.04 - FURTADO DE MENDONÇA** **SSS II.05 - PACHECO**

II.01 - SUBSUBSISTEMA DINIS (1365-1375)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	**DINIS**	**SS II - RIBEIRO**

II.02 - SUBSUBSISTEMA PINTO (1503-1545)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	**PINTO MARTINS**	
02	**PINTO HENRIQUES**	**SS II - RIBEIRO**

II.03 - SUBSUBSISTEMA SÁ (1391-1425)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	**SÁ**	**SS II - RIBEIRO**

III - SUBSISTEMA MAGALHÃES (1363-1605)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	MAGALHÃES FERNANDES	
02	MAGALHÃES VASQUES	
03	MAGALHÃES SOUSA	SSS III.010 - RIBEIRO SOUSA SSS III.04 - MAGALHÃES II
04	MAGALHÃES MENESES	SSS III.05 - MAGALHÃES ARAÚJO SSS III.011 - SOUSA BARBOSA
05	MAGALHÃES SILVA I	SSS III.03 - MAGALHÃES I SSS III.02 - BARRETO MAGALHÃES
06	MAGALHÃES SILVA II	SSS III.01 - ABREU LIMA
07	MAGALHÃES MENESES MENESES	SSS III.09 - SILVA MENESES SSS III.06 - MAGALHÃES MAGALHÃES SSS III.08 - SILVA MACHADO SSS III.07 - MENESES MELO

III.01 - SUBSUBSISTEMA ABREU LIMA (1537-1590)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	ABREU LIMA NORONHA	
02	SILVA LIMA	SS III - MAGALHÃES

III.02 - SUBSUBSISTEMA BARRETO MAGALHÃES (1521-1589)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	BARRETO MAGALHÃES	SS III - MAGALHÃES
02	MENESES MENESES	

III.03 - SUBSUBSISTEMA MAGALHÃES I (1501-1579)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	MAGALHÃES	SS III - MAGALHÃES SSS III.04 - MAGALHÃES II
02	BARRETO	SSS III.09 - SILVA MENESES

III.04 - SUBSUBSISTEMA MAGALHÃES II (1484)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	MAGALHÃES	SSS III.01 - MAGALHÃES I

III.05 - SUBSUBSISTEMA MAGALHÃES ARAÚJO (1472-1503)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	MAGALHÃES ARAÚJO	SS III - MAGALHÃES

III.06 - SUBSUBSISTEMA MAGALHÃES MAGALHÃES (1585-1608)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	MAGALHÃES MAGALHÃES	SS III - MAGALHÃES

III.07 - SUBSUBSISTEMA MENESES MELO (1555-1572)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	MENESES MELO	SS III - MAGALHÃES

III.08 - SUBSUBSISTEMA SILVA MACHADO (1558-1591)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	SILVA MACHADO	SS III - MAGALHÃES

III.09 - SUBSUBSISTEMA SILVA MENESES (1557-1624)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	SILVA MENESES	SS III - MAGALHÃES SSS III.03 - MAGALHÃES I

III.010 - SUBSUBSISTEMA RIBEIRO SOUSA (1428-1448)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	RIBEIRO SOUSA	SS III - MAGALHÃES

III.011 - SUBSUBSISTEMA SOUSA BARBOSA (1472-1508)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	SOUSA BARBOSA	SS III - MAGALHÃES

IV - SUBSISTEMA CARVALHO (1454-1615)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	**LOURENÇO**	
02	**SOTOMAIOR CARVALHO**	**SSS IV.02 - CARVALHO BRANCO** **SSS IV.04 - CARVALHO PEREIRA**
03	**LOPES DE CARVALHO**	**SSS IV.01 - CARVALHO ABREU**
04	**CARVALHO AGUIAR**	**SSS IV.01 - CARVALHO ABREU**
05	**LOPES CARVALHO CARNEIRO**	**SSS IV.03 - CARVALHO DIAS**
06	**LOPES DE CARVALHO EÇA**	

IV.01 - SUBSUBSISTEMA CARVALHO ABREU (1517-1530)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	**CARVALHO ABREU**	**SS IV - CARVALHO**
02	**CARVALHO**	**SS IV - CARVALHO**

IV.02 - SUBSUBSISTEMA CARVALHO BRANCO (1477)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	CARVALHO BRANCO	SS IV - CARVALHO

IV.03 - SUBSUBSISTEMA CARVALHO DIAS (1542-1557)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	CARVALHO DIAS	SS IV - CARVALHO

IV.04 - SUBSUBSISTEMA CARVALHO PEREIRA (1503-1521)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	CARVALHO PEREIRA	SS IV - CARVALHO

V - SUBSISTEMA CUNHA (1402-1638)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	GOMES I	
02	GOMES II	
03	VAZ	
04	ÁLVARES ARAÚJO	
05	SOARES CUNHA	SSS V.05 - VASQUES DA CUNHA
06	CUNHA PEREIRA	SSS V.02 - CUNHA PEREIRA SSS V.03 - CUNHA VALE SSS V.01 - CUNHA AZEVEDO
07	CUNHA LAGO	
08	AZEVEDO BARBOSA	SSS V.01 - CUNHA AZEVEDO SSS V.04 - SOUSA

V.01 - SUBSUBSISTEMA CUNHA AZEVEDO (1548-1638)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	CUNHA AZEVEDO	SS V - CUNHA
02	BARRETO BRITO	
03	AZEVEDO	SS V - CUNHA

V.02 - SUBSUBSISTEMA CUNHA PEREIRA (1556-1590)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	CUNHA PEREIRA	SS V - CUNHA

V.03 - SUBSUBSISTEMA CUNHA VALE (1561-1589)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	CUNHA VALE	SS V - CUNHA

V.04 - SUBSUBSISTEMA SOUSA (1467-1634)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	CASTRO RODRIGUES	
02	CASTRO VAZ	
03	CASTRO SALGADA	
04	SOUSA LEITE	
05	BARBOSA	SS V - CUNHA

V.05 - SUBSUBSISTEMA VASQUES DA CUNHA (1389)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	VASQUES DA CUNHA	SS V - CUNHA

VI - SUBSISTEMA BARRETO (1485-1644)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	NUNES	
02	NUNES BARRETO FERRAZ	SSS VI.02 - FERRAZ I SSS VI.03 - FERRAZ II
03	NUNES BARRETO CARDOSO MADUREIRA	SSS VI.04 - REBELO
04	NUNES BARRETO HENRIQUES	SSS VI.01 - BARRETO REBELO

VI.01 - SUBSUBSISTEMA BARRETO REBELO (1540-1544)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	BARRETO REBELO	SS VI - BARRETO

VI.02 - SUBSUBSISTEMA FERRAZ I (1530-1552)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	FERRAZ RODRIGUES PEREIRA	SSS VI.03 - FERRAZ II
02	FERRAZ FIGUEIROA	SSS I.05.01 - CARNEIRO III SS VI - BARRETO
03	FERRAZ	

VI.03 - SUBSUBSISTEMA FERRAZ II (1476-1591)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	FERRAZ PEREIRA	SS VI - BARRETO SSS VI.02 - FERRAZ I
02	FERRAZ SANCHES	
03	BRANDÃO FREIRE	

VI.04 - SUBSUBSISTEMA REBELO (1494-1538)

SECÇÕES	NOMES GERAÇÕES	SUBSISTEMAS - SS SUBSUBSISTEMAS - SSS SUBSUBSUBSISTEMAS - SSSS
01	REBELO	SS VI - BARRETO

FIGURA 1: SISTEMA ALMADA LENCASTRE BASTOS

SUBSISTEMAS

SÉC. XIV-XIX

SÉC. XIX

SÉC. XX

Subsistema Magalhães

Meneses

Magalhães de Meneses

Ferraz

Subsistema Barreto

Nunes

Sá Barreto

Magalhães de Meneses Sá

Resende

Sá Resende

Sá de Miranda

Subsistema Ribeiro

Furtado de Mendonça

Furtado de Mendonça Meneses

Subsistema Valadares

Carneiro

Machucho

Valadares Carneiro

Amaral

Câmara Coutinho

Meneses Valadares Carneiro

Vimieiro

Pereira Forjaz Coutinho

Almada

Melo

Almada e Melo

Mendonça

Sousa Lobo

Almada e Melo e Mendonça

Subsistema Cunha

Velho

Cunha Velho

Barbosa de Lima

Lima Cunha Velho

Almada Melo Velho

Subsistema Carvalho

Camões

Carvalho Camões

Lencastre

Lencastre Carvalho Camões

Almada e Lencastre Melo Velho

Almada Lencastre Forjaz Coutinho

Bastos

Sistema Almada Lencastre Bastos

4. Quadros de classificação dos subsistemas ao nível do produtor

I - SUBSISTEMA VALADARES (flor. 1480-1653)

SC 01 - VALADARES - FRANÇA

SSC 01.01 - Fernão de Valadares (flor. 1480-1512); Beatriz Eanes de França (flor. 1480-1522)

SSC 01.02 - Fernão de Valadares (flor. 1480-1512)

SSC 01.03 - Beatriz Eanes de França (flor. 1480-1522)

Ver Subsubsistema I.03 – MACHUCHO I

SC 02 - VALADARES - AZEREDO

SSC 02.01 - João de Valadares (flor. 1511-1542); Ana de Azeredo (flor. 1531-1575)

SSC 02.02 - João de Valadares (flor. 1511-1542)

Ver Subsubsistema I.04 – MACHUCHO II

SSC 02.03 - Ana de Azeredo (flor. 1531-1575)

SC 03 - VALADARES CARNEIRO

SSC 03.01 - Álvaro de Valadares (flor. 1559-1592); Antónia Carneiro (flor. 1567-1592)

SSC 03.02 - Álvaro de Valadares (flor. 1559-1592)

SSC 03.03 - Antónia Carneiro (flor. 1567-1592)

Ver Subsubsistema I.01 - CARNEIRO I

SSC 03.04 - Beatriz de Azeredo (flor. 1552-1616)

SSC 03.05 - Inês de Azeredo (flor. 1575)

SSC 03.06 - Luís de Valadares

Ver Subsubsistema I.05 - VALADARES CARNEIRO

SC 04 - VALADARES CARNEIRO SOARES PEREIRA

SSC 04.01 - João de Valadares Carneiro (flor. 1580- m. 1639); Maria da Costa Soares (flor. 1588-1600); Catarina Pereira (flor. 1642-1653)

SSC 04.02 - João de Valadares Carneiro (flor. 1580-1639)

SSC 04.03 - Maria da Costa Soares (flor. 1588-1600)

Ver Subsubsistema I.02 - COSTA SOARES

SSC 04.04 - Catarina Pereira (flor. 1642-1653)

SSC 04.05 - Pantaleão Carneiro II (flor. 1593)

I.01 - Subsubsistema CARNEIRO I (flor. 1448-1585)

SC 01 - CARNEIRO MACHUCHO

SSC 01.01 - Gil Carneiro (flor. 1448-1453); Leonor Eanes Machucho (flor. 1451-1468)

SSC 01.02 - Gil Carneiro (flor. 1448-1453)

SSC 01.03 - Leonor Eanes Machucho (flor. 1451-1468)

Ver Subsubsistema I.03 – MACHUCHO I

SC 02 - CARNEIRO VIEIRA

SSC 02.01 - Diogo Pires Carneiro (flor. 1482-1515); Maria Vieira (flor. 1488-1535)

SSC 02.02 - Diogo Pires Carneiro (flor. 1482-1515)

SSC 02.03 - Maria Vieira (flor. 1488-1535)

Ver Subsubsubsistema I.01.09 - VIEIRA

SSC 02.04 - Afonso Carneiro (flor. 1523)

SSC 02.05 – Gomes Carneiro I

Ver Subsubsubsistema I.01.01 - CARNEIRO II

SC 03 - CARNEIRO MOREIRA

SSC 03.01 - Pantaleão Carneiro I (flor. 1495-1567); Filipa Moreira (flor. 1526-1585)

SSC 03.02 - Pantaleão Carneiro I (flor. 1495-1567)

SSC 03.03 - Filipa Moreira (flor. 1528-1585)

Ver Subsubsubsistema I.01.08 - MOREIRA PIRES

SSC 03.04 - Manuel Carneiro (flor. 1535-1560)

SSC 03.05 - Beatriz Carneiro

Ver Subsubsubsistema I.01.07 - CARNEIRO SOARES

SSC 03.06 - Inês Carneiro

Ver Subsubsubsistema I.01.03 - CARNEIRO FIGUEIROA

SSC 03.07 - Leonor Carneiro

Ver Subsubsistema I.01.05 - CARNEIRO PAMPLONA

SSC 03.08 - Maria Carneiro I

Ver Subsubsubsistema I.01.04 - CARNEIRO GARCEZ

SSC 03.09 - Martim Carneiro

Ver Subsubsubsistema I.01.02 - CARNEIRO FAJOA

SSC 03.10 - Isabel Carneiro

Ver Subsubsubsistema I.01.06 - CARNEIRO RISCADO

SC 04 - CARNEIRO VALADARES

SSC 04.01 - Antónia Carneiro

Ver SUBSISTEMA I - VALADARES

<u>I.01.01 - Subsubsubsistema CARNEIRO II (flor. 1519)</u>

SC 01 - CARNEIRO

SSC 01. 01 - Gomes Carneiro I (flor. 1519)

Ver Subsubsistema I.01 - CARNEIRO I

<u>I.01.02 - Subsubsubsistema CARNEIRO FAJOA (flor. 1488-1538)</u>

SC 01 - CARNEIRO FAJOA

SSC 01.01 - Martim Carneiro (flor. 1488-1538); Leonor Fajoa (flor. 1515-1537)

SSC 01.02 - Martim Carneiro (flor. 1488-1538)

Ver Subsubsistema I.01 - CARNEIRO I

SSC 01.03 - Leonor Fajoa (flor. 1537)

<u>I.01.03 - Subsubsubsistema CARNEIRO FIGUEIROA (flor. 1503-1592)</u>

SC 01 - CARNEIRO FIGUEIROA

SSC 01.01 - Inês Carneiro (flor. 1503-1585); Francisco de Figueiroa (flor. 1525-m. 1556)

SSC 01.02 - Inês Carneiro (flor. 1503-1585)

Ver Subsubsistema I.01 - CARNEIRO I

SSC 01.03 - Francisco de Figueiroa (flor. 1534-m. 1556)

SC 02 - CARNEIRO

SSC 02.01 - Ana Carneiro (flor. 1547-1592)

SSC 02.02 - Cristóvão de Figueiroa (flor. 1553-1575)

<u>I.01.04 - Subsubsubsistema CARNEIRO GARCEZ (flor. 1515-1554)</u>

SC 01 - CARNEIRO GARCEZ

SSC 01.01 - Maria Carneiro I (flor. 1515-1554); Diogo Garcez (flor. 1515-1532)

SSC 01.02 - Maria Carneiro I (flor. 1515-1554)

Ver Subsubsistema I.01 - CARNEIRO I

SSC 01.03 - Diogo Garcez (flor. 1515-1542)

<u>I.01.05 - Subsubsubsistema CARNEIRO PAMPLONA (flor. 1515-1576)</u>

SC 01 - CARNEIRO PAMPLONA

SSC 01.01 - Leonor Carneiro (flor. 1515-1553); João Álvares Pamplona (flor. 1515-1540)

SSC 01.02 - Leonor Carneiro (flor. 1515-1553)

Ver Subsubsistema I.01 - CARNEIRO I

SSC 01.03 - João Álvares Pamplona (flor. 1515-1540)

SC 02 – PAMPLONA SOUSA

SSC 02.01 - Gaspar Pamplona (flor. 1542-1576); Ana de Sousa (flor. 1548)

SSC 02.02 - Gaspar Pamplona (flor. 1542-1576)

SSC 02.03 – Ana de Sousa (flor. 1548)

SSC 02.04 – Maria Carneiro (flor. 1530-1542)

<u>I.01.06 - Subsubsubsistema CARNEIRO RISCADO (flor. 1515-1538)</u>

SC 01 – CARNEIRO RISCADO

SSC 01.01 - Isabel Carneiro (flor. 1515); João Álvares Riscado (flor. 1515-1538)

SSC 01.02 - Isabel Carneiro (flor. 1515)

Ver Subsubsistema I.01 - CARNEIRO I

SSC 01.03 - João Álvares Riscado (flor. 1515-1538)

<u>I.01.07 - Subsubsubsistema CARNEIRO SOARES (flor. 1515-1560)</u>

SC 01 - CARNEIRO SOARES

SSC 01.01 - Beatriz Carneiro (flor. 1515-1535); Fernão Soares [de Albergaria] (flor. 1508-1535)

SSC 01.02 - Beatriz Carneiro (flor. 1515-1535)

Ver Subsubsistema I.01 - CARNEIRO I

SSC 01.03 - Fernão Soares [de Albergaria] (flor. 1508-1535)

SC 02 - CARNEIRO CORREIA

SSC 02.01 - Catarina Carneiro (flor. 1538-1560); Simão Correia (flor. 1538-1548)

SSC 02.02 - Catarina Carneiro (flor. 1538-1560)

SSC 02.03 - Simão Correia (flor. 1538-1548)

SSC 02.04 - Gaspar Soares (flor. 1536)

I.01.08 - Subsubsubsistema MOREIRA PIRES (flor. 1498-1534)

SC 01 - MOREIRA PIRES

SSC 01.01 - João Afonso Moreira (flor. 1498-1526); Maria Pires de Neiva (flor. 1498-1534)

SSC 01.02 - João Afonso Moreira (flor. 1498-1529)

SSC 01.03 - Maria Pires de Neiva (flor. 1498-1534)

SC 02 - MOREIRA

SSC 02.01 - Filipa Moreira

Ver Subsubsistema I.01 - CARNEIRO I

I.01.09 - Subsubsubsistema VIEIRA (1455-1503)

SC 01 - VIEIRA ÁLVARES

SSC 01.01 - Lopo Vieira (flor. 1455-1503); Beatriz Álvares (flor. 1468)

SSC 01.02 - Lopo Vieira (flor. 1455-1503)

Ver Subsubsistema I.01 - CARNEIRO I

I.02 - Subsubsistema COSTA SOARES (flor. 1585-1596)

SC 01 - COSTA

SSC 01.01 - Maria da Costa (flor. 1595)

SSC 01.02 - Manuel da Costa (flor. 1585-1590)

SC 02 - SOARES

SSC 02.01 - Isabel Soares (flor. 1588-1596)

SSC 02.02 - Maria da Costa Soares

Ver SUBSISTEMA I - VALADARES

I.03 - Subsubsistema MACHUCHO I (flor. 1401-1496)

SC 01 - GERALDES VASQUES

SSC 01.01 - João Geraldes Machucho (flor. 1390-1431); Inês Sanches (flor. 1401-1423); Leonor Vasques (flor. 1423); Isabel Vasques (flor. 1431)

SSC 01.02 - João Geraldes Machucho (flor. 1390-1431)

SC 02 - MACHUCHO FRANÇA

SSC 02.01 - João Eanes Machucho (flor. 1442-1489); Maria de França (flor. 1447-1494)

SSC 02.02 - João Eanes Machucho (flor. 1442-1489)

SSC 02.03 - Maria de França (flor. 1447-1494)

SSC 02.04 - Leonor Eanes Machucho (flor. 1451-1468)

Ver Subsubsistema I.01 – CARNEIRO I

SSC 02.05 - Senhorinha Eanes Machucho (flor. 1452-m. 1453)

Ver Subsubsubsistema I.03.03 - MACHUCHO GONÇALVES

SSC 02.06 - João de Barros (flor. 145-)

Ver Subsubsubsistema I.03.01 - BARROS

SC 03 - MACHUCHO I

SSC 03.01 - Pedro Eanes Machucho (flor. 1477-1496)

Ver Subsubsistema I.04 – MACHUCHO II

SSC 03.02 - Beatriz Eanes de França (flor. 1484-1522)

Ver SUBSISTEMA I - VALADARES

SSC 03.03 - Isabel de França (m. antes de 1514)

Ver Subsubsubsistema I.03.02 - FRANÇA GRAMAXO

<u>I.03.01 - Subsubsubsistema BARROS (flor. 1500-1571)</u>

SC 01 - BARROS

SSC 01.01 - João de Barros II (flor. 1500-1571)

Ver Subsubsistema I.03 – MACHUCHO I

<u>I.03.02 - Subsubsubsistema FRANÇA GRAMAXO (ant. 1514-1540)</u>

SC 01 - FRANÇA

SSC 01.01 - Isabel de França (m. antes de 1514)

Ver Subsubsistema I.03 – MACHUCHO I

SC 02 - NUNES GRAMAXO

SSC 02.01 - Maria Nunes (flor. 1514 - 1540); Rui Gramaxo (flor. ant. 1514)

SSC 02.02 - Maria Nunes (flor. 1514 - 1540)

<u>I.03.03 - Subsubsubsistema MACHUCHO GONÇALVES (flor. 1452-1453)</u>

SSC 01 - MACHUCHO GONÇALVES

SSC 01.01 - Senhorinha Eanes Machucho (flor. 1452-m. 1453); João Gonçalves (flor. 1452-m. 1453)

SSC 01.02 - Senhorinha Eanes Machucho (flor. 1452-m. 1453)

Ver Subsubsistema I.03 – MACHUCHO I

SSC 01.03 - João Gonçalves (flor. 1452-m. 1453)

I.04 - Subsubsistema MACHUCHO II (flor. 1504-1539)

SC 01 – MACHUCHO I

SSC 01.01 - António Machucho (flor. 1504- m. 1538)

Ver SUBSISTEMA I – VALADARES

Ver Subsubsistema I.03 – MACHUCHO I

SSC 01.02 - Helena de Araújo (flor. 1539)

I.05 - Subsubsistema VALADARES CARNEIRO (flor. 1549-1622)

SC 01 - VALADARES CARNEIRO

SSC 01.01 - Luís de Valadares (flor. 1549 - m. 1553); Vitória Carneiro (flor. 1551-1573)

SSC 01.02 - Luís de Valadares (flor. 1549- m. 1553)

Ver SUBSISTEMA I - VALADARES

SSC 01.03 - Vitória Carneiro (flor. 1551-1573)

Ver Subsubsubsistema I.05.01 - CARNEIRO III

SC 02 - CARNEIRO ALMEIDA

SSC 02.01 - Ana Carneiro II (flor. 1564-1586); Francisco de Sousa Almeida (flor. 1589-1622)

SSC 02.02 - Ana Carneiro II (flor. 1586)

SSC 02.03 - Francisco de Sousa de Almeida (flor. 1589-1622)

I.05.01 - Subsubsubsistema CARNEIRO III (flor. 1474-1551)

SC 01 – CARNEIRO FIGUEIROA

SSC 01.01 - Vasco Carneiro II (flor. 1474-1517); Beatriz de Figueiroa (flor. 1517)

SSC 01.02 -Vasco Carneiro II (flor. 1474-1511)

Ver Subsubsistema VI.02 - FERRAZ I

SSC 01.03 - João Carneiro (flor. 1528)

SC 02 – CARNEIRO RUA

SSC 02.01 - Isabel Carneiro (?); Francisco da Rua (flor. 1522-1551)

SSC 02.02 - Isabel Carneiro (?)

SSC 02.03 - Francisco da Rua (flor. 1522-1551)

SC 03 – Vitória Carneiro

Ver Subsubsistema I.05 - VALADARES CARNEIRO

II - SUBSISTEMA RIBEIRO (flor. 1411-1596)

SC 01 - VASQUES

SSC 01.01 - Inês Vasques (flor. 1411-1458); Álvaro Afonso Dinis (flor. 1403-1428); Gonçalo de Sá (flor. 1432-1460)

SSC 01.02 - Inês Vasques (flor. 1411-1458)

SSC 01.03 - Álvaro Afonso Dinis (flor. 1403-1428)

Ver Subsubsistema II.01 - DINIS

SSC 01.04 - Gonçalo de Sá (flor. 1432-1460)

Ver Subsubsistema II.03 - SÁ

SC 02 - RIBEIRO PINTO

SSC 02.01 - João Álvares Ribeiro (flor. 1458-1490); Beatriz Pinto (flor. 1473)

SSC 02.02 - João Álvares Ribeiro (flor. 1458-1490)

SSC 02.03 - Beatriz Pinto (flor. 1473)

SSC 02.04 - João Ribeiro (flor. 1492)

SC 03 - RIBEIRO SOUSA

SSC 03.01 - Fernão Ribeiro (flor. 1487-1496); Filipa de Sousa (flor. 1487-1513)

SSC 03.02 - Fernão Ribeiro (flor. 1487-1496)

SSC 03.03 - Filipa de Sousa (flor. 1487-1513)

SC 04 - RIBEIRO PAIS

SSC 04.01 - João Álvares Ribeiro II (flor. 1498-1536); Isabel Pais (flor. 1517-1536)

SSC 04.02 - João Álvares Ribeiro II (flor. 1498-1536)

SSC 04.03 - Isabel Pais (flor. 1517-1536)

SC 05 - SOUSA PINTO

SSC 05.01 - Fernão Ribeiro de Sousa (flor. 1541-1565); Maria Pinto (flor. 1541-1565)

SSC 05.02 - Fernão Ribeiro de Sousa (flor. 1541-1565)

SSC 05.03 - Maria Pinto (flor. 1541-1565)

Ver Subsubsistema II.02 - PINTO

SC 06 - SOUSA MENDONÇA

SSC 06.01 - Antónia de Sousa (flor. 1565- m. c. 1596); Francisco Furtado de Mendonça (flor. 1565-1596)

SSC 06.02 - Antónia de Sousa (flor. 1565 - m. c. 1596)

SSC 06.03 - Francisco Furtado de Mendonça (flor. 1565-1596)

Ver Subsubsistema II.04 - FURTADO DE MENDONÇA[410]

Ver Subsubsistema II.05 - PACHECO[411]

II.01 - Subsubsistema DINIS (flor. 1365-1375)

SC 01 – DINIS

SSC 01.01 – Afonso Dinis (flor. 1365- 1375); Catarina Álvares (flor. 1365)

SSC 01.02 – Afonso Dinis (flor. 1365)

Ver SUBSISTEMA II - RIBEIRO

II.02 - Subsubsistema PINTO (flor. 1503-1545)

SC 01 - PINTO MARTINS

SSC 01.01 - Gonçalo Pinto (flor. 1503), Ana Martins (flor. 1503)

SSC 01.02 - Gonçalo Pinto (flor. 1503)

SSC 01.03 - Ana Martins (flor. 1503)

SC 02 - PINTO HENRIQUES

SSC 02.01 - Aires Pinto (flor. 1523-1545); Isabel Henriques Carvalho (flor. 1523-1541); Isabel da Costa (flor. 1544)

Ver SUBSISTEMA II - RIBEIRO

SSC 02.02 - Aires Pinto (flor. 1523-1545)

SSC 02.03 - Isabel Henriques Carvalho (flor. 1523-1541)

SSC 02.04 - Isabel da Costa (flor. 1544)

II.03 - Subsubsistema SÁ (flor. 1391-1425)

SC 01 - SÁ

SSC 01.01 - João Rodrigues de Sá (flor. 1391-1425)

Ver SUBSISTEMA II – RIBEIRO

---

[410] Não foi efetuado, mas diz respeito a toda a documentação da família de de Francisco Furtado de Mendonça.

[411] Não foi efetuado, mas diz respeito a Duarte Pacheco Pereira e seus descendentes, cuja neta foi tutorada por Francisco Furtado de Mendonça. Sobre o assunto veja-se CARVALHO, Andreia Martins e PINTO, Pedro, "Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar", cit., p. 221-332.

III - SUBSISTEMA MAGALHÃES (flor. 1363-1605)

SC 01 – MAGALHÃES FERNANDES

SSC 01.01 – Afonso Rodrigues de Magalhães (flor. 1363); Maria Fernandes (flor. 1363)

SSC 01.02 – Afonso Rodrigues de Magalhães (flor. 1363)

SSC 01.03 - Maria Fernandes (flor. 1363)

SC 02 - MAGALHÃES VASQUES

SSC 02.01 - Gil Afonso de Magalhães (flor. 1387-1432); Inês Vasques (flor. 1389-1435)

SSC 02.02 - Gil Afonso de Magalhães (flor. 1387-1432)

SSC 02.03 - Inês Vasques (flor. 1389-1435)

SC 03 - MAGALHÃES SOUSA

SSC 03.01 - João de Magalhães I (flor. 1429-1470); Isabel de Sousa (flor. 1448)

SSC 03.02 - João de Magalhães I (flor. 1429- m. 1470)

SSC 03.03 - Isabel de Sousa (flor. 1448)

Ver Subsubsistema III.010 - RIBEIRO SOUSA

SSC 03. 04 - Fernão de Magalhães

Ver Subsubsistema III.04 - MAGALHÃES II

SSC 03.05 – Rui de Magalhães (flor. 1438)

SC 04 - MAGALHÃES MENESES

SSC 04.01 - Gil de Magalhães (flor. 1461-1498); Maria de Meneses (flor. 1461-1484); Isabel de Meneses (flor. 1474- 1555)

SSC 04.02 - Gil de Magalhães (flor. 1461-1498)

SSC 04.03 - Maria de Meneses (flor. 1461-1484)

SSC 04.04 – Isabel de Meneses (flor. 1474-1555)

SSC 04.05 – Beatriz de Magalhães

Ver Subsubsistema III.05 - MAGALHÃES ARAÚJO

SSC 04.06 – Fernão Sousa Magalhães

Ver Subsubsistema III.011 - SOUSA BARBOSA

SC 05 - MAGALHÃES SILVA I

SSC 05.01 - João de Magalhães II (flor. 1498-1524); Leonor da Silva I (flor. 1514-1535)

SSC 05.02 - João de Magalhães II (flor. 1498-1524)

SSC 05.03 - Leonor da Silva (flor. 1514-1535)

SSC 05.04 - Francisco de Magalhães e Meneses

Ver Subsubsistema III.03 - MAGALHÃES I

SSC 05.05 - Pedro Barreto (flor. 1504-1505)

SSC 05.06 – Diogo Barreto de Magalhães (flor. 1521-1552)

Ver Subsubsistema III.02 - BARRETO MAGALHÃES

SC 06 - MAGALHÃES SILVA II

SSC 06.01 - Manuel de Magalhães (flor. 1524-1581); Margarida da Silva (flor. 1540-1593)

SSC 06.02 - Manuel de Magalhães (flor. 1524-1581)

SSC 06.03 - Margarida da Silva (flor. 1540-1593)

Ver Subsubsistema III.01 - ABREU LIMA

SC 07 - MAGALHÃES MENESES MENESES

SSC 07.01 - António de Magalhães de Meneses (flor. 1549-1590); Isabel de Meneses (flor. 1549-1605)

SSC 07.02 - António de Magalhães de Meneses (flor. 1549-1590)

SSC 07.03 - Isabel de Meneses (flor. 1549-1605)

SSC 07.04 - Leonor da Silva

Ver Subsubsistema III.09 - SILVA MENESES

SSC 07.05 - João de Magalhães III

Ver Subsubsistema III.06 - MAGALHÃES MAGALHÃES

SSC 07.06 - Maria da Silva

Ver Subsubsistema III.08 - SILVA MACHADO

SSC 07.07 - Pedro da Silva Meneses

Ver Subsubsistema III.07 - MENESES MELO

III.01 - Subsubsistema ABREU LIMA (flor. 1537-1590)

SC 01 - ABREU LIMA NORONHA

SSC 01.01 – Leonel de Abreu e Lima (flor. 1537-1548); Maria de Noronha (flor. 1540)

SSC 01.02 - Leonel de Abreu e Lima (flor. 1537-1548)

SC 02 – SILVA LIMA

SSC 02.01 - Margarida da Silva

Ver SUBSISTEMA III - MAGALHÃES

SSC 02.02 – Lopo Gomes de Abreu de Lima (flor. 1540-1590)

III.02 - Subsubsistema BARRETO MAGALHÃES (flor. 1521-1589)

SC 01 – BARRETO MAGALHÃES

SSC 01.01 – Diogo Barreto de Magalhães (flor. 1521-1566); Violante Pereira (flor. 1530-1564)

SSC 01.02 – Diogo Barreto (flor. 1521-1552)

Ver SUBSISTEMA III - MAGALHÃES

SSC 01.03 – Violante Pereira (flor. 1530-1564)

SC 02 – MENESES MENESES

SSC 02.01 – Isabel Barreto de Meneses (flor. 1562-1576); Paulo António Teles de Meneses (flor. 1561-1576)

SSC 02.02 – Isabel Barreto de Meneses (flor. 1562-1576)

SSC 02.03 - Paulo António Teles de Meneses (flor. 1561-1589)

SSC 02.04 – Jorge Barreto de Magalhães (flor. 1564)

III.03 - Subsubsistema MAGALHÃES I (flor. 1501-1579)

SC 01 - MAGALHÃES

SSC 01.01 - Francisco de Magalhães e Meneses (flor. 1501-1543); Constança de Magalhães (flor. 1484-1513); Filipa de Melo (flor. 1526-1527); Leonor Pereira (flor. 1535-1576)

SSC 01.02 - Francisco de Magalhães e Meneses (flor. 1501-1543)

Ver SUBSISTEMA III - MAGALHÃES

SSC 01. 03 - Constança de Magalhães (flor. 1484-1513)

Ver Subsubsistema III.04 - MAGALHÃES II

SSC 01.04 – Filipa de Melo (flor. 1526-1527)

SSC 01.05 – Leonor Pereira (flor. 1535-1576)

Ver Subsubsistema III.09 - SILVA MENESES

SC 02 – BARRETO

SSC 02.01 - António Barreto (flor. 1558-1579)

III.04 - Subsubsistema MAGALHÃES II (flor. 1484)

SC 01 – MAGALHÃES

SSC 01.01 - Fernão de Magalhães (flor. 1484)

Ver Subsubsistema III.03 - MAGALHÃES I

III.05 - Subsubsistema MAGALHÃES ARAÚJO (flor. 1472-1503)

SC 01 - MAGALHÃES ARAÚJO

SSC 01.01 - Beatriz de Magalhães (flor. 1472-1503); Lopo Rodrigues de Araújo (flor. 1472-1503)

SSC 01.02 - Beatriz de Magalhães (flor. 1472-1503)

Ver SUBSISTEMA III - MAGALHÃES

SSC 01.03 - Lopo Rodrigues de Araújo (flor. 1472-1503)

III.06 - Subsubsistema MAGALHÃES MAGALHÃES (flor. 1585-1608)

SC 01 - MAGALHÃES MAGALHÃES

SSC 01.01 - João de Magalhães III (de Meneses) (flor. 1585-1608); Inês de Magalhães Amorim (?)

SSC 01.02 - João de Magalhães III (de Meneses) (flor. 1585-1608)

Ver SUBSISTEMA III - MAGALHÃES

III.07 - Subsubsistema MENESES MELO (flor. 1555-1572)

SC 01 - MENESES MELO

SSC 01.01 - Pedro da Silva Meneses (flor. 1555-1572); Maria de Melo (flor. 1570)

SSC 01.02 - Pedro da Silva e Meneses (flor. 1555-1572)

Ver SUBSISTEMA III - MAGALHÃES

III.08 - Subsubsistema SILVA MACHADO (flor. 1558-1591)

SC 01 – SILVA MACHADO

SSC 01.01 – Maria da Silva (flor. 1558); Francisco Machado (flor. 1558-1591)

SSC 01.02 - Maria da Silva (flor. 1558)

Ver SUBSISTEMA III - MAGALHÃES

SSC 01.03 - Francisco Machado (flor. 1558-1591)

III.09 - Subsubsistema SILVA MENESES (flor. 1557-1624)

SC 01 - SILVA MENESES

SSC 01.01 - Leonor da Silva II (flor. 1624); Jerónimo Barreto de Meneses (flor. 1557-1589)

SSC 01.02 - Leonor da Silva II (flor. 1624)

Ver SUBSISTEMA III - MAGALHÃES

SSC 01.03 - Jerónimo Barreto Meneses (flor. 1557-1589)

Ver Subsubsistema III.03 – MAGALHÃES I

III.010 - Subsubsistema RIBEIRO SOUSA (flor. 1428-1448)

SC 01 – RIBEIRO SOUSA

SSC 01.01 - Rui Vasques Ribeiro (flor. 1428-1448); Violante de Sousa (flor. 1428-1448)

SC 01.02 - Rui Vasques Ribeiro (flor. 1428-1448)

SC 01.02 - Violante de Sousa (flor. 1428-1448)

Ver SUBSISTEMA III - MAGALHÃES

III.011 - Subsubsistema SOUSA BARBOSA (flor. 1472-1508)

SC 01 - SOUSA BARBOSA

SSC 01.01 - Fernão de Sousa (flor. 1472-1508); Isabel Barbosa (flor. 1499-1508)

SSC 01.02 - Fernão de Sousa (flor. 1472-1508)

Ver SUBSISTEMA III - MAGALHÃES

SSC 01.03 - Isabel Barbosa (flor. 1499-1508)

IV - SUBSISTEMA CARVALHO (flor. 1454-1615)

SC 01 - LOURENÇO

SSC 01.01 - Vasco Lourenço da Torre ou Vasco Lourenço Vieira (flor. 1454)

SC 02 - SOTOMAIOR CARVALHO

SSC 02.01 - Lopo Sanches de Sotomaior (flor. 1456-1491); Leonor Afonso de Carvalho (flor. 1456-1491)

SSC 02.02 - Lopo Sanches de Sotomaior (flor. 1456-1491)

SSC 02.03 - Leonor Afonso de Carvalho (flor. 1456-1491)

SSC 02.04 - Berengueira Gil de Carvalho

Ver Subsubsistema IV.02 - CARVALHO BRANCO

SSC 02.05 - Berengueira Eanes de Carvalho

Ver Subsubsistema IV.04 - CARVALHO PEREIRA

SC 03 - LOPES DE CARVALHO

SSC 03.01 - Diogo Lopes de Carvalho (flor. 1477-1541)

SSC 03.02 - Beatriz Lopes de Carvalho

Ver Subsubsistema IV.01 - CARVALHO ABREU

SSC 03.03 - Lopo de Carvalho (flor. m. 1518-1521)

SC 04 - CARVALHO AGUIAR

SSC 04.01 - Gaspar de Carvalho (flor. 1526-1557); Maria de Aguiar (flor. 1526)

SSC 04.02 - Gaspar Lopes de Carvalho (flor. 1526-1557)

SSC 04.03 - Maria de Aguiar (flor. 1526)

SSC 04.04 - Catarina Dias de Carvalho

Ver Subsubsubsistema IV.01 – CARVALHO ABREU

SC 05 – LOPES DE CARVALHO CARNEIRO

SSC 05.01 - António Lopes de Carvalho (flor. 1572-1592); Milícia de Novais Carneiro (flor. 1572-1595)

SSC 05.02 - António Lopes de Carvalho (flor. 1572-1592)

SSC 05.03 - Milícia de Novais Carneiro (flor. 1572-1595)

SSC 05.04 - João Lopes de Carvalho (flor. 1536-1557)

SSC 05.05 - Beatriz de Carvalho

Ver Subsubsistema IV.03 - CARVALHO DIAS

SSC 05.06 - Maria Mendes (flor. 1542)

SSC 05.07 - Catarina de Carvalho (flor. 1542)

SC 06 - **LOPES DE CARVALHO EÇA**

SSC 06.01 - Luís Lopes de Carvalho (flor. 1595-1603); Mécia de Eça (flor. 1597-1615)

SSC 06.02 - Luís Lopes de Carvalho (flor. 1595-1603)

SSC 06.03 – Mécia de Eça (flor. 1603-1615)

IV.01 - Subsubistema CARVALHO ABREU (flor. 1517-1530)

SC 01 – CARVALHO ABREU

SSC 01.01 - Beatriz Lopes de Carvalho (flor. 1517-1530); Gonçalo Dias de Abreu (flor. 1517)

SSC 01.02 - Beatriz Lopes de Carvalho (flor. 1517-1530)

Ver SUBSISTEMA IV - CARVALHO

SSC 01.03 - Gonçalo Dias de Abreu (flor. 1517)

SC 02 - CARVALHO

SSC 02.01 - Gaspar de Carvalho

Ver SUBSISTEMA IV - CARVALHO

SSC 02.02 - Catarina Dias de Carvalho (flor. 1517-1554); Bastião Martins (flor. 1517); Geraldo Ribeiro de Carvalho (flor. 1527-1554)

IV.02 - Subsubsistema CARVALHO BRANCO (flor. 1477)

SC 01 - CARVALHO BRANCO

SSC 01.01 - Berengueira Gil de Carvalho (flor. 1477); Rui Gonçalves Castelo Branco (flor. 1439-1477)

SSC 01.02 - Berengueira Gil de Carvalho (flor. 1477)

Ver SUBSISTEMA IV - CARVALHO

SSC 01.03 - Rui Gonçalves de Castelo Branco (flor. 1439-1477)

IV.03 - Subsubsistema CARVALHO DIAS (flor. 1542-1557)

SC 01 – CARVALHO DIAS

SSC 01.01 - Beatriz de Carvalho (flor. 1542-1554); Duarte Dias de Ribeira (flor. 1554-1557)

SSC 01.02 - Beatriz de Carvalho (flor. 1542-1554)

Ver SUBSISTEMA IV - CARVALHO

SSC 01.03 - Duarte Dias (flor. 1554-1557)

IV.04 - Subsubsistema CARVALHO PEREIRA (flor. 1503-1521)

SC 01 - CARVALHO PEREIRA

SSC 01.01 - Berengueira Eanes de Carvalho (flor. 1503-1521); Vasco Pereira (flor. 1503-1504)

SSC 01.02 - Berengueira Eanes de Carvalho (flor. 1503- m. 1521)

Ver SUBSISTEMA IV - CARVALHO

SSC 01.03 - Vasco Pereira (flor. 1503-1504)

V - SUBSISTEMA CUNHA (flor. 1402-1638)

SC 01 - GOMES I

SSC 01.01 - Rui Gomes (flor. 1402-1415); Inês Lourenço (flor. 1402)

SSC 01.02 - Rui Gomes (flor. 1402-1415)

SC 02 - GOMES II

SSC 02. 01 - Vasco Gomes (de Monção) (flor. 1415-1449)

SC 03 - VAZ

SSC 03.01 - Pedro Vaz da Praça (flor. 1444-1505); Margarida Vaz (flor. 1457-m. 1494); Germaneza Pereira I (flor. 1498-1505)

SSC 03.02 - Pedro Vaz da Praça (flor. 1444-1505)

SSC 03.03 - Margarida Vaz (flor. 1457-m. 1494)

SSC 03.04 - Germaneza Pereira I (flor. 1498-1505)

SC 04 - ÁLVARES ARAÚJO

SSC 04.01 - Paio Rodrigues de Araújo (flor. 1500-m. 1528); Isabel Álvares (flor. 1501-1519)

SSC 04.02 - Paio Rodrigues de Araújo (flor. 1500-m. 1528)

SSC 04.03 - Isabel Álvares (flor. 1501-1519)

SC 05 - SOARES CUNHA

SSC 05.01 - Constança Soares I (flor. 1513-1548); Pedro da Cunha I (flor. 1513-m. 1531)

SSC 05.02 - Constança Soares I (flor. 1513-1548)

SSC 05.03 - Pedro da Cunha I (flor. 1513-m. 1531)

Ver Subsubsistema V.05 - VASQUES DA CUNHA

SC 06 - CUNHA PEREIRA

SSC 06.01 - Jorge da Cunha I (flor. 1528- m. 1579); Ana Pereira (flor. 1540 -ant. 1579); Ana Carvalho (flor. 1579)

SSC 06.02 - Jorge da Cunha I (flor. 1528- m. 1579)

SSC 06.03 - Ana Pereira (flor. 1540-ant. 1579)

SSC 06.04 - Ana Carvalho (flor. 1579)

SSC 06.05 - Beatriz da Cunha

Ver Subsubsistema V.01 - CUNHA AZEVEDO

SSC 06.06 - Belchior da Cunha

Ver Subsubsistema V.02 - CUNHA PEREIRA

SSC 06.07 - Filipa da Cunha

Ver Subsubsistema V.03 - CUNHA VALE

SC 07 - CUNHA LAGO

SSC 07.01 - Ana da Cunha (flor. 1590-1630); Francisco Pereira do Lago (flor. 1602)

SSC 07.02 - Ana da Cunha (flor. 1590-1630)

SSC 07.03 - Francisco Pereira do Lago (flor. 1602)

SSC 07.04 - Pedro da Cunha II (flor. 1538-1580)

SC 08 – **AZEVEDO BARBOSA**

SSC 08.01 - André Velho de Azevedo II (flor. 1617-1638); Maria Sousa Barbosa (flor. 1617-1638)

SSC 08.02 - André Velho de Azevedo II (flor. 1617-1638)

Ver Subsubsistema V.01 - CUNHA AZEVEDO

SSC 08.03 - Maria Sousa Barbosa (flor. 1617-1638)

Ver Subsubsistema V.04 - SOUSA

V.01 - Subsubsistema CUNHA AZEVEDO (flor. 1548-1638)

SC 01 - CUNHA AZEVEDO

SSC 01.01 - Beatriz da Cunha (flor. 1548-1590); André Velho de Azevedo I (flor. 1548-1586)

SSC 01.02 - Beatriz da Cunha (flor. 1548-1590)

Ver SUBSISTEMA V - CUNHA

SSC 01.03 - André Velho de Azevedo I (flor. 1548-1586)

SC 02 - BARRETO BRITO

SSC 02.01 - Álvaro de Azevedo Barreto (flor. 1583-1617); Ana de Brito (flor. 1617)

SSC 02.02 - Álvaro de Azevedo Barreto (flor. 1583-1617)

SC 03 - AZEVEDO

SSC 03.01 - André Velho de Azevedo II

Ver SUBSISTEMA V - CUNHA

V.02 - Subsistema CUNHA PEREIRA (flor. 1556-1590)

SC 01 - CUNHA PEREIRA

SSC 01.01 - Belchior da Cunha (flor. 1556-1590); Germaneza Pereira II (flor. 1556)

SSC 01.02 - Belchior da Cunha (flor. 1556-1590)

Ver SUBSISTEMA V - CUNHA

V.03 - Subsubsistema CUNHA VALE (flor. 1561-1589)

SC 01 - CUNHA VALE

SSC 01.01 - Filipa da Cunha (flor. 1561-1589); Leonel do Vale (flor. 1561)

SSC 01.02 - Filipa da Cunha (flor. 1561-1589)

Ver SUBSISTEMA V - CUNHA

SSC 01.03 - Leonel do Vale (flor. 1561)

V.04 - Subsubsistema SOUSA (flor. 1467-1634)

SC 01 - CASTRO RODRIGUES

SSC 01.01 - Vasco Fernandes de Castro (flor. 1467); Catarina Rodrigues (flor. 1467)

SSC 01.02 - Vasco Fernandes de Castro (flor. 1467)

SC 02 - CASTRO VAZ

SSC 02.01 - Afonso Pereira de Castro (flor. 1469-1479); Inês Vaz (flor. 1469)

SSC 02.02 - Afonso Pereira de Castro (flor. 1469-1479)

SC 03 - CASTRO SALGADA

SSC 03.01 - Lopo Gomes Pereira de Castro (flor. 1574-1582); Maria Álvares Salgada (flor. 1592-1600)

SSC 03. 02 - Lopo Gomes Pereira de Castro (flor. 1574-1582)

SC 04 - SOUSA LEITE

SSC 04.01 - João Gomes de Sousa (flor. 1596-1634); Beatriz Leite (flor. ant. 1638)

SSC 04.02 - João Gomes de Sousa (flor. 1596-1634)

Ver SUBSISTEMA V - CUNHA

V.05 - Subsubsistema VASQUES DA CUNHA (flor. 1389)

SC 01 – VASQUES DA CUNHA

SSC 01.01 - Martim Vasques da Cunha (flor. 1389)

Ver SUBSISTEMA V - CUNHA

VI - SUBSISTEMA BARRETO (flor. 1485-1644)

SC 01 - NUNES

SSC 01.01 - João Nunes do Gafanhão (flor. 1485- m. 1525); Leonor Gomes (flor. 1485-1498); Isabel da Costa (flor. 1498-1529)

SSC 01.02 - João Nunes do Gafanhão (flor. 1485-1525)

SSC 01.03 - Leonor Gomes Barreto (flor. 1485-1498)

SSC 01.04 - Isabel da Costa Corte Real (flor. 1498-1529)

SC 02 - NUNES BARRETO FERRAZ

SSC 02.01 - Fernão Nunes Barreto I (flor. 1508-1555); Isabel Ferraz (flor. 1529-1558)

SSC 02.02 - Fernão Nunes Barreto I (flor. 1508-1555)

SSC 02.03 - Isabel Ferraz (flor. 1529-1558)

Ver Subsubsistema VI.02 - FERRAZ I

Ver Subsubsistema VI.03 - FERRAZ II

SC 03 - NUNES BARRETO CARDOSO MADUREIRA

SSC 03.01 - Gaspar Nunes Barreto I (flor. 1536-1592); Isabel Cardoso (flor. 1545-1547); Cecília de Madureira (flor. 1549-1593)

SSC 03.02 - Gaspar Nunes Barreto I (flor. 1536-1592)

SSC 03.03 - Isabel Cardoso (flor. 1547)

Ver Subsubsistema VI.04 - REBELO

SSC 03.04 - Cecília de Madureira (flor. 1549-1593)

SSC 03.05 - Gonçalo Nunes Barreto

Ver Subsubsistema VI.01 - BARRETO REBELO

SSC 03.06 - João Nunes Barreto (flor. 1517-1562)

SC 04 - NUNES BARRETO HENRIQUES

SSC 04.01 - Fernão Nunes Barreto II (flor. 1547-1597); Maria Henriques (flor. 1564-1644)

SSC 04.02 - Fernão Nunes Barreto II (flor. 1547-1597)

SSC 04.03 - Maria Henriques (flor. 1564-1644)

SSC 04.04 – Jerónimo Nunes Barreto (flor. 1559-1589)

VI.01 - Subsubsistema BARRETO REBELO (flor. 1540-1544)

SC 01 – BARRETO REBELO

SSC 01.01 - Gonçalo Nunes Barreto (flor. 1540-1544); Isabel Rebelo (flor. post. 1540)

SSC 01.02 - Gonçalo Nunes Barreto (flor. 1540-1544)

Ver SUBSISTEMA VI - BARRETO

VI.02 - Subsubsistema FERRAZ I (flor. 1530-1591)

SC 01 - FERRAZ RODRIGUES PEREIRA

SSC 01.01 - Beatriz Ferraz (flor. 1530); Afonso Rodrigues Leborão (flor. 1530); Diogo Pinto Pereira (flor. 1512-1530)

SSC 01.02 - Beatriz Ferraz (flor. 1530)

SSC 01.03 - Afonso Rodrigues Leborão (flor. 1530)

SSC 01.04 - Diogo Pinto Pereira (flor. 1512-1530)

SSC 01.05 - Briolanja Ferraz I (flor. 1469-1552)

SSC 01.06 – Jorge Ferraz

Ver Subsubsistema VI.03 - FERRAZ II

SC 02 – FERRAZ FIGUEIROA

SSC 02.01 - Gaspar Ferraz I (flor. 1530-1563); Lucrécia de Figueiroa (flor. 1530-1563)

SSC 02.02 – Gaspar Ferraz I (flor. 1530-1563)

SSC 02.03 - Lucrécia de Figueiroa (flor. 1530-1563)

Ver Subsubsubsistema I.05.01 – CARNEIRO III

SSC 02.04 - Isabel Ferraz

Ver SUBSISTEMA VI - BARRETO

SSC 02.05 – Maria Ferraz

SC 03 – FERRAZ

SSC 02.01 - Afonso Ferraz II (flor. 1557-1591)

SSC 02.02 – Gaspar Ferraz II (flor. 1566)

SSC 02.03 – Joana Carneiro (flor. 1566)

VI.03 - Subsubsistema FERRAZ II (flor. 1476-1591)

SC 01 - FERRAZ PEREIRA I

SSC 01.01 - Jorge Ferraz (flor. 1476-1535); Inês Pereira (flor. 1514-1527)

SSC 01.02 - Jorge Ferraz (flor. 1476-1535)

Ver SUBSISTEMA VI – BARRETO

Ver Subsubsistema VI.02 - FERRAZ I

SSC 01.03 - Inês Pereira (flor. 1514-1527)

SC 02 - FERRAZ SANCHES

SSC 02.01 - Catarina Ferraz I (flor. ant. 1530); Diogo Brandão Sanches (flor. 1530-1565)

SSC 02. 02 - Catarina Ferraz I (flor. 1530)

SSC 02.03 - Diogo Brandão Sanches (flor. 1530-1565)

SC 03 – BRANDÃO FREIRE

SSC 03.01 - Afonso Brandão (flor. 1547-1591); Beatriz Freire (flor. 1563)

SSC 03.02 – Afonso Brandão (flor. 1547-1591)

SSC 03.03 – Beatriz Freire (flor. 1563)

SSC 03.04 – João Brandão (flor. 1547-1562)

SSC 03.05 – Briolanja Ferraz II (flor. 1551-1566)

VI.04 - Subsubsistema REBELO (flor. 1494-1538)

SC 01 – REBELO

SSC 01.01 – Lopo Rebelo (flor. 1494-1538)

Ver SUBSISTEMA VI – BARRETO

5. As famílias produtoras

As notas biográficas que se seguem nestas linhas foram elaboradas com recurso a documentação do ALB e completadas com outra bibliografia – livros de Chancelaria Régia, estudos publicados quer em monografias quer em publicações periódicas, assim como genealogias – Damião de Góis[412], Alão de Morais[413] e Felgueiras Gaio[414]. Para as histórias da família recorremos a vários documentos existentes no ALB, cruzando informação dada por uma grande diversidade de documentos como sentenças, testamentos e ainda árvores genealógicas elaboradas pelos próprios. As biografias pessoais encontram-se no volume II – Anexos, Anexo 1, desta dissertação.

I - SUBSISTEMA VALADARES (flor. 1480-1653)

Considerámos o início da família Valadares com o casamento de Fernão de Valadares, o velho, com Beatriz Eanes de França, filha de João Eanes Machucho e Maria de França. Segundo Felgueiras Gaio a família Valadares teve origem galega[415], embora não exista no ALB qualquer documento relativo aos antepassados de Fernão de Valadares. No entanto, seria com certeza de família da elite portuense, pois Fernão de Valadares foi escudeiro da casa real, escrivão dos contos e acompanhou D. João II numa campanha militar em África, tendo-se casado com um elemento de outra família da elite da mesma cidade, os Machucho, como se verá adiante.

---

[412] GÓIS, Damião de – *Livro de linhagens de Portugal*. Introdução e transcrição paleográfica de António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos. Lisboa: Instituto Português de Heráldica, Universidade Lusíada, 2014.

[413] MORAIS, Cristóvão Alão de – *Pedatura Lusitana: nobiliário de famílias de Portugal*. 12 vol. Porto: Livraria Fernando Machado, 1943-1948.

[414] GAIO, Manuel Felgueiras – *Nobiliário de famílias de Portugal*. 17 vol. [Braga]: Agostinho de Azevedo Meirelles: Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941.

[415] GAIO – *Nobiliário*, t. XXVIII, p. 17-18.

O filho de ambos, João de Valadares, sucedeu na casa de seu pai e exerceu vários cargos de importância, nomeadamente na vereação da cidade no Porto. Casou com Ana de Azeredo, filha de Álvaro Rodrigues de Azeredo e de Constança Soares, filha de Paio Rodrigues de Araújo. Ana de Azeredo faleceu em 1585, tendo, no entanto, instituído em 1575 uma capela na Sé do Porto para sua sepultura.

Implantada no Porto, a família Valadares veio a unir-se, por via de casamento, com elementos da família Carneiro e Rua já na segunda metade do século XVI. A procura de fortuna em África e na Índia, a presença de filhas em conventos demonstra uma tentativa de reforço da fortuna, a qual foi aumentada com heranças por linha materna[416].

O casal João de Valadares e Ana de Azeredo teve quatro filhos: o primogénito Luís de Valadares, herdou os bens de seu pai, foi feitor em Achem[417] e veio a falecer em África onde servia uma comenda, casou com Vitória Carneiro, filha de Francisco da Rua, feitor na Flandres e Isabel Carneira. O casal teve uma filha, Ana Carneira, dotada com um morgadio "do Paço de Valadares" quando casou com Francisco de Sousa de Almeida[418].

O secundogénito, Álvaro de Valadares, foi vereador da câmara do Porto em 1577 e cavaleiro da Ordem de Cristo. Casou com Antónia Carneiro, filha de Pantaleão Carneiro e Filipa Moreira e foram pais de João de Valadares Carneiro, sucessor da casa de seu pai e de várias capelas instituídas pelos seus familiares: a avó Ana de Azeredo, as primas Maria Carneiro Pamplona e Ana Carneiro. O casal teve ainda mais dois filhos, Pantaleão Carneiro, que seguiu vida religiosa, Fernão de Valadares Carneiro, escudeiro, que foi para a Índia em 1597 quando tinha apenas dezoito anos[419] e quatro filhas, todas freiras, duas no convento de Santa Clara e as outras no de S. Bento de Avé Maria.

João de Valadares teve ainda duas filhas: Beatriz de Azeredo, solteira, instituidora de um vínculo e Inês de Azeredo, freira no convento de Santa Clara.

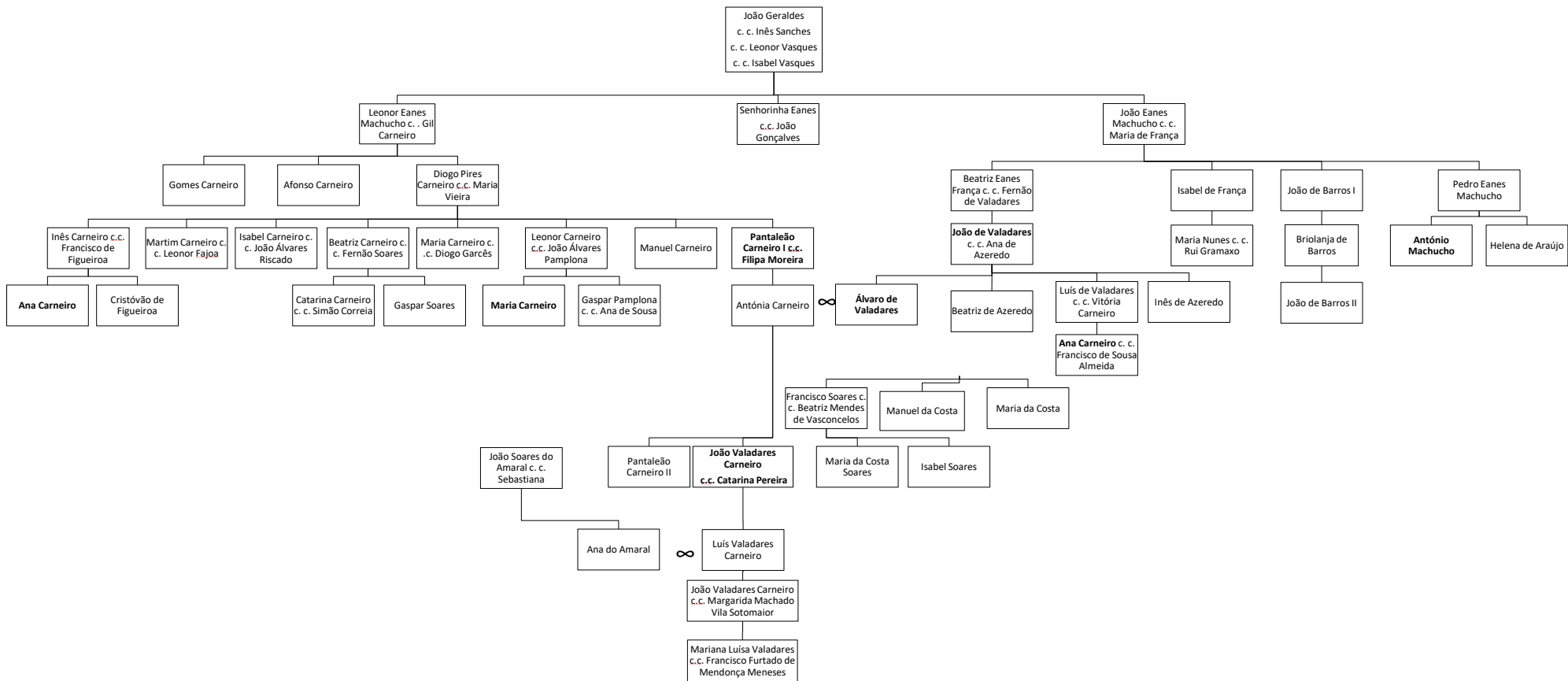
João Valadares Carneiro, o primeiro elemento da família a usar o duplo apelido, casou por duas vezes, a primeira com Maria da Costa Soares e a segunda com Catarina Pereira, da qual nasceram dois filhos: Luís de Valadares Carneiro, que casou com Ana do Amaral, filha de João Soares do Amaral e de Sebastiana Vieira, e que trouxe à

---

[416] BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista…*, p. 77.
[417] ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 55, fl. 169.
[418] BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista…,* p. 76-77.
[419] REGO, Rogério de Figueiroa – "Soldados da Índia séc. XVI - Notícias genealógicas e biográficas". *Ethnos, revista do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia*. II (1942), p. 161.

família diversos bens vinculados, nomeadamente os de Roque Tavares do Amaral (escrivão da câmara do Bispo de Coimbra, D. João Soares) e Gaspar Monteiro; e os bens de Beatriz de Azeredo. Ambos os irmãos constituíram vínculo dos seus bens, sendo que Luís de Valadares Carneiro instituiu uma capela que ostentava o seu brasão na Sé do Porto.

A família continuou com o filho primogénito de Luís de Valadares Carneiro, João Valadares Carneiro casado com Margarida Machado da Silva Sotomaior[420], da qual teve uma filha, Mariana Luísa de Valadares, que casou com Francisco Furtado de Mendonça Meneses, cujo filho, João Manuel de Meneses e sua mulher Maria Rosa Meneses serão os avós de Miguel Pereira Forjaz, titulado Conde da Feira em 1820.

[420] Filha de Rodrigo Pereira Sotomaior, alcaide mor de Caminha em 1643. CARDOSO, Maria Teresa – "João de Valadares Carneiro". In SOUSA, Fernando de (coord.) – *Os provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto. 1499-2017*. Vol. I, Porto: Almedina, 2017, p. 842.

Árvore Genealógica 1

Subsistema Valadares

II - SUBSISTEMA RIBEIRO (flor. 1411-1596)

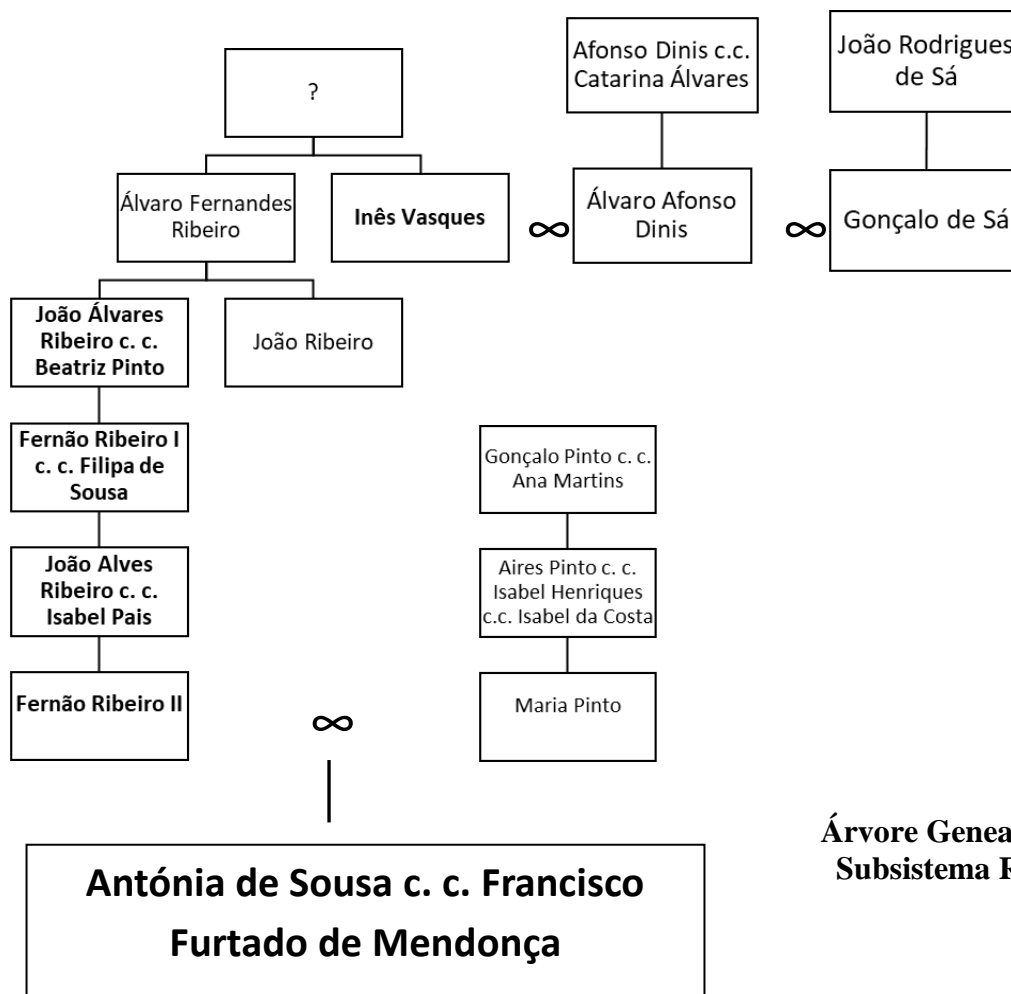
Considerou-se para o início do sistema Ribeiro, família, o ano de 1411, primeira data de que temos testemunho de Inês Vasques (fundadora do morgadio do Canidelo no ano de 1458[421]), casada com Álvaro Afonso Dinis, seu primeiro marido[422]; e para o seu termo o ano de 1565, data aproximada do casamento da única filha do quarto administrador (bisneto em varonia direta do primeiro), com Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, morgado de Argemil e Fajozes, em cuja casa o morgadio do Canidelo passou a estar inserido[423]. As referências documentais a Inês Vasques indicam-na, em primeiro lugar, como mulher de um rico mercador do Porto, Álvaro Afonso Dinis desde 1411, como foi referido. Após a morte deste, cerca de 1428, contraiu casamento com Gonçalo de Sá, oriundo de uma família, os Sás, de extrato mais elevado e que podemos considerar como nobreza cortesã[424], ligados à alcaidaria-mor da cidade do Porto. A ausência de filhos de ambos os matrimónios levou ao benefício de vários sobrinhos, entre os quais João Álvares Ribeiro, filho de seu irmão Álvaro Fernandes Ribeiro, o qual foi nomeado primeiro administrador do morgadio. Não existem dados adicionais sobre o casamento deste com Beatriz Pinto, mas na geração seguinte a inserção nas famílias ligadas à vereação e ao desempenho de cargos administrativo é clara, nomeadamente com Francisco Ribeiro, vereador e juiz dos órfãos por várias vezes, nas duas primeiras décadas do século XVI; o genro de Fernão Ribeiro, Pedro de Andrade, foi também juiz dos órfãos no mesmo período. Na quarta geração de administradores, o morgado Fernão Ribeiro designa-se como “fidalgo”, ao contrário dos seus antecessores, intitulados cavaleiros da Casa Real. O casamento da única filha de Fernão Ribeiro, Antónia de Sousa, fez-se com Francisco Ferreira Furtado, membro de uma família, ao que os documentos indicam, de um extrato social superior da região do Porto, com vastas propriedades em Barcelos – os Ferreira Furtado de Mendonça. Com efeito, o morgadio do Canidelo passa para o filho de Francisco Ferreira Furtado, Luís Ferreira Furtado, casado com Guiomar de Albuquerque (filha perfilhada de João Fernandes Pacheco e neta do navegador Duarte Pacheco Pereira) de quem Francisco Ferreira fora

[421] ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal…*, p. 226 e seg.. Para a inserção da família na oligarquia municipal do Porto, MACHADO, Maria de Fátima – *Os órfãos e os enjeitados da cidade e do termo do Porto (1500-158)*. Porto: 2010. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 55.

[422] BNP, ALB, *Enc*., cx. 44A, mç. 136, cap. 1, doc. n. n.

[423] Sobre a entrada do morgadio na família Ferreira Furtado de Mendonça, e a história subsequente, veja-se CARVALHO, Andreia Martins; PINTO, Pedro – “Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar…”, cit., p. 221-332.

[424] BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista…*, p. 31.

nomeado tutor. Luís Ferreira Furtado e Guiomar de Albuquerque terão um filho, Duarte Pacheco Pereira, que herda o morgadio de seu pai e, por sua morte, o transmite ao seu tio, meio irmão de seu pai – Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, filho de Luís Ferreira com Francisca da Silva. Francisco Ferreira Furtado de Mendonça casou com Maria Mendonça, herdeira do morgadio da Freiria, instituído por Beatriz Dantas, em 1555, tia de seu avô Bartolomeu Dantas. Os morgadios do Canidelo e Freiria foram transmitidos ao filho do casal, Luís Carlos Mendonça Dantas, o qual faleceu solteiro em 1682, e como tal os morgadios foram transmitidos a sua irmã, Francisca Luísa de Mendonça, casada com João Manuel de Meneses e posteriormente ao filho do casal, Francisco Furtado de Mendonça, casado com Mariana Luísa de Valadares. Foi o filho de ambos, João Manuel de Meneses, casado com Maria Rosa da Câmara, que recebeu o legado, e que o transmitiu a sua filha Luísa Teresa da Câmara Meneses, casada com Diogo Pereira Forjaz Coutinho, pai de Miguel Pereira Forjaz e da viscondessa de Vila Nova de Souto del Rei (por casamento), a qual herdou os bens por morte sem descendentes do seu único irmão.

Árvore Genealógica 2
Subsistema Ribeiro

III - SUBSISTEMA MAGALHÃES (flor. 1363-1605)

São vários os autores[425] que, baseados nas genealogias de Felgueiras Gaio, D. António de Lima[426], nas Inquirições de 1288[427] e no *Livro de Linhagens do século XVI*[428], têm publicado estudos sobre a família Magalhães, a sua origem e os seus elementos. Sustentados em diferente bibliografia, os resultados são, naturalmente, discordantes – se Villas-Boas, apoiado em Felgueiras Gaio, atribui a origem dos Magalhães em Portugal à chegada, em 1245[429], de Afonso Vaz, cavaleiro bolonhês, companheiro de D. Afonso, conde de Bolonha, já Abranches de Soveral sugere, com base nas *Inquirições*, que a mais antiga referência a um Magalhães se refere a Rui Fernandes de Magalhães, "senhor da honra da quintã da Torre de S. Martinho de Magalhães (hoje a freguesia de Paço Vedro de Magalhães, no concelho de Ponte da Barca) e do couto de Fontarcada (Póvoa de Lanhoso)[430]".

Segundo uma árvore genealógica manuscrita existente no ALB[431], realizada posteriormente a 1705, data de nascimento de João Manuel de Meneses, que a terá encomendado para registar a sua ascendência relativamente à família Magalhães, a linhagem grafada é a mesma seguida por Felgueiras Gaio no *Nobiliário*, o que poderá significar duas hipóteses: que a linha sucessória apresentada por Felgueiras Gaio está correta ou que a árvore em questão foi elaborada segundo a mesma fonte.

Sem querer entrar em mais considerações acerca da origem da família em Portugal e nas terras da Nóbrega[432], que não é o objetivo deste trabalho e apoiando-nos

---

[425] Nomeadamente VILLAS-BOAS, Manuel – *Os Magalhães. Sete séculos de aventura*. Lisboa: Ed. Estampa, 1998 e SOVERAL, Manuel Abranches de – *Ensaio sobre as origens dos Magalhães*. [em linha] [Consult. em 20 jul. 2019] Disponível em: <http://www.soveral.info/mas/Magalhaes.htm>. Num registo diferente, com gerações mais tardias, sobre a fundação e provedoria da Misericórdia de Ponte da Barca e apoiada em documentação da referida Misericórdia veja-se o trabalho de PEREIRA, Maria das Dores de Sousa – *Entre ricos e pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*. Ponte da Barca: Santa Casa da Misericórdia, 2008.

[426] ANTT, *Genealogias Manuscritas*, 21-F-08 - *Genealogia de D. António de Lima*.

[427] *Portugaliae Monumenta Historica a saecvlo octavo post christvm vsqve ad qvintvmdecimvm ivssv academiae scientiarvm olisiponesis*, vol. 4 – *Inquisitiones: inquirições gerais de D. Dinis 1288: sentenças de 1290 e execuções de 1291*. introd., leitura e índices José Augusto de Sotto Mayor Pizarro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Academia das Ciências de Lisboa, 2012.

[428] *Livro de Linhagens do século XVI*. introd. pelo académico correspondente António Machado de Faria, Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956.

[429] VILLAS-BOAS, Manuel – *Os Magalhães. Sete séculos de aventura*, p. 25; GAIO, *Nobiliário*, t. XIX, p. 161.

[430] SOVERAL, Manuel Abranches de – *Ensaio sobre as origens dos Magalhães*. [em linha] [Consult. em 20 jul. 2019] Disponível em: <http://www.soveral.info/mas/Magalhaes.htm>.

[431] BNP, ALB, *Roma*, cx. 76, cap. 1, doc. n. n..

[432] A terra da Nóbrega ocupa a zona entre Ponte da Barca e a fronteira do Lindoso, sendo delimitada a Norte pelo rio Lima, a oeste pela terra de Penela, a sul pelas terras de Regalados e do Bouro e a este pela

nos documentos que nos chegaram da mesma, podemos afirmar que o primeiro elemento do qual registamos documentação no ALB é Afonso Rodrigues de Magalhães, senhor do castelo da Nóbrega, outorgado por D. Fernando no ano de 1367[433], que lhe concedeu também Vila Chã e Larim no ano de 1372 pela sua participação (com duas lanças) no contexto de guerras fernandinas com Castela[434]. Do seu casamento com Teresa Freire de Andrade, filha bastarda do Mestre da Ordem de Cristo, Nuno Freire de Andrade Sotomaior[435], sugerido pelos autores acima referidos, não temos qualquer indicação no ALB. O único documento que dele encontrámos, datado de 1363, informa-nos que era casado com Maria Fernandes, filha de Martim Esteves e Catarina Ferreira[436].

O que é certo é que teve pelo menos dois filhos: Gil Afonso de Magalhães e Inês Afonso[437]. Os documentos existentes no ALB permitem-nos seguir a linha do primogénito, Gil Afonso de Magalhães, a quem D. João I confirmou os bens que haviam sido de seu pai, tendo-lhe concedido ainda o couto de Fonte Arcada[438] e a terra de Lindoso, decorria o ano de 1387[439]. Casou, mais ou menos por essa data, com Inês Vasques[440], aia da rainha D. Filipa de Lencastre[441], a qual adquiriu o couto do Souto de Rebordões em 1389 pelo montante de cinquenta libras[442].

Galiza. Área muito montanhosa, incluía grande parte da Serra Amarela, cujos contrafortes se estendem quase até à região onde hoje se situa Ponte da Barca. No final do reinado de D. Afonso Henriques, surgiu na região Ourigo Ourigues, a quem o rei doou dois casais por ter construído o castelo da Nóbrega. O seu filho, Pedro Ourigues acompanhou o príncipe D. Afonso no seu exílio em Bolonha, esteve ao seu lado no tratado de Paris e ajudou-o nos primeiros anos de luta pela posse do reino português, durante a guerra civil com D. Sancho II. A família perdeu o poder político na região e abandonou a mesma durante o século XIII, para se instalar no Alentejo, mais precisamente em Portel, já na geração do neto de Ourigo Ourigues, João Peres de Aboim. ABREU, João Gomes de – "Terra da Nóbrega (notas históricas)". *O Instituto*. 57 (1910), p. 375-376; COELHO, Maria Helena da Cruz – "A terra e os homens da Nóbrega no século XIII". *Homens, espaços e poderes. Séculos XI-XVI.* I – *Notas do viver social*, Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 170-198; MATTOSO, José – *Ricos-homens, infanções e cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. 2.ª ed. Lisboa: Guimarães, 1985, p. 222-223.

433 ANTT, *Chanc. D. Fernando*, liv. 1, fl. 7.

434 ANTT, *Chanc. D. Fernando*, liv. 1, fl. 111.

435 Nomeado por D. Pedro I em 1357 como Mestre da Ordem de Cristo. Sobre a personagem ver SILVA, João Pedro Morgado da – *A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Nuno Rodrigues Freire de Andrade (1357-1372)*. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010.

436 BNP, ALB, *Roma*, cx. 99, n.º 150, cap. 2, cota antiga: M 99 N 19; cx. 59, fl. 145-146 (cópia).

437 BNP, ALB, *Roma*, cx. 114 I, n.º, 187, cap. 3, cota antiga: M 114 N 45.

438 Carta de confirmação do couto de Fonte Arcada de 9 de junho de 1387. *Chancelarias portuguesas*. *D. João I*. org. João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2005, vol. II, t. 1, doc. 286, p. 162.

439 Carta de doação da terra de Lindoso de 16 de maio de 1387. *Chancelarias portuguesas*. *D. João I*, vol. II, t. 1, doc. 3, p. 13.

440 Algumas genealogias afirmam que Inês Vasques era filha do escudeiro Álvaro Gil de Urró. No entanto é precisamente a este senhor que Inês Vasques compra o Souto de Rebordões em 1389. *Chancelarias portuguesas*. *D. Duarte*. org. João José Alves Dias. vol. I, t. 2 – (*1435-1438*). Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 1998, doc. 630, p. 59-60; doc. 1124, p. 346-347.

Do casamento com Inês Vasques nasceram pelo menos três filhos: Afonso, João e Fernão. O primogénito, Afonso de Magalhães, herdou os senhorios dos pais, e em 1454 fez doação ao seu irmão João de Magalhães I do Souto de Rebordões[443]. Tendo falecido Afonso de Magalhães, sem sucessão[444], a sucessão dos restantes bens recaiu sobre João de Magalhães I, fidalgo da casa do Duque de Bragança[445], o qual recebeu de D. Afonso V a confirmação da terra da Nóbrega em 1458[446].

Com efeito, a jurisdição da terra da Nóbrega e alcaidaria do seu castelo e o Souto de Rebordões constituíram o núcleo de poder que os varões primogénitos transmitiram ao longo de várias gerações (João de Magalhães I, Gil de Magalhães, João de Magalhães II, Manuel de Magalhães e António de Magalhães de Meneses) que lhes permitiu afirmar e consolidar o poder político, militar, jurisdicional e económico da família nesta zona do país.

Para isso contribuíram não só as ligações clientelares com a casa de Bragança, da qual alguns elementos da família eram escudeiros e fidalgos[447] ou com a casa de Viseu[448], mas também as alianças matrimoniais que foram estabelecendo com famílias do mesmo nível económico e social – João de Magalhães I casou com Isabel de Sousa, neta de Lopo Dias de Sousa, mestre da Ordem de Cristo[449]; Gil de Magalhães, casou duas vezes, ambas com senhoras de famílias nobres: Maria de Meneses, filha de Rui Gomes da Silva, alcaide de Campo Maior e Isabel de Meneses, filha de Gonçalo Nunes Barreto, alcaide mor de Faro e senhor de Quarteira e de Isabel Pereira, filha do governador da casa do Infante D. João[450]; João de Magalhães II com Leonor da Silva,

---

[441] ANTT, *Além Douro*, liv. 4, fl. 19; ANTT, *Chanc. D. Afonso V*, liv. 10, fl. 28v-29; BNP, ALB, *Enc*., cx. 11A, cap. 3, cota antiga: M 104 N 6, fl. 2.

[442] BNP, ALB, *Enc*., cx. 11A, cap. 3, cota antiga: M 104 N 6, fl. 2; *Chancelarias portuguesas*. *D. Duarte*, vol. I, t. 2, doc. 1124, p. 346-347; ANTT, *Chanc. D. Afonso V*, liv. 10, fl. 28v-29.

[443] BNP, ALB, *Enc*., cx. 11A, n.º 3, cap. 3, cota antiga: M 104 N 6.

[444] BNP, ALB, *Enc*., cx. 11A, n.º 3, cap. 3, cota antiga: M 104 N 6.

[445] ANTT, Leitura Nova, *Além Douro*, liv. 4, fl. 19.

[446] ANTT, *Além Douro*, liv. 1, fl. 244v-245; DUARTE, Luís Miguel – "Leonel de Lima: o bando e o barco". *Revista Portuguesa de História*, XXXI, v. I (1996), p. 383; MORENO, Humberto Baquero – *A batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico.* vol. II, Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1980, p. 1049, nota 2.

[447] Como por exemplo João de Magalhães. ANTT, *Além Douro*, liv. 4, fl. 19.

[448] Como foi o caso de Gil de Magalhães. ANTT, *Além Douro*, liv. 4, fl. 3.

[449] Veja-se SILVA, Isabel Morgado de Sousa e – "A Ordem de Cristo durante o mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417)". In *Militarium Ordinum Analecta*. vol. 1 – *As Ordens Militares no Reinado de D. João I*. Porto: Cepese, 1997, p. 9-126.

[450] GÓIS, Damião de – *Livro de linhagens de Portugal*, p. 177. Sobre Gonçalo Nunes Barreto veja-se SANTA, Nuno Vila – "Do Algarve ao Império e à titulação: estratégias de nobilitação na Casa dos Barretos da Quarteira (1383-1599)". *Revista Maracanan*. 19 (julho-dezembro de 2018), p. 12-35. [em linha] [Consult. em 20 jul. 2019] Disponível em: < https://run.unl.pt/bitstream/10362/42885/1/33247_120473_1_PB.pdf>.

filha de Fernão de Castro, alcaide mor de Melgaço; Manuel de Magalhães com Margarida da Silva, filha de Leonel de Abreu, quinto senhor de Regalados e alcaide mor da Lapela; António de Magalhães de Meneses com Isabel de Meneses, sua prima. Os casamentos endogâmicos foram, como em tantas outras famílias da nobreza portuguesa, uma prática nesta família. Deles são exemplo este último casal a que nos referimos, mas também entre Constança e Francisco de Magalhães, João e Inês de Magalhães, como veremos adiante.

Até 1561 a posse da terra da Nóbrega e Souto de Rebordões constituíram os bens prestigiantes e transmissíveis ao primogénito da linhagem, mas a partir desse ano, data de instituição de uma capela na igreja de S. João de Ponte da Barca[451] por Manuel de Magalhães e Margarida da Silva, esse paradigma alterou-se, com a introdução de um novo elemento e modelo de transmissão de património – o modelo de sucessão vincular. Com efeito, após 1561, começam a surgir na família novas regras de sucessão no património familiar. Se até então o bom serviço régio era garantia da confirmação dos bens da coroa, a gestão e transmissão da administração do património vinculado obedecia a outras regras – aquelas que haviam sido impostas pelos instituidores. E bastava que uma delas não fosse cumprida para que alguém fosse afastado da administração do vínculo, como aconteceu com António Magalhães de Meneses. Com efeito, a administração da capela não foi entregue ao primogénito como seria de esperar, mas sim a um filho segundo – Matias da Silva – que o transmitirá, por falta de sucessão legítima[452], a um sobrinho da sua cunhada Isabel de Meneses – Bento da Silva Meneses[453]. Em 1665 era efetivamente um sobrinho deste, Manuel da Silva Meneses, abade de Santo André de Guilhadeses, quem administrava os bens da capela, mas num outro documento refere-se que Constantino de Meneses, filho de António de Magalhães, "tomou conta do casco da capella de que não foi excluído"[454], indicação de que os bens da capela foram "desanexados" da capela "física", se assim o podemos dizer. Não podendo ser administrador da capela dos pais, António e Isabel fundaram, por sua vez, em 1576, uma capela da invocação da Madre de Deus, na Quinta da Boavista[455].

Pela análise da documentação leva-nos a concluir que a implementação do modelo de sucessão vincular sofreu alguns revezes nesta linhagem. Para além deste

---

[451] BNP, ALB, *Roma*, cx. 81, n.º 92, cap. 1, doc. n. n..
[452] Segundo GAIO – *Nobiliário*, t. XIX, p. 163 e 179, Matias da Silva, escolar, teve apenas filhos ilegítimos.
[453] BNP, ALB, *Roma*, cx. 81, n.º 92, cap. 1, doc. n. n..
[454] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 19, doc. 27.
[455] BNP, ALB, *Roma*, cx. 91A, n.º 122, cap. 1, cota antiga: M 38 N 57.

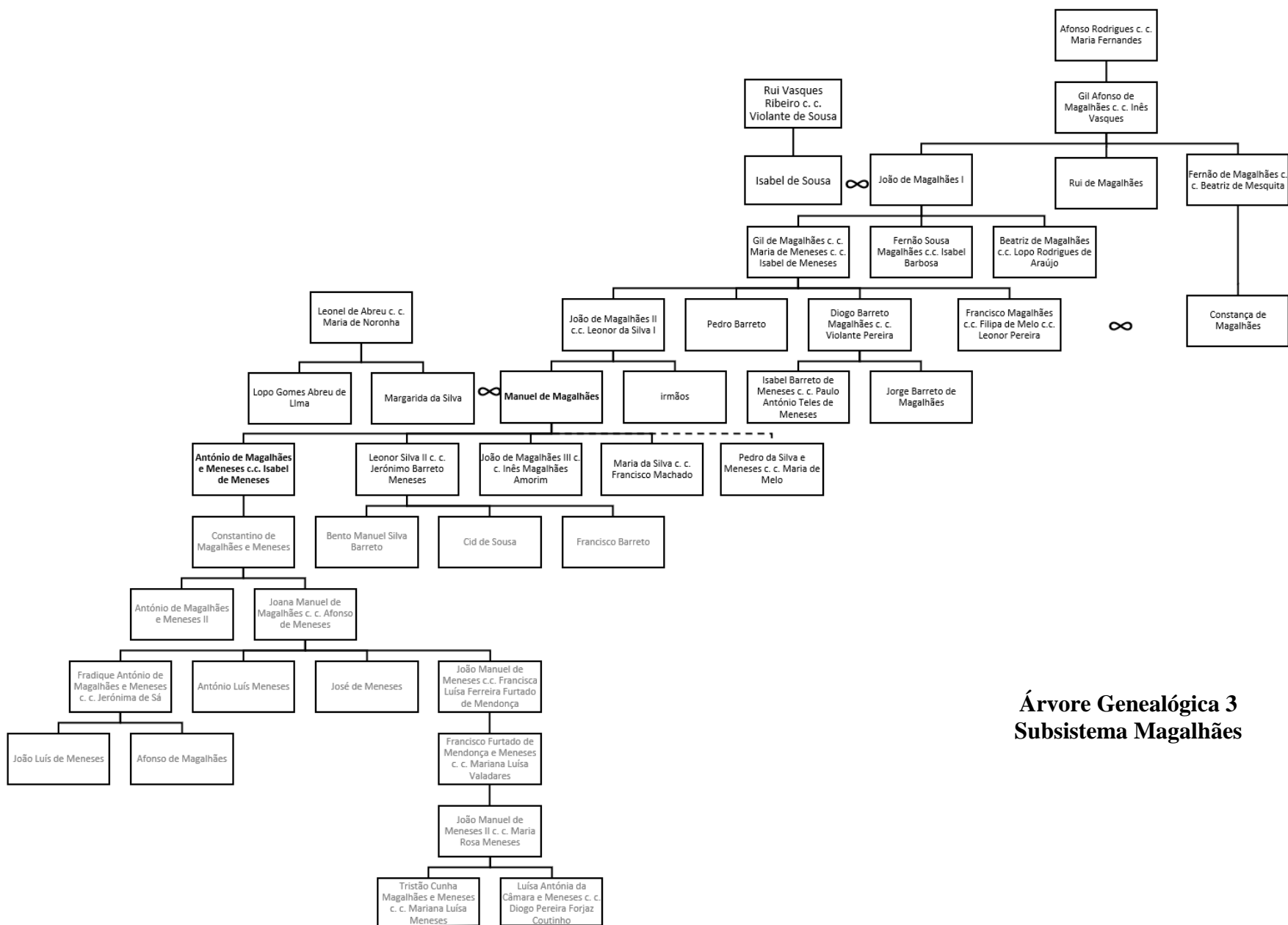
atropelo inicial, as gerações seguintes foram também marcadas por quebras de varonia e primogenitura. Constantino de Magalhães de Meneses[456], filho de António de Magalhães casou com Isabel de Aragão, mas o seu primogénito, António de Magalhães e Meneses, faleceu, cerca de 1670, sem descendência, tendo os bens sido transmitidos à irmã Joana Manuel de Magalhães[457]. Esta casou com Afonso de Meneses, mestre sala do rei D. João IV[458], filho de Fradique de Meneses e Isabel Henriques[459].

A linhagem dos Magalhães, agora associada à dos Meneses, prosseguiu com os filhos do casal Joana e Afonso: Fradique António de Magalhães e Meneses, casado com Jerónima Barreto Corte Real, filha de Fernão Nunes Barreto, morgado de Freiriz[460] e João Manuel de Meneses. Dos vários filhos do primeiro casal nenhum teve descendência[461], pelo que coube o seguimento da linhagem ao irmão de Fradique – João Manuel de Meneses e ao seu casamento com Francisca Luísa Ferreira de Mendonça, filha de Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, morgado de Argemil, e de Maria de Mendonça Antas, filha de Gaspar dos Reis Dantas, também instituidor de vínculo. Este casamento fez com que entrasse na família Magalhães de Meneses os morgadios (e os documentos) de Argemil, Fajozes, Canidelo e Freiria. O filho deste casal, Francisco Furtado de Mendonça e Meneses casou com Mariana Luísa de Valadares, filha de João de Valadares Carneiro[462], acrescentando aos morgadios que já detinha os morgadios dos Valadares, Machucho e Carneiro. Dos filhos deste último casal, foi o secundogénito (por morte de Francisco António de Meneses) João Manuel de Meneses quem herdou os morgadios detidos pela família. Nascido em Ponte de Lima, em 1705[463], local onde, desde pelo menos do tempo do seu avô, a família se veio a instalar no "arrabalde além da ponte", casou com Maria Rosa de Meneses, filha do almotacé mor do reino, João Gonçalves da Câmara Coutinho e de Luísa de Meneses, dama do paço. Dos filhos do casal, foi a primogénita Mariana Luísa da Trindade e Meneses quem herdou o património da casa. Nascida em 1727, foi apenas aos 30 anos que casou com Tristão da

---

[456] Viu os bens da coroa confirmados em 1591 e em 1626. BNP, ALB, *Enc*., cx. 11A, cap. 3, cota antiga: M 104 N 6.
[457] BNP, ALB, *Enc*., cx. 11A, cap. 3, cota antiga: M 104 N 6.
[458] BNP, ALB, *Enc*., cx. 11A, cap. 3, cota antiga: M 104 N 6. Foi ainda capitão mor de Monção. GAIO – *Título de Souzas*, 1941, p. 27.
[459] Filha de Fernão Nunes Barreto, pertencente ao subsubsistema de informação Ferraz, como veremos adiante. BNP, ALB, *Roma*, cx. 76, cap. 1, doc. n. n..
[460] Ver vol. II, Anexo 1: **VI – SUBSISTEMA BARRETO**.
[461] Afonso de Magalhães e Meneses, falecido antes de 1740 e João Luís de Meneses, que nessa mesma data requereu a D. João V que lhe fizesse mercê da Nóbrega e Souto de Rebordões e dos padroados e tenças. ANTT, *Chanc. D. João V*, liv. 9, fl. 240v.
[462] Ver vol. II, Anexo 1: **I – SUBSISTEMA VALADARES**.
[463] BNP, ALB, *Roma*, cx. 76, cap. 1, doc. n. n..

Cunha de Mendonça e Meneses, filho do vedor da casa da rainha D. Mariana de Áustria, Carlos José Bento de Meneses, também ele senhor de vários morgadios[464]. Por questões de partilhas, à morte do avô João Manuel de Meneses, ocorrida em 1769[465], e do tio deste, João Luís de Meneses[466], gerou-se uma questão sucessória entre as irmãs Mariana Luísa e Luísa Antónia de Magalhães e Meneses, casada com Diogo Pereira Forjaz Coutinho Barreto de Sá e Resende, governador da Madeira entre 1781 e 1798[467]. A questão apenas se veio a resolver entre os filhos de ambos, os primos João Manuel de Meneses e Miguel Pereira Forjaz Coutinho, e encerrar-se pela morte do primeiro, sem sucessão, em 1819[468]. Miguel Pereira Forjaz, filho de Diogo Forjaz, foi o herdeiro do primo, mas devido ao seu falecimento ocorrido em 1827, sem descendência, todo o património e documentos foram herdados pela irmã, Maria Joana do Monte Forjaz Câmara Coutinho, casada com o terceiro Visconde de Vila Nova de Souto del Rei.

[464] Segundo GAIO, *Nobiliário*, *Título de Souzas*, p. 29, era morgado da Patameira e Caparica.
[465] BNP, ALB, *Roma*, cx. 113 A, cap. 1, doc. n. n..
[466] O testamento de João Luís de Meneses data de 2 de julho de 1764. BNP, ALB, *Roma*, cx. 113A, cap. 1, doc. n. n..
[467] BNP, ALB, *Roma*, cx. 81A, n.º 91, cap. 1, cota antiga: D 1 M 12 N 113.
[468] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 54B, cap. 2, doc. n. n..

Árvore Genealógica 3
Subsistema Magalhães

IV - SUBSISTEMA CARVALHO (flor. 1454-1615)

Considerámos a família Carvalho a partir do casamento de Lopo Sanches de Sotomaior, mercador, com origens na Galiza[469], com Leonor Afonso de Carvalho, sobrinha de Vasco Lourenço, também ele mercador e instituidor de um vínculo em Guimarães, onde residia. Para a sua administração nomeou uma sua criada, tendo o seu sobrinho neto, Diogo Lopes de Carvalho, reclamado a administração da capela em 1499.

Diogo Lopes de Carvalho desempenhou diversos cargos da corte, tendo sido desembargador do Paço nos reinados de D. Manuel e D. João III. Teve um filho, falecido em 1521, pelo que a administração dos morgadios de Abadim e Negrelos, assim como o padroado das suas igrejas, comprado a Bartolomeu Machado[470], e ainda os morgadios que havia herdado de seu tio avô materno, Vasco Lourenço, passaram para o seu sobrinho Gaspar de Carvalho, filho de sua irmã Beatriz Lopes de Carvalho e de Gonçalo Dias de Abreu.

Gaspar de Carvalho foi conselheiro régio e chanceler mor de D. João III. Do casamento com Maria de Aguiar, filha do Dr. Rui Gomes, teve vários filhos, entre os quais o primogénito António Lopes de Carvalho, casado com Melícia de Novais, que sucedeu ao seu pai na administração dos morgadios, mas faleceu sem ter deixado descendência, pelo que foi o seu irmão mais novo, Luís Lopes de Carvalho[471] quem garantiu a sucessão nos mesmos. Este foi desembargador e chanceler da Casa da Suplicação, para além de fidalgo da Casa Real. Casou com Mécia de Eça, filha de Jerónimo de Eça e Isabel de Brito[472], da qual teve cinco filhos: Gaspar de Carvalho; Afonso de Carvalho; Diogo Lopes de Carvalho II; Isabel de Eça e Mariana de Eça.

---

[469] GAIO (*Nobiliário*, t. IX, p. 100) refere que "por crimes que teve no seu Reino se refugiou em Portugal, e fez seu assento na vila de Guimarães onde morou na Rua de S. Maria numas casas com seu quintal que se fizeram quando se fundou o Convento de S. Clara daquela vila foreiras a Colegiada daquela vila".

[470] Segundo GAIO (*Nobiliário*, t. IX, p. 100) o padroado das igrejas de Abadim e Negrelos tinham sido de João Leite Pereira, senhor da Quinta de Santo Antoninho, o qual o tinha vendido a Bartolomeu Machado, que depois as vendeu a Diogo Lopes. Com efeito, Diogo Lopes de Carvalho adquiriu a quinta de Abadim, assim como o couto, por 200.000 reais, em 1515, com a jurisdição cível e crime. BNP, ALB, *Enc*., cx. 54B, cap. 4, cota antiga: 47. Em Negrelos Diogo Lopes de Carvalho só tinha a jurisdição cível. BNP, ALB, *Enc*., cx. 48B, n.º 95, cap. 2, cota antiga: 452.

[471] GAIO (*Nobiliário*, t. IX, p. 101) afirma que Gaspar de Carvalho terá contraído um segundo matrimónio com Ana de Fontes, de origem genovesa. Ver também ESPERANÇA, Manuel da, Frei – *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal. Segunda parte que conta os seus progressos no Estado de tres Custodias…*. Lisboa: na officina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1666, livro 7, cap. 12, p. 126.

[472] GAIO (*Nobiliário*, t. IX, p. 101) indica que D. Maria Madureira (ttº de Eças § 14 N 6) seria a esposa de Jerónimo de Eça.

Foi Diogo Lopes de Carvalho II, fidalgo da casa real, quem continuou a titularidade de morgado de Abadim e Negrelos. Casou com Ana de Castro, filha de Lopo Vaz de Camões, senhor do morgadio da Camoeira de Évora, e de Maria da Fonseca, da qual teve filhos, entre os quais o primogénito Luís Lopes de Carvalho. Diogo Lopes de Carvalho II casou uma segunda vez com Antónia de Faria, filha de António de Faria e de Leonor Velho Barreto.

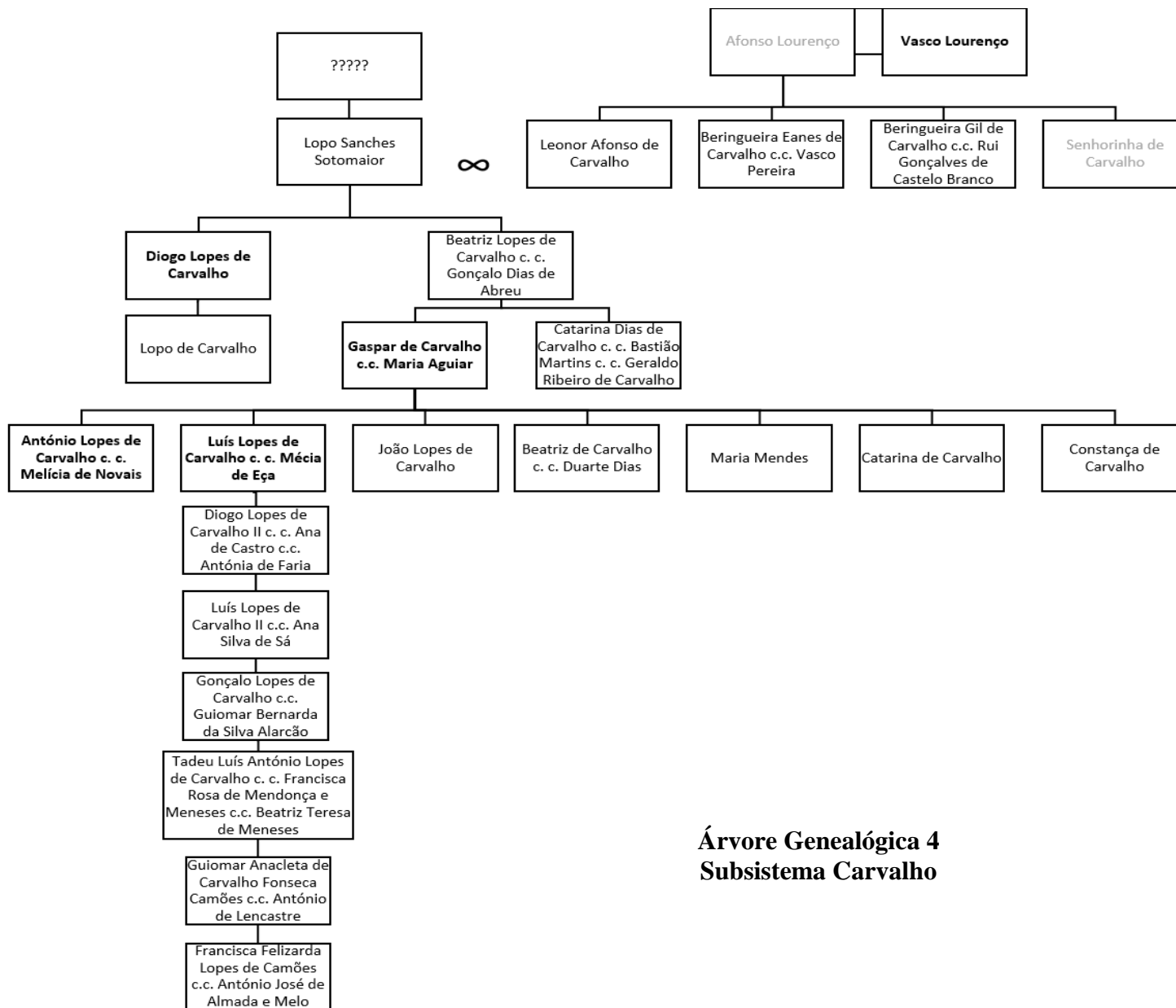
Foi uma vez mais o primogénito Luís Lopes de Carvalho que continuou a linha morganática dos Carvalho (e agora também dos Camões) tendo casado com Ana da Silva, filha de Fernão Rebelo de Almeida e Guiomar da Silva. Foram pais de Gonçalo Lopes de Carvalho casado com Guiomar Bernarda da Silva Alarcão.

Foi o filho deste casal, Tadeu Luís António Lopes de Carvalho[473], quem sucedeu na administração dos morgadios dos Carvalho e Camões, tendo casado duas vezes, a primeira com Francisca Rosa de Mendonça e Meneses e mais tarde com Beatriz Teresa de Meneses. Do primeiro casamento nasceu Guiomar Anacleta de Carvalho Fonseca Camões, a qual casou com António de Lencastre, nomeado governador de Angola em 1762. O casal teve dois filhos, sendo que foi a filha, Francisca Felizarda Lopes de Carvalho e Camões, que herdou os morgadios dos Carvalhos e de Camões e os levou em dote para casar com António José de Almada e Melo, segundo Visconde de Vila Nova de Souto del Rei.

Com ligações estreitas à coroa portuguesa, foram vários os elementos e gerações da família Carvalho a desempenhar funções de clara confiança régia – desembargadores do paço, chanceleres, membro do juízo de capelas – a partir de finais do século XV. O primeiro a desempenhar as funções na corte foi Diogo Lopes de Carvalho, procedente de uma família de mercadores vimaranenses, que se uniu por via matrimonial à família Carvalho, esta com forte ligação à casa de Bragança, tendo inclusive uma tia que tinha sido colaça do próprio duque. As gerações seguintes mantiveram a sua presença na corte: os sobrinhos Gaspar de Carvalho e os descendentes deste, António Lopes de Carvalho e o seu irmão Luís Lopes de Carvalho, todos foram desembargadores do paço. As ligações familiares que construíram apontam para um claro processo de ascensão social, pois foram consumadas dentro do mesmo quadro social em que se movimentavam: Maria de Aguiar, filha de um desembargador da casa da Suplicação;

---

[473] Académico da Academia Real da História, a ele se deve a construção, do século XVIII, do Palácio de Vila Flor, em Guimarães, vendido em 1812 pelo segundo Visconde de Vila Nova de Souto del Rei a uma sua prima. MILHEIRO, Maria Manuela – "O palácio e a quinta de Vila Flor". *Patrimonia. Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural*. 1 (1996), p. 37-42.

Melícia de Novais Carneiro, ligada à família dos Carneiro do Porto; vários escudeiros da casa do Duque de Bragança, com quem tinham relações desde pelo menos 1477 ou a fidalgos da casa real. Também os cargos exercidos pelas três gerações de desembargadores lhes permitiram consolidar essa ascensão e poder económico assim como gerir a propriedade e os vínculos associados, de que podemos encontrar instrumentos de gestão no ALB, como veremos no capítulo IV.

Árvore Genealógica 4
Subsistema Carvalho

V - SUBSISTEMA CUNHA (flor. 1402-1638)

Antes de apresentarmos a história da família, enunciamos algumas notas prévias no que diz respeito à designação deste subsistema de informação, para o qual considerámos várias hipóteses. A primeira – Vaz ou Vasques – ligada ao apelido do instituidor do morgadio, que não teve descendência direta e cujo nome familiar se perdeu; a segunda – Araújo – tinha por base o nome do primeiro administrador do morgadio, mas também a nível onomástico não teve continuidade; por fim, a terceira – Cunha – baseada no apelido do segundo administrador, neto do primeiro administrador. Foi este último apelido o que se manteve por mais tempo na família, tendo chegado ao século XIX, e que pensámos ser o mais adequado para nomear o subsistema de informação.

Consideramos o início do subsistema de informação Cunha em 1402, data de um aforamento enfateusim feito por Rui Gomes e sua mulher Inês Lourenço[474], avós de Pedro Vasques[475] e o final do mesmo em 1630, data de falecimento de Ana da Cunha.

O instituidor do morgadio foi Pedro Vaz, escudeiro, também conhecido por Pedro/Pero Vaz da Praça, casado em primeiras núpcias com Margarida Vaz e em segundas núpcias com Germaneza Pereira. De ambas não teve qualquer geração. Por esse motivo, Pedro Vaz nomeou o seu sobrinho, Paio Rodrigues de Araújo, como administrador da capela que instituiu em maio de 1500 na igreja de Santa Maria de Monção, local onde já se encontrava sepultado o seu pai, Vasco Gomes.

Paio Rodrigues de Araújo casou com Isabel Eanes, da qual teve vários filhos. Uma delas, Constança Soares, casou com Pedro da Cunha. Paio Rodrigues de Araújo nomeou no seu testamento Jorge da Cunha, seu neto, filho de Constança Soares, como seu sucessor na administração do morgadio que herdara do tio. Jorge da Cunha, desembargador da Casa da Suplicação, juiz dos feitos, teve uma irmã, Beatriz da Cunha, casada com André Velho de Azevedo I e foram os pais de Álvaro de Azevedo Barreto, que contrairá matrimónio com Ana de Brito, de quem teve cerca de oito filhos, sendo o primogénito André Velho de Azevedo II. Por seu lado, Jorge da Cunha casou duas vezes, a primeira com Ana Pereira e a segunda com Ana Carvalho. Teve uma filha do primeiro casamento – Ana da Cunha – que foi nomeada pelo seu pai como

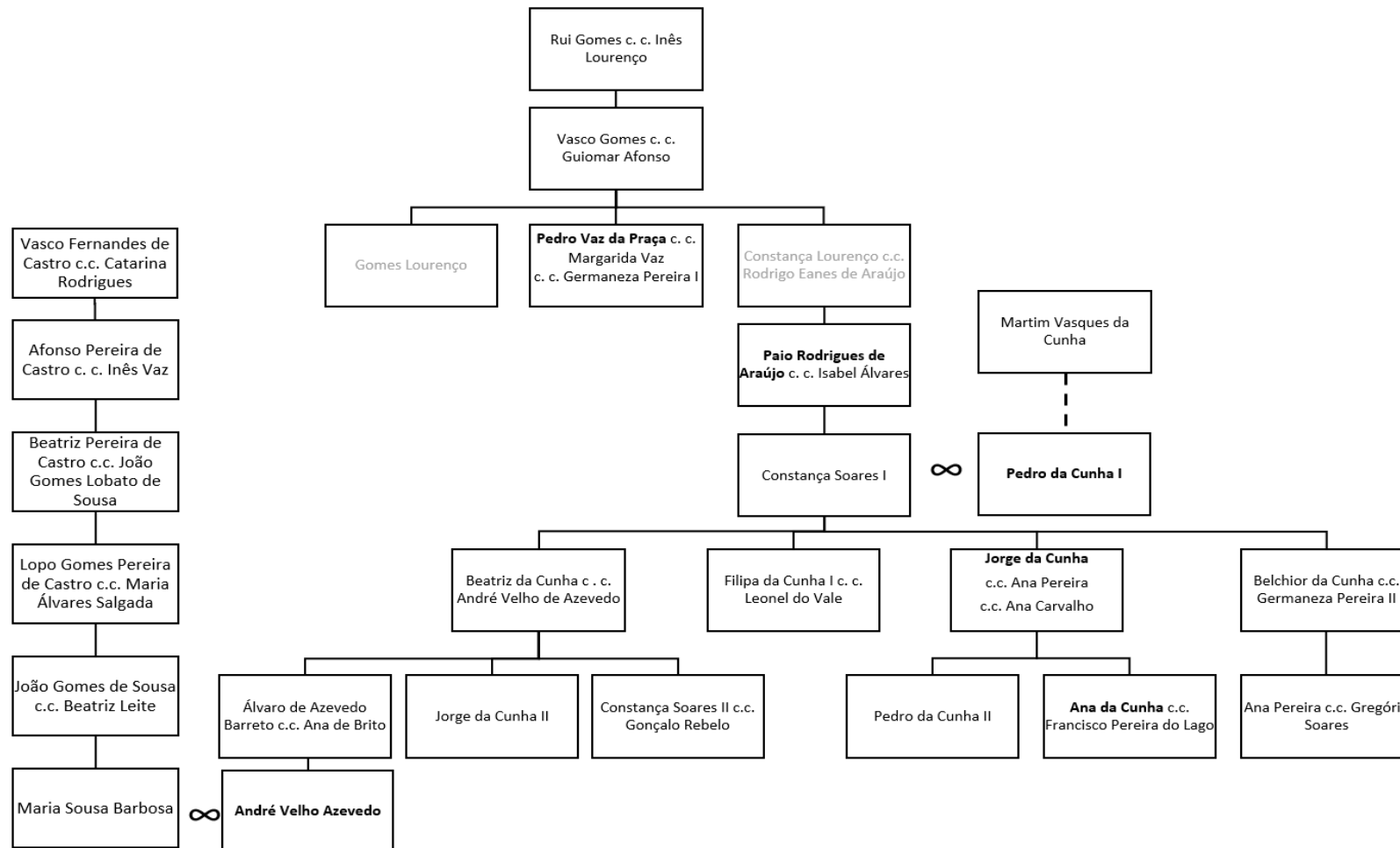
---

[474] Feito a Estevão Domingues, tabelião e sua mulher Domingas Lourenço de um talho de herdade no arrabalde de Monção e outro na herdade do Salgueiral de Agrelo. 30 de outubro de 1402 (1440). BNP, ALB, *Enc*., cx. 12, cap. 1, cota antiga: 591.
[475] Pais de Vasco Gomes. BNP, ALB, *Roma*, cx. 67, cota antiga: 610.

administradora do morgadio de Pedro Vaz. Falecida cerca de 1630, Ana da Cunha nomeou o primo André Velho de Azevedo II, o que gerou contestação familiar e levou à instalação de processo judicial. Por consulta do acervo documental desta família concluiu-se, então, que a sucessão no morgadio não era hereditária, mas sim de nomeação, por assim o ter sido determinado pelo instituidor e continuado pelo seu sobrinho, Paio Rodrigues de Araújo.

André Velho de Azevedo II casou com Maria de Sousa Barbosa, da qual teve oito filhos: o primogénito Francisco da Cunha e Silva, Constantino da Cunha Azevedo, Martim Velho Barreto, Alexandre Sousa Azevedo e mais quatro irmãos. Por sua vez, os irmãos Constantino, Martim e Alexandre também eles instituíram morgadio, com obrigatoriedade de uso de nome, o qual foi herdado pela sua sobrinha Maria Josefa Cunha Silva Velho, nascida do casamento do seu irmão mais velho, Francisco da Cunha da Silva, com Engrácia Catarina Barbosa de Lima, a qual recebeu ainda por dote algumas propriedades na zona de Monção.

Maria Josefa Cunha da Silva Velho, herdeira dos dois morgadios – Vaz da Praça e Velho – casou com António José de Almada e Melo e foram os pais do primeiro Visconde de Vila Nova de Souto del Rei, Francisco de Almada e Mendonça.

Árvore Genealógica 5
Subsistema Cunha

VI - SUBSISTEMA BARRETO (flor. 1485-1644)

O subsistema de informação Barreto formou-se pela união da família Barreto com a família Ferraz. Esta última fixou-se no Porto, tendo os primeiros elementos conhecidos sido os irmãos João Ferraz e Vasco Fernandes Ferraz, que foi vereador em 1380 e possivelmente o pai de Afonso Ferraz[476], também ele vereador[477]. No ALB existem documentos de Jorge Ferraz, filho de Afonso Ferraz, cavaleiro da casa do rei, o qual desempenhou vários cargos municipais no Porto entre 1503 e 1504; de Beatriz Ferraz, casada com Afonso Rodrigues Leborão e em segundas núpcias com Diogo Pinto Pereira; de Briolanja Ferraz, abadessa de Santa Clara em 1491. Dos irmãos Ferraz tiveram descendência Jorge Ferraz e Beatriz Ferraz, a qual, pela importância social da família, manteve o nome familiar – Ferraz – que passou aos filhos Maria, Gaspar e Isabel.

A linha que vamos seguir é a que se inicia com o casamento de Isabel Ferraz com Fernão Nunes Barreto, filho de João Nunes do Gafanhão e de Leonor Gomes. O casal era administrador do morgadio de Freiriz, instituído por João Nunes do Gafanhão, e nele fundaram capela no ano de 1532. Tiveram vários filhos, tendo o primogénito, Gaspar Nunes Barreto I, casado por duas vezes – com Isabel Cardoso e com Cecília de Madureira. Do primeiro casamento nasceu o filho a quem deram o nome do avô, Fernão Nunes Barreto II, o qual veio a casar com Maria Henriques, de quem teve, entre outros, Gaspar Nunes Barreto II, casado com Maria Corte Real e Isabel de Meneses, esta por sua vez casada com Fradique de Meneses. São estes dois irmãos quem deram continuidade à linhagem.

O filho primogénito de Gaspar Nunes Barreto II e Maria Corte Real, Fernão Nunes Barreto III, casou com Joana de Sá Miranda e Resende[478], a qual, pelo casamento trouxe diverso património (fundiário e documental) pertencente aos morgados de Resende, instituído por João e Pedro Homem de Resende, de Coimbra[479], assim como aos Sá de Miranda, da mesma região. Fernão Nunes e Joana Resende tiveram duas filhas, a primogénita Jerónima Maria casou com Fradique António Magalhães de

[476] COSTA, Adelaide Millán da – "Entre o sal e o serviço régio: percurso do cidadão portuense Afonso Ferraz (1463-1511)". In BARATA, Maria do Rosário Themudo; KRUS, Luís (dir.) – *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, p. 193-198.
[477] BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista...*, p. 89.
[478] Filha de Sebastião de Sá e Miranda e D. Jerónima Corte Real.
[479] Capela e morgadios instituídos por Pedro Homem de Resende, em 1628, e por seu irmão, João Homem de Resende, em 1640. BNP, ALB, *Enc.*, cx. 27I, liv. h) vol. 1, fl. 1v.

Meneses, seu primo, filho de Joana Manuel de Magalhães e de Afonso de Meneses, mestre sala do rei D. João IV[480] e neto de Fradique de Meneses e Isabel Henriques, acima referidos. Já a segunda filha do casal, Inês Antónia casou com Álvaro Pereira Forjaz, descendente por via bastarda dos Condes da Feira, o qual após o falecimento do último conde, em 1700 sem descendência, teve pretensões ao título.

Retomando o ramo de Fradique António de Meneses e Jerónima de Sá, os filhos Afonso de Magalhães e Meneses, António de Meneses, José de Meneses e João Luís de Meneses[481] não tiveram descendência, pelo que a administração do morgadio de Freiriz foi entregue ao ramo da irmã de Jerónima – Inês Antónia, casada com Álvaro Pereira Forjaz, cerca de 1689, como já acima foi referido. Este casal foi pai de Miguel Pereira Forjaz, que casou com Ângela Joana de Lencastre, sendo pais de Diogo Pereira Forjaz, governador da Madeira entre 1781 e 1798[482]. Este último foi o undécimo administrador do morgadio e casou com Luísa Câmara Meneses, filha de João Manuel de Meneses[483] e de Maria Rosa da Câmara[484].

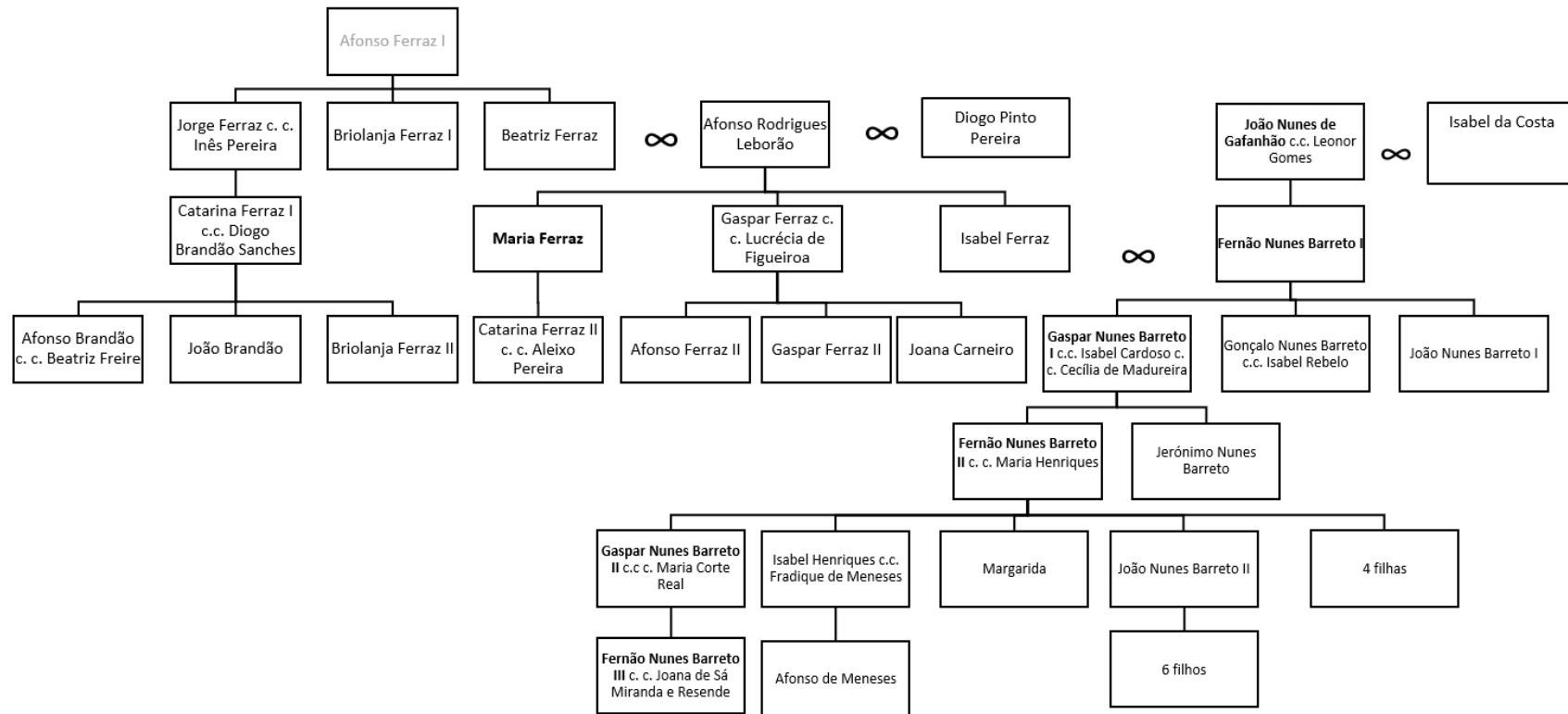
O casal Diogo e Luísa foram pais de Miguel Pereira Forjaz Coutinho, o último morgado de Freiriz, e de Maria Joana do Monte Forjaz Câmara Coutinho, casada com o terceiro Visconde de Vila Nova de Souto del Rei e herdeira do património e documentação do irmão, como já fizemos menção.

Como pudemos constatar, a família foi marcada por dois casamentos endogâmicos: Jerónima de Sá com Fradique António de Meneses, cujos avós eram irmãos; Luísa Câmara Meneses com Diogo Forjaz (ele descendente de Inês Antónia, ela de João Manuel de Meneses), o que se por um lado contribuiu para a manutenção da propriedade na família, por outro deu origem a vários processos por sucessão nos bens familiares, que chegaram a levar várias gerações para serem resolvidos[485]. Marcada ainda e também pela extinção do ramo dos Barreto – a linha de varonia do morgadio de

---

[480] BNP, ALB, *Enc*., cx. 11A, cap. 3, cota antiga: M 104 N 6. Foi ainda capitão mor de Monção. GAIO – *Nobiliário*. *Título de Souzas*, 1941, p. 27.
[481] O testamento de D. João Luís de Meneses data de 2 de julho de 1764. BNP, ALB, *Roma*, cx. 113 A, cap. 1, doc. n. n..
[482] BNP, ALB, *Roma*, cx. 81A, n.º 91, cap. 1, cota antiga: D 1 M 12 N 113.
[483] João Manuel de Meneses, filho secundogénito de Francisco Furtado de Mendonça e Meneses e de Mariana Luísa de Valadares. Ver **III – SUBSISTEMA MAGALHÃES**.
[484] Maria Rosa da Câmara e Meneses, filha do almotacé mor do reino, João Gonçalves da Câmara Coutinho e de Luísa de Meneses, dama do paço. Para além da filha Luísa da Câmara, teve uma outra Mariana Luísa da Trindade e Meneses, casada com Tristão da Cunha de Mendonça e Meneses, filho do vedor da casa da rainha D. Mariana de Áustria, Carlos José Bento de Meneses, também ele senhor de vários morgadios. (Segundo GAIO – *Nobiliário*, *Título de Souzas*, p. 29, era morgado da Patameira e Caparica.).
[485] Veja-se a questão hereditária só resolvida por morte de João Manuel de Meneses em 1819 com o primo Miguel Pereira Forjaz sobre os bens do avô de ambos João Manuel de Meneses.

Freiriz quebrou-se em Fernão Nunes Barreto III pois só teve filhas, tendo Jerónima de Sá assumido a administração do morgadio, transmitindo-a aos filhos que vieram a falecer sem geração: ou porque sendo casados não a tiveram ou porque faleceram ainda solteiros e não a tiveram ou porque seguiram a vida religiosa e não a tiveram. Passou a administração do morgadio, então, para o ramo descendente de Inês Antónia Barreto, irmã de Jerónima, a qual recaiu no seu neto Diogo Forjaz, pelo falecimento de João Luís de Meneses cerca de 1764[486]. Diogo Forjaz foi pai de Miguel Pereira Forjaz e de Maria Joana do Monte Forjaz, casada com o terceiro Visconde de Vila Nova de Souto del Rei, de quem herdou o património e o arquivo, como já referimos anteriormente.

[486] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 5, liv. 1: *Livro da Paráfrase*, fl. 5v.

Árvore Genealógica 6
Subsistema Barreto

Capítulo IV – Uma história social do arquivo: produção, usos documentais e institucionais da informação

Neste quarto capítulo, dedicado à história social do arquivo[487], serão estudadas quer a produção e receção da documentação, quer os usos documentais da informação e como eles contribuíram para a estruturação e consolidação das famílias pré-modernas. A produção/receção documental das famílias e seus elementos foi descrita seguindo a ordem do quadro de classificação apresentado no capítulo anterior, tendo sido elaborados gráficos apenas para aquelas famílias e secções em que a documentação era mais expressivamente quantificável.

Com que objetivos se produziam documentos? Quem os produziu? Como se usavam ou como usavam a informação neles contida? Como os preservavam? Como os recuperavam e lhes acediam? Estavam organizados? Que papel desempenharam os arquivos na formação e consolidação destas famílias?

São estas algumas questões que têm sido levantadas por diversos autores[488] que têm refletido sobre estes temas e para as quais pretendemos contribuir com algumas respostas.

1. Produção da informação, documentalização e usos

1.1. Apresentação por subsistemas

Retomando o esquema de apresentação do quadro de classificação elaborado, principiaremos este capítulo pela análise global da produção documental de cada uma das famílias em estudo, pormenorizando-a de seguida segundo as gerações das linhas principais e dos grupos de aliança (arquivisticamente falando, dos subsistemas, subsubsistemas e subsubsubsistemas). Passamos de seguida às secções dentro de cada

---

[487] Sobre o assunto veja-se a síntese de CHASTANG, Pierre – “Cartulaires, cartularisation et scripturalité médiévale: la structuration d’un nouveau champ de recherche”, cit., p. 21-31 e ainda GAMBERINI, Andrea – “La memoria dei gentiluomini. I cartulari di lignaggio alla fine del medioevo”. *Reti Medievali, Rivista*. IX, 1 (2008), p. 4.

[488] Nomeadamente por LEME, Margarida Maria de Carvalho Ortigão Ramos Paes – *Costas com Dom: Família e Arquivo. Reconstituição e estudo do arquivo desaparecido (século XVI)*; *passim*; NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O Arquivo Gama Lobo Salema*..., *passim*; SOUSA, Maria João d’Orey de Figueiredo Cabral da Câmara Andrade e – *O arquivo da Casa de Belmonte…*, *passim*; COSTA, Adelaide Millán da – “A presença dos nobres em Ponte de Lima (séculos XIV-XVI). Testemunhos do cartório municipal”. In COSTA, Adelaide Millán da; JARA FUENTE, José Antonio (eds.) – *Conflicto político: lucha y cooperación. Ciudad y nobleza en Portugal y Castilla en la Baja Edad Media*. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2016, p. 248.

subsistema e aos subsubsistemas a elas ligados. A produção de registos escritos e a sua arquivagem constituíram uma prática comum ao grupo sendo para tal evidentemente influente a ligação da maioria deles ao funcionalismo, quer do reino – Carvalho, Cunha, Ribeiro – quer da cidade do Porto – Valadares, Barretos, como comprovámos no início do capítulo III.

I - SUBSISTEMA VALADARES (flor. 1480-1653)

A produção documental do sistema Valadares iniciou-se no ano de 1484, data de um auto de posse que Fernão de Valadares tomou de umas casas na rua da Congosta onde vivia João de França e que eram foreiras à albergaria de Roque Amador. As casas fizeram parte do dote que João Eanes Machucho e sua mulher Maria de França entregaram à sua filha Beatriz Eanes Machucho. Mas foi sobretudo a entrada no subsistema de informação dos vários subsubsistemas de informação, tantos quantas as famílias que se associaram com os Valadares – os Carneiro, os Moreira e os Machucho – que fez com que a família Valadares tenha sido uma das principais produtoras de informação presentes no ALB, durante o final do século XV e todos os séculos XVI e XVII.

Pela análise da produção informacional, destacam-se as cartas de quitação – de ocupação de propriedade, urbana ou rústica, mas também de dotes por matrimónio ou pela entrada em instituições religiosas, sobretudo de filhas segundas neste último caso.

Também para a segunda metade do século XVI verificamos o surgimento e aumento de documentação de tipo jurídico, nomeadamente sentenças acerca de posse, demarcação e disputas sobre rendimentos de propriedade, o que gerou, por seu lado, a criação de outras tipologias documentais relacionadas – procurações, justificações, certidões.

Por fim, não menos importante, é a conservação de cerca de doze testamentos pertencentes a diversos produtores do subsistema de informação. Para além de ser o tipo de documento onde os testadores comunicavam aos seus familiares os seus últimos desejos – onde e de que forma queriam ser sepultados –, estipulavam legados aos seus parentes mais próximos e demais criados de sua casa, era também neles que expressavam a vontade no que diz respeito à perpetuação da sua memória e legado. Não por acaso, são todos os documentos fundadores de vínculos, sejam estes designados por morgadios ou capelas, com ou sem obrigatoriedade de apelido. Tratam-se de

documentos que se revelaram fundamentais para o esclarecimento de diversos laços familiares entre as várias famílias/subsistemas de informação presentes no ALB.

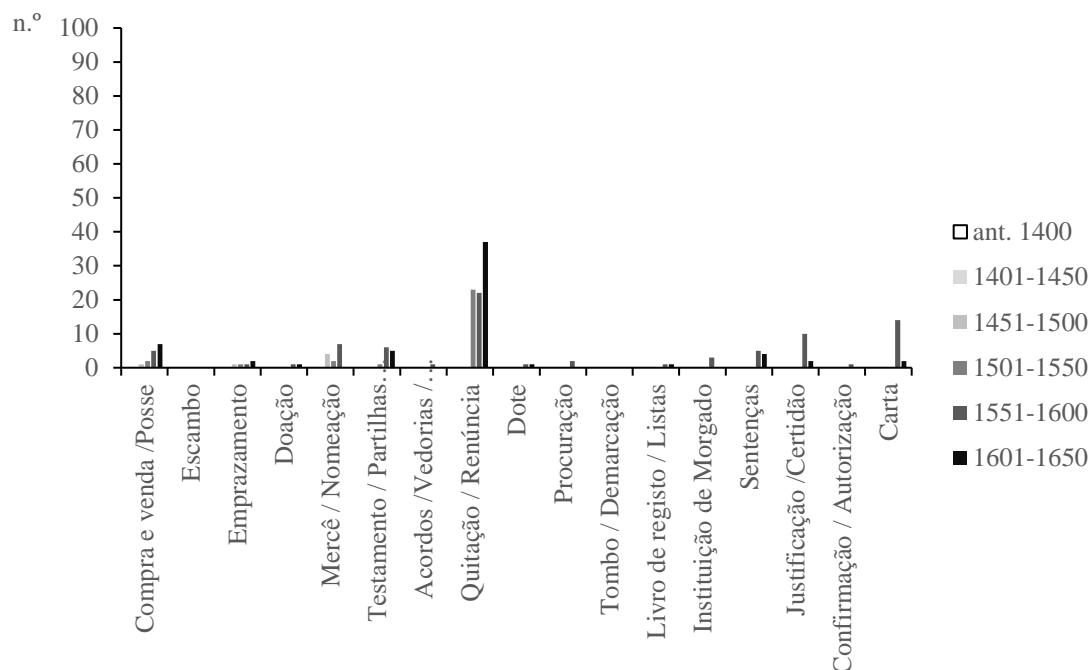



Gráfico 1 - Produção documental do subsistema de informação Valadares (ant. 1400-1650)

SC 01 - VALADARES - FRANÇA

SSC 01.01 - Fernão de Valadares (flor. 1480-1512); Beatriz Eanes de França (flor. 1480-1522)

A produção documental do casal data de finais do século XV e inícios do XVI e é constituída por sete documentos: um auto de posse de umas casas na Rua de Congostas que lhe haviam sido concedidas em dote[489], dois emprazamentos (um deles das referidas casas a João Gomes, borzeguieiro[490]) e quatro cartas de mercê, dadas por D. João II a Fernão de Valadares[491].

[489] BNP, ALB, *Roma*, cx. 83III, cap. 1, doc. 6.
[490] BNP, ALB, *Roma*, cx. 83III, cap. 1, cota antiga: M 55 N 23.
[491] BNP, ALB, *Roma*, cx. 58, fl. 555-558. Ainda possuímos a indicação no índice do códice que haveria a carta de mercê de escrivão dos contos do Porto, de 1486, com a cota antiga: N 5 P 1, que não chegou até nós.

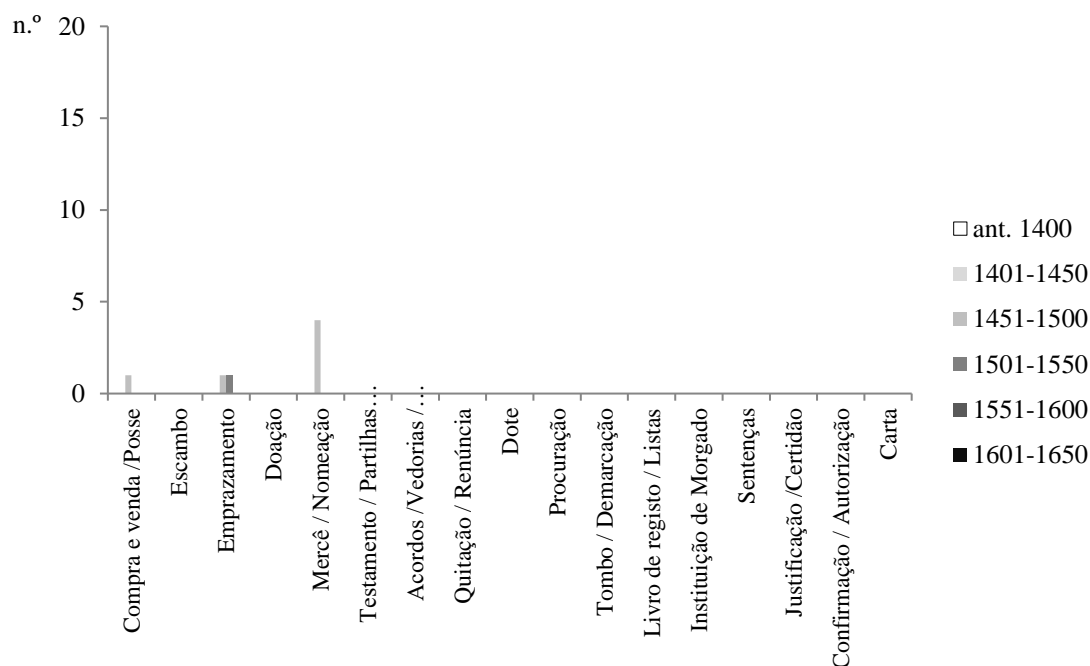



Gráfico 2 - Produção documental de Fernão de Valadares e Beatriz Eanes de França

SC 02 - VALADARES - AZEREDO

SSC 02.01 - João de Valadares (flor. 1511-1542); Ana de Azeredo (flor. 1531-1575)

Da produção documental do casal destacamos a produção e receção de cerca de uma trintena de cartas de quitação, rendas de propriedade urbana na cidade do Porto, nomeadamente as cartas de quitação que João de Valadares e sua mulher receberam do Hospital de Rocamador, entre os anos de 1526 e 1542[492] e não urbana, como os recibos de foros pagos ao Mosteiro de S. Pedro de Rates pela Quinta da Feira, entre os anos de 1525 e o da morte de João de Valadares, em 1542[493].

[492] BNP, ALB, *Roma*, cx. 69, cap. 2, cota antiga: M 25 A N 1.
[493] BNP, ALB, *Roma*, cx. 86A, cap. 2, doc. n. n.

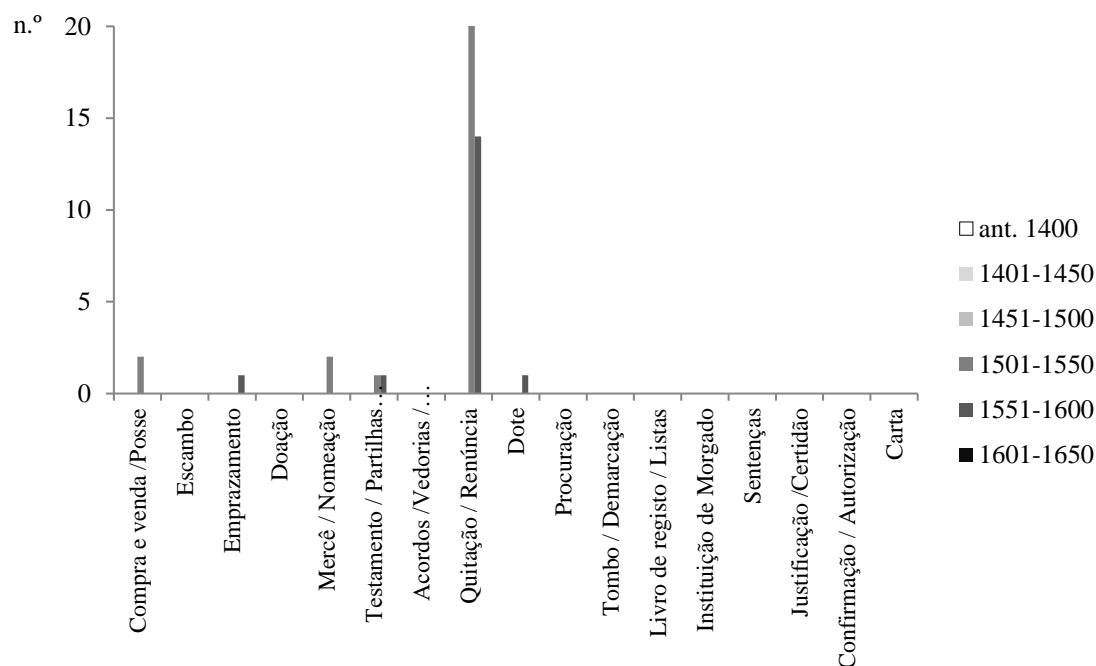



Gráfico 3 - Produção documental de João de Valadares e Ana de Azeredo

SC 03 - VALADARES CARNEIRO

SSC 03.01 - Álvaro de Valadares (flor. 1559-1592); Antónia Carneiro (flor. 1567-1592)

A produção documental da secção, datada da segunda metade do século XVI, é constituída por cartas de mercê e cartas dos duques de Bragança D. João I e D. Teodósio II, datadas entre 1572 e 1592, dirigidas a Álvaro de Valadares. Registamos também a presença dos testamentos de cada um dos membros do casal, assim como de cartas de partilhas dos bens dos mesmos entre os seus descendentes.

Ressaltamos ainda o facto de dois documentos (sentenças) estarem relacionados com a atividade de Álvaro de Valadares enquanto juiz da dízima do pescado do Porto, três documentos estarem relacionados com problemas com foreiros – Brás Francisco – que foram transmitidos ao casal por herança das propriedades – e seus problemas – de Pantaleão Carneiro, pai de Antónia Carneiro. Com efeito, a questão com a família de Brás Francisco tinha começado no tempo de Pantaleão Carneiro, e pela morte deste, ocorrida em 1567, foi herdada pelos seus descendentes. Já deste novo proprietário contabilizamos três documentos – uma renúncia, uma sentença e uma listagem, relativos a esta questão.

Não deixamos também de registar, entre as várias cartas de quitação, uma datada de 7 de agosto de 1587 da autoria de Catarina, moça solteira, filha de Gonçalo Anes, tanoeiro, moradora em Mourilhe, a Álvaro de Valadares, pelo dinheiro que seu irmão

Bastião Nogueira havia entregue a este antes de ir na jornada com D. Sebastião. Junto esteve um bilhete que atestava a irmandade[494].

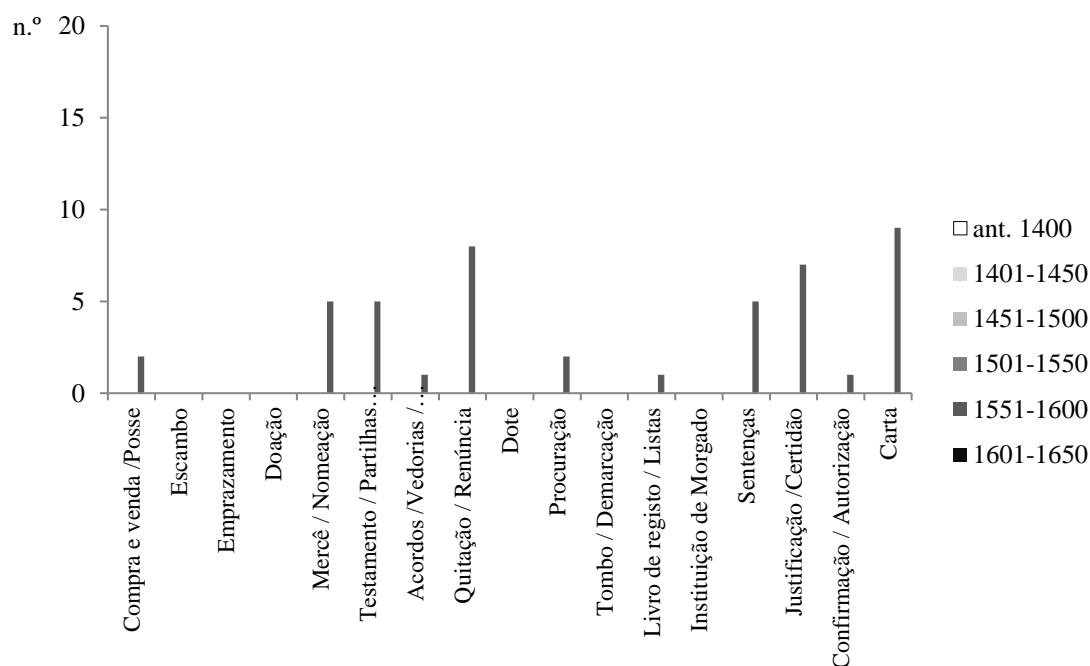



Gráfico 4 - Produção documental de Álvaro de Valadares e Antónia Carneiro

No que diz respeito aos testamentos do casal, Álvaro de Valadares redigiu o seu em 1592[495], onde pedia para ser sepultado onde a sua mulher desejasse, caso falecesse no Porto. Se falecesse em Lisboa ou noutra parte, pedia para ser sepultado, se possível, no local mais próximo da sua morada[496], onde estivesse o Santíssimo Sacramento, e que os seus ossos fossem levantados e depositados onde a sua esposa quisesse. Pediu que os filhos se mostrassem verdadeiros cristãos e que fossem obedientes à mãe e às tias Beatriz de Azeredo e Inês das Chagas, freira. Solicitava ainda que lhe rezassem missas como "parecer a Antónia Carneira minha molher y asentando, con moderação o que conuem fazerse pois temos filhos".

Para a capela que instituiu tomou a terça da Quinta da Póvoa e a restante terça foi tomada nas propriedades mais próximas da quinta e pelo rendimento delas quis que

[494] BNP, ALB, *Roma*, cx. 110, cap. 3, doc. n. n.
[495] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 1, cap. 4, cota antiga: M 5 N 6.
[496] Pelo testamento do filho ficamos a saber que foi sepultado na Misericórdia do Porto. BNP, ALB, *Enc.*, cx. 39, liv. 13, fls. 100v-105v.

o administrador mandasse rezar três missas anuais[497] no local onde o corpo estivesse enterrado ou na capela/ermida da Quinta.

Por administrador da capela deixou a sua mulher Antónia Carneiro e, por morte desta, suceder-lhe-ia o filho João de Valadares e o filho legítimo mais velho deste, e assim sucessivamente até não haver geração. Faltando sucessores masculinos, os femininos não herdavam o vínculo e este teria de ser passado a Pantaleão Carneiro e seus descendentes masculinos, da mesma forma acima referida. Se este quebrasse a varonia, passaria para o filho terceiro e seus descendentes masculinos. Só no caso destes três filhos não terem descendentes masculinos, é que a administração da capela podia ser passada para filha ou neta ou descendente de João de Valadares. Se este não tivesse descendentes seria transmitida a Pantaleão Carneiro e só depois a Fernão de Valadares.

Na eventualidade de algum descendente feminino ser chamado à administração do morgadio, só o podia fazer até ter filho (varão) de idade de 15 anos, a partir dessa idade a mãe teria de largar o morgadio para esse filho e todos os seus descendentes masculinos, para que se cumprisse a vontade do instituidor: o administrador devia ser o sucessor varão e legítimo.

Entre as cláusulas de perda de morgadio estavam os casamentos com mulheres cristãs novas, judias ou mouras (nesse caso o morgadio devia ser entregue a outra pessoa da família) e ainda as mulheres o impedimento de casarem sem consentimento dos pais ou familiares mais chegados. Se o fizessem ou que casassem com judeu ou mouro, perderiam também o morgadio. Da mesma forma filhos bastardos estavam afastados da herança, só em caso de falta de filho legítimo, mas desde que não fosse judeu, cristão novo ou mouro.

No caso de haver dúvidas na sucessão do morgadio, o bispo do Porto, acompanhado do reitor do Colégio de Jesus, tinha autorização para deliberar.

Por seu lado, o testamento de Antónia Carneiro foi redigido e assinado por si em 25 de Abril de 1587[498], com o consentimento e acordo do marido. Nele pediu para ser sepultada no Mosteiro de S. Domingos, vinculou a sua terça de umas casas na Ribeira e nas restantes propriedades a uma capela ou morgadio e deixou por encargos pios duas

---

[497] Nas intenções de Jesus, Nossa Senhora e das Chagas de Cristo. BNP, ALB, *Enc.*, cx. 1, cap. 4, cota antiga: M 5 N 6.

[498] BNP, ALB, *Enc*., cx. 1, cap. 4, cota antiga: M 5 N 6 e atualizado em 1592, BNP, ALB, *Roma*, cx. 58A, fl. 288-289.

missas[499], assim como obrigação ao administrador da capela, o filho Pantaleão Carneiro, em dar anualmente às suas duas filhas (e irmãs deste), que tinha no Mosteiro de Santa Clara, 2500 reais a cada uma, dando o mesmo às suas outras duas filhas ainda "sem vida" atribuída.

Os administradores da capela seriam o filho Pantaleão Carneiro e seus descendentes, primogénito e varão e, na falta deste, uma filha, mas com precedência para o varão. Impôs ainda como condição que se Pantaleão Carneiro não tivesse filho legítimo, ou que fosse religioso ou clérigo beneficiado, sucederia João de Valadares e os seus descendentes legítimos, conforme a ordem acima. Pela mesma maneira, na falta deste e de seus descendentes, sucederia em terceira linha Fernão de Valadares, irmão dos anteriores, pela mesma maneira e ordem.

A esta secção arquivística encontra-se relacionada uma irmã solteira de Álvaro de Valadares, Beatriz de Azeredo, produtora de pelo menos um documento, o seu testamento, datado de 2 de setembro de 1616[500], onde pediu para ser sepultada junto de seus pais e avós, no Mosteiro de S. Domingos do Porto, junto ao púlpito, com o hábito de S. Domingos de que era irmã. No testamento vinculou[501] uma capela em que nomeou por administrador o seu sobrinho João de Valadares Carneiro, também nomeado por testamenteiro e herdeiro, visto ela própria não ter herdeiro forçado.

SC 04 - VALADARES CARNEIRO SOARES PEREIRA

SSC 04.01 - João de Valadares Carneiro (flor. 1580- m. 1639); Maria da Costa Soares (flor. 1588-1600); Catarina Pereira (flor. 1642-1653)

A produção documental do casal data dos finais do século XVI e da primeira metade do século XVII e é constituída por contratos de compra e venda de propriedade, por cartas de quitação (em maior quantidade) e, tal como já foi referido para os seus antecessores, de testamentos. Devemos ainda recordar que João de Valadares Carneiro foi o herdeiro e administrador de várias capelas instituídas por suas primas e tios maternos: Francisco de Figueiroa, Ana Carneiro, João Álvares Pamplona, Maria Carneiro, para além dos vínculos nomeados ou herdados pelo lado paterno: a capela de António Machucho e a de seu pai Álvaro de Valadares e da sua tia Ana de Azeredo.

---

[499] Uma por invocação das Chagas de Cristo e outra por Nossa Senhora da Conceição. BNP, ALB, *Enc*., cx. 1, cap. 4, cota antiga: M 5 N 6.
[500] BNP, ALB, *Enc*., cx. 39, liv. 13, fls. 216-218v.
[501] BNP, ALB, *Enc*., cx. 26, n.º 9, cap. 9.

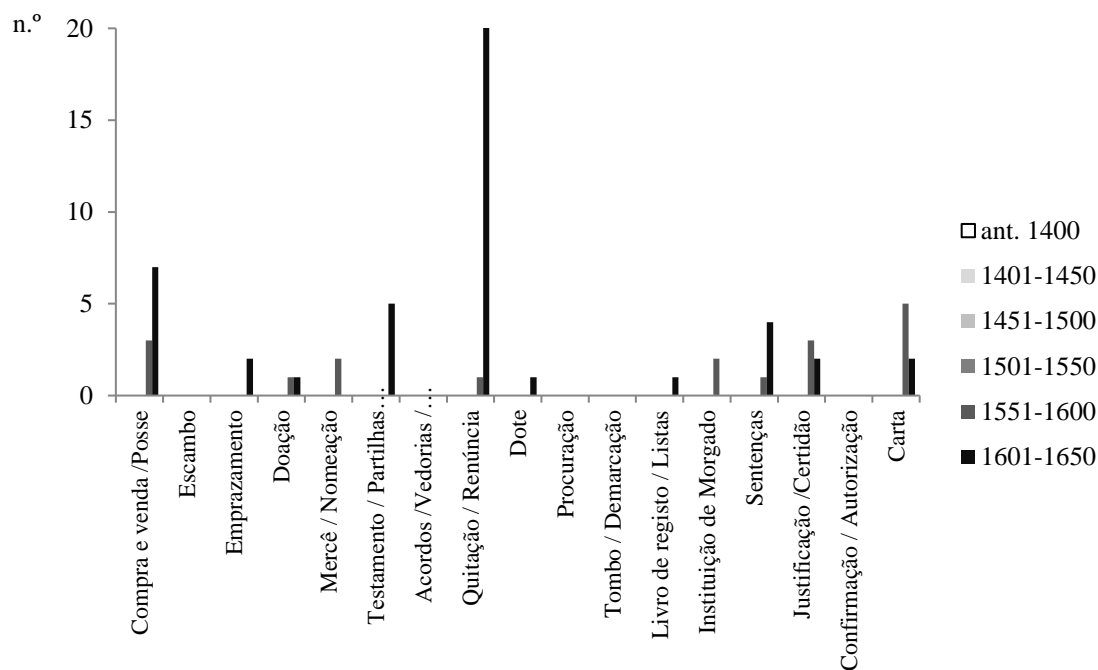



Gráfico 5 - Produção documental de João de Valadares Carneiro e suas esposas

SSC 04.02 - João de Valadares Carneiro (flor. 1580-1639)

Da sua produção documental destacam-se os dois testamentos que produziu, sendo o último no Porto, na sua casa da Rua das Flores, a 2 de junho de 1636[502]. Nele diz que queria ser sepultado na Igreja da Misericórdia, onde já se encontravam os seus pais, ao pé dos degraus da capela mor, dentro das grades. Deixou encargos de esmolas e missas e nomeou por testamenteiros a sua mulher Catarina Pereira e seu filho Luís de Valadares.

Declarou ainda que ele e a sua primeira mulher tinham feito um testamento em que vincularam a terça do casal a um morgadio, cujo administrador seria o filho Álvaro de Valadares, à época ainda vivo. O mesmo documento indica que Beatriz de Valadares, irmã deste último, ainda não era freira no mosteiro Santa Clara do Porto e tinha nomeado os seus prazos no irmão Manuel de Valadares.

No segundo testamento, autógrafo, João de Valadares Carneiro revogou no testamento anterior a parte que lhe dizia respeito e nomeou Luís de Valadares Carneiro, seu filho e de Catarina Pereira, por administrador, cargo em que sucederiam os seus descendentes.

[502] BNP, ALB, *Enc*., cx. 39, liv. 13, fls. 100v-105v.

Manteve a dotação com a terça do seu rendimento, a qual poderia ser complementada com dinheiro caso o rendimento da mesma não atingisse o valor estipulado. Determinou ainda que os seus descendentes deviam adicionar metade das suas terças ao morgadio, e não o fazendo, deviam receber apenas o que o antecessor recebera e nada poderiam vender. Por morte de Luís de Valadares Carneiro, o sucessor seria o filho varão mais velho e, na ausência deste, a filha legítima. Se esta não existisse deveria ser o seu filho Manuel de Valadares, se fosse vivo, não o sendo, que ficasse o seu sucessor legítimo mais velho, precedendo sempre a linha masculina à feminina e os mais velhos aos mais novos. Na falta destes, sucederiam os filhos naturais de Luís de Valadares Carneiro, se não os houvesse seguir-se-iam os filhos naturais de Manuel de Valadares.

Uma outra cláusula era a obediência aos progenitores e família, sobretudo em caso de casamento[503] – previa-se demissão do filho mais velho em prol dos mais novos; as mulheres, para poderem ser sucessoras, tinham de ser castas e virtuosas, casando apenas com autorização dos pais ou parentes.

Na falta de descendentes dos filhos, a administração do morgadio devia passar ao parente mais chegado, com precedência para a linha masculina e, na falta desta, para a Misericórdia, sendo que o rendimento de parte do mesmo[504] devia ser empregue em casamentos de duas órfãs e o restante entregue aos pobres.

Nomeou o filho Luís de Valadares Carneiro nos prazos que recebeu de seus pais, prima Ana Carneiro e tia Beatriz de Azeredo, assim como nas capelas instituídas por Ana, Inês Carneiro e Maria Carneiro, o qual nomearia quem lhe parecesse por ser da geração e do apelido Carneiro.

O mesmo testamento refere que Manuel de Valadares foi na Armada em que D. António de Ataíde foi por general[505], contra sua vontade e sua licença, que lhe entregou 96.000 reais como declarou numa carta que lhe escreveu, assim como uma abotoadura de ouro e um trancelim de ouro (no valor de 30.000 reais), valor que devia ser dado à colação, tendo-lhe ainda doado a Quinta de Penso. Relativamente à sua filha Beatriz recorda que ela entrou para o convento com um dote de 480.000 reais, recebendo uma

---

[503] Como o impedimento de casamento com mulher judia ou moura. BNP, ALB, *Enc*., cx. 39, liv. 13, fls. 100v-105v.
[504] Vinte mil reais anuais. BNP, ALB, *Enc*., cx. 39, liv. 13, fls. 100v-105v.
[505] Veja-se DOMINGUES, Francisco Contente; GUERREIRO, Inácio – "D. António de Ataíde, capitão-mor da Armada da Índia de 1611". In AVV. *A abertura do mundo. Estudos de história dos Descobrimentos europeus. Em homenagem a Luís de Albuquerque*, vol. II. Lisboa: Ed. Presença, 1987, p. 51-72.

tença anual de 25.000 reais durante 12 anos, até o seu irmão lhe pagar; dinheiro que proveio da venda de umas casas em Braga, de que a filha era última vida, porque Maria Costa Soares, sua primeira mulher, o permitiu.

De Maria da Costa Soares não nos chegou qualquer documento produzido individualmente, já de Catarina Pereira sim, sendo de sua autoria, em 1642, já viúva, o levantamento dos autos do testamento de Maria da Costa, tia da primeira mulher de João de Valadares Carneiro, da qual este último foi testamenteiro. Este ato demonstra, uma vez mais, a importância da gestão económica da casa com recurso à documentação, para prova de bens e direitos herdados.

Ainda ligado a esta secção encontramos a documentação de Pantaleão Carneiro II, religioso, irmão de João de Valadares Carneiro, da qual apenas registamos o testamento feito em 1593[506].

Ao subsistema Valadares encontram-se ligados cinco subsubsistemas que ordenámos alfabeticamente: Carneiro I, Costa Soares, Machucho I e II e Valadares Carneiro.

O **I.01 - Subsubsistema CARNEIRO I (flor. 1448-1585)** tem três secções com produção documental associada.

SC 01 - CARNEIRO MACHUCHO

SSC 01.01 - Gil Carneiro (flor. 1448-1453); Leonor Eanes Machucho (flor. 1451-1468)

Da produção documental do casal sobraram poucos documentos, entre os quais uma carta de compra datada de 1444 da propriedade da Macieirinha, aos irmãos Afonso e Pedro Cerveira, escudeiros do Infante D. Henrique e filhos de João Gonçalves[507]. Relativo a essa propriedade também registámos no ALB mais um documento de 1444[508], o que comprova que a propriedade ao ser comprada por Gil Carneiro foi "acompanhada" da documentação relativa a foros antigos e a demarcações de propriedade que podiam ser importantes para os novos proprietários. Assim se comprova também pela cota antiga de ambos os documentos que estes deveriam estar juntos e foram "catalogados" com números sequentes.

[506] BNP, ALB, *Roma*, cx. 58A, fl. 290-293.
[507] BNP, ALB, *Enc*., cx. 42B, cap. 3, cota antiga: M 6 N 60.
[508] BNP, ALB, *Enc*., cx. 42B, cap. 3, cota antiga: M 6 N 59.

SC 02 - CARNEIRO VIEIRA

SSC 02.01 - Diogo Pires Carneiro (flor. 1482-1515); Maria Vieira (flor. 1488-1535)

Na produção documental do casal destaca-se a realização de cartas de emprazamento na primeira metade do século XVI. Fazem ainda parte dos seus documentos duas sentenças que Diogo Carneiro obteve de D. Manuel contra Álvaro Eanes de Cernache[509], relativas a propriedades que herdou de seu sogro Lopo Vieira[510]. Por falecimento de Diogo Carneiro, em 1515, foi a sua esposa, Maria Vieira quem continuou a administrar os bens do casal e família, como podemos ver pela carta de partilhas dos bens que ficaram por morte do marido e em alguns contratos de emprazamento que fez de propriedades familiares. Sabemos que no ano de 1528 residia na Rua dos Mercadores[511].

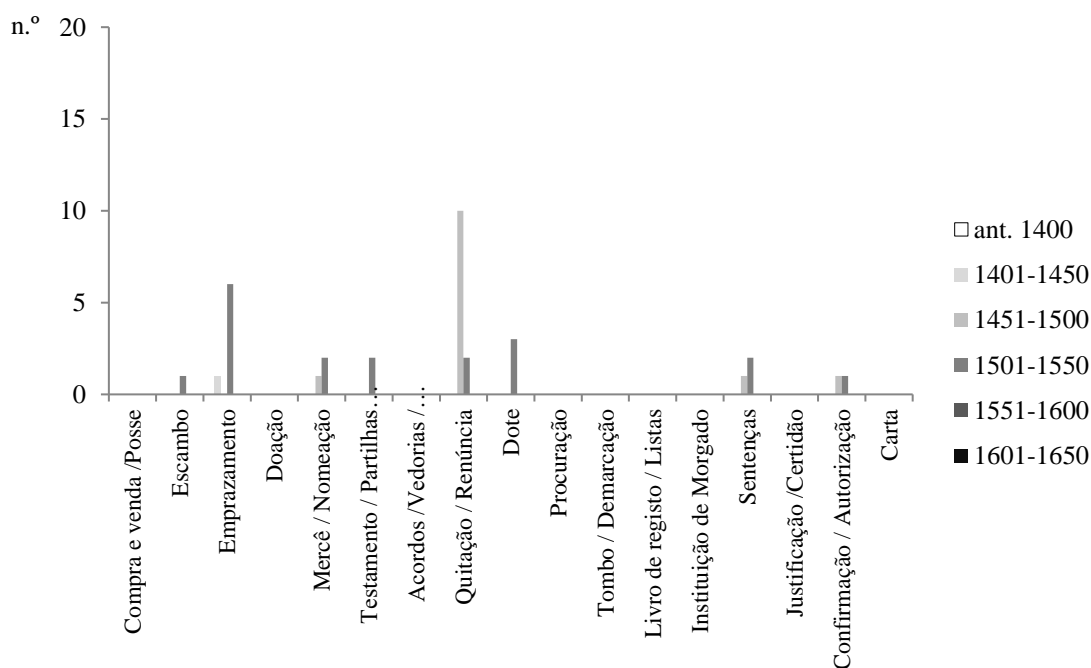



Gráfico 6 - Produção documental de Diogo Carneiro e Maria Vieira

SC 03 - CARNEIRO MOREIRA

[509] Álvaro Eanes de Cernache (flor. 1392-1436) foi escudeiro, anadel-mor dos besteiros de cavalo, juiz do da alfandega do Porto. FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de – *A Burocracia do "Eloquente" (1433-1438)*, p. 166-167.
[510] BNP, ALB, *Roma*, cx. 106A, cap. 7, cota antiga: M 114 N 12 e cap. 4, cota antiga: M 114 N 13, de 1496 e 1503, respetivamente e ainda uma carta de emprazamento a um criado de Álvaro Eanes de Cernache, de nome Afonso Domingues, em 1433. BNP, ALB, *Enc.*, cx. 44A, cap. 1, cota antiga: M 112 N 35.
[511] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 42B, cap. 4, cota antiga: M 101 N 28.

SSC 03.01 - Pantaleão Carneiro I (flor. 1495-1567); Filipa Moreira (flor. 1526-1585)

De entre os vários documentos que compõem a sua produção documental destacamos um pequeno livro de lembranças[512], datado de 1535 a 1543, onde Pantaleão Carneiro I apontou dívidas e pagamentos das mesmas, alguns recebidos por si, outros por sua mulher[513]; verbas de pagamentos a criados; assim como encomendas, nomeadamente a feita por Agostinho Imperial[514], comerciante de S. Miguel, nos Açores, onde são mencionadas várias peças em ouro. Esta tipologia documental apesar de ser referida em vários testamentos existentes em acervos portugueses, não tem chegado em quantidade e com muita frequência aos nossos dias. É, no entanto, demonstrativo do exercício de gestão contabilística de atividade comercial do seu detentor a que não era alheia a sua mulher, como podemos ler em algumas passagens.

Para além do livro de lembranças existe um outro livro de contas, datado de 1535, que Pantaleão Carneiro I prestou aos quatro sobrinhos, órfãos de sua irmã Beatriz Carneiro e de Fernão Soares: Fernão Soares, Jorge Soares, Diogo Carneiro e João Soares, irmãos menores de Manuel Soares e de António Soares, já defunto[515].

Pantaleão Carneiro I era ainda tutor das irmãs destes, as gémeas Margarida e Ana, como se pode aferir de uma carta de rematação, datada de 1538, da autoria de Diogo Brandão, juiz dos órfãos do Porto, a Isabel Carneiro, viúva de João Álvares Riscado, e a Martim Velho, antigo juiz dos órfãos no Porto, em representação das suas primas para que pagasse certa soma ao tutor das menores[516].

Existem ainda mais quatro documentos, fragmentados ou sem data expressa[517], pelo que não foram contabilizados no gráfico seguinte.

---

[512] BNP, ALB, *Enc*., cx. 17A, cap. 1, doc. n. n..

[513] Como refere Pedro de BRITO ("Declínio do papel das mulheres do patriciado portuense no século XVI", cit., p. 18) no princípio do século XVI algumas mulheres exerceram atividades comerciais por conta própria (Leonor de Madureira e Catarina Soares, solteiras; Filipa Brandão, mulher de Manuel Cirne, cooperou com o seu marido no fornecimento de trigo à cidade). O tipo de atividade desenvolvida implicava conhecimento na produção e distribuição, o que leva a concluir que era recorrente a substituição de tarefas na ausência dos comerciantes de grosso trato e longo curso. O autor sugere que estas mulheres de mercadores encaravam o casamento como uma forma de sociedade, em que os seus direitos e fortuna eram respeitados como os de um sócio. Esta colaboração acaba por desaparecer durante o século XVI em parte pelo facto de os maridos terem deixado de mercadejar. Por outro lado, e sobretudo entre a classe mais baixa, muitas mulheres de maridos embarcadiços defendiam-se a si e às suas famílias com o pequeno comércio de retalho.

[514] Filho de Frederico Imperial, genovês, morador na Ilha de S. Miguel. MORAIS – *Pedatura*, tom. V, vol. I, p. 461.

[515] BNP, ALB, *Roma*, cx. 82 III, n.º 095, cap. 6, cota antiga: M 54 N 18.

[516] BNP, ALB, *Roma*, cx. 108, n.º 169, cap. 2, doc. n. n..

[517] Uma sentença, um inventário, uma inquirição e um emprazamento.

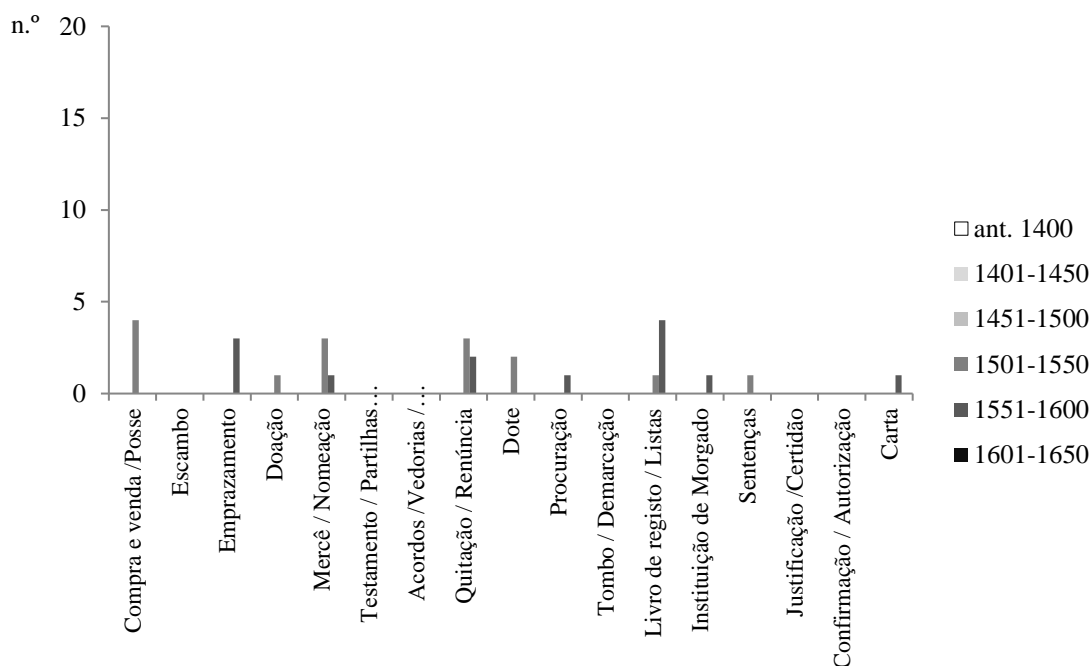



Gráfico 7 - Produção documental de Pantaleão Carneiro e Filipa Moreira

Esta secção contém ainda o produtor Manuel Carneiro, irmão de Pantaleão Carneiro. A ele pertence a autoria de uma carta escrita de Goa em 1560, precisamente ao seu irmão, sobre questões financeiras e onde forneceu informações sobre Fernão Soares, provavelmente seu sobrinho, doente em Ormuz, vítima de doença de Bahrein[518]. Esta carta é um dos poucos exemplares de epistolografia particular quinhentista existente no acervo, a par de outras que falaremos adiante, pertencentes às famílias Magalhães e Barreto.

O **I.02 – *Subsubsistema COSTA SOARES*** tem duas secções às quais pertencem os documentos dos familiares de Maria da Costa Soares, casada com João de Valadares Carneiro[519] – documentos de Manuel da Costa, seu tio e tutor; Maria da Costa, tia; Isabel Soares, irmã; Francisco Soares e de Beatriz Mendes de Vasconcelos, seus pais[520].

---

[518] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 1, doc. 1251.

[519] Veja-se **I – SUBSISTEMA VALADARES, SC 04 – VALADARES CARNEIRO SOARES PEREIRA.**

[520] Documentos relacionados com emprazamentos e dotes, como a licença do juiz dos órfãos para Manuel da Costa mestre escola, tutor de duas sobrinhas, filhas do licenciado Francisco Soares, poder dotar ao mosteiro de S. Bento do Porto 300.000 reais para Isabel Soares fazer profissão da sua legítima. Braga, janeiro de 1589. BNP, ALB, *Roma*, cx. 74, n.º 61, cap. 5, doc. n. n. e da qual recebeu quitação em 1591. BNP, ALB, *Enc.*, cx. 52A, cap. 1, doc. n. n.. Ver ainda BNP, ALB, *Roma*, cx. 60, fl. fl. 299-302, 344-349, 357-359.

No que diz respeito ao **I.03 - Subsubsistema MACHUCHO I (flor. 1401-1496)**, o primeiro documento que podemos encontrar no ALB relacionado com esta família data de 1401 e regista o escambo entre a câmara do Porto e João Geraldes de um pedaço de terra fora da porta do Olival, para que nele fossem construídas uma praça e uma rua[521] por um serrado junto dito ao olival[522]. Tendo tomado posse do terreno, João Geraldes pediu ao tabelião que lhe desse um "estromento" desse contrato[523], sendo esse o documento que se encontra no ALB. O último documento relativo ao subsubsistema Machucho e subsubsubsistemas associados diz respeito ao contrato de compra do Dr. João de Barros, descendente em linha direta de João Geraldes, em 20 de junho de 1571[524].

A produção documental desta família, que chegou até nós, destaca-se pela produção de contratos de emprazamento, sobretudo de propriedade urbana, realizados na segunda metade do século XV e cartas de mercê e benefícios – cartas de ofício, de privilégio, bulas eclesiásticas – datados da primeira metade do século XVI. As outras tipologias documentais – quitações, partilhas, dotes – são, de certa forma, residuais.

O **I.03 -Subsubsistema MACHUCHO I** tem três secções produtoras de informação.

SC 01 - GERALDES VASQUES

SSC 01.01 - João Geraldes Machucho (flor. 1390-1431); Inês Sanches (flor. 1401-1423); Leonor Vasques (flor. 1423); Isabel Vasques (flor. 1431)

A produção documental constitui-se pela referida carta de escambo de 1401 com a câmara do Porto um pedaço de terra fora da porta do Olival, o qual tinha sido ajustado com Mestre Moisés para cemitério dos Judeus, para que nele fossem construídas uma praça e uma rua[525]. Em troca a câmara deu-lhe um serrado junto ao olival[526], para que João Geraldes nele pudesse fazer umas casas.

---

[521] BNP, ALB, *Enc*., cx. 42, cap. 6. O documento refere que o mesmo terreno esteve prometido a Mestre Moisés para servir de cemitério a judeus. O contrato de escambo vem referido na acta de vereação de 10 de dezembro de 1401. *"Vereações". Anos de 1401-1449…*, pp. 58-61.

[522] "junto ao muro que vai da rua direita da judiaria para o muro junto ao campo". BNP, ALB, *Enc*., cx. 42, cap. 6.

[523] *"Vereações". Anos de 1401-1449…*, p. 61.

[524] BNP, ALB, *Roma*, cx. 82 II, n.º 95 (1), cap. 3, cota antiga: D 2 M 10 N 3.

[525] BNP, ALB, *Enc*., cx. 42, cap. 6. O contrato vem referido na acta de vereação de 10 de Dezembro de 1401. *"Vereações". Anos de 1401-1449…*, p. 58-61.

[526] "junto ao muro que vai da rua direita da judiaria para o muro junto ao campo". BNP, ALB, *Enc*., cx. 42, cap. 6.

Em 1423, já viúvo de Leonor Vasques[527], fez uma carta de doação dos bens que lhe haviam ficado por sua morte aos filhos do casal[528]. O último documento que produziu foi um contrato de emprazamento em três vidas, em 1431[529], a Diogo Gomes de uma casa na rua de Congostas e que era foreira à albergaria de Rocamador[530].

SC 02 - MACHUCHO FRANÇA

SSC 02.01 - João Eanes Machucho (flor. 1442-1489); Maria de França (flor. 1447-1494)

A produção documental do casal João Eanes Machucho e Maria de França consta de cartas de mercê e benefícios relativos a João Eanes, assim como contratos de emprazamento, sobretudo de propriedade urbana no Porto, efetuados na segunda metade do século XV. Destacamos ainda desta produção documental alguns documentos: a carta de quitação que recebeu do seu cargo de procurador da cidade no ano de 1443-1444; o breve, de 1454, do papa Nicolau V para o casal e seus filhos terem perdão de pecados e poderem eleger confessor e, por fim, o contrato de dote que realizaram para o casamento da filha do casal, Beatriz Eanes de França, com Fernão de Valadares, datado de 1485[531]. Pela tipologia documental podemos afirmar que estamos perante uma das famílias da elite portuense que preservou documentação que lhe permitia, não só gerir os seus bens patrimoniais, como também registar a forma de os transmitir para a geração seguinte. Assume ainda particular relevância o facto de obterem um breve papal que lhes possibilitava a escolha e nomeação de confessor, demonstrativo do poder económico e social do casal.

Da sua documentação fariam também parte as cartas de escudeiro do Infante D. Pedro, de 1442, de vassalo de 1446, uma carta de privilégio para os seus caseiros e uma

[527] Antes de casar com João Geraldes, fora casada, entre 1403 e 1421, com o mercador João Sousa, o qual celebrou um contrato de emprazamento em duas vidas com Afonso Eanes, cambador, de umas casas na rua das Congostas, que partiam com o hospital de Martim de Barcelos e com o eixido de Vasco de Cubas, com o foro de 10 maravedis além da pensão que pagavam a Albergaria de Roque Amador. As casas tinham sido compradas ao Mosteiro de Vairão em 1389. BNP, ALB, *Roma*, cx. 83III, n.º 99, cap. 1, doc. 2 e 4.
[528] BNP, ALB, *Roma*, cx. 104, n.º 159, cap. 4, doc. n. n.. Veja-se o que fica dito na nota 335 do vol. II – Anexo 1.
[529] BNP, ALB, *Roma*, cx. 83III, n.º 99, cap. 1, doc. 3.
[530] Sobre a propriedade urbana deste hospital, veja-se DUARTE, Luís Miguel – "Para o estudo do mercado imobiliário do Porto: o Tombo do Hospital de Rocamador de 1498". In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (coord.) – *Evolução da paisagem urbana. Transformação morfológica dos tecidos históricos*. Braga: CITCEM e IEM, 2014, p. 167-182.
[531] BNP, ALB, *Roma*, cx. 114 II, cap. 1, doc. n. n.; *Roma*, cx. 79A, cap. 3, doc. 1; *Enc*., cx. 9, cap. 4, cota antiga: M 99 N 6, respetivamente.

carta de apresentação de 1458, mas das quais só nos resta indicação da sua existência, no índice dos códices de Mariana Luísa de Valadares[532].

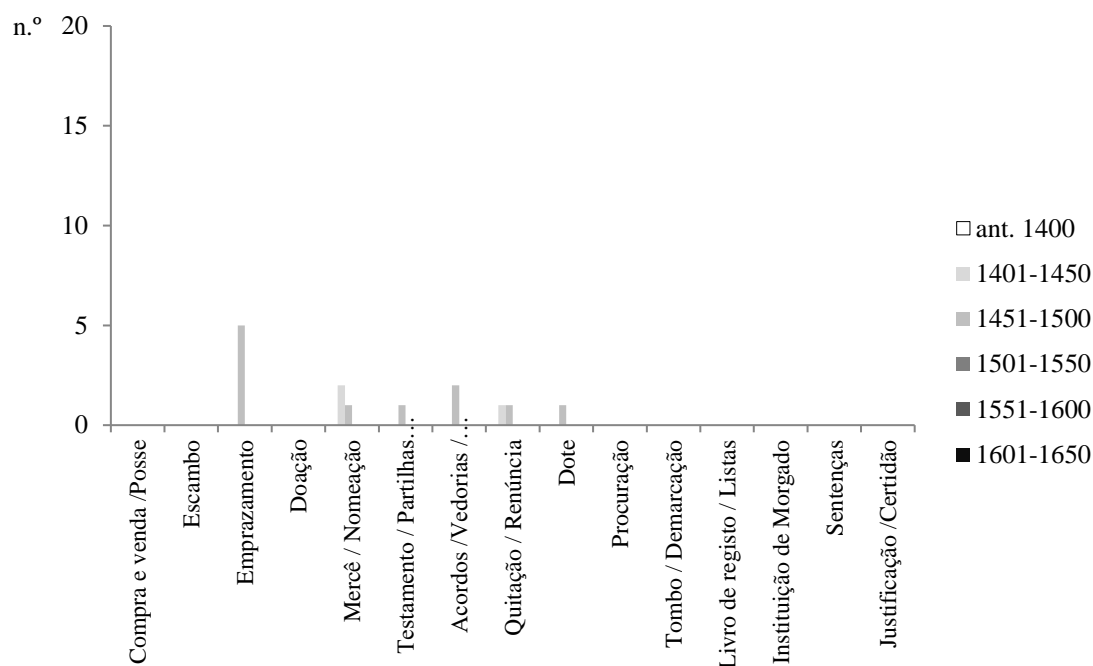



Gráfico 8 - Produção documental de João Eanes Machucho e Maria de França

SC 03 - MACHUCHO I

SSC 03.01 - Pedro Eanes Machucho (flor. 1477-1496)

Da sua produção documental apenas registamos a menção a duas cartas de mercê relativas aos cargos de distribuidor[533] da comarca de Entre-Douro-e-Minho no ano de 1477 e de chanceler da mesma comarca no ano de 1496[534].

O **subsubsistema I.04 - MACHUCHO II** apenas contém uma secção – Machucho e duas subsecções – a primeira pertencente a António Machucho (flor. 1504-m. 1538) e a segunda a sua irmã Helena de Araújo (flor. 1539).

Como podemos ver no gráfico abaixo, os documentos que nos chegaram do espólio documental relativo a António Machucho dizem respeito a oito documentos –

---

[532] BNP, ALB, *Roma*, cx. 58. Os originais estariam numa pasta com pergaminhos, que se desconhece o paradeiro, e que seriam os P. 19-22.

[533] O distribuidor tinha como função de distribuir as escrituras ou os feitos entre os tabeliães do concelho, de forma a evitar concorrência entre estes e angariação de clientes contrária à deontologia e interesse comum da população. HESPANHA, António Manuel – *Como os juristas viam o mundo…*, p. 56.

[534] BNP, ALB, *Roma*, cx. 58. Os originais estariam numa pasta com pergaminhos, que se desconhece o paradeiro, e que seriam os P. 17 e 18.

cartas de mercê, nomeação para os cargos que desempenhou e algumas relativas a gestão de património familiar, com o qual veio a constituir morgadio. Não tendo deixado herdeiros diretos, foi na forma de instituição vincular que preservou o património da família e de certa forma o apelido – capela de António Machucho – e para a qual nomeou por administrador um parente, o primo João de Valadares, filho da sua tia paterna Beatriz Eanes de França. Contrariamente ao que sucedeu na família do herdeiro, em que existiu obrigatoriedade de uso de nome para os administradores das capelas fundadas por alguns elementos da família, no caso de António Machucho tal não se verificou.

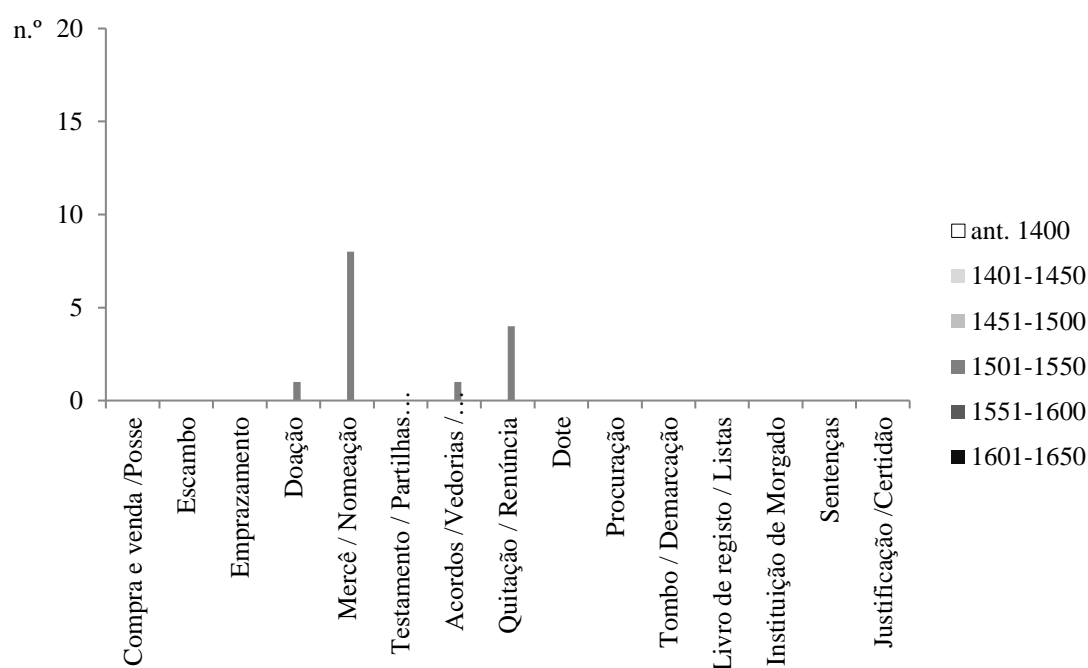



Gráfico 9 - Produção documental de António Machucho

A esta secção liga-se o único documento pertencente à **SSC 01.02 -** Helena de Araújo (flor. 1539), que consiste numa carta de quitação dada a João de Valadares, seu primo e testamenteiro de António Machucho[535].

---

[535] BNP, ALB, *Roma*, cx. 108, n.º 169, cap. 4, doc. n. n.

II - SUBSISTEMA RIBEIRO (flor. 1411-1596)

Da produção documental desta família destacam-se a realização de contratos de compra e venda de propriedade em dois períodos cronológicos: o de 1400-1450, quando foram compradas várias propriedades que foram posteriormente adscritas ao morgadio do Canidelo, instituído em 1458 e no quinquénio de 1501-1550, por compras realizadas por Fernão Ribeiro, segundo administrador do morgadio. No que se refere a emprazamentos, datam, também deste último período, o maior número de contratos, realizados pelo mesmo administrador. Por fim, salientamos ainda que foi Fernão Ribeiro quem procedeu ao tombo do morgadio, cujo original[536], embora fragmentado, permanece no ALB. Pela sua análise, verificamos que as propriedades compradas por Álvaro Afonso Dinis e Inês Vasques constituíram a maior parte dos bens vinculados (situados em Covelas, Ferreiros e Tendais, S. Pedro de Alvito) os quais foram acrescentados por Fernão de Sousa e Filipa de Sousa, com bens que lhe haviam ficado de seu pai, João Álvares Ribeiro, e outros que ele comprara para o morgadio.

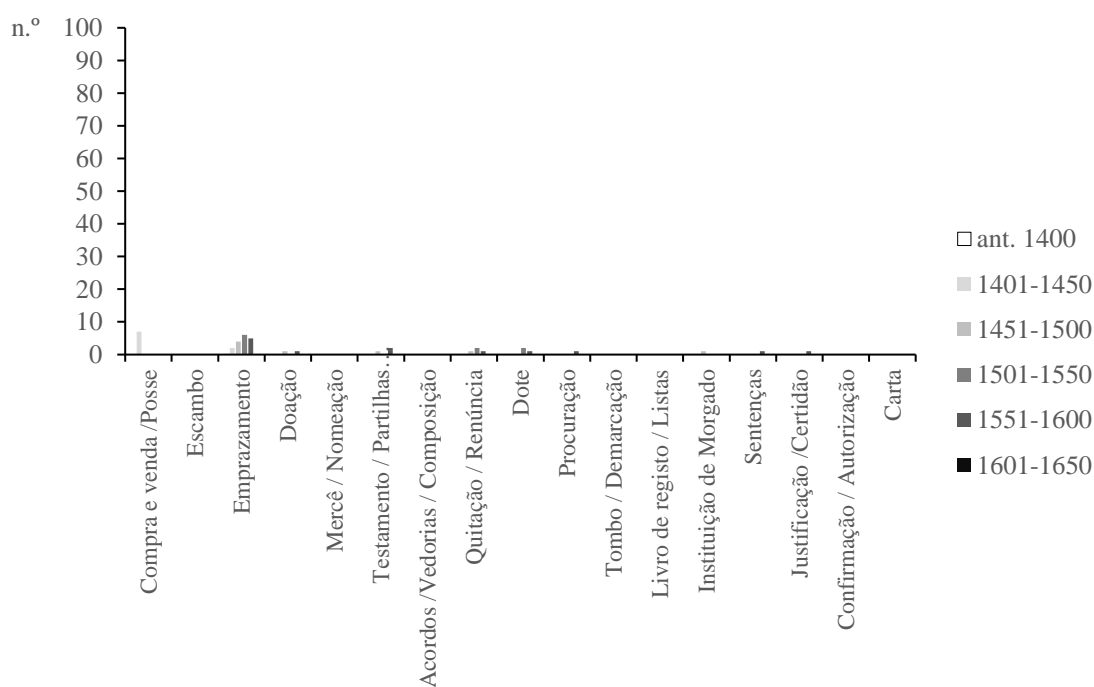



Gráfico 10 - Produção documental do subsistema de informação Ribeiro (ant. 1400-1650)

[536] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 4, doc. 678. Do mesmo existem mais duas cópias, uma de 1682, a pedido de João Manuel de Meneses e Francisca Luísa Ferreira de Mendonça Sousa Dantas e outra de 1823, a pedido de Miguel Pereira Forjaz. BNP, ALB, *ANTT*, cx. 4, doc. 677A e 678A.

SC 01 - VASQUES

SSC 01.01 - Inês Vasques (flor. 1411-1458); Álvaro Afonso Dinis (flor. 1403-1428); Gonçalo de Sá (flor. 1432-1460)

Da produção documental da secção ficaram-nos os documentos que Inês Vasques produziu com os seus dois maridos, Álvaro Afonso Dinis, entre os anos de 1411 e 1428 e posteriormente com Gonçalo de Sá, de 1432 a 1458, ano da sua morte. São sobretudo constituídos por cartas de compra e venda de propriedade, com as quais viria a dotar a capela que instituiu para o seu primeiro marido e para si e ainda para a constituição do morgadio. Os documentos foram preservados para prova, como referiu no seu testamento a respeito da questão da sua enteada, Guiomar de Sá, a que fazemos menção no vol. II - Anexo 1 da presente dissertação.

Os documentos da secção concernente a Inês Vasques e Álvaro Afonso Dinis são sete e relacionam-se com a compra de propriedade pelo casal nas freguesias de S. Pedro de Alvide, Covelas e Ferreiros de Tendais, efetuadas entre os anos de 1411 e 1425. É ainda a propriedades nestas freguesias que dizem respeito alguns documentos – duas cartas de venda (1319[537] e 1326[538], sendo a primeira o documento mais antigo pertencente ao ALB), uma procuração (de 1326[539]) e dois emprazamentos (de 1329[540] e 1365[541]) –, anteriores à relação do casal, o que nos leva a crer que se tratam de documentos antigos das propriedades adquiridas quer nesta fase, quer em fases posteriores da administração do morgadio. Torna-se difícil destrinçar a data de incorporação da documentação, pois a maioria dos documentos não apresenta sinais de arquivo anteriores, pelo que podem ter sido incorporados por qualquer um dos administradores do morgadio. Alguns destes documentos mais antigos foram, inclusive, transcritos, cerca de 1822, por João Crisóstomo Caldas, paleografo diplomático, e por Januário Luís da Costa, perito paleografo, a pedido de Miguel Pereira Forjaz, certamente para resolução de questões relacionadas com delimitações de propriedade e pagamento de foros já no século XIX[542].

Os títulos de propriedades compradas pelo casal vieram a integrar o morgadio constituído por Inês Vasques em 1458, como se dá conta no tombo do mesmo[543].

---

[537] BNP, ALB, *Enc*., cx. 43, cap. 2, cota antiga: M 99 N 11.
[538] BNP, ALB, *Enc*., cx. 43, cap. 2, doc. n. n..
[539] BNP, ALB, *Enc*., cx. 43, cap. 2, doc. n. n..
[540] BNP, ALB, *Enc*., cx. 1, cap. 2, doc. n. n..
[541] BNP, ALB, *Enc*., cx. 43, cap. 2, cota antiga: M 70 N 4.
[542] Veja-se adiante a nota 962.
[543] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 4, doc. 678, fl. 6.

Relativamente a Gonçalo de Sá existem poucos documentos no ALB, uma carta de emprazamento da quinta de Covelas, realizada em 1432[544], ainda em vida de Inês Vasques, para além da carta de doação, em 1460, a João Gonçalves, seu escudeiro e criado, pelos serviços que lhe prestara, das rendas e direitos de uma quintã que possuía na freguesia de Santa Maria de Galegos, terra de Prado[545]. Diretamente relacionado com o morgadio do Canidelo, Gonçalo de Sá esteve presente na abertura do testamento de Inês Vasques, e fez-se representar pelo mesmo João Gonçalves na escritura de partilhas dos bens da mesma[546], realizada em 1459.

Graficamente, a produção documental desta primeira secção do sistema Ribeiro é a seguinte:

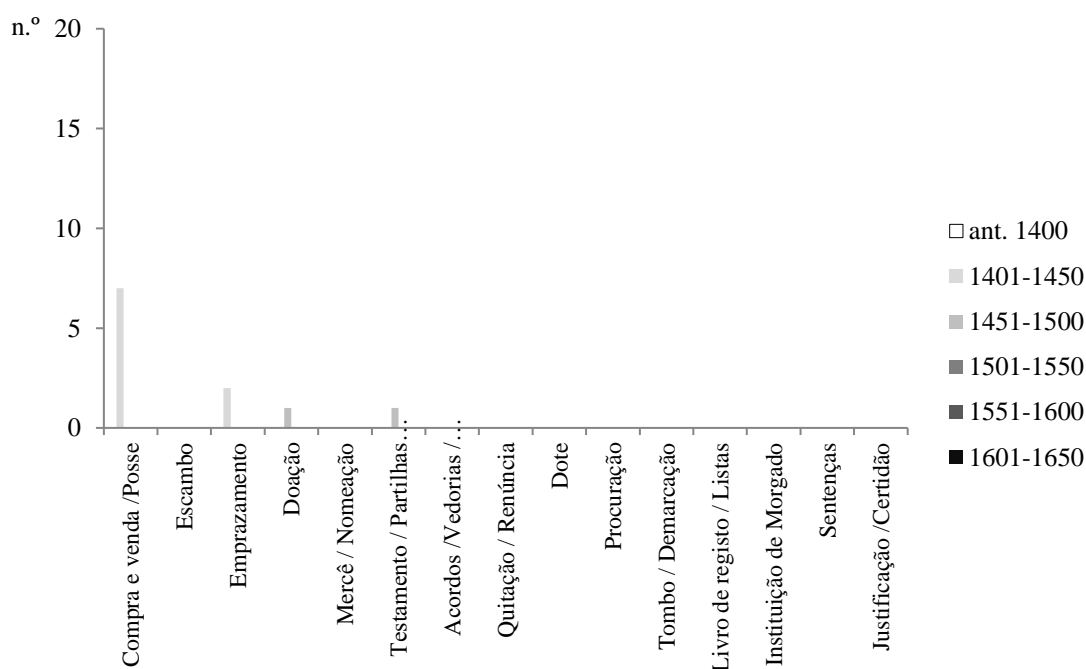



Gráfico 11 - Produção documental de Inês Vasques e seus maridos

SC 02 - RIBEIRO PINTO

SSC 02.01 - João Álvares Ribeiro (flor. 1458-1490); Beatriz Pinto (flor. 1473)

Da produção documental do casal restam poucos exemplares no ALB: uma carta de quitação de uma taça de prata, datada de 1460[547], do período em que se encontrava

[544] BNP, ALB, *Enc*., cx. 43, cap. 2, doc. n. n..
[545] O qual já aparecia como testemunha na abertura do testamento de Inês Vasques. BNP, ALB, *ANTT*, cx. 4, doc. 678, fl. 33v e doc. 680.
[546] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 4, doc. 717.
[547] BNP, ALB, *Roma*, cx. 114 I, cap. 3, doc. n. n..

em Lisboa e, já na qualidade de administrador do morgadio do Canidelo, um emprazamento da quinta da Azenha, em 1473[548], que havia sido comprada por sua tia e Gonçalo de Sá. Foi ainda João Álvares Ribeiro quem redigiu o livro de tombo do morgadio do Canidelo onde estavam registadas todas as quintas, casais, herdades e rendas que ficaram por morte de sua tia Inês Vasques[549], livro que foi herdado pelo filho Fernão Ribeiro, que o acrescentou.

Ligado a esta secção encontra-se o irmão de João Álvares Ribeiro, João Ribeiro (flor. 1492), com um único documento associado – um emprazamento dos passais da igreja de S. Pedro do Canidelo a Pedro Afonso e Inês Lourenço sua mulher, em 3 vidas, a 20 de julho de 1492[550].

SC 03 - RIBEIRO SOUSA

SSC 03.01 - Fernão Ribeiro (flor. 1487-1496); Filipa de Sousa (flor. 1487-1513)

Da sua produção documental apenas registamos uma carta de emprazamento realizada no ano de 1492 e uma cópia coeva do livro de tombo do morgadio do Canidelo[551], que inclui numerosos registos de emprazamentos realizados por si da propriedade vinculada. O facto de não existirem os contratos propriamente ditos poderá querer dizer que a pasta que os continha se terá, eventualmente, extraviado. Os restantes documentos foram produzidos por Filipa de Sousa (flor. 1487-1513) quando esta já era viúva e tutora do filho primogénito do casal, ainda menor[552]: três contratos de emprazamento, um em 1498[553] e dois em 1506[554], relativos a propriedades no termo de Coimbra.

SC 04 - RIBEIRO VAZ

SSC 04.01 - João Álvares Ribeiro II (flor. 1498-1536); Isabel Pais (flor. 1517-1536)

A sua produção documental consta de quatro contratos de emprazamento de casais pertencentes ao morgadio do Canidelo, realizados entre os anos de 1513 e

---

[548] BNP, ALB, *Enc*., cx. 43, cap. 3, cota antiga: M 112 N 29.
[549] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 4, doc. 677A, fl. 2v; doc. 678, fl. 2.
[550] BNP, ALB, *Enc*., cx. 43, mç. 103, cap. 1, cota antiga: M 6 N 51.
[551] BNP, ALB, *Roma*, cx. 70A, cap. 5, cota antiga: M 47 N 10; *ANTT*, cx. 4, doc. 678. Veja-se ainda ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal…*, p. 227 ss.; MORAIS – *Pedatura Lusitana*, vol. 4, t. 1, p. 74 e seguintes.
[552] BNP, ALB, *Enc*., cx. 44A, cap. 1, cota antiga: M 112 N 33.
[553] BNP, ALB, *Enc*., cx. 43, cap. 3, cota antiga: M 112 N 26.
[554] BNP, ALB, *Enc*., cx. 44A, cap. 1, cota antiga: M 112 N 33 e cx. 46B, cap. 2, doc. n. n..

1522[555]. No que diz respeito a Isabel Pais, regista-se um maço de recibos de missa do mosteiro de S. Domingos do Porto, por alma de Inês Vasques, datados de 1517 a 1525[556] e um outro recibo de 1536[557], referente ao mesmo assunto.

SC 05 - SOUSA PINTO

SSC 05.01 - Fernão Ribeiro de Sousa (flor. 1541-1565); Maria Pinto (flor. 1541-1565)

Na sua produção documental destacamos a realização de quatro contratos de emprazamento de alguns casais e outras propriedades pertencentes ao morgadio do Canidelo e ainda os dois contratos de dote de Maria Pinto[558] e outro de sua filha Antónia de Sousa, para casar com Francisco Furtado de Mendonça, datado de 1565[559].

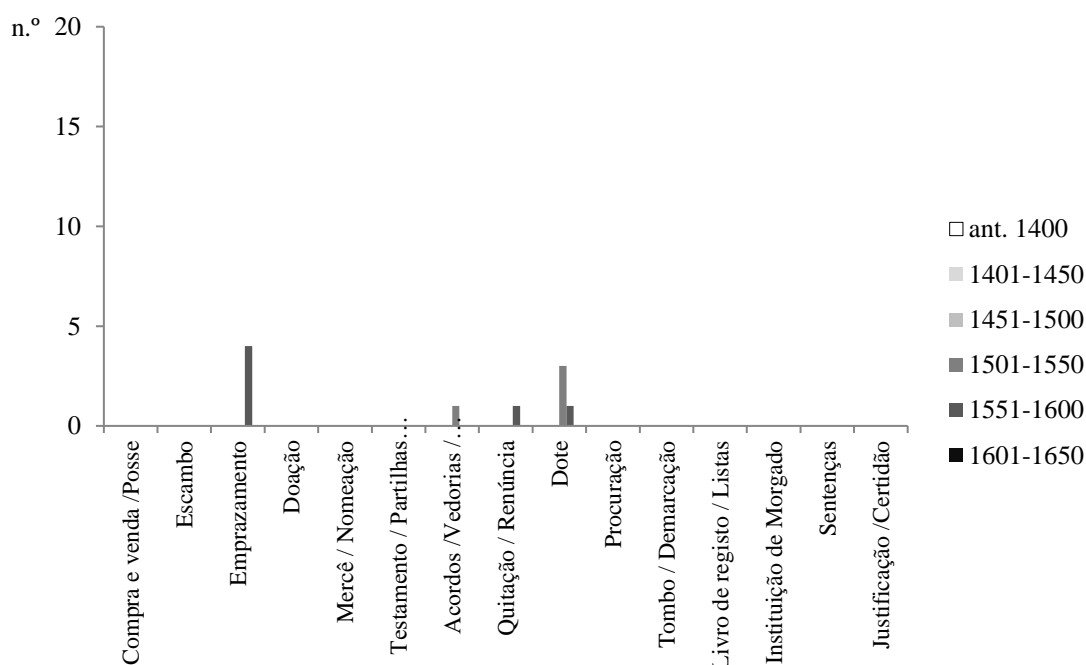



Gráfico 12 - Produção documental de Fernão Ribeiro de Sousa e Maria Pinto

SC 06 - SOUSA MENDONÇA

SSC 06.01 - Antónia de Sousa (flor. 1565- m. c. 1596); Francisco Furtado de Mendonça (flor. 1565-1596)

---

[555] BNP, ALB, *Enc*., cx. 43, cap. 1, cota antiga: M 111 N 30; cap. 2, cota antiga: M 112 N 32; cap. 3, cota antiga: M 112 N 26; cx. 44A, cap. 2, doc. n. n..
[556] BNP, ALB, *Roma*, cx. 101, cap. 1, doc. n. n..
[557] BNP, ALB, *Roma*, cx. 86A, cap. 3, doc. 20.
[558] BNP, ALB, *Enc*., cx. 9, cap. 4, cota antiga: M 99 N 4; *Roma*, cx. 60, fl. 206-210.
[559] BNP, ALB, *Enc*., cx. 9, cap. 4, cota antiga: M 99 N 4.

A produção documental do casal é constituída por um contrato de emprazamento, uma carta de doação, uma sentença e uma certidão e pelos testamentos dos produtores, o de Antónia de Sousa redigido em 1595[560] onde pediu para ser sepultada na capela de S. Domingos do Porto, que era do seu morgadio. Nomeou por herdeiro o seu filho Luís Ferreira de Mendonça e, no caso deste não ter filhos, a Fernão de Mendonça e, na falta deste, a Rui Ferreira Furtado, ambos seus filhos, caso os anteriores falecessem sem herdeiros. Francisco Furtado de Mendonça redigiu o seu testamento em 16 de fevereiro de 1596[561], onde indicou o filho Rui Ferreira Furtado por seu herdeiro. Deixou a Antónia de Sousa todos os bens de raiz que couberam na terça (exceto na Quinta de Argemil) tendo-a ainda nomeado por administradora da fábrica da ermida de Santo António, em sua vida. Após a morte desta, a administração passaria para o filho do casal, Rui Ferreira (nomeado herdeiro universal pelo pai, embora a mãe ainda fosse viva), assim como as quintas de Argemil, Mariz, Gemeses e Balozes, que faziam parte do morgadio de Argemil, e outras quintas pertencentes ao de Fajozes e que ele colocou no terço, tendo-as deixado também em morgadio ao filho Rui Ferreira.

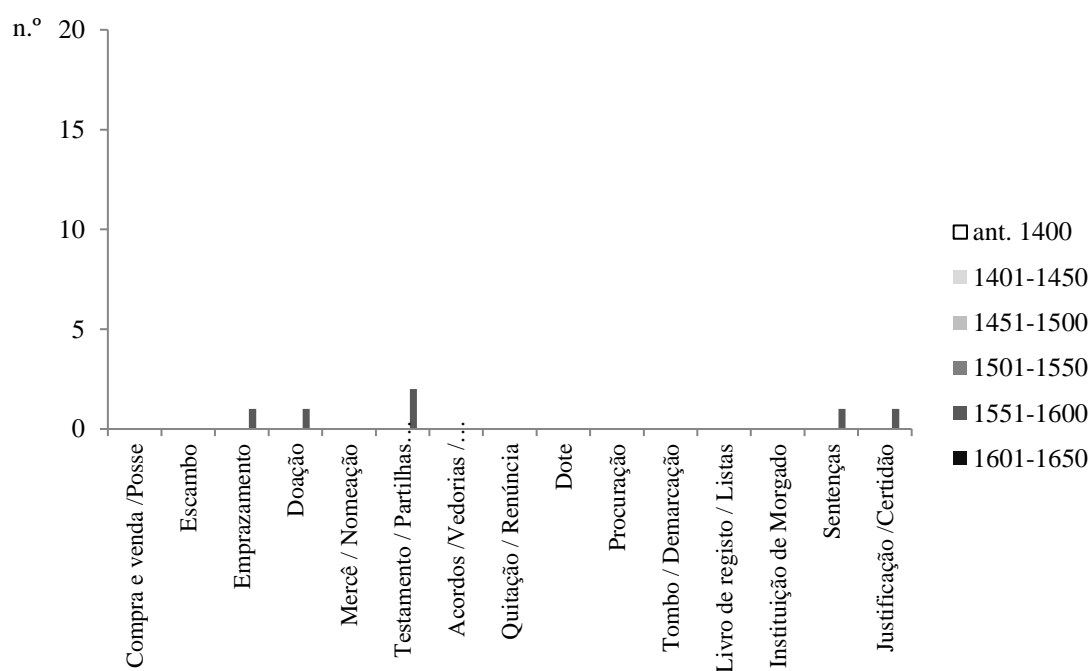



Gráfico 13 - Produção documental de Francisco Ferreira Furtado e Antónia de Sousa

560 BNP, ALB, *Roma*, cx. 58 A, fl. 224-226.
561 BNP, ALB, *Roma*, cx. 113A, cap. 1, cota antiga M 15 N 3.

Ao subsistema Ribeiro encontram-se ligados três subsubsistemas que ordenámos alfabeticamente:

O ***Subsubsistema II.01 – DINIS*** contém a documentação relativa a Afonso Dinis e Catarina Álvares, pais de Álvaro Afonso Dinis – apenas um documento, uma carta de emprazamento datada de 1365[562].

O ***Subsubsistema II.03 – SÁ*** contém documentação de João Rodrigues de Sá (flor. 1391-1425), o pai do segundo marido de Inês Vasques – uma carta de quitação dada por Pedro Brandão, tabelião de Arouca, que havia sido procurador de Beringela Dias Brandoa, dona do Mosteiro de Arouca, na venda da quinta da Azenha, em Ribadouro, julgado de Aguiar de Sousa, no valor de 35.000 reais, ao Mosteiro de Arouca. Nela refere-se que João Rodrigues de Sá havia comprado a quinta a Beringela "ha uns anos atras" e que nunca lhe dera carta de quitação, a qual só foi emitida em 1429, após a sua morte[563].

Por último o ***Subsubsistema II.02 – PINTO***, que contém a documentação relativa aos avós (apenas um emprazamento) e dos pais de Maria Pinto. Destes últimos registamos um contrato de emprazamento de um casal pertencente à Quinta de Paramos, realizado em 1523[564] e uma escritura de dote da sua filha Maria Pinto, realizada em 1541 para casar com Fernão Ribeiro[565].

III - SUBSISTEMA MAGALHÃES (flor. 1363-1605)

No que respeita à produção documental deste subsistema de informação (que tem sete secções) a maior parte foi produzida durante a segunda metade do século XVI, com claro destaque para a documentação relacionada com a gestão fundiária, nomeadamente na realização de cerca de cinquenta contratos de compra e venda de propriedade. Algumas compras foram destinadas à dotação de capelas (como a de António de Magalhães), adquiridas com dinheiro proveniente de dotes. Foi também devido aos matrimónios contraídos com elementos da aristocracia local (vários casamentos com senhoras, filhas de alcaides de castelos da região minhota) que se verificou uma entrada de património e documentação associada, assim como de

[562] BNP, ALB, *Enc*., cx. 43, n.º 103, cap. 2, cota antiga: M 70 N 4.
[563] BNP, ALB, *Enc*., cx. 52A, cap. 1, doc. n. n.
[564] BNP, ALB, *Roma*, cx. 86B, cap. 2, cota antiga: M 114 N 28.
[565] BNP, ALB, *Enc*., cx. 9, cap. 4, cota antiga: M 99 N 4.

documentos respeitantes a familiares das esposas, o que veio a engrossar o “arquivo” familiar. Curiosamente, ao contrário das famílias já analisadas e das seguintes, não temos referência a atos de “conservação” documental. Sintoma disso é o número de pedidos de certidões de documentos – cerca de quarenta – que por qualquer motivo não ficaram cópias nas famílias.

Uma outra característica da produção documental deste subsistema de informação tem a ver com a existência de documentos relativos a membros familiares que não os da primogenitura, tantas vezes quebrada como verificamos no Anexo 1 da presente dissertação. Este facto deve-se, por um lado, pela prática de alguns casamentos endogâmicos entre os elementos familiares e por outro pelo facto de certos elementos da família terem dotado sobrinhos não primogénitos. Como também já referimos, as quebras de primogenitura proporcionaram que filhos segundos fossem trazidos para um plano mais relevante do que aquele que à partida não teriam, o que fez com que os documentos desses elementos também fossem preservados.

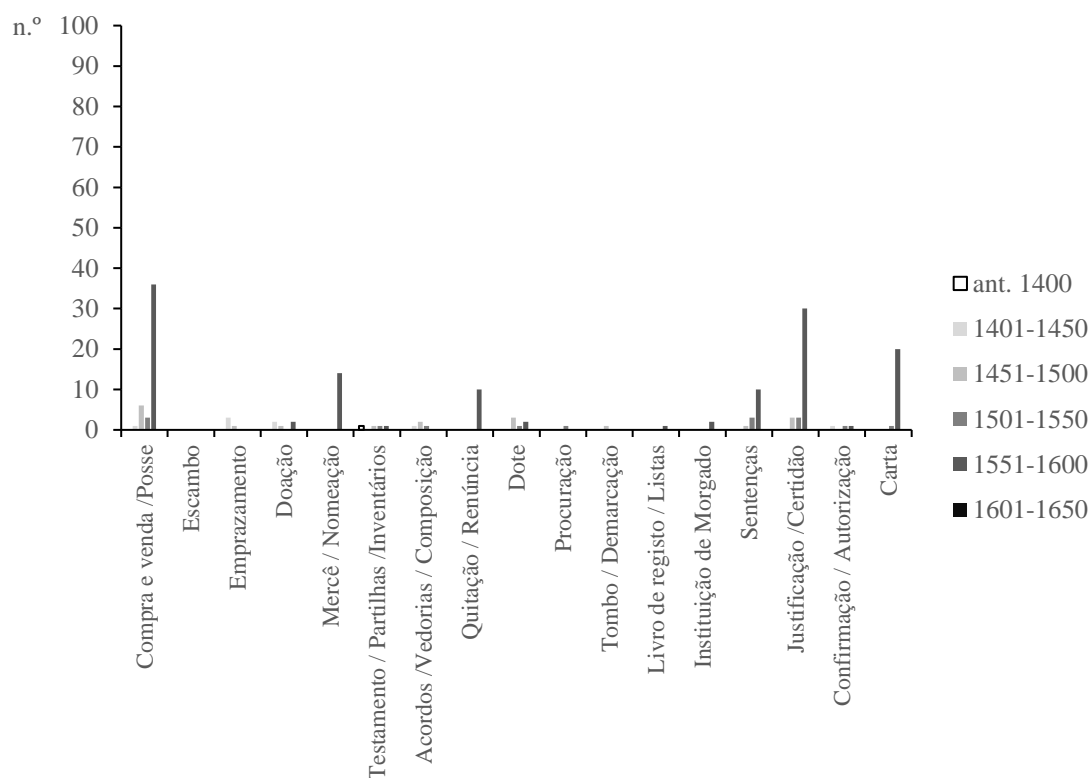



Gráfico 14 - Produção documental do subsistema de informação Magalhães (ant. 1400-1650)

SC 01 – MAGALHÃES FERNANDES

SSC 01.01 – Afonso Rodrigues de Magalhães I (flor. 1363); Maria Fernandes (flor. 1363)

O único documento que nos chegou desta secção foi a carta de partilhas, entre Maria Fernandes e sua irmã, dos bens dos seus pais, em que Maria Fernandes recebeu a Quinta de Passos do Feital, junto aos Rios Homem e Cávado[566].

SC 02 - MAGALHÃES VASQUES

SSC 02.01 - Gil Afonso de Magalhães (flor. 1387-1432); Inês Vasques (flor. 1389-1435)

No ALB o único documento produzido pela secção é uma carta de doação, datada de 1432, das quintas de Mós e Casal do Estanho que foram de Leonor Martins, tia de Gil Afonso a Inês Afonso, sua irmã, com a obrigação de rezar uma missa a 15 de agosto na freguesia[567]. À secção pertenceria a carta de confirmação, hoje desaparecida, de Souto de Rebordões, doada ao seu filho primogénito Afonso Rodrigues de Magalhães II, que dela pediu confirmação[568] em 1450.

SC 03 - MAGALHÃES SOUSA

SSC 03.01 - João de Magalhães I (flor. 1429-1470); Isabel de Sousa (flor. 1448)

Da produção documental do casal ficaram-nos documentos relacionados com a gestão da propriedade familiar, direitos jurisdicionais (uma tomada de posse à revelia, em 1429, de uns moinhos e quinta em Cernache, posse que só lhe foi reconhecida em 1431[569]) e uma carta de sentença relativa à tentativa de usurpação da correição e poder confirmar juízes na Nóbrega em 1443[570], terra de que só teve a jurisdição cível e crime em 1458.

---

[566] BNP, ALB, *Roma*, cx. 99, n.º 150, cap. 2, cota antiga: M 99 N 19; cx. 59, fl. 145-146 (cópia).
[567] BNP, ALB, *Roma*, cx. 114 I, cap. 3, cota antiga: M 114 N 45.
[568] BNP, ALB, *Enc*., cx. 11A, cap. 3, cota antiga: M 104 N 6, fl. 2.
[569] BNP, ALB, *Enc*., cx. 42B, n.º 95, cap. 3, cota antiga: M 19 N 9.
[570] BNP, ALB, *Roma*, cx. 88B, n.º 133, cap. 3, doc. n. n..

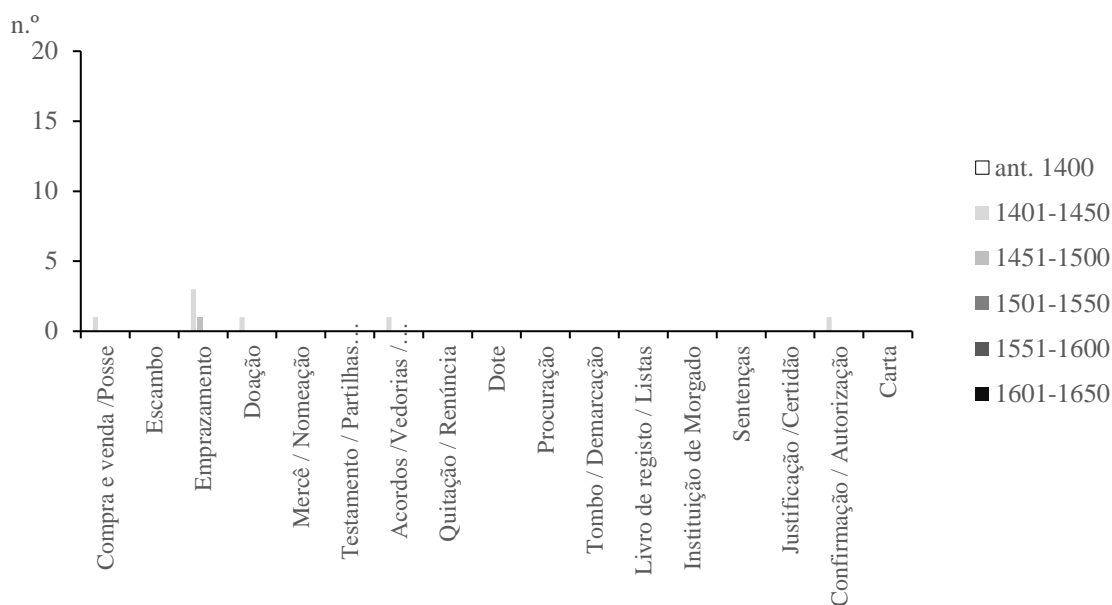



Gráfico 15 - Produção documental de João de Magalhães I e Isabel de Sousa

João de Magalhães I, já viúvo em 1448, efetuou partilhas dos bens dos seus sogros com os cunhados[571].

À secção está ligado ainda o produtor Rui de Magalhães (flor. 1438), irmão de João de Magalhães I, com apenas um documento produzido em 1438 – o dote da sua sobrinha, Beatriz de Sousa, filha do seu irmão João de Magalhães I e de Isabel de Sousa, com dinheiro que lhe tinha ficado por morte do irmão Afonso Rodrigues II[572].

SC 04 - MAGALHÃES MENESES

SSC 04.01 - Gil de Magalhães (flor. 1461-1498); Maria de Meneses (flor. 1461-1484); Isabel de Meneses (flor. 1474- 1555)

No ALB não registamos qualquer documento produzido por Gil de Magalhães em conjunto com a sua primeira mulher, Maria de Meneses, apenas com a segunda. Foram produzidos e conservados documentos relativos à compra e venda de propriedade, acordos, certidões e uma carta de confirmação do padroado da igreja de S. Salvador de Souto de Rebordões[573] Como filho primogénito, foi sentenciado a dar

---

[571] BNP, ALB, *Roma*, cx. 59, fl. 147-152.
[572] BNP, ALB, *Roma*, cx. 60, fl. 162.
[573] BNP, ALB, *Enc*., cx. 11 A, cap. 1, cota antiga: M 104 N 4; ANTT, *Além Douro*, liv. 1, fl. 259v-260.

partilhas dos bens paternos aos seus irmãos[574]. Faz também parte da documentação a carta de citação e processo de partilhas que fez, em Loulé, com os irmãos de Isabel de Meneses, dos bens de Gonçalo Nunes Barreto, seu sogro, que tinha falecido havia anos[575]. À mesma Isabel de Meneses pertence ainda a carta de doação de um quarto da quinta de Reveles e de bens em Cernache recebidos pelas 1500 coroas de ouro que haviam sido prometidas em dote, em 1484[576].

Após o falecimento do marido, Isabel de Meneses continuou a produzir documentação para gestão dos bens da casa, como as partilhas que fez de bens móveis, possivelmente por morte do seu marido, com o seu cunhado Fernão de Sousa, em 1502[577] ou a sentença que obteve sobre um caminho que ia para a sua quinta de Santa Marinha, no último ano, 1555, em que registamos a sua vivência[578].

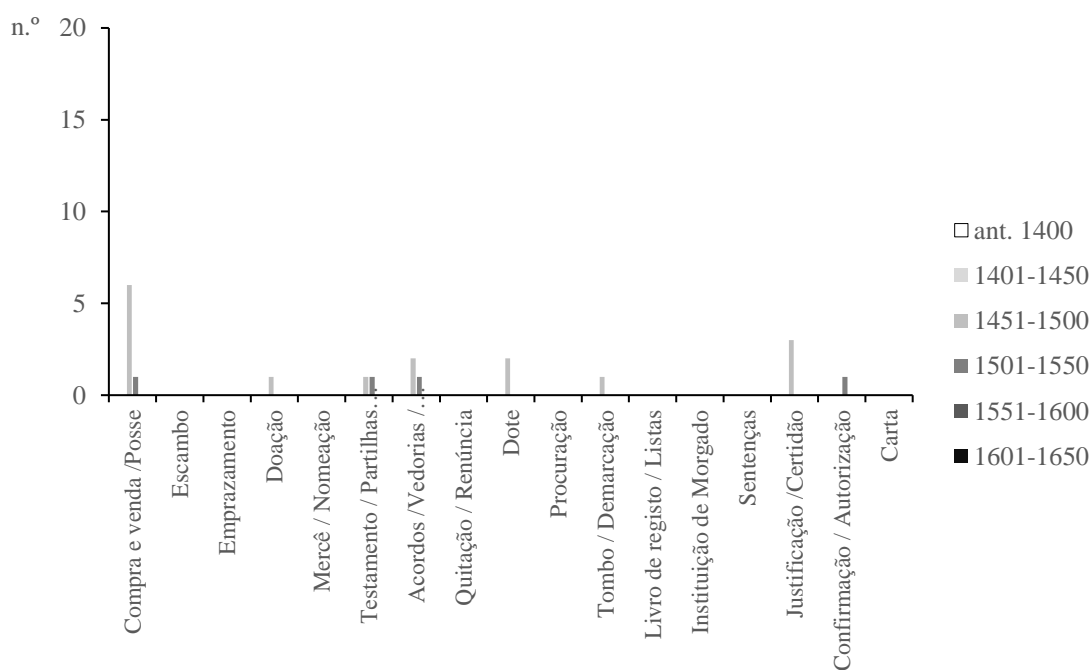



Gráfico 16 - Produção documental de Gil de Magalhães e Isabel de Meneses

SC 05 - MAGALHÃES SILVA I

SSC 05.01 - João de Magalhães II (flor. 1498-1524); Leonor da Silva I (flor. 1514-1535)

---

[574] BNP, ALB, *Roma*, cx. 104, cap. 1, cota antiga: M 99 N 22 (original); cx. 59, fl. 162-163 (cópia) e BNP, ALB, *Roma*, cx. 82III, cap. 8, cota antiga: M 99 N 21 (original); cx. 59, fl. 159-161 (cópia).
[575] BNP, ALB, *Roma*, cx. 59, fl. 153-158.
[576] BNP, ALB, *Roma*, cx. 60 (só no índice) e cx. 99, n.º 150, cap. 1, cota antiga: M 99 N 5.
[577] BNP, ALB, *Roma*, cx. 59, fl. 164.
[578] BNP, ALB, *Roma*, cx. 91A, n.º 122, cap. 1, cota antiga: M 114 N 16.

De todas as secções do sistema de informação Magalhães é a que menos documentos tem, apenas três, não se apontando qualquer facto concreto para essa ocorrência. Não acreditamos que os produtores – João de Magalhães II e Leonor da Silva não os tenham produzido, pois verificamos que, quer os seus antecessores quer os seus sucessores, os produziram em, pelo menos, maior número. Pensamos, pois, que tenha ocorrido algo que tenha dado origem a este vazio documental – a perda de uma pasta, documentação extraviada ou inutilizada por qualquer motivo. Assim, de João de Magalhães II apenas nos chegaram dois documentos, uma escritura lavrada com a sua madrasta, Isabel de Meneses, acerca do seu dote e arras, datada de 1500[579] e uma procuração que fez, já casado, em conjunto com o seu irmão Simão Barreto ao irmão de ambos – Jorge Barreto – para que este pudesse citar João Fernandes de Sousa sobre a Quinta do Real, no couto de Aboim[580]. Quanto a Leonor da Silva após o falecimento do marido, ainda surge num documento de 1535 a vender um campo aos cunhados Francisco de Magalhães e Leonor Pereira[581].

À secção pertence ainda o produtor Pedro Barreto (flor. 1504-1505), irmão de João de Magalhães II, de quem se preservou o testamento de 1505 por ocasião de sua ida na sétima armada para a Índia[582].

SC 06 - MAGALHÃES SILVA II

SSC 06.01 - Manuel de Magalhães (flor. 1524-1581); Margarida da Silva (flor. 1540-1593)

Da produção documental do casal registamos seis cartas enviadas pelo monarca convocando Manuel de Magalhães para servir a coroa portuguesa em incursões no Norte de África, nomeadamente em Ceuta, e uma outra que noticia a morte de D. João III, "enviada" por D. Sebastião e que dá conta do seu levantamento como rei, assim como os termos de acordo da regência da avó e do cardeal D. Henrique enquanto não atingia a maioridade[583]. O seu acervo incorpora também uma carta de doação régia, em 1556, de uma espada guarnecida de ouro e trinta e um pares de pontas de ouro com grãos de aljofar[584], que foram de Álvares de Andrade, no valor de 80.000 reais[585]. A

[579] BNP, ALB, *Enc*., cx. 99, n.º 150, cap. 2, cota antiga: M 99 N 2.
[580] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 9, doc. 763.
[581] BNP, ALB, *Enc*., cx. 50, n.º 23, cap. 5, cota antiga: M 40 N 16.
[582] BNP, ALB, *Roma*, cx. 58A, fl. 164-167.
[583] BNP, ALB, *Roma*, cx. 106 A, n.º 165, cap. 3, doc. n. n..
[584] Vinte e quatro pares de três grãos cada ponta e os sete de outras maiores delas dezoito grãos o par delas de nove. BNP, ALB, *Roma*, cx. 58, fl. 175.

restante produção documental diz respeito à gestão do património fundiário e dos direitos a ele inerentes, por vezes reconhecidos por via judicial. De salientar que a sua viúva, após a morte do marido, foi parte ativa em atos de gestão patrimonial, recorrendo por vezes a sentenças. Para além disso, a documentação regista que, em 1580, Margarida da Silva, com o apoio do filho João de Magalhães III, reuniu em sua casa o juiz, vereadores e capitães de Ponte de Lima e termo para levantar por rei a D. António, contra a vontade de seu filho António de Magalhães de Meneses. Este, que tinha sido chamado a Ponte de Lima por Luís de Brito, fronteiro mor da comarca de Entre-Douro-e-Minho para tratar de assuntos relativos à comarca, não quis reconhecer a atitude da mãe[586], tendo aclamado D. Filipe como rei. Faz ainda parte da documentação a carta de dote de Margarida da Silva no valor de 18.000 dobras, datada de 4 de abril de 1540, parte pago em terras[587] e a outra em dinheiro, da qual seis mil dobras por arras[588], que o seu pai entregou. A documentação dos pais de Margarida da Silva estão descritos no ***Subsubsistema III.01 - ABREU LIMA***.

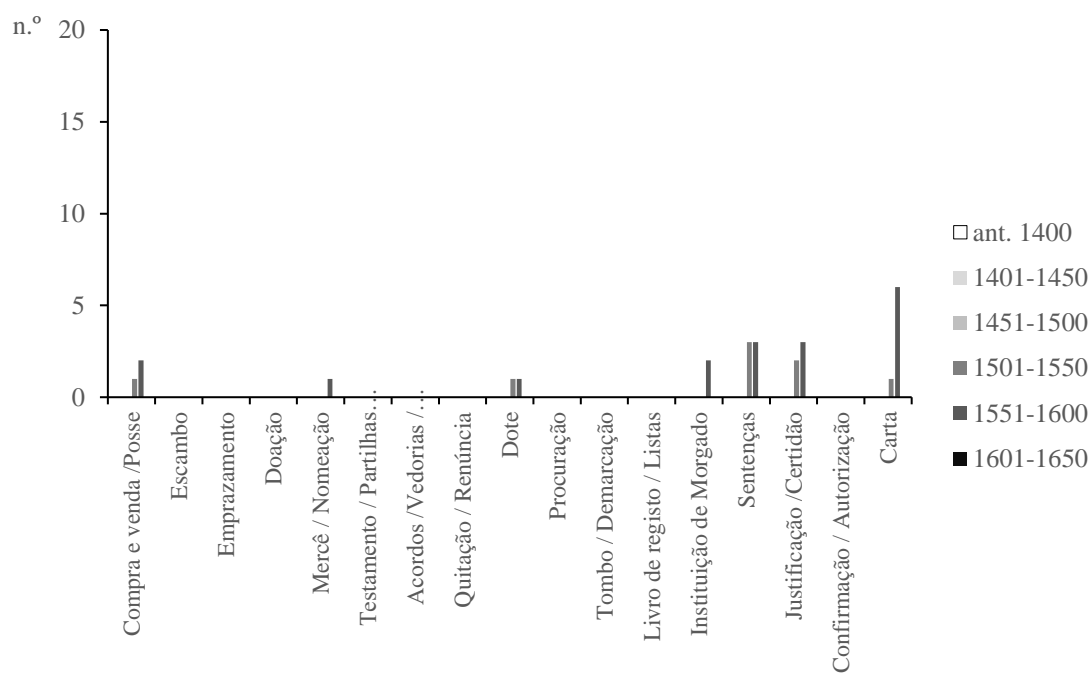



Gráfico 17 - Produção documental de Manuel de Magalhães e Margarida da Silva

585 BNP, ALB, *Roma*, cx. 58, fl. 175.
586 BNP, ALB, *Roma*, cx. 58, fl. 246-246v; 251.
587 BNP, ALB, *Roma*, cx. 60, fl. 118-124.
588 BNP, ALB, *Roma*, cx. 60, fl. 121v-122v.

SC 07 - MAGALHÃES MENESES MENESES

SSC 07.01 - António de Magalhães de Meneses (flor. 1549-1590); Isabel de Meneses (flor. 1549-1605)

A documentação produzida e acumulada nesta secção estrutura-se em torno de quatro temas: a documentação pertencente a António de Magalhães de Meneses, referente às mercês recebidas, confirmação do poder jurisdicional sobre a terra da Nóbrega, os cargos exercidos e o seu desempenho político militar no período posterior à morte do rei D. Sebastião e aclamação de Filipe I. O segundo tema tem a ver com a gestão de propriedade fundiária, que adquire a partir de 1571[589], visando a constituição de um património imobiliário autónomo relativamente ao dos seus pais, com quem estava desavindo, e o terceiro tema, a desavença com os pais originado pelo casamento com Isabel de Meneses contra a vontade dos mesmos. Afastado da administração da capela que os pais instituíram em 1560 e, como tal, privado dos rendimentos da terça com que os pais a dotaram, António de Magalhães viu, "apenas", confirmados os senhorios da Nóbrega e Souto de Rebordões depois da morte do pai em 1581. Também o dote de Isabel de Meneses só foi resgatado após sentença judicial em iniciada em 1574[590] e quitado em 1575[591]. O dote serviu em parte para a construção de umas casas na Quinta da Boavista, onde fundaram, em 1576, uma capela de invocação de Madre de Deus, "para nela poderem ouvir missa"[592] e para a aquisição de bens do morgadio[593].

Por fim, documentação referente à fundação na Barca de um hospital para peregrinos a Santiago de Compostela, para o qual obteve, em 1590, uma bula do Papa Gregório XIV para o prover financeiramente com cem ducados anuais das rendas de algumas igrejas onde detinha o padroado[594] a juntar às rendas de algumas quintas[595], no valor de 300 ducados[596].

A fundação não foi bem vista pela coroa, pois o hospital foi vinculado ao morgadio e, como tal, anexo às rendas dos padroados, pelo que a coroa se achou prejudicada e intentou punir os fundadores. O arcebispo de Braga, D. Frei Agostinho de

---

[589] Só neste ano efetuou cinco compras de propriedade.
[590] BNP, ALB, *Roma*, cx. 60, fl. 78-117.
[591] BNP, ALB, *Roma*, cx. 60, fl. 103v. Em 1576 ainda receberam mais uma parcela do dote, com a qual fizeram umas casas na Quinta da Boavista. BNP, ALB, *Enc*., cx. 50, n.º 23, cap. 5, cota antiga: M 38 N 36.
[592] BNP, ALB, *Roma*, cx. 91A, n.º 122, cap. 1, cota antiga: M 38 N 57.
[593] BNP, ALB, *Roma*, cx. 90A, n.º 119, cap. 2, cota antiga: M 38 N 6.
[594] Igrejas de S. Martinho, S. João, S. Tomé, Santa Maria, S. Salvador, Santo André. BNP, ALB, *Roma*, cx. 114 I, n.º 187, cap. 5, cota antiga: M 106 N 20.
[595] Como a quinta da Pousada. BNP, ALB, *ANTT*, cx. 13, doc. 1070.
[596] BNP, ALB, *Roma*, cx. 114 I, n.º 187, cap. 5, cota antiga: M 106 N 20.

Jesus, intercedeu por Isabel de Meneses, já viúva em 1590, junto do bispo D. Jorge de Ataíde, representante do episcopado português na corte em Madrid, no sentido de favorecer a viúva e o filho do casal, Constantino de Magalhães[597], nomeado administrador do morgadio e consequentemente do hospital.

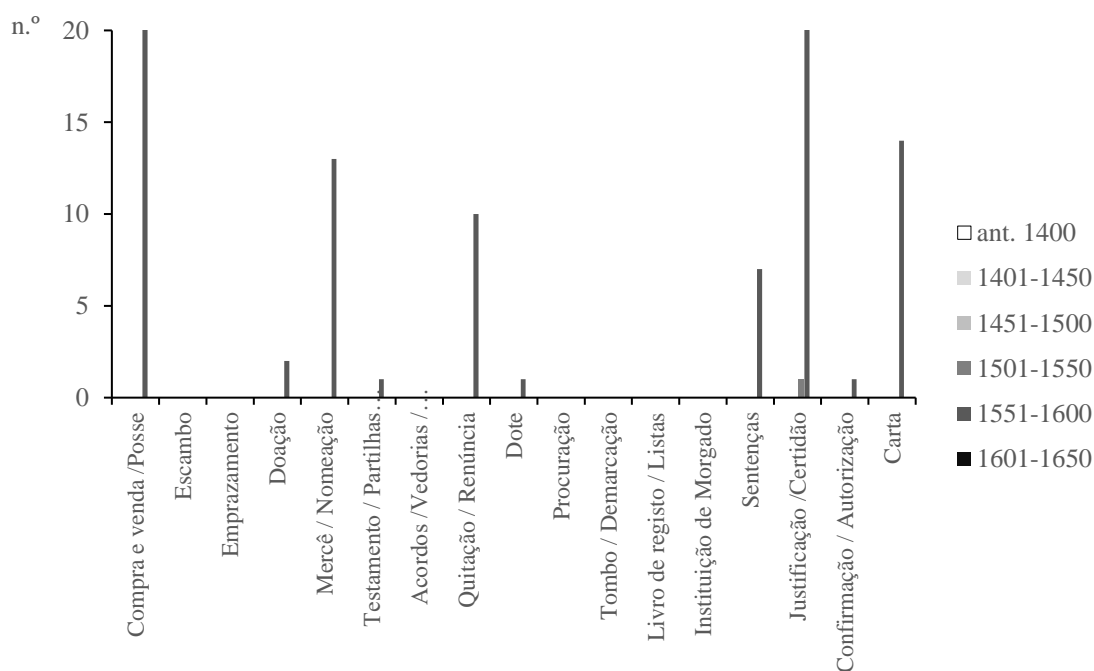



Gráfico 18 - Produção documental de António de Magalhães e Isabel de Meneses

Ao **SUBSISTEMA MAGALHÃES** encontram-se ligados onze subsubsistemas que ordenámos alfabeticamente:

O ***III.01 - Subsubsistema ABREU LIMA*** com duas secções que contém a documentação produzida pelos pais (Leonel de Abreu e Lima (flor. 1537-1548); Maria de Noronha (flor. 1540)) e meio irmão de Margarida da Silva[598], relativa a administração de propriedade – tombos de propriedade relativos à Quinta de Agra, no julgado de Fraião de Coura, no caso dos primeiros; no segundo sete contratos de emprazamento, datados de 1534 a 1586 e dois traslados de tombos de foros que possuía em quintas no termo de Monção[599].

[597] COSTA, Avelino de Jesus da – *Subsídios para a história da terra da Nóbrega e do concelho de Ponte da Barca*, vol. 1, p. 191-192, doc. 21 e 22. A resposta do bispo foi severa, ripostando que o arcebispo deveria ter declarado nula a união dos padroados ao hospital.
[598] Ver **III – SUBSISTEMA MAGALHÃES, SC 06 – MAGALHÃES SILVA II.**
[599] BNP, ALB, *Roma*, cx. 87A, n.º 109, cap. 2, cota antiga: D 6 M 6 N 100 e 102.

O ***III.02 - Subsubsistema BARRETO MAGALHÃES*** com três secções: a primeira diz respeito a Diogo Barreto de Magalhães (flor. 1521-1566), filho de Gil de Magalhães, casado com Violante Pereira (flor. 1530-1564), que produziu documentação entre os anos de 1521 e 1566, relativa a compra de propriedade, emprazamentos e questões judiciais[600]. A segunda secção pertence aos filhos deste casal – Isabel Barreto de Meneses (flor. 1562-1576); Paulo António Teles de Meneses (flor. 1561-1576), que produziram cerca de nove documentos relativos a gestão de propriedade: compra e venda, emprazamento e recurso a algumas sentenças judiciais e a Jorge Barreto de Magalhães (flor. 1564), apenas com um documento associado.

O ***III.03 - Subsubsistema MAGALHÃES I*** com duas secções: a primeira pertence a Francisco de Magalhães e Meneses (flor. 1501-1543), filho de Gil de Magalhães, e às suas três esposas: Constança de Magalhães (flor. 1484-1513); Filipa de Melo (flor. 1526-1527); Leonor Pereira (flor. 1535-1576). Francisco de Magalhães e Meneses produziu, entre 1501 e 1537, cerca de nove documentos que constam de cartas de compra e venda de propriedade, doações, sentenças judiciais[601] e de onde destacamos um traslado de um tombo da quinta de Paço de Mós e do Casal do Telhado, em 1509[602]. De Leonor Pereira (flor. 1535-1576) chegaram até nós cerca de doze documentos, dos quais seis contratos de compra e venda de propriedade e os restantes relativos a sentenças e demarcação de propriedade. De salientar ainda que, em 1624, a família Magalhães não tinha o original do testamento de 1567, pelo que foi pedida cópia à Provedoria de Viana e Foz do Lima[603]. O motivo relacionava-se com a instituição de uma capela por Leonor Pereira na igreja de S. João de Ponte da Barca, para a qual vinculou a sua terça no casal do Barreiro, no concelho de Regalados. O marido já se encontrava sepultado na referida capela e a instituidora nomeou por administradores os filhos António e Jerónimo Barreto, em conjunto, e só após a morte destes a um neto varão. A segunda secção deste subsubsistema contém apenas um documento relacionado com António Barreto (flor.1558-1579), filho de Francisco de Magalhães e Meneses e de Leonor Pereira – uma sentença em que foi absolvido de pagamento de rendas em atraso da quinta de Mós ao seu cunhado António de Magalhães[604].

---

[600] BNP, ALB, *Enc*., cx. 50, n.º 23, cap. 4, cota antiga: M 114 N 24; BNP, ALB, *Roma*, cx. 91A, n.º 122, cap. 1, cota antiga: M 83 N 19.
[601] Como a que teve com D. António de Melo, abade de Pombeiro e seu cunhado por causa do dote da sua segunda mulher, Filipa de Melo. BNP, ALB, *Roma*, cx. 60, fl. 130-161.
[602] BNP, ALB, *Enc*., cx. 46B, n.º 170, cap. 3, cota antiga: M 79 N 27.
[603] BNP, ALB, *Enc*., cx. 39, liv. 13, fl. 10-15v; cx. 47B, cap. 4, doc. n. n..
[604] BNP, ALB, *Enc*., cx. 46B, n.º 170, cap. 3, cota antiga: M 114 N 46.

O ***Subsubsistema III.04 - MAGALHÃES II*** contém a documentação de Fernão de Magalhães, irmão de João de Magalhães I e sogro de Francisco de Magalhães e Meneses[605].

O ***Subsubsistema III.05 - MAGALHÃES ARAÚJO*** está ligado ao subsistema por relação familiar com Beatriz de Magalhães, filha de João de Magalhães e Isabel de Sousa – apenas com um documento relacionado, uma carta de partilhas[606].

O ***Subsubsistema III.06 - MAGALHÃES MAGALHÃES***, pertencente à família de João de Magalhães III, irmão de António de Magalhães de Meneses.

O ***Subsubsistema III.07 - MENESES MELO*** relativo a Pedro da Silva Meneses, filho natural de Manuel de Magalhães. Deste apenas se conserva autógrafo o testamento que redigiu em Chaul a 30 de outubro de 1570 onde nomeou por herdeira a sua mulher[607], e revogou o anterior que tinha feito quando se tinha embarcado para a Índia. A restante documentação, respeitante ao reconhecimento de mercês e tenças concedidas, foi pedida quer pelo seu irmão António de Magalhães quer pelo filho deste, Constantino de Magalhães e Meneses, claramente com objetivos económicos.

O ***Subsubsistema III.08 - SILVA MACHADO***, relacionado com a família de Maria da Silva, filha de Manuel de Magalhães (a sua carta de dote[608]).

-O ***Subsubsistema III.09 - SILVA MENESES*** diz respeito ao casal Leonor da Silva II, filha de Manuel de Magalhães, e Jerónimo Barreto de Meneses, eles próprios primos um do outro, revelador de mais um casamento endogâmico que caracteriza esta família. A documentação do casal relaciona-se com a administração da capela de Leonor Pereira, mãe de Jerónimo Barreto de Meneses e com a herança dos filhos do casal falecidos na Índia[609].

O *Subsubsistema III.010 - RIBEIRO SOUSA* contém a documentação dos pais de Isabel de Sousa – uma carta de compra da quinta de Santa Marinha, realizada em 1428 e a carta de partilhas dos bens do casal, repartidos entre os filhos em 1448[610]. Por fim o ***Subsubsistema III.011 - SOUSA BARBOSA***, que contém os documentos pertencentes a Fernão Sousa Magalhães, irmão de Gil de Magalhães.

---

605 Como podemos ver no vol. II, Anexo 1.
606 BNP, ALB, *Roma*, 59, fl. 165-166 (original) e 167-170 (cópia).
607 BNP, ALB, *Roma*, cx. 58A, fl. 153-157.
608 BNP, ALB, *Roma*, cx. 60, fl. 125-129.
609 Veja-se o vol. II, Anexo 1.
610 BNP, ALB, *Roma*, cx. 104, n.º 159, cota antiga: M 114 N 19; cx. 59, fl. 147-152; cx. 99, n.º 150, cota antiga: M 99 N 20.

IV - SUBSISTEMA CARVALHO (flor. 1454-1615)

A produção documental do sistema de informação Carvalho inclui documentos produzidos e acumulados pelos vários elementos da família desde meados do século XV até meados do século XVI. Com efeito, o primeiro documento que podemos considerar como fazendo parte deste sistema de informação é uma carta de compra da quinta do Couto, datado de 1426[611], e que fez parte do património adscrito ao morgadio instituído por Diogo Lopes de Carvalho em meados do século XVI.

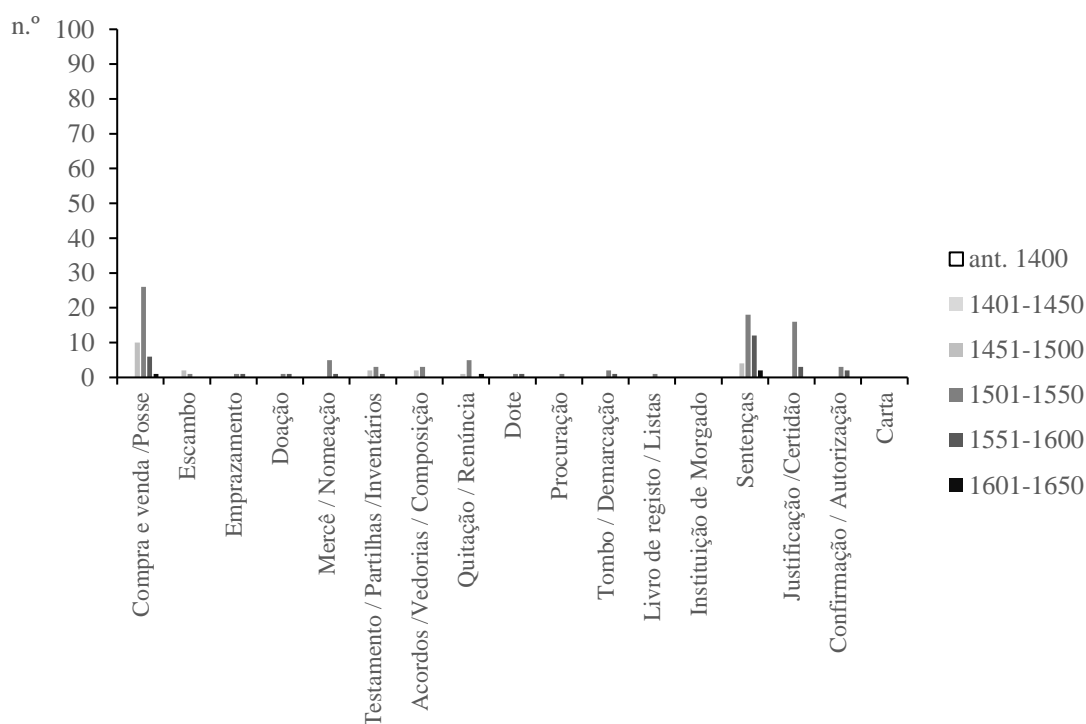



Gráfico 19 - Produção documental do subsistema de informação Carvalho (ant. 1400-1650)

SC 01 - LOURENÇO

SSC 01.01 - Vasco Lourenço da Torre ou Vasco Lourenço Vieira (flor. 1454)

Da documentação relativa à capela que instituiu apenas podemos considerar o traslado do seu testamento, datado de 1454[612], toda a restante documentação é posterior a 1499, data da sentença[613] obtida pelo seu sobrinho neto, Diogo Lopes de Carvalho, que conseguiu reaver para a família Carvalho a administração do morgadio. Posteriormente,

[611] BNP, ALB, *Roma*, cx. 114 II, n.º 187, cap. 2, cota antiga: 8.
[612] BNP, ALB, *Roma*, cx. 59A, cap. 1, cota antiga: 692.
[613] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 8, doc. 455, cota antiga: 729.

em 1536, Gaspar de Carvalho renovou o direito de administração da capela, por falecimento do tio Diogo Lopes de Carvalho[614] e assim como os seus descendentes.

SC 02 - SOTOMAIOR CARVALHO

SSC 02.01 - Lopo Sanches de Sotomaior (flor. 1456-1491); Leonor Afonso de Carvalho (flor. 1456-1491)

A sua produção documental é constituída por duas sentenças, um escambo e dez cartas de compra e venda de propriedade – uma casa na judiaria de Guimarães, um pelame em rio de Couros, umas quintas e uns casais – datadas da segunda metade do século XV. De notar que a compra de vários casais – Outeiro, Nevogilde, Nisca e mais outros dois em Delães – foram feitos a Pedro de Sousa, alcaide mor do castelo de Bragança e a sua mulher, Margarida de Alvim e à filha do casal, Margarida de Sousa, nos anos de 1482 a 1493[615].

A casa na judiaria de Guimarães foi comprada pelo casal a Afonso Carvalho, tabelião de Guimarães, primo de Leonor Afonso, a qual havia sido herdada dos pais daquele – Afonso Pires do Conde e Leonor Gil. Também destes últimos registamos a presença de mais alguns documentos no ALB[616], que terão entrado no sistema de informação Carvalho por via de compra de propriedade, como o caso da casa na judiaria de Guimarães, já referida.

[614] BNP, ALB, *Roma*, cx. 106A, n.º 165, cap. 7, cota antiga: 726.

[615] BNP, ALB, *Roma*, cx. 67A, cap. 8, cota antiga: 4; cx. 92, n.º 123, cap. 1, doc. n. n.; cx. 101, n.º 153, cap. 4, cota antiga: 63; cx. 114 II, n-º 187, cap. 2, cota antiga: 100; cap. 3, cota antiga: 10; cx. 80A, n.º 88, cap. 1, cota antiga: 38.

[616] BNP, ALB, *Roma*, cx. 82 I, n.º 93, cap. 2, cota antiga: 77; cx. 114II, n.º 187, cap. 4, cota antiga: 49; *Enc*., cx. 10A, cap. 4, cota antiga: 97.

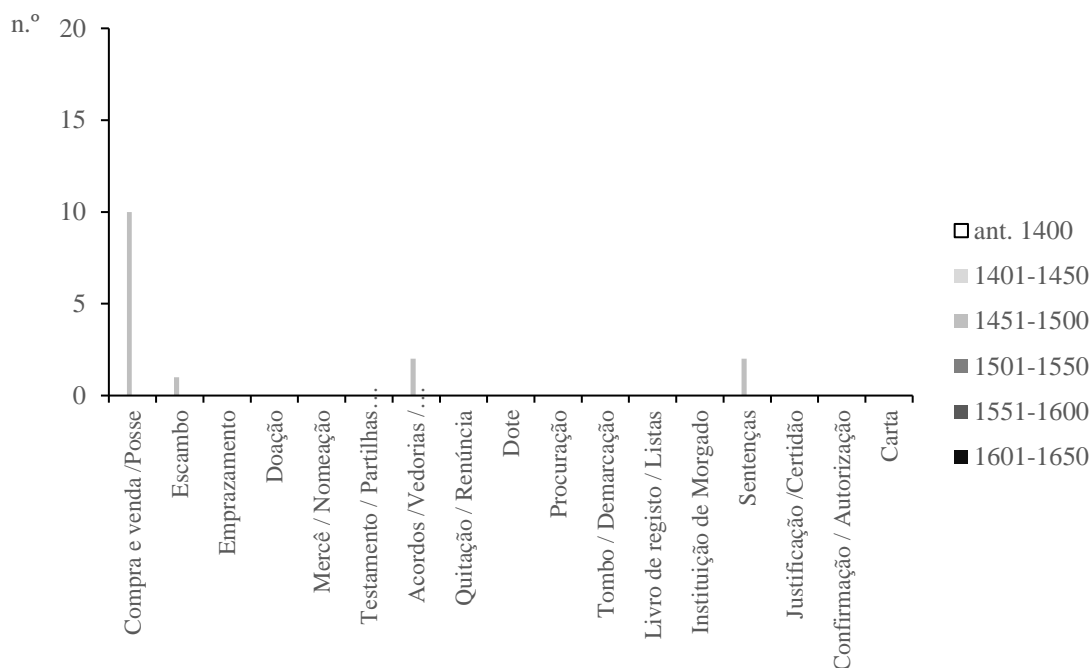



Gráfico 20 - Produção documental de Lopo Sanches de Sotomaior e Leonor Afonso de Carvalho

SC 03 - LOPES DE CARVALHO

SSC 03.01 - Diogo Lopes de Carvalho (flor. 1477-1541)

A sua produção documental é vasta e constituída na sua maioria por cartas de sentença e cartas de compra e venda de propriedade, urbana e rústica, realizada em função da administração da capela de Vasco Lourenço, na constituição de vínculo próprio, quer ainda na administração dos bens que herdou por morte de suas tias e dos seus pais. A administração do património familiar podia revestir diversas formas, como aquisição de terreno para aumento de área de determinada propriedade – como a que realizou em 1503, comprando a metade do casal de Fofe[617], local onde os seus pais já haviam adquirido um outro em 1478[618] ou cuidando para que as rendas auferidas não se desbaratassem ou fossem em parte alteradas ou mesmo "sonegadas", recorrendo, se necessário, ao pedido de diversas certidões, quer à Torre do Tombo quer a cartórios locais, como aconteceu no caso dos casais que os seus pais haviam comprado a Pedro de Sousa e sua esposa, Margarida de Alvim. Em 1516 foi necessário pedir uma certidão do testamento[619] de Joana Martins Teixeira, de 1454, mulher de Gonçalo Afonso do Sem, cavaleiro, morador em Guimarães, que fora sepultada no mosteiro de S. Domingos da

[617] BNP, ALB, *Roma*, cx. 101, n.º 153, cap. 4, cota antiga: 13.
[618] BNP, ALB, *Roma*, cx. 101, n.º 153, cap. 3, cota antiga: 17.
[619] BNP, ALB, *Roma*, cx. 67A, cap. 8, cota antiga: 31.

mesma, com encargos de missas no valor de cem libras, pagas às terças do ano, sobre determinadas propriedades. A herdeira e testamenteira fora a filha, Margarida de Alvim, a qual, como fica mencionado no Anexo 1, vendera a Lopo Sanches os casais de Delães, que estavam vinculados a essa capela.

Também atribuímos a autoria de Diogo Lopes de Carvalho a um rol de foros de diversas propriedades em Guimarães, e entre elas os casais de Fofe, Delães, Soalhães, assim como de propriedade urbana na vila, datado de finais do século XV – inícios do século XVI[620]. O caderno está intitulado de "tombo da rre*n*da q*ue* tenho em gujmarr*ae*z", posteriormente renomeado de "rol das rendas todas do morgado e a q*ue* paga cada cazeiro". Nele podem ser colhidos não apenas o rol das rendas, como o nome de alguns rendeiros: entre eles Lopo da Ramada, que trazia uma casa emprazada com duas leiras na Rua de Coiros, por 5 reais[621], poderá ser familiar de João Lopes da Ramada, que comprou umas casas na rua do Espírito Santo, em Guimarães a João de Andrade e sua mulher Catarina Fernandes a 27 de janeiro de 1506[622]. E ainda a menção ao Casal do Pinheiro, que rendia 16 alqueires de pão meado, então trazido por "minha tia"[623] aponta também nesse sentido.

Ainda pela análise da documentação presente no ALB relativa a Diogo Lopes de Carvalho verificamos que a constituição de morgadio próprio e a administração deste foram o aspeto decisivo para a preservação da documentação, como temos também vindo aliás a detetar para as outras famílias já elencadas nesta dissertação. Mas aqui na família Carvalho houve mais um fator que não deve ser descurado: das famílias analisadas foi a única que demonstrou interesse em colocar uma cópia do tombo de propriedade do vínculo, assim como uma cópia do documento fundador (o testamento) instituído na Torre do Tombo, para "por ele se ver e saber a verdade cada e quando necessário fosse", o que demonstra não só a consciência que a documentação devia ser preservada mas também o reconhecimento que a Torre do Tombo constituía a garantia dessa preservação e autenticação. Não bastava por isso a cópia que ficava na arca das escrituras das heranças do morgadio, que estava na casa onde estes viveriam e que podia ser consultada quando necessário fosse.

---

[620] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 2, doc. 718.
[621] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 2, doc. 718, fl. 3v.
[622] BNP, ALB, *Roma*, cx. 101, n.º 153, cap. 3, cota antiga: 110.
[623] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 2, doc. 718, fl. 3v.

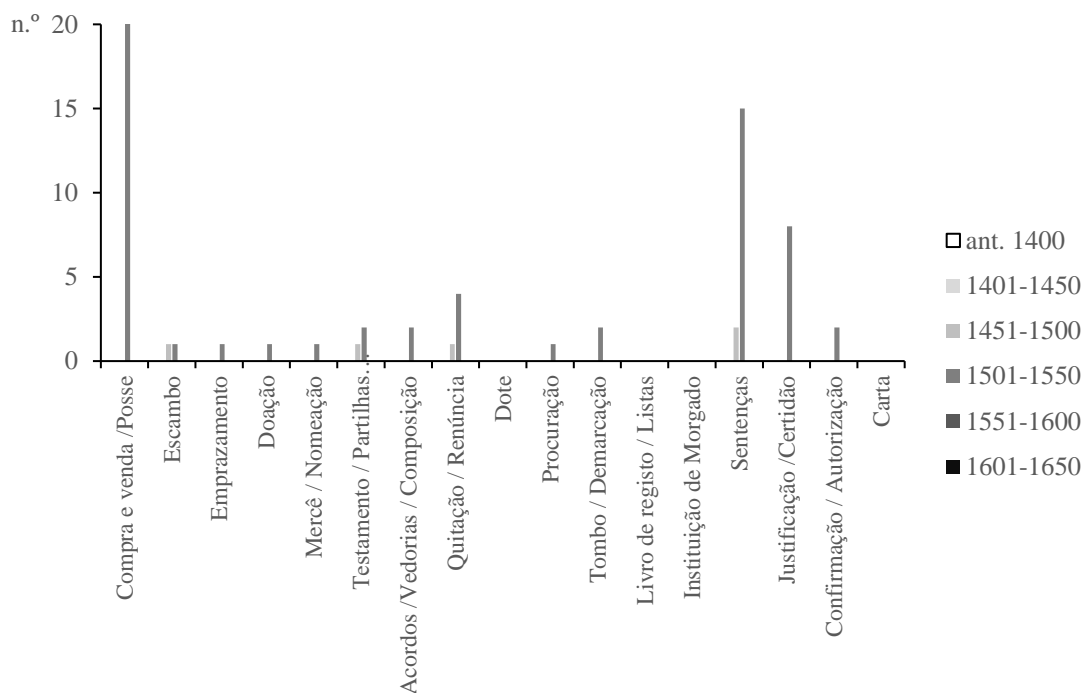



Gráfico 21 - Produção documental de Diogo Lopes de Carvalho

Relativamente a esta secção incluímos ainda a documentação produzida pelo filho de Diogo Lopes de Carvalho, Lopo de Carvalho, falecido em Malaca, de que restou apenas um documento, o testamento que pediu para ser enviado para Portugal com as restantes escrituras que tinha numa sua caixa[624].

SC 04 - CARVALHO AGUIAR

SSC 04.01 - Gaspar de Carvalho (flor. 1526-1557); Maria de Aguiar (flor. 1526)

A quebra de varonia originada pelo falecimento de Lopo de Carvalho fez com que na administração dos vínculos da família sucedesse o sobrinho de Diogo Lopes de Carvalho. A produção documental desta secção inicia-se, de uma maneira geral, após o falecimento do seu tio Diogo Lopes de Carvalho, ocorrida cerca de 1541, data dos primeiros documentos respeitantes à administração da propriedade vincular. Tratam-se sobretudo de cartas de compra e venda de propriedade, um escambo e outro emprazamento, cartas de mercê e sentenças judiciais, assim como, talvez a maioria, certidões.

Destacamos, do conjunto documental, a carta de mercê que recebeu, por serviços prestados à coroa portuguesa, para as filhas – Catarina, Beatriz e Maria – poderem usar

[624] BNP, ALB, *Roma*, cx. 92, cap. 1, cota antiga: 590, fl. 2 v.

o tratamento de "dom", com todos os privilégios associados, em 1542[625]; do mesmo ano as instruções para se proceder à visitação do bispado de Braga, em que, numa nota final, o rei deu resposta a um pedido de Gaspar de Carvalho para lhe encaminhar um filho no serviço régio[626]. Por fim não podemos deixar de referir a carta de mercê que D. João III outorgou a Gaspar de Carvalho, em 1543, para que este e os sucessores do morgadio dos Carvalhos pudessem residir noutro local que não Guimarães[627], como fora imposto pelo seu tio ao instituir o mesmo. Com efeito, e como referimos acima, Diogo Lopes de Carvalho tinha instituído a administração do morgadio com obrigatoriedade de residência e de permanência na casa que havia comprado em Guimarães, excetuando apenas casos de peste[628]. A desobediência a esta cláusula podia originar exclusão do "cargo" para o sucessor o que, em termos práticos, implicava que Gaspar de Carvalho, desembargador do Paço em Lisboa, teria de abdicar da condição de morgado.

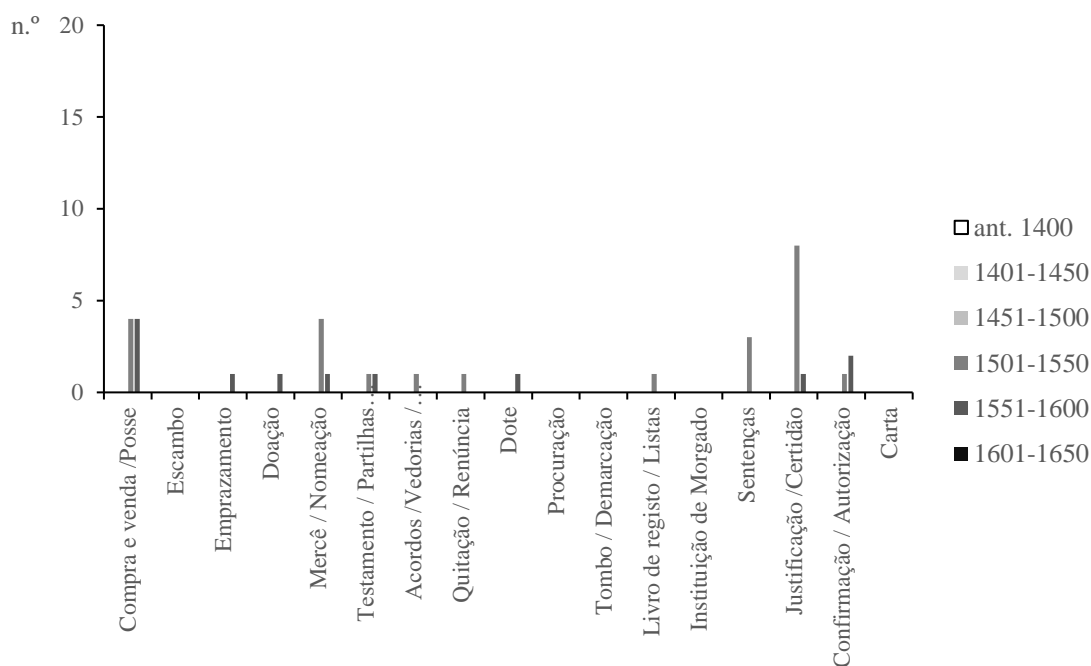



Gráfico 22 - Produção documental de Gaspar de Carvalho e Maria de Aguiar

Pensamos ser ainda de Gaspar de Carvalho a "autoria" de um livro de recebimento de foros do morgadio, não datado, mas continuado e acrescentado por António Lopes de Carvalho. Nele constam os foros recebidos dos diversos foreiros das

625 BNP, ALB, *Roma*, cx. 106A, cap. 3, cota antiga: 738.
626 BNP, ALB, *Roma*, cx. 106A, cap. 3, doc. n. n..
627 BNP, ALB, *Enc*., cx. 10, cap. 1, cota antiga: 34 e 121.
628 BNP, ALB, *Enc*., cx. 10, cap. 1, cota antiga: 580.

várias propriedades pertencentes ao morgadio, assim como das rendas das casas da Ruas dos Mercadores, do Santo Espírito, de Vale de Donas, Santa Maria e da Torre Velha, em Guimarães, com indicação do nome dos foreiros[629].

A **SC 05 – LOPES DE CARVALHO CARNEIRO** caracteriza-se, uma vez mais, por uma quebra de varonia na sucessão na administração dos vínculos. António Lopes de Carvalho (flor. 1572-1592), primogénito de Gaspar de Carvalho, casou com Milícia de Novais Carneiro (flor. 1572-1595) mas não tiveram sucessores, pelo que a administração dos morgadios recaiu sobre o irmão mais novo de António, Luís Lopes de Carvalho, após o falecimento daquele e que constitui a secção seguinte.

Do casal António Lopes de Carvalho (flor. 1572-1592) e Milícia de Novais (flor. 1572-1595) existe no ALB apenas um documento produzido por Milícia de Novais – a posse que deu ao seu cunhado Luís Lopes de Carvalho, do morgadio de Diogo Lopes, por falecimento do marido e por não terem tido descendentes[630]. Já de António Lopes de Carvalho não temos documento autógrafo, mas sim registo de utilização de documentação antiga para efeitos de prova de direitos. Assim, uma nota no verso de um pergaminho indica que aquele documento – uma carta de sentença que Diogo Lopes de Carvalho entregou na junta das confirmações acerca da jurisdição do couto de Abadim, datada de 24 de janeiro de 1522[631] – foi apresentado por António Lopes de Carvalho em 1592 na mesma junta das confirmações para reconhecimento do poder de jurisdição no referido couto.

A esta secção pertencem ainda os produtores/irmãos de António Lopes de Carvalho: João Lopes de Carvalho (apenas duas cartas de tença de moço fidalgo e escudeiro); Maria Mendes, Catarina de Carvalho a quem foi dado alvará régio para uso de dom (apenas um documento onde as duas são mencionadas); Beatriz de Carvalho, que deu origem ao ***Subsubsistema IV.03 - CARVALHO DIAS*** (mencionada no mesmo documento das irmãs e no contrato de dote do casal[632]).

SC 06 - LOPES DE CARVALHO EÇA

SSC 06.01 - Luís Lopes de Carvalho (flor. 1595-1603); Mécia de Eça (flor. 1597-1615)

[629] BNP, ALB, *Enc*., cx. 10A, cap. 4, cota antiga: 1114.
[630] BNP, ALB, *Enc*., cx. 10, n.º 121, cap. 1, cota antiga: 358.
[631] BNP, ALB, *Roma*, cx. 101, n.º 153, cap. 5, cota antiga: 44.
[632] BNP, ALB, *Roma*, cx. 106A, cap. 3, doc. n. n..

Pertencem a esta secção os documentos de tomada de posse dos vínculos instituídos por Diogo Lopes de Carvalho, quer por Luís Lopes de Carvalho, quer pela sua viúva, como tutora do filho do casal, Diogo Lopes de Carvalho II, menor à data de falecimento do pai.

Ao **SUBSISTEMA CARVALHO** encontram-se ligados quatro subsubsistemas que ordenámos alfabeticamente:

O ***Subsubsistema IV.01 - CARVALHO ABREU*** contém a documentação de Beatriz Lopes de Carvalho e Catarina Dias de Carvalho, respetivamente irmã e sobrinha de Diogo Lopes de Carvalho.

O ***Subsubsistema IV.02 – CARVALHO BRANCO*** contém a documentação de Berengueira Gil de Carvalho, tia de Diogo Lopes de Carvalho – apenas um documento, o seu testamento de 1477[633].

O ***Subsubsistema IV.03 – CARVALHO DIAS*** contém a documentação relacionada com Beatriz de Carvalho, filha de Gaspar de Carvalho.

O ***Subsubsistema IV.04 – CARVALHO PEREIRA*** pertence a Berengueira Eanes de Carvalho, tia de Diogo Lopes de Carvalho, com dois documentos – a carta de compra de um quinhão de uma quinta[634] e três testamentos, dois de Berengueira[635] e outro do seu marido Vasco Pereira[636].

V - SUBSISTEMA CUNHA (flor. 1402-1638)

Considerámos para o subsistema Cunha os documentos produzidos e acumulados pelos elementos da família desde a primeira metade do século XV até meados do século XVII.

O gráfico abaixo apresenta a produção documental, de onde se destacam os emprazamentos de propriedade no período de 1451-1500 (dezoito contratos) e no seguinte de 1501-1550 (vinte contratos), baixando no período que vai de 1551 a 1600 (quinze contratos) e no seguinte, de 1601 a 1650, com dez contratos celebrados. Neste último período assiste-se a um incremento na compra de propriedade fundiária, por ação de André Velho de Azevedo II. Saliente-se ainda o valor de vinte e nove sentenças

[633] BNP, ALB, *Enc*., cx. 10, cap. 1, cota antiga: 344.
[634] BNP, ALB, *Roma*, cx. 82 I, n.º 93, cap. 2, cota antiga: 360.
[635] BNP, ALB, *Roma*, cx. 92, cap. 1, cota antiga: 696.
[636] BNP, ALB, *Roma*, cx. 92, cap. 1, cota antiga: 42.

judiciais, ocorridas também neste último período e sob a gestão de Jorge da Cunha I, obtidas por via judicial contra emprazadores que não cumpriam as suas obrigações relativas aos foros a pagar pela exploração de propriedade pertencente ao morgadio.

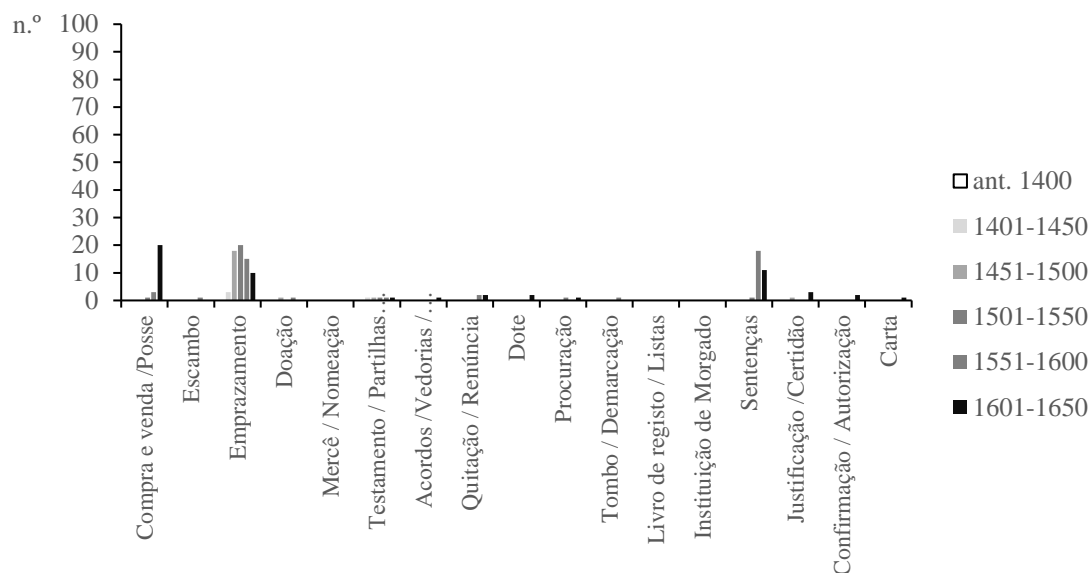



Gráfico 23 - Produção documental do subsistema de informação Cunha (ant. 1400-1650)

SC 01 - GOMES I

SSC 01.01 - Rui Gomes (flor. 1402-1415); Inês Lourenço (flor. 1402)

Da sua produção documental restaram no ALB dois contratos de aforamento enfateusim, um deles realizado com sua mulher a Estevão Domingues, tabelião e à mulher deste, Domingas Lourenço, de um talho de herdade no arrabalde de Monção e outro na herdade de Salgueiral de Agrelo, realizado em 1402[637] e um outro, com os seus filhos a Geraldo Martins, carniceiro de um talho de herdade em Cortos, termo de Monção[638].

SC 02 - GOMES II

SSC 02. 01 - Vasco Gomes (de Monção) (flor. 1415-1449)

No ALB só registamos três documentos onde se menciona Vasco Gomes – um datado de 1415[639], em que surge com os seus irmãos a emprazar um pedaço de terra em

[637] BNP, ALB, *Enc*., cx. 12, cap. 1, cota antiga: 591.
[638] BNP, ALB, *Roma*, cx. 67, doc. 10, cota antiga: 610.
[639] BNP, ALB, *Roma*, cx. 67, doc. 10, cota antiga: 610.

Cortos, outro datado de 1457[640], realizado pelo seu filho Pedro Vaz e onde se refere que é seu filho mas sem dizer se Vasco Gomes estava vivo nessa data. O terceiro documento é uma certidão feita a pedido de Álvaro Afonso, capelão de Vasco Gomes e Guiomar Afonso sobre o testamento desta última, de 1449[641], onde vem referida como viúva de Vasco Gomes de Monção.

SC 03 - VAZ

SSC 03.01 - Pedro Vaz da Praça (flor. 1444-1505); Margarida Vaz (flor. 1457-m. 1494); Germaneza Pereira I (flor. 1498-1505)

A sua produção documental é constituída sobretudo por contratos de emprazamento realizados nos anos de 1451-1500, num total de dezoito, sendo residuais as outras tipologias documentais – uma certidão, uma carta de doação e um testamento, datado de 1500, no qual instituiu capela em seu nome, na igreja de Santa Maria de Monção e em que nomeia o sobrinho Paio Rodrigues de Araújo.

Como podemos verificar no Anexo 1, Pedro Vaz foi administrador de uma capela instituída por um seu tio, Fernão Pais, da qual não detetámos qualquer documento. Apenas é referida no seu testamento de 1500[642], no testamento de Paio Rodrigues de Araújo[643], seu sucessor e só muito posteriormente, no século XVIII, uma outra menção – "Clarezas que devem servir de instrução para o estabelecimento dos vínculos que se pretendem formar no juízo da provedoria de Viana conforme a verba do testamento de D. Maria Josefa da Cunha da Silva e Velho[644], referindo o vínculo de Pedro Vaz da Praça, o qual deixou todos os seus bens e os de seu irmão Gomes Lourenço e **a capela de Fernão Pais** a seu sobrinho Paio Rodrigues e todos os seus descendentes. [17--][645]".

---

[640] BNP, ALB, *Enc*., cx. 12, cap. 1, cota antiga: 590.
[641] BNP, ALB, *Enc*., cx. 54, cap. 2, cota antiga: 582.
[642] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 11, doc. 554.
[643] BNP, ALB, *Enc*., cx. 7A, cap. 3, cota antiga: 658.
[644] Maria Josefa da Cunha Velho foi mãe do primeiro Visconde de Vila Nova de Souto del Rei, Francisco de Almada e Mendonça e é por essa via que os documentos do subsistema Cunha entram no sistema de informação Almada e Lencastre Bastos.
[645] BNP, ALB, *Enc*., cx. 54, cap. 5, doc. n. n..

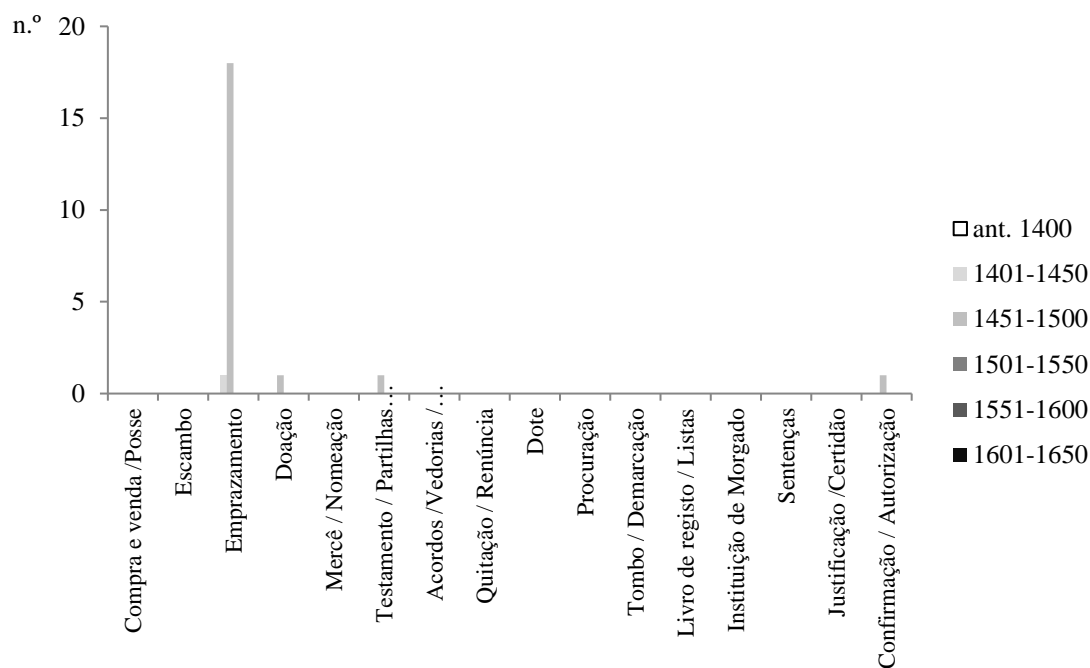



Gráfico 24 - Produção documental de Pedro Vaz da Praça

SC 04 - ÁLVARES ARAÚJO

SSC 04.01 - Paio Rodrigues de Araújo (flor. 1500-m. 1528); Isabel Álvares (flor. 1501-1519)

A sua documentação, datada entre 1501 e 1528, data da sua morte, foi, a maior parte, realizada em conjunto com a sua mulher. Caracteriza-se por perto de duas dezenas de contratos de emprazamento de propriedade, em Monção e no termo, para além de uma cópia coeva do seu testamento[646]. Foi ainda no seu testamento que registamos a posse de um breviário que havia emprestado a Afonso Vaz, clérigo em Santa Eugénia[647].

De notar ainda que Paio Rodrigues teria produzido mais cinco documentos, os quais apenas fazem parte da relação de documentos pertencente ao morgadio constante no índice do cartório de 1836, mandado fazer pelo quarto visconde de Vila Nova de Souto del Rei e que não conseguimos encontrar presentemente no ALB, possivelmente extraviados ou destruídos. Desses cinco documentos, dois respeitam a contratos de compra e venda de propriedade onde se menciona no resumo o nome de Paio Rodrigues, nos outros dois e numa sentença não se menciona o nome de Paio, pelo que não foram considerados, apesar de terem sido realizados antes de 1528.

[646] BNP, ALB, *Enc*., cx. 7A, cap. 3, cota antiga: 658.
[647] BNP, ALB, *Enc*., cx. 7A, cap. 3, cota antiga: 658, fl. 12v.

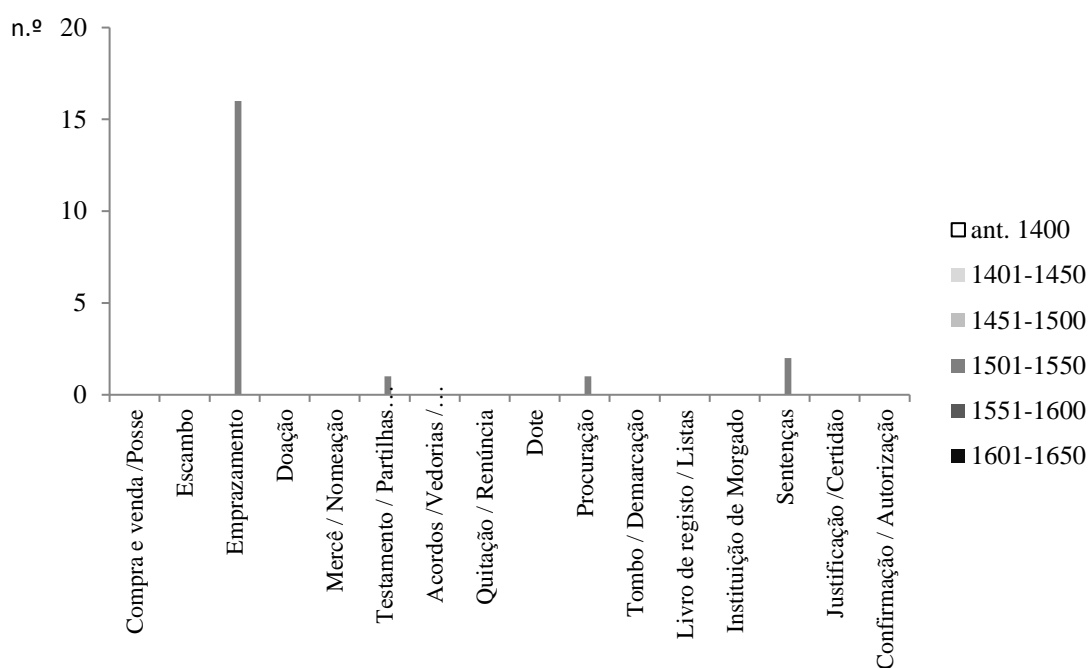



Gráfico 25 - Produção documental de Paio Rodrigues de Araújo

SC 05 - SOARES CUNHA

SSC 05.01 - Constança Soares I (flor. 1513-1548); Pedro da Cunha I (flor. 1513-m. 1531)

A documentação do casal, datada entre 1513 e 1514, é caracterizada por contratos de propriedade em Monção e termo: um emprazamento, datado de 1513[648], cujo senhorio direto era o mosteiro de S. João de Longos Vales e outro de compra de um casal do Torroselo, na freguesia de S. Romão, datado de 1514[649].

Após o falecimento do marido, em 1531, tomou de prazo a quinta de Gomariz, cujo senhorio direto era do cabido da Sé de Braga[650], em quem nomeou a sua filha Beatriz da Cunha como segunda vida no prazo da quinta[651], em 1548.

Pedro da Cunha I, administrador da capela de Pedro Vaz da Praça[652] e mais tarde procurador do filho do casal, Jorge da Cunha, também ele nomeado administrador, surge em vários documentos relativos à administração da dita capela. Pelo casamento

648 BNP, ALB, *Roma*, cx. 90, cap. 1, cota antiga: 642.
649 BNP, ALB, *Roma*, cx. 92A, cap. 5, cota antiga: 1106.
650 BNP, ALB, *Enc*., cx. 16A, cap. 4, doc. n. n. e cota antiga: 629; AZEVEDO, Carlos de – *Solares portugueses*, p. 146; *Ilustração Portuguesa*, II série, 14 (1906), p. 432.
651 BNP, ALB, *Enc*., cx. 16A, cap. 4, cota antiga: 629.
652 "J*tem* quanto a capella de meu tyo p*er*o vaz *e* de gomes l*ouren*ço seu irmão *e* mynha mando que ha mjnjstre p*er*o da cunha meu genrro *e* a seu saym*en*to ficara a jorgue da cunha seu filho mayor". BNP, ALB, *Enc*., cx. 7A, cap. 3, cota antiga: 658, testamento de Paio Rodrigues, fl. 13v.

com Constança Soares entrou nesta secção documentação proveniente de um seu familiar[653] – ***Subsubsistema V.05 - VASQUES DA CUNHA***.

SC 06 - CUNHA PEREIRA

SSC 06.01 - Jorge da Cunha I (flor. 1528- m. 1579); Ana Pereira (flor. 1540 -ant. 1579); Ana Carvalho (flor. 1579)

A sua produção documental inicia-se em 1540, ao lavrar um contrato de emprazamento de uma vinha e monte no lugar do Piolho, freguesia de Monção[654] e termina em 1579, data do seu testamento. Destacam-se cerca de dezassete sentenças judiciais relativas a propriedade pertencente ao morgadio de Pedro Vaz da Praça. Pensamos que o elevado número desta tipologia documental se deve ao facto de o administrador se encontrar ausente de Monção, o que levava a que muitos foreiros não entregassem o foro correspondente à parcela aforada e às diversas tentativas de alteração de limite de propriedade, o que levou, por um lado, ao recurso às vias judiciais para repor a normalidade e por outro à nomeação de um procurador, o seu filho Pedro da Cunha II, para resolver as mesmas pendências.

Um outro dado importante foi a menção testamentária à existência de alguns livros que tinha e que pretendia deixar a um sobrinho que estava a estudar: "Filio Fraco e Arcediago no setimo; Cardeal nas clementinas; duas partes de conselhos (eram de curso subior, outro de incor); Angel na instituta; as duas partes morais de Santo António"[655]. Referiu ainda que António Vaz Castelo, já falecido, lhe tinha emprestado quatro volumes: "uma parte de Rafael Escobario, outra de Angele, de Penqus no esforcado e outra do dezino, e ainda um volume de algumas repetições no esforçado todo este é de terços". Os livros ficaram por devolver porque o seu dono devia uma cevada a Jorge da Cunha e por isso ele não lhos devolveu em sua vida. Os livros eram constituídos por partes que se uniram "e que valem mais que a cevada"[656].

[653] Relativo a Martim Vasques da Cunha (flor. 1389), parente de Pedro da Cunha I. A presença de uma carta sua ao concelho e homens bons do julgado de Lousada, nomeando por escrivão a Lourenço Afonso, datada de 1389 (BNP, ALB, *Roma*, cx. 67, cota antiga: 106) está incluída no ALB por parentesco com Pedro da Cunha I, descendente dos senhores de Tábua.
[654] BNP, ALB, *Roma*, cx. 90, cap. 1, cota antiga: 1440.
[655] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 4, doc. 702.
[656] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 4, doc. 702.

Não nos chegaram documentos relacionados com as suas esposas, apenas e relativamente a Ana Carvalho há a menção a uma escritura, possivelmente um contrato de dote, que o marido nunca mais tinha visto[657].

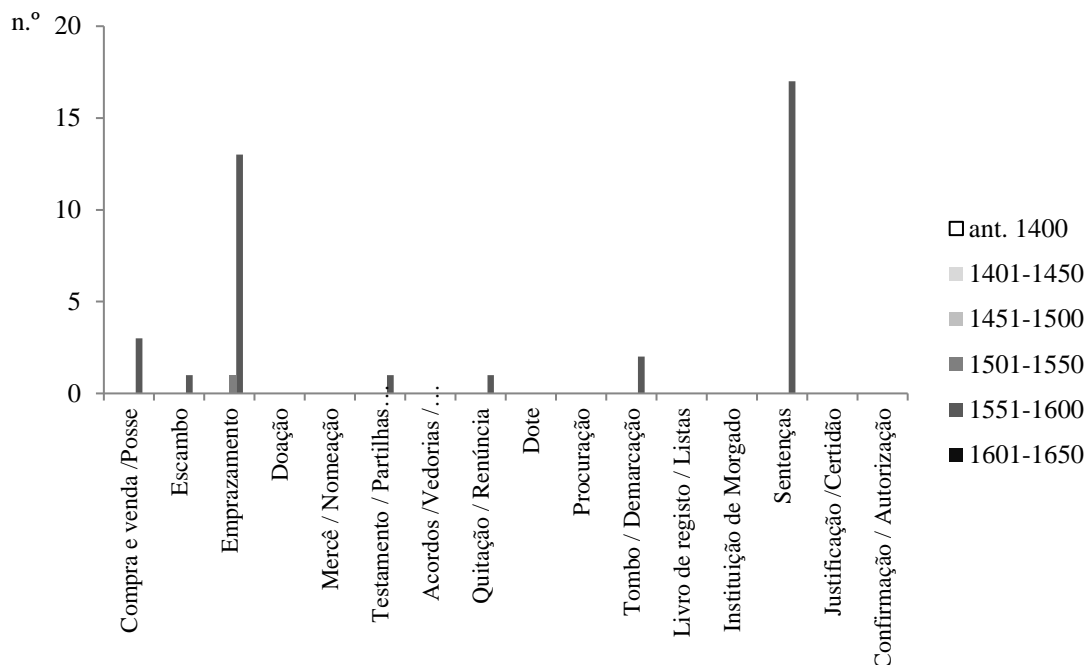



Gráfico 26 - Produção documental de Jorge da Cunha I

SC 07 - CUNHA LAGO

SSC 07.01 - Ana da Cunha (flor. 1590-1630); Francisco Pereira do Lago (flor. 1602)

Da produção documental da secção chegaram os seguintes documentos – duas sentenças e dois contratos de emprazamento, datados de 1590 a 1613, sendo que os de 1613 dizem apenas respeito a Ana da Cunha, pois o seu marido já havia falecido. Em 1621 nomeou os sobrinhos Filipa da Cunha e Francisco Pereira Soares na quinta da Pedra, freguesia de Troviscoso, como dote de casamento[658]. A esta secção encontra-se ligada a documentação relativa ao seu irmão, Pedro da Cunha II, procurador do seu pai em vários documentos relativos ao morgadio instituído por Pedro Vaz da Praça, entre os anos de 1576 e 1577[659].

SC 08 – AZEVEDO BARBOSA

[657] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 4, doc. 702.
[658] BNP, ALB, *Enc*., cx. 8A, cap. 1, cota antiga: 655, 806 e 641 (os últimos traslados).
[659] BNP, ALB, *Enc*., cx. 6B, cap. 7, cota antiga: 1469; *Roma*, cx. 90, cap. 1, cota antiga: 1418, 1419, 1423.

A secção é constituída pela documentação produzida e acumulada por André Velho de Azevedo II (flor. 1617-1638) casado com Maria Sousa Barbosa (flor. 1617-1638), sucessor na administração da capela instituída por Pedro Vaz da Praça. A sucessão na mesma deu origem a um processo de contestação por parte de outros primos de Ana da Cunha, que consideravam que tinham direito à administração da capela, por relação de parentesco mais chegado com a anterior administradora. No entanto, por processo judicial, provou-se que a sucessão se procedia por nomeação e não por sucessão hereditária[660].

Para além de documentação própria, André Velho de Azevedo II acumulou e conservou os papéis relativos à capela de Pedro Vaz da Praça, como relembra aos seus filhos no seu testamento[661]: guardava no escritório o testamento de Paio Rodrigues de Araújo no caso de ser necessário recuperar o documento por novas querelas[662]. O mesmo documento revela ainda que pediu que o próximo administrador da capela de Pedro Vaz da Praça e da sua (que instituiu com a sua mulher), o filho Francisco da Cunha da Silva, assim que estivesse na sua posse, mandasse encadernar o testamento de Pedro Vaz e de André Velho num livro "e os tenha em seu poder, e juntamente não tendo eu acabado o tombo de que tenho provisão de el rei, para fazer dos bens de Pero Vaz, o acabe em tempo breve"[663].

Ao **SUBSISTEMA CUNHA** encontram-se ligados cinco subsubsistemas que ordenámos alfabeticamente:

O ***Subsubsistema V.01 - CUNHA AZEVEDO*** contém a documentação relativa aos avós e pais de André Velho de Azevedo II – a avó Beatriz da Cunha e marido (relacionada com a quinta de Gomariz, onde foi segunda vida[664], para além do testamento de Beatriz[665]); o seu pai, Álvaro de Azevedo Barreto (flor. 1583-1617),

[660] BNP, ALB, *Roma*, cx. 69A, n. 47, cap. 1, cota antiga: 548.
[661] BNP, ALB, *Enc*., cx. 32, pasta 2, testamento de André Velho de Azevedo.
[662] BNP, ALB, *Enc*., cx. 32, pasta 2, testamento de André Velho de Azevedo. Com efeito, o documento composto (BNP, ALB, *Enc*., cx. 7A, cap. 3, cota antiga: 658) contém o testamento de Paio Rodrigues de Araújo em quatro cópias – a primeira datada de 1528 e que podemos considerar como a "original", a segunda de 1733 a pedido de António José de Almada e Melo, a terceira a pedido de Manuel de Abreu de Lima Sotomaior, não datada e uma quarta, feita a pedido de Jorge da Cunha em 1546, estão emaçadas sob o número 2. A fl. marcada com o número 170 tem uma nota: "Pera se adjuntare*m* na causa de andre velho de Azevedo de monção", antecede a cópia de Jorge da Cunha, pela qual se regeu a cópia setecentista do mesmo testamento e que se encontra no BNP, ALB, *Enc*., cx. 32, pasta 2, testamento de Paio Rodrigues de Araújo.
[663] BNP, ALB, *Enc*., cx. 32, pasta 2, testamento de André Velho de Azevedo.
[664] BNP, ALB, *Enc*., cx. 16A, cap. 4, cota antiga: 629.
[665] BNP, ALB, *Enc*., cx. 16A, cap. 4, cota antiga: 628.

nomeado seu procurador na administração do morgadio[666] (uma vez mais documentação relacionada com a quinta de Merufe, de que foi nomeado terceira vida[667], e o seu testamento[668]).

O ***Subsubsistema V.02 - CUNHA PEREIRA***, relativo a Belchior da Cunha – documentação relacionada com propriedade e como procurador de sua irmã Beatriz da Cunha para tomar posse da Quinta de Gomariz em 1548[669].

O ***Subsubsistema V.03 - CUNHA VALE*** relacionado com Filipa da Cunha e seu marido temos os testamentos[670]. Esta recebeu por herança da mãe, Constança Soares, alguns casais[671], dos quais requereu, em 1584, uma certidão dos prazos que eram de sua mãe[672]. Pelo menos o casal de Merufe foi deixado ao seu sobrinho, Álvaro Barreto de Azevedo, nomeado terceira vida nesse prazo e no Casal da Torre[673]. Também nos chegou o seu testamento, de 23 de dezembro de 1589, onde referiu que pretendia ser sepultada com a sua mãe na capela que fez seu avô, Paio Rodrigues de Araújo[674].

O ***Subsubsistema V.04 – SOUSA*** relaciona-se com o subsistema Cunha por via de matrimónio de André Velho de Azevedo II e que contém a documentação da família de Maria Sousa Barbosa (flor. 1617-1638), sua mulher, relativa à administração e transmissão do casal do Sopegal, entre os anos de 1467[675] e 1582[676].

VI - SUBSISTEMA BARRETO (flor. 1485-1644)

No que se refere à produção documental da família Barreto, é a mais extensa de todas as que temos vindo a analisar. Com efeito, no período cronológico que elegemos, são mais de quinhentos os documentos produzidos e acumulados pela família, com evidente destaque para o período após a instituição, por Isabel Ferraz, do morgadio de Freiriz em 1532. A partir dessa data aumenta exponencialmente em número e volume,

---

[666] BNP, ALB, *Enc*., cx. 13, cap. 4, cota antiga: 1470.
[667] BNP, ALB, *Enc*., cx. 54, cap. 3, cota antiga: 742.
[668] BNP, ALB, *Enc*., cx. 54, cap. 3, cota antiga: 745.
[669] BNP, ALB, *Enc*., cx. 16A, cap. 4, cota antiga: 629.
[670] BNP, ALB, *Enc*., cx. 54, cap. 3, cota antiga: 742; *Roma*, cx. 92, cap. 1, cota antiga: 808.
[671] Leiradelo, do casal de Fundo de Vila, outro em Merufe e outro em Barbeita, todos pertença do Mosteiro de S. João de Longosvales.
[672] A sua mãe tinha emprazado os mesmos casais em 1513. BNP, ALB, *Roma*, cx. 90, cap. 1, cota antiga: 681 e 642.
[673] BNP, ALB, *Enc*., cx. 6B, cap. 7, cota antiga: 653.
[674] BNP, ALB, *Enc*., cx. 54, cap. 3, cota antiga: 742.
[675] BNP, ALB, *Roma*, cx. 83II, n.º 98, cap. 2, cota antiga: 672.
[676] BNP, ALB, *Roma*, cx. 93, n. 126, cap. 1, cota antiga: 1023.

para o que contribuiu a realização de numerosos contratos de compra de propriedade e seu emprazamento, alguns dos quais com a separação de dias entre uma e outro.

Por outro lado, detetamos ainda que, paralelamente à documentação relativa ao morgadio de Freiriz, produzida e acumulada pelos seus administradores, a partir de 1555 um outro produtor começa a constituir e acumular propriedade, e consequentemente documentação: Fernão Nunes Barreto II, um filho segundo, que viria a ser administrador de Freiriz após a morte do pai, e que ele próprio foi, em conjunto com sua mulher Maria Henriques, instituidor de uma capela em Santa Clara do Porto, em 1596, como ainda hoje podemos verificar na cartela no altar mor.

Imagem 6 – Brasão de armas (pormenor) de Fernão Nunes Barreto II. Capela mor da igreja do Convento de Santa Clara, Porto

(fotografia da autora)

Imagem 7 – Epitáfio da capela de Fernão Nunes Barreto II. Igreja do Convento de Santa Clara, Porto.

(fotografia da autora)

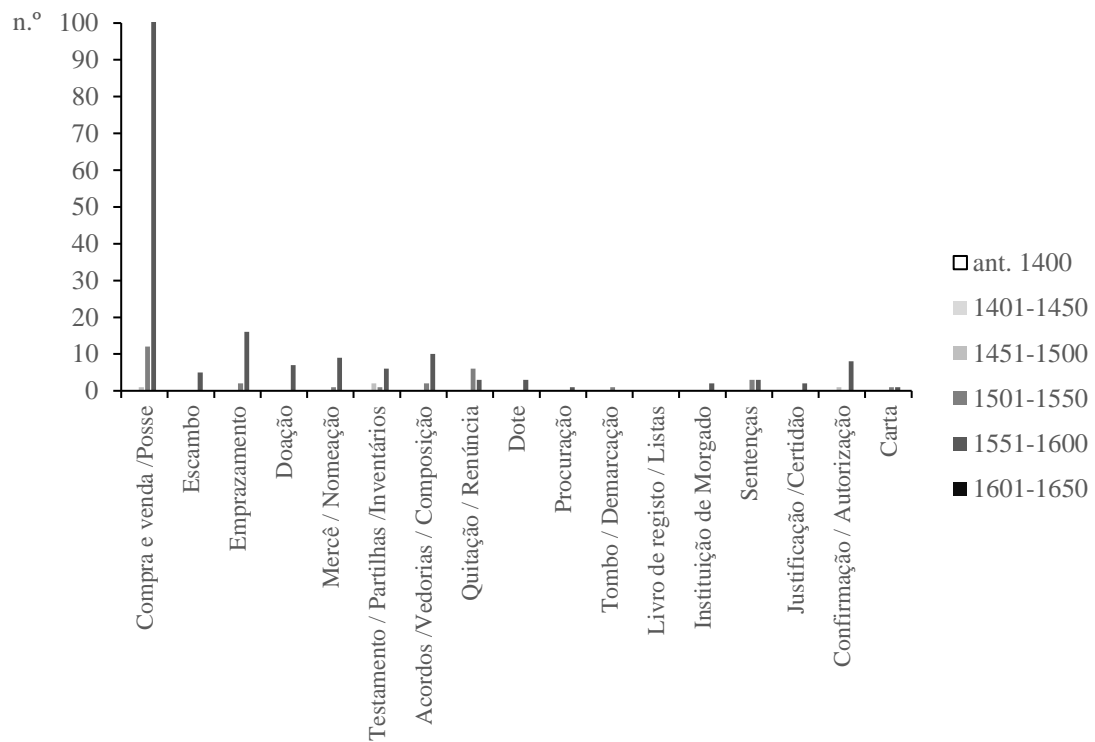



Gráfico 27 - Produção documental do subsistema de informação Barreto (ant. 1400-1650)

SC 01 - NUNES

SSC 01.01 - João Nunes do Gafanhão (flor. 1485- m. 1525); Leonor Gomes (flor. 1485-1498); Isabel da Costa (flor. 1498-1529)

No ALB apenas encontramos registo a pouco mais de uma dezena de documentos relativos ao período de tempo em que, já viúvo de Leonor Gomes, se encontrava casado com Isabel da Costa. De entre eles destacamos a carta de 1497, que o Conde de Penela, D. Afonso de Vasconcelos, passou por venda dos coutos de Freiriz e Penegate, que também lhe dava direitos de padroado na igreja de Santa Maria de Freiriz e S. João, sua anexa, e ainda uma cópia do testamento de João Nunes Cardoso, retirada do cartório de Martim Calado Freire, notário de Aveiro, cerca de 1754. Fazem ainda parte do núcleo documental destes produtores cartas de quitação e emprazamento, como podemos verificar no gráfico abaixo.

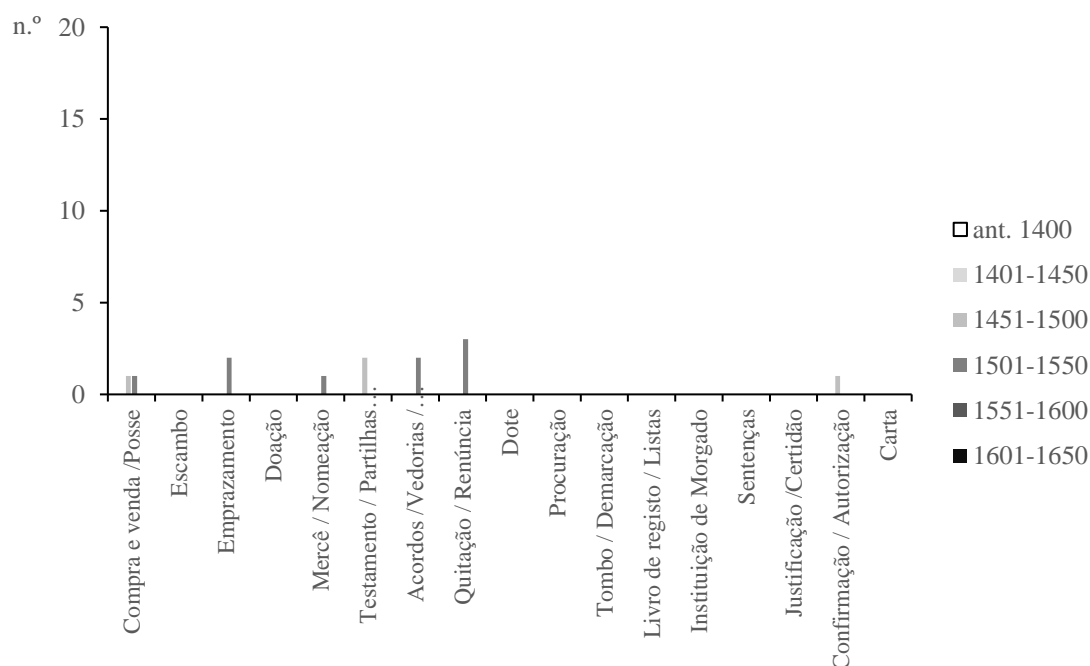



Gráfico 28 - Produção documental de João Nunes do Gafanhão e Isabel da Costa

SC 02 - NUNES BARRETO FERRAZ

SSC 02.01 - Fernão Nunes Barreto I (flor. 1508-1555); Isabel Ferraz (flor. 1529-1558)

A produção documental desta secção é constituída por cerca de trinta documentos, na sua maioria contratos de compra de propriedade efetuados na primeira metade do século XVI e sobretudo após a instituição pelo casal do morgadio de Freiriz, em 1532. Após o falecimento de Fernão Nunes Barreto I, a sua viúva, Isabel Ferraz, foi

ainda autora de cartas de confirmação de clérigos para igrejas dos padroados de Freiriz e de S. Cristóvão de Refoios, cujo quinhão havia herdado de seu avô materno, Afonso Ferraz.

À secção pertence ainda a documentação produzida por Briolanja Ferraz I, irmã de Beatriz, que foi abadessa no Mosteiro de Santa Clara do Porto e que diz respeito, uma vez mais, aos direitos de padroado de que também fora herdeira e que doou, por sua vez aos seus sobrinhos Afonso Brandão e João Brandão, filhos de Diogo Brandão e de Catarina Ferraz I e netos de Jorge Ferraz.

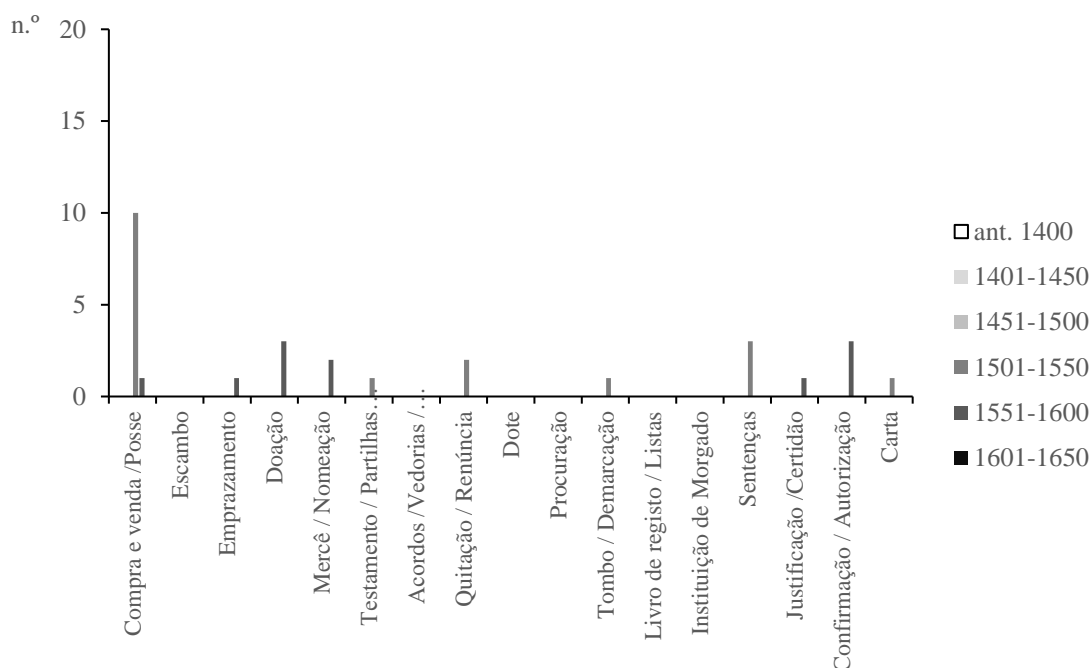



Gráfico 29 - Produção documental de Fernão Nunes Barreto I e Isabel Ferraz

Como já foi referido atrás, a tipologia documental mais comum que podemos encontrar nesta subsecção são os contratos de compra e venda de propriedade, com particular incidência nos anos de 1532 e subsequentes, como podemos verificar no gráfico seguinte, o que coincide com a data de instituição da capela do casal em Freiriz e Penegate.

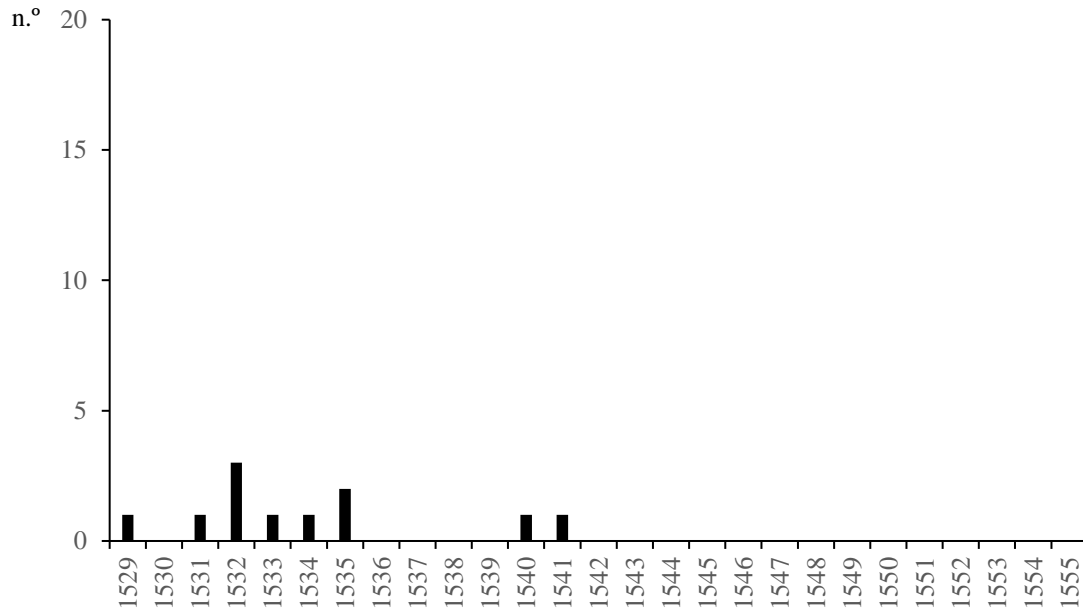



Gráfico 30 - Produção documental de Fernão Nunes Barreto I referente a aquisição de propriedade. 1529-1555

SC 03 - NUNES BARRETO CARDOSO MADUREIRA

SSC 03.01 - Gaspar Nunes Barreto I (flor. 1536-1592); Isabel Cardoso (flor. 1545-1547); Cecília de Madureira (flor. 1549-1593)

A documentação pertencente a esta secção é constituída por cerca de oitenta e quatro documentos onde se destacam, tal como na secção anterior, os contratos de compra de propriedade, mas onde podemos encontrar também três emprazamentos, acordos e vedorias, contratos de escambo, doações, cartas de nomeação. Verificamos ainda que se preservaram um maior número de contratos realizados pelo casal Gaspar Nunes Barreto I e Cecília de Madureira, do que os realizados com a primeira esposa.

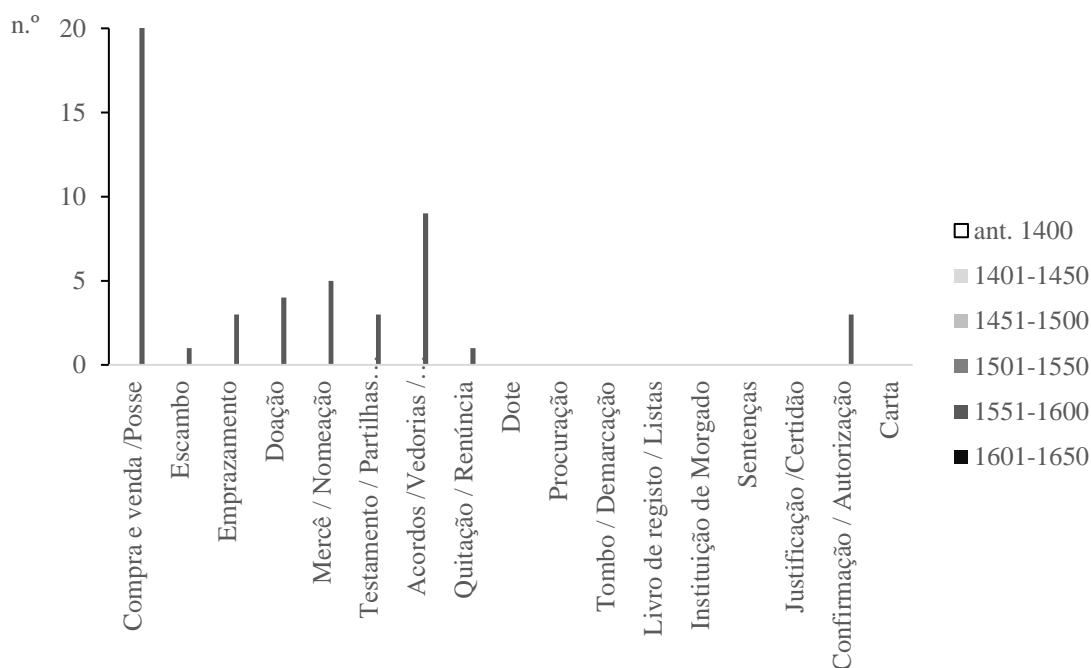



Gráfico 31 - Produção documental de Gaspar Nunes Barreto I e suas mulheres

No entanto, a tipologia mais representativa é, como já referimos, a carta de compra de propriedade. Com efeito registaram-se dezanove contratos realizados nos anos de 1559 e no de 1563, coincidentes, no primeiro caso, com o ano que seguiu à morte de Isabel Ferraz, mãe de Gaspar e o de 1563 com o ano em que Gaspar Nunes Barreto I acordou com o primo Afonso Brandão sobre os direitos de padroado de Santiago de Lustosa e S. Cristóvão de Refoios. Esta disputa familiar dos direitos de padroado e respetivos quinhões distribuídos por morte de Afonso Ferraz, avô de Gaspar Nunes Barreto I e de Afonso Brandão e dos progenitores e tios destes últimos, levou à produção de alguma documentação – listagens de parcelas e distribuição pelas partes, contratos de doação e pareceres jurídicos, com vista à melhor resolução e acordo entre as diversas partes envolvidas.

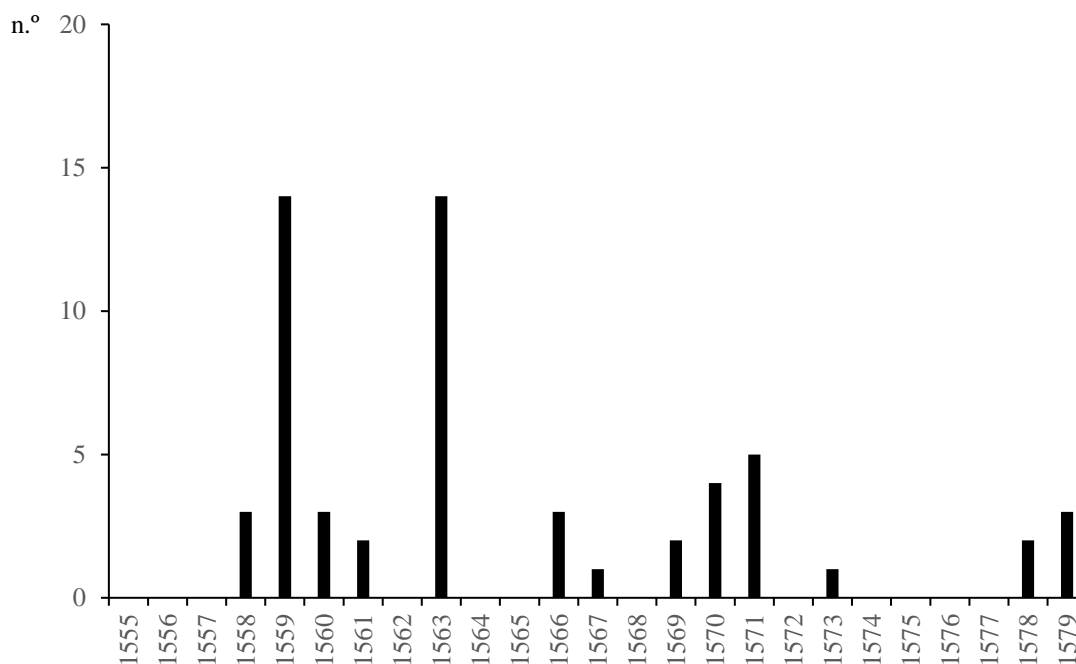



Gráfico 32 - Produção documental de Gaspar Nunes Barreto I referente a aquisição de propriedade. 1555-1579

A secção contém ainda a documentação produzida pelo irmão de Gaspar Nunes Barreto I – João Nunes Barreto (flor. 1517-1562), relativa quer à sua função clerical (foi abade de Santa Maria de Freiriz entre 1525 e 1542[677]) quer em função da capela que instituiu em 1548[678].

SC 04 - NUNES BARRETO HENRIQUES

SSC 04.01 - Fernão Nunes Barreto II (flor. 1547-1597); Maria Henriques (flor. 1564-1644)

De entre todas as famílias eleitas para esta dissertação, é precisamente deste casal o maior número de documentos produzidos e conservados no ALB, num total de cerca de trezentos e quarenta e dois documentos de diversas tipologias – cartas de confirmação, sentenças judiciais, contratos de dote, cartas de quitação, contratos de escambo e emprazamento e, sobretudo, contratos de compra de propriedade, que somam, só estes, as três centenas.

---

[677] BNP, ALB, *Roma*, cx. 93B, n.º 128, cap. 1, cota antiga: D 4 M 10 N 54; *Enc.*, cx. 52B, n.º 153, cap. 2, cota antiga: D 4 M 5 N 34.
[678] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 54A, cap. 1, cota antiga: M 43 N 2.

No que se refere ao período cronológico de produção, datam da segunda metade do século XVI – desde 1564[679] até à morte de Fernão Nunes Barreto II, ocorrida em 1597, o que nos permite concluir que Fernão Nunes iniciou a constituição da sua casa ainda em vida do pai. Para tal terá contribuído o facto de Fernão Nunes Barreto II não ser o filho mais velho e, como tal, o natural sucessor do pai quer nas melhores propriedades, nos cargos exercidos e também na administração do morgadio de Freiriz. Fernão Nunes Barreto II terá, pois, iniciado a construção da sua casa e só após a morte do pai, ocorrida apenas seis anos antes da sua própria, foi acrescentada com bens herdados dos pais.

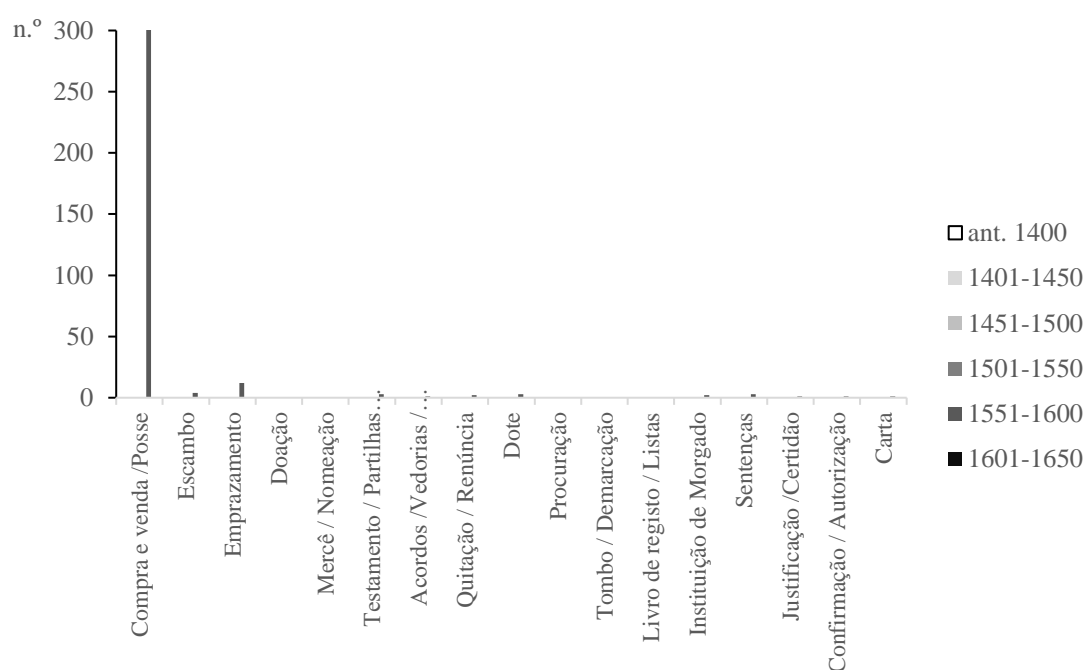



Gráfico 33 - Produção documental de Fernão Nunes Barreto II e Maria Henriques

Como já referimos, a aquisição de propriedade fundiária começou a verificar-se a partir do ano de 1564, tendo atingido nos anos de 1575 e no de 1586 os valores mais elevados, com cinquenta e nove e oitenta e um contratos anuais, respetivamente.

[679] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 44, n.º 135, cap. 1, cota antiga: D 4 M 5 N 108.

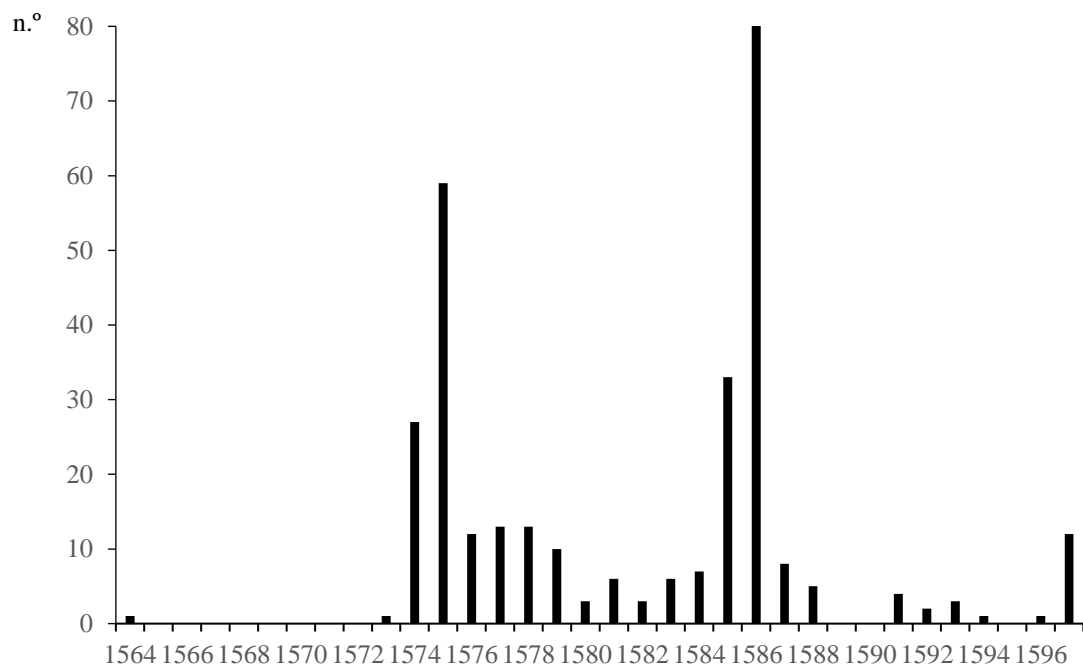



Gráfico 34 - Documentação de Fernão Nunes Barreto II referente a aquisição de propriedade. 1564-1597

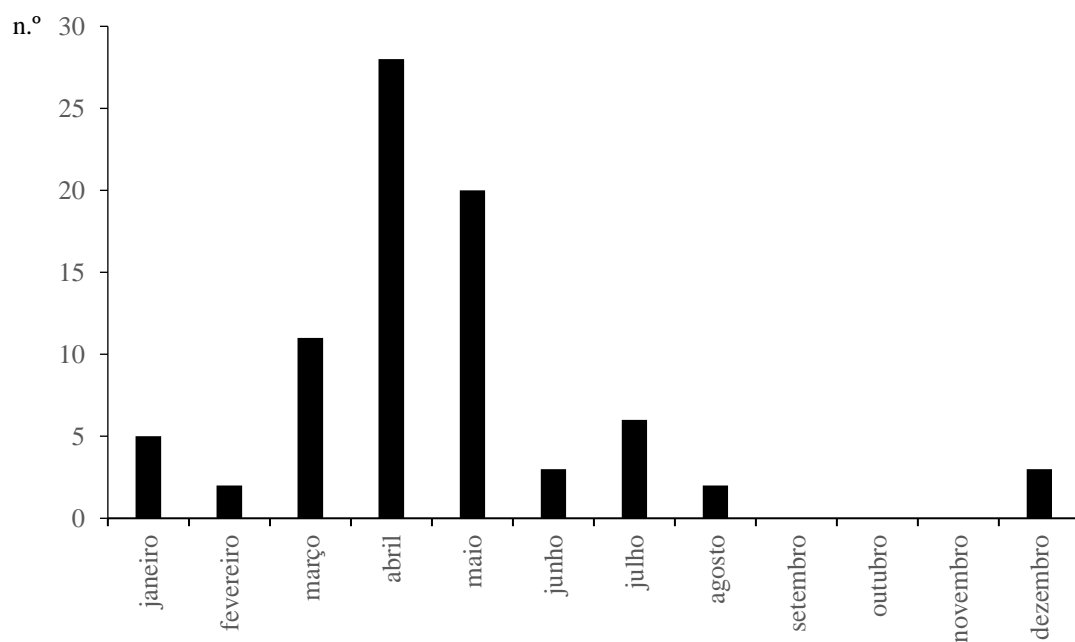



Gráfico 35 - Distribuição mensal do ano com maior número de contratos de compra de propriedade - 1586

O ano de 1586 foi o ano em que mais contratos de compra de propriedade foram produzidos e registados ou que, pelo menos, foi o ano de que nos chegaram em maior

número aos dias de hoje. Num total de oitenta e um documentos, a maior parte foi realizada no mês de abril desse ano, chegando a ser realizados mais do que um contrato por dia, ou com espaçamentos de dias ou efetuados em dias subsequentes.

A razão de todas estas aquisições prendeu-se, certamente, com a intenção do casal instituir uma capela em Santa Clara do Porto. Com efeito, em 1586, Fernão Nunes Barreto II compareceu perante a abadessa e freiras do convento de Santa Clara do Porto dizendo que pretendia há vários anos que lhe dessem a capela maior para nela fundar o seu jazigo e capela para nele(a) se mandar sepultar, a si, a sua mulher e aos herdeiros do seu morgadio, ofertando em troca 15.000 reais de juro anual no almoxarifado do Porto. A abadessa concordou indicando que a fundação devia ser localizada na capela do arco para dentro, podendo colocar as armas e letreiros nos lugares que pretendessem. Acrescentava ainda que a sepultura devia ser rasa para não ocupar a capela mor e que naquela só poderiam ser sepultadas pessoas da geração do fundador e que cada sucessor tinha quatro anos após a sucessão para entregar ao convento 60.000 reais pela capela[680].

A capela fundada foi anexada ao morgadio de Freiriz, de que eram administradores[681], por abdicação do irmão Jerónimo Nunes Barreto.

Fernão Nunes Barreto II e Maria Henriques redigiram o seu testamento em 1596[682], em que se fizeram testamenteiros um do outro e na morte de ambos ao filho mais velho. Pediram para ser sepultados na capela mor do Mosteiro de Santa Clara, como tinham contratado com o convento e pretendiam ser acompanhados durante o funeral por dominicanos, franciscanos e por confrades de algumas confrarias, entre as quais a dos Bainheiros[683] porque eram irmãos delas[684]. Após a morte de Fernão Nunes foi feito o inventário e partilhas dos bens em 1598, onde são referidos, entre outros, objetos em prata e ouro, pedras preciosas, um coco da ilha da Madeira e vários escritórios[685].

---

[680] BNP, ALB, *Roma*, cx. 104B, cap. 4, cota antiga: M 3 N 10; cap. 5, cota antiga: D 4 M 2 / M 3 N 8.
[681] BNP, ALB, *Roma*, cx. 53, cap. 1, cota antiga: D 4 M 15 N 1.
[682] Data do segundo testamento, sendo que o primeiro foi feito no "tempo de peste" que assolou o Porto. BNP, ALB, *Roma*, cx. 114, cap. 1, cota antiga: M 3 N 17 e *Roma*, cx. 104B, cap. 4, cota antiga: M 3 N 10. Esta última é uma cópia pedida em 1823, a pedido de Miguel Pereira Forjaz, e foi copiada do livro de inventários e partilhas de D. Mariana Luísa de Meneses, realizado em 1772 (*Roma*, cx. 59), um livro "encadernado em pasta de papelão coberta de carneira, contendo o mesmo livro vários documentos cujo livro tem ao todo setecentas e dezoito folhas todas numeradas".
[683] Pertencente à confraria dos Bainheiros, ou seja, os oficiais que faziam bainhas para armas. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario portuguez & latino…*, vol. II, p. 16.
[684] BNP, ALB, *Roma*, cx. 114, cap. 1, cota antiga: M 3 N 17.
[685] BNP, ALB, *Roma*, cx. 59, fl. 578-711; cx. 104 B, cap. 5, cota antiga: M 3 N 6.

Á secção encontra-se ligada a documentação produzida por Jerónimo Nunes Barreto (flor. 1559-1589), relacionada com a função de abade de Santa Maria de Freiriz entre 1559 e 1571[686].

Ao **SUBSISTEMA BARRETO** encontram-se ligados quatro subsubsistemas que ordenámos alfabeticamente:

O ***Subsubsistema VI.01 - BARRETO REBELO*** pertencente a Gonçalo Nunes Barreto, irmão de Gaspar Nunes Barreto I. Da produção documental deste registamos no ALB quatro contratos de compra de propriedade e um emprazamento entre os anos de 1540[687] e 1541[688].

O ***Subsubsistema VI.02 - FERRAZ I***, que contém os documentos de Beatriz Ferraz, mãe de Isabel Ferraz. A documentação prende-se com a divisão e transmissão dos direitos de padroado nas igrejas de S. Cristóvão de Refoios e Santiago de Lustosa, para além do testamento, partilhas e sucessão de Beatriz Ferraz pelos seus três filhos Isabel, Maria e Gaspar Ferraz I. Deste último regista-se o documento de posse da quinta do Candoso, em Guimarães, tomada a 10 de novembro de 1530[689], que lhe coube por partilhas com as irmãs. Consideramos que o documento fazia parte do cartório de Gaspar Ferraz I uma vez que as posses dos bens herdados por partilhas com as suas irmãs dizem apenas respeito a ele. Aos seus sucessores Afonso Ferraz II, Gaspar Ferraz II, Joana Carneiro, foram produtores de documentação relativa aos direitos de padroado, que doam ao primo Gaspar Nunes Barreto I.

O ***Subsubsistema VI.03 - FERRAZ II*** pertence a Jorge Ferraz, tio de Isabel Ferraz. A ele e aos seus descendentes estão também associados vários documentos relacionados com os direitos de padroado mencionados.

O ***Subsubsistema VI.04 – REBELO***, que contém a documentação relativa à família de Isabel Cardoso e que entrou no ALB por via de casamento desta com Gaspar Nunes Barreto I.

---

686 BNP, ALB, *Roma*, cx. 114, n.º 186, cap. 2 cota antiga: D 4 M 10 N 83 e D 4 M 10 N 105.
687 BNP, ALB, *Enc*., cx. 52B, n.º 153, cap. 1, cota antiga: D 4 M 5 N 29.
688 BNP, ALB, *Enc*., cx. 52B, n.º 153, cap. 2, cota antiga: D 4 M 5 N 31 e 32.
689 BNP, ALB, *Roma*, cx. 68A, cap. 4, cota antiga: N 2 P 5 N 17.

1.2. Que tendências globais?

Neste apartado iremos uma breve análise recapitulativa das tipologias documentais foram produzidas por estas famílias, com que fins as produziram e utilizaram.

Entendendo a família e/ou os seus elementos como produtores do ato informacional em si (mesmo que a produção efetiva do documento possa ser feita por outra instância – um notário, o tribunal, o próprio monarca, entre outras) e analisando todos os subsistemas de informação atrás descritos podemos tirar algumas conclusões quando aos objetivos de produção documental. Como foi notado por Maria de Lurdes Rosa e Rita Nóvoa, os arquivos de família foram, antes de mais, "instrumentos de administração e gestão patrimonial, sobretudo porque a maioria dos documentos que se conservaram até aos nossos dias dizem respeito ao património fundiário acumulado pelas famílias"[690].

O mesmo se verificou no ALB[691]. O património familiar e a sua gestão geraram a acumulação de grande número de documentos que justificaram a posse sobre os bens, transmissões de posse e gestão de direitos[692] (doações, renúncias, permutas, expropriações, sequestro de bens), impostos, assim como todas as circunstâncias que implicaram o aumento ou diminuição do património (disposições régias sobre o mesmo, pensões, dotes, pensões de alimentos, contratos matrimoniais, testamentos, partilhas).

Em primeiro lugar para efeitos de prova de titularidade de determinada propriedade urbana ou rural, comprada ou vendida, escambada, emprazada, doada. A necessidade de um comprovativo escrito da realização de um ato de venda entre duas ou mais pessoas ou entre uma pessoa e uma entidade (pública ou privada) esteve bem presente nas gentes desde tempos recuados.

A compra de propriedade gerou não só o documento comprovativo do ato de compra, como também a entrada de documentação antiga da propriedade, como aconteceu no caso da compra da Quinta de Paços, na freguesia de Sendim, adquirida em 1518 por Diogo Lopes de Carvalho a Luís Vaz de Sampaio e sua mulher Beatriz Coelha, com todas as suas casas, casais, herdades por preço de 90.000 reais brancos de

---

[690] NÓVOA, Rita Sampaio da; ROSA, Maria de Lurdes – "O estudo dos arquivos de família de Antigo Regime em Portugal: percursos e temas de investigação", cit., p. 84.

[691] As referências documentais são aqui abandonadas pois a documentação referida é facilmente recuperável na descrição da produção documental do capítulo anterior.

[692] GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. – "Archivos nobiliarios españoles: pasado, presente y ¿futuro? Tipología documental e investigación modernista", cit., p. 190.

6 ceitis o real[693]. Com efeito, associada à propriedade ingressaram alguns documentos antigos como o testamento de Leonor de Sampaio, mãe de Luís Vaz de Sampaio[694], e a carta de venda que os irmãos de Luís Vasques lhe fizeram da venda das suas partes, meses depois de terem sido herdadas[695]. Só para este caso são, pelo menos, três documentos relacionados com a quinta.

O mesmo se passou com a Quinta do Couto, em Santo André de Molares, primeiro doada por Fernão Pinto, escudeiro, a sua mulher Joana de Figueiredo em 1513[696]; no ano seguinte deixada em testamento à mesma senhora[697], a qual, tendo voltado a casar com Henrique de Freitas, a vende, em 1534, ao Dr. Diogo Lopes de Carvalho com todas suas pertenças por preço de 65.000 reais[698]. E os exemplos poderiam continuar[699].

Contudo, relembram as autoras atrás citadas, "os seus usos e funções [dos arquivos de família] estenderam-se para além do património, incluindo a defesa ou reivindicação de direitos (patrimoniais mas também jurisdicionais, sociais ou comerciais); a requisição de cargos, graças ou privilégios que exigiam provas documentais; o exercício de funções profissionais, o que justifica a presença nos acervos familiares de documentação produzida ou recebida na esfera profissional dos vários membros das famílias; ou a transmissão de instruções de ordem diversa ou de códigos de conduta aos sucessores, patente nos testamentos ou nas fundações de morgadios que, em nome da continuidade dessa transmissão, deviam ser perpetuamente conservados em arquivo"[700]. O mesmo foi notado por Diego Navarro Bonilla ao afirmar que "o arquivo é a garantia do depósito e dos direitos refletidos nos documentos custodiados, de que não se perderão, de que a sua posse dá controle sobre os mesmos"[701].

---

693 BNP, ALB, *Roma*, cx. 82 I, cap. 4, cota antiga: 79.
694 BNP, ALB, *Roma*, cx. 92, cap. 1, cota antiga: 451.
695 BNP, ALB, *Roma*, cx. 82 I, cap. 4, cota antiga: 78.
696 BNP, ALB, *Roma*, cx. 89, cap. 2, cota antiga: 310.
697 BNP, ALB, *Roma*, cx. 92, cap. 1, cota antiga: 369.
698 BNP, ALB, *Roma*, cx. 114 II, cap. 2, cota antiga: 7.
699 Como o que se havia passado com o seu pai, Lopo Sanches de Sotomaior e Margarida de Alvim. BNP, ALB, *Roma*, cx. 101, n.º 153, cap. 4, cota antiga: 63.
700 NÓVOA, Rita Sampaio da; ROSA, Maria de Lurdes – "O estudo dos arquivos de família de Antigo Regime em Portugal: percursos e temas de investigação", cit., p. 84.
701 NAVARRO BONILLA, Diego – *La imagen del archivo…*, p. 43.

Pelas razões acima nomeadas se produziam documentos para efeitos de prova de direitos senhoriais[702], jurisdicionais ou de padroado de uma ou mais igrejas; produziram-se e conservaram-se sentenças judiciais, a que por vezes se recorriam para verem reconhecidos direitos sobre terrenos, sobre acesso e/ou partilhas de reservas aquícolas ou determinada infraestrutura (moinhos, azenhas, poços), por direitos de administração sobre determinada propriedade, pelo recebimento de rendas ou ainda de direitos de passagem e confrontações. As sentenças constituem documentos compostos, não só pela apresentação do caso que motivou a queixa e pela sentença outorgada pelo juiz, mas também, pela inclusão de documentos antigos relacionados com determinada propriedade ou com transcrição de peças documentais acessórias como, por exemplo, testamentos. Foi através da consulta de uma dessas sentenças que pudemos recuperar o traslado do testamento de Diogo Lopes de Carvalho, redigido em 1536, cujo original não se encontrava no ALB. O traslado do testamento estava inserido num feito cível entre um seu sobrinho bisneto, também ele chamado de Diogo Lopes de Carvalho II, contra Salvador Gonçalves, acerca dos foros em atraso de um casal na Ribeira de Gontim[703].

Ainda dentro da documentação ligada à prova de posse e de gestão de propriedade devem referir-se os tombos que, geralmente, a descrevem, delimitam e registam os foros recebidos. Com estes documentos os proprietários podiam geri-la, senão diretamente, pelo menos indiretamente, através de procuradores ou de outros homens da sua confiança. Gerir bem a propriedade, urbana ou não, era uma das condições fundamentais para a boa gestão da casa – receber os emprazamentos, gerir e vender a produção ou os excedentes, aplicar o dinheiro auferido na compra de mais propriedade, aplicar o dote recebido pelo seu casamento ou de um filho para a aquisição de mais bens – para a qual podiam contribuir vários fatores: oportunidade de negócio (os maus anos agrícolas de pequenos proprietários agrícolas que foram obrigados a vender a sua terra, ficando depois como foreiros da mesma[704]) e a obrigatoriedade

---

[702] CASAUS BALLESTER, M.ª José – "La Casa de Híjar (Teruel) y el uso de algunos archivos", cit., p. 5.
[703] BNP, ALB, *Roma*, cx. 100, cap. 3, cota antiga: 374.
[704] Como terá ocorrido com Fernão Nunes Barreto II, que no ano de 1586 realizou cerca de oitenta contratos de compra de propriedade, tendo por meses mais expressivos os de abril e maio. Nestes meses, muitas vezes chamados meses da fome, era frequente que todo o cereal, e por vezes a própria semente, já ter sido gasto. Aos proprietários não restava muito mais do que a venda da propriedade e proporem-se para emprazadores da mesma, o que efetivamente aconteceu em mais do que um caso. GONÇALVES, Iria – *À mesa nas terras de Alcobaça em finais da Idade Média*. Alcobaça: DGPC-Cooperativa Agrícola de Alcobaça, 2017, p. 129.

decorrente da administração de um morgadio. Com efeito, era quase sempre cláusula obrigatória para o sucessor na administração do morgadio, não só manter as propriedades vinculadas pelo instituidor como acrescentá-las e passá-las às gerações seguintes. Disso são exemplo os morgadios dos Magalhães, dos Barreto, dos Carvalho.

Produziam-se documentos para prova de mercê outorgada ou recebida – de determinado cargo, de uma tença, de uma nomeação, de uma doação de bem. As mercês, dadas pela coroa, tinham por objetivo recompensar com cargos ou financeiramente determinado beneficiado, e podiam ocorrer por sugestão de um outro fidalgo, como no caso em que João de Magalhães recebe a terra da Nóbrega por sugestão do Marquês de Valença a D. Afonso V, como recompensa de ter servido bem o monarca. Relembramos ainda aqui o caso de António de Magalhães de Meneses, que a propósito do pedido de uma mercê faz o relato de acontecimentos na Barca e em Caminha durante o conturbado período da sucessão por morte de D. Sebastião. António de Magalhães apresentou várias testemunhas que descreveram a aclamação pela sua mãe e irmãos de D. António como rei de Portugal, da sua posição de apoio a D. Filipe e, por esse facto, da sua perseguição e refúgio na Galiza.

Na mesma linha de prova, emitiam-se cartas de quitação de quantias e bens recebidos, recibos de emprazamentos, justificações, autorizações, de entregas ou recebimentos de dote – documentos que faziam prova de acordos, de pagamentos e que davam o garante de quantias pagas, de não dívidas, que foram guardadas[705].

Produziu-se também documentação relacionada com a atividade "profissional" ou decorrente de função como, por exemplo, pedidos régios de auxílio militar em campanhas africanas ou de vigilância da costa portuguesa[706], que mais tarde serviram para reclamar mercês; atas de vereação em que participaram alguns membros de determinadas famílias, como as que nos chegaram do Porto de 1529[707].

Conservavam-se documentos em *memorabilia*, como a carta que Manuel de Magalhães recebeu de D. Sebastião a comunicar a morte do avô em 1521, documento que foi alvo de processo de restauro antigo, o que demonstra, a nosso ver, a importância que lhe foi atribuída[708]. Como relembram Eric Ketelaar e Alexandra Walsham "records

---

[705] O mesmo detetou GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. – "Archivos nobiliarios españoles: pasado, presente y ¿futuro? Tipología documental e investigación modernista", cit., p. 190.
[706] A título de exemplo recordamos os que D. João III fez a Manuel de Magalhães e D. Sebastião a António de Magalhães. BNP, ALB, *Roma*, cx. 58, fl. 154, 157.
[707] BNP, ALB, *Roma*, cx. 86A, n.º 105, cap. 3, doc. n. n.
[708] SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos…*, p. 23 relembra o papel da memória na transmissão de objetos de geração em geração, os quais testemunham a continuidade da linhagem. Os

and archives functioned not merely as muniments, but also as monuments and memorials that bore witness to the presence of historical consciousness and of an impulse to preserve the past for the future"[709]. E ainda a carta que Fernão Nunes Barreto II recebeu de autor não identificado, a informar que o rei D. Sebastião[710] acabou de regressar de Guadalupe[711] "muito bem disposto" e que por ter chegado há tão pouco tempo ainda não tivera tempo de dar resposta a Fernão Nunes Barreto acerca do negócio de que este estava encarregue. A carta está datada de 15 de janeiro de 1577[712] e presume-se que o negócio tenha a ver com o financiamento da empresa de Alcácer Quibir. A correspondência pessoal, sobretudo para o século XV-XVI, é escassa. Tal como nos lembra Joseph Morsel, preservava-se geralmente documentação com carácter de prova, e não cartas particulares, a maior parte das vezes destruídas[713]. Restaram-nos os exemplos acima, a acrescentar a uma carta de Manuel Carneiro, enviada de Ormuz[714], já atrás mencionada, além das cartas enviadas pelo Duque de Bragança a Álvaro de Valadares[715], também referidas.

Produziam-se textos de carácter genealógico, como o traslado do memorial da autoria de Francisco de Palhares[716] sobre a fidalguia e a nobreza da vila de Monção em 1554, no qual Pedro Vaz da Praça foi identificado como Pedro Vaz Bacelar, o velho, homem fidalgo, casado com Germaneza Pereira[717]. A produção de genealogias, árvores

---

objetos são geralmente coisas com valor efetivo (uma joia, um móvel, um documento diríamos nós), com poder de evocar o passado, ainda que os significados que assumem tendam a desaparecer com a morte dos seus detentores, uma vez que se referem a memórias muitas vezes pessoais e privadas. Segundo a autora "dessa forma, os objetos detêm a sua própria biografia, ao assumirem papéis diferentes consoante aqueles que os possuem, numa descontextualização e reconfiguração constante. Reconstituir os sistemas de valor e usos que lhes conferem significados diferentes ao longo do tempo é uma tarefa que se impõe ao historiador, através do diálogo com fontes históricas alheias ao próprio objeto, mas que o podem situar no contexto entretanto desaparecido".

[709] KETELAAR, Eric – "The genealogical gaze"…, cit., p. 18, 22; WALSHAM, Alexandra – "The social history of the archive: record-keeping in Early Modern Europe", cit., p. 15.

[710] O nome do rei não está expresso, mas pela carta percebemos que este tinha regressado na companhia de Pero de Alcáçova Carneiro, o qual "depois que veio lhe acudiu uma dor a uma perna de que está maltratado". BNP, ALB, *Enc*., cx. 8A, n.º 111, cap. 4, doc. n. n.

[711] Alude à reunião que D. Sebastião e D. Filipe ocorrida em Guadalupe no final de 1576, onde tio e sobrinho acordaram sobre o casamento do segundo com uma filha do primeiro, a Infanta de Espanha Isabel Clara Eugénia e acerca do pedido de auxílio militar para a expedição africana projetada pelo jovem monarca português. RAMOS, Maria Cecília Costa Veiga de Albuquerque – *O secretário dos despachos e coisas da Índia Pero d'Alcáçova Carneiro*. Lisboa: 2009. Tese de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 107.

[712] BNP, ALB, *Enc*., cx. 8A, n.º 111, cap. 4, doc. n. n.

[713] MORSEL, Joseph – "Les sources sont-elles "le pain de l'historien"?", cit., p. 282-283.

[714] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 1, doc. 1251.

[715] BNP, ALB, *Roma*, cx. 58, fl. 582.

[716] Tratar-se-á provavelmente de Francisco Palhares, vereador na vila de Monção que, em 1545, pediu um auto sobre umas casas que Francisco Pereira mandou fazer na barbaça da dita vila. ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 240, doc. 55

[717] BNP, ALB, *Roma*, cx. 71, cap. 2, mç. 53, cota antiga: 1689.

genealógicas, assim como as confirmações de fidalguia e de cartas de armas constituíram uma forma de manutenção da memória da linhagem[718], que podia servir duas causas: apresentação na corte ou perante um determinado pleito, demonstrando o mérito pessoal[719], e a transmissão às gerações vindouras[720].

Produziam-se cartas de dote, contratos de casamento, davam-se cartas de quitação dos mesmos aos pais da noiva ou aos familiares, por vezes os irmãos. As cartas de dote permitem-nos saber que bens eram trazidos pela noiva e eram entregues para administração do marido. Incluíam por norma, dinheiro, joias, roupas (vestidos e roupas de cama), quintas ou, como na família Ribeiro, um morgadio. E a acompanhar estes bens entravam ou saiam documentos, geralmente relacionados com uma propriedade recebida em dote: contratos antigos de compra e venda, contratos de emprazamento, contratos de escambo, livros de registo[721]. Para além das compras efetuadas e registadas documentalmente, esta era uma das formas mais comum de incorporação de documentação.

Redigiam-se testamentos. Consideramos estes documentos como sendo talvez os mais importantes na produção familiar pela riqueza informativa, a vários níveis, que nos proporcionam. Em primeiro lugar, tal como notou Isabel dos Guimarães Sá, "os testamentos são fontes que permitem uma aproximação ao mundo material que teria rodeado os testadores em vida […] em diálogo com o grupo social a que pertence e em função das relações sociais estabelecidas"[722]. Com efeito, neles se encontram dados fundamentais para a reconstituição genealógica das diversas famílias, por elencarem familiares (filhos e respetivos cônjuges, filhos naturais), parentes mais afastados, criados da casa[723], escravos da casa[724]. Permitem, ainda, perceber o grau de riqueza

---

[718] O mesmo refere relativamente à Casa do Avelar MACEDO, Ana Maria da Costa – "Confidência, memória e razão: as autobiografias como fontes privilegiadas para a história da família". In SANTOS, Carlota (coord.) – *Família, espaço e património*. Porto: CITCEM, 2011, p. 466.

[719] GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. – "Archivos nobiliarios españoles: pasado, presente y ¿futuro? Tipología documental e investigación modernista", cit., p. 168; BUYLAERT, Frederik; HAEMERS, Jelle – "Record-keeping and status performance in the Early Modern Low Countries". *Past and Present*, supl. 11 (2016), p. 138; WALSHAM, Alexandra – "The social history of the archive: record-keeping in Early Modern Europe", cit., p. 15.

[720] MORSEL, Joseph – "Le médiéviste, le lignage et l'effet de réel. La construction du Geschlecht par l'archive en Haute-Allemagne à partir de la fin du Moyen Âge", cit., p. 99-102.

[721] Realidade também detetada por CASAUS BALLESTER, M.ª José – "La Casa de Híjar (Teruel) y el uso de algunos archivos", cit., p. 3.

[722] SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos…*, p. 19.

[723] A quem eram deixadas roupas de cama e/ou de vestir, como mencionado no testamento de Inês Vasques. Veja-se o que diz SMITH, Alison A. – "Gender, ownership and domestic space: inventories and family archives in Renaissance Verona". *Renaissance Studies*. 12:3 (1998), p. 379.

material dos testadores – bens móveis, objetos em metal precioso, roupas, alfaias domésticas, escravos, património fundiário.

Em segundo lugar, sobretudo nas famílias que temos vindo a estudar, serviram para instituírem capelas ou morgadios, nomear administradores e estabelecer regras de sucessão na administração do mesmo e quais os encargos que deveriam obedecer. Desta forma, os testamentos que continham instituição, passaram a ser, como refere Maria de Lurdes Rosa, a lei do morgadio[725], o que significa que o documento (e no ALB na maioria dos testamentos considerados na amostra) da respetiva fundação foi o próprio testamento pelo qual se regiam todos os administradores. Este texto era fundamental para a boa administração do vínculo – ele constituía e garantia a memória dos instituidores e o pleno cumprimento das cláusulas de instituição e sucessão estabelecidas por aqueles. As condições são conhecidas e mais ou menos comuns a todos: para além da obrigação de missas pela alma do instituidor, o administrador/novo morgado ficava condicionado à indivisibilidade e inalienabilidade da propriedade vinculada[726], a ampliar o vínculo, adquirindo ou legando bens, geralmente uma ou duas terças[727], a usar o apelido[728]. A sucessão verificava-se, na maioria das vezes, nos varões primogénitos nascidos de casamento legítimo dos administradores e, só em casos excecionais, em mulheres. A nomeação de administradores do património vinculado verificou-se sobretudo entre os parentes mais chegados – a forma mais comum era a instituição por um casal e a nomeação dos seus filhos como administradores, no entanto também nos chegaram casos em que a nomeação foi feita em primos em segundo grau (Ana Carneiro nomeou o neto do seu tio materno; António Machucho nomeou o seu primo); Pedro Vaz da Praça ou Diogo Lopes de Carvalho nomearam os sobrinhos.

Os sucessores tinham de ter uma vida isenta de delitos graves, não casarem clandestinamente e velar pelo cumprimento das obrigações determinadas. A não

---

[724] Os escravos vinham com frequência arrolados como "coisas" nos testamentos dos seus donos, como no caso do testamento de Diogo Lopes de Carvalho, que alforriou os escravos que tinha em sua casa. SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos…*, p. 25.

[725] ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal…*, p. 21; CLAVERO, Bartolomé – *Mayorazgo. Propriedad feudal en Castilla 1369-1836*. Madrid: Siglo veintiuno de españa editores, 1989, p. 233.

[726] GREGÓRIO, Rute Dias – *Pero Anes do Canto: um homem e um património…*, p. 289.

[727] *Ibid*.

[728] Segundo Rute Gregório a obrigatoriedade de nome tinha dupla função – constituía a afirmação do fundador e a preservação da sua memória, recordada pelo epitáfio na capela fúnebre familiar, pelas missas quotidianas a serem ditas para todo o sempre em seu nome, pelos seus sucessores que mantiveram o seu nome e sangue ao cumprir os preceitos por si instituídos; outra função era a "afirmação da própria família num estruturar imagístico e num preservar patrimonial que impõe e se ele associa conseguido pela mesma identificação relativa a um fundador, a um nome, pelas determinações sucessórias com acento no sangue, na linha, num conceito de dignidade física e mental, na reprodução de valores e muito particularmente na inalienabilidade, indivisibilidade, acrescentamento patrimoniais". *Ibid*., p. 294.

verificação de algumas cláusulas dava origem à perda da administração ou sucessão no vínculo, como aconteceu com António de Magalhães, já mencionado. Por fim era obrigação do administrador do vínculo preservar o documento fundador, assim como os documentos acessórios, em suma, o seu cartório. Foi precisamente a instituição vincular que permitiu que esta documentação, mas também toda a que poderia interessar à gestão da casa, perdurasse ao longo dos séculos, sendo, inclusive, alvo de cópias até no século XIX[729]. A necessidade de compilação de testamentos relativos aos vínculos adveio pelo facto de muitos – sobretudo os relacionados com as famílias Carneiro, Pamplona, Valadares, Figueiroa – terem tido quebras de varonia na sucessão, e pelo facto de já em pleno século XIX, terem sido herdados por Miguel Pereira Forjaz por morte do seu primo João Manuel de Meneses. O documento designado por "Memória dos vínculos", de 1820, faz a história da instituição destes morgadios, e inclui como "apenso" a cópia dos testamentos dos fundadores[730].

Ainda no que diz respeito aos testamentos, os testadores, ao expressar a sua última vontade, por mão própria ou delegando noutras pessoas o processo de elaboração[731], deixavam por vezes a familiares ou amigos, ou ainda por pagamento de dívidas. Assim o diz Pedro Vaz da Praça, em 1500, que mandou aos seus testamenteiros, e herdeiros "q*ue* despoys q*ue* Eu falleçer da vyda presente q*ue* elle Com grjmanesa pereira mynha molher E com os jujzes desta di*c*ta villa E com dous ou tres home*n*s bõos E com fr*ançis*co de pias tabaliam **façam Envantairo de todas as mynhas estp*ri*turas q*ue* estam Em mynha arca E as q*ue* pertençerem aq*ue*lles q*ue* Eu feyto tenho allgũas doaçoes de meus bee*n*s lhes Emtregue*m* p*er*a sua garda** E as outras q*ue* a mj*m* perteçerem gardara o di*c*to meu Ereo E testamenteiro"[732]. Ou como refere o seu sobrinho Paio Rodrigues de Araújo "J*tem* mando que tamto que mynha allma sajr do meu corpo llogo naquella ora chamaram a l*ançaro*te falcam ou joham vaz *e* p*er*antre erena gomes *e* meus herdeiros os que forem presemtes se a jso qujserem estar he **e*m*tregaram a mynha arqua das esp*ri*turas p*er* e*n*vamtairo *e* as tire*m* e*m* fielldade p*er*a cada herdeyro ou testame*n*teiro a que p*er*tencer lhe s*er* dado** *e* peco aos ditos

[729] SMITH, Alison A. – "Gender, ownership and domestic space: inventories and family archives in Renaissance Verona", cit., p. 379.
[730] BNP, ALB, *Roma*, cx. 80, cap. 1, doc. n. n.
[731] Para ser válido necessitava da aprovação do notário na presença de pelo menos sete testemunhas que não podiam ser mulheres embora o tabelião pudesse integrar o grupo. Muitos testadores chamavam o notário a casa ou deslocavam-se à morada deste último quando pretendiam fazer um testamento, para o autenticar. SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos…*, p. 29-31; CAMMAROSANO, Paollo – *Italia medievale. Strutura e geografia delle fonti scritte*, p. 267-268.
[732] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 11, doc. 554, testamento de Pedro Vaz, fl. 9v.

joham vaaz *e* llancarote falcom que disto tenham cujdado por amor de mjm"[733]. Ou a André Velho de Azevedo II, já no século XVII, que deixou por testamenteiros os seus filhos Francisco da Cunha, Álvaro de Azevedo e o seu irmão Jerónimo Barreto, a quem pediu que no dia do falecimento tomasse as chaves do escritório e que pedisse a dois parentes para com ele fizessem inventário dos papeis para se saber o que pertencia a cada um dos herdeiros e tomassem rol dos bens móveis[734]. A entrega de documentação foi, por esta razão, uma das formas de saída e, consequentemente, de entrada de documentação nas várias famílias, circulação documental que também pudemos notar acerca dos dotes e casamentos, como verificámos acima.

Produziam-se, portanto, inventários de bens e cartas de partilhas entre herdeiros. A par dos testamentos, estes documentos produzidos pela família – pela viúva ou por um ou vários filhos do casal – também eram muito comuns. Tal como nos testamentos, ou complementando aqueles, estes documentos permitiram aferir a reconstituição genealógica das diversas famílias e a sua riqueza material, por elencarem bens e sua entrega a familiares, parentes mais afastados, criados e escravos da casa[735]. São exemplos os inventários de Diogo Carneiro[736], datado de 1515, de Fernão Soares e Beatriz Carneiro, de 1575[737] ou o de Fernão Nunes Barreto II, em 1598[738].

Produziram-se, enfim, livros de registo para neles serem apontados gastos, como por exemplo, as missas rezadas nas capelas instituídas nos testamentos, registados no livro de recibos das missas celebradas entre 1532 e 1576 no Convento de S. Francisco do Porto[739], ou o livro de contas, de cerca de 33 folhas, datado de 1535-1543[740], que Pantaleão Carneiro prestou aos quatro filhos órfãos de sua irmã Beatriz Carneiro.

A produção documental espelha assim a função e utilização que as famílias deram aos documentos produzidos, conservados e transmitidos e que deram resposta às necessidades da família no seu percurso social, nos vários momentos da sua história.

---

733 BNP, ALB, *Enc*., cx. 7A, cap. 3, cota antiga: 658, testamento de Paio Rodrigues, fl. 11v-12.
734 BNP, ALB, *Enc*., cx. 32, pasta 2, testamento de André Velho de Azevedo.
735 Como no caso do testamento de Diogo Lopes de Carvalho, que alforriou os escravos que tinha em sua casa.
736 BNP, ALB, *Roma*, cx. 60A, fl. 22-37; BNP, ALB, *Roma*, cx. 81A, cap. 1, doc. 1.
737 BNP, ALB, *Roma*, cx. 60A, fl. 69-80.
738 BNP, ALB, *Roma*, cx. 59, fl. 578-711.
739 BNP, ALB, *Enc*., cx. 47B, cap. 4, doc. n. n.
740 BNP, ALB, *Roma*, cx. 82 III, n.º 095, cap. 6, cota antiga: M 54 N 18.

2. Conservação e recuperação

Como vimos no apartado anterior, a produção documental das várias famílias e a sua conservação e constituição em arquivo verificou-se ao longo de várias gerações. Os documentos foram conservados onde, de que forma? Neste apartado serão apresentados os locais onde as famílias guardaram os seus documentos, os instrumentos que desenvolveram para os recuperarem e ainda como estes se encontravam organizados (e reorganizados) no século XIX, época na qual, como referimos no capítulo II, foram de certa forma "esvaziados" de um dos seus fatores de unificação – a existência de vínculos.

A leitura da documentação dos vários produtores trouxe dados relevantes sobre este assunto e que nos permite dar algumas respostas acerca destas questões.

A consciência da importância do registo escrito para memória futura pode ser aferida na conservação de documentos antigos mas dos quais se perdeu a ligação à família. Estes poderão ter entrado num dado cartório familiar por um qualquer motivo – para cópia, como apenso de um ou outro documento mas que, algures no tempo, se perdeu a ligação ou a relevância. Foram anotados como "inúteis à casa", porém, conservados[741].

2.1. Locais de arquivo

Os documentos que mais informações nos deram acerca da forma como os documentos eram guardados e conservados foram, uma vez mais, os testamentos. Nestes, o testador estabeleceu com frequência como os seus herdeiros ou testamenteiros deveriam proceder e a quem deviam recorrer para cumprir a última vontade do seu familiar ou amigo, entregando bens, terras e seus documentos. Ao fazê-lo, desvendavam os locais onde os tinham e conservavam.

---

[741] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 8A, n.º 111, cap. 4, doc. n. n.: Escritura de declaração que fez Branca Dias do dote de Heitor Ferreira, filho de Francisco Ferreira com Leonor Dias, filha de João Gonçalves e Isabel Dias. 10 de maio de 1503. (nota: inútil). Sobre a noção do que é útil ou inútil veja-se o trabalho de ESCH, Arnold – "Chance et hasard de la transmission. Le problème de la représentativité et de la déformation de la transmission historiqueI. In SCHMITT, Jean-Claude; OEXLE, Otto Gerhard (dir.) – *Les tendances actuelles de l'histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2002, p. 28-29; MORSEL, Joseph – "Les sources sont-elles "le pain de l'historien"?", cit., p. 281; FESCHET, Valérie – *Les papiers de famille. Une ethnologie de l'écriture, de la mémoire et des sentiments en Provence Alpine*. Aix-en-Provence: Publications de l'Université de Provence, 1998, p. 41, 43.

Uma primeira referência surge no já citado testamento de Pedro Vaz da Praça. Em 1500, o escudeiro da praça de Monção mandou "ao di*c*to meu Ereo E testamenteiro q*ue* despoys q*ue* Eu falleçer da vyda presente q*ue* elle Com grjmanesa pereira mynha molher E com os jujzes desta di*c*ta villa E com dous ou tres home*n*s bõos E com fr*ançis*co de pias tabaliam **façam Envantairo de todas as mynhas estp*ri*turas q*ue* estam Em mynha arca** E as q*ue* pertençerem aq*ue*lles q*ue* Eu feyto tenho allgũas doaçoes de meus bee*n*s lhes Emtregue*m* p*er*a sua garda **E as outras q*ue* a mj*m* perteçerem gardara o di*c*to meu Ereo E testamenteiro**"[742].

Pedro Vaz guardava as escrituras numa arca. Da mesma forma que o seu sobrinho, como menciona no seu testamento de 1526:

"Jtem mando que nem qujtem ho llogar a joham do carro tamto por tamto *e* nas esp*ri*turas que eu tenho de Riba de mouro acharam hũa herdade a quall fiquou de meu pay *e* avoo *e* nu*n*qua pagey nada a jgreja mando que meus herd*eir*os se co*n*certem com a jg*rej*a de samta m*ari*a do campo ou da porta quall diser nas **esp*ri*turas de Riba de mouro que andam atadas em hũa arqua mynha** se ha teuer aforada algem *e* o tempo pasado pagem"[743]. E acrescenta:

"J*tem* mando que tamto que mynha allma sajr do meu corpo llogo naquella ora chamaram a l*ançaro*te falcam ou joham vaz *e* p*er*antre erena gomes *e* meus herdeiros os que forem presemtes se a jso qujserem estar he **e*m*tregaram a mynha arqua das esp*ri*turas p*er* e*n*vamtairo *e* as tire*m* e*m* fielldade p*er*a cada herdeyro ou testame*n*teiro a que p*er*tencer lhe s*er* dado *e* peco aos ditos joham vaaz *e* llancarote falcom que disto tenham cujdado por amor de mjm**"[744]. Para além da arca tinha ainda uma barjuleta[745], onde guardava também alguns documentos: "ma*n*do que por seus bee*n*s (de Pedro Vaz) se acabe de fazer a capella que eu começey de fazer nesta ig*reja* de monçom p*er*a ho poemte *e* p*er*a hajuda de se fazer ja tenho dado a Joham llopes pedreiro que morou nas choças tres mjll rr*eae*s e*m* começo de paguo *e* elle he obrjgado a fazerma segundo forma da **obrjgaçom a quall faram demt*ro* de dous anos a pessoa q*ue* eu nesta ma*n*da nomear segundo adyamte se decrarara *e* a obrjgaçom he feita por frr*ancis*co de pias t*a*b*ali*am que esta na mjnha barjulleta**"[746].

---

[742] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 11, doc. 554, testamento de Pedro Vaz, fl. 9v.
[743] BNP, ALB, *Enc*., cx. 7A, cap. 3, cota antiga: 658, testamento de Paio Rodrigues, fl. 9v.
[744] BNP, ALB, *Enc*., cx. 7A, cap. 3, cota antiga: 658, testamento de Paio Rodrigues, fl. 11v-12.
[745] Saco tipo mochila. BLUTEAU, Raphael – *Supplemento ao Vocabulario portuguez, e latino…* Lisboa: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727, parte I, p. 110.
[746] BNP, ALB, *Enc*., cx. 7A, cap. 3, cota antiga: 658, testamento de Paio Rodrigues, fl. 2-2v.

Também Jorge da Cunha, neto de Paio Rodrigues de Araújo, menciona no testamento, entre os bens que deixou ao filho, uma "caixa encourada que tem os meus papeis".[747]

Podemos encontrar outros exemplos em famílias mais diretamente relacionadas com a corte e o serviço régio, como a dos Carvalho. Um dos seus elementos mais proeminentes foi, como já vimos, Diogo Lopes de Carvalho, desembargador do paço. No seu testamento refere que havia pedido ao seu testamenteiro, o sobrinho Gaspar de Carvalho, que lhe lançasse a carta do seu doutoramento[748] "**na arca em que se lançarem e guardarem o tombo e as escrituras das heranças do morgado e que as tenham sempre em bom recado do fogo e de água**"[749]. Infelizmente não nos chegou o diploma do seu doutoramento, mas sobreviveram muitas escrituras das heranças do morgadio. Com efeito, comparando os documentos relativos a este morgadio existentes no ALB com o inventário de 1836, detetamos a falta de poucos documentos, na ordem das duas dezenas. Em contrapartida, verificamos a existência de outros não referidos no mesmo inventário. A preocupação com a boa conservação dos documentos era evidente, pois um descuido podia levar à danificação ou mesmo destruição dos documentos[750].

Os documentos acompanhavam os seus proprietários para onde quer que eles tivessem de se deslocar, principalmente quando desempenhavam funções em diversas partes do Império português. Foi o que aconteceu com Lopo de Carvalho, filho de Diogo Lopes de Carvalho. Estando doente em Cochim, onde veio a falecer, ditou o seu testamento em 1518 e pediu ao seu procurador, Brás Álvares, para que lhe pudesse arrecadar o seu soldo e que o mesmo devia ser enviado a Portugal aos seus herdeiros, se o conseguisse recuperar. Pediu ainda que entregasse "**as escripturas e com outras que na sua caxa se acharam as mandaram a portugal com este testamento**"[751].

Caixas ou pequenas arcas com papéis eram, pois, a forma mais corrente de arrumação e conservação de documentação[752]. A designação varia de caso para caso. João Gomes de Sousa, sogro de André Velho de Azevedo, refere que quando fez as

---

[747] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 4, doc. 702.

[748] Não conseguimos apurar qual a Universidade frequentada por Diogo Lopes de Carvalho, sendo a mais provável Lisboa. Ver **IV – SUBSISTEMA CARVALHO**, **SC 03 – LOPES DE CARVALHO**, **SSC 03.01 – Diogo Lopes de Carvalho.**

[749] BNP, ALB, *Roma*, cx. 100, cap. 3, cota antiga: 374.

[750] O mesmo refere LAFUENTE URIÉN, Aránzazu – "Los archivos nobiliarios: formación y conservación. La Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional", cit., p. 34; WALSHAM, Alexandra – "The social history of the archive: record-keeping in Early Modern Europe", cit., p. 41.

[751] BNP, ALB, *Roma*, cx. 92, cap. 1, cota antiga: 590, fl. 2 v.

[752] Tal como notou também NAVARRO BONILLA, Diego – *La imagen del archivo…*, p. 63.

partilhas dos bens dos pais com os seus irmãos e o primo João Gomes Pereira "o velho", ocorrida em 1600[753], existia uma arca pequena dos papéis. Já Vasco Pereira, em 1504[754], menciona que tinha um cofre onde tinha guardado o testamento.

Outros referem escritórios, identificando uma peça de mobiliário semelhante ao contador[755]. É o caso de Fernão Nunes Barreto II em cujo inventário de partilhas realizado após a sua morte, em 1598, se registam vários, o que se compreende face ao volume documental que produziu[756]. Mencionamos ainda mais dois exemplos – um deles, Francisco de Figueiroa. Uma vez mais, foi pela análise do seu testamento que soubemos que tinha uma arca de cartório que continha diversos documentos – cartas trocadas entre si e o seu cunhado Pantaleão Carneiro, onde se referiam várias dívidas[757]; a escritura de dote que a sogra Maria Vieira lhe havia feito[758] e ainda o documento de uma dívida de quinze mil reais do seu irmão Afonso de Figueiroa, "como se verá pela Escriptura que se achará na minha caixa dos papeis" ou "minha arca de cartório"[759], que se encontrava na posse do seu irmão João de Figueiroa.[760] Por sua vez, Berengueira Eanes de Carvalho referiu que entre os seus bens figuravam "dous taleigos[761] de escripturas antre as quaees se achou o testamento de Vasco Pereira"[762]. Este modo de acondicionamento tinha a vantagem de tornar o seu transporte mais fácil ou de se diferenciar de outros que conteriam outras matérias.

Como já por diversas vezes referimos, e como também foi notado por outros autores[763], uma das formas de controlar a existência da documentação era proceder ao inventário da mesma. Muitos dos testadores mencionados pediram aos seus

[753] BNP, ALB, *Enc*., cx. 54, cap. 1, doc. n. n..
[754] Testamento. BNP, ALB, *Roma*, cx. 92, cap. 1, cota antiga: 42.
[755] BLUTEAU, Rafael – *Vocabulario Portuguez & Latino*, v. III. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1713, p. 227.
[756] BNP, ALB, *Roma*, cx. 59, fl. 578-711; cx. 104 B, cap. 5, cota antiga: M 3 N 6.
[757] Balas que Pantaleão Carneiro lhe enviou para as ilhas, outras por vendas de panos de Flandres e pelo regresso de Pantaleão Carneiro das ilhas. BNP, ALB, *Enc*., cx. 39, liv. 13, fls. 105v-113.
[758] Declara que a sogra, Maria Vieira, não lhe fez bom o quarto da propriedade de Azinho de Sá pela escritura de dote, mas sim o terço, pelo que obrigava Maria Carneiro e Isabel Carneiro a fazê-lo, para receber um quarto de um quarto de uma vida do Azinho. BNP, ALB, *Enc*., cx. 39, liv. 13, fls. 105v-113.
[759] BNP, ALB, *Enc*., cx. 39, liv. 13, fl. 109-109v.
[760] BNP, ALB, *Enc*., cx. 39, liv. 13, fls. 105v-113.
[761] Saco longo e estreito.
[762] BNP, ALB, *Roma*, cx. 92, cap. 1, cota antiga: 696, fl. 4.
[763] GREGÓRIO, Rute Dias – *Pero Anes do Canto: um homem e um património…*, p. 286; ead. – "O tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515)". *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo, LX (2002), p. 39-40. Também NAVARRO BONILLA, Diego – *La imagen del archivo…*, p. 23 refere que o abundante património pessoal tornava inevitável a organização documental proporcionada por um arquivo gerido adequadamente e convertido num recurso indispensável para a gestão quotidiana, da casa familiar ou da própria exploração de bens.

testamenteiros que elaborassem róis dos documentos[764] existentes nas diversas caixas e cartórios, de forma a que estes pudessem posteriormente ser entregues aos herdeiros de determinada propriedade, e novamente arrumados na mesma caixa ou cartório. Quer uns quer outros, após a morte do testador, passavam a ter um novo dono, fosse ele um membro da família ou não. E como tal passaram a fazer parte de um novo sistema ou subsistema de informação, mais ou menos organizado, e consequentemente com uma nova forma de arrumação, que poderia implicar a aposição de um (outro) número sequencial ou uma outra qualquer indicação. Verificando os versos dos documentos, essas alterações são patentes. A maior parte dos documentos está marcada com diversas numerações, anotações, resumos, comentários que espelham as diversas vezes em que foram alvo de incorporações, rearranjos, numerações. E também reutilizações, como no caso dos numerosos contratos de compra efetuados por elementos da família Barreto – Fernão Nunes Barreto I e II e Gaspar Nunes Barreto I – cujos versos foram utilizados para identificar uma sucessão de foreiros e respetivos foros. Tudo isto demonstra, em suma, dos modos como os conjuntos de documentos foram transformados em arquivos[765].

A preservação da documentação era, como já verificámos, necessária para a prova quer de dívidas contraídas e não pagas, quer ainda de determinações, muitas vezes obtidas através de sentença judicial. Como exemplo desta afirmação recorremos aos documentos, e uma vez mais a um testamento, o de André Velho de Azevedo II. Em 1631 este tinha ganho uma disputa judicial contra os primos, pela titularidade da administração do morgadio de Pedro Vaz da Praça. A sentença, dada a seu favor, reconheceu que o morgadio era transmitido de administração em administração por nomeação do anterior administrador e não por linha sucessória de parentesco. O processo, que consumiu tempo e dinheiro aos envolvidos, e a sentença obtida, foram guardados no escritório de André Velho de Azevedo II, assim como os documentos que lhe permitiram justificar a pretensão e obter a decisão judicial. Entre eles encontrava-se o testamento de Paio Rodrigues de Araújo. O administrador recomendou e relembrou aos seus testamenteiros, os filhos Francisco da Cunha, Álvaro de Azevedo e o irmão Jerónimo Barreto, e ao novo administrador nomeado que "se for necessário recuperar o

---

[764] Não nos restaram róis de documentação quinhentistas ou seiscentistas, apenas registamos, como fizemos atrás menção no capítulo II desta tese, róis setecentistas – os de Tadeu Luís Carvalho Camões, um pertencente ao cartório da Barca e o de Diogo Pereira Forjaz, os quais permitem, pelo menos no terceiro caso, identificar alguns documentos ainda existentes no ALB.

[765] MORSEL, Joseph – "Les sources sont-elles "le pain de l'historien"?", cit., p. 282.

documento por novas querelas que é lá que se encontra"[766]. Jerónimo Barreto foi ainda encarregado de, no dia do falecimento do irmão, tomar as chaves do escritório e pedir a dois parentes para que com ele fizessem inventário dos papeis existentes para se saber o que pertencia a cada um dos herdeiros e tomassem rol dos bens móveis[767]. Deveria ainda tomar conta das dívidas existentes, baseando-se para tal num livro de contas no qual estavam declaradas dívidas pendentes, livro a que se devia dar crédito, porque estava atualizado e validado com a rubrica "Velho"[768].

Livros onde se apontavam dívidas ou pagamentos feitos, que o autor redigia de modo a que não se esquecesse de ambas, constituíam uma categoria comum a vários arquivos – os designados livros de lembranças[769]. Estes surgem, em forma de referência em vários dos nossos subsistemas arquivísticos, como nos Magalhães. Pedro da Silva e Meneses, filho natural de Manuel de Magalhães[770], menciona no seu testamento, realizado em Chaul a 30 de outubro de 1570, um livro de lembranças[771]; Leonor Pereira, a última mulher de Francisco de Magalhães, refere no seu testamento de 1567 que tem cofres com escrituras, conhecimentos e livros de lembranças "**neles postos, os quaes quero, e mando se dê inteiro credito e fé em juízo, e fora delle, porque todo o escrevi, e mandei nelles escrever verdadeiramente sem erro nenhum"**[772]. Sem serem inventários formais, serviam de memória da vida da família e dos documentos que ela gerava. Estes livros são reveladores de uma prática relativamente comum, por homens e mulheres, como detetaram Paolo Cammarosanno Toscânia[773], Alison Smith em Verona[774] e ainda Paolo Sordi[775]. Surgem apenas referidos ou em forma física, como o que pertenceu a Pantaleão Carneiro, datado de meados do século XVI[776], no qual o autor

---

[766] BNP, ALB, *Enc*., cx. 32, pasta 2, testamento de André Velho de Azevedo.
[767] BNP, ALB, *Enc*., cx. 32, pasta 2, testamento de André Velho de Azevedo.
[768] BNP, ALB, *Enc*., cx. 32, pasta 2, testamento de André Velho de Azevedo.
[769] Veja-se CAMMAROSANO, Paollo – *Italia medievale. Strutura e geografia delle fonti scritte*, p. 287; CIAPPELLI, Giovanni – *Memory, family, and self. Tuscan family books and other European egodocuments (14th-18th century)*. Leiden-Boston: Brill, 2014.
[770] BNP, ALB, *Roma*, cx. 58, fl. 197.
[771] BNP, ALB, *Roma*, cx. 58A, fl. 155.
[772] BNP, ALB, *Enc*., cx. 39, liv. 13, fl. 13v.
[773] Escritos de memória de factos económicos, listas de posses de família, débitos e créditos, compras e vendas, noticias de eventos familiares, histórias moralizadoras. Veja-se CAMMAROSANO, Paolo – *Italia medievale. Strutura e geografia delle fonti scritte*, p. 286; WALSHAM, Alexandra – "The social history of the archive: record-keeping in Early Modern Europe", cit., p. 37.
[774] SMITH, Alison A. – "Gender, ownership and domestic space: inventories and family archives in Renaissance Verona", cit., p. 375-391.
[775] SORDI, Paolo – "I libri di famiglia in Italia: storia di una ricerca e della sua problematica conservazione attiva (ovvero: la soluzione digitale)". *Testo & Senso*. 17 (2016), p. 1-10. [em linha] [Consult. em 20 jul. 2019] Disponível em: <http://testoesenso.it/article/view/423/pdf_214>.
[776] BNP, ALB, *Enc*., cx. 17A, cap. 1, doc. n. n..

anotou encomendas[777], dívidas e pagamentos das mesmas, alguns recebidos por si, outros por sua mulher, o que demonstra a participação da mulher nas atividades comerciais/administrativas do marido e a capacidade de o poder substituir em caso de ausência ou morte[778]. Mesmo o progressivo abandono da atividade comercial e o investimento na propriedade fundiária por parte de algumas famílias não impediram que essa substituição se verificasse, como podemos aferir pelos vários documentos – compra e venda, emprazamento, entre outros – produzidos por viúvas (por exemplo Isabel Ferraz) após a morte dos maridos e quando os filhos ainda eram menores, o que vem demonstrar que o papel da mulher durante este período era mais atuante do que tem vindo a ser descrito[779]. Discordamos por essa razão da perspetiva de Gerda Lerner, mencionada por Terry Cook, que afirma que há uma exclusão sistémica das mulheres da memória social, das instituições e dos arquivos. Pela análise da produção documental destas no ALB, afirmamos que as mulheres tinham autonomia para testar, vincular e praticavam atos de gestão da economia familiar[780].

Esta foi de fato uma prática comum a outras mulheres que também conservaram documentação escrita, quer fosse de dívidas, como Ana Carneiro[781], ou obtida por compras ou ainda, por força de lei, como lembra Inês Vasques, instituidora do morgadio do Canidelo: "porquanto nom foi por minha vontade e **mo fez outorgar por força, a qual outorga eu logo contradisse dentro no termo de direito, antes e depois, e tenho dello escripturas**"[782]. Escrituras que garantiam a posse de propriedade e direitos, e que eram, como vimos, transmitidas aos herdeiros. Para melhor gestão das mesmas, estes herdeiros/administradores faziam, conservavam documentos como tombos, nos quais registavam todas as quintas, casais, herdades e rendas que ficaram por morte do

[777] Não tendo, no entanto, a mesma dimensão dos livros de Michele da Colle. CARDOSO, Ana Clarinda Jesus Cambra Reis – *Os livros de contas do mercador Michele da Colle (1462-63): do registo contabilístico à atividade comercial e financeira na praça de Lisboa*. Porto: 2016. Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais fa Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
[778] BRITO, Pedro de - "Declínio do papel das mulheres do patriciado portuense no século XVI", cit., p. 18 dá o exemplo de algumas mulheres, solteiras e casadas, que no princípio do século XVI exerceram atividades comerciais por conta própria- Alguns dos negócios implicavam conhecimento, uma vez que as mulheres dos comerciantes de grosso trato e longo curso tinham de substituí-los na sua ausência. Refere ainda que no Porto se começa por detetar esse envolvimento das mulheres do patriciado no comércio, mas que com o avançar do século essa colaboração acaba por desaparecer devido ao abandono dos maridos terem deixado de mercadejar.
[779] Veja-se o artigo de SMITH, Alison A. – "Gender, ownership and domestic space: inventories and family archives in Renaissance Verona", cit., p. 375-391.
[780] COOK, Terry – "What is past is prologue: A history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift", cit., p. 18.
[781] Dívidas e penhores "como de meus papeis se pode ver". BNP, ALB, *Enc*., cx. 1, cap. 4, cota antiga: M 53A N 25.
[782] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 4, doc. 678, fl. 37.

instituidor. Foi precisamente o que sucedeu com João Álvares Ribeiro, nomeado administrador do morgadio instituído pela sua tia Inês Vasques[783]. O livro de tombo do morgadio foi posteriormente herdado pelo filho deste, Fernão Ribeiro, que o acrescentou com novas aquisições de propriedade, aumentando o património administrado.

Como referimos anteriormente no capítulo I, foram várias as famílias que produziram esses instrumentos, dos quais nos chegaram alguns exemplares[784].

2.2. Inventariações mais antigas

Como vimos acima, o ALB constitui um sistema de informação de múltiplas proveniências, ilustrando mais uma vez a expressão consagrada de Borja de Aguinagalde de que um arquivo de família é um arquivo de arquivos[785].

Com efeito, vários arquivos que foram organizados ou apenas guardados com intuito de prova de posse, defesa de direitos, partilhas de bens[786], habilitação a heranças e morgadios, em suma, utilizados na gestão do património e da casa, foram sendo utilizados e reutilizados por várias gerações, da mesma família, ou de famílias a elas associadas (no caso de venda de propriedade ou de dote). Prova disso são as inúmeras cópias, traslados ou apenas transcrições em letra "moderna" de antigos escritos que foram realizadas por elementos familiares de duas ou três gerações posteriores àquelas em que o documento foi produzido[787]. Necessidade económica, necessidade de prova de

---

[783] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 4, doc. 677A, fl. 2v; doc. 678, fl. 2.

[784] Tal como aconteceu com outras famílias, nomeadamente com Pero Eanes do Canto (GREGÓRIO, Rute Dias – *Pero Anes do Canto: um homem e um património…*, p. 14-15; ead. - "O tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515)", cit., p. 1-240; a família Marialva (OLIVEIRA, Luís Filipe – "O Arquivo dos Condes de Marialva num inventário do século XVI". In BARATA, Filipe Themudo (coord.) – *Elites e redes clientelares na Idade Média: problemas metodológicos*. Lisboa: Colibri-CIDEHUS/UE, 2001, p. 221-260); dos morgados do Esporão, ROSA, Maria de Lurdes – "Tombo das escrituras dos bens de raiz e rendas do morgadio do Esporão e memorial delas". In ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.) – *Rethinking the archive in Pre-Modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015, p. 104-106, só para citar alguns casos.

[785] BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco – *Archivos de Familia y Archivos domésticos Treinta años de experiencia*s, p. 34; MARQUES, Patrícia Cardoso – *O Arquivo Castro/Nova Goa…*, p. 6; LAFUENTE URIÉN, Aránzazu – "Los archivos nobiliarios en España: el Archivo de la Nobleza", cit., p. 667.

[786] Como a inúmera documentação relativa ao processo de partilhas dos bens de João Manuel de Meneses e João Luís de Meneses, que levou a longa luta judicial entre Diogo Forjaz e o seu cunhado Tristão de Meneses.

[787] Prática corrente não apenas em Portugal mas também em Espanha, como refere GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. – "Archivos nobiliarios españoles: pasado, presente y ¿futuro? Tipología documental e investigación modernista", cit., p. 139 e Inglaterra por WALSHAM, Alexandra – "The social history of the archive: record-keeping in Early Modern Europe", cit., p. 41.

posse, pretensão a título prestigiante, disputas judiciais, foram várias as razões para a produção desses "novos" documentos.

Perante a amálgama documental tornou-se fundamental o acesso e recuperação facilitada desses documentos.[788] Tal como refere Elio Lodolini, os inventários refletem "a história interna da instituição que gerou aquele fundo arquivístico, as suas competências e as suas transformações no curso do tempo, da praxis administrativa mantida por ela e as transformações que essa praxis sofreu em diversas épocas, e como, pouco a pouco, aquela instituição organizou a própria memória, ou seja, como dispôs os documentos gerados por ela, segundo uma ordem originária, na qual pode ter variado no curso da vida da instituição"[789].

Em Portugal, a prática de organização e reorganização de cartórios com produção de inventários[790] que se iniciou no século XVI[791] e se prolongou por todo o século XIX, constituiu uma etapa fundamental na estruturação de várias famílias das elites, ficou a dever-se em certa medida, como referiram Abel Rodrigues e Armando Malheiro da Silva, a uma reestruturação das famílias nobres, que se havia iniciado em meados do século XVI com a criação dos institutos vinculares e no contexto político e social saído da "Restauração e que contribuiu de forma determinante para a consolidação do conceito de Casa que começou a emergir em Setecentos"[792].

---

[788] ROSA, Maria de Lurdes – "Os espelhos e os seus outros lados. Inventários e gestão da informação documental do Viscondado de Vila Nova de Cerveira/ Marquesado de Ponte de Lima e família Brito-Nogueira, séculos XV-XIX". In ROSA, Maria de Lurdes (org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, 2012, p. 580-582; BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco – *Archivos de Familia y Archivos domésticos Treinta años de experiencia*s, p. 27; DE VIVO, Filippo – "Ordering the archive in early modern Venice (1400-1650)", cit., p. 231-248; GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. – "Archivos nobiliarios españoles: pasado, presente y ¿futuro? Tipología documental e investigación modernista", cit., p. 137; HEAD, Randolph C. – "Mirroring Governance: Archives, Inventories and Political Knowledge in Early Modern Switzerland and Europe". *Archival Science*. vol. 7:4 (2007), p. 320.

[789] NAVARRO BONILLA, Diego – *La imagen del archivo…*, p. 145.

[790] Como os da Casa de Bragança, Condes de Povolide, Casa de Melo, entre outros. RODRIGUES, Abel; SILVA, Armando Malheiro da – "A criação das Gavetas na Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação", cit., p. 614-617; PÁSCOA, Marta – *O códice 702. Um cartulário de D. Jaime de Bragança*, p. 53-57; PESTANA, Manuel Inácio – *A reforma setecentista do cartório da Casa de Bragança. Documentos apógrafos e originais do séc. XIII ao séc. XVIII*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1985.

[791] O mesmo processo verificou-se em Espanha no século XVII. Veja-se CASAUS BALLESTER, M.ª José – "La Casa de Híjar (Teruel) y el uso de algunos archivos", cit., p. 103-122; NAVARRO BONILLA, Diego – *La imagen del archivo…*, p. 145.

[792] RODRIGUES, Abel; SILVA, Armando Malheiro da – "A criação das Gavetas na Casa de Mateus", cit., p. 614-617; SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV-XIX: Identidade, gestão e poder*, p. 36-37 e nota 77. O mesmo detetou NAVARRO BONILLA, Diego – *La imagen del archivo…*, p. 145 para Espanha nos séculos XVI e XVII.

Essa prática teve o seu golpe final com a profunda alteração política, económica e social que o fim do sistema vincular[793] trouxe às famílias detentoras de vínculos, e que levou a que muitos deles deixassem de ter qualquer utilidade de prova de bens e mercês que lhes deu origem e que garantiu a sua integridade durante vários séculos. Efetivamente, os dois cartórios – Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei e Conde da Feira – foram totalmente desmantelados, misturados, desorganizados, e posteriormente reorganizados segundo uma lógica completamente alheia à sua génese, como referimos atrás.

De todas as famílias apresentadas no capítulo III e das quais se apresentou a produção e utilização documental no presente capítulo, chegaram aos dias de hoje inventários pertencentes às famílias Ribeiro, Magalhães, Carvalho e Barreto. Das famílias Valadares e Cunha não foram detetados no ALB quaisquer inventários anteriores ao século XIX, embora, pelo menos no caso dos Cunha, houvesse menção à realização de dois, como veremos adiante.

O documento mais antigo, que podemos considerar como um inventário pertence à família Ribeiro e é um documento com tripla funcionalidade e estrutura: um compósito de tombo, registo de documentos e instrumento de gestão e memorial. Trata-se do "inventário" do morgadio do Canidelo[794], produzido por Fernão Ribeiro (flor. 1487-1496), casado com Filipa de Sousa (flor. 1487-1513). O documento é descrito, em 1498, aquando da entrega ao juiz e contador dos resíduos da comarca de Entre-Douro-e-Minho por Filipa de Sousa, para prova e cópia, como "hum livro encadernado em que estavam as herdades da dita capela, escrito por o dito Fernão Álvares Ribeiro, que foi administrador, e todas as herdades declaradas, e mais o testamento do instituidor"[795]. O documento constitui um importante testemunho de registo autógrafo de um proprietário, que compila e copia documentos de diferente natureza, atualizando os escritos anteriores do seu pai (cada entrada contém informações relativas às dimensões, confrontações, foreiros, tipo de foro e pagamento) e usado para gestão corrente e que

[793] COELHO, Maria de Fátima – "O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias". *Análise Social*, XVI: 61-62 (1980), p. 111.
[794] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 4, doc. 678. Ver ROSA, Maria de Lurdes – "[Livro do Morgadio do Canidelo]". In ROSA, Maria de Lurdes, HEAD, Randolph C. (eds.) – *Rethinking the archive in pre-Modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century.* Lisboa: IEM, 2015, p. 98-99.
[795] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 4, doc. 678.

encontra paralelo em outros inventários coevos, como o de Pero Eanes do Canto[796]. Principia pelo tombo propriamente dito das propriedades, organizado por listagens de "quintas" distintas em "títulos", após os quais são listados os casais, foreiros e rendas. Neste sentido, o elenco é muito mais do que um simples tombo administrativo, é o registo de uma atividade quotidiana. O segundo elemento do livro, separado do tombo dos restantes bens, é a lista de obrigações fúnebres devidas a João Álvares Ribeiro, sogro de Filipa de Sousa, e dos bens a elas adscritos, bem como o testamento da instituidora, Inês Vasques, de 1458 e nomeação do seu sobrinho João Vasques Ribeiro, cavaleiro da casa do Rei e morador no Porto, por administrador do morgadio. O redator fez comentários, no próprio texto, sobre a ligação entre os bens e as cerimónias por alma. O livro termina com uma lista de bens que vieram a Fernão Álvares Ribeiro de outros modos, marcando a sua posição como bom herdeiro e cuidadoso administrador na gestão das propriedades e respetivo arquivo. Com efeito, como refere Maria João de Andrade e Sousa, entre os séculos XVI e XVII, a fundação de morgadios "desafiou constantemente a capacidade do descendente nomeado para os herdar e gerir, pois este instituto obrigava a acrescentar a riqueza da família" [797]. Daí a necessária importância da posse e da presença em inventários dos documentos (re)fundacionais de morgadios, originais ou em cópia[798]. Os documentos transmitiram-se, acompanhando uma sucessão canónica em morgadio até à inexistência de herdeiros masculinos na quarta geração após a do primeiro administrador. O casamento da única herdeira deste, Antónia de Sousa com Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, morgado de Argemil e Fajozes, cerca de 1565, fez com que o morgadio do Canidelo passe para esta última família fidalga da região do Porto, com vastas propriedades, ao que tudo indica de um extrato social superior[799]. Os morgadios assim reunidos, e respetiva documentação, entraram seis gerações mais tarde na família de Diogo Pereira Forjaz Coutinho, pai da

[796] Também o tombo de Pero Eanes do Canto foi produzido na sequência de organização do cartório para dar resposta a pleitos e demandas do autor. GREGÓRIO, Rute Dias – *Pero Anes do Canto: um homem e um património…*, p. 172-173, 286; ead. – "O tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515)", cit., p. 38-41.
[797] SOUSA, Maria João d'Orey da Figueiredo Cabral da Câmara Andrade e - *O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV-XIX: Identidade, gestão e poder*, p. 227-228.
[798] ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. – "Delineating the social complexity of archival practices: the objectives and the results of the INVENT.ARQ project on family archives inventories". in ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.) – *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015, p. 17.
[799] Veja-se a sucessão do morgadio nas gerações da família Furtado de Mendonça e Meneses em CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro – "Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513)", cit., p. 267-280.

viscondessa de Vila Nova de Souto del Rei (por casamento) que herdará os bens por morte sem descendentes do seu irmão Miguel Pereira Forjaz.

Ligada por via de casamento de Antónia de Sousa com Francisco Furtado de Mendonça, da família Ferreira Furtado de Mendonça não resta qualquer vestígio de inventário anterior ao século XIX. Atribuídos a este século surgem dois inventários, com letra semelhante – um deles sumaria os oitenta e seis documentos pertencentes ao morgadio de Argemil, datados entre 1373 e 1734[800] e um outro, intitulado *Rellação dos títulos pertencentes ao Morgado d'Argemil e Fajozes*. *Títulos antigos desde 1373 até mil setecentos e tantos*[801], que faz o sumário de cento e cinquenta e oito documentos datados entre 1373 e 1826[802] pertencentes a Argemil e Fajozes. Neste último os documentos estão organizados por número de ordem, maço, número do documento, descrição e ano. Estes dois inventários foram produzidos, no nosso entender, a propósito das partilhas e herança de Miguel Pereira Forjaz ocorridas em 1820 após a morte do primo João Manuel de Meneses, falecido em 1819.

Referente ao subsistema Magalhães identificámos o *Rol que se achou neste cartório em que se declara os títulos dos papéis que faltam na mesma casa* (da Barca)[803]. Sem data precisa[804], o caderno elenca os documentos (sem os numerar) pertencentes à família Magalhães, com indicação de maços de uma forma genérica. Alguns dos sumários identificam documentos pertencentes a Fradique de Magalhães (flor. 1673-1688[805]), o que poderá indicar a autoria. O caderno contém sete folhas e pela leitura dos sumários dos documentos conseguimos reencontrar dois no ALB: uma "Certidão do alcaide da vila da Barca João de Barros de Araújo da nomeação de D. João Manuel de Meneses como ouvidor da vila durante a ausência de seu irmão D. Fradique António de Magalhães de Meneses. Barca, 8 de janeiro de 1669"[806] e uma "Escritura de venda que fez Diogo Aranha e sua mulher Isabel de Sousa a Constantino de Magalhães e Meneses e a D. Isabel Manuel, senhores de Ponte da Barca, de 30 alqueires de trigo de foro anual impostos nos rendimentos do campo dos poços, freguesia de Sampaio, no campo da cortinha de Vendovizo e no campo do Souto, freguesia de Paço. 27 de agosto

---

[800] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 6, doc. 594a. Caderno de 20 páginas, inicia no n.º 5 – Morgado de Argemil, indica maço, número, o que contém, datas e observações.
[801] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 6, doc. 594b.
[802] Por esta razão datámos a sua produção no século XIX, uma vez que a letra é a mesma do início ao fim.
[803] BNP, ALB, *Enc*., cx.11A, cap. 2, cota antiga: M 54 N 1.
[804] Com letra datável do século XVII-XVIII.
[805] BNP, ALB, *Roma*, cx. 58B, fl. 1-1v.
[806] BNP, ALB, *Roma*, cx.106A, cap. 7, doc. n. n.

de 1615"[807]. O rol refere que havia um aforamento de uma pesqueira, datado de 1404 e ainda um "rol antigo por modo de inventário dos papeis desta casa", que não conseguimos identificar.

Da família Carvalho registamos o *Rol dos papéis pertencentes a casa de meu neto Tadeu Luís António Lopes de Carvalho e Camões que estão vistos e arrimados cada uns nas suas gavetas para melhor se buscarem quando forem necessários*[808]. O inventário indica que o cartório estava organizado em treze gavetas, embora esteja descrito o conteúdo das primeiras cinco gavetas (a gaveta 5 tem apenas o cabeçalho). A sexta gaveta continha dois maços grandes – um de todas as propriedades situadas no concelho de Felgueiras de Sendim e o outro pertencente aos morgadios do Alentejo (morgadio dos Camões). Depois mais outro maço pertencente a propriedades em Delães, termo de Barcelos e outra documentação (certidões, arrendamentos, sentenças) relativos a propriedades do morgadio.

A sétima gaveta continha os maços de documentos pertencentes ao couto de Negrelos, Casal de Fofe e de outras propriedades do morgadio. Era ainda nesta gaveta que se encontravam à época o "contrato com o gardião de S. Francisco da capela de S. António" e o "maço em que estam varias escripturas de dote e quitações deles e testamento e treslado da instituição do D.or Diogo Lopes". A oitava gaveta não se encontra descrita – tem apenas a frase "tem a instituição". A nona gaveta continha a documentação pertencente à capela de Vasco Lourenço, que incluía os maços com os documentos dos vários casais pertencentes à capela – Cavalinho, Formigo, Subsela, entre outros, assim como o testamento de Vasco Lourenço e seu traslado.

A gaveta dez continha a documentação relativa ao couto de Abadim e de outras propriedades no termo de Barcelos, assim como as doações referentes a Abadim e Negrelos. O inventário tem depois uma anotação que informa que o conteúdo das gavetas onze e doze estão noutro papel – a folha inicial que foi posteriormente cosida ao miolo. A décima primeira gaveta continha um maço "das fazendas deste morgado" e "hũa escriptura da cappella de Bemfica[809] e outros papeis vários". A décima segunda gaveta guardava, entre outros, "hum maço de prazos excepto os de purgaminho", o

---

[807] BNP, ALB, *Enc*., cx. 50, cap. 4, cota antiga: M 18 N 18.

[808] BNP, ALB, *Enc*., cx. 10, mç. 121, cap. 2: *Rol dos papéis pertencentes a casa de meu neto Tadeu Luís António Lopes de Carvalho e Camões que estão vistos e arrimados cada uns nas suas gavetas para melhor se buscarem quando forem necessários*. Refere 13 gavetas. [17--] 7 fls. Tadeu Luís António Lopes de Carvalho e Camões foi avô materno da segunda viscondessa de Vila Nova de Souto del Rei.

[809] Possivelmente relativa à capela instituída por Berengueira Gil de Carvalho em 1477. Ver **Subsubistema IV.02 – CARVALHO BRANCO**.

prazo do Casal do Nisca (adquirido por Lopo Sanches de Sotomaior em 1483) datado de 1485, assim como uma sentença e a carta de compra do mesmo. A gaveta continha ainda um maço de compras antigas e prazos e pergaminhos relativos a outras quintas, entre elas as Quinta de Sem e Casal do Cadeado, de cujos arrendamentos se guardavam em maço à parte e dois maços grandes de pergaminhos das compras e casas do morgadio.

Por fim a gaveta treze guardava uns autos "que correram com meu sobrinho que Deus tem do Alentejo".

No que se refere à família Cunha não identificámos no ALB inventários antigos de cartório. No entanto, a acreditar no cumprimento pelos herdeiros da última vontade de Pedro Vaz da Praça e do seu sobrinho Paio Rodrigues de Araújo, terão existido pelos menos dois – o "inventário de todas as minhas escrituras que estão em minha arca" que Pedro Vaz da Praça ordenou no seu testamento de 1500[810] e o inventário realizado após entregarem a "arca das escrituras para inventário" a pedido a Paio Rodrigues de Araújo, tal como o menciona no seu testamento de 1526[811].

Por último os inventários referentes ao morgadio detido pela família Barreto – Freiriz e Penegate, instituído por João Nunes do Gafanhão no seu testamento de 1498[812]. Deste morgadio foram feitos, nos séculos XVII a XIX, vários inventários ou róis dos documentos. Dos que nos chegaram, um dos primeiros foi o *Rol das escrituras que fizeram vários tabeliães e pessoas das propriedades pertencentes ao couto de Freiriz, anos de 1571 a 1605*[813], onde se elencam as escrituras realizadas no período descrito. Mais tardios, datados de 1 de março de 1689, o *Rol de escrituras enviadas por Domingos de Azevedo da cidade do Porto, pertencentes a Freiriz e a D. Fradique de Meneses*[814], e de 27 de agosto de 1690 o *Rol dos papéis, livros, pergaminhos e escrituras que entregou Luís Ferreira de que se lhe deu recibo pertencentes a Freiriz*[815].

Do século XVIII surgem a *Relação dos papéis pertencentes a Freiriz que D. Diogo Forjaz Coutinho mandou entregar por mão de Pedro Fernando ao feitor e procurador de Freiriz Marcos António de Melo, que no fim assina o recibo*, datado de 12 de setembro de 1773 e a *Breve memória ou lembranças que apontei aqui do exame que fiz do cartório de Freiriz tanto a respeito do Morgado como dos seus padroados*,

---

[810] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 11, doc. 554, testamento de Pedro Vaz, fl. 9v.
[811] BNP, ALB, *Enc*., cx. 7A, cap. 3, cota antiga: 658, testamento de Paio Rodrigues, fl. 11v-12.
[812] BNP, ALB, *Roma*, cx. 85, cap. 3, cota antiga: M 3 N 1.
[813] BNP, ALB, *Roma*, cx. 93B, n.º 128, cap. 1, cota antiga: M 42 N 2.
[814] BNP, ALB, *Roma*, cx. 93B, n.º 128, cap. 1, doc. n. n.
[815] BNP, ALB, *Roma*, cx. 93B, n.º 128, cap. 1, cota antiga: M 42 N 4.

que faz a listagem da sucessão dos administradores do morgadio até D. Fradique de Meneses, assim como dos padroados administrados pela família e que está datado de 1791[816].

Já do século XIX é o inventário da documentação pertencente a este morgadio denominado *Colleção de todos os Tombos, Livros do Celleiro, Escrituras, Documentos e mais títulos pertencentes ao Ex.mo Morgado de Freiriz e de Penegate. Oferecida ao Ill.mo e Ex.mo Senhor Conde da Feira, donnatario e senhor dos ditos coutos, morgado de Freireiz e de Penegate, Grão Cruz na Ordem de S. Tiago, comendador na Ordem de Cristo, tenente general dos Reaes Exercitos e do Conselho de Sua Magestade pelo seu Juiz do Tombo João Jerónimo do Coutto de Castro e Souza*[817] *no ano de 1821*[818]**,** realizado a expensas de Miguel Forjaz Coutinho, na sequência da questão da herança e partilhas após a morte do seu primo João Manuel de Meneses, ocorrida em 1819, como já atrás fizemos menção.

Foram pelo menos duas as razões que levaram à produção destas listagens: em primeiro lugar pela saída/circulação de documentação referente ao morgadio quer em finais do século XVII como dá conta o título do terceiro rol, como já no século XVIII, de que é exemplo o quarto documento e em segundo lugar pelo litígio acerca da herança de João Luís de Meneses entre as suas sobrinhas e herdeiras, Mariana Luísa e Teresa Luísa Antónia Magalhães de Meneses, casadas com Tristão de Meneses e Diogo Pereira Forjaz, respetivamente, que deram origem a longa batalha judicial[819].

Ainda relativos à família Barreto existem outros exemplos de inventários parcelares[820], relativos ao morgadio instituído por Pedro Homem de Resende, tesoureiro

---

[816] BNP, ALB, *Roma*, cx. 93B, n.º 128, cap. 1, doc. n. n.

[817] Sobre o autor do códice ver GAGO, Alice Borges – "Serving the Counts of Feira in the 19th's: João Jerónimo do Couto de Castro e Sousa, archivist and judge", cit., p. 83-88.

[818] BNP, ALB, *Roma*, cx. 111, n.º 176. Sobre o códice, ver GAGO, Alice Borges – "*Colleção de todos os Tombos, Livros do Celleiro, Escrituras, Documentos e mais títulos pertencentes ao Ex.mo Morgado de Freiriz e de Penegate. Oferecida ao Ill.mo e Ex.mo Senhor Conde da Feira, donnatario e senhor dos ditos coutos, morgado de Freireiz e de Penegate, Grão Cruz na Ordem de S. Tiago, comendador na Ordem de Cristo, tenente general dos Reaes Exercitos e do Conselho de Sua Magestade pelo seu Juiz do Tombo João Jerónimo do Coutto de Castro e Souza no ano de 1821*". In ROSA, Maria de Lurdes, HEAD, Randolph C. (eds.) – *Rethinking the archive in pre-Modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century.* Lisboa: IEM, 2015, p. 150-151.

[819] Veja-se GAGO, Alice Borges – "Cartas da Madeira. Correspondência do governador D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho (1781-1798)", no prelo.

[820] BNP, ALB, *Roma*, cx. 104, n.º 159, cap. 3, doc. n. n. - Livro de testamentos de João de Resende, Pedro Homem de Resende e Fr. Teotónio. "Este livro e os papéis que a ele estão juntos ficaram neste cartório para com eles se desvanecerem as mal intencionadas acções que mover contra a herança do sr. D. João Luís de Meneses o administrador do dito morgado a quem se entregarão todos os seus títulos e as clarezas que destes papeis se podem tirar. 1640-1767"; cx. 114, n.º 186, cap. 3, docs. n. n. – *Inventário dos papéis pertencentes ao morgado de Coimbra, aos senhores Resendes do Morgado dos senhores Pedro Homem de Resende, e de João de Resende, que se acham na casa do sr. Tristão de Meneses*. [17--]; *Inventário*

do fisco do Santo Ofício em Coimbra[821], na igreja de Santo António dos Olivais, em Coimbra, em 1628[822] de que o seu irmão, João de Resende, também do fisco de Coimbra[823], foi primeiro administrador. O morgadio entrou na família Barreto por via do casamento de Joana de Sá com Fernão Nunes Barreto III[824]. No século XIX foi elaborado um novo inventário/relação dos documentos pertencentes ao morgadio, onde se indica a arrumação em maço dos mesmos[825].

2.3. Reorganizações oitocentistas: os inventários do cartório dos Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei e do cartório da família Pereira Forjaz Coutinho

Fazem ainda parte do ALB três inventários antigos[826] pertencentes ao antigo cartório dos Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei: um redigido no ano de 1835[827], outro de 1835-1836[828] e, finalmente, um outro no ano de 1836[829], mandados fazer pelo 4.º Visconde de Vila Nova de Souto del Rei, António José de Almada Melo Velho de Lencastre de Carvalho de Fonseca Castro e Camões.

O *Index de todos os maços, pastas de couro e em geral o que contém o Cartorio do Visconde de Villa Nova do Souto de El Rey*[830] é um inventário iniciado a 5 de março de 1835, sem autoria expressa e nele podemos encontrar os documentos sumariados, datados e numerados sequencialmente de 1 a 2090, sem ordem cronológica ou destrinça de assunto, tema, família, morgadio ou ordem topográfica. Isto mesmo é mencionado no inventário de 1836: "O N.º do parenthesis refere-se ao Livro em que se achão

---

dos papéis pertencentes ao morgado de Coimbra, aos senhores Resendes do Morgado dos senhores Pedro Homem de Resende, e de João de Resende, que se acham na casa do sr. Tristão de Meneses. Lisboa, 4 de fevereiro de 1768. cota antiga: M. 2 N 13.

[821] BNP, ALB, *Roma*, cx. 77, doc. n. n.

[822] BNP, ALB, *Enc*., cx. 52A, cap. 1, cota antiga: D 5 M 2 N 21 (apenas a capilha)

[823] BNP, ALB, *Roma*, cx. 77, doc. n. n.

[824] BNP, ALB, *Roma*, cx. 97A, cap. 1, doc. n. n.

[825] BNP, ALB, *Roma*, cx. 113A, n.º 184, doc. n. n. - Inventário/Relação dos testamentos de Coimbra, com indicação de maço em que se encontram. [18--]

[826] No âmbito do projeto *INVENT.ARQ*, coordenado pela Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa, e financiado pela FCT, foi possível identificar e analisar alguns inventários referidos nas notas seguintes. Veja-se para os Vila Nova de Souto del Rei GAGO, Alice Borges – "*Index Geral do Cartorio do Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Visconde de Villa Nova do Souto de El Rey*" In ROSA, Maria de Lurdes, HEAD, Randolph C. (eds.) – *Rethinking the archive in pre-Modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century.* Lisboa: IEM, 2015, p. 162-163.

[827] BNP, ALB, *Roma*, cx. 116, liv. 192.

[828] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 20, liv. 13.

[829] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 40, liv. 21; GAGO, Alice Borges – "*Index Geral do Cartorio do Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Visconde de Villa Nova do Souto de El Rey*", cit., p. 162-163.

[830] BNP, ALB, *Roma*, cx. 116, liv. 192.

relacionados indistintamente todos os títulos e papéis do Cartório"[831]. Os documentos estão arrumados por maços, num total de sessenta e oito, mas dentro de cada maço a numeração dos documentos não é reiniciada a cada mudança de maço, mas sim contínua. A numeração dos documentos deste inventário pode ser encontrada nos documentos pertencentes ao cartório dos Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei no canto inferior esquerdo no primeiro fólio dos documentos, e no canto inferior esquerdo da folha de resumo que acompanha o documento, em praticamente quase todos os documentos deste cartório. Foi esta uma das formas que nos ajudou a reunir alguns resumos que andavam soltos dos seus documentos.

Em data posterior à realização deste inventário, geral e sequencial do cartório foi realizado um outro, também ele de autor desconhecido, não datado, mas que pela sua análise poderemos considerar que é posterior ao de 1835, pois recupera a numeração dos documentos atribuída nessa data. Intitulado *Index geral dos Livros, Titulos e papeis pertencentes à Caza do Ill.mo e Ex.mo Senhor Visconde de Villa Nova do Souto de El Rey, no qual se mencionão destinctamente todos os Morgados e Capellas de sua Caza, todos os bens allodiaes, e tudo quanto foi possível descobrir para legalizar as diferentes acquisiçoens e dispor com regularidade método e clareza quanto se contem no seu Cartorio*[832], este inventário organiza por temas - leia-se vínculos, morgadios, capelas - os documentos, iniciando a inventariação dos documentos pelo morgadio instituído por Catarina Lopes em 1438 e administrado pela família Almada. A numeração dos documentos é reiniciada a cada vínculo, e no final de cada resumo remete, entre parêntesis, para a numeração do documento no inventário de 1835.

Esquematicamente:

Resumo	Índice 1835	Índice 1835/1836	Índice 1836
Traslado de tombo de capela de D. Jorge da Cunha. 1576	n.º 798	n.º 168 / lápis 199 (798)	n.º 199 (798)

[831] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 40, liv. 21, fl. 13.
[832] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 20, livro 13.

22 Junho 1689. Monção

C. da Pedra

723.

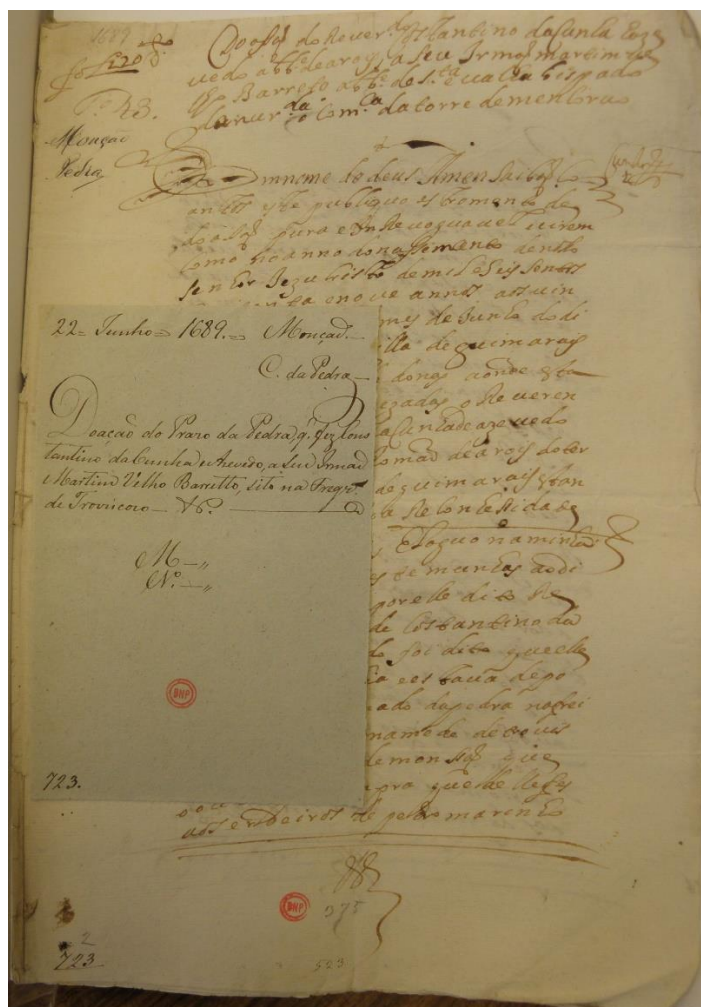



Imagem 8 – Documento pertencente ao cartório dos Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei

(fotografia da autora)

Este inventário constituiu uma versão preparatória do inventário de 1836, embora a sequência da organização temática (de morgadios e capelas e outros bens) não seja exatamente a mesma. Os novos números deste inventário são renumerados a lápis, novos documentos são sumariados e numerados e é essa renumeração que podemos encontrar no *Index Geral do Cartorio do Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Visconde de Villa Nova do Souto de El Rey. Organizado em 1836*[833], onde o quarto Visconde enuncia os motivos que presidiram à sua elaboração:

"A conservação e guarda dos titulos he hum objecto de grande importancia: lhes firmão e defendem a propria fortuna, mostrando a legitima aquisição do Patrimonio,

[833] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 40, liv. 21. Sobre o códice, ver GAGO, Alice Borges – "*Index Geral do Cartorio do Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Visconde de Villa Nova do Souto de El Rey"*, cit., p. 162-163.

Nobreza, e Honras; segue se pois a necessidade de os collocar debaixo de hum systhema regular, simples, e claro, que os possa tornar uteis, e proveitozos.

Levado Sua Excelencia desta consideração mandou organizar o seu importantissimo Cartorio, que continha mais de tres mil titulos em absoluta confusão.

Este trabalho, fácil á primeira vista, foi desenvolvendo successivas difficuldades, porque letras antiquissimas, reiteradas transacçoens, falta de notas, e de clarezas, e finalmente hum desarranjo d'antiga data, complicarão este trabalho, que foi precizo consumir muito tempo no exame, e combinação dos titulos para os separar, e collocar no seu devido lugar, e para formar d'elles hum Index geral, que não só facilitasse o encontro dos mesmos titulos, mas que podesse illucidar promptamente sobre qualquer assunto do Cartorio. Estes dois fins, os mais interessantes e essenciaes contem o methodo e systema, que se adoptou e cumpre explicar.[834]"

Segundo o mesmo inventário, o cartório terá sido repartido em oito divisões que plasmaram a sua organização. A primeira contém os títulos relativos aos morgadios e capelas da Casa (maços 1 a 38). Na segunda estão as mercês (maços 39 a 41). Na terceira, a documentação relativa à administração dos bens da Casa (maços 44 a 49). Na quarta, as certidões (maço 43). Na quinta, os processos e causas judiciais findas e correntes (maços 42 e 43). Na sexta, os diplomas relativos a serviços militares, eclesiásticos e civis (maços 42 e 43). Na sétima, apontamentos genealógicos e sobre a história da família (maço 42). Por fim, na oitava vêm assuntos diversos (maços 42 e 43). Os restantes papéis antigos, sem grande importância para a casa em 1836 e que ainda se encontravam no cartório, foram agrupados nos maços 50 a 62. No entanto, toda esta arrumação dada em 1836 foi reorganizada pelos maços organizados topograficamente nos inícios do século XX, como já fizemos menção. Mesmo esses fogem por vezes a essa organização, alguns documentos estão fora das capilhas, os resumos em papel estão por vezes separados dos documentos e colocados noutras caixas, fruto das sucessivas arrumações e consultas a que tem sido sujeito. No processo de inventariação que realizámos para a presente dissertação conseguimos reunir alguns fragmentos, como a capa do livro *A água: compilação dos principaes elementos de geologia para o*

[834] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 40, liv. 21, fl. 1.

descobrimento dos mananciaes aquaticos[835], da autoria de Santiago Garcia de Mendoza, que estava na caixa 111, com o miolo do livro, e a restante metade da capa na caixa 116.

Ainda relativamente aos documentos inventariados neste inventário de 1836, que foi organizado por morgadios, como vimos, verificámos que foram muito poucos os documentos que não conseguimos identificar no inventário que efetuámos das 291 unidades de instalação. No morgadio de Pedro Vaz da Praça, foram inventariados por nós, para o período em análise, cento e vinte e quatro documentos que estavam referenciados no inventário de 1836 e apenas detetámos a falta de vinte e quatro documentos, no total de cento e quarenta e oito. Em contrapartida, foram detetados alguns documentos que foram inventariados no inventário de 1835[836] mas não no de 1836, outros que foram inventariados por nós mas não figuram nos dois inventários[837], perfazendo cerca de vinte documentos.

Para os morgadios dos Carvalho (Diogo Lopes de Carvalho e Vasco Lourenço) a situação é semelhante, o que denota que não houve muita dispersão documental entre a realização do inventário de 1836 e a entrada na BNP. Não deixámos, no entanto de detetar algumas falhas, como o documento com a cota (de 1835) número 691, de que apenas resta o papel do resumo (que costumava acompanhar o documento como já referimos) e que diz: "Testamento e Aprovação da capela de Vasco Lourenço da Torre, mercador, morador em Guimarães, "mui digno da sua leitura, pelo interesse, e gosto que dá principalmente ao Morgado dos Carvalhos". 10 de julho de 1454."[838] Poderá tratar-se da carta testemunhável emitida pelo rei D. Manuel em 1502[839] com a cota 711 (emendada de 691?) descrita no inventário de 1835 como "Testamento e inventário de Vasco Lourenço da Torre, mercador, morador em Guimarães, feito em 10 de julho de 1450"? Outras falhas foram detetadas, como a "Carta testemunhável da provisão de D. João III sobre a administração da capela de Vasco Lourenço. Lisboa, 26 de setembro de

---

[835] BNP, ALB, *Roma*, cx. 111, pac. 111, n.º 176 - MENDONZA, Santiago Garcia de – *A água: compilação dos principaes elementos de geologia para o descobrimento dos mananciaes aquaticos*. Porto: Tip. de António José da Silva Teixeira, 1866. 272 p.

[836] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 15A, cap. 1, doc. n. n. – Sentença da vinha da Mota que alcançou o Dr. Jorge da Cunha como administrador do morgado de Pedro Vaz da Praça contra Domingos Luís, de Monção. 19 de fevereiro de 1571.

[837] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 13, cap. 3, doc. n. n. – Sentença a favor do Dr. Jorge da Cunha contra João Gonçalves da freguesia de Boivão sobre a venda da Fontela, sita na freguesia de Cambeses, o qual réu fez desistência dela. 15 de março de 1565.

[838] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 27II, cap. 1, doc. n. n.

[839] BNP, ALB, *Roma*, cx. 104, cap. 1, cota antiga 711.

1543”[840], descrita sob o número 693 (inventário de 1835) mas não registada no inventário de 1836.

Para o morgadio instituído por Diogo Lopes de Carvalho, cento e trinta e dois documentos estavam identificados no inventário de 1836; trinta e seis documentos registados em 1836 não foram encontrados no inventário que procedemos, mas, por sua vez, registámos cerca de cinquenta documentos não registados no inventário de 1836. No entanto não queremos deixar de ressalvar que destes cinquenta documentos, alguns não fariam sentido serem registados no inventário de 1836, pois não dizem respeito diretamente ao morgadio. Referimo-nos, por exemplo, a uma carta de alforria produzida por Diogo Lopes de Carvalho e destinada ao seu escravo baço Francisco, em 1501, porque era cristão[841].

Quanto ao cartório pertencente a Miguel Pereira Forjaz Coutinho, identificámos pelo menos três registos de inventariação do mesmo. Um primeiro, datado de 1799, em que se descrevem no *Livro da Fazenda da Casa do Il.mo e Ex.mo Senhor D. Miguel Pereira Conde da Feira*[842], “os bens e direitos de que se compõem presentemente a casa do Ilmo. (...) D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho (…) Conde da Feira (...) pela mesma ordem e conformemente ao arranjo que se praticou no Index dos títulos do seu cartório”[843]. O volume apresenta os títulos distribuídos em sete divisões, e no fim de cada uma delas apontam-se os bens “de cuja alienação legal não consta e pela maior parte se devem supor sonegados”[844]. A primeira divisão compreendia todos os bens e direitos da casa adquiridos desde os tempos de D. Álvaro Pereira Coutinho, filho de D. João Pereira, até ao ano de 1799, com exceção dos bens da capela de Pantaleão Ferreira de Távora[845] que formam a segunda divisão, os prazos de Aveiro pertenciam à terceira, os morgadios de Freiriz e Penegate, com as capelas e padroados a eles anexos na quarta, os morgadios e capelas de Resendes, Sá e Silvães na quinta, os prazos de D. Luísa da

[840] BNP, ALB, *Roma*, cx. 106A, cap. 7, cota antiga 693.
[841] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 49, cap. 4, doc. n. n.
[842] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 32, cap. 1, *Livro da Fazenda da Casa do Il.mo e Ex.mo Senhor D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho Barreto de Sá e Resende de Magalhães e Meneses Conde da Feira*. Em 1799. Apesar de datado de 1799, a cópia do exemplar que nos chegou tem a data de 1821, e foi copiada por José Caetano da Silva Gaião, um dos procuradores de Miguel Pereira Forjaz Coutinho Barreto de Sá e Resende de Magalhães e Meneses, então já Conde da Feira.
[843] *Ibid*., fl. 1.
[844] *Ibid*..
[845] *Ibid*..

Câmara e heranças das casas da Barca e Ponte de Lima, estavam na sexta e na sétima e última os direitos à Casa da Feira.

Um segundo datado de 1825, após a entrada da documentação herdada por morte de seu primo João Manuel de Meneses, ocorrida em 1819, nomeadamente no que dizia respeito à parte sexta, depois de resolvido o litígio sobre a herança de João Manuel de Meneses e João Luís de Meneses. Este inventário é constituído por três volumes, dos quais apenas dois remanescem no acervo[846], sendo que na lombada vem designado como *Index antigo*, o que denota uma posterior reformulação do mesmo[847]. No seu prólogo descriminou-se a organização do cartório:

"O sistema porque foram arranjados os Papeis deste Cartório em 1799 e que se deve conservar, distribuírão-se os títulos em 7 Divisões, subdivididas em 16 Maços, observada em cada hum deles, a ordem cronológica segundo a qual vão numerados os Documentos, que nelles se comprehendem.

Como esta Ordem não he por ventura a mais luminosa relativamente à Fazenda, sendo contudo a que pareceo indispensável naquelle tempo, tratou-se de remediar isto, formalizando um livro de Fazenda, em que por meio de remissões se remediou esta forma, cujo livro se deve também agora renovar, e accrescentar, como pede a diversidade de circunstancias no ano de 1825, em que se emprehende este trabalho"[848].

Segue-se a explicação do que contém cada divisão:

- na primeira os títulos respeitantes aos bens e direitos adquiridos da casa desde Álvaro Pereira Coutinho, filho de João Pereira, até ao ano de 1799;

- na segunda os títulos de bens relativos à capela de Santo António instituída em S. Pedro do Sul por Pantaleão Ferreira de Távora, falecido em 1642, na qual nomeou por administrador a Álvaro Pereira Coutinho, filho de seu segundo primo Álvaro Pereira Coutinho;

- na terceira estão os títulos do prazo dos casais de Aveiro, de que era senhor direto o Mosteiro de Santo Tirso, e foi deixado em testamento por João Pereira da Cunha Ferraz, que dele tinha o domínio útil, ao seu cunhado Miguel Pereira Forjaz Coutinho, que dele tomou posse em 1738;

---

[846] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 27I, liv. h) vol. 1 (D 1 M 1 N 1 e termina a D 4 M 5 N 227) e liv. b) vol. 2 (D 4 M 5 N 228 e termina D 6 M 10 N 105). O terceiro volume, hoje desaparecido, conteria a D 6 M 10 N 106 em diante.
[847] BNP, ALB, *Roma*, cx. 111A, n.º 178, *Índice antigo da casa dos Condes da Feira*, cerca de 1822.
[848] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 27I, liv. h) vol. 1, fl. 1.

- na quarta encontram-se os títulos das capelas e morgadios de Freiriz e Penegate instituídos em 1532 por Fernão Nunes do Gafanhão, e aumentados pelos seus sucessores, com as capelas de Santa Clara e S. Domingos do Porto, dos quais tomou posse o Diogo Pereira Forjaz Coutinho Barreto de Sá Resende em 1767, após a extinção da linha dos Barretos na Casa da Barca pela morte de João Luís de Meneses, primo de sua mulher e último descendente de Jerónima Maria de Sá, morgadios a que tinha direito por sua avó Inês Antónia Barreto de Sá, casada em 1689, com Álvaro Pereira Forjaz Coutinho;

- na quinta estão os documentos relativos à capela e morgadios instituídos por Pedro Homem de Resende, em 1628, e por seu irmão, João Homem de Resende, em 1640, assim como outra capela e morgadio que Maria de Sá estabelecera no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em 1623, e que haviam entrado na casa de Freiriz pelo casamento de Joana Corte Real de Sá e Resende (filha de Sebastião de Sá e Miranda e Jerónima Corte Real) com Fernão Nunes Barreto, a qual os herdara por seu pai, Gaspar Nunes Barreto e tios;

- na sexta os títulos dos prazos que Diogo Forjaz adquiriu pelo casamento com Luísa da Câmara Meneses, a qual havia sido nomeada por sua mãe Maria Rosa da Câmara e Meneses em 1778, e mais bens e direitos que pelo dote e herança da dita senhora lhe pertenceram da casa de seu primo João Luís de Meneses em 1768, e de seu pai João Manuel de Meneses, falecido em 1769;

- e por fim na sétima os títulos dos bens e direitos do morgadio instituído em 1512 por Leonor Coutinho e os títulos da Casa da Feira. Alertava o autor do inventário que, no que se referia a estes últimos, eram os mais antigos bens da casa de Miguel Pereira Forjaz, mas que a pretensão a eles ainda não tinha sido resolvida, pelo que os deixou para a última divisão[849].

As divisões, sete, eram compostas por dezasseis maços, contendo o primeiro as escrituras de dote e tomada de posse dos bens, contratos de casamento, breves de dispensas e executórias, certidões de recebimentos, batismos;

- no segundo estavam as escrituras de instituição de capelas e morgadios, testamentos e pareceres sobre estes, codicilos, certidões de verbas testamentárias e de

[849] O título de conde da Feira foi efetivamente atribuído a Miguel Pereira Forjaz em 1820, mas sem qualquer reconhecimento de título anterior, nem a consequente distribuição de bens (e documentos) que tinham tido os anteriores condes. Veja-se atrás, no capítulo II, a nota 219.

óbitos, protestos de adição de herança só a beneficio de inventário, apontamentos sobre capelas e morgadios, despesas com funerais;

- no terceiro autos de inventário, cartas e certidões de partilhas;

- no quarto escrituras de doações, habilitações de herdeiros, requerimentos, posse ou desistências de legados;

- no quinto escrituras de compra, sentenças de arrematação, escambos, subrogações, cartas de posse, emprazamentos e aforamentos;

- no sexto escrituras de emprazamentos ativos, renovações de prazos, trespasses;

- no sétimo escrituras de venda, sentenças de execuções;

- no oitavo escrituras de emprazamentos, renovações, certidões de medição e confrontação de bens emprazados;

- no nono escrituras de arrendamentos, de juros ativos e reconhecimento;

- no décimo autos e livro de tombo, demandas, cartas de sentença e sobressentença em matéria cível, criminal, testamentárias e capelas, transações, composições, reconhecimentos, renúncias, alvarás de confirmação, apostilhas de padrões, petições, embargos, arrazoados, justificações, precatórios, moratórias, notificações, atestações, citações, mandados, avaliações judiciais, procurações; doações, demandas e sentenças sobre padroados, apresentações de igrejas, colações, renúncias, alvarás de licença, breves de funções;

- no décimo primeiro instrumentos e certidões de justificação de serviços;

- no décimo segundo, doações, tenças reais, cartas de mercês de ofícios, de foros e de moradias, de comendas e conselho, de senhorio, avisos para servir no paço, alvarás para renúncia de mercês reais, patentes, padrões e certidões de juros reais;

- no décimo terceiro escrituras de juros passivos, escritos de dívida, obrigações de alimentos;

- no décimo quarto autos de conta de capelas, quitações de foros, juros de capelas, fianças, dotes, legados, salários, alugueres, compras, vendas, rendas, tributos, e meias anatas, distratos de juros passivos, recibos de papéis e títulos, livros de contas, contas correntes, cartas de residência;

- no décimo quinto cartas de correspondência dos administradores da casa com mordomos, feitores, procuradores, rendeiros, caseiros, contas com estes, róis de fazenda, de cobrança, de receita e despesa em benfeitorias e melhoramentos em prédios rústicos e urbanos e apontamentos sobre direitos e bens da Casa;

- por fim, no décimo sexto, inquirições *de genere*, atestações sobre sangue, ascendências, modelos e cartas de armas, genealogias, ofícios de tribunais e secretarias de Estado, “cartas e papeis vários insignificantes relativamente a Fazenda”[850].

Dessa arrumação registamos que os documentos pertencentes ao cartório de Miguel Pereira Forjaz ainda mantêm (na sua grande maioria) a capilha onde está sumariado o documento e marcada a sua cota, a qual remete para este índice geral (de 1825).

1770
30
Jan.º

D. 1.º M. 1.º N.º 22

Copia da Escriptura de Dotte das 3 quartas partes da herança da Snr.ª de Pancas feito pelo S.r D. João Luiz de Menezes a sua Sobrinha a S.ra D. Luiza Thereza Ant.ª da Camera e Menezes &ª

68

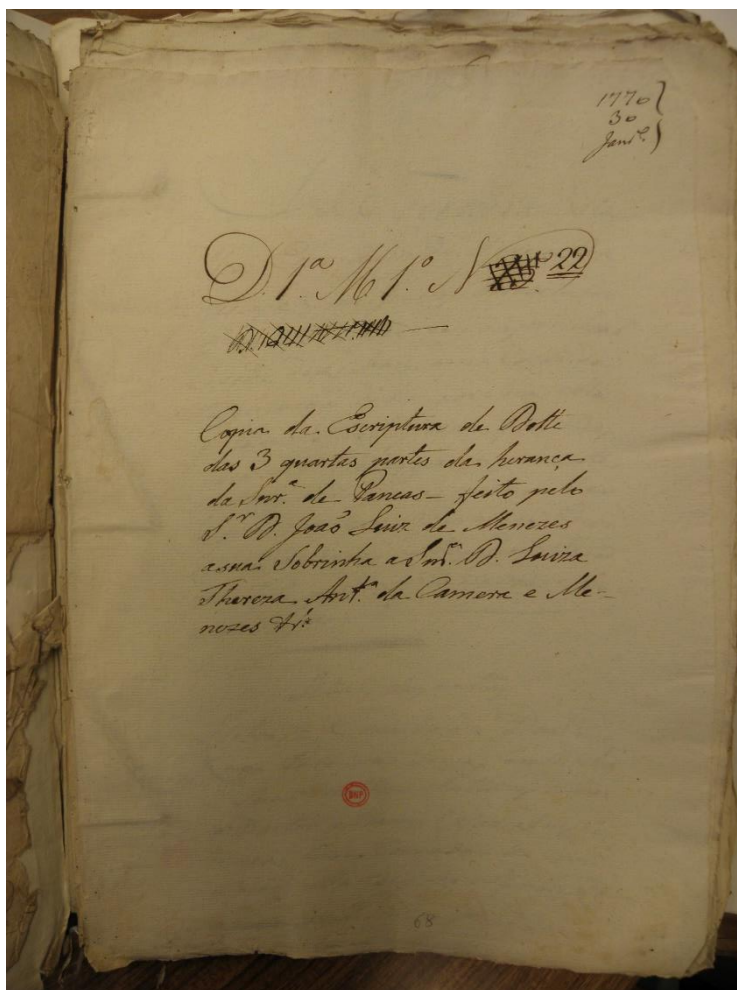



Imagem 9 – Documento pertencente ao cartório da família Pereira Forjaz Coutinho

(fotografia da autora)

Por exemplo:

“Escritura de reconhecimento que fez D. Jerónima Corte Real com as religiosas de Mosteiro de Santa Clara de Coimbra em que lhes largou umas casas na serra de

[850] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 27I, liv. h) vol. 1, fl. 3.

Joaneanes, termo do Rabaçal, que foram de seu irmão João de Resende, por dívidas de dinheiro a juro que o seu irmão devia às mesmas. 17 de abril de 1652. Cota[851]: D 5 M 7 N 4"[852].

Verificamos que o documento pertencia à divisão 5 - "Capela e morgados instituídos por Pedro Homem de Resende em 1628, e seu irmão João Homem de Resende em 1640, com a invocação de St. António e outra capela e Morgado, que D. Maria de Sá estabelecera no Mosteiro de Sta Cruz de Coimbra em 1623, o que tudo havia entrado na casa de Freiriz pelo casamento da sr.ª D. Jerónima digo D. Joana Corte Real de Sá e Resende (filha de Sebastião de Sá e Miranda e D. Jerónima Corte Real) com Fernão Nunes Barreto, a qual os herdara por seu Pai e tios, e os documentos que respeitam a estas capelas e vínculos" - , maço 7 - "Escripturas de venda, Sentenças de Execuções, etc." - , sendo o documento número 4. Por vezes a numeração apresenta correções na capilha, encontrando-se riscado o antigo número de ordem e colocado um novo, ao lado ou em cima.

Um terceiro momento, com a reformulação do inventário de 1825, ainda em vida ou já depois da morte, em 1827, de Miguel Pereira Forjaz, reorganizado de três volumes para dois, dos quais infelizmente, só nos restou o segundo[853]. Esse volume começa na divisão 5.ª, maço 7, (p. 427) e termina na divisão 7.ª (fl. 555-625), maço 16. No final apresenta observações e suplementos (fl. 631). Os documentos estão numerados e renumerados marginalmente a lápis. Comparando a informação da divisão 5.ª, ainda abrangida pelos volumes do "Index Antigo", podemos verificar que houve supressão de alguns documentos.

Perante a falta dos volumes referidos, não nos foi possível fazer a comparação entre os documentos indexados nos inventários e os ainda existentes. Verificámos, no entanto, que os documentos registam várias cotas, o que denota o seu percurso por vários subsistemas arquivísticos ou atualizações.

Registamos ainda vinte e sete cadernos soltos, não encadernados, do que parece ser um inventário novecentista não completo pertencente à família Pereira Forjaz, que elenca documentos dentro de maços mas sem atribuição de número[854].

Detetámos, por fim, outros inventários setecentistas e oitocentistas pertencentes a outras famílias cujos arquivos se integraram em variadas épocas no ALB, os quais, por

[851] Anotação nossa.
[852] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 5, cap. 2, doc. 1.
[853] BNP, ALB, *Roma*, cx. 111A, n.º 178, *Índice antigo da casa dos Condes da Feira*.
[854] BNP, ALB, *Roma*, cx. 104A, n.º 160, cap. 2, docs. n. n.

não estarem relacionados com as famílias que temos vindo a estudar, não foram mencionados[855].

2.3.1. Cartorários e outros "funcionários"

Temos, por fim, alguns dados sobre o pessoal que procedeu às inventariações oitocentistas. Como referimos atrás, não nos foi possível identificar os nomes dos responsáveis pela redação dos muitos inventários existentes. No entanto conseguimos apurar alguns responsáveis pelos cartórios das casas dos Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei assim como da família Pereira Forjaz Coutinho.

No caso dos Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei, sabemos que nele trabalhou, em 1774, Caetano Diogo Parreiras e Silva, professo na Ordem de Cristo e secretário da secretaria de João de Almada e Melo[856]. Foi de sua autoria a organização dos índices parcelares dos morgadios administrados pela família no século XVIII, o de Pedro Vaz da Praça de Monção[857] e o de Catarina Lopes, em Lisboa[858], assim como a arrumação da documentação em maços numerados, a que nos referimos no segundo capítulo desta dissertação. No primeiro destes dois inventários são apenas descritos os documentos produzidos e acumulados até meados do século XVIII e que se encontravam arrumados em dez maços, de que se descreve o conteúdo. No que diz respeito ao de Catarina Lopes, os documentos são resumidos a respeito da descrição das propriedades pertencentes ao morgadio, indicando a data do documento, o maço em que se encontra e o número atribuído[859].

Entre 1840 e 1862 esteve ao serviço do cartório dos Viscondes, então localizado no palácio "ao Caldas", o padre José Jerónimo da Silva. Durante esse período esteve

---

[855] Podem ser vistos em GAGO, Alice Borges – "O Arquivo Almada e Lencastre Bastos: um arquivo de família(s)". *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. 32 (2019), p. 39-98. [em linha] [Consult. em 20 jul. 2019] Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/boletimauc/article/view/6652/5332>.

[856] FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime – "João de Almada e Melo (1703-1786): o homem e a cidade". *População e Sociedade*. 16 (2008), p. 189. [em linha] [Consult. Em 2 abr. 2019] Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20416/2/revpopsoc162008jferreiraalves000085310.pdf>

[857] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 26, cap. 1. *Index de todos os títulos pertencentes ao Morgado de Monção de que é administrador João de Almada e Melo, como também das mais propriedades que por virtude das sub-rogações que o dito senhor fez ficaram livres do referido vínculo*. Cota antiga: 967 folha solta: Pasta 6.ª contém desde os n. 400 ate 499. Descreve os documentos dos 10 maços. [17--] 61 fls.

[858] BNP, ALB, *Roma*, cx. 106, n.º 164, cap. 1, cota antiga: 1318; cx. 114 I, n.º 187, cap. 3, cota antiga: 508. Este morgadio instituído por Catarina Lopes em 1438 foi administrado pela família Almada desde meados do século XV até à extinção de 1863.

[859] Exemplo: "Dentro no corpo desta Quinta comprou o Dezembargador Luiz de Almada hum pomar, e olival a Eytor Machado e sua mulher Ignez Deniz por 20.000 rs brancos de que se fez Escriptura aos 12 de Fevereiro de 1537. Masso dos Olivaes Numero 9".

encarregado de preparar a documentação para o registo dos morgadios pertencentes a António José de Almada e Lencastre, o quarto visconde. Em carta de 1862 mencionava que estava atrasado na preparação dos documentos para o registo vincular, cujo prazo de entrega era 19 de janeiro de 1863[860].

Já para a família Pereira Forjaz Coutinho, entre os nomes responsáveis pelo menos por parte do arquivo, surge-nos o nome de João Jerónimo do Couto de Castro e Sousa, juiz do tombo dos morgadios de Freiriz e Penegate, que entrou ao serviço de Miguel Pereira Forjaz em 1812, substituindo António Roberto de Araújo, então provido no lugar de juiz de fora de Vila Real[861]. João Jerónimo Castro e Sousa esteve ao serviço de Miguel Forjaz e, após a morte deste em 1827, de sua irmã Maria Joana Forjaz, a terceira Viscondessa de Vila Nova de Souto del Rei até ao falecimento desta em 1837[862]. Das numerosas cartas que escreveu aos seus empregadores, recolhemos muita informação no que diz respeito à sua atividade enquanto juiz do tombo dos ditos morgadios, para os quais elaborou "muitas obras[863] de um trabalho imenso, que cá se acha no Cartório, de S. Ex.ª"[864]. Foi ainda através da correspondência que sabemos que a 22 de agosto de 1827 Miguel Pereira Forjaz lhe ordenou que depositasse os documentos dos morgadios em casa de um escrivão da vila do Prado, ao que João Jerónimo se opôs, "mostrando o perigo em que ficavam os papeis"[865]. Apesar da consciência do perigo, João Jerónimo considerava que a posse do cartório constituía um "enorme peso e responsabilidade"[866], pois receava que o escrivão não lhe desse o seu valor nem cuidado, e que acontecesse o mesmo que havia sucedido ao "Marquês de Ponte de Lima, que sendo-lhe na Vila dos Arcos outro semelhante Arquivo mutilado e na maior parte queimado ou roubado, que lhe causaram tantos prejuízos"[867]. As

[860] BNP, ALB, *Roma*, cx. 77, n.º 77, doc. n. n..
[861] Alegou que o distrito (de Braga) lhe ficava muito longe. ANTT, *Chanc. D. João VI*, liv. 16, fl. 57v.
[862] ADB, *Paróquia de Cividade, óbitos, 1772-1837*, fl. 201.
[863] Refere-se à *Parafrase de todos os Direitos Regalias, e Propriedades pertencentes ao Ex.mo Morgado de Freyriz e Penegate*, datado de 1816 (BNP, ALB, *ANTT*, cx. 5, doc. 624); mapa dos laudémios e lutuosas, de 1819 (BNP, ALB, *Roma*, cx. 61, n.º 11); *Paráfrase de todos os direitos, foros e pensões que são devidas ao Ex.mo Morgado de Freiriz e Penegate,* de 1820 *(*BNP, ALB, *Enc.*, cx. 35A, liv. 25); *Colleção de todos os Tombos, Livros do Celleiro, Escrituras, Documentos e mais títulos pertencentes ao Ex.mo Morgado de Freiriz e de Penegate, de 1821 (*BNP, ALB, *Roma*, cx. 111, n.º 176).
[864] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 27I, pasta 3 a), *Extracto das cartas de João Jerónimo do Couto de Castro e Sousa*, fl. 1v.
[865] BNP, *ALB, Enc.*, cx. 27I, pasta 3 a), *Extracto das cartas de João Jerónimo do Couto de Castro e Sousa*, fl. 2.
[866] *Ibid.*, fl. 2.
[867] *Ibid.*, fl. 2. LAFUENTE URIÉN, Aránzazu – "Los archivos nobiliarios: formación y conservación. La Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional", cit., p. 34; CASAUS BALLESTER, M.ª José – "La Casa de Híjar (Teruel) y el uso de algunos archivos", cit., p. 11. Como refere NAVARRO BONILLA, Diego – *La imagen del archivo…*, p. 160-167, queimar um arquivo elimina a imagem do poder senhorial

preocupações tinham fundamento, uma vez que, em 1828, foi perseguido aquando das lutas liberais e obrigado a fugir com toda a sua família "por entre montanhas"[868] e que muito lhe custou salvar o arquivo da Senhora Viscondessa e todos os mais papeis que tinha em sua casa[869], tendo-os colocado nas "Freirinhas da Conceição na Vila do Prado"[870].

Para além do acima nomeado, um outro nome foi registado como tendo acesso ao cartório. Pedro Fernando, estante no Palácio da Cruz da Pedra em Lisboa, em 21 de agosto de 1800, recebeu uma autorização de Miguel Pereira Forjaz para que procurasse no cartório – na divisão 1ª, maço 12 – documentos relativos a Diogo Forjaz Coutinho. A nota indica que Miguel Pereira Forjaz não tinha a certeza de ser aquele maço, pelo que pedia que fosse procurado no livro de registo[871].

Ainda no que diz respeito ao cartório, foi também recorrente o recurso a paleógrafos e outros especialistas para leitura de documentos mais antigos ou de difícil leitura. No ALB encontram-se alguns documentos originais, a maior parte quatrocentistas, com a transcrição novecentista apensa[872]. Foram transcritos no ano de 1822 pelo paleógrafo diplomático João Crisóstomo Caldas que tinha sido responsável pela reorganização do cartório pertencente a José Maria Salema[873]. Tal como foi detetado por vários autores, existiu no século XIX uma circulação de peritos entre os cartórios de várias casas titulares que prestavam serviços não só na leitura de documentos avulso mas também na sua organização. São conhecidos os casos de João Filipe da Cruz[874], responsável pela (re)organização de vários cartórios, João Crisóstomo

---

nele simbolizado e "boa parte do referencial histórico e patrimonial de uma sociedade, mas também se destroem provas de delitos, de dívidas contraídas, que uma vez destruídas colaboram para a dispersão da ordem social por falta de referentes escritos. Dessa forma era restaurada momentaneamente a liberdade do povo, pois destruindo a propriedade nobiliárquica, eliminam-se as provas do controlo jurisdicional proporcionado pelo arquivo".

[868] Ele e vinte e dois membros da sua família, entre os dias 23 de junho e cerca de 7 de julho de 1828. BNP, *ALB, Enc.*, cx. 27I, pasta 3 a), *Extracto das cartas de João Jerónimo do Couto de Castro e Sousa*, fl. 17v.

[869] *Ibid.*, fl. 17.

[870] *Ibid.*, fl. 17v.

[871] BNP, ALB, *Roma*, cx. 94A, cap. 2, doc. 28.

[872] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 43, mç. 103, cap. 2, doc. n. n. Original (pergaminho) e cópias (5+4 fls.) da carta de venda que fez João Domingues e sua mulher Maria Lourença a Maior Domingues, mulher de Vicente Barreiros, do Porto, de uma leira de vinha, no lugar do Peso em Covelas, concelho de Ferreiros e Tendais. 29 de novembro de 1326 (1364). Cópias de 5 de outubro de 1822 e 18 de setembro de 1822, transcrito por João Crisóstomo Caldas, Paleografo Diplomático.

[873] NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O Arquivo Gama Lobo Salema…*, p. 65, 164.

[874] NÓVOA, Rita; LEME, Margarida – "The expert paleographer João Filipe da Cruz (c. 1798-1827) ". In ROSA, Maria de Lurdes ; HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive in Pre-Modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*, Lisboa: IEM, 2015, p. 77–82; RODRIGUES, Abel – "O Arquivo da Família Melo (Séc. XIV-XIX): do "arranjamento" iluminista à

Caldas e o mesmo pudemos detetar para o padre José Jerónimo da Silva, que em carta ao visconde de Vila Nova de Souto del Rei refere que em 1851 esteve em vias de ir trabalhar para o cartório do Marquês do Lavradio, mas que optou por ficar no cartório dos Souto del Rei[875].

3. Práticas arquivísticas na estruturação e consolidação das famílias pré-modernas portuguesas e europeias

Estudar a produção, organização, seleção e classificação dos arquivos ajuda-nos a compreender os usos e/ou os não usos dos documentos, no período em que foram produzidos e ao longo do tempo[876].

Os documentos são gerados pela vontade e necessidade dos seus produtores registarem atos de gestão patrimonial e convertem-se em si mesmo em parte do mesmo património de que dão conta por escrito. Eles eram o acervo documental das famílias que os criaram e conservaram, no qual projetaram a sua imagem e com o qual constituíram, também, a segurança e garantia do seu bom nome, da antiguidade da família, da perpetuação da memória e de direitos adquiridos, da consistência e prova do património[877]. Os arquivos de família não existiam primariamente para contar a história dessa família, mas para assegurar a reprodução legítima de poder e dos seus detentores no seio de uma sociedade na qual a hereditariedade era um fundamento essencial de legitimidade[878].

---

integração no Sistema de Informação Casa de Mateus", cit., p. 478-497; RODRIGUES, Abel; SILVA, Armando Malheiro da – "A criação das Gavetas na Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação", cit., p. 597-650.

[875] BNP, ALB, *Roma*, cx. 77, n.º 77, doc. n. n..

[876] DE VIVO, Filippo; GUIDI, Andrea; SILVESTRI, Alessandro – "Archival Transformations in Early Modern European History", cit., p. 422; MORSEL, Joseph – "Du texte aux archives: le problème de la source", cit., p. 8.

[877] Como nos diz NÚÑEZ PESTANO, Juan Ramón; Grupo ARCHICAN– "Archivos familiares y personales de Canarias (siglos XVI-XX)", cit., p. 166 -167; NAVARRO BONILLA, Diego – *La imagen del archivo…*, p. 55, 57. LAFUENTE URIÉN, Aránzazu – "Los archivos nobiliarios: formación y conservación. La Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional", cit., p. 35 relembra que a "sociedad estamental del Antiguo Régimen, en que todo tipo de actividad jurídica está sometida al derecho privado, en donde derechos, bienes y propiedades deben justificarse documentalmente y donde no existen los registros públicos, ha obligado a estas familias a conservar los documentos que garanticen la titularidad de estos bienes y derechos. Los archivos señoriales eran la clave para el mantenimiento de la casa. El archivo es la única garantía para la defensa y justificación de propiedades, derechos, jurisdicción, honores y privilegios o personajes históricos cuya memoria se quiere perpetuar".

[878] KETELAAR, Eric – "The genealogical gaze: family identities and family archives in the 14th to 17th centuries", cit., p. 15, 17, 19, 21; FESCHET, Valérie – *Les papiers de famille…*, p. 13.

Os acervos familiares tinham, assim, a função de auxiliar à reprodução do poder de um grupo dominante, fosse ele nobre ou não[879], poder esse que se transmitia de geração em geração e/ou de família em família[880]. Sintomático desta representação de poder foi a forma como muitos mercadores se fizeram reproduzir pictoricamente com os seus papeis e documentos[881], o que demonstra que o arquivo era visto como um poder em si mesmo mas também um instrumento a que se vincularam várias práticas simbólicas ou de emblemática[882].

A prática de acumulação de documentos de natureza privada, mesmo que, inicialmente, de forma rudimentar, em pequenos arquivos particulares, mostra o nível, alcance e grau de penetração de práticas de escrita e da conservação dos documentos. No final da Idade Média, os níveis de literacia da população, inclusive urbana, não eram muito elevados[883]. Segundo Roger Chartier, apenas algumas pessoas sabiam ler, outros escrever, outros assinar, o que permite concluir que o acesso à escrita não seguiu, nas sociedades ocidentais, entre os séculos XVI e XVIII, o progresso linear e contínuo[884] característico do processo de alfabetização baseado na escolaridade universal que se verificou no século XIX. A verdade é, como lembra Diogo Ramada Curto, que pouco se sabe acerca das diversas formas de alfabetização e dos vários sistemas de ensino elementar[885]. E mesmo dentro destas sociedades, o autor relembra que a familiaridade com a escrita não era igualitariamente partilhada entre homens e mulheres, entre profissões e estados[886]. No entanto, tal como foi notado por Diego Navarro Bonilla, quer em Castela quer em Portugal, em meados do século XVI, eram numerosos os nobres,

---

[879] MORSEL, Joseph – "Histoire ou passé? L'archivage comme problème pour l'intelligence historique de la société médiévale", cit., p. 9; NÚÑEZ PESTANO, Juan Ramón; Grupo ARCHICAN – "Archivos familiares y personales de Canarias (siglos XVI-XX)", cit., p. 162.

[880] KETELAAR, Eric – "The genealogical gaze: family identities and family archives in the 14th to 17th centuries", cit., p. 12-13.

[881] Lorenzo Lotto – *Giovanni Agostino della Torre e seu filho Niccolò*. c. 1515. National Gallery. Disponível em: <https://www.nationalgallery.org.uk/paintings/lorenzo-lotto-giovanni-agostino-della-torre-and-his-son-niccolo>; Jan Gossaert – *Retrato de um mercador*. 1530. National Gallery of Art. Washington. Disponível em: <https://www.nga.gov/collection/art-object-page.50722.html>; Hans Holbein – *Georg Gisze*. 1532. Gemäldegalerie, Staatliche Museen zu Berlin. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/asset/der-kaufmann-georg-gisze/VwFTBKeaJVASog?hl=pt-PT&avm=2>.

[882] NAVARRO BONILLA, Diego – *La imagen del archivo…*, p. 150.

[883] CHARTIER, Roger – "As práticas da escrita". In ARIÈS, Phillippe, DUBY, Georges (dir.) - *História de Vida privada*, vol. 3 – *Do Renascimento ao século das luzes*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1990, p. 114; CAMMAROSANO, Paollo - *Italia medievale. Strutura e geografia delle fonti scritte*, p. 25, 113-114.

[884] Como também notou WALSHAM, Alexandra – "The social history of the archive: record-keeping in Early Modern Europe", cit., p. 24.

[885] CURTO, Diogo Ramada – "A língua e a literatura no longo século XVI". *Cultura escrita (séculos XV a XVIII)*. Lisboa: ICS, 2007, p. 68.

[886] CHARTIER, Roger – "As práticas da escrita", cit., p. 117.

mercadores e mesteirais capazes de ler, de assinar registos paroquiais e atas notariais, de escrever um recibo ou um livro de contas e de escrever uma carta[887]. Maria Helena da Cruz Coelho corrobora esta afirmação ao referir que a literacia, em finais da Idade Média, era uma condição em crescendo entre as elites e a que escrita constituía um instrumento de poder ao qual estava indissoluvelmente ligada[888]. Saber ler e escrever permitiu novos modos de relacionamento com os outros e com os vários poderes e tornou-se necessário para efeitos de prova[889]. Dessa forma não será de todo de estranhar que os grandes mercadores tenham colocado alguns filhos nas escolas e universidades, uma vez que necessitavam de novos saberes para se desenvolverem no mundo dos negócios ou que lhes permitissem ter outra atividade que não a mercantil[890]. No caso das famílias do ALB, detetámos esse padrão na família Carvalho. Diogo Lopes de Carvalho, sobrinho neto e filho de mercador, desempenhou vários cargos na corte portuguesa manuelina e joanina, tendo sido desembargador do Paço e conselheiro régio; nestes cargos foi sucedido pelo sobrinho, Gaspar de Carvalho. O mesmo se verificou na família Cunha – Jorge da Cunha I foi nomeado desembargador na Casa da Suplicação e dele nos chegou a menção à posse, em meados do século XVI, de livros de estudo[891]. Estes haviam-lhe sido trazidos por Fernão Rodrigues, seu cunhado, já falecido, que pediu que fossem entregues a um seu sobrinho, não nomeado, que estava a estudar. A circulação de livros por via de empréstimo foi ainda detetada no testamento de Paio Rodrigues de Araújo, avô de Jorge da Cunha I, que em 1528 regista que tinha emprestado um breviário a um clérigo, mandando aos herdeiros que lho fossem pedir[892].

---

887 NAVARRO BONILLA, Diego – *La imagen del archivo…*, p. 62.

888 COELHO, Maria Helena da Cruz – "A escrita no mundo urbano". *História* (São Paulo), 34:1 (2015), p. 17-18. Segundo a autora, citando Jacques Le Goff, a "mensagem escrita sobrepõe-se à linearidade e volatilidade da comunicação e discurso oral, permitindo a fixação de um texto elaborado e racional, susceptível de perdurar no tempo e de ser memória". Também LAMAZOU-DUPLAN, Véronique; BRUNEL, Ghislain – "Signé Fébus. Le surnom en signature". In *Signé Fébus comte de Foix, Prince de Béarn. Marques personelles, écrits et pouvoir autor de Gaston Fébus*. Sous la direction de Véronique Lamazou-Duplan. Paris-Pau: Somogy- Université de Pau et des Pays de l'Adour, 2014, p. 100 chama a atenção para o domínio escrita como uma marca de poder e como um sinal demonstrativo do nível de cultura de quem a exercia.

889 FESCHET, Valérie – *Les papiers de famille…*, p. 59.

890 O mesmo foi notado por CURTO, Diogo Ramada – "A linguagem e a literatura no longo século XVI", cit., p. 80.

891 "Filio Fraco e Arcediago no setimo; Cardeal nas clementinas; duas partes de conselhos (eram de curso subior, outro de incor); Angel na instituta; as duas partes morais de Santo António. Referiu ainda que António Vaz Castelo, já falecido, lhe tinha emprestado quatro volumes: uma parte de Rafael Escobario, outra de Angele, de Penqus no esforcado e outra do dezino, e ainda um "volume de algumas repetições no esforçado todo este é de terços". BNP, ALB, *ANTT,* cx. 4, doc. 702.

892 Ver vol. II, Anexo 1: **V – SUBSISTEMA CUNHA, SC 04 – ÁLVARES ARAÚJO**, biografia de Paio Rodrigues de Araújo.

A difusão da escrita modelou a sociabilidade, ao mesmo tempo que permitiu a gradual construção do Estado moderno, que a utilizou como novo meio de transmitir a justiça e regulamentar a sociedade[893]. Da maior ou menor familiaridade com a escrita dependeu uma maior ou menor emancipação do indivíduo da sua comunidade e dos mediadores a que recorria para interpretação quer das ordens do soberano[894], de uma sentença judicial ou de um contrato de compra e venda ou emprazamento de propriedade[895]. E esta familiaridade e uso cada vez mais frequente da escrita como atividade pessoal levou a uma nova atitude relativamente à produção, uso e custódia dos documentos para si próprio e à constituição dos arquivos familiares, nos quais se partilhavam disposições ou memória dos factos e que refletem a importância social da família[896].

O domínio da escrita, inclusive por parte de algumas mulheres[897], e a consciência do seu valor probatório, administrativo e de memória[898], constitui, no nosso entender, um sinal identitário, no sentido em que são características comuns, identificadoras e construtoras da memória das elites, assim como o são a onomástica[899], a heráldica[900] ou a tumulária[901]. Nas famílias estudadas, podemos referir, por exemplo, que vários

[893] MORSEL, Joseph – "Du texte aux archives: le problème de la source", cit., p. 5.
[894] Também notado nos Países Baixos por BUYLAERT, Frederik; HAEMERS, Jelle – "Record-keeping and status performance in the Early Modern Low Countries", cit., p. 131; WALSHAM, Alexandra – "The social history of the archive", cit., p. 29; CHARTIER, Roger – "As práticas da escrita", cit., p. 119.
[895] CAMMAROSANO, Paollo – *Italia medievale. Strutura e geografia delle fonti scritte*, p. 49, 68.
[896] CAMMAROSANO, Paollo – *Italia medievale. Strutura e geografia delle fonti scritte*, 1992, p. 276; BUYLAERT, Frederik; HAEMERS, Jelle – "Record-keeping and status performance", cit., p. 131.
[897] Como Inês Vasques. Veja-se a este propósito SMITH, Alison A. – "Gender, ownership and domestic space: inventories and family archives in Renaissance Verona", cit., p. 375-391.
[898] São vários os autores que chamam a atenção para a importância da conservação organizada dos documentos na formação e imposição sociológica dos grupos sociais. MORSEL, Joseph – "En guise d'introduction: les chartriers entre "retour aux sources" et déconstruction des objets historiens", cit., p. 17-18; id. – "Sociogenèse d'un patriciat: La culture de l'écrit et la construction du social à Nuremberg vers 1500", cit., p. 83-106; NAVARRO BONILLA, Diego – *La imagen del archivo…*, p. 62-64; COELHO, Maria Helena da Cruz – "A escrita no mundo urbano", cit., p. 27.
[899] GUYOTJEANNIN, Olivier – "Noblesses italiennes: les sources d'une identité". *Reti Medievali Rivista*, 16, 2 (2015), p. 12.
[900] Vejam-se: SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – "Identidade e auto-representação da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XV". *Casa Nobre – Um património para o futuro*. Actas do 3º Congresso Internacional. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2013, p. 27-33; MORSEL, Joseph – "En guise d'introduction: les chartriers entre "retour aux sources" et déconstruction des objets historiens", cit., p. 22. No que se refere à heráldica, Miguel Metelo de Seixas afirma que as manifestações heráldicas, como os arquivos serviram "cada qual a seu modo, como instrumentos de construção, renovação, confirmação e manutenção da identidade e da memória pessoal e familiar". SEIXAS, Miguel Metelo de – "A heráldica e os arquivos de família: formas de conservação e gestão da memória". In ROSA, Maria de Lurdes (org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, 2012, p. 456.
[901] Leontina Ventura refere, citando Mário Barroca, que túmulo (com epitáfio), que só começa a generalizar-se na segunda metade do século XIII (sobretudo nos finais) e em especial nos estratos mais elevados da hierarquia civil e religiosa, demonstra o regresso da sepultura personalizada bem como da

elementos da família Carneiro foram sepultados na Sé do Porto[902], na Igreja de S. Francisco e na Misericórdia[903] da mesma cidade, lugares onde já se encontravam os pais e avós sepultados e recordados em epígrafes. Em 1684, João de Valadares Carneiro pediu autorização ao Cabido Sé do Porto para gravar armas na sepultura[904] de seu pai, Luís de Valadares Carneiro: um xadrez com dois carneiros e o letreiro "aqui jaz Luís de Valadares Carneiro, fidalgo da casa de S. Majestade, cavaleiro comendador da Ordem de Cristo, ano de 1681"[905]. Mencione-se ainda Diogo Lopes de Carvalho, que pediu para ser sepultado no cruzeiro fora da capela da ermida de S. Sebastião, no Toural, em Guimarães, juntamente com os seus pais, com uma cupa[906] de pedra de Gonsa[907], com o escudo e suas armas e com a seguinte epígrafe: "Aqui foi enterrada a ossada do doutor Diogo Lopes de Carvalho foi doutor in utroque jure e desembargador na supricaçam e fez casa e morgado nesta vila"[908].

Com mais ou menos cuidado, com a ajuda de escrivão ou de forma autógrafa[909], organizaram-se os documentos, efetuaram-se inventários. O uso da escrita mais individual verifica-se ainda na existência de correspondência, sem ambições literárias e em linguagem vulgar. Indissociável das transformações sociais e culturais, um outro fator que também contribuiu para a disseminação do texto escrito foi, segundo vários

---

intenção de preservar para a posteridade a memória coletiva da linhagem. Pretende-se recordar o passado para sancionar o prestígio e legitimar o presente. São eles que têm algo a recordar e justamente os que têm meios para mandar erigir um moimento. Enfatizam a descendência patrilinear, mas servem também de símbolos de continuidade e solidariedade da linhagem no passado, presente e futuro. VENTURA, Leontina – "Testamentária nobiliárquica (séc. XIII): Morte e sobrevivência da linhagem". *Revista de História das Ideias*. 19 (1997-1998), p. 151-152; BARROCA, Mário – *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (séculos V a XV)*. Porto: 1987. Trabalho apresentado no âmbito das Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 288-289, 387 e seguintes. A mesma prática detetou KETELAAR, Eric – "The genealogical gaze: family identities and family archives in the 14th to 17th centuries", cit., p. 15.

[902] ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – "A fundação de capelas no Convento de S. Francisco do Porto: devoção e memória", cit., p. 464-465; FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e – *Notícias do velho Porto*. Porto: Campo das Letras, 2006, p. 169-179.

[903] Álvaro de Valadares e Antónia Carneiro foram sepultados na Misericórdia do Porto, numa das quatro sepulturas que estavam dentro das grades entre os dois altares abaixo da capela de D. Lopo (de Almeida). 22 de fevereiro de 1592. A sepultura não tinha campa, apenas letreiro. BNP, ALB, *Enc*., cx. 1, n.º 59, cap. 6, doc. n. n.

[904] Junto ao púlpito, indo do cruzeiro para a Sacristia. BNP, ALB, *Enc*., cx. 1, n.º 59, cap. 6, doc. n. n.

[905] BNP, ALB, *Enc*., cx. 1, n.º 59, cap. 6, doc. n. n.

[906] Possivelmente a tampa da sepultura, derivada do termo romano "cupae" que constitui um monumento em forma de pipa ou de meio-cilindro para colocar sobre a sepultura, a qual continha uma inscrição funerária. ENCARNAÇÃO, José d' – *Introdução ao estudo da epigrafia latina*. Lisboa: Instituto de Arqueologia, 1997, p. 7.

[907] Gonça, atual freguesia do concelho de Guimarães.

[908] BNP, ALB, *Roma*, cx. 100, cap. 3, cota antiga: 374.

[909] CAMMAROSANO, Paollo – *Italia medievale. Strutura e geografia delle fonti scritte*, p. 277, 279.

autores, a chamada "revolução do papel", associada ao desenvolvimento da escrita cursiva e a afirmação da língua vulgar face ao latim[910].

A presença e acumulação de documentos no espaço doméstico reflete a implantação de uma cultura arquivística (elementar em muitos casos) patrimonial e familiar[911]. Como podemos verificar pela análise da produção documental das famílias em estudo nesta dissertação, estas práticas não eram exclusivas da classe nobre dos séculos XV a XVII, tendo-se verificado em vários estratos da sociedade. Alguns autores consideram, no entanto, que estas práticas arquivísticas reproduziam "técnicas e modos e organizar os arquivos da nobreza por *mimesis* derivada da consideração, organização e cuidado que a monarquia projetou sobre os seus arquivos. De facto, a natureza mimética de algumas práticas culturais da nobreza por reflexo descendente desde a realeza permite alvitrar que o espelho não foi só social, senão também cultural e, porque não, arquivístico, da monarquia teve importância na organização dos arquivos nobiliários"[912]. Esta prática, detetada nas famílias nobres castelhanas dos séculos XVI e XVII, encontra paralelo em Portugal, como tem vindo a ser demonstrado pelos recentes estudos em arquivos de família[913]. Não concordamos, por essa razão, com a interpretação de Mari Luz Mandigorra, que considera que nos estratos sociais não nobres não havia uma consciência de conservação de testemunhos escritos, em especial, dos gerados por elas mesmas. A autora refere que os membros de estratos não nobres não cuidavam nem da preservação, nem da perpetuação documental e que a maior parte dos livros de contas, cartas e diários produzidos nestes ambientes, que podemos hoje encontrar nos arquivos, resultam do acaso. A autora diz ainda que uma das principais caraterísticas dos arquivos nobiliários, provém da consciência e da necessidade, dos meios e dos recursos habilitados pela nobreza na construção e sobrevivência da memória, porque a formação de um arquivo é a consequência de uma vontade real de elaborar uma memória da qual

---

[910] CAMMAROSANO, Paollo – *Italia medievale. Strutura e geografia delle fonti scritte*, p. 139; CURSENTE, Benoît – "Écriture et servage en Béarn: le fait du prince et l'appropriation de l'écrit par les maisons paysannes". In *Signé Fébus comte de Foix, Prince de Béarn. Marques personelles, écrits et pouvoir autor de Gaston Fébus*. Sous la direction de Véronique Lamazou-Duplan. Paris-Pau: Somogy-Université de Pau et des Pays de l'Adour, 2014, p. 206, 208; BUYLAERT, Frederik; HAEMERS, Jelle – "Record-keeping and status performance", cit., p. 132; GUYARD, Patricia – "La gestion de l'écrit dans une famille de serviteurs du roi: le cartulaire et le chartrier des Mignon (XIV^{e}-XV^{e} siècles)", cit., p. 523.
[911] NAVARRO BONILLA, Diego – *La imagen del archivo…*, p. 62.
[912] NAVARRO BONILLA, Diego – *La imagen del archivo…*, p. 61; KETELAAR, Eric – "The genealogical gaze: family identities and family archives in the 14th to 17th centuries", cit., p. 15.
[913] NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O Arquivo Gama Lobo Salema…, passim*; SOUSA, Maria João d'Orey da Figueiredo Cabral da Câmara Andrade e – *O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV-XIX: Identidade, gestão e poder, passim*; LEME, Margarida Maria de Carvalho Ortigão Ramos Paes – *Costas com Dom: família e arquivo (séculos XV-XVII), passim*.

os documentos eram as garantias[914]. Ora, como vimos pela análise da produção e conservação documental das famílias estudadas nesta dissertação, passa-se exatamente o contrário. Seguimos por isso a opinião de Olga Gallego[915], que considera que a questão não é tanto determinar se havia ou não consciência arquivística nos estratos sociais não nobres, mas sim afirmar que os arquivos pessoais, patrimoniais e familiares existiram de facto, fruto de atividade profissional (por exemplo mercantil), da denominada racionalidade ou preocupação pela gestão do negócio[916]. Acrescentaríamos, ainda, pela preocupação e necessidade de transmitir um património pessoal ou familiar, por pequeno que fosse, e uma memória. Nesse sentido recordamos as palavras de Maria Antonia Visceglia, quando afirma que o arquivo familiar assegurou a própria sobrevivência económica familiar e patrimonial mas também constituiu o melhor recurso para configurar a memória individual e familiar[917].

Podemos ainda afirmar que a documentação que nos chegou demonstra claramente que um dos eixos estruturantes, comuns a todas estas famílias atrás apresentadas foi a criação e definição de vínculos no final do século XV e durante todo o século XVI. Tal encontra paralelos noutros casos descritos por autores como Rita Nóvoa[918], Rute Gregório[919] ou Maria João da Câmara[920]. Os vínculos permitiram não só a criação e a conservação dos arquivos de família, mas também a sua transmissão ao longo dos séculos. Instituídos a partir dos finais do século XIV entre a nobreza rural, para evitar o parcelamento das propriedades, a instituição vincular foi adotada por famílias não nobres no final do século XV e durante o século XVI[921] levando aquelas que tinham propriedade a vinculá-la com dupla função: por um lado, o sufrágio das almas dos familiares falecidos, fundando capelas nas várias instituições religiosas da cidade onde habitavam e posteriormente em zonas mais rurais onde se vieram a instalar

---

[914] NAVARRO BONILLA, Diego – *La imagen del archivo…*, p. 65.
[915] NAVARRO BONILLA, Diego – *La imagen del archivo…*, p. 66.
[916] Veja-se o trabalho de CARDOSO, Ana Clarinda Jesus Cambra Reis – *Os livros de contas do mercador Michele da Colle (1462-63): do registo contabilístico à atividade comercial e financeira na praça de Lisboa*, *passim*.
[917] VISCEGLIA, Maria Antonietta – "Archivisti e storici di fronte agli archivi di famiglia: note conslusive". In CASELLA, Laura; NAVARRINI, Roberto (eds.) – *Archivi nobiliari e domestici: conservazione, metodologie di riordino e prospettive di ricerca storica*. Udine: Forum, 2000, p. 331-347.
[918] NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O Arquivo Gama Lobo Salema…*, p. 248-257.
[919] GREGÓRIO, Rute Dias – *Pero Anes do Canto: um homem e um património…*, *passim*; ead. – "O tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515)", cit., p. 1-240.
[920] SOUSA, Maria João d'Orey da Figueiredo Cabral da Câmara Andrade e – *O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV-XIX: Identidade, gestão e poder*, p. 41-44.
[921] CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – "Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII", cit., p. 50.

depois de terem consolidado a sua riqueza[922] e adquirido propriedade fundiária[923]; por outro lado, um fim laico de conservação e concentração de propriedade e consequentemente de poder e prestígio do apelido familiar, como demonstra a obrigatoriedade de nome/apelido nas fundações de algumas capelas[924].

No caso das famílias estudadas, estes vínculos foram instituídos quer por mulheres, solteiras[925], viúvas[926], em conjunto com os seus maridos[927], quer por homens[928]. Foram fundados, dotados e mantidos por propriedade fundiária, rural ou urbana, adquirida ou herdada pelo instituidor. Esta realidade foi possível, como refere Isabel dos Guimarães Sá "pelo sistema de transmissão de heranças português, em que filhos e filhas, pelo menos em teoria, eram supostos herdar por igual, já que cada pessoa podia dispor do terço do seu património livremente, ou a favor da sua alma e beneficiando herdeiros da sua escolha. Este quinhão, designado por terça de alma, destinava-se a pagar os gastos do funeral e a providenciar um trânsito rápido do purgatório para o paraíso através de sufrágios por alma ou práticas de caridade"[929]. Este foi pelo menos o caso de Maria Carneiro, que instituiu uma capela com a terça a que tinha direito pela morte do pai, João Álvares Pamplona, do qual ainda não se tinham feito partilhas à data da instituição[930].

---

[922] Prática que esteve em uso até meados do século XVI, quando a maioria destas famílias estava envolvida no comércio grossista internacional mas, à medida que o século avançou, constatou-se o seu afastamento progressivo do comércio e um crescente investimento no imobiliário urbano e rústico. É por essa altura que estas famílias, que até aí só tinham vinculado bens para capelas nos dois conventos masculinos existentes à altura (de S. Francisco, e de S. Domingos) começam a instituir morgadios com os bens urbanos e rústicos, que tinham adquirido com o capital previamente utilizado no comércio. A consequência imediata é a redução nas verbas disponíveis para os dotes e a consequente redução dos casamentos: o excesso de mulheres solteiras e a necessidade de lhes conseguir abrigo levou à fundação de um novo convento de Clarissas (em Monchique), para além dos outros já existentes (Santa Clara, de Clarissas, S. Bento da Ave Maria, de Beneditinas e Corpus Christi, de Dominicanas, em Vila Nova de Gaia). BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista...*, p. 417-419; id. – "Declínio do papel das mulheres do patriciado portuense no século XVI", cit., p. 3-22; id. – "As elites locais e suas famílias no Portugal Moderno", cit., p. 209-210; CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – "Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII", cit., p. 65.

[923] MARTÍN CEA, Juan Carlos; BONACHÍA, Juan Antonio – "Oligarquías y poderes concejiles en la Castilla Bajomedieval: balance y perspectivas", cit., p. 18, GUERRERO NAVARRETE, Yolanda – "Redes clientelares en las estratégias de poder urbanas. Burgos, siglo XV", cit., p. 147-172.

[924] Como sucedeu na família Carneiro: Maria Carneiro, filha de João Álvares Pamplona. BNP, ALB, *Enc.*, cx. 1, cap. 5, cota antiga: M 5 N 6, doc. 1.

[925] Pelo menos dois casos na família Carneiro – Maria Carneiro, acima referida e Ana Carneiro, sua prima. Veja-se vol. II, Anexo 1: **Subsubsubsistemas I.01.05 – CARNEIRO PAMPLONA e I.01.03 – CARNEIRO FIGUEIROA**, respetivamente.

[926] Inês Vasques, que institui o morgadio do Canidelo, ver vol. II, Anexo 1: **II – SUBSISTEMA RIBEIRO**.

[927] Isabel Ferraz e Fernão Nunes Barreto I, Manuel de Magalhães e Margarida da Silva, António de Magalhães e Isabel de Meneses; Pedro Vaz da Praça.

[928] António Machucho. Ver vol. II, Anexo 1: **I.03 - Subsubsistema MACHUCHO**.

[929] SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos…*, p. 29.

[930] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 1, cap. 5, cota antiga: M 5 N 6, doc. 1.

A instituição de morgadio serviu, no entanto, como refere a mesma autora[931], também para beneficiar um ou mais herdeiros em detrimento de outros, contribuindo assim para criar um sistema de partição desigual. O modelo vincular, adotado pelas elites portuguesas de Antigo Regime, enquanto comportamento de referência a partir do exemplo da primeira nobreza portuguesa, aderiu muito bem a este dispositivo, uma vez que era possível lançar mão das terças para constituir morgadios. Nas famílias das elites portuenses, houve uma ligeira alteração deste modelo, uma vez que nelas se assistiu, em finais do século XV e meados do século XVI a um investimento nas filhas, dotando-as para o casamento e à manutenção das perspetivas de heranças dos secundogénitos, pelo menos na primeira metade do século XVI, cenário que se vai alterar posteriormente[932], após a consolidação das posições sociais adquiridas[933], quando se verifica o encaminhamento de grande parte das filhas e dos filhos secundogénitos para as carreiras eclesiásticas[934], uma vez que eram excluídas da sucessão morganática[935] (como sucedeu a vários elementos femininos da família Ferraz que contou com três abadessas no convento de Entre-Ambos-os-Rios/Santa Clara do Porto[936], a par de outros exemplos de

---

[931] SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos…*, p. 29.

[932] Prática que Mafalda Soares da CUNHA detetou para alguns clientes da Casa de Bragança. CUNHA, Mafalda Soares da – *A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas senhoriais e redes clientelares*, p. 500. O assunto foi retomado em CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – "Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII", cit., p. 51 e 65 e bibliografia aí citada e MONTEIRO, Nuno Gonçalo – "Trajectórias sociais e formas familiares: o modelo de sucessão vincular", cit., p. 19, 33; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Elites e Poder…*, cit., p. 89; ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal…*, p. 101; SOUSA, Maria João d'Orey da Figueiredo Cabral da Câmara Andrade e – *O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV-XIX: Identidade, gestão e poder*, p. 35-36.

[933] Segundo CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – "Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII", cit., p. 51, só a partir de determinados patamares da hierarquia social é que o modelo foi adotado, ou seja, só o foi por aquelas famílias que tinham acumulado riqueza e estatuto social que lhes permitiu fundar uma "casa".

[934] Em meados do séc. XVI a população conventual portuense aumentou exponencialmente também porque as senhoras do patriciado levavam com elas para o convento algumas das suas servas. Em regra, pagava-se um dote para entrar no convento – cerca de 10% do que os seus progenitores teriam de gastar, se as tivessem querido casar – a que se juntavam verbas adicionais para melhorar as suas condições de vida enquanto freiras. BRITO, Pedro de – "Declínio do papel das mulheres do patriciado portuense no século XVI", cit., p. 10, 13.

[935] Uma vez dentro do convento estas mulheres deixavam de ter qualquer influência na sociedade civil; a menos que fossem abadessas ou prioresas, ou então ecónomas ou esmoleres, não tinham qualquer justificação para contactos fora das paredes do convento. Não podiam herdar propriedades, pois havia o risco de estas se tornarem bens de mão morta, e eram excluídas de qualquer possibilidade de suceder a morgadios. BRITO, Pedro de – "Declínio do papel das mulheres do patriciado portuense no século XVI", cit., p. 9, 15.

[936] Pedro de BRITO ("Declínio do papel das mulheres do patriciado portuense no século XVI", cit., p. 10-13) sugere que se deveu a que a família ali tivesse privilégios de padroado, o que não corresponde à verdade. Pela documentação do ALB verificamos que os padroados da Família Ferraz eram em S. Cristóvão de Refoios e em Santiago de Lustosa.

outras famílias portuenses[937]) ou para alianças matrimoniais estabelecidas entre famílias do mesmo estrato social ou superior[938], como aconteceu com Antónia de Sousa, só para citar alguns exemplos. Como refere Mafalda Soares da Cunha ao analisar o comportamento matrimonial de duas famílias nobres, os Meneses e os Cunha, o sistema de casamentos "constitui um bom indicador para analisar a diversidade de estratégias das elites e, através delas, avaliar as suas clivagens internas. O casamento implicava uma decisão que visava não apenas a reprodução biológica, mas também a reprodução social e simbólica do grupo familiar; as uniões matrimoniais espelhavam as alianças, os vínculos e, por isso, também as trocas, que determinados grupos familiares aceitavam fazer; essas trocas (nubentes e de bens), embora de conteúdo vário, obedeciam a critérios tendencialmente paritários, sendo por isso devidamente avaliadas as vantagens recíprocas que delas adviriam"[939].

A forma de vinculação de bens mais frequente nestas famílias que temos vindo a analisar foi a instituição de capelas em que se deu precedência aos herdeiros masculinos, nascidos de casamento legal, geralmente o varão primogénito[940] e na falta deste, aos seus irmãos por ordem de idades, desde que reunissem as condições de serem sãos e sem problemas físicos ou mentais. Na ausência de homens, sucederiam as mulheres, também por ordem de idade. Uma outra condição na sucessão era o casamento católico do herdeiro ser aprovado pelos seus familiares: a rejeição desta cláusula podia levar à destituição da administração do morgadio, como aconteceu com António de Magalhães de Meneses[941].

Como dissemos atrás, a instituição vincular e sua transmissão implicava que a posse, conservação e transmissão dos títulos estivesse a cargo, geralmente, do instituidor e dos sucessores/administradores nomeados no documento fundacional que era transmitido de geração em geração, até como forma de garantir a sua não

---

[937] Como as Brandão, Carneiro, Valadares, Madureira, Leite e Cernache. Segundo Pedro de Brito, observou-se que o convento de Santa Clara do Porto manteve a regra de só receber duas irmãs em cada geração, para limitar o poder de cada família dentro da comunidade, tendo as restantes irmãs professado noutros conventos. BRITO, Pedro de – "Declínio do papel das mulheres do patriciado portuense no século XVI", cit., p. 10-13.

[938] Sendo que algumas tinham carácter endogâmico, como na família Magalhães, característico em toda a Península Ibérica. SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV-XIX: Identidade, gestão e poder*, p. 36 e bibliografia citada.

[939] CUNHA, Mafalda Soares da – "Nobreza, alianças matrimoniais e reprodução social. Análise comparada dos grupos familiares dos Meneses e Cunha (séc. XV – 1640)", cit., p. 741.

[940] CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – "Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII", cit., p. 65.

[941] BNP, ALB, *Roma*, cx. 81, n.º 92, cap. 1, doc. 1.

dispersão[942]. Os documentos eram fundamentais à gestão patrimonial da família – desde logo, os documentos de instituição do vínculo, geralmente testamentos no caso das famílias do ALB, mas também contratos de compra, venda e emprazamento de propriedade, memorandos ou apontamentos vários sobre recolha de foros ou transmissão de propriedade, relatos genealógicos[943], documentos com valor probatório, como as cartas de mercê, de patente ou, ainda, os tombos e cartulários[944].

No que se refere aos tombos, assume particular significado o da família Ribeiro, datado de 1498. Redigido por Fernão Ribeiro, administrador do morgadio do Canidelo, este documento foi executado para ser entregue ao juiz e contador dos resíduos da comarca de Entre-Douro-e-Minho por Filipa de Sousa, sua mulher, para prova e cópia. É referido como "hum livro encadernado em que estavam as herdades da dita capela, escrito por o dito Fernão Ribeiro, que foi administrador, e todas as herdades declaradas, e mais o testamento do instituidor". Constituiu um importante testemunho de registo autógrafo do proprietário, que compilou e copiou documentos de diferente natureza, atualizou escritos anteriores do seu pai[945] e o usou para gestão corrente. Andrea Gamberi considera este tipo de documento como um sistema embrionário de cartulário, com uma dupla função: por um lado prática e arquivística e por outro "memorialista e ideológica"[946], constituindo um "inventário-cartulário", conceito também utilizado por Concepción Mendo Cardona[947], Robert-Henri Bautier[948], Viviane Von Kaenel[949] Patricia Guyard[950] e Maria de Lurdes Rosa[951]. O tombo do morgadio do Canidelo tem ainda

---

[942] Como também o notou GREGÓRIO, Rute Dias – *Pero Anes do Canto: um homem e um património…*, p. 284.

[943] A preeminência nobre ressalta sobretudo no que diz respeito à formação arquivística. As famílias aristocráticas eram as que tinham uma documentada sequência genealógica e com esta tinham as condições essenciais para produzir um conjunto de documentos. CAMMAROSANO, Paollo – *Italia medievale. Strutura e geografia delle fonti scritte*, p. 277.

[944] GUYARD, Patricia – "La gestion de l'écrit dans une famille de serviteurs du roi: le cartulaire et le chartrier des Mignon (XIV^e^-XV^e^ siècles)", cit., p. 523-563; VON KAENEL, Viviane – *Histoire patrimoniale et mémoire familiale. L'inventaire des archives de la famille Bouvier (1445)*, *passim*.

[945] À semelhança do cartulário dos Mignon. Veja-se GUYARD, Patricia – "La gestion de l'écrit dans une famille de serviteurs du roi: le cartulaire et le chartrier des Mignon (XIV^e^-XV^e^ siècles)", cit., p. 523-563.

[946] Sobre os cartulários-inventários veja-se GAMBERINI, Andrea – "La memoria dei gentiluomini", cit., p. 4-8.

[947] MENDO CARMONA, Concepción – "El cartulario como instrumento archivistico". *Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita*. 15 (2005), p. 122, 134.

[948] BAUTIER, Robert-Henri – "Cartulaires de Chancellerie et recueils d'actes des autorités laïques et ecclésiastiques". In GUYOTJEANNIN, Olivier; MORELLE, Laurent; PARISSE, Michel (eds.) – *Les Cartulaires*. Actes de la table ronde organisée par l'école nationale des chartes et le GDR 121 du CNRS (Paris, 5-7 décembre 1991). Paris: École des Chartes, 1993, p. 376.

[949] VON KAENEL, Viviane – *Histoire patrimoniale et mémoire familiale. L'inventaire des archives de la famille Bouvier (1445)*, p. 6.

[950] GUYARD, Patricia – "La gestion de l'écrit dans une famille de serviteurs du roi", cit., p. 523-563.

contornos de semelhança com o inventário produzido por Pedro Eanes do Canto, o qual foi também redigido em contexto de processo judicial. Pedro Eanes do Canto tinha, no entanto, maior património, uma vez que pôde instituir três morgadios[952]. No caso das famílias do ALB só se lhe equipara João Nunes do Gafanhão, que instituiu dois, como referimos na sua biografia no Anexo 1 desta dissertação[953].

A produção destes tombos-cartulário ou mesmo de inventários (ou tombos de escrituras, tabuadas, índices, róis, entre outras denominações) constituíram uma forma muito comum e frequente desde finais da Idade Média[954] utilizadas pelas elites para controlar a documentação produzida, que lhes garantia direitos de posse sobre a propriedade ou sobre direitos de padroados, de que é exemplo o inventário dos Condes de Marialva, de meados do século XVI[955].

As práticas arquivísticas que as famílias tardo-medievais portuguesas criaram e foram desenvolvendo no seu processo de ascensão social, nas estratégias que delinearam para o alcançar, nas alianças que fizeram, espelham os usos dados aos seus cartórios e que ainda hoje podemos observar nos documentos. Assim, é frequente encontrar anotações nas margens ou nos versos dos documentos as quais foram produzidas por sucessivas gerações de utilizadores e "gestores" do arquivo familiar, como refere Rita Nóvoa[956]. As anotações são de vária espécie: resumos do documento; destaques com desenhos de indicador; sublinhados, por vezes a vermelho, de uma determinada passagem do texto que se considerava importante[957], o que permitia uma deteção rápida do assunto pretendido, parcial ou total; anotações marginais de nomes de pessoas, terras, quantias, com o objetivo de um rápido acesso à informação pretendida. A ausência de numeração coeva nos versos dos documentos, onde comummente se situa o resumo/sumário do documento, parece indicar a inexistência de inventário tal como

---

[951] ROSA, Maria de Lurdes e HEAD, Randolph C. – "Delineating the social complexity of archival practices", cit., p. 17.
[952] GREGÓRIO, Rute Dias – *Pero Anes do Canto: um homem e um património…*, p. 286.
[953] Ver **VI – SUBSISTEMA BARRETO, SC 01 – NUNES** – biografia de João Nunes do Gafanhão.
[954] OLIVEIRA, Luís Filipe – "O Arquivo dos Condes de Marialva num inventário do século XVI", cit., p. 222; GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. – "Archivos nobiliarios españoles: pasado, presente y ¿futuro? Tipología documental e investigación modernista", cit., p. 135.
[955] Como o inventário mandado fazer por D. António, prior do Crato, em 1565, dos papeis e escrituras relativos às igrejas e capelas (cerca de quarenta) que haviam pertencido ao padroado dos condes de Marialva em Lamego, Porto e Viseu. O inventário sumaria mais de três centenas de documentos, de tipologias diversas (com destaque para as cartas de doação e confirmação), ordenados segundo critérios geográficos e que cobrem um vasto período cronológico, desde 1384 a meados do século XVI. Para a sua realização o redator terá recorrido a documentação diversa, incluindo inventários autónomos de algumas igrejas. OLIVEIRA, Luís Filipe – "O Arquivo dos Condes de Marialva num inventário do século XVI", cit., p. 221-226.
[956] NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O Arquivo Gama Lobo Salema…*, p. 252.
[957] BNP, ALB, *Roma*, cx. 81, n.º 92, cap. 1, doc. 1, fl. 4v.

hoje o concebemos, o que não quer dizer que não existisse, como pudemos ver ao longo deste capítulo. Apenas em meados do século XVII-XVIII, no caso do ALB, é que começamos a detetar nos documentos anotações relativas a cotas numéricas de maço e número de documento, as quais foram cruzadas com os inventários produzidos nessa época que obedeciam a essa norma, como o pertencente a Diogo Pereira Forjaz, pai de Miguel Pereira Forjaz[958].

No caso de escrituras de compra e venda de propriedade era frequente a inscrição de notas com atualização de dados. A exemplo deste facto relembramos as centenas de escrituras realizadas pela família Barreto em finais do século XVI, em cuja capilha oitocentista foram, por vezes, anotadas sucessões de foreiros e, por fim, a respetiva remissão para a inscrição no livro de tombo do morgadio de Freiriz e Penegate[959]. Ainda recorrendo à documentação pertencente a esta família, e no caso concreto dos contratos de compra e venda (e por vezes de aforamento imediato à compra[960]), verificámos que alguns documentos foram associados para que se pudessem complementar. O mesmo notámos em escrituras de emprazamento de propriedade que foram associadas a documentos de dote por casamento[961]. Os critérios de agregação foram, como vimos, variados e mantiveram os documentos unidos e organizados fisicamente num só conjunto documental, a que foram sucessivamente apensos documentos relacionados para responder a novas realidades. Algumas dessas organizações acabaram por ser fixadas em inventários ou outros instrumentos de recuperação de informação.

Parte destes documentos mais antigos foram inclusive alvo de cópia, traslados ou públicas formas pouco tempo depois de terem sido produzidos. E mesmo vários séculos depois. Por diversas circunstâncias, as famílias solicitavam cópias de

---

[958] BNP, ALB, *Enc.*, cx. 17A, cap. 2, *Livro dos prazos pertencentes à casa de D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho, que herdou de seu pai D. Miguel Pereira Forjaz no ano de 1767*, fl. 13-22.

[959] Como por exemplo a "Escritura de venda que fizerão Diogo Affonso Dovinhas e Maria Gonsalves sua mulher ao senhor Fernão Nunes Barreto, e a senhora sua mulher D. Maria de huma leira de erdade na veiga de Fagilde […] Feita em 4 de Mayo de 1586". Nota no canto superior da capilha está o registo no tombo de Freiriz - "3.º Tom. do Tombo de Freiris fl. 604, huma leyra de terra na veiga de Fagilde. Completo". BNP, ALB, Enc., cx. 45B, cap. 1, cota antiga: D 4 M 5 N 374.

[960] Veja-se a escritura de venda que fez Gonçalo Marques e sua mulher Catarina Gonçalves e Baltasar Fernandes e sua mulher Catarina Gonçalves a Fernão Nunes Barreto de várias propriedades (vinhas e um campo). As propriedades foram emprazadas aos vendedores. 12 de Abril de 1597. BNP, ALB, *Enc.*, cx. 45B, cap. 1, cota antiga: D 4 M 5 N 440.

[961] "Carta de emprazamento em três vidas que fez Fernão Nunes Barreto [III] a Domingos Gonçalves, de meio casal de Bouça Cova, na Rebordosa, concelho de Aguiar de Sousa. 17 de janeiro de 1648." Junto está o "Contrato de dote de Margarida Mendes, filha de Gonçalo Mendes, noiva de Gonçalo Dias, entre o qual figura o prazo de Bouça Cova, de que era direto senhorio Fernão Nunes Barreto [II], cavaleiro e comendador da Ordem de Cristo. 17 de outubro de 1595." BNP, ALB, *Enc.*, cx. 1A, cap. 1, cota antiga: D 4 M 6 N 16.

documentos existentes nos seus arquivos: ou porque estavam degradados, ou porque se tinham perdido, ou porque as gerações posteriores deixaram de conseguir ler devido à caligrafia difícil. Recorria-se então a peritos que tivessem conhecimento paleográfico, os quais transcreveram documentos relacionados com este ou aquele morgadio, com esta ou aquela propriedade[962].

Era também comum requererem-se cópias de documentos que não constavam nos arquivos familiares mas sim nos arquivos de outras instituições, como, por exemplo, na chancelaria régia guardada na Torre do Tombo, e que determinados membros das famílias consideraram útil ou necessário integrar nos seus acervos. Recordamos aqui os pedidos de Diogo Lopes de Carvalho acerca dos direitos jurisdicionais que tinha em Abadim, cuja cópia não tinha e que solicitou à Torre do Tombo em 1522[963]. Em anotação no verso do pergaminho, refere-se que António Lopes de Carvalho apresentou esse mesmo documento em 1592 na junta das confirmações para que lhe fosse reconhecido o poder de jurisdição do referido couto.

Direitos que por vezes só eram reconhecidos recorrendo à justiça. Recordem-se as inúmeras sentenças judiciais a propósito de propriedade que foram incorporadas nos arquivos familiares das várias famílias estudadas. Relembre-se ainda que foi necessária uma sentença judicial para se legitimar a posse e "sucessão" no morgadio instituído por Pedro Vaz da Praça. A sentença judicial obtida por André Velho Azevedo II, para lhe serem reconhecidos os direitos de administração do referido morgadio, é ilustrativa da necessidade de preservação documental. André Velho recorreu ao testamento do fundador e do primeiro administrador para justificar a sua condição de nomeação e não de sucessão como administrador do morgadio e relembrou os seus sucessores que ele tinha no seu cartório o testamento e que a ele deviam recorrer caso os direitos fossem novamente colocados em causa[964].

---

[962] Os exemplos são diversos. Veja-se, a título de exemplo, o documento citado na nota 872 e outros existentes na mesma caixa: original (pergaminho) e cópias (2 + 2 fls) da carta de emprazamento que fez Gonçalo de Sá e sua mulher Inês Vasques a Gregório Gonçalves e sua mulher Maria Rodrigues da sua quinta de Covelas. 6 de junho de 1432. Cópias de 7 de setembro de 1822 e 5 de setembro de 1822, transcrito por João Crisóstomo Caldas, paleografo diplomático, ou ainda original (pergaminho) e cópia (2 fls.) da carta de venda que fez Catarina Anes a Álvaro Afonso Dinis do casal de Negrelos, que foi de Estevão Martim do Paço, pertencente ao morgado do Canidelo. 9 de maio de 1414 (1452). Cópia de 23 de julho de 1821, transcrito por Januário Luís da Costa, perito paleografo. Cota antiga: M 114 N 6 BNP, ALB, *Enc*., cx. 43, mç. 103, cap. 2, docs. n. n.

[963] BNP, ALB, *Roma*, cx. 101, n.º 153, cap. 5, cota antiga: 44.

[964] Como o próprio menciona no seu testamento. Identificámos ainda no processo de inventariação do ALB que o documento da cota *Enc*., cx. 7ª, que contém cópias do testamento de Paio Rodrigues de Araújo, na fl. marcada com o número 170 tem uma nota: "Pera se adjuntar*em* na causa de andre velho de

Tais responsabilidades exigiam do administrador do morgadio e, por consequência ou inerência, do administrador do arquivo uma consciência do seu valor, dos cuidados que devia ter para o preservar, de como o devia gerir, onde podia recorrer para realizar tarefas e resolver assuntos correntes, defender direitos e privilégios, na construção e perpetuação da memória familiar e do capital simbólico da família. Os documentos eram, pois, instrumentos indispensáveis à formação de uma identidade de grupo. Para uma melhor ou pior gestão do acervo familiar poderá ter contribuído uma maior ou menor familiaridade com a registo escrito e o contacto com instituições (o desembargo régio, a câmara do Porto) ou funções desempenhadas, o que foi apanágio da maior parte das famílias estudadas, mesmo tendo em consideração que nem tudo o que foi produzido resistiu ao passar dos séculos.

Era ao arquivo que o administrador do morgadio tinha de recorrer para se apoiar em qualquer pendência judicial; era nele que eram incorporados novos documentos, entrados por compras, por heranças, por vias de casamento de um ou mais elementos da família; era dele que saiam documentos relativos a propriedade doada, testada ou vendida, o que atesta a sua constante mutação[965]. Era nele que se conservavam documentos que atestam uma minuciosa atenção quanto a receitas e despesas, quer na administração do mesmo, quer decorrente da sua atividade económica, de que é exemplo o *Livro de tombo dos foreiros e foros que se pagavam ao morgado de António Lopes de Carvalho*[966], marcado por sucessivas anotações e atualizações, ou ainda o livro em que Gaspar Carvalho anotou os gastos que fez com o que ficou de bens móveis de Diogo Lopes de Carvalho o qual, relembre-se, tinha estipulado no testamento que fossem vendidos e com essas verbas fossem adquiridos novos bens em Guimarães[967].

Este tipo de gestão era do conhecimento não apenas de quem a exercia, geralmente o elemento masculino, mas também do conhecimento e responsabilidade de mulheres, como atesta o caderno de apontamentos de Pantaleão Carneiro[968], cuja esposa recebeu pagamentos de dívidas, assim como os contratos de gestão de propriedade efetuados ainda em vida dos maridos ou após o falecimento destes, ainda em

---

Azevedo de monção". BNP, ALB, *Enc*., cx. 7A, cap. 3, cota antiga: 658; cx. 32, pasta 2, testamento de Paio Rodrigues de Araújo.

965 BOURQUIN, Laurent – "Mémoire familiale, mémoire seigneuriale: le chartrier de Chalancey (XV^{e}-XIX^{e} siècle)". In CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.) – *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartriers seigneuriaux XIII^{e} – XXI^{e} siècle*. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006), Paris: Société de l'Histoire de France, 2010, p. 211.

966 Relativos a Negrelos e Abadim. BNP, ALB, *Enc*., cx. 10A, cap. 4, cota antiga: 1114.

967 BNP, ALB, *Enc*., cx. 10, cap. 1, cota antiga: 580.

968 BNP, ALB, *Enc*., cx. 17A, cap. 1, doc. n. n.

menoridade dos filhos, inclusive do primogénito, de que elas eram as representantes. Não esquecendo que elas próprias tomavam por vezes as rédeas do poder, se os maridos se encontravam debilitados, sendo de tal exemplo Margarida da Silva, ao proclamar D. António como rei de Portugal[969].

A necessidade de uma boa organização do arquivo familiar era fundamental para que na falta do seu administrador – por ausência, por outro qualquer impedimento ou mesmo por morte – o seu substituto ou sucessor pudesse recuperar algum documento necessário por qualquer motivo. Como pudemos observar, houve algumas quebras de varonia nas famílias mas isso não motivou que o arquivo se dispersasse, recorrendo, inclusive, a outros arquivos (notariais ou de provedorias) para obter alguma cópia que fosse necessária.

Era, ainda, no arquivo de família que se preservaram cartas de mercê régia, necessárias para a confirmação de tenças auferidas pelo próprio e a partir das quais as reclamaram por herança. Foi essa a razão de se terem conservado no arquivo cartas de mercê de filhos naturais[970] – por exemplo Pedro da Silva Meneses, bastardo de Manuel de Magalhães – algumas conservaram-se os originais, outras apenas registadas em sumários com indicação dos livros de registos "oficiais" onde se encontram[971]. Era no arquivo de família que se conservaram cartas de alforria de escravos[972], recibos de pagamento de rendas de casas[973].

Era, por fim, no arquivo que se conservaram cartas particulares, recebidas de longínquas paragens, dando notícias de familiares, como aquela que nos chegou de Goa redigida por Manuel Carneiro aos seus irmãos[974]; ou de bem mais próximo, a dar conta da morte de D. João III, a que já fizemos menção.

---

[969] Referimo-nos ao episódio mencionado numa carta ao Conde de Lemos, em que António de Magalhães relata os acontecimentos que ocorreram após a morte de D. Sebastião em 1580. Manuel de Magalhães, pai de António, encontrava-se com a saúde debilitada, tendo Margarida da Silva, a esposa e os filhos Francisco de Sousa, Matias de Sousa e João de Magalhães III, mandado chamar os juízes e oficiais da milícia de Ponte da Barca para aclamarem D. António por rei de Portugal. Trancaram-se todos numa casa e já depois de levantarem por rei a D. António, um dos irmãos saiu dela com um estandarte pelas ruas da vila, o que levou algumas pessoas a "repunharem" a sua mãe e irmãos, dizendo que os queriam matar. BNP, ALB, *Roma*, cx. 58, fl. 246-246v, 251-252, 257.

[970] Constantino de Magalhães e Meneses, sobrinho do agraciado, reivindicou as mercês e tenças do tio após a morte daquele. BNP, ALB, *Roma*, cx. 58, fl. 199-200.

[971] Como podem ser encontradas no BNP, ALB, *Roma*, cx. 58, fl. 175, relativo a Manuel de Magalhães; fl. 189 relativo a João de Magalhães II; fl. 197 relativo a Pedro da Silva de Meneses.

[972] BNP, ALB, *Enc*., cx. 49, cap. 4, doc. n. n. - Carta de alforria que deu o Dr. Diogo Lopes de Carvalho ao seu escravo baço Francisco, que era cristão. 13 de outubro de 1501.

[973] BNP, ALB, *Roma*, cx. 69, n.º 44, cap. 2, doc. n. n..

[974] BNP, ALB, *ANTT*, cx. 1, doc. 1251.

Os arquivos de família não foram, portanto, acumulações documentais espontâneas ou fruto do acaso[975] mas sim produtos de um processo social baseado em lógicas institucionais específicas, avaliadas e intencionais, com objetivos específicos e determinados. Um arquivo familiar pré-moderno não pode entender-se à margem da evolução histórica da família que o criou, da política das suas alianças matrimoniais, da atividade económica que exerceu, das funções que desempenhou, da sua memória.

[975] MORSEL, Joseph – "Du texte aux archives: le problème de la source", cit, p. 8; id. – "Le médiéviste, le lignage et l'effet de réel", cit., p. 106.

Capítulo V – O sistema de informação e o acesso ao utilizador

Como temos vindo a salientar, a investigação histórica sobre as Épocas Medieval e Moderna tem sido enriquecida pela (re)valorização dos arquivos de família, quer pelos contributos na criação de biografias, prosopografias, estudos sobre as diversas formas de organização do parentesco, quer pela informação produzida pelas próprias famílias que nos permite estudar a forma com este corpo social se auto-organizava, autoidentificava, autorreproduzia e autossustentava[976]. O estudo dos seus arquivos permite medir o papel da gestão documental na estruturação e manutenção do corpo linhagístico e de uma maneira geral, pode dizer-se, em certos aspetos, que o uso desta documentação permite a entrada na História de novos personagens ou até mesmo desconhecidos, o que possibilita o "questionamento de versões do processo histórico construídas, sobretudo ou apenas, a partir dos acervos dos corpos sociais mais "administralizados" e/ou mais representados nos arquivos do Estado nação"[977].

Verifica-se uma inexistência quase total dos arquivos de família nos fundos documentais disponíveis nos arquivos públicos, ou então, quando existem são marcados por descrições insuficientes ou inadequadas, ou pouco difundidas.

Estas temáticas têm vindo a estar na base, quer de mestrados em Ciências da Informação e da Documentação - ramo Arquivística, quer do curso de doutoramento em História – especialidade de Arquivística Histórica da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde o estudo orgânico-funcional de arquivos de família tem permitido a elaboração de registos de autoridade arquivística (RAA) dos vários elementos de uma família e descrição documental. Para tal, os alunos têm procurado preencher os RAA numa base de dados, ICA-AtoM, disponibilizada no servidor da Faculdade[978].

1. O sistema de gestão de informação ICA-AtoM

[976] ROSA, Maria de Lurdes – "Problemáticas históricas e arquivísticas actuais…", cit., p. 36.
[977] *Ibid.*, p. 37 e bibliografia citada na nota 90.
[978] Veja-se UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – *Arquivística Histórica* [Em linha]. Lisboa: FCSH, 2015- [Consult. 11 jan. 2018]. Disponível na WWW: <URL: http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/>.

De entre as várias possibilidades de escolha de bases de dados de descrição documental à disposição no mercado, foi selecionada, pela nossa orientadora e grupo de trabalho em arquivos de família, a base ICA-AtoM.

A ICA-AtoM (acrónimo de "International Council of Archives - Access to Memory") é uma aplicação informática de descrição arquivística, multinível, multilingue e multirepositórios, foi desenvolvida de raiz para utilizar e articular entre si as normas de descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CIA)[979], permitindo a descrição documental e de autoridades normalizada quer pelas entidades detentoras de arquivos quer, no caso presente, por investigadores, no âmbito de apoio à investigação.

Na base do desenvolvimento da ICA-AtoM esteve o interesse do Comité de Tecnologia da Informação do CIA em criar requisitos funcionais de um "Open Source Archival Resource Information System" (OSARIS). Entre 2003 a 2005 o projeto esteve interrompido por falta de investimento, tendo sido retomado em 2005, data em que o CIA obteve financiamento de alguns parceiros, entre os quais a UNESCO, para a construção de um guia em linha de fontes de arquivos com temas relacionados com direitos humanos[980]. Peter Van Garderen, fundador da *Artefactual Systems* em 2001[981], foi a pessoa escolhida para implementar a fusão dos dois projetos[982].

Sob a supervisão do CIA a primeira versão da aplicação foi disponibilizada em 2008, ano em que foi lançada, no Congresso do CIA em Kuala Lumpur, a versão beta 1.0 do software. Ainda no mesmo ano foi lançada a versão 1.0.3 e, em 2010, a versão do ICA-AtoM Release 1.1. Em 2011, foi lançado a ICA-AtoM 1.2 que fazia a descrição arquivística usando as normas internacionais ISAD (G), a ISAAR (CPF), ISDIAH e

---

979 CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - *ISAD (G). Norma internacional de descrição arquivística*. 2.ª edição. Lisboa: Ministério da Cultura, Torre do Tombo, 2002; CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - *ISAAR (CPF). Norma internacional de registo de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias*. 2.ª edição. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2004; INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES – *ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings*. 1.ª ed. Paris: ICA/CBPS, 2008 e INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES – *ISDF: International Standard for Describing Functions*. 1.ª ed. Paris: ICA/CBPPS, 2007.

980 FLORES, Daniel – "O conceito e a aplicabilidade do ica-atom (atom) como ferramenta de descrição, difusão e acesso do patrimônio documental arquivístico". *Informatio*. 21 (2), 2016, p. 91. [em linha]. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:https://www.researchgate.net/publication/322694597_O_conceito_e_a_aplicabilidade_do_ica-atom_atom_como_ferramenta_de_descricao_difusao_e_acesso_do_patrimonio_documental_arquivistico>.

981 ARTEFACTUAL – Sítio Web. [Consult. 31 maio 2015]. Disponível em WWW:<URL:https://www.artefactual.com/peter-van-garderen-steps-down-as-artefactual-president/>.

982 FLORES, Daniel – "O conceito e a aplicabilidade do ica-atom", cit., p. 91.

ISDF. Em 2013 a *Artefactual Systems* lançou a versão 2.0. Em 2018 a versão mais recente é a AtoM 2.4.1[983].

O *software* é gratuito, em código de fonte aberto[984], com uma interface de pesquisa amigável, flexível e personalizável cujo objetivo é dar a possibilidade a arquivos de pequena dimensão[985] (como por exemplo, arquivos familiares detidos por um museu ou outra instituição) de terem os seus conteúdos disponíveis em linha, numa plataforma que permite o cruzamento dos dados e a partilha da informação[986].

Como já foi referido, todas as descrições arquivísticas feitas através desta aplicação estão de acordo com as normas internacionais de descrição documental e de autoridades arquivísticas[987]. Nesta plataforma cada utilizador registado pode criar entidades detentoras dos fundos documentais, registos de autoridade, descrições arquivísticas, funções, assuntos, locais e objetos digitais. A aplicação, para além de fornecer automaticamente os elementos de informação a preencher para cada um dos tipos de descrição, cruza os dados existentes e fornece informações interativas aos utilizadores que efetuam pesquisa em linha. Para além disso, tem a capacidade de importar registos de outros repositórios e de congregar, num só portal, informações de diferentes repositórios[988]. O facto de ser uma aplicação que contempla a criação

---

[983] Podem ver-se as versões anteriores em ATOM. ACCESS TO MEMORY - Sítio Web. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:https://www.accesstomemory.org/pt/ > e em FLORES, Daniel – "O conceito e a aplicabilidade do ica-atom", cit., p. 88-100.

[984] O código da AtoM está lançado sob uma licença GNU Affero General Public License (A-GPL 3.0) – dando-lhe a liberdade de o estudar, modificar, melhorar e distribuir. Veja-se ATOM. ACCESS TO MEMORY - Sítio Web. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:https://www.accesstomemory.org/pt/>.

[985] Tendo sido pensado para arquivos de pequena dimensão não invalida que não possa ser utilizado para instituições e arquivos com maior volume documental.

[986] Os objetivos do projeto ICA-AtoM encontram-se enumerados em BUSHEY, Jessica – *"Access to Memory" (AtoM): Open-source software for archival description*. *International Council on Archives (ICA)*. 2012. [Em linha]. [Consult. 11 jan. 2018]. Disponível em WWW: <URL:https://www.ica-atom.org/download/ICAAtoM_JBushey.pdf> e em VAN GARDEREN, Peter – *The ICA-AtoM Project and Tecnology*. 2009. [Em linha]. [Consult. 11 jan. 2018]. Disponível em WWW: <URL:https://www.ica-atom.org/download/VanGarderen_TheICAAtoMProjectAndTechnology_AAB_RioDeJaniero_16-17March2009.pdf>.

[987] Sobre a importância da descrição normalizada e controlo de registos de autoridade em arquivos veja-se o trabalho de síntese e bibliografia citada em GAGO, Alice Borges – "A importância dos registos de autoridade arquivística nos arquivos de família: o Arquivo Almada e Lencastre Bastos: um caso prático". *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. 30 (2017), p. 451-493. [em linha]. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL: https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/import%C3%A2ncia_dos_registos_de_autoridade_arquiv%C3%ADstica_nos_arquivos_de_fam%C3%ADlia_o_arquivo_almada>.

[988] INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES – *ICA-AtoM. Open source archival description software*. [em linha]. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:www.ica-atom.org>. Este *website* fornece todas as informações relativas ao ICA-AtoM, às suas funcionalidades, funcionamento e bases conceptuais.

normalizada de registos de autoridade permite, a quem a utiliza, ficar habilitado a criar e a disponibilizar os seus próprios ficheiros de autoridade[989].

O AtoM adapta-se totalmente ao modelo conceptual de descrição arquivística que as normas ISAD (G), ISAAR (CPF), ISDF e ISDIAH hoje exigem[990]. A sua estrutura responde a todas as entidades principais ou classes de "objetos" sobre as quais se recolhe informação: documentos de arquivo, agentes, funções, entidades detentoras de arquivos, temas e lugares. Neste modelo cada uma das entidades poderá ser descrita mediante representações independentes mas relacionadas umas com outras, dentro de um sistema informático que evita a repetição, melhora a investigação e a recuperação da informação. Desta forma, a ICA-AtoM não só é uma ferramenta flexível, mas também uma ajuda na descrição dos registos de autoridade arquivística ou dos documentos[991].

São vários os exemplos de utilização desta aplicação a nível internacional como, por exemplo, na descrição do acervo fotográfico do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, em Rio Grande do Sul (Brasil)[992], do arquivo da Universidade Federal de Goiás[993], no The Saskatchewan Archival Information Network (SAIN)[994], no British Columbia's Past[995], no City of Vancouver Archives[996], no Archivo del Ateneo de Madrid[997], entre tantos outros[998].

---

[989] Sobre a avaliação do programa ver: SIMÕES, Sérgio Manuel Duarte Simões – *Metodologia de avaliação de aplicações para descrição de arquivo definitivo*. Lisboa: Faculdade de Letras-Universidade de Lisboa, 2010. Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação – Biblioteconomia e Documentação.

[990] Recentemente este modelo conceptual começou a ser questionado pelo próprio ICA, apresentando uma proposta da sua revisão e substituição, embora ainda registe algumas fragilidades. INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Experts Group on Archival Description - *Records in contexts: a conceptual model for archival description*. Consultation Draft v 0.1. s. l.: 2016, p. 8. [em linha]. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:http://www.ica.org/en/egad-ric-conceptual-model>.

[991] MARQUES, Patrícia Cardoso - *O Arquivo Castro/Nova Goa: construção de catálogo…*, p. 29; VENTURA, Maria Isabel de Almeida - *O Arquivo Paço de Calheiros…*, p. 94-101; ARAÑA CRUZ, Jonathan; HERRERA TEJADA, Clara – ICA-AtoM, una buena herramienta para la difusión de los archivos en la web. *Estudios y Artículos*. (2001), p. 5-6. [em linha]. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:https://www.ateneodemadrid.com/index.php/esl/Media/Files/ICA-AtoM-una-buena-herramienta-para-la-difusion-de-los-archivos-en-la-web>.

[992] HEDLUND, Dhion C.; FLORES, Daniel – "Análise e aplicação do software livre ICA-ATOM como ferramenta para descrição e acesso às informações do patrimônio documental e histórico do município de Santa Maria – RS". *Informação Arquivística*. Rio de Janeiro. v. 3, 1 (jan./jun. 2014), p. 24-41.

[993] Veja-se UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. [em linha]. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:https://acervo.cidarq.ufg.br/>.

[994] Saskatchewan é uma província do Canadá. Veja-se THE SASKATCHEWAN ARCHIVAL INFORMATION NETWORK – Sítio Web. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:http://sain.scaa.sk.ca/collections/>.

[995] BRITISH COLUMBIA'S PAST – Sítio Web. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:https://search-bcarchives.royalbcmuseum.bc.ca/>.

[996] CITY OF VANCOUVER ARCHIVES – Sítio Web. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:https://searcharchives.vancouver.ca/>.

[997] ARAÑA CRUZ, Jonathan; HERRERA TEJADA, Clara – "ICA-AtoM, una buena herramienta", *passim*.

Em Portugal, a sua utilização foi adotada por vários projetos de investigação, como o INVENT.ARQ[999], de que fizemos parte entre os anos de 2014-2015 e o VINCULUM[1000], ou mesmo em arquivos públicos ou privados, como o Centro de Arquivo e Documentação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN)[1001], o arquivo da Câmara Municipal de Albufeira[1002], o Arquivo da Fundação Minerva[1003], o PAPIR[1004], só para citar alguns casos[1005]. O crescente número de entidades detentoras de arquivo que se encontram a utilizar esta aplicação levou a que se tenha já organizado um encontro, que juntou utilizadores, arquivistas, informáticos, pelo grupo de trabalho AtoM da Rede de Arquivos do Algarve, onde foram partilhadas experiências e trocas de saberes[1006].

No que se refere à utilização da AtoM como base de dados arquivística de suporte à elaboração de teses, quer de mestrado ou de doutoramento de Ciência da Informação[1007] como em Arquivística Histórica, tem sido utilizado por vários mestrandos e doutorandos com trabalhos sobre arquivos de família, alguns já concluídos e outros ainda em curso, dos quais destacamos o da Casa de Calheiros[1008], Condes de Castro/Nova Goa[1009], dos Condes de Belmonte[1010], Gama Lobo Salema[1011], família Costa[1012] e Viscondes de Vila Nova de Cerveira[1013].

---

[998] Veja-se a lista [em linha]. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:https://wiki.accesstomemory.org/Community/Users>.

[999] UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – *INVENT.ARQ*. [Em linha]. Lisboa: FCSH, 2015. [Consult. 11 jan. 2018]. Disponível em WWW: <URL:http://www.inventarq.fcsh.unl.pt/index.php/?sf_culture=pt>.

[1000] Projeto VINCULUM, financiado pelo European Research Council, a iniciar em junho de 2019.

[1001] CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES - INTERSINDICAL NACIONAL – *Centro de Arquivo e Documentação*. [Em linha] [Consult. 11 jan. 2018]. Disponível em WWW: <URL: http://cad.cgtp.pt/pt/apresentacao >.

[1002] ALBUFEIRA. Câmara Municipal de Albufeira – *Arquivo Histórico Municipal*. [Em linha] [Consult. 11 jan. 2018]. Disponível em WWW: <URL:http://arquivo.cm-albufeira.pt/>.

[1003] FUNDAÇÃO MINERVA – Sítio Web. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:http://ica.lis.ulusiada.pt/index.php/universidade-lusiada-de-lisboa;isdiah?sf_culture=pt>.

[1004] UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA. Centro de Estudos de História Religiosa - *PAPIR, Plataforma de Arquivos Pessoais e de Instituições Religiosas* [Em linha]. Lisboa: CEHR, 2016- [Consult. 11 jan. 2018]. Disponível na WWW: <URL: http://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/arquivos/>.

[1005] Vejam-se os arquivos portugueses que aderiram ao AtoM [em linha]. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:https://wiki.accesstomemory.org/Community/Users>. (secção Portuguese).

[1006] GRUPO DE TRABALHO ATOM DA REDE DE ARQUIVOS DO ALGARVE (coord.) – *AtoM work in progress*. Livro de Actas. Algarve: Rede de Arquivos do Algarve, 2016. [em linha]. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:https://rededearquivosdoalgarve.files.wordpress.com/2016/11/livro-de-actas.pdf>.

[1007] MORAIS, Cláudia Santos Pires de – *Estudo Orgânico-Funcional e Tratamento Arquivístico dos Concursos para Obtenção do Diploma de Arquiteto realizados na Escola de Belas Artes do Porto: utilização do software ICA-AToM*. Porto: 2013. Tese de Mestrado em Ciência da Informação apresentada à Universidade do Porto.

[1008] VENTURA, Maria Isabel de Almeida – *O Arquivo Paço de Calheiros…*, *passim*.

[1009] MARQUES, Patrícia Cardoso – *O Arquivo Castro/Nova Goa…*, *passim*.

Tal como nos casos anteriores, também o ALB foi descrito na plataforma AtoM, o que permite uma compreensão da constituição e evolução da produção documental nos arquivos de família, como foi recentemente demonstrado por Rita Sampaio da Nóvoa[1014] e Maria João da Câmara[1015], assim como uma partilha de dados e de relações entre conjuntos documentais, ou seja, entre vários arquivos de família.

Perante as características acima enunciadas, a informação (os sistemas arquivísticos) recolhida para a elaboração desta tese foi apresentada de uma forma estruturada, dinâmica e orgânica e, como tal, compatível com o modelo sistémico, que pode ser pesquisável e recuperada através das funcionalidades da base: pesquisa e recuperação de informação a vários níveis – entidade(s) detentora(s) do(s) fundo(s) documental[1016], fundo ou fundos existentes numa mesma ou em diversas entidades detentoras, produtores/registos de autoridade, séries documentais, documentos, locais de produção, datas, tipo de suporte, entre outros.

2. Preenchimento da base de dados

No que se refere ao preenchimento da base de dados AtoM, já em 2016 ensaiámos, baseada nas normas internacionais, uma tabela que continha os campos obrigatórios de preenchimento para descrição de arquivos de família[1017]. Nesse sentido e de acordo com a mesma, um dos primeiros passos foi criar a entidade detentora do fundo documental – a Biblioteca Nacional de Portugal. Para o preenchimento dos campos relativos à entidade, recorremos à informação disponibilizada pela entidade

---

[1010] SOUSA, Maria João d'Orey de Figueiredo Cabral da Câmara Andrade e – *O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV-XIX: Identidade, gestão e poder*, *passim*.
[1011] NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O Arquivo Gama Lobo Salema…*, *passim*.
[1012] LEME, Margarida Maria de Carvalho Ortigão Ramos Paes – *Costas com Dom: Família e Arquivo, passim.*
[1013] LOPES, Filipa - *História(s) de uma Casa e de um arquivo: Os Viscondes de Vila Nova de Cerveira, da ascensão à consolidação institucional (séculos XIV-XVII)*, em preparação.
[1014] Consultar [em linha]. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/arquivo-gama-lobo-salema>.
[1015] Consultar [em linha]. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL: http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/familia-figueiredo-cabral-da-camara-7>.
[1016] Podendo esta existir ou não. Veja-se acerca do assunto a tese de doutoramento de Margarida Leme, que reconstitui "virtualmente" o arquivo da família Costa, através da utilização da base.
[1017] GAGO, Alice Borges – "A importância dos registos de autoridade arquivística nos arquivos de família: o Arquivo Almada e Lencastre Bastos: um caso prático", *passim*.

detentora no sítio em linha da instituição[1018] e utilizando as normas preconizadas pela ISDIAH.

De seguida criámos no acervo da BNP o sistema "Almada e Lencastre Bastos"[1019], preenchendo os campos com recurso à história custodial que efetuámos para a presente dissertação, cujos elementos recolhemos quer na Biblioteca Nacional[1020] quer na Torre do Tombo[1021]. O sistema ficou identificado com o código de referência PT/BNP/ALB, correspondente aos elementos país, entidade detentora e identificador. No campo área de contextualização, no campo história do arquivo foi preenchido com os elementos da história custodial, como já referimos, assim como foi registada a forma de aquisição do acervo, neste caso a compra pela entidade detentora aos herdeiros.

Posteriormente criámos os RAA dos vários subsistemas arquivísticos e respetivos produtores e/ou acumuladores que considerámos para efeito deste mesmo estudo, e que serão, posteriormente, completados com os restantes não considerados[1022], dada a dimensão do acervo documental e o tempo disponível para a sua realização e conclusão. Para o preenchimento destes campos recorremos ao estudo genealógico das diferentes famílias, tal como foi apresentado nos capítulos III.5 e Anexo 1 deste trabalho, de acordo com a norma internacional de descrição de autoridades arquivísticas ISAAR (CPF) e também as ODA[1023].

No caso das secções de cada subsistema foi considerada a data inicial como a data do casamento e como tal a data de fundação da família[1024] e a data final como a data da morte do último cônjuge. Já para as subsecções foi necessário o preenchimento dos campos com os nomes dos produtores e respetiva data de existência. Segundo as ODA, para uma identificação unívoca, um dos requisitos do preenchimento de um registo de RAA é colocar-se as datas de nascimento, fundação e encerramento ou morte de uma determinada entidade. Neste caso dos arquivos de família, a data da fundação da família (geralmente coincidente com a do casamento entre a *pessoa a* e a *pessoa b*) ou,

---

[1018] Veja-se PORTUGAL. Biblioteca Nacional de Portugal. [em linha]. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:http://www.bnportugal.gov.pt/>.

[1019] Veja-se [em linha]. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/arquivo-almada-lencastre-basto>.

[1020] BNP, *Processo compra Almada Lencastre Basto*, pasta única.

[1021] ANTT - *Instituto Superior das Bibliotecas e Arquivos*, cx. 329, proc. 274 e *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91 – Aquisição do Arquivo Lencastre Bastos.

[1022] Famílias Furtado de Mendonça, Pacheco, só para citar alguns casos.

[1023] PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – *Orientações para a descrição arquivística*. 3.ª v. Lisboa: DGARQ, 2011, p. 232. [em linha]. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:http://act.fct.pt/wp-content/uploads/2014/05/ODA-3%C2%AA-vers%C3%A3o.pdf>.

[1024] De acordo com os pressupostos enunciados no capítulo III. 1.

no caso de pessoas singulares, as datas de nascimento e morte. A colocação da data é obrigatória pelas normas internacionais e fundamental perante casos de homonímia, em que a data funciona como termo de desambiguação.

Ainda no que se refere às datas, sendo um campo obrigatório, foram colocadas a seguir ao nome da pessoa singular ou família, precedidas de ponto final. Para datas desconhecidas, colocámos as datas de atividade, como datas exatas ou críticas, entre parêntesis retos, com o elemento "flor.", de "floruit" ou "c.", de "circa". A data provável pode figurar entre parênteses retos e interrogada ([?]), ou ainda com outras variantes previstas nas normas[1025].

Por fim foi inserida a documentação produzida ou acumulada por cada produtor descrita com recurso à ISAD (G). Não foram criadas séries de subséries dentro da documentação descrita, os documentos compostos e simples foram inseridos por ordem cronológica e foi atribuída uma numeração sequencial aos documentos dentro da subsecção. A documentação dos produtores é, na sua grande maioria, original, no entanto quando surgiram cópias, estas foram atribuídas ao produtor da cópia, independentemente da existência e conservação dos documentos originais no acervo. O produtor/acumulador do documento original que foi copiado foi mencionado no campo "pontos de acesso (assuntos)" e no campo "Existência e localização de cópias" quando se verificou o inverso. As descrições de originais e cópias ficam relacionadas pelo preenchimento do campo "Descrições relacionadas".

Em cada secção (geração) onde há documentos de pessoas não identificadas ou relacionadas organicamente com o produtor, foi criada uma subsecção, que surge no final com a indicação de não identificados, e que poderá a qualquer momento ser integrada quando surgirem novos dados.

[1025] PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – *Orientações para a descrição arquivística*, p. 232.

Conclusão

A presente dissertação teve por objetivo estudar as práticas arquivísticas de famílias das elites portuguesas pré-modernas e em que sentido é que essas práticas foram fundamentais na estruturação e consolidação dessas famílias.

Para atingir esse objetivo procedemos à análise de um arquivo de família, o Almada e Lencastre Bastos, aplicando-lhe o modelo teorizado por Armando Malheiro da Silva**.** Dos vários modelos possíveis para o estudo deste sistema de informação, optámos por aquele que nos permitiu, por um lado, estudar a história das famílias e dos seus elementos, proporcionar um conhecimento mais aprofundado da história social das elites de Antigo Regime, alargando os conhecimentos acerca das elites locais, em que contexto social e económico se inseriam, o que contribui para o estudo da história das famílias tardo-medievais da região de Entre-Douro-e-Minho. Por outro lado permitiu estudar as formas de organização do arquivo, suas construções e reconstruções e qual a sua importância para a preservação da memória das famílias representadas neste sistema de informação, assim como propor uma nova forma de acesso à informação contida neste acervo.

O modelo proposto por Armando Malheiro da Silva apresenta algumas vantagens, das quais se salientam o facto de ser dinâmico, aplicar-se independentemente do volume de documentação existente, permitir compreender a distribuição cronológica e contextual da documentação, assim como analisar e descrever a documentação respeitando a forma como foi ordenada através da elaboração de um quadro orgânico-funcional. O recurso a regras internacionais de descrição multinível, como as ISAD(G) e as ISAAR, permitem uma normalização descritiva que, com alguns ajustes à teoria sistémica, imprimem uma certa uniformidade ao sistema de informação. Na prática, segundo este autor, o sistema familiar é visto à luz de um quadro orgânico-funcional, cujos subsistemas são os documentos produzidos no exercício de um cargo ou incorporados por matrimónio ou doação, e por sua vez organizado em tantas secções arquivísticas quantas as gerações envolvidas, reservando-se as subsecções para inserir o casal representante da linhagem, documentação de cada um deles, e depois dos seus familiares, constantes do sistema de informação.

O modelo sistémico adaptou-se à forma dinâmica e estruturada de apresentação da informação através do AtoM, uma vez que a sua flexibilidade confere grande

inteligibilidade ao modelo de organização dos sistemas de informação familiares. Embora tenha sido necessário restringir o número de registos nesta base – por falta de tempo disponível dentro do prazo útil da tese – o preenchimento da base de dados, feito sequencial e cronologicamente a partir do produtor do documento mais antigo conservado, pode ser completado a qualquer momento, quer na introdução de novos subsistemas e subsubsistemas, secções, subsecções, quer na introdução de descrições documentais, sem desvirtuar o trabalho feito anteriormente.

Para o estudo das várias famílias e da sua produção documental foi necessário, em primeiro lugar, estabelecer a história custodial do acervo. Neste aspeto começámos o nosso trabalho pelo fim. Ou seja, numa primeira fase procurámos saber como tinha chegado à Biblioteca Nacional de Portugal, quem o tinha vendido. E foi por aí que recuperámos o seu processo de venda, as pessoas e as famílias envolvidas, as relações de parentesco que tinham. Elaborar a história custodial do arquivo foi um elemento determinante para se perceber as dinâmicas do mesmo, as transmissões de família em família, as ligações familiares, as quebras de varonia, as heranças, as condições de conservação do mesmo, os locais onde esteve guardado.

Após o estabelecimento da história custodial passámos ao estudo do sistema de informação. Desorganizado, sem inventário atualizado, foi necessário abrir caixa a caixa. 291 vezes. E só após esse trabalho pudemos recuperar famílias, recuperar pessoas, recuperar cartórios. E dessas famílias recuperadas fazer escolhas. Como referimos no capítulo III.1 desta dissertação, o nosso olhar incidiu sobre seis famílias do Entre-Douro-e-Minho, que tinham características socioeconómicas comuns, com percursos de ascensão social, de criação de morgadio. E por aí prosseguimos o nosso trabalho, desconstruindo o ALB, selecionando a documentação produzida pela família e seus elementos, o que nos permitiu elaborar os quadros orgânicos familiares.

Mediante os quadros orgânicos estabelecidos, foi estruturada uma base de dados prosopográfica dos elementos envolvidos (família, geração, estratégias familiares, cargos ocupados, relações com a coroa e outras casas senhoriais, sucessões, etc.), o que nos permitiu conhecer todos os produtores de informação, compreender as formas de organização dos subsistemas de informação, suas construções e reconstruções, as suas incorporações e em que momento se deram e qual a sua importância para a preservação da memória da família. A apresentação da documentação por geração e seus elementos permitiu-nos apreender as tendências de produção documental explicadas através dos

percursos individuais que serviram propósitos de manutenção do status socioeconómico de acrescentamento e de mobilidade social ascendente das várias famílias.

Mobilidade social e também económica marcada pelo modelo vincular, adotado por todas as famílias como referimos acima. O modelo de sucessão vincular permitiu a estas famílias concentrarem, não dispersarem e aumentarem a propriedade ao restringirem a um elemento, geralmente o varão primogénito, a sucessão e administração dos bens vinculados, responsabilizando-o também pela sua manutenção e acrescentamento económica e socialmente, quer através de compra quer de incorporação de propriedade por via de casamento com elementos de famílias do mesmo estrato social ou superior. Foi ainda a instituição de vínculos mas, sobretudo, a gestão de património morganático, instituído, administrado e transmitido por mulheres e homens uma das formas que mais contribuiu para que estes arquivos familiares chegassem aos nossos dias.

A gestão e administração dos bens vinculados implicava um profundo conhecimento dos seus bens. Conhecimento que advinha também em parte da progressiva literacia das novas gerações – muitas frequentaram a universidade (Carvalhos, Cunhas, Machuchos), outros movimentavam-se na esfera da coroa (Carvalhos, Cunhas), outros ainda desempenhavam cargos há longos anos ligados ao registo escrito (Valadares, Carneiros, Barretos) quer nas vereações quer administrando negócios próprios, outros ainda desempenhavam funções jurisdicionais (Magalhães). Para todas estas funções era necessário que o controlo da informação e, portanto, da propriedade e dos rendimentos que dela advinham, levou à necessidade da conservação documental. Dela encontramos vestígios nos vários testamentos que nos chegaram – conservaram-se documentos em arcas, em taleigos, em barjuletas, em cartórios. E eram desses locais que eram retirados para resolver qualquer pendência ou para justificar qualquer direito, que eram entregues a herdeiros, a filhos e filhas como dote de casamento. Eram nesses locais que se depositavam novas compras de propriedade, documentos que entravam por via de casamentos realizados entre várias famílias, os quais engrossaram não só o património familiar, como também criaram laços familiares com grupos sociais semelhantes ou de categoria superior. Os casamentos proporcionaram não apenas alianças entre famílias mas também novas relações de poder, assim como entradas de novos domínios territoriais por via de dote e, consequentemente, documentos que atestavam a sua posse, para além de, também por esta via, se terem transmitido práticas de produção e arquivagem documental. A

mobilidade da documentação dentro do acervo pôde ainda ser demonstrada pelas incorporações documentais por via de heranças e nomeações de parentes na administração de vínculos, quando os próprios não tinham descendentes diretos.

Para controlar essa informação e sobretudo o aumento dessa informação foram redigidos inventários, inventários-cartulários, róis de documentos. As designações são variadas mas o propósito o mesmo – controlar de alguma forma a documentação pertencente a um vínculo, à família. Alguns destes, como o pertencente ao morgadio do Canidelo, serviram não apenas para descrever a propriedade adscrita ao mesmo, como ainda serviu de prova junto das autoridades para prova de posse, provada pela inclusão do documento fundador – o testamento de Inês Vasques – e prova de direito sucessório. A prova perante as instituições régias e os tribunais e o recurso a estes para defesa da propriedade levou, também, à crescente e necessária conservação documental.

A produção de inventários foi, por isso, uma forma de controlar a documentação ao longo dos séculos, como pudemos observar pelos vários que pudemos detetar no ALB.

Atividade praticada não só pela nobreza ou a nobreza de corte, letrada, mas também por mercadores, homens ligados à vereação das cidades, por elites. Por homens e mulheres, casados, viúvas, solteiras, por famílias. Todos com uma caraterística comum – todos representavam e estavam ligados a alguma forma de poder. Poder político, social, familiar e linhagístico, económico, que se refletiu e se reproduziu nos seus arquivos, porque a família tinha consciência da importância do registo escrito, o qual constituía também uma forma de poder e de conhecimento.

Foram várias as famílias que os produziram e conservaram até meados do século XIX – Carvalhos, Magalhães, Pereiras, Sousas Faros, Almadas e Lencastres. Organizados aleatoriamente ou por vínculos, no caso dos Almadas e Lencastres, Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei, os inventários foram um instrumento de recuperação documental, de conteúdo informativo e utilização prática e ainda como resposta ao registo vincular que se verificou em meados do século XIX e que extinguiu esses mesmos vínculos. A extinção de vínculos fez com que os documentos que lhes estavam adscritos deixassem de ter valor de prova e como tal deu origem a uma certa dispersão dos cartórios. No caso do ALB alguns documentos foram dispersos, mas um conjunto ainda considerável permaneceu na posse dos seus últimos proprietários, apesar de muito desarrumado face à ordem dada pelo último inventário conhecido.

Produção documental, conservação e transformação de documentos em arquivos ou, como refere Ketelaar, em monumentos com valor de memória, foi uma atividade transversal na sociedade portuguesa de Antigo Regime, de que nos chegaram alguns exemplares. Terminamos referindo aquilo que gostaríamos de ter feito, e que fica como um roteiro para a investigação futura. Por um lado, dado que apenas uma parte de toda a produção documental destas famílias chegou aos nossos dias, esta dissertação não esgota todas as possibilidades de investigação sobre o sistema de informação Almada e Lencastre Bastos e sobre os arquivos de família nele contidos. Por outro lado, estamos conscientes de que alguns aspetos ficaram por desenvolver. No caso dos subsistemas Valadares, Ribeiro, Magalhães e Barreto, não pudemos proceder à comparação entre o que foi produzido, o que foi inventariado no século XIX, e o que nos chegou, tal como fizemos para os subsistemas Carvalho e Cunha. Esse impedimento adveio por um lado do facto de os inventários da família Pereira Forjaz estarem incompletos (apenas nos restaram dois volumes dos três de que eram constituídos) e por outro pela volumosa documentação, especialmente no caso da família Barreto. Esse trabalho requeria algum tempo que, de todo, se verificou inexequível no prazo disponível para a investigação e redação da tese. Também algumas biografias/ficheiros de autoridade dos produtores ficaram aquém do desenvolvimento pretendido, que só uma pesquisa noutros fundos documentais poderiam ajudar a colmatar as falhas. Uma vez mais a diversidade de nomes, pessoas, dados a tratar impediu que recolhesse mais informação. O tempo e a consulta de novos fundos documentais poderão completar essa lacuna. Ficou também por aprofundar a relação entre as características sociais e culturais dos grupos familiares e a produção documental/conservação de arquivos, tanto nos grupos estudados, como noutros possíveis de isolar. Novos fundos familiares, outros atores poderão ajudar a tornar mais claros os usos da documentação e dos arquivos. A investigação não se encerra por aqui.

Novas e quase infindas possibilidades de trabalho aguardam o interesse dos investigadores. Sobre outras famílias, sobre outras épocas, sobre outras temáticas. Urbanismo, toponímia, onomástica, história económica, história do direito e das instituições, história política, história da arte, história do livro e das bibliotecas. Sobre sociabilidade – recordo a este propósito as largas dezenas de cartas enviadas por procuradores aos seus senhores, trocadas entre maridos e mulheres, irmãos e irmãs, entre mulheres, revelando assuntos comezinhos do dia-a-dia, combinações de matrimónio ou desavenças familiares. Sobre história militar, invasões e guerras, sobre

os seus atores – vencedores e vencidos. De todos reza a História… e todos estão presentes neste arquivo, que temos a satisfação de ter tornado mais acessível.

Bibliografia

Fontes Manuscritas:

Arquivo Distrital de Braga (ADB)

Luís da Gama Rangel.

Provas Genealógicas – t. II.

Paróquia de Cividade.

Óbitos – liv. de 1772-1837.

Pergaminhos não identificados.

Arquivo Distrital do Porto (ADP)

Convento de S. Francisco – liv. 1, 3, 4.

Convento de S. Domingos – liv. 21, 35.

Morgado do Gafanhão – cx. 8B, 12.

Originais do Cabido – liv. 1667, 1668.

Arquivo Distrital de Viseu (ADV)

Arquivos de Família.

Casa de Souto de El Rei – liv. 1-16.

Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP)

Pergaminhos – n.ºs 727 (B-216); 315 (C82); liv. IV, doc. 2 e 57.

Vereações – liv. 9, 10.

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP)

Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães.

Documentos Particulares – mç. 67.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Arquivo do Arquivo

n.º 331, caixa 146, processo 91 – Aquisição do Arquivo Lencastre Bastos.

Chancelaria Régia

D. Fernando – liv. 1.

D. Afonso V – liv. 7, 9, 10, 14, 19, 20, 23, 31, 34.

D. João II – liv. 2, 12, 13, 15, 23, 24.

D. Manuel – liv. 2, 12, 16, 17, 18, 19, 22, 28, 29, 32, 33, 42, 46.

D. João III – liv. 1, 9, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 34, 36, 39, 40, 41, 43, 45, 46, 47, 50, 52, 55, 56.

D. Sebastião e D. Henrique – liv. 45.

D. João V – liv. 9.

D. João VI – liv. 16.

Convento de Santa Clara do Porto – mç. 51, 52, 54, 58, 63.

Corpo Cronológico – parte II, mç. 214, 230, 240.

Cortes – mç. 7

Gavetas – Gavetas 10, 13.

Genealogias Manuscritas

21-F-08 – *Genealogia de D. António de Lima.*

Instituto Superior das Bibliotecas e Arquivos

caixa 329, processo 274.

Leitura Nova

Além Douro – liv. 1, 2, 3, 4.

Estremadura – liv. 8.

Odiana – liv. 4.

Tribunal do Santo Ofício

Inquisição de Lisboa, processo 1053.

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro (SCMAVR)

Pergaminhos. código de referência: PT-SCMAVR-SCMA/D/07/1

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)

Gavetas – Gaveta 1.

Índice de alunos da Universidade de Coimbra – liv. 3.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

Arquivo Almada Lencastre Basto, ANTT, caixas 1-20.
Arquivo Almada Lencastre Basto, Encarnação, caixas 1-57.
Arquivo Almada Lencastre Basto, Avenida de Roma, caixas 58-116.
Processo compra Almada Lencastre Bastos. Pasta única.

Fontes Impressas:

Alguns documentos para servirem de provas à parte 1.ª das Memorias para a Historia, e Theoria das Cortes geraes, que em Portugal se celebrarão pelos três estados do Reino ordenadas no anno de 1824. Lisboa: Na Impressão Regia, 1828.

Auctarium Chartularii Universitatis Portugalensis. Vol. I – *1506-1516*; vol. II – *1529-1537*. Documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá. Lisboa: Instituto de Alta Cultura-Instituto Nacional de Investigação Científica, 1973-1979.

AZEVEDO, Pedro de – *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, tomo I, Lisboa: Academia das Sciências de Lisboa, 1915.

BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario portuguez & latino, áulico, anatómico, architectonico…* vol. II, III. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1713.

BLUTEAU, Raphael – *Supplemento ao Vocabulario portuguez, e latino…* parte I. Lisboa: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727.

CANEDO, Fernando de Castro da Silva – *A descendência portuguesa de el-rei D. João II*. Vol. I. Lisboa: Ed. Gama, 2006.

CARDOSO, Jorge – *Agiológio Lusitano.* Vol. III. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1652-1744.

Chartularium Universitatis Portugalensis. *1288-1537*. vol. VIII – *1481-1490*; vol. IX – *1491-1500*; vol. X – *1501-1510*; vol. XI – *1511-1520*; vol. XII – *1521-1525*; vol. XIII – *1526-1529*; vol. XIV – *1530-1532*; vol. XV – *1533-1537*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981-2003.

Chancelarias portuguesas. D. João I. org. João José Alves Dias. Vol. II, t. 1 – (*1385-1392*); vol. IV, t. 2 – (*1393-1433*). Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2005-2006.

Chancelarias portuguesas. D. Duarte. org. João José Alves Dias. vol. I, t. 2 – (*1435-1438*). Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 1998.

CONCEIÇÃO, Pedro da - *Allegaçam practica, & juridica sobre a posse, e successam do titulo, e Casa da Feira, contra os senhores procuradores da coroa, & infantado, a favor de D. Alvaro Pereyra Forjaz Coutinho*. Lisboa Occidental: na Officina de Mathias Pereyra da Sylva & Joam Antunes Pedrozo, 1720.

Cortes portuguesas. Reinado D. Afonso V (cortes de 1439), org. por João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2016.

Cortes portuguesas. Reinado de D. Manuel I (cortes de 1498). Org. por João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2002.

COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descripção topografica, e historica da Cidade do Porto. Que contém a sua origem, situaçaõ, e antiguidades: a magnificencia dos seus templos, mosteiros, hospitaes, ruas, praças, edificios, e fontes...* Porto: na Officina de Antonio Alvarez Ribeiro, 1789.

Descobrimentos Portugueses. *Documentos para a sua História*. Publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques. vol. I – *1147-1460*. Reprodução fac-similada. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

ESPERANÇA, Manuel da, Frei – *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal. Primeira parte, que contem seu principio, & augmentos no estado primeiro de Custodia; Segunda parte que conta os seus progressos no Estado de três Custodias…*. Lisboa: na officina Craesbeeckiana-de Antonio Craesbeeck de Mello, 1656-1666.

GAIO, Manuel Felgueiras – *Nobiliário de famílias de Portugal*. 17 vol. [Braga]: Agostinho de Azevedo Meirelles: Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941.

GÓIS, Damião de – *Livro de linhagens de Portugal*. Introdução e transcrição paleográfica de António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos. Lisboa: Instituto Português de Heráldica, Universidade Lusíada, 2014.

Livro de Linhagens do século XVI. introd. pelo académico correspondente António Machado de Faria, Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956.

LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*. ed. preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto, 2 vol.. Porto: Livraria Civilização, 1983-1990.

MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana…* t. I. Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741; t. II. Lisboa: Na Officina de Ignacio Rodrigues, 1747.

MACHADO, Diogo Barbosa – *Memorias para a historia de Portugal que comprehendem o governo del rey D. Sebastião* .... t. II, Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1737.

Memorial de Pero Roiz Soares. leitura de Manuel Lopes de Almeida, t. I, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1953.

MENDES, António Ornelas e FORJAZ, Jorge Pamplona – *Genealogias da Ilha Terceira*. vol. VII. Amadora: Dislivro, s. d..

Monumenta Historica Societas Jesu. Documenta Indica, ed. Josephus Wicki, vol. I – *1540-1549,* Roma: s. n., 1948.

MORAIS, Cristóvão Alão de – *Pedatura Lusitana: nobiliário de famílias de Portugal*. 12 vol. Porto: Livraria Fernando Machado, 1943-1948.

PINA, Rui de – "Chronica do senhor rey D. Affonso V". *Crónicas de Rui de Pina*. int. e rev. de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello e irmão, 1977.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – *Collecçaõ das leis, decretos, e alvarás, que comprehende o feliz reinado delrey fidelissimo D. José o I. Nosso Senhor...* t. III. Lisboa: na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1801.

Portugaliae Monumenta Historica a saecvlo octavo post christvm vsqve ad qvintvmdecimvm ivssv academiae scientiarvm olisiponesis, vol. 4 – *Inquisitiones: inquirições gerais de D. Dinis 1288: sentenças de 1290 e execuções de 1291*. Introd., leitura e índices José Augusto de Sotto Mayor Pizarro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Academia das Ciências de Lisboa, 2012.

Registos dos reinados de D. João II e de D. Manuel I. (edição fac-similada). Introdução, transcrição, glossário, notas e índice remissivo por Abílio José Salgado e Anastásia Mestrinho Salgado, com prefácio de Jorge Borges de Macedo. Lisboa: s. n., 1996.

SANCHES DE BAENA, Visconde de – *Archivo Heraldico Genealogico…*. Lisboa: Typographia Universal, 1872.

SANTA ROSA DE VITERBO, Joaquim de, Frei – *Elucidário das palavras, termos e frases […]*, ed. crítica por Mário Fiúza. Vol. II. Porto: Civilização, 1993.

SANTIAGO, Francisco de, Frei – *Chronica da Provincia Portuguesa de Nossa Senhora da Soledade da ordem dos Frades Menores da Regular Observância*. T. I. Lisboa: Na Officina de Miguel Manescal da Costa, 1762.

SILVA, Innocencio Francisco da – *Diccionario Bibliographico Portuguez*. vol. X, Lisboa: Imprensa Nacional, 1883.

SILVA, Manuel de Souza – *Nobiliário das Gerações de Entre-Douro-e-Minho*, II vol., Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, 2000.

SOUSA, António Caetano de – "Livro dos Moradores da Casa do Senhor Rey D. João III do nome, Rey de Portugal". *Provas da História Genealógica da casa Real Portugueza…*. T. II. Lisboa: Officina Sylviana, 1742, p. 786-844.

SOUSA, António Caetano de – "Livro das Moradias dos Fidalgos da Caza do Senhor Rey D. Felippe primeiro desde o anno de 1580 até 1598". *Provas da Historia Genealogica da Caza Real Portugueza*. t. VI, Lisboa: Officina Sylviana, 1748, p. 642-654.

TORRES, João Carlos Feio Cardoso de Castelo Branco e – *Resenha das famílias titulares do reino de Portugal, acompanhada das notícias biográficas de alguns indivíduos das mesmas famílias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1838.

Vereaçoens". Anos de 1390-1395. O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo. Comentários de A. de Magalhães Basto. Porto: Câmara Municipal, s. d..

"*Vereaçoens". Anos de 1401-1449*. Nota prévia de J. A. Pinto Ferreira, Porto: Câmara Municipal, 1980.

"Vereaçoens". Anos de 1431-1432. Leitura, índices e notas de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte, Porto: Câmara Municipal, 1985.

Estudos:

ABRANTES, Marquês de – "A heráldica da Casa de Abrantes - Sás e Lencastres. Alcaides mores do Porto desde o século XIV". *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. XXXIII: 19 (1969), p. 569-660.

ABREU, João Gomes de – "Terra da Nóbrega (notas históricas)". *O Instituto*. 57 (1910), p. 370-377, 430-437, 502-508, 558-565, 632-640.

ABREU, Laurinda – "As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V". In PAIVA, João Pedro (coord.) – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum.* Vol. 1 – *Fazer a história das Misericórdias*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, p. 47-77.

AFONSO, José Ferrão – *A rua das Flores no século XVI. Elementos para a história urbana do Porto Quinhentista*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2000.

AFONSO, Maria Luísa de Oliveira Lopes – *O Porto segundo o livro de Vereações de 1559*. Porto: 2002. Dissertação de mestrado do Curso Integrado de Estudos Pós-graduados em História Medieval e Renascimento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ÁLVAREZ ÁLVAREZ, César – "Linajes nobiliarios y oligarquías urbanas en León". *La nobleza peninsular en la Edad Media.* VI Congreso de Estudios Medievales. Avila: Fundación Sánchez Albornoz, 1999, p. 33-65.

AMARAL, Luís Carlos; SILVA, Maria João Oliveira e (org.) – *Pergaminhos de uma colecção particular*. Porto: CITCEM-Afrontamento, 2016.

ANHEIM, Étienne – "Ouvrir les sources au questionnment". In GATTINARA, Enrico Castelli; ANHEIM, Étienne –*Dimensioni e problemi della ricerca storica*. 2 (2007), p. 20-28.

ANHEIM, Étienne – "L'historien au pays des merveilles? Histoire et anthropologie au début du XXI^{e} siècle". *L'homme*. 203-204 (2012-2013) p. 399-427.

ANHEIM, Étienne e PONCET, Olivier – "Fabrique des archives, fabrique de l'histoire". *Revue de Synthèse*. 125 (2004), p. 1-14.

ARAÑA CRUZ, Jonathan; HERRERA TEJADA, Clara – "ICA-AtoM, una buena herramienta para la difusión de los archivos en la web". *Estudios y Artículos*. (2001). [Consult. 2 jun. 2015]. Disponível em WWW: <https://www.ateneodemadrid.com/index.php/esl/Media/Files/ICA-AtoM-una-buena-herramienta-para-la-difusion-de-los-archivos-en-la-web>.

ARAÚJO, Jorge Filipe Pereira de – *A administração municipal do Porto (1508-1511).* Porto: 2001. Dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ARCAY BARRAL, Angel – "Os arquivos de família: o caso galego-português". *Atas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História*. Porto: Universidade do Porto, 2014, p. 217-231.

ARCAY BARRAL, Angel – "Debates e clasificación sobre os arquivos familiares: o arquivo dos Malvar". *Casa Nobre – Um património para o futuro*. Actas do 4.º Congresso Internacional. t. I – *Memória histórica e documentação familiar*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2017, p. 623-639.

ARCAY BARRAL, Angel M.ª – *Os arquivos de familia en Galiza e Portugal: o caso da familia Malvar*. Porto: 2014. Dissertação de Mestrado em História e Património – Ramo de Arquivos Históricos. [em linha] [Cons. 19 mar. 2019] Disponível em:< http://hdl.handle.net/10216/77233>.

Archives et nations dans l'Europe du XIX^{e} siècle. Études réunis par Bruno Delmas et Christine Nougaret. Paris: École des chartes, 2004.

Arquivo Distrital de Braga – *Arquivo da Casa do Avelar. Estudo Orgânico e Catálogo*. Braga: Universidade do Minho, 2010.

Arquivos de Família e Pessoais: Seminário. Vila Real: APBAD, 1997.

ASENJO GONZÁLEZ, Maria – "Oligarquías urbanas en Castilla en la segunda mitad del siglo XV". *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época.* Vol. IV – *Sociedade, cultura e mentalidades na época do* Cancioneiro Geral. Porto: Universidade do Porto-Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, p. 413-436.

ASENJO GONZÁLEZ, María – "Las ciudades medievales castellanas. Balance y perspectivas de su desarrollo historiográfico (1990-2004)". *En la España Medieval.* 28 (2005), p. 415-453.

ASENJO GONZÁLEZ, Maria (dir.) – "Oligarchy and Patronage in Late Medieval Spanish Urban Society". *Studies in European Urban History*. 19 (2009).

AZEVEDO, Carlos de – *Solares portugueses. Introdução ao estudo da casa nobre.* Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

BARATA, Filipe Themudo (coord.) – *Elites e redes clientelares na Idade Média: problemas metodológicos*. Lisboa: Colibri-CIDEHUS/UÉ, 2001.

BARRIO BARRIO, Juan Antonio – "La gestión pública, el bien común y la creación de redes sociales en los municípios medievales del reino de Valencia, ss. XIII-XV". In VILAR, Hermínia Vasconcelos; CUNHA, Mafalda Soares da; FARRICA, Fátima (coord.) – *Centros periféricos de poder na Europa do Sul (séculos XII-XVIII).* Lisboa: Colibri-CIDEHUS/UE, 2013, p. 95-118.

BARROCA, Mário – *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (séculos V a XV)*. Porto: 1987. Trabalho apresentado no âmbito das Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BASTIAN, Jeanette; ALEXANDER, Ben (ed.) – *Community Archives: the shaping of memory*. London: Facet Publishing, 2009.

BASTO, Artur de Magalhães – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. 2.ª ed. vol. I-II. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1997-1999.

BAUTIER, Robert-Henri – "Cartulaires de Chancellerie et recueils d'actes des autorités laïques et ecclésiastiques". In GUYOTJEANNIN, Olivier; MORELLE, Laurent; PARISSE, Michel (eds.) – *Les Cartulaires*. Actes de la table ronde organisée par l'école nationale des chartes et le GDR 121 du CNRS (Paris, 5-7 décembre 1991). Paris: École des Chartes, 1993, p. 363-377.

BERGER, Stefan – "The role of national archives in constructing national master narratives in Europe". *Archival Science*. 13: 1 (2013), p. 1-22.

BLASCO MARTÍNEZ, Rosa M.ª – "Los archivos familiares. Planteamiento general y cuestiones para el debate". In SÁEZ SÁNCHEZ, Carlos; CASTILLO GÓMEZ, Antonio (eds.) – *Actas del 6 Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita*. Vol. II – *Libros y Documentos en la Alta Edad Media. Los Libros de Derecho. Los Archivos Familiares*. Madrid: Calambur, 2002, p. 391-403.

BLOUIN, Francis X. Jr. ROSENBERG, William G. (eds.) – *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*. EUA: Michigan University Press, 2007.

BLOUIN, Francis X. Jr.; ROSENBERG, William G. (eds.) – "Introduction. Archives, Memory, and Political Culture (Canada, the Caribbean, Western Europe, Africa, and European Colonial Archives).". In BLOUIN, Francis Jr.; ROSENBERG, William (eds.)

– *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*. Michigan: Michigan University Press, 2007, p. 253-256.

BLOUIN, Francis X., ROSENBERG, William G. – *Processing the Past. Contesting authority in History and the archives*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

BOONE, Marc – "Stratégies fiscales et financières des élites urbaines et de l'État bourguignon naissant dans l'ancien comté de Flandre (XIV^e^-XVI^e^ siècle)". In *L'argent au Moyen Âge*. XXVIII^e^ Congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public (Clermont Ferrand, 30 mai-1^er^ juin 1997). Paris: Publications de la Sorbonne, 1998, p. 235-253.

BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco – "Algunas reflexiones sobre la naturaleza y la evolucion historica de los archivos de familia". In TASCINI, Irma Paola (curat.) – *Il futuro della memoria*. Atti del convegno internazionale di studi sugli archivi di famiglie e di persone (Capri, 9-13 settembre 1991), vol. 1. Roma: Ministero per i beni culturali e ambientali Ufficio centrale per i beni archivistici, 1997, p. 264-273.

BORJA DE AGUINAGALDE, F. – "El Archivo de la Casa de Zavala. Método de organización e historia de la formación del archivo". In *Inventario del Archivo de la Casa de Zavala*. Vol. I – *Introducción*. San Sebastián: Archivo de la Casa de Zavala, 2000, p. 17-146.

BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco – *Archivos de Familia y Archivos domésticos. Treinta años de experiencias.* s. l., Edição de autor, 2013.

BOURQUIN, Laurent – "Mémoire familiale, mémoire seigneuriale: le chartrier de Chalancey (XV^e^-XIX^e^ siècle)". In CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.) – *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartriers seigneuriaux XIII^e^ – XXI^e^ siècle*. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006), Paris: Société de l'Histoire de France, 2010, p. 209-222.

BRITO, Pedro de – "As elites locais e suas famílias no Portugal Moderno". In HERNÁNDEZ FRANCO, Juan; CUNHA, Mafalda Soares da (org.) – *Sociedade,*

família e poder na Península Ibérica. Elementos para uma História comparativa. Lisboa-Madrid: Colibri-CIDEHUS/UÉ-Universidade de Murcia, 2010, p. 193-216.

BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes do Porto (1500-1580)*. Porto: Câmara Municipal, 1997.

BRITO, Pedro de – "Declínio do papel das mulheres do patriciado portuense no século XVI". *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica*, 8 (2013), p. 3-18.

BUSHEY, Jessica – *"Access to Memory" (AtoM): Open-source software for archival description*. *International Council on Archives (ICA)*. 2012. [Em linha]. [Consult. 11 jan. 2018]. Disponível em WWW: <URL:https://www.ica-atom.org/download/ICAAtoM_JBushey.pdf>.

BUYLAERT, Frederik; HAEMERS, Jelle – "Record-keeping and status performance in the Early Modern Low Countries". *Past and Present*, supl. 11 (2016), p. 131-150.

CAMMAROSANO, Paolo – *Italia medievale. Struttura e geografia delle fonti scritte*. Urbino: NIS, 1992.

CAMPOS, Nuno Silva – *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*. S. l.: Colibri-CIDEHUS/UÉ, 2004.

CARASSI, Marco – "Les archives italiennes et l'unification nationale". *Archives et nations dans l'Europe du XIX^e^ siècle*. Études réunis par Bruno Delmas et Christine Nougaret. Paris: École des chartes, 2004, p. 81-88.

CARDOSO, Ana Clarinda Jesus Cambra Reis – *Os livros de contas do mercador Michele da Colle (1462-63): do registo contabilístico à atividade comercial e financeira na praça de Lisboa*. Porto: 2016. Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CARDOSO, Maria Teresa – "João de Valadares Carneiro". In SOUSA, Fernando de (coord.) – *Os provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto. 1499-2017*. Vol. I, Porto: Almedina, 2017, p. 841-846.

CARDOSO, Vilma Joana Correia Paiva de Freitas – *O Arquivo da Casa das Mouras: estudo orgânico e sua representação através do modelo sistémico*. Porto: 2013. Trabalho final do 2.º Ciclo de Estudos em História e Património – ramo Arquivos Históricos apresentado à Universidade do Porto.

CARTER, Rodney G. S. – "Of things said and unsaid: power, archival silences, and power in silence". *Archivaria*, 61 (2006), p. 215-233.

CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro – "Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII". *Anais de História de Além Mar*. Lisboa: Centro de História de Além Mar, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores, 2012. vol. XIII, p. 221-332.

Casa de Mateus. Catálogo do Arquivo. Vila Real: Fundação Casa de Mateus, 2005.

CASAUS BALLESTER, M.ª José – "La Casa de Híjar (Teruel) y el uso de algunos archivos". *Boletín de la Sociedad Española de Ciencias y Técnicas Historiográficas*. 2 (2004), p. 103-122. [em linha] [Cons. 12 mar. 2019] Disponível em: < http://www.archivoducaldehijar-archivoabierto.com/articulos/ad020.pdf>.

CASELLA, Laura; NAVARRINI, Roberto (ed.) – *Archivi nobiliari e domestici: conservazione, metodologie di riordino e prospettive di ricerca storica*, (acti del convegno di studi. Udine, 14-15 maggio 1998). Udine: Forum Ed., 2000.

CHARTIER, Roger – "As práticas da escrita". In ARIÈS, Phillippe, DUBY, Georges (dir.) – *História de Vida privada*, vol. 3 – *Do Renascimento ao século das luzes*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1990, p. 113-161.

CHASTANG, Pierre – *Lire, écrire, transcrire. Le travail des rédacteurs de cartulaires en Bas-Languedoc (XI*^{e}*-XIII*^{e} *siècles)*. Paris: CTHS, 2001.

CHASTANG, Pierre – "Cartulaires, cartularisation et scripturalité médiévale: la structuration d'un nouveau champ de recherche". *Cahiers de civilisation médiévale*, 49^{e} année, 193 (2006), p. 21-31.

CHASTANG, Pierre – "L'archéologie du texte medieval". *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre-BUCEMA* [Em linha], Hors-série 2 (2008), p. 1-15. [Consult. 8 de fevereiro 2019.] Disponível em <http://cem.revues.org/8702>.

CHASTANG, Pierre – "Introduction". *Tabularia* [Em linha], (2009), p. 27-42 [consul. 2 fev. 2019] Disponível em: <http://journals.openedition.org/tabularia/464>.

CIAPPELLI, Giovanni – *Memory, family, and self. Tuscan family books and other European egodocuments (14th-18th century)*. Leiden-Boston: Brill, 2014.

CLANCHY, M. T. – ""Tenacious Letters": Archives and Memory in the Middle Ages". *Archivaria*. 11 (1980/1981), p. 115-125.

CLANCHY, M. T. – *From memory to written record. England 1066-1307*. Third edition. S. l.: Wiley-Blackwell Publishing, 2013.

CLAVERO, Bartolomé – *Mayorazgo. Propriedad feudal en Castilla 1369-1836*. Madrid: Siglo veintiuno de españa editores, 1989.

COELHO, André Madruga – *Poder e estatuto em Portugal no final da Idade Media – Os Lobo entre a cavalaria e a baronia*. Lisboa: Colibri-CIDEHUS, 2017.

COELHO, Maria de Fátima – "O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias". *Análise Social*. XVI:61-62 (1980), p. 111-131.

COELHO, Maria Helena da Cruz – "A terra e os homens da Nóbrega no século XIII". *Homens, espaços e poderes. Séculos XI-XVI.* I - *Notas do viver social*, Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 170-198.

COELHO, Maria Helena da Cruz – "O Poder Concelhio em tempos medievais – o "deve" e "haver" historiográfico". *Revista da Faculdade de Letras – História*, III Série, 7 (2006), p. 19-34.

COELHO, Maria Helena da Cruz – "Municipal Power". In MATTOSO, José (dir.); ROSA, Maria de Lurdes; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e BRANCO, Maria João (ed.) – *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*. Lisboa: IEM, 2012, p. 209-230.

COELHO, Maria Helena da Cruz – "A escrita no mundo urbano". História (São Paulo). São Paulo. 34: 1 (2015), p. 16-34.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – *ISAD (G). Norma internacional de descrição arquivística*. 2.ª edição. Lisboa: Ministério da Cultura, Torre do Tombo, 2002.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – *ISAAR (CPF). Norma internacional de registo de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias*. 2.ª edição. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2004.

CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.) – *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartriers seigneuriaux XIII^e^–XXI^e^ siècle.* Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006). Paris: Société de l'Histoire de France, 2010.

COOK, Terry – "What is past is prologue: A history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift". *Archivaria*. 43 (1997), p. 17-63.

COOK, Terry – "Arquivos Pessoais e arquivos institucionais: Para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno". *Revista de Estudos Históricos*. 11, 21 (1998), p. 129-149.

COOK, Terry – "Archival science and Postmodernism: new formulations for old concepts". *Archival Science*. 1:1 (2001), p. 3-24.

COOK, Terry – "Fashionable nonsense or professional rebirth: postmodernism and the practice of archives". *Archivaria*. 51 (Spring 2001), p. 14-35.

COOK, Terry – "The Archive(s) is a foreign country: historians, archivists and the changing archival landscape". *The Canadian Historical Review*. 90:3 (2009), p. 497-534.

COOK, Terry – "Evidence, memory, identity and community: four shifting archival paradigms". *Archival Science*. 13 (2013), p. 95-120.

CORENS, Liesbeth; PETERS, Kate; WALSHAM, Alexandra (ed.) – "The social history of the archive: record-keeping in Early Modern Europe". *Past and Present*, supl. 11 (2016).

CORREIA, Edite Mafalda Gama – *O Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos: estudo e tratamento arquivístico – modelo sistémico*. Porto: 2013. Relatório de estágio realizado no âmbito do mestrado em História e Património – Ramo Arquivos Históricos da Universidade do Porto.

CORREIA, Telma Marília Assunção – *A Família Azevedo Aguiar Brandão e a Indústria do Papel (Séculos XIX e XX)*. Porto: 2009. Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património – Ramo de Arquivos Históricos apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [em linha] [Cons. 19 mar. 2019] Disponível em: http://hdl.handle.net/10216/20283 .

COSTA, Adelaide Millán da – *"Vereação" e "Vereadores". O governo do Porto em finais do século XV*. Porto: Câmara Municipal, 1993.

COSTA, Adelaide Millán da – *Projecção espacial de domínios das relações de poder ao burgo portuense (1385-1502).* Lisboa: 1999. Tese em Ciências Sociais e Humanas apresentada à Universidade Aberta.

COSTA, Adelaide Millán da – "Prosopografia das elites concelhias e análise racional: a intersecção de duas abordagens". In BARATA, Filipe Themudo (coord.) – *Elites e redes clientelares na Idade Média: problemas metodológicos*. Lisboa: Colibri-CIDEHUS/UÉ, 2001, p. 63-70.

COSTA, Adelaide Millán da – "Elites and oligarchies in the late medieval Portuguese urban world". *Imago Temporis. Medium Aevum,* 3 (2009), p. 67-82.

COSTA, Adelaide Millán da – "Entre o sal e o serviço régio: percurso do cidadão portuense Afonso Ferraz (1463-1511)". In BARATA, Maria do Rosário Themudo; KRUS, Luís (dir.) – *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, p. 193-198.

COSTA, Adelaide Millán da – "A presença dos nobres em Ponte de Lima (séculos XIV-XVI). Testemunhos do cartório municipal". In COSTA, Adelaide Millán da; JARA FUENTE, José Antonio (eds.) – *Conflicto político: lucha y cooperación. Ciudad y nobleza en Portugal y Castilla en la Baja Edad Media*. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2016, p. 231-256.

COSTA, Avelino de Jesus da – *Subsídios para a história da terra da Nóbrega e do concelho de Ponte da Barca*. 2 vol. Ponte da Barca: Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, 1998.

COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.) – *A nobreza e a expansão. Estudos biográficos*. Cascais: Patrimonia, 2000.

CROUZET-PAVAN, Elisabeth – "Les élites urbaines: aperçus problématiques (France, Angleterre, Italie)". In *Les élites urbaines au Moyen Âge*. XXVII[e] Congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public (Rome, mai 1996). Paris: Publications de la Sorbonne-École Française de Rome, 1997, p. 9-28.

CRUZ, Abel dos Santos – *A nobreza portuguesa em Marrocos (1415-1464).* Porto: 1995. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CUMBRE, José Pavia – *Os Melo. Origens, trajectórias familiares e percursos políticos (séculos XII-XV).* Lisboa: Tribuna da História, 2007.

CUNHA, Mafalda Soares da – *Linhagem, parentesco e poder. A Casa de Bragança (1384-1483).* Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990.

CUNHA, Mafalda Soares da – "Estratégias de distinção e poder social: A Casa de Bragança (1496-1640)". *Revista de História das Ideias*. 19 (1997-1998), p. 309-337.

CUNHA, Mafalda Soares da – *A Casa de Bragança 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Ed. Estampa, 2000.

CUNHA, Mafalda Soares da – "Nobreza, alianças matrimoniais e reprodução social. Análise comparada dos grupos familiares dos Meneses e Cunha (séc. XV-1640)". In BARATA, Maria do Rosário Themudo; KRUS, Luís (dir.) – *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, p. 742-756.

CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – "Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII". In HERNÁNDEZ FRANCO, Juan; CUNHA, Mafalda Soares da (org.) – *Sociedade, família e poder na Península Ibérica. Elementos para uma História comparativa*. Lisboa-Madrid: Colibri-CIDEHUS/UÉ-Universidade de Murcia, 2010, p. 47-75.

CURSENTE, Benoît – "Écriture et servage en Béarn: le fait du prince et l'appropriation de l'écrit par les maisons paysannes". In *Signé Fébus comte de Foix, Prince de Béarn. Marques personelles, écrits et pouvoir autor de Gaston Fébus*. Sous la direction de Véronique Lamazou-Duplan. Paris-Pau: Somogy- Université de Pau et des Pays de l'Adour, 2014, p. 206-215.

CURTO, Diogo Ramada – "A língua e a literatura no longo século XVI". *Cultura escrita (séculos XV a XVIII)*. Lisboa: ICS, 2007, p. 57-90.

D'ÁVILA GIJÓN, Juan – "La bibliografia de la Orden Militar de Cristo (Portugal): del manuscrito al soporte electrónico". *Via Spiritus*. 9 (2002), p. 349-428.

DE VIVO, Filippo – "Ordering the archive in early modern Venice (1400–1650)". *Archival Science*, 10 (2010), p. 231-248.

DE VIVO, Filippo; GUIDI, Andrea; SILVESTRI, Alessandro – "Archival transformations in Early Modern European History". *European History Quarterly*, 46:3 (2016), p. 421-434.

DOMINGUES, Francisco Contente; GUERREIRO, Inácio – "D. António de Ataíde, capitão-mor da Armada da Índia de 1611". In AVV. *A abertura do mundo. Estudos de história dos Descobrimentos europeus. Em homenagem a Luís de Albuquerque*, vol. II. Lisboa: Ed. Presença, 1987, p. 51-72.

DOMINGUES, Maria Monteiro – *Uma elite concelhia no Alentejo quatrocentista: a administração municipal de Montemor-o-Novo*. Porto: 2008. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e criminalidade no Portugal medievo 1459-1481*. Vol. 1. Porto: 1993. Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

DUARTE, Luís Miguel – "Leonel de Lima: o bando e o barco". *Revista Portuguesa de História*, XXXI, v. I (1996), p. 371-392.

DUARTE, Luís Miguel – "Os melhores da terra (um questionário para o caso português)". In BARATA, Filipe Themudo (coord.) – *Elites e redes clientelares na Idade Média: problemas metodológicos*. Lisboa: Colibri-CIDEHUS/UÉ, 2001, p. 91-106. Disponível em: https://books.openedition.org/cidehus/5130 .

DUARTE, Luís Miguel – "Para o estudo do mercado imobiliário do Porto: o Tombo do Hospital de Rocamador de 1498". In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (coord.) – *Evolução da paisagem urbana. Transformação morfológica dos tecidos históricos*. Braga: CITCEM e IEM, 2014, p. 167-182.

DUFF, Wendy; CRAIG, Barbara; CHERRY, Joan – "Historians' use of archival sources: promises and pitfalls of the digital age". *The Public Historian*. 26:2 (2004), p. 7-22.

DUFF, Wendy M.; JOHNSON, Catherine A. – "Accidentally found on purpose: information-seeking behavior of historians in archives". *The Library Quarterly: Information, community, policy*. 72:4 (2002), p. 472-496.

DUTOUR, Thierry – "Les nobles et la ville à la fin du Moyen Âge dans l'espace francophone vus par les historiens médiévistes". *Cahiers de Recherches Médiévales et Humanistes*. 13 (2006), p. 151-164.

EDWARDS, Robert – ""With respect to original order": changing values in archival arrangement". *AABC Newsletter*. 11:1 (2001). [em linha] [Consult. Em 2 abr. 2019] Disponível em: <https://aabc.ca/media/6251/AABCNewsletter-2001-Winter.pdf>.

ENCARNAÇÃO, José d' – *Introdução ao estudo da epigrafia latina*. Lisboa: Instituto de Arqueologia, 1997.

ESCH, Arnold – "Chance et hasard de transmission. Le problème de la représentativité et de la déformation de la transmission historique". In SCHMITT, Jean-Claude; OEXLE, Otto Gerhard (dir.) – *Les tendances actuelles de l'histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2002, p. 15-29. [em linha] [Consult. Em 2 abr. 2019] Disponível em WWW:
<URL: https://books.openedition.org/psorbonne/20659 >.

ESPERABÉ ARTEAGA, Enrique – *Historia de la Universidad de Salamanca*, t. II – *La Universidad de Salamanca. Maestros y alunos más distinguidos*. Salamanca: Imprenta y Librería de Francisco Núñez, 1917.

FARELO, Mário – "Ao serviço da Coroa no século XIV. O percurso de uma família de Lisboa, os "Nogueiras"". In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (eds.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 145-168.

FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433).* Lisboa: 2008. Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FARELO, Mário – "*Les pouvoirs du parvis.* Pour une comparaison des elites ecclesiastique et municipale a Lisbonne (1325-1377)". In VILAR, Hermínia Vasconcelos; FARRICA, Fátima (coord.) – *Centros periféricos de poder na Europa do Sul (séculos XII-XVIII).* Lisboa: Colibri-CIDEHUS/UÉ, 2013, p. 119-145.

FARIA, António Machado de – "Cavaleiros da Ordem de Cristo no século XVI". *Arqueologia e História*. 8.ª s. 6 (1955), p. 11-73.

FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias – "Ministros do Conselho Geral do Santo Ofício". *Memória. Revista anual do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. 1 (1989), p. 101-163.

FAVIER, René (ed.) – *Archives familiales et noblesse provinciale. Hommage à Yves Soulingeas*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2006.

FERNANDES, M. Antonino – *S. João da Madeira: cidade do trabalho*. S. João da Madeira: Câmara Municipal, 1996.

FERRÃO, António – *A I.ª Invasão Francesa. A Invasão de Junot vista através dos documentos da Intendencia Geral da Policia, 1807-1808. Estudo Político e social*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1923.

FERREIRA, Cristina Isabel de Oliveira Gomes – *A vereação da cidade do Porto (1512/1514).* Porto: 1997. Dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FERREIRA, Helena Margarida da Silveira Lopes – *Estudo sistémico do Arquivo da Câmara Municipal de Penela*. Coimbra: 2012. Relatório de Estágio do Segundo Ciclo de Estudos em Política Cultural Autárquica. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – "Elementos para um estudo sociotopográfico de Guimarães na baixa Idade Média: um espaço residencial de elite". *Cadernos do Noroeste*. II:2-3 (1989), p. 179-216.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376-1520).* Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães-Sociedade Martins Sarmento, 1989.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime – "João de Almada e Melo (1703-1786): o homem e a cidade". *População e Sociedade*. 16 (2008), p. 187-197. [em linha] [Consult. Em 2 abr. 2019] Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20416/2/revpopsoc162008jferreiraalves000085310.pdf>

FESCHET, Valérie – *Les papiers de famille. Une ethnologie de l'écriture, de la mémoire et des sentiments en Provence Alpine*. Aix-en-Provence: Publications de l'Université de Provence, 1998.

FIGUEIREDO, Maria Amélia da Silva Alves dos Santos – *A administração municipal do Porto entre 1488 e 1498 segundo o livro 6 de Vereações*. Porto: 1996. Dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FLINN, Andrew; STEVENS, Mary; SHEPHERD, Elizabeth – "Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy and the mainstream". *Archival Science*, 9 (2009), p. 71-86.

FLORES, Daniel – "O conceito e a aplicabilidade do ica-atom (atom) como ferramenta de descrição, difusão e acesso do patrimônio documental arquivístico". *Informatio*. 21

(2), 2016, p. 91. [em linha]. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:https://www.researchgate.net/publication/322694597_O_conceito_e_a_aplicabilidade_do_ica-atom_atom_como_ferramenta_de_descricao_difusao_e_acesso_do_patrimonio_documental_arquivistico

FOSSIER, Lucie; GUYOTJEANNIN, Olivier – "Cartulaires français laïques: seigneuries et particuliers". In GUYOTJEANNIN, Olivier; MORELLE, Laurent; PARISSE, Michel (eds.) – *Les Cartulaires*. Actes de la table ronde organisée par l'école nationale des chartes et le GDR 121 du CNRS (Paris, 5-7 décembre 1991). Paris: École des Chartes, 1993, p. 379-410.

FREIRE, Anselmo Braamcamp – "Livro das tenças del Rei". *Archivo Historico Portuguez*. II (1904), p. 81-157, 201-227.

FREIRE, Anselmo Braamcamp – "Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI secolo". *Archivo historico Portuguez*. III (1905), p. 241-273.

FREIRE, Anselmo Braancamp – "Condados de Moncorvo e da Feira: ousada falsificação de documentos". *Boletim da Segunda Classe*. 12, (1917-1918), p. 754-760.

FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. vol. 1-2, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921-1927.

FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e – "Diogo Lourenço e Gil Carneiro - a propósito da antiga casa n.1 da Rua Escura". *O Tripeiro*. Ano II, 7 (1946), p. 154-155.

FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e – "A capela de Nossa Senhora do Pranto no Mosteiro de S. Francisco do Porto". *Notícias do Velho Porto*. Porto: Campo das Letras, 2006, p. 72.

FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e – "A capela de S. João Baptista em S. Francisco do Porto", *Notícias do Velho Porto*. Porto: Campo das Letras, 2006, p. 169-179.

FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e – *Notícias do velho Porto*. Porto: Campo das Letras, 2006.

FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de – *A Burocracia do "Eloquente" (1433-1438). Os textos, as normas, as gentes*. Cascais: Patrimonia, 1996.

FUENTE, Francisco A. de la – *D. Miguel Pereira Forjaz. Conde da Feira, 1769-1827. O organizador da luta contra Napoleão*. Lisboa: Tribuna da História, 2011.

GAGO, Alice João Palma Borges – *A casa senhorial de Diogo Soares de Albergaria*. Lisboa: 2000. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à FCSH-UNL.

GAGO, Alice Borges – "Serving the Counts of Feira in the 19th's: João Jerónimo do Couto de Castro e Sousa, archivist and judge". In ROSA, Maria de Lurdes, HEAD, Randolph C. (eds.) – *Rethinking the archive in pre-Modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015, p. 83-88.

GAGO, Alice Borges – "*Index Geral do Cartorio do Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Visconde de Villa Nova do Souto de El Rey".* In ROSA, Maria de Lurdes, HEAD, Randolph C. (eds.) – *Rethinking the archive in pre-Modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015, p. 162-163.

GAGO, Alice Borges – "*Colleção de todos os Tombos, Livros do Celleiro, Escrituras, Documentos e mais títulos pertencentes ao Ex.mo Morgado de Freiriz e de Penegate. Oferecida ao Ill.mo e Ex.mo Senhor Conde da Feira, donnatario e senhor dos ditos coutos, morgado de Freireiz e de Penegate, Grão Cruz na Ordem de S. Tiago, comendador na Ordem de Cristo, tenente general dos Reaes Exercitos e do Conselho de Sua Magestade pelo seu Juiz do Tombo João Jerónimo do Coutto de Castro e Souza no ano de 1821*". In ROSA, Maria de Lurdes, HEAD, Randolph C. (eds.) – *Rethinking the archive in pre-Modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015, p. 150-151.

GAGO, Alice Borges – “A importância dos registos de autoridade arquivística nos arquivos de família: o Arquivo Almada e Lencastre Bastos: um caso prático”. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. 30 (2017), p. 451-493. [em linha]. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL: https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/import%C3%A2ncia_dos_registos_de_autoridade_arquiv%C3%ADstica_nos_arquivos_de_fam%C3%ADlia_o_arquivo_almada>.

GAGO, Alice Borges – “Sinais multiformes de identidade: os arquivos familiares de elites urbanas medievais”. In ANDRADE, Amélia; TENTE, Catarina; SILVA, Gonçalo Melo da; PRATA, Sara (eds.) - *Espaços e poderes na Europa Urbana Medieval*. Lisboa: IEM, 2018, p. 101-128.

GAGO, Alice Borges – “O Arquivo Almada e Lencastre Bastos: um arquivo de família(s)”. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. 32 (2019), p. 39-98. [em linha] [Consult. em 20 jul. 2019] Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/boletimauc/article/view/6652/5332>.

GAGO, Alice Borges – “Cartas da Madeira. Correspondência do governador D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho (1781-1798)”, no prelo.

GALLEGO DOMINGUEZ, Olga – *Manual de archivos familiares*. Madrid: ANABAD, 1993.

GAMBERINI, Andrea – “La memoria dei gentiluomini. I cartulari di lignaggio alla fine del medioevo”. *Reti Medievali, Rivista*. IX, 1 (2008), p. 1-15.

GARCÍA ASER, Rosario – “Cuadro de clasificación”. In GARCÍA ASER, Rosario; LAFUENTE ÚRIEN, Aránzazu – *Archivos Nobiliarios, cuadro de clasificación. Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2000, p. 33-108.

GARCÍA ASER, Rosario; LAFUENTE ÚRIEN, Aránzazu – *Archivos Nobiliarios, cuadro de clasificación. Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2000.

GEARY, Patrick J. – *Phantoms of remembrance. Memory and oblivion at the end of the first millennium*. Princeton: Princeton Univeristy Press, 1996.

GEARY, Patrick – "Medieval archivists as authors: social memory and archival memory". In BLOUIN, Francis X. Jr.; ROSENBERG, William G. (eds.) - *Archives, documentation and institutions of social memory. Essays from the Sawyer Seminar*. Michigan: Michigan University Press, 2007, p. 106-113.

GÉRARDOT, Anne – *Fonds des Cars (1247-an I): répertoire numérique détaillé du fonds de la famille de Pérusse des Cars*. Limoges: Conseil général de la Haute-Vienne, 2012.

GOMES, Ana Catarina Lima Noering – *O sistema de informação do extinto concelho de Albergaria de Penela (integrado no concelho de Ponte de Lima)*. Porto: 2016. Relatório de estágio realizado no âmbito do mestrado em História e Património – Ramo Arquivos Históricos da Universidade do Porto.

GOMES, Rita Costa – "As elites urbanas no final da Idade Média. Três pequenas cidades do interior". In *Estudos e Ensaios de Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1988, p. 229-237.

GOMES, Rita Costa – *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.

GOMES, Saúl António – "Aveiro nos alvores de Quinhentos. Breves considerações". In NEVES, Amaro; FERREIRA, Delfim Bismarck (coord.) – *História de Aveiro. Sínteses e perspectivas*. Aveiro: Câmara Municipal, 2009, p. 91-95.

GOMES, Saul António – "D. Fernão de Sousa, alcaide-mor de Leiria: apenas (mais) algumas notas documentais". *Cadernos de Estudos Leirienses*. 5 (set. 2015), p. 175-184.

GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. – "Archivos nobiliarios españoles: pasado, presente y ¿futuro? Tipología documental e investigación modernista". In ANDÚZAR

CASTILLO, F.; DÍAZ LÓPEZ, J.P. (coord.) - *Los señoríos en la Andalucía Moderna. El Marquesado de los Vélez*. Almeria: Instituto de Estudios Almerienses, 2007, p. 129-210.

GONÇALVES, Iria – *À mesa nas terras de Alcobaça em finais da Idade Média*. Alcobaça: DGPC-Cooperativa Agrícola de Alcobaça, 2017.

GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita; PEIXOTO, Pedro Abreu – *Arquivos de Família: organização e descrição.* Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1996.

GREGÓRIO, Rute Dias – *Pero Anes do Canto: um homem e um património (1473-1556)*. Ponta Delgada: Instituto Cultural, 2001.

GREGÓRIO, Rute Dias – "O tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515)". *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. LX (2002), p. 1-240.

GREGÓRIO, Rute Dias – *O arquivo da Misericórdia de Ponta Delgada: estudo para a implementação de um modelo de organização integrada da informação*. Ponta Delgada: CHAM, 2015.

GRUPO DE TRABALHO ATOM DA REDE DE ARQUIVOS DO ALGARVE (coord.) – *AtoM work in progress*. Livro de Actas. Algarve: Rede de Arquivos do Algarve, 2016. [em linha]. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:https://rededearquivosdoalgarve.files.wordpress.com/2016/11/livro-de-actas.pdf>.

GUERRERO NAVARRETE, Yolanda – "Redes clientelares en las estratégias de poder urbanas. Burgos, siglo XV". In VILAR, Hermínia Vasconcelos; CUNHA, Mafalda Soares da; FARRICA, Fátima (coord.) – *Centros periféricos de poder na Europa do Sul (séculos XII-XVIII)*. Lisboa: Colibri-CIDEHUS/UE, 2013, p. 147-172.

GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio – *La edad de la nobleza: la identidade nobiliaria en Castilla y Portugal, 1556-1621*. Madrid, Polifemo, 2012.

GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio – "La nobleza como objeto de estudio en la historiografía española: una propuesta de análisis". In *II Encuentro de Jóvenes Investigadores en Historia Moderna. Líneas recientes de investigación en Historia Moderna*. Madrid: Ed. Cinca, 2015, p. 49-68.

GUITARTE IZQUIERDO, Vidal – *Un canonista español en Coimbra: El Doctor Juan de Mogrovejo (¿1509?–1566).* Paris: Fundação Calouste Gulbenkian-Centro Cultural Português, 1971.

GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit; NÚÑEZ PESTANO, Juan Ramón – "Los archivos de familia en Canarias: de "fuentes" a "objetos de estudio" para la investigación histórica". *Estudios Canarios: Anuario del Instituto de Estudios Canarios,* 61 (2017), p. 173-191.

GUYARD, Patricia – "La gestion de l'écrit dans une famille de serviteurs du roi: le cartulaire et le chartrier des Mignon (XIVe-XVe siècles)". *Bibliothèque de l'école des chartes*, 157:2 (1999), p. 523-563.

GUYOTJEANNIN, Olivier – "Les chartriers seigneuriaux au miroir de leurs inventaires (France, XVe-XVIIIe siècle)". In CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.) - *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartriers seigneuriaux XIIIe-XXIe siècle*. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006). Paris: Société de l'Histoire de France, 2010, p. 35-50.

GUYOTJEANNIN, Olivier – "Noblesses italiennes: les sources d'une identité". *Reti Medievali Rivista*, 16, 2 (2015), p. 11-17.

GUYOTJEANNIN, Olivier; MORELLE, Laurent; PARISSE, Michel (reun.) – *Les cartulaires*. Actes de la table ronde organisée par l'École nationale des chartes et le GDR 121 du CNRS (Paris 5-7 décembre 1991). Paris: École des Chartes, 1993.

HEAD, Randolph C. – "Mirroring Governance: Archives, Inventories and Political Knowledge in Early Modern Switzerland and Europe". *Archival Science*. vol. 7:4 (2007), p. 317-329.

HEAD, Randolph – “Preface: Historical research on archives and knowledge cultures: an interdisciplinary wave”. *Archival Science*. 10:3 (2010), p. 191-194.

HEAD, Randolph C. – “Spaces in the archive, spaces of the archive. Material, topographical and indexical articulations of space in Early Modern Chancery collections.” In FRIEDRICH, K. (ed.) – *Die Erschließung des Raumes: Konstruktion, imagination und Darstellung von Räumen und Grenzen im Barockzeitalter*, Wiesbaden: 2014, II, p. 505-519.

HEDLUND, Dhion C.; FLORES, Daniel – Análise e aplicação do software livre ICA-ATOM como ferramenta para descrição e acesso às informações do patrimônio documental e histórico do município de Santa Maria - RS. *Informação Arquivística*. Rio de Janeiro. v. 3, 1 (jan./jun. 2014), p. 24-41.

HESPANHA, António Manuel – *Como os juristas viam o mundo. 1550-1750. Direitos, estados, pessoas, coisas, contratos, ações e regimes*. Lisboa: ed. do autor, 2015.

HICKERSON, H. Thomas – “Ten challenges for the archival profession”. *The American Archivist*. 64:1 (Spring/Summer 2001), p. 6-16.

HOCQUET, Jean-Claude – “Solidarités familiales et solidarités marchandes à Venise au XIV^e^ siècle”. *Les Élites Urbaines au Moyen Âge*. XXVII^e^ Congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l’Enseignement Supérieur Public (Rome, mai 1996). Paris: Publications de la Sorbonne-École Française de Rome, 1997, p. 227-255.

HORSMAN, Peter – “The last dance of the phoenix, or the de-discovery of the Archival Fonds”. *Archivaria*. 54 (2002), p. 1-23.

HORSMAN, Peter; KETELAAR, Eric; THOMASSEN, Theo – “New respect for the old order: the context of the Dutch Manual”. *The American Archivist*. 66 (2003), p. 249-270.

Ilustração Portuguesa, II série, 14 (1906).

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES – *ICA-AtoM. Open source archival description software*. [em linha]. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:www.ica-atom.org>.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES – *ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings*. 1.ª ed. Paris: ICA/CBPS, 2008.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES – *ISDF: International Standard for Describing Functions*. 1.ª ed. Paris: ICA/CBPPS, 2007.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Experts Group on Archival Description – *Records in contexts: a conceptual model for archival description*. Consultation Draft v 0.1. s. l.: 2016, p. 8. [em linha]. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:http://www.ica.org/en/egad-ric-conceptual-model>.

JANSEN, Philippe – "Élites urbaines, service de la commune et processus d'aristocratisation: le cas de Macerata aux XIVe-XVe siècles". *Les Élites Urbaines au Moyen Âge*. XXVIIe Congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public (Rome, mai 1996). Paris: Publications de la Sorbonne-École Française de Rome, 1997, p. 201-226.

JARA FUENTE, José Antonio – "Elites y grupos financieros en las ciudades castellanas de la Baja Edad Media". *En la España Medieval*. 27 (2004), p. 105-130.

JIMERSON, Randall – "Archives for all: professional responsibility and social justice". *The American Archivist*, 70:2 (2007), p. 252-281.

KETELAAR, Eric – "Archivistics research saving the profession". *The American Archivist*. 63:2 (2000), p. 322-340.

KETELAAR, Eric – "Tacit narratives: the meanings of archives". *Archival Science*. 1:2 (2001), p. 131-141.

KETELAAR, Eric – “L’archivistique dans le monde actuel”. *Arhivelor = Archives review*. 84 (2007), p. 9-20. [Em linha]. [Consult. 11 jan. 2018]. Disponível em WWW: <URL: <https://docplayer.fr/33139782-L-archivistique-dans-le-monde-actuel.html>.

KETELAAR, Eric – “Muniments and monuments: the dawn of archives as cultural patrimony”. *Archival Science*. 7: 4 (2007), p. 343-357.

KETELAAR, Eric – “The genealogical gaze: family identities and family archives in the 14th to 17th centuries”. *Libraries and the cultural record*. 44:1 (2009), p. 9-28.

KETELAAR, Eric – “Ten years of archival science”. *Archival Science*. 10:4 (2010), p. 345-352.

KETELAAR, Eric – “Truths, memories, and histories in the archives of the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia”. In VAN DER WILT, H.G. [et al.] (eds). – *The Genocide Convention. The Legacy of 60 Years*. Leiden-Boston: Martinus Nijhoff Pub, 2012, p. 201-221.

KETELAAR, Eric – “Archival turn and returns. Studies of the archive”. In GILLILAND, Anne (et al.) (eds.) - *Research in the Archival Multiverse*. Melbourne: Monash University Publishing, 2017, p. 228-268.

KRUS, Luís – *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. Geografia dos Livros de Linhagens medievais portugueses (1280-1380)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian-Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

KRUS, Luís – *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*. Redondo: Patrimonia, 1994.

KUCHENBUCH, Ludolf – “Sources ou documents? Contribution à l’histoire d’une évidence méthodologique”. *Hypothèses*. 7 (1/2004), p. 287-315.

LABRADOR ARROYO, Félix – *La casa real portuguesa de Felipe II y Felipe III: la articulación del reino a través de la integración de las elites de poder (1580-1621)*.

Madrid: s. l., 2006. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia y Letras da Universidad Autónoma de Madrid.

LAFUENTE ÚRIEN, Aránzazu – “Archivos Nobiliarios”. In GARCÍA ASER, Rosario; LAFUENTE ÚRIEN, Aránzazu – *Archivos Nobiliarios, cuadro de clasificación. Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2000, p. 11-32.

LAFUENTE URIÉN, Aránzazu – “Los archivos nobiliarios: formación y conservación. La Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional”. In SARASA, Esteban; SERRANO, Eliseo (eds.) - *Estudios sobre señorío y feudalismo: homenaje a Julio Valdeón*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico” (CSIC), 2010, p. 27-75.

LAFUENTE URIÉN, Aránzazu – “Los archivos nobiliarios en España: el Archivo de la Nobleza”. In ROSA, Maria de Lurdes Rosa (org.) - *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, 2012, p. 663-685.

LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (dir.) – *Signé Fébus comte de Foix, Prince de Béarn. Marques personelles, écrits et pouvoir au tour de Gaston Fébus*. Paris-Pau: Somogy- Université de Pau et des Pays de l'Adour, 2014.

LAMAZOU-DUPLAN, Véronique; BRUNEL, Ghislain – “Signé Fébus. Le surnom en signature”. In *Signé Fébus comte de Foix, Prince de Béarn. Marques personelles, écrits et pouvoir autor de Gaston Fébus*. Sous la direction de Véronique Lamazou-Duplan. Paris-Pau: Somogy- Université de Pau et des Pays de l'Adour, 2014, p. 96-111.

LAMAZOU-DUPLAN, Veronique; RAMÍREZ VAQUERO, Eloisa – *Les cartulaires médiévaux. Écrire et conserver la mémoire du pouvoir, le pouvoir de la mémoire=Los cartularios medievales. Escribir y conservar la memoria del poder, el poder de la memoria*. Pau: PUPPA, 2013.

La nobleza peninsular en la Edad Media. VI Congreso de Estudios Medievales. Avila: Fundación Sánchez Albornoz, 1999.

LE GOFF, Jacques – "Tentative de conclusions". In *Les élites urbaines au Moyen Âge*. XXVII[e] Congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public (Rome, mai 1996). Paris: Publications de la Sorbonne-École Française de Rome, 1997, p. 443-456.

LEITE, António Pedro de Sousa – "Francisco da Rua, feitor de Portugal em Flandres". *Armas e Troféus*. III série, VI: 2 (1977), p. 170-175.

LEME, Margarida – "O Arquivo Costa no Arquivo Óbidos-Palma-Sabugal". *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, 2012, p. 479-490.

LEME, Margarida – "Compreender o seu arquivo de família". In ROSA, Maria de Lurdes; NÓVOA, Rita Sampaio da (coord.) – *Arquivos de Família: Memórias Habitadas. Guia para salvaguarda e estudo de um património em risco*. Lisboa: IEM, 2014, p. 16-31.

LEME, Margarida Maria de Carvalho Ortigão Ramos Paes – *Costas com Dom: família e arquivo (séculos XV-XVII)*. Dissertação de Doutoramento em História – especialização em Arquivística Histórica apresentada à FCSH-UNL. Lisboa: 2018.

Les elites urbaines au Moyen Âge. XVII[e] Congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public (Rome, mai 1996). Paris: Publications de la Sorbonne, Rome: Ecole Française de Rome, 1997.

LODOLINI, Elio – *Archivistica: princípios y problemas*. Madrid: ANABAD, 1993.

LODOLINI, Elio – "Respect des fonds et principe de provenance". *Gazette des archives*. 168 (1995), p. 11-63.

LODOLINI, Elio – *Storia dell'archivistica italiana. Dal mondo antico alla metà del secolo XX*. Milano: Franco Angeli, 2010.

LÓPEZ DÍAZ, María – "Familia, relaciones sociales y estrategias familiares de las elites urbanas gallegas (XVI -XVIII)". In SANTOS, Carlota (coord.) – *Família, espaço e património*. Porto: CITCEM, 2011, p. 385-399.

MACEDO, Ana Maria da Costa – "Confidência, memória e razão: as autobiografias como fontes privilegiadas para a história da família". In SANTOS, Carlota (coord.) – *Família, espaço e património*. Porto: CITCEM, 2011, p. 463-474.

MACHADO, Maria de Fátima – *O central e o local. A vereação do Porto de D. Manuel a D. João III.* Porto: Ed. Afrontamento, 2003.

MACHADO, Maria de Fátima – *Os órfãos e os enjeitados da cidade e do termo do Porto (1500-158).* Porto: 2010. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MACHADO, Maria de Fátima – "Saúde pública e assistência. A cidade do Porto no ano de 1575". *As cidades na História: população.* Atas do I Congresso Histórico Internacional. vol. III – *Cidade Moderna I*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2012, p. 272-285.

MACNEIL, Heather – "Archivalterity: rethinking original order". *Archivaria*. 66 (2008), p. 1-24.

MAIA, Sara Raquel Maciel da Silva – *Os Vasconcelos de Vila do Conde - Arquivo familiar*. Porto: 2016. Relatório de projeto e estágio realizada no âmbito do Mestrado em História e Património – Ramo Arquivos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MAIO, Vânia de Jesus Dinis – *Arquivo da Casa dos Barros (1753-1955) - Reconstituição da Memória*. Porto: 2009. Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património – Ramo de Arquivos Históricos. Porto: Faculdade de Letras.

MARQUES, Patrícia Cardoso – *O Arquivo Castro/Nova Goa: construção de catálogo. A aplicação do modelo sistémico.* Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação - Arquivística apresentada à FCSH-UNL, Lisboa, 2013.

MARTÍN CEA, Juan Carlos; BONACHÍA, Juan Antonio – "Oligarquías y poderes concejiles en la Castilla Bajomedieval: balance y perspectivas". *Revista d'Història Medieval*. 9 (1998), p. 17-40.

MARTÍNEZ MILLÁN, José (coord.) – *Instituciones y élites de poder en la monarquía hispana durante el siglo XVI*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, Ed. de la Universidad, 1992.

MARTINS, Ana Canas Delgado – *Governação e arquivos: D. João VI no Brasil*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, [2007].

MARTINS, Lígia de Azevedo, SILVA, Ana Cristina de Santana e FERREIRA, Teresa Duarte – "O Arquivo Pombal no âmbito dos arquivos de família da Biblioteca Nacional de Portugal: modelo arquivístico para o conhecimento de uma grande Casa nobiliárquica". *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, 2012, p. 523-533.

MARTINS, Miguel Gomes – "A Família Palhavã (1253-1357). Elementos para o estudo das elites dirigentes de Lisboa Medieval", *Revista Portuguesa de História,* XXXII (1997-1998), p. 35-93.

MARTINS, Miguel Gomes – "Estêvão Cibrães e João Esteves: A família "Pão" e "Água" em Lisboa (1269-1342)". *Arqueologia e História.* 53 (2001), p. 67-74.

MARTINS, Miguel Gomes – "Estêvão Vasques Filipe: O percurso de um guerreiro em finais de Trezentos". *Cadernos do Arquivo Municipal.* 5 (2001), p. 10-47.

MARTINS, Miguel Gomes – "Os Alvernazes. Um percurso familiar e institucional entre finais de Duzentos e inícios de Quatrocentos". *Cadernos do Arquivo Municipal.* 6 (2002), p. 8-41.

MARTINS, Miguel Gomes – "O concelho de Lisboa durante a Idade Média. Homens e organização municipal (1179-1383)". *Cadernos do Arquivo Municipal.* 7 (2004), p. 64-110.

MARTINS, Miguel Gomes – *A alcaidaria e os alcaides de Lisboa durante a Idade Média (1147-1433)*. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, 2006.

MAS GONZÁLEZ, Carlos – "Cuadros de clasificación de archivos nobiliarios. La iniciativa de la Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional". In SÁEZ SÁNCHEZ, Carlos; CASTILLO GÓMEZ, Antonio (eds.) – *Actas del 6 Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita*. Vol. II – *Libros y Documentos en la Alta Edad Media. Los Libros de Derecho. Los Archivos Familiares*. Madrid: Calambur, 2002, p. 493-500.

MATA, Joel Silva Ferreira – "Diogo Pinto Pereira". In SOUSA, Fernando de (coord.) – *Os provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto. 1499-2017*. Vol. I, Porto: Almedina, 2017, p. 163-169.

MATA, Joel Silva Ferreira – "Gaspar Ferraz". In SOUSA, Fernando de (coord.) – *Os provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto. 1499-2017*. Vol. I, Porto: Almedina, 2017, p. 207-210.

MATIAS, Ana Luísa Bellino Pereira Mendes – *O Porto em 1533 – actas de vereação da cidade*. Porto: 1999. Dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MATOS, Artur Teodoro de – "A armada das ilhas e a Armada da costa no século XVI (novos elementos para o seu estudo)". *Revista da Universidade de Coimbra*. 36 (1991), p. 227-259.

MATTOSO, José – *Ricos-homens, infanções e cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. 2.ª ed. Lisboa: Guimarães, 1985.

MATTOSO, José – "Introdução ao estudo da nobreza medieval portuguesa". *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*. 4.ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 13-34.

MATTOSO, José – *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*. 4.ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

MATTOSO, José – "Perspetivas actuais sobre a nobreza medieval portuguesa". *Revista de História das Ideias*. 19 (1997-1998), p. 7-37.

MATTOSO, José – "Medieval Studies in Portugal: an overview." In MATTOSO, José (dir.); ROSA, Maria de Lurdes; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e BRANCO, Maria João (ed.) - *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*. Lisboa: IEM, 2012, p. 11-23.

MEEHAN, Jennifer – "Rethinking original order and personal records". *Archivaria*. 70 (2010), p. 27-44.

MELO, Arnaldo Rui Azevedo de Sousa – *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415*. 2 vol. Braga: 2009. Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Minho.

MELO, Arnaldo Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo – "Os construtores das cidades de Braga e Porto (séculos XIV a XVI)". In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – *História da construção – os construtores*. Braga: CITCEM, 2011, p. 99-128.

MELO, Filomena – "Afonso Brandão". In SOUSA, Fernando de (coord.) – *Os provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto. 1499-2017*. Vol. I, Porto: Almedina, 2017, p. 335-338.

MELO, Filomena – “Afonso Ferraz”. In SOUSA, Fernando de (coord.) – *Os provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto. 1499-2017*. Vol. I, Porto: Almedina, 2017, p. 395-398.

MELO, Filomena – “Álvaro de Valadares”. In SOUSA, Fernando de (coord.) – *Os provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto. 1499-2017*. Vol. I, Porto: Almedina, 2017, p. 403-405.

MELO, Filomena – “Diogo Brandão Sanches”. In SOUSA, Fernando de (coord.) – *Os provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto. 1499-2017*. Vol. I, Porto: Almedina, 2017, p. 243-246.

MELO, Filomena – “Fernão Nunes Barreto”. In SOUSA, Fernando de (coord.) – *Os provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto. 1499-2017*. Vol. I, Porto: Almedina, 2017, p. 371-374.

MELO, Filomena – “Gaspar Nunes Barreto”. In SOUSA, Fernando de (coord.) – *Os provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto. 1499-2017*. Vol. I, Porto: Almedina, 2017, p. 303-307.

MELO, Filomena – “Gaspar Pamplona”. In SOUSA, Fernando de (coord.) – *Os provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto. 1499-2017*. Vol. I, Porto: Almedina, 2017, p. 327-329.

MELO, Filomena – “João de Valadares Carneiro”. In SOUSA, Fernando de (coord.) – *Os provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto. 1499-2017*. Vol. I, Porto: Almedina, 2017, p. 523-526.

MELO, Filomena – “Manuel da Costa”. In SOUSA, Fernando de (coord.) – *Os provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto. 1499-2017*. Vol. I, Porto: Almedina, 2017, p. 419-423.

MELO, Filomena – "Rui Brandão". In SOUSA, Fernando de (coord.) – *Os provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto. 1499-2017*. Vol. I, Porto: Almedina, 2017, p. 239-242.

MELO, Filomena e CARDOSO, Maria Teresa – "Luís de Valadares Carneiro". In SOUSA, Fernando de (coord.) – *Os provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto. 1499-2017*. Vol. I, Porto: Almedina, 2017, p. 713-719.

MENANT, François e JESSENNE, Jean-Pierre – "Introduction". In MENANT, François e JESSENNE, Jean-Pierre – *Les élites rurales dans l'Europe médiévale et moderne*. Actes des XXVII[e] Journées Internationales d'Histoire de l'Abbaye de Flaran (9-11 septembre 2005). Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2007, p. 7-52.

MENDES, Ana Filipa Almeida – *Para a construção de uma memória: organização sistémica do Arquivo dos Condes de Azevedo*. Porto: 2015. Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património – Ramo de Arquivos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MENDO CARMONA, Concepción – "El cartulario como instrumento archivistico". *Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita*. 15 (2005), p. 119-137.

MILHEIRO, Maria Manuela – "O palácio e a quinta de Vila Flor". *Patrimonia. Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural*. 1 (1996), p. 37-42.

MOLINA PUCHE, Sebastián – "Familia y elite local en la Castilla Moderna: conceptualización y balance historiográfico". In HERNÁNDEZ FRANCO, Juan; CUNHA, Mafalda Soares da (org.) – *Sociedade, família e poder na Península Ibérica. Elementos para uma História comparativa*. Lisboa-Madrid: Colibri-CIDEHUS/UÉ-Universidade de Murcia, 2010, p. 217-231.

MONSALVO ANTÓN, José M.ª – "Gobierno municipal, poderes urbanos y toma de decisiones en los concejos castellanos bajomedievales (consideraciones a partir de concejos salmantinos y abulenses)". *Las sociedades urbanas en la España Medieval*.

Actas de la XXIX semana de Estudios medievales de Estella. 15 al 19 de julio de 2002), Pamplona: Gobierno de Navarra, 2003, p. 409-488.

MONSALVO ANTÓN, José María – "Esferas de poder nobiliario y relaciones com el poder regio en la Salamanca medieval: de la caballería consejil al duque de Alba". In COSTA, Adelaide Millán da; JARA FUENTE, José Antonio (eds.) – *Conflicto político: lucha y cooperación. Ciudad y nobleza en Portugal y Castilla en la Baja Edad Media*. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2016, p. 139-173.

MONTEIRO, Fernando M. Moreira de Sá – "Sás – as origens e a ascensão de uma linhagem". *Genealogia e Heráldica*. 3 (janeiro-junho 2000), p. 73-154.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo – "Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime". *Análise Social*. XXXII: 141 (1997), p. 335-368.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo – "Trajectórias sociais e formas familiares: o modelo de sucessão vincular". In CHÁCON JIMÉNEZ, Francisco; HERNANDEZ FRANCO, Juan (eds.) - *Familia, poderosos y oligarquías.* Murcia: Universidad de Murcia, 2001, p. 17-37.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *O crepúsculo dos grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832*). 2.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da (org.) – *Optima Pars. Elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005.

MORAIS, Cláudia Santos Pires de – *Estudo Orgânico-Funcional e Tratamento Arquivístico dos Concursos para Obtenção do Diploma de Arquiteto realizados na Escola de Belas Artes do Porto: utilização do software ICA-AToM*. Porto: 2013. Tese de Mestrado em Ciência da Informação apresentada à Universidade do Porto.

MOREIRA, Carla de Jesus Torres – *O Arquivo da Casa do Porto: o seu estudo e a sua representação - o modelo sistémico*. Porto: 2012. Trabalho final do 2.º Ciclo de Estudos

em História e Património – ramo Arquivos Históricos apresentado à Universidade do Porto.

MORENO, Humberto Baquero – "Uma família vimaranense do século XV: os Lagartos". Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*. XXIII (1973), p. 319-322.

MORENO, Humberto Baquero – *A batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico.* vol. II, Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1980.

MORENO, Humberto Baquero – *Os itinerários de el-rei D. João I (1834-1433).* Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1988.

MORENO, Humberto Baquero – "Os Sampaios, fidalgos transmontanos de ascendência galega". *Revista Portuguesa de História*. XXXI: 1 (1996), p. 275-296.

MORSEL, Joseph – "Le médiéviste, le lignage et l'effet de réel. La construction du Geschlecht par l'archive en Haute-Allemagne à partir de la fin du Moyen Âge". *Revue de Synthèse*, 125 (2004), p. 83-110.

MORSEL, Joseph – "Les sources sont-elles "le pain de l'historien"?" *Hypothèses*, 1:7, (2004), p. 271-286.

MORSEL, Joseph – "Du texte aux archives: le problème de la source". *Bulletin du centre d'etudes médiévales d'Auxerre – BUCEMA*. hors-série 2 (2008) [em linha] [Cons. 3 mar. 2019] Disponível em: <https://journals.openedition.org/cem/4132>.

MORSEL, Joseph – "En guise d'introduction: les chartriers entre 'retour aux sources' et déconstruction des objets historiens". In CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.) – *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartriers seigneuriaux XIII*[e] *- XXI*[e] *siècle*. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006). Paris: Société de l'Histoire de France, 2010, p. 9-34.

MORSEL, Joseph – "Sociogenèse d'un patriciat: La culture de l'écrit et la construction du social à Nuremberg vers 1500". *Histoire Urbaine*. 35 (Décembre 2012), p. 83-106.

MORSEL, Joseph – "Histoire ou passé? L'archivage comme problème pour l'intelligence historique de la société médiévale". *Archifam - Les archives de famille. Formes, histoires et sens d'une genèse (XIVe-XVIIe siècle).* S. l: s. n., 2013. [em linha] [cons. 10 fev. 2019] Disponível em: <https://www.casadevelazquez.org/fileadmin/fichiers/investigacion/Epoque_antique_medievale/2013-2014/Morsel_texteHistoire_ou_pass%C3%A9_4mars2013.pdf>.

MORSEL, Joseph – "Traces? Quelles traces? Réflexions pour une histoire non passéiste". *Revue Historique*, 680 (2016), p. 813-868.

MOUTA, Fernando Jorge Cruz – *João Martins Ferreira, Mercador-cavaleiro*. Porto: 2017. Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

NARBONA, Rafael (coord.) – "Oligarquías políticas y elites económicas en las ciudades bajomedievales (siglos XIV-XVI)". *Revista d'Història Medieval*, 9 (1998). [em linha] [Cons. 3 mar. 2019] Disponível em WWW: <URL: https://www.uv.es/uvweb/departament-historia-medieval-ciencies-historiografiques/ca/recursos/revista-historia-medieval/9-1285969180450.html >.

NAVARRO BONILLA, Diego – *La imagen del archivo. Representación y funciones en España (siglos XVI y XVII)*. Gijón: Trea, 2003.

NAVARRO BONILLA, Diego – *Escritura, poder y archivo. La organización documental de la Diputación del Reino de Aragón (siglos XV-XVIII)*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004.

NOUGARET, Christine – "Les sources archivistiques: Production organique ou invention de l'archiviste?" *Hypothèses*. 1 (2004) p. 331-339.

NOUGARET, Christine – "Les archives privées en France: deux siècles d'expérience de l'administration des archives". In ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família,*

séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?, Lisboa: IEM-CHAM-Caminhos Romanos, 2012, p. 687-696.

NOUGARET, Christine; ÉVEN, Pascal (dir.) – *Les archives privées: manuel pratique et juridique*. Paris: DAF, 2008.

NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – "O Arquivo Gama Lobo Salema: perspectivas de estudo". *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, 2012, p. 507-521.

NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos Arquivos de Família nobre nos séculos XV-XVI*. Lisboa: 2016. Tese de Doutoramento em História, especialidade em Arquivística Histórica apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa e à Université Paris I Panthéon-Sorbonne – École Doctorale d'Histoire.

NÓVOA, Rita; LEME, Margarida – "The expert paleographer João Filipe da Cruz (c. 1798-1827) ". In ROSA, Maria de Lurdes ; HEAD, Randolph (eds.) - *Rethinking the archive in Pre-Modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*, Lisboa: IEM, 2015, p. 77–82.

NÓVOA, Rita Sampaio da; ROSA, Maria de Lurdes – "O estudo dos arquivos de família de Antigo Regime em Portugal: percursos e temas de investigação". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 38:78 (2018), p. 75-95.

NÚÑEZ PESTANO, Juan Ramón; Grupo ARCHICAN– "Archivos familiares y personales de Canarias (siglos XVI-XX)". *Cartas Diferentes: Revista Canaria de Patrimonio Documental*. 13 (2017), p. 153-178.

OLIVEIRA, Luís Filipe – *A Casa dos Coutinhos. Linhagem, espaço e poder (1360-1452)*. Cascais: Patrimonia, 1999.

OLIVEIRA, Luís Filipe – "O Arquivo dos Condes de Marialva num inventário do século XVI". In BARATA, Filipe Themudo (coord.) – *Elites e redes clientelares na Idade Média: problemas metodológicos*. Lisboa: Colibri-CIDEHUS/UÉ, 2001, p. 221-260.

OLIVEIRA, Luís Filipe – *A coroa, os mestres e os comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*. Faro: Universidade do Algarve, 2009.

PAIVA, José Pedro – *Baluartes da fé e da disciplina. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2011.

PARDAL, Rute – *As elites de Évora ao tempo da dominação filipina: estratégias de controlo do poder local (1580-1640)*. Lisboa: Colibri-CIDEHUS/UÉ, 2007.

PÁSCOA, Marta – *O códice 702. Um cartulário de D. Jaime de Bragança*. S. l.: Fundação Casa de Bragança, 2015.

PÁSCOA, Marta – *D. Jaime de Bragança. Contributos para uma biografia.* S. l., Fundação Casa de Bragança, 2015.

PÉGEOT, Pierre; FRAY, Jean-Luc – "Les élites sociales du grand Est français". In *Les Élites Urbaines au Moyen Âge*. XXVII^{e} Congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public (Rome, mai 1996). Paris: Publications de la Sorbonne-École Française de Rome, 1997, p. 335-350.

PEINADO SANTAELLA, Rafael G. – "Las élites de poder en las ciudades de la Andalucía Bética". In LÓPEZ DE COCA CASTAÑAR, José E.; GALÁN SÁNCHEZ Ángel (coord.) – *Las ciudades andaluzas (siglos XIII-XVI).* Actas del VI Coloquio Internacional de Historia Medieval de Andalucía. Málaga: Universidad de Málaga, 1991, p. 337-356.

PEIXOTO, Pedro de Abreu – *Arquivos de família. Orientações para a organização e descrição dos Fundos dos Arquivos de Família*. Lisboa: Instituto Português de Arquivos, 1991.

PEIXOTO, Pedro de Abreu – “A aplicação das ISAD(G) aos arquivos de família”. *Páginas a&b*. 4 (2002), p. 55-70.

PEIXOTO, Pedro de Abreu – “Perspectivas para o futuro dos arquivos de família em Portugal”. *Cadernos BAD*. (2002), p. 76-90.

PELÚCIA, Alexandra Maria Pinheiro – *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: trajectórias de uma elite no império de D. João III e de D. Sebastião*. Lisboa: CHAM, 2009.

PEREIRA, João Cordeiro – *Para a história das alfandegas em Portugal no início do século XVI (Vila do Conde - organização e movimento).* Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1983.

PEREIRA, Maria das Dores de Sousa – *Entre ricos e pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800).* Ponte da Barca: Santa Casa da Misericórdia, 2008.

PESTANA, Manuel Inácio – *A reforma setecentista do cartório da Casa de Bragança. Documentos apógrafos e originais do séc. XIII ao séc. XVIII*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1985.

PINTO, Maria Helena Barbosa – *A vereação municipal do Porto em 1545*. Porto: 2001. Dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

PINTO, Pedro – “O Arquivo da Família Almada Lencastre Basto (Casa de Souto de El-Rei e Casa da Feira) na Biblioteca Nacional: propostas de exploração no âmbito da elaboração de um catálogo”. *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, 2012, p. 307-341.

PIZARRO, José Augusto P. de Sotto Mayor – *Os patronos do Mosteiro de Grijó. Evolução e estrutura da família nobre séculos XI a XIV*. Ponte de Lima: Ed. Carvalhos de Basto, 1995.

PIZARRO, José Augusto – *Linhagens medievais portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna,1999.

PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – *Orientações para a descrição arquivística*. 3.ª v. Lisboa: DGARQ, 2011. Disponível em <http://act.fct.pt/wp-content/uploads/2014/05/ODA-3%C2%AA-vers%C3%A3o.pdf> (acedido em 23/10/2016).

QUINTANILLA RASO, M. Concepción; ASENJO GONZÁLEZ, María – "Los Hidalgos en la Sociedad Andaluza a fines de la Edad Media" In LÓPEZ DE COCA CASTAÑAR, José E.; GALÁN SÁNCHEZ Ángel (coord.) – *Las ciudades andaluzas (siglos XIII-XVI).* Actas del VI Coloquio Internacional de Historia Medieval de Andalucía. Málaga: Universidad de Málaga, 1991, p. 419-433.

RAMOS, Carla Susana Barbas dos – *A administração municipal e as vereações do Porto de 1500 a 1504*. Porto: 1997. Dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

RAMOS, Maria Cecília Costa Veiga de Albuquerque – *O secretário dos despachos e coisas da Índia Pero d'Alcáçova Carneiro*. Lisboa: 2009. Tese de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

RAU, Virgínia – "Os Brandões do Porto: uma fortuna do século XV". *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. XXII: 3-4 (1959), p. 654-684.

RAU, Virgínia – *A Casa dos Contos. Os três mais antigos regimentos dos contos (1389, 1419 e 1434). Para a história do Tribunal de Contas*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009.

REBELO, Brito – “Um primo de Francisco de Sá de Miranda”. *Archivo Historico Portuguez*. II (1904), p. 464-478; III (1905), p. 34-42, 115-129, 372-384.

REGO, Rogério de Figueiroa – “Soldados da Índia séc. XVI - Notícias genealógicas e biográficas”. *Ethnos, revista do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia*. II (1942), p. 141-194.

RIBEIRO, Ana Isabel Sacramento Sampaio – *Nobrezas e Governança. Identidades e perfis sociais (Coimbra, 1777-1820).* 2 vol. Coimbra: 2012. Dissertação de doutoramento em História, especialidade de História Moderna, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

RIBEIRO, Fernanda – “Da arquivística técnica a arquivística científica: a mudança de paradigma”. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e técnicas de Património*. I s., vol. I (2002), p. 97-110.

RODRIGUES, Abel – “Sistema de informação Família Araújo de Azevedo: estudo orgânico-funcional aplicado ao Cartório da Casa de Sá”. *Casa Nobre – um património para o futuro.* Actas do 1º Congresso Internacional. Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2007, p. 85-133.

RODRIGUES, Abel – *Entre o público e privado. A génese do Arquivo do Conde da Barca (1754-1817)*. Braga: 2007. Dissertação de Mestrado em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea apresentada à Universidade do Minho. [em linha] [Cons. 3 mar. 2019] Disponível em: <https://up-pt.academia.edu/AbelRodrigues>.

RODRIGUES, Abel – “O Gabinete do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1804-1808): análise da produção informacional”. *Revista da Faculdade de Letras: História*. III série, vol. 10. Porto, 2009, p. 71-90.

RODRIGUES, Abel – “Os arquivos pessoais e familiares do Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho. Uma abordagem sistémica”. *Casa Nobre – um património para o futuro.* Actas do 2.º Congresso Internacional. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2011, p. 223-273.

RODRIGUES, Abel – "O arquivo da família Melo (séc. XIV-XIX): do "arranjamento" iluminista à integração no sistema de informação Casa de Mateus". *Casa Nobre – um património para o futuro.* Actas do 3.º Congresso Internacional. Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2013, p. 478-497.

RODRIGUES, Abel – "Os arquivos pessoais e familiares em Portugal: uma reflexão crítica dos últimos vinte anos". *Arquivos privados de persoas e familias. Unha ollada á Fundación Penzol.* Actas do I Encontro da Fundación Olga Gallego (Vigo, 27 de outubro de 2017). S. l.: Fundación Olga Gallego, 2018, p. 31-50.

RODRIGUES, Abel; SILVA, Armando Malheiro da – "A criação das Gavetas na Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação". In ROSA, Maria de Lurdes (org.) - *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, 2012, p. 597-650.

RODRIGUES, José Damião – *Poder municipal e oligarquias urbanas: Ponta Delgada no século XVII*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994.

RODRIGUES, José Damião – *São Miguel no século XVIII: casa, elites e poder*. 2 vols. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003.

RODRIGUES, Susana – *O sistema de informação Presidência da República Portuguesa*. Lisboa: Colibri, 2017.

ROLDÃO, Filipa – *A memória da cidade: escrita e poder em Évora (1415-1536).* Lisboa: Colibri-CIDEHUS/UÉ, 2017.

ROSA, Maria de Lurdes – "Quadros de organização de poder nobre na Baixa Idade Média. Estrutura familiar, património e percursos linhagísticos de quatro famílias de Portalegre". *A cidade. Revista cultural de Portalegre*. Nova série 6 (1991), p. 47-65.

ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal. Séculos XIV e XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

ROSA, Maria de Lurdes – "Em torno de Álvaro Vaz, cavaleiro de Santiago (m. 1513): um estudo das formas de estruturação das elites sociais "intermédias"". In FERNANDES, Isabel (coord.) – *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares (15 a 18 de Fevereiro de 2006). Palmela: Câmara Municipal-GEsOS, 2009, p. 187-245.

ROSA, Maria de Lurdes – "Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas medieval e moderna)". *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 9 (2009), p. 9-42.

ROSA, Maria de Lurdes – *As almas herdeiras. Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal 1400-1521).* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.

ROSA, Maria de Lurdes (org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM-CHAM-Caminhos Romanos, 2012.

ROSA, Maria de Lurdes – "Arquivos de Família: para um roteiro de temas e problemas". In ROSA, Maria de Lurdes (org.) - *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, 2012, p. 15-30.

ROSA, Maria de Lurdes – "Os espelhos e os seus outros lados. Inventários e gestão da informação documental do Viscondado de Vila Nova de Cerveira/ Marquesado de Ponte de Lima e família Brito-Nogueira, séculos XV-XIX". In ROSA, Maria de Lurdes (Org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar, Caminhos Romanos, 2012, p. 571-596.

ROSA, Maria de Lurdes – "Arquivos de Família: o que são, para que servem, como preservá-los e estudá-los". *Casa Nobre – Um Património para o Futuro*. Actas do 3º

Congresso Internacional. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2013, p. 315-323.

ROSA, Maria de Lurdes – "[Livro do Morgadio do Canidelo]". In ROSA, Maria de Lurdes, HEAD, Randolph C. (eds.) – *Rethinking the archive in pre-Modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century.* Lisboa: IEM, 2015, p. 98-99.

ROSA, Maria de Lurdes – "Tombo das escrituras dos bens de raiz e rendas do morgadio do Esporão e memorial delas". In ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.) - *Rethinking the archive in Pre-Modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015, p. 104-106.

ROSA, Maria de Lurdes – "Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas recentes e proposta de percurso de investigação". *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. XXX (2017), p. 547-586.

ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. – "Delineating the social complexity of archival practices: the objectives and the results of the INVENT.ARQ project on family archives inventories". in ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.) – *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015, p. 9-22.

ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.) – *Rethinking the archive in Pre-Modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015.

ROSA, Maria de Lurdes; NÓVOA, Rita Sampaio da (dir.); GAGO, Alice Borges; CÂMARA, Maria João da (coord.) – *Recovered voices, newfound questions. Family archives and historical research*, no prelo.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – "A fundação de capelas no Convento de S. Francisco do Porto: devoção e memória". In *Os Franciscanos no mundo português. III. O legado*

franciscano. Actas do VI seminário internacional Luso-Brasileiro (Ponte de Lima, 4 a 6 de outubro de 2012). Porto: CEPESE, 2013, p. 459-472.

RUIZ POVEDANO, José María – "Las élites de poder en las ciudades del reino de Granada" In LÓPEZ DE COCA CASTAÑAR, José E.; GALÁN SÁNCHEZ Ángel (coord.) – *Las ciudades andaluzas (siglos XIII-XVI).* Actas del VI Coloquio Internacional de Historia Medieval de Andalucía. Málaga: Universidad de Málaga, 1991, p. 357-415.

SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos. Os doadores da Misericórdia do Porto e a expansão oceânica (séculos XVI-XVII)*. Lisboa: ICS: 2018.

SABATÉ I CURUL, Flocel – "Ejes vertebradores de la oligarquía urbana en Cataluña". *Revista d'Història Medieval.* 9 (1998), p. 127-149.

SÁNCHEZ BENITO, José María – "El poder en una pequeña ciudad castellana: el ejemplo de Huete en el siglo XV". *En la España Medieval*, 25 (2002), p. 177-212.

SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Antonio – "El Archivo general de la Casa Ducal de Medinaceli: un modelo de aportacion de los Archivos Nobiliarios españoles a la ciencia Archivistica". In TASCINI, Irma Paola (curat.) – *Il futuro della memoria*. Atti del convegno internazionale di studi sugli archivi di famiglie e di persone (Capri, 9-13 settembre 1991), vol. 1. Roma: Ministero per i beni culturali e ambientali Ufficio centrale per i beni archivistici, 1997, p. 347-367.

SANTA, Nuno Vila – "Do Algarve ao Império e à titulação: estratégias de nobilitação na Casa dos Barretos da Quarteira (1383-1599)". *Revista Maracanan*. 19 (julho-dezembro de 2018), p. 12-35. Disponível em: < https://run.unl.pt/bitstream/10362/42885/1/33247_120473_1_PB.pdf> (consultado em 11/10/2018).

SANTOS, Cândido Augusto Dias dos – *O censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da Diocese nas vésperas do Concílio de Trento*. Porto: Câmara Municipal, 1973.

SANTOS, Cláudia Valle – *Os homens e o poder: a elite da governança e a articulação de poderes em Montemor-o-Novo (século XVI)*. Lisboa: 2001. Tese de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SANTOS, Isabel Maria Gonçalves Claudino – *Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Santarém. Estudo histórico e orgânico-funcional para a contextualização e inventariação da informação acumulada: 1506-1820*. Lisboa: 2018. Dissertação de mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SANTOS, Maria Helena Pizarro Paula – *A rua nova do Porto (1395-1520): sociedade, construção e urbanismo*. Porto: 2010. Dissertação de mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras.

SEIXAS, Miguel Metelo de – "A heráldica e os arquivos de família: formas de conservação e gestão da memória". In ROSA, Maria de Lurdes (Org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar, Caminhos Romanos, 2012, p. 449-462.

SERRA, Joaquim António Felisberto Bastos – "Os Façanha. Uma família da oligarquia eborense nos finais de Trezentos". In VILAR, Hermínia Vasconcelos; BARROS, Maria Filomena Lopes de (ed.) – *Categorias sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média. Entre o Islão e a Cristandade*. Lisboa: Colibri-CIDEHUS/UÉ, 2012, p. 163-186.

SERRA, Joaquim António Felisberto Bastos – *Governar a cidade e servir o rei. A oligarquia concelhia de Évora em tempos medievais (1367-1433)*. Évora: 2015. Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Évora.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O reinado de D. António, prior do Crato*, vol. I, Coimbra: 1956.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Portugueses no Estudo de Salamanca*. vol. I - *(1250-1550)*. Lisboa: s. e., 1962.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O Marquês de Pombal. O homem, o diplomata e o estadista*. 2.ª ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1987.

SILVA, Armando Malheiro da – "Arquivos de Família e Pessoais. Bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica". *Arquivos de Família e Pessoais: Seminário*. Vila Real: APBAD, 1997, p. 51-106.

SILVA, Armando Malheiro da – "Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo". *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e técnicas de Património*. I s., III (2004), p. 55-84.

SILVA, Armando Malheiro da – "Da memória ao acesso à informação na Casa de Mateus: as bases e objectivos de um projecto sistémico". *Revista de Letras do Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro*, II, 6 (2007), p. 305-317.

SILVA, Armando Malheiro da e RIBEIRO, Fernanda – *Das "ciências" documentais à ciência da informação. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Afrontamento, 2002.

SILVA, Armando Malheiro da *et al.* – *Arquivística, teoria e prática de uma ciência da informação*. 3.ª ed. Porto: Afrontamento, 2009.

SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu termo (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder.* 2 vols. Porto: Arquivo Histórico, 1988.

SILVA, Francisco Ribeiro da – *As elites portuenses no século XVII: caracterização social e vias de mobilidade*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2001.

SILVA, Isabel Morgado de Sousa e – "A Ordem de Cristo durante o mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417)". In *Militarium Ordinum Analecta*. vol. 1 – *As Ordens Militares no Reinado de D. João I*. Porto: Cepese, 1997, p. 9-126.

SILVA, João Pedro Morgado da – *A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Nuno Rodrigues Freire de Andrade (1357-1372)*. Lisboa: 2010. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SILVA, José Martins da – "Vila Nova de Souto de El Rey (Francisco de Almada e Mendonça, Visconde de)". *Revista de Ex-Libris Portugueses*. 10 (1917), p. 146-152.

SILVEIRA, Ana Cláudia – "Oficialato senhorial, elites urbanas e processos de mobilidade social numa vila portuária do domínio espatário: Setúbal no século XV". In COSTA, Adelaide Millán da; JARA FUENTE, José Antonio (eds.) – *Conflicto político: lucha y cooperación. Ciudad y nobleza en Portugal y Castilla en la Baja Edad Media*. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2016, p. 281-303.

SIMÕES, Sérgio Manuel Duarte Simões – *Metodologia de avaliação de aplicações para descrição de arquivo definitivo*. Lisboa: 2010. Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação – Biblioteconomia e Documentação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SMITH, Alison A. – "Gender, ownership and domestic space: inventories and family archives in Renaissance Verona". *Renaissance Studies*. 12:3 (1998), p. 375-391.

SOARES, Edite Rute dos Santos Bentos – *O concelho portuense em 1551*. Porto: 2001. Dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel – *Santander en la Edad Media: patrimonio, parentesco y poder*. Santander: Servicio de publicaciones de la Universidad de Cantabria-Ayuntamiento de Torrelavega, 2002.

SORDI, Paolo – "I libri di famiglia in Italia: storia di una ricerca e della sua problematica conservazione attiva (ovvero: la soluzione digitale)". *Testo & Senso*. 17 (2016), p. 1-10. [em linha] [Consult. em 20 jul. 2019] Disponível em: <http://testoesenso.it/article/view/423/pdf_214>.

SORIA MESA, Enrique – *La nobleza en la España moderna. Cambio y continuidad*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2007.

SOUSA, Armindo de – "A socialidade (estruturas, grupos e motivações)". In MATTOSO, José (coord.) - *História de Portugal*. vol. 2. – *A Monarquia Feudal* (*1096-1480*). Coord. pelo mesmo. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 391-481.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – "Identidade e auto-representação da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XV". *Casa Nobre – Um património para o futuro*. Actas do 3º Congresso Internacional. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2013, p. 27-33.

SOUSA, João Silva de – *A casa senhorial do Infante D. Henrique*. Lisboa: Horizonte, 1991.

SOUSA, João Silva de – "A casa senhorial em Portugal na Idade Média". *Revista Portuguesa de História*. XXXVI:1 (2002-2003), p. 267-284.

SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – "O Arquivo da Casa de Belmonte: o que o tempo (ainda) não apagou". *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, 2012, p. 491-506.

SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV-XIX: Identidade, gestão e poder*. Lisboa: 2017. Dissertação de Doutoramento em História - especialização em Arquivística Histórica apresentada à FCSH-UNL.

SOVERAL, Manuel Abranches de – *Ensaio sobre as origens dos Magalhães*. [Em linha]. [Consult. 9 out. 2018]. Disponível em WWW: <URL: http://www.soveral.info/mas/Magalhaes.htm>.

SOVERAL, Manuel Abranches de – *Ascendências visienses*. *Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu. Séculos XIV a XVII*. vol. I, [s. .l.]: ed. do autor, 2004.

STOLER, Ann Laura – "Colonial archives and the arts of governance". *Archival Science*. 2 (2002), p. 87-109.

STOLER, Ann Laura – "Colonial archives and the arts of governance: on the content in the form". In BLOUIN, Francis X. Jr.; ROSENBERG, William G. (eds.) – *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*. Michigan: Michigan University Press, 2007, p. 267-279.

STOLER, Ann Laura – *Along the archival grain. Epistemic anxieties and colonial common sense*, Princeton: University Press, 2009.

SWEENEY, Shelley – "The ambiguous origins of the archival principle of "provenance"". *Libraries & Cultural Record*. 43, 2 (2008), p. 193-213.

TASCINI, Irma Paola (curat.) – *Il futuro della memoria*. Atti del convegno internazionale di studi sugli archivi di famiglie e di persone (Capri, 9-13 settembre 1991). 2 vols. Roma: Ministero per i beni culturali e ambientali Ufficio centrale per i beni archivistici, 1997.

THOMASSEN, Theo – "A first introduction to archival science". *Archival Science*. 1 (2001), p. 373-385.

TO FIGUERAS, Lluís – "Archivos patrimoniales catalanes del siglo XIV". In UNIVERSIDAD DEL PAÍS VASCO. EHUTB. *Archivos de Familia. Grupos sociales, dominación y construcción de la memoria (Siglos XII-XVI)*. [Em linha]. [Consult. 24 mar. 2019]. Disponível em WWW: <URL:https://ehutb.ehu.es/video/58c66c79f82b2b35678b4587>.

Um mercador e autarca dos séculos XV-XVI. O arquivo de João Martins Ferreira. Roteiro da exposição. Porto: Arquivo Histórico Municipal, 1996.

Valdevez Medieval. Documentos. II – *Arquivos de Lisboa. 1300-1479*. Coord. de Amélia Aguiar Andrade e Luís Krus, transcrições de Filipa Silva e João Luís Fontes. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 2001, p. 77-79; 182-183; 274-275.

VAL VALDIVIESO, M.ª Isabel del – "Ascenso social y lucha por el poder en las ciudades castellanas del siglo XV". *En la España Medieval*, 17 (1994), p. 157-184.

VAL VALDIVIESO, Mª Isabel del – "Elites urbanas en la Castilla del siglo XV (oligarquía y omún)". In BARATA, Filipe Themudo (coord.) – *Elites e redes clientelares na Idade Média: problemas metodológicos*. Lisboa: Colibri-CIDEHUS/UÉ, 2001, p. 71-89. Disponível em: https://books.openedition.org/cidehus/5124.

VAN GARDEREN, Peter – *The ICA-AtoM Project and Tecnology*. 2009. [Em linha]. [Consult. 11 jan. 2018]. Disponível em WWW: <URL:https://www.ica-atom.org/download/VanGarderen_TheICAAtoMProjectAndTechnology_AAB_RioDeJaniero_16-17March2009.pdf>.

VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – *Nobreza e Ordens Militares. Relações sociais e de Poder (séculos XIV a XVI)*. 2 vols. Porto: 2008. Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

VASCONCELOS, Emília Albertina Sá Pereira de – *Vereações na câmara do Porto no ano de 1548*. Porto: 2001. Dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

VELOSO, J. M. de Queirós – *D. Sebastião: 1554-1578*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1935.

VELOSO, Maria Teresa Nobre – "Ponte-Barquenses na Universidade de Coimbra. *Subsídios para a história da terra da Nóbrega e do concelho de Ponte da Barca*. Comunicações apresentadas no Seminário "Da terra da Nóbrega ao concelho de Ponte da Barca". Ponte da Barca: Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, 1998, vol. 2, p. 93-115.

VENTURA, Leontina – *A nobreza de corte de Afonso III*. Coimbra: 1992. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

VENTURA, Leontina – “Testamentária nobiliárquica (séc. XIII): Morte e sobrevivência da linhagem”. *Revista de História das Ideias*. 19 (1997-1998), p. 137-156.

VENTURA, Leontina; OLIVEIRA, António Resende de – “Os Briteiros (séculos XII-XIV). Estratégias familiares e património”. *Revista Portuguesa de História*. XXXI: 2 (1996), p. 65-102.

VENTURA, Maria Isabel de Almeida – *O Arquivo Paço de Calheiros: uma abordagem sistémica*. Porto: 2011. Tese de mestrado apresentada à Universidade do Porto.

“Vila Nova de Souto de El-Rei”. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s. d., vol. XXXV, p. 716-720.

VILAR, Hermínia Vasconcelos – “Da vilania à nobreza: trajectórias de ascensão e de consolidação no sul de Portugal (seculos XIV -XV)”, *Categorias sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média. Entre o Islão e a Cristandade*. ed. por Hermínia Vasconcelos Vilar, Maria Filomena Lopes de Barros. Lisboa: Colibri-CIDEHUS/UE, 2012, p. 145-161.

VILAR, Polona; SAUPERL, Alenka – “Archives, *Quo Vadis et Cum Quibus*?: Archivists' self-perceptions and perceptions of users of contemporary archives”. *International Journal of Information Management*. 35:5 (2015), p. 551-560.

VILLAS-BOAS, Manuel – *Os Magalhães. Sete séculos de aventura*. Lisboa: Ed. Estampa, 1998.

VISCEGLIA, Maria Antonietta – “Archivisti e storici di fronte agli archivi di famiglia: note conslusive”. In CASELLA, Laura; NAVARRINI, Roberto (eds.) – *Archivi nobiliari e domestici: conservazione, metodologie di riordino e prospettive di ricerca storica*. Udine: Forum, 2000, p. 331-347.

VON KAENEL, Viviane – *Histoire patrimoniale et mémoire familiale. L'inventaire des archives de la famille Bouvier (1445)*. Lausanne: Université de Lausanne, 2003.

WALSHAM, Alexandra – "The social history of the archive: record-keeping in Early Modern Europe". *Past & Present*, 230, Issue suppl. 11 (2016), p. 9-48.

WIMMER, Mario – "The presente as future past. Anonymous history of historical times". *Storia della storiografia*. 68: 2 (2015), p. 165-183.

YEO, Geoffrey – "Custodial history, provenance and the description of personal records". *Libraries & Cultural Record*. 44, 1 (2009), p. 50-64.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e Brasil, bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*. 2ª ed. vol. 3, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1989, p. 516-517.

Sítios Web

ALBUFEIRA. Câmara Municipal de Albufeira – *Arquivo Histórico Municipal*. [Em linha] [Consult. 11 jan. 2018]. Disponível em WWW: <URL:http://arquivo.cm-albufeira.pt/>.

ARCHIVES PORTAL EUROPE – Sítio Web. [Consult. 31 maio 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.archivesportaleurope.net/home>.

ARTEFACTUAL – Sítio Web. [Consult. 31 maio 2015]. Disponível em WWW:<URL: https://www.artefactual.com/>.

ATOM. ACCESS TO MEMORY – Sítio Web. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:https://www.accesstomemory.org/pt/>.

BRITISH COLUMBIA'S PAST – Sítio Web. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:https://search-bcarchives.royalbcmuseum.bc.ca/>.

CITY OF VANCOUVER ARCHIVES – Sítio Web. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:https://searcharchives.vancouver.ca/>.

COMMUNITY ARCHIVES. – Sítio Web. [Consult. 24 mar. 2019] Disponível em WWW: <URL:https://www.communityarchives.org.uk/>.

CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES - INTERSINDICAL NACIONAL – *Centro de Arquivo e Documentação*. [Em linha] [Consult. 11 jan. 2018]. Disponível em WWW: <URL: http://cad.cgtp.pt/pt/apresentacao >.

Dictionary of African Christian Biography. [Em linha] [Consult. 1 jun. 2019]. Disponível em WWW: <URL: https://dacb.org/pt/>.

FICHEIRO NACIONAL DE AUTORIDADES ARQUIVÍSTICAS – Sítio Web. [Consult. 31 maio 2015]. Disponível em WWW: <URL:http://autoridades.arquivos.pt>.

FUNDAÇÃO MINERVA – Sítio Web. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:http://ica.lis.ulusiada.pt/index.php/universidade-lusiada-de-lisboa;isdiah?sf_culture=pt>.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES – Sítio Web. [Consult. 31 maio 2015]. Disponível em WWW: <URL:http://www.ica.org>.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES – ICA-AtoM. Open source archival description software. Sítio Web. [Consult. 2 jun. 2015]. Disponível em WWW: <URL:www.ica-atom.org>.

LISBOA. Câmara Municipal – *Traça*. Sítio Web. [Consult. 24 maio 2019]. Disponível em WWW: <URL:Disponível em: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/eventos/traca-madragoa/?fbclid=IwAR09VFWczlbzTorhVg1bKyUKQuWyz-v8wa1sIt92JraXFRIfhCNarfiJ-w4>.

PORTAL PORTUGUÊS DE ARQUIVOS – Sítio Web. [Consult. 31 maio 2015]. Disponível em WWW: <URL:http://portal.arquivos.pt>.

PORTUGAL. Biblioteca Nacional de Portugal. [em linha]. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:http://www.bnportugal.gov.pt/>.

PORTUGAL. Direcção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas – Portal de Pesquisa do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Sítio Web. [Consult. 31 maio 2015]. Disponível em WWW: <URL:http://digitarq.dgarq.gov.pt/>.

PORTUGAL. Direcção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas – Sítio Web. [Consult. 31 maio 2015]. Disponível em WWW: <URL: http://dglab.gov.pt/>.

REDE PORTUGUESA DE ARQUIVOS – Sítio Web. [Consult. 31 maio 2015]. Disponível em WWW: <URL:http://arquivos.pt>.

THE SASKATCHEWAN ARCHIVAL INFORMATION NETWORK – Sítio Web. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:http://sain.scaa.sk.ca/collections/>.

TOPOTEK – Sítio Web. [Consult. 24 mar. 2019] .Disponível em: <https://icar-us.eu/>.

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA. Centro de Estudos de História Religiosa – *PAPIR, Plataforma de Arquivos Pessoais e de Instituições Religiosas* [Em linha]. Lisboa: CEHR, 2016- [Consult. 11 jan. 2018]. Disponível na WWW: <URL: http://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/arquivos/>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – *Portal de acervos arquivísticos da UFG* [em linha]. [Consult. 11 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL:https://acervo.cidarq.ufg.br/>.

UNIVERSIDADE DO MINHO – *Portas Adentro: modos de habitar do século XVI a XVIII em Portugal*. Glossário. Sítio Web. [Consult. 31 maio 2019]. Disponível em WWW: <URL:Disponível em:

http://www.portasadentro.ics.uminho.pt/resultados.asp?termo=ma%C3%A7a&Submit=Pesquisar>.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – *Arquivística Histórica* [Em linha]. Lisboa: FCSH, 2015- [Consult. 11 jan. 2018]. Disponível na WWW: <URL: http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/>.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – *INVENT.ARQ*. [Em linha]. Lisboa: FCSH, 2015. [Consult. 11 jan. 2018]. Disponível em WWW: <URL:http://www.inventarq.fcsh.unl.pt/index.php/?sf_culture=pt>.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – *Memória para todos*. [Em linha]. Lisboa: FCSH, 2015. [Consult. 24 maio 2019]. Disponível em WWW: <URL:https://memoriaparatodos.pt/>.

Índice de árvores genealógicas

Índice de figuras

Índice de gráficos

Índice de imagens

Índice de tabelas